UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

LADEME CORREIA DE SOUSA

A AMAZÔNIA DE ARTHUR REIS:
"ENTRE AS EXPERIÊNCIAS DO TEMPO E AS INTENÇÕES DO AGIR"

Uberlândia
2020

LADEME CORREIA DE SOUSA

A AMAZÔNIA DE ARTHUR REIS:
"ENTRE AS EXPERIÊNCIAS DO TEMPO E AS INTENÇÕES DO AGIR"

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Uberlândia como requisito para obtenção do título de doutora em História.

Orientador: Prof. Dr. Alexandre de Sá Avelar

Uberlândia

2020

Ficha Catalográfica Online do Sistema de Bibliotecas da UFU
com dados informados pelo(a) próprio(a) autor(a).

S725
2020

Sousa, Lademe Correia de, 1979-
A Amazônia de Arthur Reis:"entre as experiências do tempo e as intenções do agir" [recurso eletrônico] : / Lademe Correia de Sousa. - 2020.

Orientador: Alexandre Sá Avelar.
Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Uberlândia, Pós-graduação em História.
Modo de acesso: Internet.
Disponível em: http://doi.org/10.14393/ufu.te.2019.2539
Inclui bibliografia.
Inclui ilustrações.

1. História. I. Avelar, Alexandre Sá,1975-, (Orient.). II. Universidade Federal de Uberlândia. Pós-graduação em História. III. Título.

CDU: 930

Bibliotecários responsáveis pela estrutura de acordo com o AACR2:
Gizele Cristine Nunes do Couto - CRB6/2091
Nelson Marcos Ferreira - CRB6/3074

LADEME CORREIA DE SOUSA

A AMAZÔNIA DE ARTHUR REIS:
"ENTRE AS EXPERIÊNCIAS DO TEMPO E AS INTENÇÕES DO AGIR"

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Uberlândia como requisito para obtenção do título de doutora em História.

Uberlândia, 20 de fevereiro de 2020

Documento assinado eletronicamente por **Alexandre de Sá Avelar**, **Membro de Comissão**, em 21/02/2020, às 10:51, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.

Documento assinado eletronicamente por **Kátia Rodrigues Paranhos**, **Usuário Externo**, em 21/02/2020, às 11:49, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.

Documento assinado eletronicamente por **Lainister de Oliveira Esteves**, **Professor(a) do Magistério Superior**, em 21/02/2020, às 12:27, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.

Documento assinado eletronicamente por **Karina Anhezini de Araujo**, **Usuário Externo**, em 21/02/2020, às 13:02, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.

Documento assinado eletronicamente por **Mara Cristina de Matos Rodrigues**, **Usuário Externo**, em 21/02/2020, às 17:19, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://www.sei.ufu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **1888807** e o código CRC **C57D64D4**.

Referência: Processo nº 23117.106911/2019-56 SEI nº 1888807

AGRADECIMENTOS

A solidão típica do denso processo de pesquisa e escrita é uma queixa comum entre os que se dispõem a enfrentar tão árduo desafio. Autor e texto convivem num imbricado movimento em que, na maior parte do tempo, a introspecção é realmente um imperativo. Entretanto, no desenvolvimento da presente pesquisa, tive o privilégio de romper a solidão sempre que necessário na companhia fundamental de pessoas que souberam compreender a tensão que perpassa todo o exercício de tessitura de um trabalho como este. Compreensão essa que se fez presente na prática de orientação desta pesquisa.

Portanto, um agradecimento especial ao Prof. Dr. Alexandre de Sá Avelar por, hábil e competentemente, ter suavizado o percurso, correspondendo a todas as demandas que se fizeram presentes, contribuindo com leituras primorosas do texto de tese, leituras essas essenciais à lapidação de algumas ideias que chegaram até ele em estado bruto, além de ter contribuído sobejamente com a calma e a serenidade que lhe são características.

Ao Emerson, companheiro de uma vida, que na convivência diária suportou os piores momentos deste processo, lançando palavras de apoio, incentivo, encorajamento e se fazendo silente quando necessário, demonstrando sua complacência tão essencial ao longo destes quatro anos.

À Larissa, que carrega o ônus da primogenitura, pela generosidade em dividir toda a sua vida com meu processo de formação e, especificamente, por ter acompanhado com paciência a elaboração desta tese, à medida que fazia a transição da adolescência para a vida adulta.

À minha pequena Alice, que cresceu junto com a tese na expectativa de ver concluído o trabalho que tanto ocupou a mamãe. Entre os lindos desenhos carinhosos que dela recebi, a pergunta frequente que serviu de incentivo à aceleração do processo: “ – Mãe, já terminou seu trabalho?”

Aos meus pais, Manoel (*in memoriam*) e Rosineide, e aos meus irmãos, familiares dos quais por muito tempo me mantive fisicamente distante por exigências da vida profissional, mas que continuamente ocuparam e ocupam um lugar importantíssimo na minha vida.

À Mariinha, Mizael e filhos, por dividirem seus parentes e amigos comigo, oferecendo-me o necessário aconchego familiar, e a todos os amigos/irmãos com os quais tive a alegria de conviver em Uberlândia, que contribuíram para que eu me sentisse em casa mesmo longe da minha terra natal.

Ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Uberlândia, pelo apoio, pelo incentivo e pelo acompanhamento das atividades de pesquisa.

Ao corpo docente do curso de História da Universidade Federal do Pará (Ufopa), companheiros de trabalho que prontamente atenderam à minha solicitação de afastamento para capacitação e, de modo competente, prosseguiram na condução das atividades laborais no referido curso.

A Danilo de Assis Ribeiro, dedicado funcionário da Biblioteca Arthur Reis, atencioso e sempre pronto a atender às muitas demandas documentais da pesquisa.

Às Profas. Dras. Mara Cristina de Matos Rodrigues, Karina Anhezini de Araújo, Kátia Rodrigues Paranhos e ao Prof. Dr. Lainister de Oliveira Esteves, pelo pronto aceite em participar da banca de defesa do presente trabalho.

"O passado não reconhece o seu lugar: está sempre presente"

(QUINTANA, 2013)

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1: Capas de cada edição do livro *A Amazônia e a cobiça internacional* 99
Quadro 1: Sumário de *A Amazônia e a cobiça internacional* (1ª ed.): temporalidade.....103
Figura 2: Junta Governativa do Amazonas.....262
Figura 3: Momento do debate na Rádio Nacional, reproduzida pelo jornal *A Noite* 291
Figura 4: Fala de Arthur Reis na reunião de encerramento.....307
Figura 5: Charge sobre quais seriam as reais intenções dos EUA no caso da Fundação 330
Figura 6: Reis em conferência na Escola Militar de Engenharia 344
Quadro 2: Arthur Reis, o Hudson Institute e a imprensa 365

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

A&CI	*A Amazônia e a cobiça internacional*
ABI	Associação Brasileira de Imprensa
AID	Agência Internacional para o Desenvolvimento
Bancrea	Banco de Crédito da Amazônia
Basa	Banco da Amazônia
BNDE	Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico
Cade	Conselho Administrativo de Defesa Econômica
Caeta	Comissão Administrativa de Encaminhamento de Trabalhadores
CEB	Casa do Estudante do Brasil
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CNPq	Conselho Nacional de Pesquisas
Codam	Companhia de Desenvolvimento da Amazônia
CPI	Comissão Parlamentar de Inquérito
Ebap	Escola Brasileira de Administração Pública
Fepan	Fundação de Estudos e Planejamento da Amazônia
IACB	*Impacto amazônico na civilização brasileira: a transamazônica e o desafio dos trópicos*
IEC	Instituto Evandro Chagas
IGHA	Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas
IHGB	Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro
IIHA	Instituto Internacional da Hileia Amazônica
Inpa	Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia
Ipeam	Instituto de Pesquisas Agropecuárias da Amazônia
JC	Jornal do Comércio
ONU	Organização das Nações Unidas
PIN	Programa de Integração Nacional
Proterra	Programa de Redistribuição de Terras
RIDA	I Reunião de Incentivo ao Desenvolvimento da Amazônia
RIHGB	Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro
Sava	Superintendência do Abastecimento do Vale Amazônico
Semta	Serviço Especial de Mobilização de Trabalhadores

Sesp	Serviço Especial de Saúde Pública
Snaapp	Serviço de Navegação da Amazônia e Administração do Porto do Pará
SPVEA	Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia
Sudam	Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia
Suframa	Superintendência da Zona Franca de Manaus
TCA	Tratado de Cooperação Amazônica
Unesco	Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura
USAID	Agência para o Desenvolvimento Internacional, dos Estados Unidos

RESUMO

Na década de 1960, foi lançado o livro *A Amazônia e a cobiça internacional*, de autoria do amazonense Arthur Cezar Ferreira Reis. Neste, o autor denunciava a iminente perda da Amazônia, que estaria sob a ameaça de ser tomada por nações estrangeiras. Esse discurso, que arrogava para si a autoridade da história com vistas a se assentar "no verdadeiro" e, portanto, a se revestir da credibilidade necessária, na medida em que se fazia sob uma grave denúncia, exigia uma tomada de decisão por parte do Estado, que, segundo o autor, deveria colonizar/civilizar/desenvolver a Amazônia a fim de evitar a ação estrangeira na região. A obra historiográfica de Arthur Reis, que versa predominantemente sobre questões amazônicas, culminando com seu discurso político da cobiça internacional, rendeu-lhe um lugar cativo na vida pública nacional. Portanto, compreender os caminhos desse discurso e suas vinculações com o contexto político no qual foi forjado é o objetivo desta tese, que além de analisar os usos políticos do passado que deram base à representação histórica de Arthur Reis, propôs-se ainda a investigar as representações construídas acerca do autor no *Jornal do Comércio* do Amazonas e num conjunto de jornais impressos do país, predominantemente do Rio de Janeiro.

Palavras-chave: Amazônia. Arthur Reis. História e política.

ABSTRACT

In the 1960s, it was launched the book *A Amazônia e a cobiça internacional*, authored by amazon Arthur César Ferreira Reis. In this book, the author denounced the imminent loss of the Amazon, which was under threat of being taken by foreign nations. This speech, that arrogated for itself the authority of the history with views to settle "in true" and, therefore, to have the necessary credibility, insofar as it was under serious denunciation, required a decision by the State, which, according to the author, should colonize / civilize / develop the Amazon in order to prevent its loss to other nations aware of the economic potential represented by the region. Arthur Reis' historiographic work, which deals predominantly with Amazonian issues, culminating in his political discourse of international greed, has earned him a captive place in national public life. Therefore, understanding the paths of this discourse and its links with the political context in which it was forged is the objective of this thesis, which, besides analyzing the political uses of the past that underpinned the historical representation of Arthur Reis, also proposed to investigate the representations built about the author in the *Jornal do Comércio do Amazonas* and in a set of printed newspapers from the country, predominantly from Rio de Janeiro and São Paulo.

Keywords: Brazilian Amazon. Arthur Reis. History and politics.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO **14**

O ANONIMATO APÓS OS TEMPOS DE GLÓRIA **14**

ARTHUR REIS, O IHGB E SUA REPRESENTAÇÃO HISTÓRICA **25**

PARTE I - A AMAZÔNIA DE ARTHUR REIS

1 DÉCADA DE 1940: A POLÍTICA DE GETÚLIO VARGAS, A HISTÓRIA/POLÍTICA DE ARTHUR REIS E AS EXPECTATIVAS QUANTO AO FUTURO DA AMAZÔNIA **40**

2 DÉCADA DE 1960: MAIS HISTÓRIA/POLÍTICA DE ARTHUR REIS PARA UM FUTURO DA AMAZÔNIA QUE NÃO CHEGOU **71**

2.1 O livro denúncia 83

2.2 Entre "as experiências do tempo" e as "intenções do agir" 100

2.3 A autoridade da história e os usos políticos do passado 135

3 DÉCADA DE 1970: É CHEGADA A HORA DA AMAZÔNIA? **156**

PARTE II - O ARTHUR REIS DA AMAZÔNIA

4 UM "EMINENTE AMAZÔNIDA": AS REPRESENTAÇÕES DE ARTHUR REIS NO JORNAL DO COMÉRCIO DO AMAZONAS DAS DÉCADAS DE 1950 A 1970 ..... **189**

4.1 "Manaus: uma cidade viva, embora decadente" 192

4.2 O Jornal do Comércio do Amazonas 207

4.2.1 Arthur Reis e o Jornal do Comércio 211

4.2.2 O JC e o Governo Arthur Reis 221

4.2.2.1 O caso da Fundação de Pesquisas Tropicais: repercussão local 224

4.2.2.2 A consolidação das representações de Arthur Reis como defensor da Amazônia 232

4.2.3 As "Edições Governo do Estado do Amazonas": menina dos olhos de Arthur Reis 239

4.2.4 JC: Um "prestigioso amazonólogo" no Conselho Federal de Cultura 245
4.2.5 O "bom filho" a casa torna 249

5 UM "DÉSPOTA ESCLARECIDO"? ALGUMAS REPRESENTAÇÕES DE ARTHUR REIS NA IMPRENSA ESCRITA DA DÉCADA DE 1930 A 1960 259
5.1 Os anos iniciais....261
5.2 "O jovem e já ilustre historiador regional" 269
5.3 "Um eminente homem de letras" na direção da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia 288
5.4 Os longos anos 1960....298
5.4.1 Um "eminente homem público" 299
5.4.2 I Fórum da Amazônia 303
5.3.3 Arthur Reis no Governo do Amazonas....308
5.4.4 O caso da Fundação de Pesquisas Tropicais 324
5.4.5 O caso do Hudson Institute....358
5.4.6 "O humano carne-de-pescoço"....370

CONSIDERAÇÕES FINAIS 379

REFERÊNCIAS 385

APÊNDICE A – RELAÇÃO DOS LIVROS PUBLICADOS POR ARTHUR REIS 416

APÊNDICE B – RELAÇÃO DAS DISSERTAÇÕES ORIENTADAS POR ARTHUR REIS NO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE....417

INTRODUÇÃO

O ANONIMATO APÓS OS TEMPOS DE GLÓRIA

Em 7 de fevereiro de 1993, falecia, aos 87 anos, "sem o registro que merecia"[1], aquele que havia sido referência em estudos amazônicos. Num "enterro pouco concorrido"[2], não muitas homenagens, apenas as "flores orais" ditas por Ulysses Bittencourt[3], representante da Academia Amazonense de Letras[4].

O silêncio nacional quanto à perda de Arthur Cezar Ferreira Reis foi reclamado pelos de sua terra, que não poderiam esquecer aquele que governou o Amazonas com "lúcido destemor moralizante"[5]. Foi reclamada a ausência de cobertura da mídia, criticada por ser composta de jornalistas "formados em faculdades, isto é, fora da única e autêntica universidade que é a cozinha, a redação do jornal [...]"[6]. Para Carlos de Araújo Lima[7], "quando homens assim morrem no vazio da atenção geral de sua pátria, é esta que está na verdade morrendo"[8].

Geraldo de Menezes[9] também assinalou o "imperdoável" silêncio da mídia em relação à morte de Arthur Reis:

> Membro eleito do IGHB em dezembro de 1936, Arthur Cezar aqui conquistou, sempre de maneira brilhante, todas as categorias do quadro social desta Casa, alcançando por fim as honrarias maiores de grande benemérito, 1° vice-presidente e, por aclamação, há poucos meses passados, a vice-presidente honorário. [...] Nesta Casa, que ele tanto dignificou, a consciência de sua perda crescerá com o tempo, *realçando-lhe a figura acima do silêncio imperdoável, do indiferentismo de uma imprensa onde não sobra espaço nem sensibilidade para homenagear com respeito e gratidão os valores maiores deste país*. Nela, a prioridade é para as falsas

---

[1] LIMA, Carlos de Araújo. Arthur Reis. *Jornal Tribuna da Imprensa*, Rio de Janeiro, ano 44, n. 13.120, p. 4, 15 fev. 1993a.

[2] LIMA, 1993a, p. 4.

[3] Ulysses Uchôa Bittencourt (1916-1993), nascido em Manaus, formado em medicina veterinária, abandonou a profissão para exercer cargos no serviço público, quando foi nomeado prefeito de Guarapuava em 1939. Membro da Academia Amazonense de Letras e do Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas, é autor dos livros: *Raiz* (1985); *Povoamento da bacia amazônica* (1988); e *Patiguá* (1993).

[4] LIMA, 1993a, p. 4.

[5] LIMA, 1993a, p. 4.

[6] LIMA, 1993a, p. 4.

[7] Carlos Dagoberto de Araújo Lima (1912-1998), nascido em Manaus, advogado criminalista, formado na antiga Faculdade Nacional de Direito do Rio de Janeiro, autor de mais de dez livros, entre eles, *Carta de Segurança* e *Mandado de segurança.* Escrevia para os jornais *A Crítica*, do Amazonas, e *Tribuna da Imprensa*, do Rio de Janeiro.

[8] LIMA, 1993a, p. 4.

[9] Geraldo de Menezes (1925-2006) nasceu em Manaus, era bacharel em direito e formado também em licenciatura plena em História. Foi professor da Universidade Santa Úrsula, do Instituto de Ensino Celso Lisboa e da Universidade Augusto Mota, tendo sido eleito sócio efetivo do IHGB em 25 de junho de 1988. Foi autor do livro *Notícia de Afrânio Peixoto* (1970).

> exponências, roqueiros alienados e obscenos, ou para a entronização da orgia impudente[10].

Meses decorridos de sua morte, com a mesma perspectiva, Araújo Lima registrou: "Quando Arthur Cézar Ferreira Reis morreu, esse fato doloroso, para uma nação que pensa ser uma nação, caiu num silêncio vergonhoso, constrangedor mesmo [...][11].

Geraldo Silva[12] também destacou que "o falecimento de Arthur Cézar Ferreira Reis passou quase despercebido pelo grande público diante do silêncio da mídia" [13]. Os amigos de Arthur Reis reclamavam o grande reconhecimento nacional que pautou sua vida, principalmente entre as décadas de 1950 a 1970, adormecido quando do seu falecimento.

Mesmo o *Jornal do Comércio* de Manaus, que havia sido por décadas o responsável, se não por construir, mas por reforçar a figura de Arthur Reis como defensor da Amazônia[14], reservou apenas uma pequena nota para se despedir daquele que havia aparecido nas páginas daquele periódico por anos a fio como "eminente amazônida", "prestigioso amazonólogo", "maior autoridade em estudos amazônicos", enfim, como aquele que havia representado a tão "esquecida região" perante o Governo Federal[15].

Até mesmo no campo historiográfico ele não foi lembrado, a despeito do número de contribuições que legou para a área. Produziu mais de trinta livros (Apêndice A), além de uma quantidade expressiva de artigos. Foi membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) por 57 anos e de várias outras instituições congêneres regionais. Relacionou-se com figuras também importantes como Gilberto Freyre e Sérgio Buarque de Holanda; teve seus livros indicados por Nelson Werneck Sodré[16] aos interessados em conhecer a história da região amazônica. No magistério além do trabalho em outras instituições de ensino, teve expressivo papel junto ao corpo docente do mestrado em História

---

[10] MENEZES, Geraldo de. Um amazônida universal. In: INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO. *Homenagem a Arthur Cézar Ferreira Reis*. Rio de Janeiro: IGHB, 1993. p. 11, grifo nosso.

[11] LIMA, Carlos de Araújo. Arthur Cezar Ferreira Reis e a grande defesa da Amazônia. *Jornal Tribuna da Imprensa*, Rio de Janeiro, ano 49, n. 13.328, p. 4, 18 out. 1993b.

[12] Geraldo Eulálio do Nascimento e Silva (1917-2003) nasceu em Paris e se formou em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade do Brasil em 1942. "Diplomado nos cursos do Instituto Rio Branco sobre História Diplomática (prof. Hélio Lobo) e História da Formação Territorial do Brasil (com Jayme Cortesão) [...] Eleito sócio honorário do IHGB, em 03 de outubro de 1969. [...] Autor de mais de 180 livros, teses e artigos [...]". Ver biografia de sócios falecidos do IHGB. GERALDO Eulálio do Nascimento e Silva. *In:* INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO. Rio de Janeiro: IGHB, 2015. Disponível em: https://ihgb.org.br/perfil/userprofile/gensilva.html. Acesso em: 15 ago. 2018.

[13] SILVA, Geraldo Eulálio do Nascimento. Arthur Cezar Ferreira Reis, o ecologista. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, v. 154, p. 1, 1993.

[14] Sobre as representações de Arthur Reis no *Jornal do Comércio* de Manaus, ver o quarto capítulo desta tese.

[15] ARTHUR REIS morre no Rio vítima de pneumonia. *Jornal do Comércio*, Manaus, ano 89, n. 35.989, p. 4, 3 fev. 1993.

[16] SODRÉ, Nelson Werneck. *O que se deve ler para conhecer o Brasil*. 6. ed. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1988b.

da Universidade Federal Fluminense, tendo orientado ao menos vinte e seis dissertações entre 1975 e 1982 (Apêndice B), nas quais pode contar com importantes nomes na composição das bancas avaliadoras, como José Honório Rodrigues Afonso Arinos de Mello e Franco, Raimundo Faoro, Ismênia Martins e Maria Yedda Linhares.

A despeito da intensa atividade política e intelectual de Arthur Reis, como visto, ao final dos seus 87 anos de vida, não obteve o reconhecimento da mídia. Do mesmo modo, no campo historiográfico é um autor ainda pouco estudado. Nesse ponto específico, o silêncio só foi interrompido em fins da primeira década dos anos 2000, quando começaram a surgir pesquisas interessadas em estudar aspectos da vida e obra desse intelectual amazonense[17]. Deve-se questionar os motivos pelos quais num tempo de crescentes estudos relativos à história da historiografia brasileira e, por conseguinte, da história intelectual, um historiador como Arthur Reis tenha ficado ausente por tanto tempo do foco daqueles interessados em estudar a produção historiográfica no país.

Como se pode verificar, o "mestre em estudos amazônicos", quando de seu falecimento, não mais gozava do prestígio que acompanhou sua carreira. A impressão que se tem é que a figura de Arthur Reis foi sendo apagada do cenário nacional e regional, ao mesmo tempo em que o país tentava enterrar a memória dos anos de chumbo, isso porque o autor teve intenso envolvimento com a ditadura militar.

---

[17] Entre os trabalhos que tem Arthur Reis como objeto de estudo, estão: AMARAL, Vinícius Alves do. Vicissitudes de um Heródoto caboclo: Arthur Reis e a ditadura civil militar em Manaus (1964-1966). *Temporalidades*: Revista Discente do Programa de Pós-Graduação em História da UFMG, Belo Horizonte, v. 5, n. 3, p. 125-146, set./dez. 2013; COELHO, Wanderson de Oliveira. *A modernização no ideário de Arthur Cezar Ferreira Reis (1964-1967)*. 2015. Monografia (Graduação em História) – Universidade Federal de Roraima, Boa Vista, 2015; LOBATO, Sidney da Silva. Estado, nação e região na obra de Arthur Cézar Ferreira Reis. *Diálogos*, Maringá, v. 13, n. 3, p. 625-642, 2009; LOBATO, Sidney. O futuro da Amazônia: horizonte de expectativa de Arthur Reis (década de 1950). Confins: Revista Franco Brasileira de Geografia, [*s. l.*], n. 28, p. 1-14, 2016; PACHECO, Alexandre. Apontamentos sobre o estilo historiográfico de Arthur Cézar Ferreira Reis na obra A Amazônia e a cobiça internacional (edição de 1982). *Revista de História Regional*, Ponta Grossa, v. 19, n. 1, p. 59-82, 2014; PACHECO, Alexandre. Arthur Cézar Reis e as representações sobre homens e natureza na história da cobiça estrangeira sobre a Amazônia (década de 1960). *In*: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA CULTURAL, 5., 2010, Brasília. *Brasília 50 anos*: Ler e ver: paisagens subjetivas e paisagens sociais. Brasília: UnB, 2010. p. 1-16; PACHECO, Alexandre. Como governei o Amazonas: a ética do literato e historiador Arthur Cezar Reis diante do poder (1964-1967). *In:* SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 25., 2009, Fortaleza. *Anais* [...]. São Paulo: ANPUH, 2009. p. 1-10; PACHECO, Alexandre. A narrativa heroico-nacionalista de Arthur Reis na representação da defesa da Amazônia pelos portugueses e luso-brasileiros em A Amazônia e a cobiça internacional: anos de 1960. *Revista História da Historiografia*, Ouro Preto, n. 10, p. 94-110, 2012; PACHECO, Alexandre. As representações históricas e o poder na Amazônia de Arthur Cezar Reis (década de 1960). *In*: FREIRE RAMOS, Alcides; CAPEL, Heloisa Selma Fernandes; PATRIOTA, Rosangela. (org.). *Criações artísticas, representações da história*: diálogos entre arte e sociedade. 1. ed. São Paulo: Hucitec, 2010. p. 90-116; PACHECO, Alexandre; ASSIS, Magno. A construção da imagem na imprensa do historiador e ex-governador do Amazonas Arthur Cezar Reis (década de 1960). *In*: SEMINÁRIO NACIONAL DE HISTÓRIA DA HISTORIOGRAFIA, 3., 2009, Mariana. *Aprender com a história?* Mariana: UFOP, 2009. p. 1-9; PACHECO, Alexandre; SILVA, Laureano M. da. A influência do regionalismo de Gilberto Freyre me Leandro Tocantins e Arthur Reis. *Labirinto*, Porto Velho, ano 11, n. 15, p. 44-53, dez. 2011.

Os que conheceram Arthur Reis no auge de sua atuação profissional jamais poderiam imaginar uma cerimônia fúnebre tão simples, desprovida de maiores homenagens e sem grandes repercussões. Como aceitar o silêncio nacional ante a perda de alguém que havia ocupado tanto espaço na vida política e intelectual do país? O estudo do auge da carreira de Arthur Reis, por meio de um de seus principais discursos, a que se propõe este trabalho, possibilita um melhor entendimento da indignação dos homens que reclamaram a ausência de celebrações a Arthur Reis no momento de seu falecimento. Afinal, nos seus tempos de glória, o nome do autor amazonense circulou na imprensa nacional acompanhado dos mais lisonjeiros adjetivos, expressão da sua importância na vida pública do país.

As décadas de 1940 a 1970, período de interesse desta pesquisa, foram um período no qual se intensificaram as políticas econômicas do Governo Federal na Amazônia, e Arthur Reis foi um importante personagem nesse processo. Embora antes já lograsse notoriedade entre os intelectuais brasileiros, o final da década de 1940 marca o início da "ascensão" de Arthur Reis, principalmente no que tange à sua atuação no serviço público federal. Em 1947, quando ocupava a chefia da Divisão de Expansão Econômica do Departamento Nacional de Indústria e Comércio do Ministério do Trabalho, coordenou a delegação brasileira na Conferência do Comércio e Emprego, realizada em Havana, evento patrocinado pela Organização das Nações Unidas (ONU). Esse importante período de sua carreira foi por ele lembrado num longo discurso proferido em Manaus, em 1970, quando recordou que o convite para ir a Havana ocorreu num difícil momento de doença do seu pai e que também estava receoso "de deixar o Brasil numa aventura que não estava acostumado". Antes de ir, fez uma visita a seu pai em Belém, consultando-lhe acerca da nova oportunidade. Deste, ouviu o seguinte conselho: "vá meu filho. É o começo da sua vida". E foi realmente o que me aconteceu. Depois disso tive ascensão na vida. Passei a exercer grandes postos na vida política e na vida administrativa do Brasil"[18], concluiu Reis.

Desse modo, se em fins da década de 1940 o autor dá um importante passo rumo à consolidação de sua vida profissional com a viagem a Cuba e depois com a assunção de importantes cargos no serviço público na década seguinte – diretor da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SPVEA) e do Instituto de Pesquisas da Amazônia (Inpa) –, o

[18] UMA PÁGINA de reminiscência de Arthur Reis: Brasil tomou conhecimento da problemática amazônica. *Jornal do Comércio*, Manaus, ano 66, n. 20.432, 5 jul. 1970. Segundo caderno, p. 1.

ápice de sua carreira política e intelectual ocorre na década de 1960, quando lança seu mais famoso livro *A Amazônia e a cobiça internacional*[19].

Nesse mesmo período foi, ainda, indicado pelo então presidente, Humberto de Alencar Castelo Branco, para ocupar o cargo de governador do Amazonas, tendo exercido a função de julho de 1964 a janeiro 1967. Ao deixar o cargo no Executivo amazonense, Reis retornou ao Rio de Janeiro e passou a integrar como membro, ao lado de também importantes intelectuais como Gilberto Freyre, por exempli, o recém-criado Conselho Federal de Cultura, órgão do qual foi presidente por dois mandatos. Portanto, considero essa a década em que o autor esteve no auge de suas atividades políticas e intelectuais.

O livro *A Amazônia e a cobiça internacional* passou a integrar um conjunto de quase duas dezenas de livros já publicados por Arthur Reis, ocupando entre estes e os que ainda iriam ser publicados, por volta de mais de uma dezena, o posto de maior destaque. O sucesso do livro foi verificado pela repercussão nacional que obteve, medida, entre outras coisas, pela quantidade de reedições atingidas, pelo lugar que ocupou na mídia impressa, além das muitas referências de intelectuais brasileiros à sua importância.

Quais fatores contribuíram para o destaque desse livro no conjunto da obra do autor? Essa indagação foi o carro-chefe que conduziu esta pesquisa e deu margem para os caminhos aqui percorridos. O sucesso do livro está intimamente ligado aos fracassos das políticas desenvolvimentistas do governo de Getúlio Vargas para a região amazônica, e parte desta pesquisa se dá no esforço de elucidar essa questão. Trata-se de um livro ancorado no passado, mas que apresenta os anseios do autor em relação às políticas para a Amazônia no presente e no futuro.

Para Jorn Rusen, a escrita da história se dá numa "representação de continuidade" entre as "experiências do tempo" (passado) e as "intenções do agir" (futuro). De acordo com o autor, "a narrativa histórica torna presente o passado, sempre em uma consciência de tempo na qual passado, presente e futuro formam uma unidade integrada, mediante a qual, justamente, constitui-se a consciência histórica"[20]. O historiador procura, então, dotar de sentido as relações entre presente-passado-futuro. Trata-se, "afinal de contas, da identidade daqueles que têm de produzir esse sentido da narrativa (histórica), a fim de poderem orientar-se no tempo"[21].

---

[19] REIS, Arthur Cezar Ferreira. *A Amazônia e a cobiça internacional*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1960.

[20] RÜSEN, Jorn. *Razão histórica*. Teoria da história: os fundamentos da ciência histórica. Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília, 2010. p. 65.

[21] RÜSEN, 2010, p. 66.

Ainda conforme esse autor, a escrita da história está estreitamente ligada à construção da identidade, portanto as relações entre presente, passado e futuro se dão no sentido da "constituição da identidade humana" com vistas à "permanência de si", isto é, como um modo de evitar a "perda de si e seu esforço de autoafirmação". Essa assertiva de Rusen, por conseguinte, guarda alguma relação com os usos políticos do passado. Quais aspectos se quer revelar do passado e por quê? Constituição de identidade, autoafirmação e permanência de si relativa a que grupo propriamente? No caso específico da narrativa de Reis, por que tratar da história da Amazônia excluindo o indígena, por exemplo? Para defender a qualquer custo o desenvolvimento econômico da Amazônia sob os moldes capitalistas, inclusive custando a própria vida dos grupos indígenas, Arthur Reis teve que se valer de determinado uso político do passado. Nesse caso, a constituição de identidade que se queria era de uma identidade branca, com sólidas bases portuguesas. A permanência de si far-se-ia à custa da exclusão do outro. Arthur Reis representava uma elite intelectual amazonense que queria sair da condição de provinciana e passar à de cosmopolita, e esse era um processo que a representação histórica construída pelo autor ao longo de sua carreira intelectual deveria ajudar a construir.

Sobre essa questão, além das cartas de intelectuais amazonenses enviadas a Reis na década de 1940, em que eles se queixavam de pertencer à "província mesquinha"[22], uma carta em especial, já de fins dos anos 1960, revela os anseios dos jovens ainda aspirantes a intelectuais quanto ao desenvolvimento do Amazonas/da Amazônia. Apesar de longa, vale a pena reproduzi-la na íntegra:

> Estão se comemorando hoje 300 anos de Manaus. Ninguém sabe ao certo, nem da data, nem mesmo do ano. Pelo menos é o que eu depreendo do que você escreveu em O Jornal. De qualquer modo, se a escolha foi feita, devia, senão a data, mas o período, ter sido aproveitado para dar a essa comunidade o sentimento de sua individualidade e de seu destino e o orgulho de seus feitos, contra tanta coisa adversa. Enfim, para motivá-la. Foi aí que faltou o senso de História e até diria do drama que nela se contém, por parte dos que são, pelos cargos, os líderes naturais – ou devia dizer estatutários? – deste agrupamento humano. E foi aí que senti a sua falta. E de cogitação em cogitação, vieram-me à lembrança todos os nossos sonhos de meninos aqui em Manaus, de rapazes, estudantes no Rio de Janeiro, e assim por diante, e pela vida afora, sempre com este Amazonas no espírito e no sentimento. Devo muito a você dessa infecção. Mas não me arrependo de a ter contraído. Sei o quanto, quando nos veio a oportunidade, foi-nos ela cheia de contratempos e de desenganos. Mas valeu a pena, pelo muito ou pelo pouco – cada um dá a medida do que deve preencher – que se pôde fazer. Não creio que a Revolução tenha sido inútil à Amazônia em geral e ao nosso Estado. A diferença para o que era é grande e substancial. Verdade que a diferença para o que queríamos que fosse ainda é maior. Mas não será isso de nossa pobre contingência humana, que nos propomos a alcançar, um horizonte que foge sempre à nossa frente? Lembro-me sempre dos versos que abrem o Contraponto do Huxley: "Poor condition of humanity. Created sick and comanded to be sound". Não sei se é bem isso, nem mesmo se a ortografia

[22] Cf. SOUSA, Lademe Correia de. A *História do Amazonas*: um início em grande estilo. 2009. 146 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2009.

> está certa. Mas o sentido está. Nós dois – e permita, pobre de mim, juntar-me a você – fizemos o que pudemos, ou estamos procurando fazer. Você outra coisa não tivesse feito, e fez, criou um monumento de pesquisa e de divulgação sobre as nossas coisas. De minha parte, procurei não deixar passar as oportunidades que o destino me deu para servir, e ainda o procuro fazer, apesar de tudo. Tenho a consciência da honradez do intento e de que obtive alguns resultados, em terrenos que importam. E veja no que lhe digo, na consciência de dois velhos amigos, não um momento de vaidade. Na realidade uma prestação de contas a você, que ninguém mais sabe o quanto sonhamos, desde calças curtas, eu subindo aquela enorme escada da casa da esquina da 24 de maio, e se passava a uma saleta da frente, já cheia de livros. E desse balanço e dessa necessidade de exprimir qualquer coisa – e quem me podia ouvir, senão você? – saíram, como se diria nesses livrinhos que ensinam a escrever cartas, essas descosidas linhas, que os dedos foram batendo ao sabor das lembranças e das associações de ideias. 300 anos Arthur, são muita coisa, mas são nada diante do que a posição geográfica dessa cidade comanda que ela seja, e diante do que o nosso amor aspira que ela seja. Guarde tudo isso em confidência, que hoje a gente deve ter pudor de exibir tais sentimentos. Um abraço do sempre seu [...][23]

A nostalgia sob a qual se assenta a carta deixa entrever que os sonhos de tornar a região um assunto de interesse nacional com vistas a garantir seu desenvolvimento, além de ser algo que ocupava o pensamento de Reis desde muito jovem, foi ainda um motivo que o levou a "infectar" outros jovens com o mesmo "vírus". Esse tema merecia a atenção de Reis ainda na meninice, nos seus tempos de calças curtas, como afirma o autor da carta.

Assim, no livro *A Amazônia e a cobiça internacional*, doravante apenas *A&CI*, o passado amazônico é o espaço no qual Arthur Reis movimenta sua narrativa. Entretanto, todo o seu movimento historiográfico em direção ao passado dessa região pretende atender as suas intenções políticas do presente, aliás, não apenas as suas, mas as de um grupo da elite amazonense ao qual pertencia, conforme sugeri anteriormente. O anseio de Reis em atender perspectivas do presente se consubstancia numa representação histórica da região amazônica em que os usos políticos do passado comandam a narrativa, narrativa essa que se move entre "as experiências do tempo" e as "intenções do agir", para usar novamente as expressões de Rusen, numa busca constante pela "permanência de si" não só no sentido individual, mas também no coletivo.

As "intenções do agir" que subsidiaram Arthur Reis em sua ida ao passado amazônico foram suas convicções relativas à Amazônia no presente. Para o autor, a região estava mergulhada num estado de atraso e estagnação e necessitava da ação do Governo Federal para inseri-la no circuito político-econômico-cultural do país. Desse modo, não é só *A&CI*, mas, de um modo geral, toda a sua obra que, ainda que em sua maioria tivesse o passado como base, visava ao desenvolvimento da Amazônia no presente e no futuro. A busca pelo desenvolvimento da região amazônica e sua consequente integração ao centro político-

[23] [NOME ILEGÍVEL] [*Correspondência*]. Destinatário: Arthur Cezar Ferreira Reis. Manaus, 19 out. 1969. Disponível no acervo de correspondências da Biblioteca Arthur Reis. Grifo do autor.

econômico do Brasil foi o esteio de toda a sua obra, e, portanto, as questões que o guiaram através das "experiências do tempo" e orientaram a construção de sua representação histórica.

O discurso desenvolvimentista se voltou para a Amazônia com força total no governo de Getúlio Vargas, em fins de 1930. Entendendo-se aqui por desenvolvimentismo a síntese formulada por Pedro Fonseca que, após analisar seu significado em diversos autores, assim o definiu:

> denomina-se desenvolvimentismo a política econômica formulada e/ou executada, de forma deliberada, por governos (nacionais ou subnacionais) para, através do crescimento da produção e da produtividade, sob a liderança do setor industrial, transformar a sociedade com vistas a alcançar fins desejáveis, destacadamente a superação de seus problemas econômicos e sociais, dentro dos marcos institucionais do sistema capitalista[24].

Todavia, a despeito dos programas desenvolvimentistas de Vargas para a região amazônica, a ansiada mudança não logrou êxito, e em fins da década de 1950 já estava bem claro que os intentos varguistas para aquela imensa área verde, apesar de terem alguns dos seus objetivos alcançados, estavam longe de atingir a meta inicial. A essa altura, Arthur Reis, que já era historiador conhecido em âmbito nacional, ferrenho defensor do desenvolvimento da região e, por certo, cansado de ver fracassados os intentos governistas para a Amazônia, lançou a denúncia de que a região amazônica estava na mira da "cobiça internacional". Sendo assim, se o Estado não se apossasse imediatamente da região, promovendo seu povoamento e desenvolvimento econômico, esta seria tomada por nações estrangeiras que estariam ávidas por aproveitar as potencialidades que aquela grande área verde escondia.

Dessa forma, Arthur Reis foi se construindo e sendo construído como o autor que denunciou a "cobiça internacional" pela Amazônia e, consequentemente, passou a ser identificado como defensor da região. Tornou-se, desse modo, autor de um discurso, assenhoreando-se da "função autor", como definida por Michel Foucault:

> O nome do autor serve para caracterizar um certo modo de ser do discurso: para um discurso, ter um nome de autor, o fato de se poder dizer "isto foi escrito por fulano" ou "tal indivíduo é o autor", indica que esse discurso não é um discurso cotidiano, indiferente, um discurso flutuante e passageiro, imediatamente consumível, mas que se trata de um discurso que deve ser recebido de certa maneira e que deve, numa determinada cultura, receber um certo estatuto[25].

---

[24] FONSECA, Pedro Cezar Dutra. O projeto desenvolvimentista no Brasil: histórico e desafios da atualidade. *Cadernos do Desenvolvimento*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 19, p. 119, jul./dez. 2016. Sobre o tema, ver também, Sobre Vargas e o nacional-desenvolvimentismo e BASTOS, Pedro Paulo Zahluth. A construção do nacional-desenvolvimentismo de Getúlio Vargas e a dinâmica de interação entre Estado e Mercado nos setores de base. *Revista EconomiA*, Selecta, Brasília, DF, v. 7, n. 4, p. 239-275, 2006.

[25] FOUCAULT, Michel. *O que é um autor*. 8. ed. Lisboa: Nova Vega, 2012. p. 45, grifo do autor.

Longe de ser relegado à indiferença, o discurso da cobiça internacional pela Amazônia, propalado por Arthur Reis em fins da década de 1950 e início da década de 1960, chamou a atenção de toda a mídia e, longe de ser passageiro, permanece até os dias atuais[26], como se verá com maiores detalhes no desenvolvimento desta tese.

Como destaca Foucault, nem todos os discursos são providos da "função autor", pois essa função está restrita àqueles autores instauradores de discursos, discursos esses capazes de promover uma ruptura e de se fazerem com certa singularidade. Além disso, a função autor "não se forma espontaneamente como a atribuição de um discurso a um indivíduo. É antes o resultado de uma operação complexa que constrói um certo ser racional a que chamamos o autor"[27] .

Portanto, a "função autor é, assim, característica do modo de existência, de circulação e de funcionamento de alguns discursos no interior de uma sociedade"[28]. E embora haja, ao longo do tempo, certas "invariáveis nas regras de construção do autor"[29], as características por meio das quais se atribui socialmente a um indivíduo a "função autor" variam de acordo com a época na qual o discurso é construído e posto em circulação. Por conseguinte, partindo da premissa de que a "função autor" é atribuída de acordo com determinadas regras socialmente estabelecidas, que variam conforme a época e os discursos, procuro compreender quais foram as regras, principalmente no Brasil da década de 1960, que possibilitaram tamanha aceitação das ideias de Reis. Penso que a questão é importante porque a afirmativa de Reis de que a Amazônia estava na iminência de ser tomada por nações estrangeiras na década de 1960 não se fez sob qualquer comprovação factível para justificar sua denúncia, que se fazia como uma ameaça no presente, tendo tentado Reis comprová-la com base no passado.

O livro *A&CI* foi lançado em 1960, e a partir daí mereceu mais quatro edições, sendo a última de 1982, o que por si só já indica o interesse pela obra. Reafirmo que o objetivo principal do autor naquele livro foi denunciar a "cobiça internacional" pela Amazônia que, segundo ele, estava em curso naquele momento. Todavia o autor não apresentou evidências ou provas que validassem sua denúncia e, ainda assim, obteve crédito de grande parte da

---

[26] Mesmo recentemente, dois artigos publicados no jornal *O Estado de S. Paulo* referem-se à Amazônia como área de cobiça internacional; um deles escrito pelo vice-presidente da República, Hamilton Mourão. MOURÃO, Antônio Hamilton Martins. A nossa Amazônia: a velha ambição disfarçada de filantropia de fachada não prevalecerá. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 28 ago. 2019. Disponível em: https://opiniao.estadao.com.br/noticias/espaco-aberto,a-nossa-amazonia,70002985255. Acesso em: 29 fev. 2019.O outro artigo escrito por Almir Pinto. PINTO, Almir Pazzianotto. Internacionalização da Amazônia. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 27 set. 2019. Disponível em: https://opiniao.estadao.com.br/noticias/espaco-aberto,internacionalizacao-da-amazonia,70003026923. Acesso em: 29 fev. 2019.

[27] FOUCAULT, 2012, p. 46.

[28] FOUCAULT, 2012, p. 46.

[29] FOUCAULT, 2012, p. 51.

população. Quais as regras em vigência que viabilizaram as condições para a repercussão do discurso de Reis? Como se deu o complexo processo que o içou à "função autor"? Como o autor entrou para a "ordem dos discursos"?

Somente com a finalidade de melhor compreensão do que tenho afirmado, quero fazer uma distinção entre o discurso (Amazônia como área cobiçada no presente) e a representação histórica (Amazônia como área cobiçada no passado) formulados por Arthur Reis ao longo de sua obra. Enquanto a representação histórica teve início na década de 1940, o discurso surgiu e ganhou força na década de 1960, entretanto sua validade se devia em muito à representação histórica construída pelo autor e àquela altura já consagrada.

Mesmo não desconsiderando que o discurso é também uma representação, denominarei aqui de discurso a fala de Arthur Reis que contundentemente afirmava, na década de 1960, haver um perigo iminente sobre a Amazônia, o perigo da "cobiça internacional", que poderia resultar para o Brasil na perda daquela imensa área para outra nação.

Esse discurso, de claro cunho político, ganhou o mundo por meio do livro *A&CI,* que procurou referendar a assertiva recorrendo à autoridade da história. Se o autor recorreu à autoridade da história é porque estava certo de que as regras sociais em vigor estavam assentadas na crença dessa autoridade no discurso que se queria científico. Ao longo do livro, o autor se ocupou, insistentemente, em construir um enredo linear, que estampasse a região como cobiçada desde o período colonial até o presente, sem, entretanto, problematizar sobre as possíveis diferenças entre a cobiça ocorrida no passado e a que, segundo ele, deveria preocupar os estadistas no presente.

Como ressalta Foucault,

> [...] em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade[30].

Desse modo, os mecanismos de controle ou coerção do discurso impõem limites aos seus poderes, "dominam suas aparições aleatórias" e "selecionam os sujeitos que falam"[31]. É ainda Foucault quem afirma que a política é uma das áreas onde "os buracos negros se multiplicam", visto que é em nome dela que o discurso adquire a permissão de fazer uso de "alguns dos seus mais temíveis poderes". Ainda que, em alguns momentos, ele se apresente

---

[30] FOUCALT, Michel. *A ordem do discurso*: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. 23. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2013. p. 8.

[31] FOUCALT, 2013, p. 35.

com um aspecto aparentemente inofensivo, o discurso político logo demonstra sua relação com o desejo e com o poder. O discurso não é somente o meio pelo qual o desejo é revelado ou ocultado, é, antes, o próprio "objeto do desejo", "aquilo pelo que se luta, o poder do qual queremos nos apoderar"[32], reitera Foucault.

O discurso político de Arthur Reis, de posse desse poder e, portanto, investido de uma "vontade de verdade", ocupou um amplo espaço nas discussões nacionais, obtendo, em sua própria avaliação, a ressonância desejada. Como destaca Foucault, com os devidos suportes oferecidos pela instituição na qual o discurso está ancorado, essa "vontade de verdade [...] tende a exercer sobre os outros discursos [...] uma espécie de pressão e como que um poder de coerção"[33]. É o próprio Arthur Reis quem, após analisar os resultados de seu livro *A&CI*, faz uma avaliação positiva sobre os reflexos de seu discurso, conferindo a ele o mérito de ter acordado o país sobre o que significava a região amazônica e também lhe atribuindo a virtude de ter servido como incentivo às obras que o governo pós-Golpe Militar de 1964 realizou na região, conforme se verá com mais detalhes no terceiro capítulo desta tese.

Retomo a pergunta: como Arthur Reis entrou para "a ordem de discurso"? De onde vinha sua legitimidade? Em quais bases ele se apoiou para que seu discurso ecoasse, ainda que não viesse acompanhado das devidas comprovações?

O pertencimento de Arthur Reis à "função autor" e seu ingresso na "ordem dos discursos" não se fez instantaneamente, mas foi resultado de um longo processo. Como lembra Foucault, esse movimento faz parte de uma complexa operação. Arthur Reis adentrou para a "ordem dos discursos" apoiado no que permitia ou proibia a disciplina História. A autoridade da sua fala, ecoada na década de 1960, advinha de sua experiência no historiográfico, iniciada na década de 1930. Portanto, Arthur Reis estava ancorado na autoridade da História, que funcionava no interior de uma ou de algumas instituições, sendo ela própria, a História, uma instituição, a "instituição história"[34], conforme propôs Michel de Certeau.

Nesse sentido, é ainda Foucault quem afirma que "o discurso está na ordem das leis; [e] há muito tempo se cuida da sua aparição; que lhe foi preparado um lugar que o honra mas o desarma; e que, se lhe ocorre ter algum poder, é de nós [das instituições] só de nós, que ele lhe advém"[35]. Arthur Reis esteve subsidiado por duas instituições, a instituição histórica, que funcionava no interior de outra instituição, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro

[32] FOUCALT, 2013, p. 10.
[33] FOUCALT, 2013, p. 17.
[34] CERTEAU, Michel de. *A escrita da História*. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2011. p. 51.
[35] FOUCALT, 2013, p. 7.

(IHGB). Ambas, História e IHGB, estão imbricadas. Dessa forma, a instituição dentro da instituição dava um duplo reforço à autoridade dos escritos de Reis.

Como afirma Michel de Certeau, "antes de saber o que a história diz de uma sociedade, é necessário saber como funciona dentro dela. Esta instituição se inscreve num complexo que lhe permite apenas um tipo de produção e lhe proíbe outros"[36]. Ou ainda, como afirma o mesmo autor, "não existe relato histórico no qual não esteja explicitada a relação com um corpo social e com uma instituição de saber"[37]. Daí a autoridade da história evocada no discurso de Reis por meio do seu livro *A&CI* e o prestígio da disciplina História, esta, por sua vez, autorizada pela instituição IHGB. A relação do autor com essas duas instituições remonta à década de 1930.

ARTHUR REIS, O IHGB E SUA REPRESENTAÇÃO HISTÓRICA

Em 21 de março de 1926, portanto contando apenas 20 anos de idade, Arthur Reis teve seu nome aprovado como sócio efetivo do Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas (IGHA), antes mesmo da publicação do seu primeiro livro, que só veio a público em 1931, mesmo ano em que Reis teve aclamação por unanimidade à indicação de seu nome para assumir a função de 1° secretário do IGHA.

O autor não mediu esforços para que sua produção intelectual, levada a lume no verdor dos seus 25 anos de idade, atravessasse as barreiras geográficas e alcançasse nomes importantes nos espectros do centro-sul do país, tal como Afonso Taunay, para quem Reis enviou seu primeiro livro, *História do Amazonas*. Daquele recebeu os parabéns pelo brilhantismo da obra e uma promessa: "Espero, [...] mais dias menos dia, escrever uma pequena crítica à sua excelente História do Amazonas de que gostei imenso"[38]. Também do IHGB, para onde de igual forma remeteu seu livro, recebeu os agradecimentos pelo envio da "preciosa dádiva da interessantíssima – História do Amazonas, que é mais um atestado dos talentos e nobre operosidade do seu autor". Portanto,

> Estando bem colocado no seu Instituto, e com um livro publicado, Arthur Reis seguiu os próximos passos para ter aceitação e livre circulação entre os intelectuais de outros Institutos de pesquisa do país, muito auxiliado pelas correspondências trocadas com grandes nomes desses Institutos, que o subsidiavam na indicação do seu nome, numa relação de troca[39].

[36] CERTEAU, 2011, p. 63.
[37] CERTEAU, 2011, p. 89
[38] SOUSA, 2009, p. 49.
[39] SOUSA, 2009, p. 61.

Em 1936, portanto dez anos após seu ingresso como sócio efetivo do IGHA, Reis teve seu mérito como historiador reconhecido pelos membros do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Assim, a partir de dezembro do referido ano, passou a fazer parte daquele conceituado sodalício, de onde recebeu o feliz comunicado assinado por Max Fleiuss: "foi por unanimidade de votos aprovado o parecer da Comissão de Admissão de Sócios favorável à entrada de V. Exa. para a classe dos membros correspondentes"[40].

Segundo Vicente Tapajós[41], "seus primeiro livros: *História do Amazonas* e *Manaus e outras vilas* [...] foram sem dúvida, o principal título a trazê-lo ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro"[42]. Nesse sentido, seu primeiro livro publicado serviu como cartão de visitas, coforme afirmei na dissertação de mestrado. Reis enviou seu *História do Amazonas* para diversos intelectuais do país a fim de divulgar seu trabalho, e deles recebeu cartas agradecendo o envio, como as mencionadas acima, de Taunay e do IHGB.

Na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* (RIHGB) de 1936, encontra-se registrada a ata da 1ª sessão ordinária de 14 de abril do referido ano, na qual consta a leitura feita por Max Fleiuss, então 1° secretário perpétuo daquele instituto, dos nomes propostos a serem em breve apreciados a fim de que se tornassem membros daquele grêmio. Dentre eles estava o de Arthur Reis, apresentado como o "autor de uma interessante História do Amazonas"[43].

Na ata da 4ª sessão ordinária, de 10 de julho de 1936, onde estiveram presentes alguns dos nomes do convívio de Reis desde os tempos em que cursou a faculdade – como o conde Affonso Celso[44], na condição de presidente do IHGB; Affonso de Escragnolle Taunay; Rodolfo Garcia e o próprio Max Fleiuss –, consta o parecer favorável ao ingresso de Reis como sócio correspondente daquele instituto:

> Tomando conhecimento da proposta para ser admitido como sócio correspondente deste Instituto, o Sr. Dr. Arthur Cezar Ferreira Reis, residente em Manaus, a

---

[40] SOUSA, 2009, p. 61.

[41] Vicente Costa Santos Tapajós (1916-1998) nasceu em Petrópolis (RJ), "formou-se em história na primeira e única turma diplomada pela Universidade do Distrito Federal, fundada por Anísio Teixeira". Lecionou em diversas escolas de ensino secundário no Rio de Janeiro, entre as quais o Instituto de Educação do Rio de Janeiro, do qual foi catedrático. Tornou-se sócio do IHGB em 1981. Autor de diversos títulos, entre eles *História do Brasil* (1944); *História da América* (1954) e *Breve História do Brasil* (1960).

[42] TAPAJÓS, Vicente. O historiador Arthur Cezar Ferreira Reis. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, v. 148, n. 354, p. 38, 1987.

[43] PRIMEIRA sessão ordinária, em 14 de abril de 1936. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, v. 171, p. 251, 1936.

[44] A turma na qual Arthur Reis se formou em Direito, em 1927, turma Visconde de Cairu, teve Affonso Celso como paraninfo. Segundo o jornal *Correio da Manhã*, essa turma "deu ao Brasil quatro ministros do Supremo Tribunal Federal, dois governadores, quatro desembargadores, um embaixador, e vários advogados ilustres, além de um padre". Cf. ADVOGADOS de 1927 celebram missa e visitam o mestre. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, n. 22808, p. 11, 12 ago. 1967.

> comissão abaixo assinada vem apresentar sobre a mesma parecer favorável, pelas razões que passa a fundamentar. Reúne o proposto os mais brilhantes predicados morais e intelectuais. De alguns anos para cá, tem ele consagrado o seu formoso e elevado espírito a duas tarefas insignes e meritórias, quais a da educação da infância e a do culto das tradições do seu estado natal. Provam-no sobejamente os seus últimos trabalhos, dados a lume de 1931 a 1935, e que são os intitulados História do Amazonas, A explosão cívica de 1932, O ensino da História do Amazonas na escola primária e Manaus e outras vilas. Em todos esses opúsculos, cumpre-nos acentuá-lo, revelou-se notável o escritor amazonense, tanto pela casticidade do estilo, tanto pela competência de pedagogista e pela probidade de investigador da nossa heurística. Assim, a comissão abaixo assinada é de parecer que o Sr. Dr. Arthur Cezar Ferreira Reis honrará sobremaneira o quadro de sócios correspondentes deste nosso colendo grêmio[45].

Os nomes que à época integravam a Comissão de Admissão de Sócios, responsável pelo parecer, eram Basílio de Magalhães, Max Fleiuss, Souza Docca e Hélio Lobo. O referido parecer foi lido na Assembleia Geral Extraordinária, realizada na sala Varnhagem do IHGB, no dia 4 de dezembro de 1936. Assim se confirmava a efetivação de Reis nos quadros daquela casa[46].

Para o ingresso de Reis naquela importante instituição, contribuíram, além da escrita dos seus primeiros livros, o contato que já tinha estabelecido com intelectuais pertencentes ao IHGB durante o período em que cursou Direito no Rio de Janeiro. Sobre a questão, o próprio autor afirmou:

> Conheci Max Fleiuss em 1924, quando cheguei ao Rio de Janeiro para matricular-me na Faculdade de Direito, na Rua do Catete, também sede da Universidade local. Viera transferido de Manaus. Estava no segundo ano. Max recebeu-me com aquela alegria ruidosa que era uma de suas melhores características como ser humano. [...] *Tímido, provinciano que desembarcava na Corte* [47], sabia da existência de Max pelo que dele já lera na minha cidade, como apaixonado pelas coisas da história nacional. A surpresa de sua acolhida, insisto, refletida no transbordamento de suas maneiras, de suas palavras, do ar paterno que nos envolvia no contato que tínhamos todos os que frequentavam a Faculdade, dirigida por Afonso Celso, o nosso professor de Economia Política, tocou-me. [...] Os dias foram passando, fui criando amigos [...]. Rodolfo Garcia, da Secretaria da Faculdade, era mais esquivo. Falava pouco e não tratava muito intimamente os estudantes. Era homem de preocupações mentais, sem as exteriorizações de Fleiuss. Os dois formavam, no entanto, uma dupla inesquecível [...] Fleiuss aos poucos, porém, foi aparecendo aos meus olhos como uma figura admirável como espécie humana. [...] E por mão dele cheguei-me a esta casa que me foi acolhendo nas possibilidades que me abria para saber com mais segurança, mais entusiasmo e melhor critério o que se realizara no passado para a construção deste grande e generoso país[48].

---

[45] QUARTA sessão ordinária, em 10 de julho de 1936 (1.619ª), em homenagem à data centenária do natalício de Carlos Gomes. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, v. 171, p. 323, 1936.

[46] QUARTA..., 1936, p. 420.

[47] Note-se aqui a visão do próprio autor, que tem por insignificante sua terra ante a importância política do Rio de Janeiro, a Corte. REIS, Arthur Cezar Ferreira. Max Fleiuss historiador. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, v. 281, p. 53, out. 1968/dez. 1969. Grifo nosso.

[48] REIS, 1969, p. 53, grifo nosso.

A faculdade cursada no Rio de Janeiro rendeu-lhe, portanto, mais que o título de doutor, que sempre acompanhou seu nome nas apresentações formais do instituto, proporcionando-lhe os contatos fundamentais, tanto para a escrita da história, à qual logo depois se dedicaria, quanto para o ingresso numa *rede de sociabilidades*[49] no seio da qual foi aos poucos se sentindo confortável. Nesse período conheceu Capistrano de Abreu, embora não lhe tenha seguido os passos no que tange aos aspectos teórico-metodológicos, ouviu dele bons conselhos:

> Capistrano de Abreu, cuja casa frequentava, dava-me livros a ler. Quase que me policiava as leituras. A trindade – Fleiuss, Garcia, Capistrano, completava a influência que me fizera um apaixonado da história, iniciada em Manaus pelas reflexões e conselho de um professor, o Cônego Israel Freire da Silva, que me traçara os primeiros caminhos. A trindade, na época, constituía o que de mais expressivo havia no campo da historiografia brasileira. Diga-se que Taunay estava na mesma linha. Não contestarei. Taunay porém, embora assíduo em suas visitas ao Rio, [...] morava em São Paulo, enquanto que o trio fazia história na corte[50].

Para Capistrano e Garcia, a cientificidade assegurada pelos documentos era a base da escrita da história, prossegue Reis, enquanto Fleiuss tinha outro modo de atuar: "Não descria dos documentos. Não os estudava, no entanto, com a mesma intensidade dos outros". Embora os documentos não tenham sido a base de sua escrita, deixou uma importante obra, constituída com base na "crônica pormenorizada". A despeito de não ter construído sua obra sob o rigorismo da documentação, "não acreditava, e não poderia deixar de ser assim, que se escrevesse história desprezando-os". Fleiuss, continua Reis, "dava pulos de alegria" quando conseguia incorporar novos documentos aos arquivos do IHGB. E uma vez mais lembra a importância do antigo secretário da Faculdade de Direito para o seu ingresso no IHGB:

> Por sua mão vim integrar, a princípio, o grupo de correspondentes e posteriormente a linha dos efetivos deste Instituto Histórico. Lançara a História do Amazonas, sobre o que se pronunciara em carta que me escrevera louvando a iniciativa e lembrando que tinha o direito de pleitear a companhia dos nomes ilustres que compunham a mais velha organização do continente nas preocupações com o passado americano. Esses nomes ilustres, eu os conhecera no Instituto, apresentados a todos por sua generosa decisão. Pareciam-me todos, ao tempo, nomes tutelares de uma vida que só muito dificilmente se poderia alcançar. Eram tão grandes! Sentia tanta distância de todos eles! No entanto, face àquela admirável prática de boa convivência que Fleiuss sabia promover, fui sentindo a verdade da vida que ele me propunha nos contatos

[49] O conceito é aqui empregado tomando como base as discussões propostas por Maurice Agulhon em seu trabalho de 1984, sob o título Pénitents et francs-maçons de l'ancienne Provence: essai sur la sociabilité méridionale e, desenvolvido em trabalhos posteriores. Desse modo, neste trabalho a referência a esse conceito, implica em reconhecer as especificidades históricas que envolvem as experiências comuns partilhadas por determinados grupos sociais que estão interligados entre si por vínculos de interesses e solidariedades.

[50] REIS, 1969, p. 54.

> que experimentava, tomando coragem para a companhia com que realmente começava a sonhar[51].

Dezenove anos depois, ainda no mesmo sentido, Arthur Reis reativava suas memórias – de forma menos enfática, conforme o que a distância no tempo lhe permitia recordar, entretanto ratificando o que havia afirmado em 1968 – sobre as influências recebidas em início de carreira:

> Comecei a despertar para os estudos históricos quando ainda frequentava *o* curso secundário no Ginásio Amazonense. Era professor de história geral o cônego Israel Freire que me abriu o caminho concitando-me a estudo mais intenso e crítico com a história. [...] Vindo para o Rio de Janeiro, cursar a Faculdade de Direito da Universidade do Rio de Janeiro, única existente no Brasil, encontrei ali novo ambiente, representado: no Secretário da Faculdade, Max Fleiuss, secretário perpétuo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, e chefe dos serviços financeiros da Faculdade, no historiador Rodolfo Garcia, também daquele instituto histórico e mais tarde diretor da Biblioteca Nacional. Ambos me incentivaram, indicando-me, inclusive, o que deveria ler para ampliar meus conhecimentos. A esta altura, atuou um primo de minha mãe Emília Ferreira Reis, o Dr. José de Castro Monte, amigo íntimo de Capistrano de Abreu. Morava eu à rua Capitão Salomão e Capistrano, perto, à travessa Honorina, hoje Capistrano de Abreu. Fui levado a ele por aquele parente, o que me permitiu frequentar-lhe a morada que era o porão da casa. Emprestava-me livros, dava-me sugestões e continuadamente me dizia que eu devia escrever a história do Amazonas, por ser o meu Estado natal o único que ainda não tinha sua vida pretérita apresentada em livro[52].

Não há dúvida, portanto, que Fleiuss foi um importante intermediário na condução da aprovação do nome do autor amazonense para os quadros do instituto. Durante os dez anos em que Arthur Reis permaneceu na condição de sócio correspondente do IHGB, contribuiu com artigos[53] e notas publicados na revista daquele instituto, além de participar de algumas atividades importantes, dentre as quais a "Sessão especial em homenagem à memória do Conde Affonso Celso, ocorrida em 11 de agosto de 1939". Max Fleiuss, um dos oradores daquela sessão, apesar das poucas palavras ditas em elogio a Affonso Celso, procurou se destacar entre os demais, lembrando os quarenta anos de íntima convivência com o homenageado, sendo-lhe "a sombra" a testemunhar seus passos "nos seus dias de alegria e nos seus dias de pesar [...] nas manifestações mais íntimas do seu espírito e de seu coração. Ninguém, neste ponto, poderá exceder-me no conhecimento de tão nobre figura"[54], afirmou Fleiuss. Revela-se, assim, o grau de proximidade entre duas figuras que foram importantes para Arthur Reis em seus tempos de estudante no Rio de Janeiro, e também no seu ingresso

---

[51] REIS, 1969, p. 55.

[52] REIS, Arthur Cezar Ferreira. Palavras de agradecimento. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, v. 148, n. 354-357, p. 50, 1987. Homenagem a Arthur Cezar Ferreira Reis.

[53] REIS, Arthur Cezar Ferreira. História de Óbidos. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, v. 185, p. 3-113, 1944a; REIS, Arthur Cezar Ferreira. Paulistas na Amazônia e outros ensaios. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, v. 175, p. 216-233, 1940b.

[54] SESSÃO especial em homenagem à memória do Conde de Affonso Celso, em 11 de agosto. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, v. 173, p. 746-780, 1938.

como membro do IHGB, sugestivo para futuras pesquisas que tomem como objetivo suas redes de sociabilidade.

Nessa primeira década como membro do IHGB, Arthur Reis participou das atividades, de acordo com o que a distância lhe permitia, visto que nessa época residiu parte em Manaus e, posteriormente, em Belém, onde viveu de 1939 a 1945. Entretanto, tão logo fixou residência no Rio de Janeiro, solicitou sua transferência para sócio efetivo do IHGB. Sobre esse aspecto, assim informava a *RIHGB* de 1946:

> Com o falecimento do Dr. Antônio Carlos Ribeiro de Andrade, sócio efetivo do Instituto, tendo passado a residir no Rio, o sócio correspondente Arthur Cezar Ferreira Reis requereu, conforme permitem os Estatutos, a sua transferência desta última classe para aquela. O pedido foi deferido pelo Embaixador José Carlos de Macedo Soares, Presidente do Instituto, em data de 5 de abril último[55].

Conforme o estatuto daquela casa, os sócios eram distribuídos entre as classes, prática que se fazia com base em certa hierarquia. Na base da pirâmide estavam os sócios correspondentes, que deveriam ser em número máximo de 40 membros, e os sócios efetivos, também com a mesma quantidade de componentes. Ambas as classes gozavam dos mesmos direitos e deveres; o que os distinguia era apenas o local de residência, visto que só poderia ser sócio efetivo aquele que residia no Rio de Janeiro. Os requisitos exigidos para pleitear uma vaga no instituto também eram os mesmos tanto para os correspondentes quanto para os efetivos. Os candidatos a uma dessas vagas deveriam, assim, cumprir o mesmo ritual: a) "Apresentar, diretamente, ou por intermédio de algum sócio [...]", pesquisa inédita sobre sua área de atuação (História, Geografia, Etnografia ou Arqueologia), comprovando sua capacidade intelectual para pertencer àquela instituição; b) apresentar por escrito e assinada por três sócios do IHGB uma proposta de admissão; c) ter sua proposta analisada pela Diretoria, sendo que esta, após aceita, seria encaminhada à respectiva comissão, de acordo com a área de estudos do candidato; d) após o parecer favorável da respectiva comissão, acompanhar o retorno da proposta à Diretoria, que a apresentaria para ser discutida em sessão do instituto para que, se aprovada, fosse encaminhada à Comissão de Admissão de Sócios "para dizer sobre a idoneidade do candidato e conveniência de sua admissão"; e) ter o parecer da Comissão de Admissão de Sócios discutido e votado, por meio de voto secreto em sessão do instituto, "considerando-se aceito o candidato se aparecer maioria de esferas brancas, e,

[55] NOTICIÁRIO. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, v. 191, p. 372, abr./jun. 1946.

nesse caso, o presidente proclamá-lo-á sócio efetivo do instituto. Se, porém, a maioria for de esferas pretas, o presidente declarará rejeitada a proposta de admissão"[56].

Candidatos a sócios correspondentes ou a sócios efetivos deveriam fazer o mesmo percurso ao pleitear uma vaga no instituto. Caso um sócio correspondente se mudasse para o Rio de Janeiro, poderia solicitar transferência à categoria de sócio efetivo, assim como o fez Arthur Reis. Aceito como efetivo após se mudar para então capital federal, o autor amazonense passou a ser presença constante nas sessões do IHGB. Na ata da sessão de 15 de abril de 1946, portanto dez dias após integrar a classe de sócio efetivo, Reis já aparece assinando várias propostas de admissão de novos sócios àquela casa[57] e, na sessão de 8 de outubro do referido ano, proferiu uma "erudita conferência a respeito do "Início do liberalismo na Amazônia"[58]. Sobre essa conferência, o então 2° secretário, Leopoldo Antônio Feijó Bittencourt, assim se pronunciou na feitura da ata:

> O orador desenvolveu um tema sobremaneira expressivo mostrando como o início da vida política no país atraiu a ela diversos elementos sociais que logo se reuniram à nova pátria a se proclamar independente, mas para com isso deflagrarem a questão social de aspecto tão característico na Amazônia e objeto de especiais estudos, que vem fazendo o Sr. Arthur Cezar Ferreira Reis [59].

O primeiro ano de atividade de Reis como sócio efetivo do instituto foi de bastante intensidade. Além de ter contribuído com uma conferência, de ter assinando a proposta de novos sócios, e ter publicado três notas na *RIHGB*[60], participou de seis das nove reuniões realizadas no ano de 1946. Registre-se que a essa época Reis contava apenas com seus 40 anos de idade, e foi exatamente este o período do seu deslumbramento com as ilustres personalidades daquele instituto, muitas das quais pertenciam àquela casa desde os tempos que antecediam em muito o nascimento de Arthur Reis, como era o caso de Alfredo Nascimento Silva, que estava no instituto desde 1890 e constava do quadro de sócios, como sócio grande benemérito, no ano do ingresso de Reis naquele sodalício, posição essa que Reis alcançaria anos depois.

Assim, no ano de seu ingresso no IHGB, Reis passou a conviver com figuras como José Carlos de Macedo Soares, então presidente daquela instituição; Basílio de Magalhães;

---

[56] ESTATUTOS. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Rio de Janeiro, v. 175, p. 735, 1940.
[57] ATAS de 1946 (9 atas). *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, v. 193, p. 165, out./dez. 1946.
[58] ATAS..., 1946, p. 177
[59] ATAS..., 1946, p. 177. A conferência está transcrita na mesma revista, p. 110, com o título: A incorporação da Amazônia ao Império.
[60] REIS, Arthur Cezar Ferreira. Temas venezuelanos. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, v. 192, p. 246, jul./set. 1946.

José Bonifácio de Andrada e Silva; além dos já mencionados Rodolfo Garcia, Affonso Celso, Afonso Taunay e Max Fleiuss, entre outros.

Ele começou a frequentar assiduamente o IHGB num período privilegiado no qual aquela casa vinha de recuperar o seu prestígio, muito pelo auxílio da reabilitação de sua aliança com o Estado. Acostumado a viver sob o patrocínio do Império desde os seus primeiros anos de funcionamento, durante os anos iniciais da República, o instituto sofreu duros golpes, chegando inclusive à ameaça de ter suas atividades extintas. Monarquista que era aquela instituição, naturalmente sofreu represálias dos republicanos que, então, ocupavam o poder[61]. Foi somente com a ascensão das oligarquias que aos poucos o instituto foi resgatando sua aliança com o poder instituído, até culminar com o período em que viveu sob o mecenato de Getúlio Vargas[62].

As relações de Vargas com o IHGB tiveram início na década de 1920, motivadas por questões políticas, tendo alcançado seu ápice na década seguinte. Na proposta lida em Assembleia Geral Ordinária de 9 de janeiro de 1934, que indicou Vargas à presidência perpétua daquela instituição, um dos motivos para tal proposição foi que o então chefe do Governo Provisório havia "dispensado ao Instituto várias significativas demonstrações de acatamento, como por exemplo, a de lhe haver presidido a todas as sessões solenes" durante o período de sua administração[63]. Assim, Vargas passou a compor o quadro de presidentes honorários do IHGB. Ele era o presidente da vez. Antes dele também haviam sido escolhidos para o mesmo posto Wenceslau Braz, Arthur Bernardes e Washington Luís, assim como, posteriormente, o então presidente Eurico Dutra passou a ocupar a mesma posição de honra nos quadros do instituto. Segundo o estatuto do IHGB em vigor, desde que assinada por 21 sócios, a indicação de um nome para ocupar a presidência honorária do instituto dispensava eleição em assembleia. Foi desse modo que, em 13 de maio de 1947, o nome de Dutra foi indicado, constando entre as demais a assinatura de Arthur Reis. O que importa registrar é o prestígio que o IHGB gozava em relação ao Estado no período em que Reis ali passou a transitar como sócio efetivo após ter fixado residência no Rio de Janeiro.

Dessa forma, ciente do lugar distinto que o IHGB ocupava no Estado e na sociedade, a partir de 1946, Arthur Reis vai habilmente construindo sua carreira naquela instituição. Na sessão de 14 de maio de 1947, foi um dos nomeados pelo presidente do instituto para compor

---

[61] GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal. *Da Escola Palatina ao Silogeu*: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1889-1938). Rio de Janeiro: Museu da República, 2007. p. 21-37.

[62] GUIMARÃES, 2007, p. 21-37.

[63] ATAS das Sessões de 1934. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, v. 169, p. 224, 1934.

a Comissão Executiva, que, a partir de então, passou a realizar frequentes reuniões a fim de organizar o 4° Congresso Nacional de História[64], realizado na cidade do Rio de Janeiro entre 21 e 28 de abril de 1949. No ano seguinte, em sua viagem a Cuba como representante do Ministério do Trabalho, do qual era funcionário, Reis cuidou de fazer uma visita à Academia de História de Cuba, a pedido de Joaquim Carlos de Macedo, contribuindo no estreitamento de relações entre esta e o IHGB. Sobre esse momento, foi o próprio presidente da instituição cubana quem discorreu em carta dirigida a José Carlos de Macedo, presidente do IHGB:

> Senhor Presidente, [...] esta corporação teve a honra de receber, em sua sessão ordinária de 18 de dezembro último, o Sr. Dr. Arthur Cezar Ferreira Reis, ilustre membro desse Instituto, de quem tivemos a satisfação de receber sua mensagem de 18 de novembro. Tivemos ainda o prazer de ouvir do Dr. Ferreira Reis um inspirado discurso, no qual nos informou amplamente sobre o fecundo e transcendente trabalho historiográfico que o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro levou a cabo. Por esse motivo, felicitamos V. Exª. muito sinceramente, comprazendo-me em lhe expressar, em nome de nossa Academia, que esta se acha com a melhor disposição de colaborar com esse Instituto, por meio de trocas de publicações e frequente comunicação, na realização de nossos ideais comuns de cultura, para servir aos altos interesses da América[65].

Essa carta foi lida no IHGB por ordem de José Carlos Macedo, na sessão de 14 de abril de 1948, na presença dos sócios e das demais autoridades políticas[66], fato que certamente se fazia fecundo à exaltação do nome de Reis entre os componentes daquela casa.

Em 1949, Reis compôs "a plêiade ilustre de abalizados conferencistas"[67] que apresentaram trabalhos no Curso Joaquim Nabuco, oferecido pelo IHGB entre julho e setembro do referido ano, com o objetivo de comemorar o centenário de nascimento "do notável tribuno, abolicionista e diplomata brasileiro"[68]. Na assembleia geral de 17 de dezembro de 1951, Arthur Reis foi eleito para a Comissão de Fundos e Orçamentos, com exercício no biênio 1952-1953[69]. Essa comissão estava entre as sete comissões permanentes que integravam o corpo administrativo do IHGB e tinha a incumbência de examinar as contas

---

[64] ATAS. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, v. 201, p. 196, out./dez. 1948. Também integravam a comissão Augusto Tavares de Lira, Alfredo Valadão, Pedro Calmon Moniz de Bittencourt, José Wanderlei de Araújo Pinho, Virgílio Correa Filho, Rodolfo Garcia, Afonso d'Escragnolle Taunay, Brás Hermenegildo do Amaral, Carlos da Silveira Carneiro, Francisco Radler de Aquino, Henrique Carneiro Leão Teixeira Filho, Leopoldo Antônio Feijó Bittencourt, Afonso Costa e José Pedro Leite Cordeiro.

[65] ATAS, 1948, p. 193.

[66] Fizeram-se presentes naquela sessão, além de outras autoridades, o embaixador da República Dominicana, Porfírio Baez, e o Sr. Seaver Richmond, adido cultural dos Estados Unidos.

[67] Expressão de Virgílio Correa Filho ao se referir aos conferencistas do Curso Joaquim Nabuco e do Curso Rui Barbosa, oferecido pelo Instituto. RELATÓRIO do Primeiro Secretário Dr. Virgílio Corrêa Filho. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, v. 205, p. 447, out./dez. 1949.

[68] INSTALAÇÃO solene do "Curso Joaquim Nabuco". *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, v. 204, p. 107, jul./set. 1949.

[69] Carvalho Mourão, Mario Teixeira de Freitas, Cláudio Ganns e J. A. Soares de Souza foram os outros sócios eleitos para integrar a Comissão de Fundos e Orçamentos junto com Reis.

do instituto, "interpor parecer sobre a proposta anual do orçamento da receita e despesa", além de "dar parecer quando [fosse] consultada pelo presidente"[70].

Enfim, a partir de 1946, foram muitas as atividades de Reis no IHGB – conferência, discurso, participação em cursos oferecidos pelo instituto, além das publicações –, inclusive na seção de trabalhos originais, realizada nas páginas da RIHGB. Todas essas atividades, assim como sua participação no corpo administrativo, compondo a Comissão de Fundos e Orçamentos – função na qual permaneceu até 1967, sendo bianualmente reeleito, perfazendo um total de 16 anos nessa atividade –, garantiu a Reis um lugar entre os sócios beneméritos.

É do dia 2 de maio de 1958 a proposta que sugere o nome de Reis para ocupar um lugar na classe de sócios beneméritos. Segundo a proposta, o merecimento do autor para ocupar a nova categoria vinha do seu "valor como historiador" e dos serviços prestados ao IHGB[71], sendo esta uma das atribuições necessárias à posse como benemérito, isto é, "a prestação de serviços notáveis" ao instituto, conforme o estatuto em vigência[72].

Atendendo a proposta, a Comissão de Admissão de Sócios expediu o parecer nos seguintes termos:

> Desde que foi admitido na condição de sócio efetivo [...] não cessou Arthur Cezar Ferreira Reis de justificar o seu ingresso, mediante contribuições históricas tanto fora, quanto à sombra do Instituto. Assim foi que, especialmente acerca de assuntos amazonenses, nos quais pontifica pelo saber, baseado em perseverantes pesquisas, editou de 1940 a 1948: – Lobo d'Almada – A política de Portugal no vale amazônico – Síntese de História do Pará – O processo histórico da economia amazonense – Limites e demarcações na Amazônia brasileira (2 tomos) – Estadistas Portugueses na Amazônia – Território do Amapá. No Instituto, sempre que permite seus afazeres no Ministério do Trabalho, onde exerce alto cargo, na Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia, que deixou para assumir a direção do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia, vem contribuindo com os seus ensaios, estampados na Revista e conferências, para evidenciar a sua dedicação à secular instituição, a quem tem prestado relevantes serviços. Participa dos trabalhos de uma das comissões estatutárias – a de Fundos e Orçamentos – e merece, portanto, passar à classe de Beneméritos [...][73].

Com todos esses predicados, Reis passa, então, a integrar a seleta classe dos beneméritos, composta apenas por 15 sócios, conforme permitia o estatuto. Acima dessa classe havia somente mais uma, a dos grandes beneméritos, constituída por apenas cinco sócios, a qual Reis veio a integrar em 1969, além de ter composto a Comissão Diretora da *RIHGB* e ocupado a diretoria do próprio instituto na qualidade de segundo e, posteriormente,

---

[70] Conforme estipulava o Estatuto de 1921, então em vigor. ESTATUTOS, 1940, p. 744.
[71] ATAS das Sessões. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, v. 241, p. 264, out./dez. 1958.
[72] Estatuto de 1921, modificado pela assembleia de 1922. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, v. 191, p. 736, 1940.
[73] ATAS..., 1958, p. 264.

de primeiro secretário. No entanto, para os objetivos aos quais me proponho, a síntese da trajetória de Reis no IHGB, do seu ingresso até fins da década de 1950, é o suficiente para a conclusão acerca da notoriedade que o autor obteve naquela casa e, consequentemente, para a autorização que toda essa inserção proporcionava aos seus trabalhos historiográficos. Portanto, entre outras atividades realizadas pelo autor e o pertencimento a outras associações, creio que sua condição de sócio do IHGB já lhe havia proporcionado credenciais suficientes para que seu discurso acerca da cobiça internacional obtivesse tamanho respaldo, ainda que não fosse calcado nas necessárias comprovações que tal denúncia, normalmente, exigiria. O pertencimento ao IHGB estava intimamente ligado às suas representações históricas construídas ao longo do tempo, o que o credenciava cada vez mais como membro daquele grêmio. Assim, na década de 1960, quando o autor lançou a denúncia acerca da cobiça internacional, esta estava associada à representação histórica construída por Reis, que já havia passado pelas exigências da disciplina e do IHGB, servindo como base para que seu discurso se assentasse no "verdadeiro". Como afirma Foucault, "[...] uma proposição deve preencher exigências complexas e pesadas para poder pertencer ao conjunto de uma disciplina; antes de poder ser declarada verdadeira ou falsa, deve encontrar-se, como diria M. Canguilhem, 'no verdadeiro'"[74]. A representação histórica construída por Reis desde a década de 1930 se fez no interior dessas exigências complexas e, por isso, foi, de imediato, bem recepcionada por intelectuais renomados. Mas por quais caminhos seguiram as representações históricas de Reis antes da década de 1960, portanto antes da publicação do seu livro denúncia?

Segundo Ankersmit, "[...] a representação apresenta-nos a certos aspectos da realidade representada, de forma que você pode chamar a atenção de alguém para certas características de algo"[75]. Para o autor, representação histórica e metáfora têm estruturas em comum, pois tanto uma quanto a outra elaboram convites a como determinada realidade deve ser vista.

> A ideia fundamental aqui é que toda representação é uma representação como: Napoleão é representado (por Canova) como um imperador romano; Saskia é representada como Flora, Maria Antonieta como pastora etc. Obviamente, ninguém deixa de estar consciente desse recurso da representação no caso da escultura de Canova. Mas, mesmo que escultores ou pintores não sejam tão explícitos como Canova foi sobre como deseja que suas representações sejam entendidas, *a representação tem sempre essa característica de ser uma representação como*. Muito já se aclara com a insistência de Danto de que *parte do que uma*

[74] FOUCAULT, 2013, p. 32.
[75] ANKERSMIT, Franklin Rudolf. Representação e referência. *In*: ANKERSMIT, Franklin Rudolf. *A escrita da história* [livro eletrônico]: a natureza da representação histórica. Londrina: Eduel, 2016. cap. 5, p. 202.

> *representação faz é exigir que o espectador tome certa atitude com relação a certos sujeitos*. Isso é o que metáfora e representação têm em comum, segundo Danto[76].

Dessa forma, a representação histórica de Arthur Reis é uma representação da Amazônia como uma região cobiçada, o que, por conseguinte, exigia uma atitude de certos sujeitos, nesse caso, programas políticos e econômicos do Estado em parceria com a iniciativa privada, que tirassem a região do seu estado de estagnação, conforme o autor a via, e a elevassem ao status de região desenvolvida, civilizada.

Assim, os aspectos do passado da Amazônia que se revelam na narrativa de Reis são as disputas de nações pela região tão cobiçada e o heroísmo de Portugal em conter o avanço das nações rivais. A concepção da Amazônia como região cobiçada foi o discurso que girou em torno de seu anseio pelo desenvolvimento da região, o cerne de sua representação histórica. Essas questões atravessaram toda a sua obra, construída em quatro décadas, e se moveram de acordo com as proposições políticas para a região no momento no qual Reis escrevia, como se verá ao longo desta tese.

Como destaca ainda Ankersmit, "o passado em si é o recipiente mais ou menos passivo do significado que o historiador lhe investe. Pode ser que esse significado se encaixe de maneira torpe ao próprio passado. Mas o passado não protestará contra isso"[77]. Não é a intenção aqui verificar ou atestar a "verdade" da representação histórica de Reis; antes, o que se pretende é analisar os objetivos políticos contidos em sua narrativa ou os usos políticos do passado dos quais se valeu nosso autor e, portanto, as relações entre as "experiências do tempo" e as "intenções do agir" que comandaram sua representação históLrica e seu discurso político.

Esta pesquisa se assenta na tese de que o trabalho historiográfico de Arthur Reis se pautou, ao logo de toda a sua produção, por essa busca pelo desenvolvimento de sua terra natal, que se estendeu para a Amazônia como um todo e, portanto, no discurso da Amazônia como região cobiçada, que fez parte das suas falas desde a década de 1930 e se tornou uma espécie de atalho para chegar ao sonhado desenvolvimento. Desse modo, desenvolvimento e cobiça pela Amazônia se amalgamaram no discurso do autor e o discurso da cobiça se movimentava de acordo com a proximidade ou o distanciamento que se estava do tão almejado desenvolvimento, dependendo, assim, das políticas de Estado para a região. Sendo assim, com vistas à compreensão do movimento desse discurso, a primeira parte desta tese se divide em três capítulos.

---

[76] ANKERSMIT, 2016, p. 202, grifo nosso.
[77] ANKERSMIT, 2016, p. 203.

O primeiro traz uma análise da primeira obra de Arthur Reis, *A política de Portugal no Vale Amazônico* (1940), lançada num período no qual a região amazônica passou a integrar de forma intensiva as preocupações do Governo Federal. O então presidente, Getúlio Vargas, se propunha a integrar as regiões "atrasadas" ao centro econômico do país. Foi um momento de vibrantes expectativas para os que almejavam o desenvolvimento da região nos moldes capitalistas. Nesse período, Reis já apresentava o tema da cobiça pela Amazônia, entretanto este aparece de forma comedida, visto que o momento de pujantes promessas governistas para a região não exigia um discurso mais acirrado acerca desse tema. Nesse momento, a preocupação do autor era construir o modelo português, que deveria servir aos governantes do presente e do futuro. Ao lançar o olhar para o passado da Amazônia, Reis constrói uma representação histórica em que Portugal atua como um Estado forte e intervencionista, traçando uma eficiente política econômica para a região e defendendo-a da cobiça estrangeira. Tudo é feito por Portugal de forma primorosa, sendo seus desacertos minimizados e compreensíveis ante a obra grandiosa de colonização da Amazônia.

O livro *A Amazônia e a cobiça internacional* (1960), lançado duas décadas depois das propostas de Vargas para a região, é o tema do segundo capítulo. Nesse período, Arthur Reis, que havia passado pela direção de duas instituições criadas pelo governo getulista com vistas ao desenvolvimento da região amazônica – a SPVEA e o Inpa –, saíra da direção dessa última anunciando o lançamento do referido livro, que se propunha a denunciar a iminente perda da Amazônia para nações estrangeiras caso o Estado não tomasse medidas urgentes. Aí o discurso da cobiça internacional toma fôlego e ganha o palco das discussões nacionais. Não é mais aquele discurso ameno da década de 1940, que aguardava a ressurreição da Amazônia. Agora ciente de que as políticas de Vargas não haviam sido o bastante em busca do sonhado desenvolvimento da região, Reis lança mão do mais acirrado uso político do passado, intencionando chamar a atenção do Governo Federal e do Brasil para a necessidade de "povoar" e "civilizar" a Amazônia.

O terceiro capítulo fica por conta da análise de outro livro de Reis, *O Impacto amazônico na civilização brasileira: a Transamazônica e o desafio dos trópicos* (1972). Desta feita, o discurso da cobiça internacional é acionado para pressionar o governo, então instalado pós-Golpe Militar de 1964, a realizar a contento as obras que havia se proposto a empreender na Amazônia. Esse foi novamente um período, à semelhança do que ocorreu no Governo Vargas, de intensos projetos que visavam desenvolver a região. Arthur Reis, que já vinha das decepções quanto às promessas feitas e não efetivadas a contento na década de 1940, nesse período lança um livro fruto da reunião de palestras e artigos produzidos dos fins

dos anos 1960 ao início dos anos 1970, que ora elogia as ações do governo militar para a Amazônia, ora atua como fiscal, a fim de pressionar o governo para que não ocorresse dessa vez o mesmo que no período Vargas, de muitas promessas e pouca efetividade na realização das políticas desenvolvimentistas para a região.

A segunda parte da tese se propõe a compreender a forma como Arthur Reis foi representado na mídia impressa, tanto no âmbito local, ou seja, na sua terra natal, como no contexto mais amplo dos jornais impressos fora do seu estado, predominantemente no Rio de Janeiro. Desse modo, o quarto capítulo tem por objetivo analisar as representações do autor no *Jornal do Comércio* de Manaus, isto é, o modo como esse veículo foi, ao longo de três décadas, associando Arthur Reis à defesa da Amazônia. A representação de Reis naquela folha se fez na base de muitos adjetivos lisonjeiros, vinculados, na maioria das vezes, ao alcance que as ideias do autor tinham no centro político-administrativo do país. O Arthur Reis apresentado por aquele periódico aparecia como o arauto das questões amazônicas perante o Governo Federal. Era a voz que saía da província e se fazia ouvir no centro do país.

Finalmente, o último capítulo versa sobre as representações de Arthur Reis em diversos jornais de importante circulação nacional, principalmente nos impressos do Rio de Janeiro, nos quais foi possível verificar o surgimento e a consolidação de Reis como autor naquele que era considerado o centro político e cultural do país. Foi possível, dessa maneira, analisar a importância do intelectual amazonense e de seu discurso da cobiça internacional pela Amazônia entre grandes nomes do mundo político e intelectual brasileiro.

PARTE I - A AMAZÔNIA DE ARTHUR REIS

1 DÉCADA DE 1940: A POLÍTICA DE GETÚLIO VARGAS, A HISTÓRIA/POLÍTICA DE ARTHUR REIS E AS EXPECTATIVAS QUANTO AO FUTURO DA AMAZÔNIA

Este capítulo se assenta no entrelaçamento entre as propostas do Estado Novo (1937-1945) para a Amazônia e o lançamento do livro inaugural de Arthur Reis com temática amazônica, *A política de Portugal no Vale Amazônico* (1940)[78]. A narrativa do autor acompanhou as expectativas político-econômicas para a região, que estavam no bojo das promessas do presidente Getúlio Vargas, de fins da década de 1930 e início da década de 1940.

"Sobre a Amazônia convergiam, ontem como hoje, olhares cobiçosos do estrangeiro". Essa afirmação de Arthur Reis, em *A política de Portugal no Vale Amazônico* (1940), é reveladora do quanto as relações entre presente e passado comandaram os objetivos de sua narrativa ou de como "as experiências do tempo", reveladas por meio do seu texto, apresentam as "intenções do agir", isto é, de como seu livro, que aborda aspectos específicos da história colonial da Amazônia, traz em seu bojo, mesmo que de forma sutil, um projeto político-econômico para a região no presente que está de acordo com os planos de Vargas. Sutilmente, a princípio, porque duas décadas depois o autor faria isso de modo mais explícito no famoso *A Amazônia e a cobiça internacional* (1960).

Para fins de melhor compreensão dos objetivos aqui propostos, primeiramente apresento a inserção da Amazônia nos propósitos políticos do Estado Novo. Posteriormente, analiso o modo como a narrativa de Arthur Reis acompanhava esse momento de otimismo para a região, ressaltando o tema da cobiça estrangeira e a ação heroica de Portugal para contê-la.

Em fins da década de 1930, a Amazônia caía nas graças do Estado Novo, obtendo espaço privilegiado no debate político nacional. Vargas se propunha a estender os braços do Estado às regiões consideradas desintegradas do país do ponto de vista econômico. Suas propostas para a região se fizeram tão incisivas que o período de seu governo ficou conhecido

[78] Arthur Reis já havia publicado *História do Amazonas* (1931) e *Manaus e outras vilas* (1934). Como evidenciam os títulos, os referidos livros tinham Manaus como recorte espacial, portanto, *A política de Portugal no vale amazônico* (1940) foi o primeiro livro do autor a ampliar a discussão numa abordagem envolvendo a região como um todo.

pela pretensão em empreender a segunda conquista da Amazônia[79], e a ele próprio imputou-se o título de novo descobridor da região[80].

Entretanto, para que o Estado se pusesse a colonizar os sertões brasileiros, habitados por populações nativas, que, de acordo com as novas concepções para a região, também deveriam ser integradas à nação, justificativas ideológicas se faziam necessárias. Entre elas estava a tese do "vazio demográfico" e a concepção da região como área cobiçada por nações estrangeiras. Diante dessa situação, a ocupação da região e o investimento de capital visando ao seu desenvolvimento eram urgentes para que a região fosse integrada economicamente ao restante do país. Assim, essas questões de fins da década de 1930 e início da década de 1940 aparecem na narrativa de Reis. Ainda que seu livro tenha adotado um recorte cronológico situado nos séculos XVII e XVIII, as demandas do momento no qual escrevia se fizeram presentes no texto.

Segundo Maria Liege Freitas Ferreira, o intenso interesse varguista pela região amazônica acompanhava o movimento internacional cujas atenções se voltavam para a nascente geopolítica, então proposta por Friedrich Ratzel, que, em síntese, preconizava que o poder de um Estado estava relacionado às suas dimensões geográficas, a uma localização privilegiada e à abundância de recursos naturais[81].

Conforme Ferreira, Everardo Backheuser e Mário Travassos foram os intelectuais que se destacaram, em âmbito nacional, nos debates sobre geopolítica, ambos devedores das propostas de Friedrich Ratzel. O primeiro afirmava que

> A valorização do Brasil, interna e externamente, se daria com a exploração, por parte do governo brasileiro, das regiões que não se encontravam congregadas' à unidade nacional, isto é, regiões que precisavam ser conhecidas e exploradas economicamente. Assim, o conhecimento do espaço e a posição que o Estado ocupa nas confluências territoriais seria o suficiente para resolver os problemas de expansão econômica e assegurar maior coesão territorial[82].

Travassos, por sua vez, defendia que a superioridade brasileira dar-se-ia por meio do domínio de seus recursos hídricos e naturais: "temos a posse da maior parte da bacia

---

[79] Cf. FATHEUR, Tomas. Amazônia: região paradigmática situada entre destruição, valorização e resistência. *In*: Dawid Danilo Bartelt (Org.). *Um campeão visto de perto*. Uma análise do modelo de desenvolvimento brasileiro. Rio de Janeiro: Heinrich-Böll-Stiftung, 2012. p. 79-92.

[80] ANDRADE, Romulo de Paula. Conquistar a terra, dominar a água, sujeitar a floresta: Getúlio Vargas e a revista "Cultura Política" redescobrem a Amazônia (1940-1941). *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi*, Belém, v. 5, n. 2, p. 453-468, maio/ago. 2010.

[81] FERREIRA, Maria Liege Freitas. Estado Novo e ocupação da Amazônia: uma abordagem geopolítica. *Raízes*, Campina Grande, ano 18, n. 20, nov. 1999.

[82] FERREIRA, 1999, p. 36.

amazônica e com ela o controle de todas as suas possibilidades viatórias, inclusive sobre os transportes que venham de outra vertente continental"[83].

Portanto, segundo Ferreira, diante do levantamento dessas problemáticas discutidas em âmbito internacional, e também em razão dos objetivos políticos nacionais que giravam em torno da centralização política e da integração econômica do país, a Amazônia se tornou um dos principais temas do Governo Vargas. "No novo estado, não haveria dispersão patriótica e levar-se-ia às regiões esquecidas o Estado que se criara: o desenvolvimento dos grandes centros urbanos às populações interioranas, tirando-as do atraso a que até então estiveram condenadas"[84].

Essas questões entraram no debate nacional de forma programática com a "Marcha para o Oeste", política varguista que visava desbravar os "sertões" do Brasil, compatibilizando as fronteiras econômicas às fronteiras políticas. De acordo com Orlando e Cláudio Vilas Bôas, nesse período os brasileiros "viviam praticamente na faixa litorânea. A Amazônia era um mundo remoto, e o Brasil central, como dizia o jornalista Jorge Ferreira, parecia 'mais distante que a África'"[85]. A fim de diminuir essas distâncias, a proposta de Vargas era desenvolver economicamente o interior do país, como é possível notar em entrevista que concedeu em 1938: "A grande tarefa do momento, no nosso país, é a mobilização dos capitais nacionais, para que tomem um caráter dinâmico na conquista econômica das regiões retardadas"[86].

Essa intenção também ficou evidente em outro discurso pronunciado no mesmo ano, quando, então, sintetizou os objetivos da Marcha para o Oeste:

> Ainda há pouco, vindo do interior paulista e observando a atividade das classes que labutam nas lindes do Estado, eu lhes disse que o Governo estava, precisamente, pregando uma cruzada nova, e o que eu denominava "marcha para o Oeste" nada mais era que a valorização do sertão brasileiro, daquelas vastas zonas por vossos antepassados, há quatro séculos conquistadas para o Brasil; que elas precisavam ser utilizadas por processos modernos, no interesse do próprio Brasil[87].

Segundo Rômulo de Paula Andrade, esse programa de governo contou com a colaboração intelectual de Cassiano Ricardo, para quem "a 'Marcha para o Oeste' seria a

---

[83] TRAVASSOS apud FERREIRA, 1999, p. 36.
[84] FERREIRA, 1999, p. 37.
[85] BÔAS, Orlando Vilas; BÔAS, Claudio Vilas. *A Marcha para o Oeste*: a epopeia da Expedição Roncador-Xingu. São Paulo: Companhia das Letras, 2012. p. 34 .
[86] VARGAS, Getúlio. Problemas e realizações do Estado Novo: entrevistas à imprensa do país, feitas em Petrópolis, em 19 de fevereiro, e em São Lourenço, em 22 de abril de 1938. *In*: VARGAS, Getúlio. *A nova política do Brasil*: o Estado Novo, 10 de novembro de 1937 a 25 de julho de 1938. Rio de Janeiro: José Olympio, 1939b. p. 166.
[87] VARGAS, Getúlio. Discurso pronunciado de improviso, na Bolsa de Mercadorias de São Paulo, em 23 de julho de 1938. *In*: VARGAS, Getúlio. *A nova política do Brasil*: o Estado Novo, 10 de novembro de 1937 a 25 de julho de 1938. Rio de Janeiro: José Olympio, 1939a. p. 305.

plenitude do imperialismo brasileiro, ou seja, a conquista dos próprios territórios que, de acordo com o discurso oficial, nunca teria, até então, recebido a devida atenção do poder central"[88]. Andrade lembra que, para Cassiano Ricardo, o "espírito unitário" e o "antifederalismo" seriam os responsáveis por livrar o país dos povos estrangeiros que poderiam ocupar os espaços vazios em território brasileiro [89].

Conforme Andrade, o livro de Cassiano Ricardo, *Marcha para o Oeste: a influência da bandeira na formação social e política do Brasil* (1940), que endossava os programas de governo getulista, recebeu influência de Frederick Jackson Turner, mais especificamente da sua obra *The Frontier in American History* (1893), que se tornou bastante conhecida dos pensadores ocidentais, sendo apropriada de diversos modos, de acordo com a demanda de situações específicas. No caso de Cassiano Ricardo, importava recuperar do pensamento de Turner

> 'o caráter civilizatório da fronteira, que interpretou a história estadunidense como a vitória da civilização (brancos) contra a barbárie (índios)'. Era na fronteira que ocorreria a verdadeira história daquele país, pois o encontro de brancos com índios (vistos como obstáculos e parte do ambiente) formaria a sociedade norte-americana. Em Turner, pouco a pouco o homem da fronteira, após diversos problemas iniciais, começaria a inverter a balança entre o ambiente e a cultura, aprendendo com o nativo tudo o que necessitava para a sua sobrevivência. A apropriação da tese de Turner em Cassiano Ricardo se deu de tal forma que até a Amazônia, situada majoritariamente ao norte do Brasil, tornou-se oeste para o ideário varguista. *Em suma, a ideia empreendida nos discursos oficiais referia-se principalmente ao caráter civilizatório da fronteira, que traria para as regiões ditas abandonadas do país, o progresso que o Estado Novo estaria realizando nas localidades centrais, como Rio de Janeiro e São Paulo*.[90].

Maria Secreto lembra que os planos de Vargas eram evitar o movimento migratório sertão-litoral e incentivar o movimento inverso, povoando o sertão com habitantes das áreas litorâneas. Assim, povoar os sertões de Goiás e Mato Grosso era o principal mote da Marcha para o Oeste. "Mas a ideia de marchar para o interior logo se estendeu à região amazônica, que também ingressou no 'imaginário oficial' entre os territórios internos a serem ocupados pelos homens do sertão, preferencialmente pelos nordestinos"[91].

A tônica era vencer a natureza selvagem conquistando o meio ambiente, que impedia o desenvolvimento econômico. Foi essa mesma temática que, segundo Andrade, ocupou as páginas da revista *Cultura Política* nos anos 1941 e 1942, periódico marcado por ser um dos principais veículos de comunicação responsáveis pela produção e/ou divulgação ideológica do

---

[88] ANDRADE, 2010, p. 459.
[89] ANDRADE, 2010, p. 459.
[90] ANDRADE, 2010, p. 459, grifo nosso.
[91] SECRETO, Maria Verônica. A ocupação dos "espaços vazios" no governo Vargas: do "Discurso do rio Amazonas" à saga dos soldados da borracha. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 40, p. 116, jul/dez. 2007.

regime varguista[92]. Dessa forma, a Amazônia era inserida no conjunto de projetos ideológicos do Estado por meio dos artigos, que, de um modo geral, propunham a superação do passado, quando as elites políticas não haviam conseguido resolver os problemas relativos ao povoamento e saneamento da região. Portanto, um dos aspectos que dava certa unidade aos debates travados nas análises da revista era a negação da Primeira República, que deveria ter seu "passado liberal" substituído pelo Estado Novo, responsável por retomar a construção da nacionalidade do país[93]. Se, antes, sobre os moradores locais, caboclos e nordestinos recaía a culpa pelo atraso regional, sob o Estado Novo, essa culpa era transferida aos membros das elites da Primeira República e a população, antes desprezada, passaria a ser alvo da ação redentora do Estado.

Francisco Galvão, ex-deputado estadual do Amazonas, jornalista, escritor e romancista, foi um dos autores de *Cultura Política* analisado por Andrade. Galvão via no Governo Vargas a redenção da Amazônia, que se faria com o próprio morador local, sem a necessidade do elemento estrangeiro. "Desta forma, o caboclo e o nordestino estariam incorporados ao repertório ideológico do governo Vargas. [...]. O embate entre homem e natureza teria um novo vencedor, que em conjunto com a ação governamental levaria a região ao seu destino glorioso"[94]. *O sentido social da Amazônia* foi o título do seu artigo que, segundo a Revista, objetivava "mostrar que a hora do ressurgimento da Amazônia chegou depois da recente visita do Presidente Getúlio Vargas ao Norte do País"[95].

As precárias condições sanitárias da região eram outro problema a ser enfrentado, e esse foi o tema do artigo de Azevedo Lima, outro autor analisado por Andrade. Como de praxe, Lima também culpou o governo anterior pelo descaso para com a Amazônia, que "[...] vivia à margem da civilização, sugando o povo pelas ventosas dos hematófagos, roído em suas energias pelos hematozoários de Laveran, esporiado pela praga social dos regatões e atravessadores [...]"[96]. Apesar disso, as expectativas via Estado Novo eram das mais ambiciosas: "Concluída essa obra benemérita de patriotismo, não seria exagero adiantar que a nossa civilização se deslocará para o extremo setentrional do Brasil. O Norte marcará, então,

---

[92] Maria Secreto também menciona o papel da eevista Cultura Política na construção ideológica da Marcha para o Oeste. A autora menciona a heterogeneidade do grupo de autores que colaboraram nesse sentido, como Péricles Melo Carvalho, Nelson Werneck Sodré, Ademar Vidal, Herberto Sales etc. Cf. SECRETO, 2007.

[93] ANDRADE, 2010, p. 461.

[94] ANDRADE, 2010, p. 464.

[95] GALVÃO, Francisco. O sentido social da Amazônia. Cultura Política. *Revista de Estudos Brasileiros*, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 149, 1941.

[96] LIMA, Nísia Trindade; HOCHMAN, Gilberto. Pouca saúde e muita saúva: sanitarismo, interpretações do país e ciências sociais. *In*: HOCHMAN, Gilberto; ARMUS, Diego (org.). *Cuidar, controlar,curar*: ensaios históricos sobre saúde e doença na América Latina e Caribe. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2004. p. 493-532; LIMA, 1941 apud ANDRADE, 2010, p. 466.

o ritmo do nosso progresso. Oferecerá hospitalidade a cerca de 150.000.000 homens", previa Azevedo Lima.

De acordo com Andrade, o discurso acerca da Amazônia configurado nos artigos da *Cultura Política* nesse período é devedor do *Discurso do Rio Amazonas*, pronunciado por Getúlio Vargas em 10 outubro de 1940, em visita que fez a Manaus. A visita ocorreu na conjuntura da *Marcha para o Oeste*, e estava imbuída de importante aspecto simbólico, visto que Vargas foi o primeiro presidente a comparecer a regiões distantes do centro administrativo do país.

Como destaca Andrade, a passagem de Vargas pelo norte do país se deu entre os dias 6 e 14 de outubro, nos estados do Pará e do Amazonas, objetivando legitimar o Estado Novo naquela região. A visita contou com ampla divulgação por parte da mídia, que trazia como ideia central a necessidade de sobreposição do homem à floresta amazônica, que até aquele momento carregava o rótulo de lugar lendário e havia, até então, somente experimentado o desprezo da civilização.

Vargas teve uma recepção acalorada em Manaus, e suas palavras ecoaram no país pelos anos seguintes. O discurso foi distribuído pelo Departamento de Imprensa e Propaganda, órgão oficial do governo, e teve enorme ressonância, tanto assim que foi comemorado ano a ano, ao menos entre 1941 e 1945. As festividades comemorativas, com a participação de líderes locais, ocuparam amplo espaço na mídia nacional. O teor do discurso era o futuro da Amazônia, que venceria o imenso vazio demográfico, então considerado o maior entrave para o progresso da região[97].

Dentre as promessas de Getúlio Vargas que consubstanciaram seu famoso discurso, estava uma de caráter mais geral, referente ao compromisso do Estado de abraçar os problemas da região: "Do mesmo modo que a imagem do rio-mar é para os brasileiros a medida da grandeza do Brasil, os vossos problemas são, em síntese, os de todo o país"[98]. As questões mais pontuais, tratadas em seus pormenores ao longo do discurso, foram apresentando o que o presidente acreditava serem os problemas da região, sendo acompanhadas das devidas soluções, todas calcadas na concepção de "conquista da terra, domínio das águas e sujeição da floresta"[99]. "Conquistar a terra, dominar a água, sujeitar a floresta foram nossas tarefas", afirmou Vargas no referido discurso[100].

---

[97] ANDRADE, 2010, p. 461.
[98] VARGAS, Getúlio Dorneles. Discurso do rio Amazonas. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, ano 4, p. 3, abr./jun. 1942.
[99] VARGAS, 1942, p. 3.
[100] VARGAS, 1942, p. 3.

Uma dessas questões era o já citado vazio demográfico, que deveria ser corrigido com o adensamento do povoamento realizado pelos próprios nacionais saídos de outras regiões do país:

> É tempo de cuidarmos, com sentido permanente, do povoamento amazônico. Nos aspectos atuais o seu quadro ainda é o da· dispersão. [...] O nomadismo do seringueiro e a instabilidade econômica dos povoadores ribeirinhos devem dar lugar a núcleos de cultura agrária, onde o colono nacional, recebendo gratuitamente a terra, desbravada, saneada e loteada, se fixe e estabeleça a família com saúde e conforto[101].

A cultura agrária deveria tomar o lugar da exploração extrativista, o amadorismo deveria ser substituído pelo planejamento:

> [...] é necessário dizê-lo corajosamente - tudo quanto se tem feito, seja agricultura ou indústria extrativa, constitui realização empírica e precisa transformar-se em exploração racional. O que a Natureza oferece é uma dádiva magnífica a exigir o trato e o cultivo da mão do homem. Da colonização esparsa, ao sabor de interesses eventuais, consumidora de energias com escasso aproveitamento, devemos passar à concentração e fixação do potencial humano[102].

Indústria e comércio também receberiam incentivos, afinal, segundo Vargas, o país inteiro tinha os olhos voltados para o norte, "com o desejo patriótico de auxiliar no surto do seu desenvolvimento"[103]. Brasileiros, estrangeiros, técnicos e homens de negócios auxiliariam no crescimento da indústria e do comércio, colaborando com suas experiências e investindo seus capitais, "não como acontecia antes, visando formar latifúndios e absorver a posse da terra, que legitimamente pertence ao caboclo[104]".

As promessas de Vargas eram um alento a todos que viam na floresta um entrave para o desenvolvimento, para aqueles que, como Arthur Reis, queriam inclui-la no considerado mundo civilizado. Para estes, o governo varguista imprimia um momento de euforia, e eram muitas as expectativas – a Amazônia estava nos planos do Estado Novo. Como reiterou Vargas:

> O empolgante movimento de reconstrução nacional consubstanciado no advento do regime de 10 de Novembro não podia esquecer-vos, porque sois a terra do futuro, o vale da promissão na vida· do Brasil de amanhã. **O** vosso ingresso ·definitivo no corpo econômico da Nação, como fator de prosperidade e· de energia criadora, vai ser feito sem demora [...] Não vos faltará o apoio do Governo Central para qualquer empreendimento que beneficie a coletividade. *Nada nos deterá nesta arrancada que é, no século XX, a mais alta tarefa do homem civilizado: conquistar e dominar os vales das grandes torrentes equatoriais, transformando a sua força cega e a sua fertilidade extraordinária em energia disciplinada*. O Amazonas, sob o impulso fecundo da nossa vontade e do nosso trabalho, deixará de ser, afinal, um simples

[101] VARGAS, 1942, p. 4.
[102] VARGAS, 1942, p. 4.
[103] VARGAS, 1942, p. 4.
[104] VARGAS, 1942, p. 5.

> capítulo da história da terra e, equiparado aos outros grandes rios, tornar-se-á um capítulo da história da civilização[105].

O clima não se impunha mais como um impeditivo; se, antes, havia se disseminado a noção de que "as terras equatoriais são impróprias à civilização"[106], a conquista da técnica àquele momento mostrava a viabilidade de, "às margens do grande rio, implantar uma civilização única e peculiar, rica de elementos vitais e apta a crescer e prosperar"[107].

A visita de Vargas ao norte do país tinha o objetivo de "observar de perto as condições de realização do plano de reerguimento da Amazônia"[108]. E a situação parecia promissora, com o Estado Novo apontando uma nova era para a região:

> Passou a época em que substituíamos pelo fácil deslumbramento, repleto de imagens ricas e metáforas preciosas, o estudo objetivo da realidade. Ao homem moderno, está interdita a contemplação, o esforço sem finalidade. E a nós, povo jovem, impõe-se a enorme responsabilidade de civilizar e povoar milhões de quilômetros quadrados. Aqui, na extremidade setentrional do território pátrio, sentindo essa riqueza potencial imensa, que *atrai cobiças e desperta apetites* de absolvição, cresce a impressão dessa responsabilidade a que não é possível fugir nem iludir[109].

Portanto, quando do lançamento de *A política de Portugal no Vale Amazônico,* na década de 1940, a situação era de expectativas calcadas nas muitas promessas getulistas, para aqueles que, como Arthur Reis, esperavam ver a Amazônia integrada economicamente ao Brasil. É nesse ambiente que as ideias de Reis para a Amazônia começam a ganhar força em âmbito nacional. O momento em que se foi colocando como o historiador da Amazônia era-lhe propício, visto que a região se encontrava no centro das discussões políticas. Era o período de "segunda conquista", do "ressurgimento" da planície verde, quando todo o Brasil tinha os olhos voltados para o Norte, como afirmou Getúlio Vargas. Momento no qual Arthur Reis vai se firmando e sendo firmado na sua "função autor". Esse momento certamente colaborou para as críticas positivas contidas nas avaliações dos intelectuais acerca do livro de Reis, como as realizadas por Nelson Werneck Sodré, Gilberto Freyre e Sérgio Buarque de Holanda em jornais de circulação nacional, conforme expõe a segunda parte desta pesquisa.

Isto posto, analiso, a partir de agora, a forma como o discurso sobre a cobiça estrangeira pela Amazônia, entrelaçado ao louvor aos portugueses, acompanha, na narrativa de Reis, as grandes expectativas político-econômicas para a região propostas por Vargas. A cobiça estrangeira é a base da linha de raciocínio que o autor segue para exaltar a ação portuguesa na Amazônia. Ela é o alfa e o ômega de sua narrativa, abre e encerra as discussões

---

[105] VARGAS, 1942, p. 5, grifo nosso.
[106] VARGAS, 1942, p. 5.
[107] VARGAS, 1942, p. 3.
[108] VARGAS, 1942, p. 4.
[109] VARGAS, 1942, p. 6, grifo nosso.

do livro, além de perpassar todos os demais capítulos. Aliás, o processo de "segunda conquista" da Amazônia, pretendido pelo Estado Novo, em muitos aspectos pretendeu se assemelhar às primeiras investidas de europeus na região, iniciadas no século XVII. Foi o próprio Getúlio Vargas que, fazendo uso político do passado, afirmou:

> Mais do que uma simples imagem, é uma realidade urgente e necessária galgar a montanha, transpor os planaltos e expandir-nos no sentido das latitudes. Retomando as trilhas dos pioneiros que plantaram no coração do continente, em vigorosa e épica arremetida, os marcos das fronteiras territoriais, precisamos de novo suprimir obstáculos, encurtar distâncias, abrir caminhos e estender as fronteiras econômicas, consolidando, definitivamente, os alicerces da Nação. O verdadeiro sentido de brasilidade é a marcha para o Oeste. No século XVIII, de lá jorrou o caudal de ouro que transbordou na Europa e fez da América o continente das cobiças e tentativas aventurosas. E lá teremos de ir buscar: dos vales férteis e vastos, o produto das culturas variadas e fartas; das entranhas da terra, o metal com que forjar os instrumentos da nossa defesa e do nosso progresso industrial. Para tanto empenharemos todas as energias disponíveis [...][110].

Assim como no passado, era preciso construir justificativas para desestruturar as populações tradicionais que habitavam a região a ser ocupada. As teses do vazio demográfico e da cobiça de povos estrangeiros pela região foram algumas dessas justificativas, das quais Reis se apropriou na sua narrativa, como já foi afirmado. Os usos políticos do passado aparecem no texto de Reis por meio do tema da cobiça e também do modelo português que criou para servir de exemplo aos homens do presente.

Sua narrativa sobre o passado colonial amazônico deu extremada ênfase à disputa pelas terras entre portugueses, ingleses, holandeses e franceses, ao mesmo tempo em que imprimiu um caráter modelar à ação de Portugal na região, isto é, a vitória deste, ante a concorrência das demais nações, foi considerada por Reis o primeiro lance de bravura na defesa da região, ganhando na sua narrativa um tom quase épico.

Passo, então, a partir de agora, à análise desses temas no livro *A política de Portugal no Vale Amazônico*. Como o autor aborda o tema da cobiça pela Amazônia, a coluna vertebral do seu discurso? Qual o papel dos portugueses na "defesa" da região? Como Reis deixa entrever sua posição acerca da cobiça estrangeira pela região no presente? Até que ponto essa posição está em consonância com as propostas de Vargas de ocupação e desenvolvimento dos chamados "espaços vazios"? E, finalmente, por que esse tema foi tão recorrente na narrativa de Reis?

Como lembra Reis, a região amazônica foi revelada à Europa pelo espanhol Francisco Orellana, em 1541, porém a Espanha não se lançou de imediato a um projeto colonizador. A

---

[110] VARGAS, Getulio. Saudação aos brasileiros, pronunciada no Palácio Guanabara e irradiada para todo o país, à meia noite de 31 de dezembro de 1937. *In*: VARGAS, Getulio. *A Nova Política do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1941. v. 5, p. 124.

região também não fez parte, nesse período, do interesse de franceses, ingleses e holandeses. Desse modo, ainda que nesse momento essas nações já tivessem iniciado a aventura pelo litoral na boca do Amazonas, procurando estabelecer contatos comerciais com os nativos e visando, posteriormente, fundar feitorias de caráter mais permanente e lucrativo, "a terra encantada, o 'Paiz do Dourado', não seria uma conquista do século XVI"[111].

Nessa época, mais especificamente em 1580, as coroas portuguesas e espanholas foram ligadas pela União Ibérica. Em consequência, o ódio político e religioso lançado contra a Espanha voltava-se "também com certa violência e vertiginosamente para o que era português"[112]. Nesse contexto, "sobre a Amazônia era natural, está visto, que descesse a cobiça sem freios desses concorrentes, que a encontraram, no fim de contas, como que franqueada ao mais ousado, ao mais esperto, ao que chegasse primeiro"[113]. Assim, o termo cobiça surge já na segunda página do livro. Mas quem eram os concorrentes? A quem, de direito, pertenciam as novas terras?

Disposto a assumir a perspectiva do colonizador português, Reis apresenta um cenário um tanto confuso, mas que, ao final das contas, queria atribuir a Portugal o direito às terras amazônicas, apesar de os portugueses não terem se havido de pronto na ocupação do território, como o próprio autor deixa entrever no início da narrativa. Os concorrentes, a princípio, eram todos aqueles que não eram nem portugueses nem espanhóis, mas, no decorrer da narrativa, Reis vai se encaminhando para a defesa dos direitos dos primeiros. Dessa forma, desde o início, ele revela a partir de qual perspectiva estava construindo a história da região.

Nesse sentido, o autor segue destacando que diante da cobiça sem freios dos concorrentes, algumas vozes se levantaram alertando para a "realidade perigosa que se constituía na Amazônia"[114], para a investida dos estrangeiros, pois a concorrência dos "herejes" "manifestava-se com uma claridade de luz solar"[115] e, portanto, já punha em risco o domínio ibérico nas terras amazônicas. Diante da concorrência estrangeira, "a conquista [portuguesa] que descia vagarosa, ao longo da costa Atlântica, precisava ser apressada. E o foi [116]":

> Francisco Caldeira Castelo Branco, velho e experimentado capitão português, foi o escolhido para a missão. No Rio Grande do Norte provara bem. Alexandre de Moura confiava em seus méritos militares. Sabia-o desassossegado, intranquilo, rixento. Ali mesmo em S. Luiz, já se travavam dissidências em que Castelo Branco representava o papel de maior vulto. [...] Caldeira Castelo Branco dispondo-se, então, a executar

[111] REIS, Arthur Cezar Ferreira. *A política de Portugal no Vale Amazônico*. Lisboa: Oficinas Gráficas da Revista Novidade, 1940a. p. 3.
[112] REIS, 1940a, p. 3.
[113] REIS, 1940a, p. 4.
[114] REIS, 1940a, p. 4.
[115] REIS, 1940a, p. 4.
[116] REIS, 1940a, p. 4.

> o plano de instalação do poder cristão no vale do Grande Rio, a 12 de janeiro [de 1616], lançava os fundamentos do fortim do Presépio, a cuja sombra se constituiria o povoado de Santa Maria de Belém[117].

A primeira página da história colonial da Amazônia, para Arthur Reis, foi, portanto, a fundação do Forte do Presépio, núcleo que posteriormente deu origem à cidade de Belém. Assim, a história da Amazônia só tem início após os portugueses garantirem para a coroa ibérica a posse da região:

> Os portugueses, então, moviam-se obedecendo a Madri. Mas, na realidade, Portugal é que ditava as atitudes. A Amazônia, que nascia para a exploração pelo homem ocidental, por isso mesmo recebeu um nome que deixasse bem viva a ideia de que a conquista se fazia por Portugal – Feliz Lusitânia. A primeira página estava escrita[118].

Para Arthur Reis, a defesa da região cobiçada foi realizada em nome de Portugal, país que, por esse motivo, detinha o mérito de ser o legítimo dono das novas terras e, naturalmente, se impunha como modelo às ações do Estado no presente. Sendo assim, a proposta de Reis não era priorizar "o povo e sua constituição étnica", nem enfatizar a interdependência das diversas instâncias sociais aos moldes de Capistrano de Abreu[119]. Ao contrário, trata-se de uma abordagem que privilegiou a política de Portugal na região amazônica, trazendo, desse modo, um título bem representativo dos seus objetivos, portanto mais afeito às perspectivas de Francisco Varnhagen, que faz um elogio da colonização portuguesa na sua *História geral do Brasil*[120]. Aliás, a semelhança da escrita de Arthur Reis com o trabalho de Varnhagem já se apresenta desde sua *História do Amazonas* (1931), tendo se intensificado nas suas publicações posteriores.

Segundo José Reis, para Varnhagen e os nativistas do IHGB, "a colonização portuguesa teria sido um enorme feito", e foi sob essa perspectiva que ele se ocupou da construção historiográfica do passado do Brasil. Em síntese, Varnhagem atendia aos anseios de parte da jovem nação independente, que "precisava de um passado do qual pudesse se orgulhar e que lhe permitisse avançar com confiança para o futuro. Era preciso encontrar no passado referências luso-brasileiras exemplares, cujas ações pudessem tornar-se modelos para as futuras gerações"[121]. O trabalho que Varnhagem fez em relação à história do Brasil, ancorado nas premissas do IHGB, Arthur Reis fez em relação à Amazônia, em sua "operação historiográfica" produzida um século mais tarde.

---

[117] REIS, 1940a, p. 5.
[118] REIS, 1940a, p. 6.
[119] REIS, José Carlos. Anos 1850: Varnhagen: o elogio da colonização portuguesa. *In*: REIS, José Carlos. *As identidades do Brasil*: de Varnhagem a FHC. Rio de Janeiro: FGV, 2007. p. 23-52.
[120] REIS, 2007, p. 89.
[121] REIS, 2007, p. 25.

Ainda de acordo com José Reis, "o olhar de Varnhagem sobre a história do Brasil é o olhar do colonizador português". Dessa perspectiva, Portugal era o vencedor nas disputas pelas terras e, portanto, tinha todos os direitos no processo de colonização[122]. É com o branco superior que a jovem nação quer "se identificar étnica, social e culturalmente", e no intuito de escrever uma história que atenda a esses anseios, "Varnhagen defende a presença portuguesa no Brasil, ele faz o elogio da colonização portuguesa, é compreensivo com os seus erros e despotismo"[123].

Na dissertação de mestrado, em que analisei a *História do Amazonas*, de Arthur Reis, livro escrito no período no qual predominaria a forte presença de Capistrano de Abreu como figura influente entre os historiadores, ressaltei que a escrita da história de Reis devia muito mais a Varnhagen do que a Capistrano, apesar de ter a esse último dedicado o livro. Essa ressalva vai ao encontro das conclusões de Lúcia Maria Paschoal Guimarães, em sua análise sobre os trabalhos apresentados no *I Congresso Nacional de História*, organizado pelo IHGB em 1914. Guimarães afirma que, apesar de o Congresso ter ocorrido nos tempos de atividade intelectual de Capistrano de Abreu, a maior influência nos textos de autores que escreveram sobre o período colonial para o referido congresso ainda era de Varnhagen. Conforme Guimarães, isso atesta que, àquela altura, "os estudiosos ainda não haviam incorporado certos encaminhamentos propostos por Mestre Capistrano"[124].

> Os Capítulos foram publicados em 1907, e em 1914 ainda não haviam ecoado completamente, possivelmente porque as novidades não tinham sido absorvidas de imediato e os historiadores tenham optado pelo já consagrado História Geral do Brasil. Consagrados, Varnhagen e sua obra ainda eram a opção mais segura e as inovações são sempre recebidas com cautela, como no demonstrativo do I Congresso, pois poucos foram os que se aventuraram por elas[125].

Pelo que se nota da *História do Amazonas,* publicada dezesseis anos após o congresso, a influência de Varnhagen ainda estava presente. De semelhante modo, em *A política de Portugal no Vale Amazônico*, as marcas de Varhagem ainda se sobressaem. Apegado que estava aos pressupostos do "Heródoto brasileiro", Reis continuou sua análise seguindo de perto os seus passos.

Embora, na apresentação do livro, tenha arrogado para si o invólucro da imparcialidade, ou, como ele próprio afirma, "a serenidade que a distância no tempo permite e

---

[122] REIS, 2007, p. 33.
[123] REIS, 2007, p. 47.
[124] GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal. "Primeiro Congresso de História Nacional": breve balanço da atividade historiográfica no alvorecer do século XX. *Tempo*, Rio de Janeiro, n. 18, p. 170, 2005.
[125] SOUSA, 2009, p. 42.

a honestidade histórica impõe"[126], e ainda que tenha se proposto a fugir "ao louvor e à demolição impenitente, [procurando] entender a ação portuguesa com serenidade, registrando-lhe as falhas, os erros, as imprudências, assinalando-lhe as virtudes, as excelências, a propriedade"[127], Reis adotou, assim como Varnhagen, a perspectiva do colonizador. Esse olhar se fez persistente também em outros trabalhos do autor, não estando restrito apenas à *História do Amazonas* e *A política de Portugal no Vale Amazônico*, acompanhando diversos dos seus trabalhos, inclusive *A Amazônia e a cobiça internacional*. A título de exemplo referente à persistência dessa postura em suas publicações, recorro ao livro *Aspectos da experiência portuguesa na Amazônia*, de 1966, no qual Reis dedica toda a apresentação ao elogio do elemento português:

> A experiência que [os portugueses] realizaram na região foi realmente uma experiência cheia de êxito. Podem e devem orgulhar-se do que efetuaram. Quando, nos nossos dias, procuramos domar o espaço selvagem, transformando-o numa área humanizada, revelando a nossa aptidão para empresa de tão arrojado porte, bem podemos avaliar a extensão da importância da obra em que os portugueses estiveram empenhados e em que se constituíram pioneiros da maior envergadura[128].

Nessa mesma apresentação, Reis afirma ter abordado o tema em vários livros e monografias em épocas diferentes e assevera que em nenhum momento sentiu a necessidade de mudar de posição: "Ao contrário, o que vamos encontrando, no decorrer dessa investigação continuada, vem servindo à confirmação do que já havíamos concluído na base dos elementos do que dispúnhamos"[129]. Ele prossegue exaltando as intensas ações do governo português na Amazônia nos campos político, social e econômico, com ações planejadas, "é certo, sem as linhas que caracterizam os planejamentos de nossos dias, mas já em obediência a objetivos precisos, muitos dos quais alcançados com sucesso"[130].

Segundo Hélio Viana, para Arthur Reis, "é a colonização portuguesa que funciona como modelo, e que permitia afirmar a possibilidade de se estabelecer, no presente, uma sociedade economicamente desenvolvida"[131]. Sidney Lobato, no mesmo sentido, afirmou que "para Reis, o grande exemplo a ser seguido [...] era a política colonial portuguesa"[132] Entretanto, acrescento que esse modelo não estava pronto, a experiência colonizadora portuguesa na Amazônia, utilizada como ponto de referência por Arthur Reis, foi idealizada,

---

[126] REIS, 1940a, p. 2.
[127] REIS, 1940a, p. 2.
[128] REIS, Arthur Cezar Ferreira. *Aspectos da experiência portuguesa na Amazônia*. Manaus: Edições do Governo do Estado do Amazonas, 1966a. p. 9.
[129] REIS, 1966a, p. 10.
[130] REIS, 1966a, p. 10.
[131] DANTAS, Hélio. *Arthur Cézar Ferreira Reis*: trajetória intelectual e escrita da história. Jundiaí: Paço Editorial, 2014. p. 101.
[132] LOBATO, 2016, p. 8.

fabricada por ele próprio, e as representações historiográficas que construiu foram calcadas no que acreditava serem as necessidades do presente. Desse modo, o olhar que lançou para o passado procurava conformá-lo aos seus anseios contemporâneos, numa clara relação entre as "experiências do tempo" e as "intenções do agir".

Nesse intuito, Reis segue a narrativa em *A política de Portugal no Vale Amazônico* enfatizando o papel de portugueses e sertanistas que, "bandeirando pela hinterlândia" após a fundação do Forte do Presépio, iriam garantir o avanço "rumo de Oeste e em direção ao Norte, ponto extremo da colônia que se começava a fundar"[133]. Com esse objetivo, "o primeiro passo seria, logicamente, expulsar os intrusos, o que valia ganhar a hinterlância, impondo-se pela vitória aos nativos, que, decerto, se deixariam impressionar pelo poderio dos novos descobridores"[134].

Os estrangeiros, ainda espalhados pela região, não faziam suas incursões pelas novas terras imbuídos por objetivos militares, as intenções que os moviam eram mercantis. Ora se aventuravam sob o patrocínio do Estado, ora sob o comando de companhias de comércio, ora ainda sob iniciativa particular. No entanto, apesar de não se moverem por objetivos militares, não se deviam desprezar suas intenções, afirma Reis.

Dessa forma, a cada momento em que, em Lisboa, se tomava conhecimento dos "perigos que envolviam a Feliz Lusitânia, davam-se ordens para socorrê-la [...] Havia, como se vê, o maior empenho em manter a colônia, livrando-a dos vizinhos incômodos e suspeitos"[135]. Nascia, assim, na narrativa de Reis, o fundamento do modelo, do legado que Portugal havia deixado aos homens do presente: a defesa da região realizada por meio do forte intervencionismo estatal. Defendendo um Estado forte, aos moldes do que Getúlio Vargas propunha para o Brasil, Arthur Reis, de uma perspectiva política, entrava na "ordem dos discursos"[136]. Portugal fora, no passado, o Estado forte que o Brasil precisava ser no presente.

Após vencer a "partida contra os concorrentes"[137], Portugal se lançava à expansão interna em mais alguns lances de heroísmo. Nesse processo, a obra colonizadora, superando todos os obstáculos, sempre logrou êxito:

> A especiaria abundante, o braço indígena que era preciso prear, o espírito aventureiro que ainda singularizava o português, o instinto bandeirante do mameluco, atuavam com forças vitais. Finalmente, ordens régias para a expansão

[133] REIS, 1940a, p. 9.
[134] REIS, 1940a, p. 9
[135] REIS, 1940a, p. 10.
[136] Cf. FOUCALT, 2013.
[137] REIS, 1940a, p. 9.

> completaram as razões mais fortes que explicam a penetração da hinterlândia. Penetração que não encontrou embaraços que a fizesse estancar. *Nem o indígena que mais de uma vez tentou cortar o passo ao bandeirante, nem os rigores do clima, a aspereza da região, toda a ação agressiva da natureza amazônica sequer a emperraram.* O sertanista da Amazônia, integrando Tropas de Resgates, Tropas de Guerra, buscando as "drogas do sertão", partindo de Belém, de Cametá, de Gurupá, de São Luís, revelou coragem, indiferença a quanto perigo encontrou. Subiu e desceu rios, atravessou corredeiras, varou a selva, combateu os espanhóis que baixavam pelo Solimões, arriscou-se em empreendimentos sensacionais, ganhou batalhas que sustentou contra o nativo em armas, *Venceu sempre*[138].

Nesse percurso, a narrativa já ingressara no fim da União Ibérica e o autor pôde com mais tranquilidade louvar as ações de Portugal, que em todo o período da expansão interna pela Amazônia "não se arreceiara de uma política de incentivo"[139]. A incursão pelas terras amazônicas, "realizada em nome de Portugal, para Portugal, em prejuízo de Espanha, [completava] as jornadas militares contra o 'hereje' de Holanda, Irlanda e Inglaterra [140]".

A ênfase na saga pela disputa por territórios na história do Brasil colonial obviamente não foi uma prática unicamente da narrativa de Arthur Reis. Nosso autor se juntava, assim, aos demais intérpretes da história do Brasil colonial, como Varnhagen e Capistrano de Abreu, para citar somente dois dos mais tradicionais autores de fins do século XIX e início do XX que se empenharam em narrar essas disputas pelas novas terras.

Para Varnhagen, que adotou a perspectiva do colonizador, a vitória de Portugal ante as outras nações significava "a consolidação de fato do que o Tratado de Tordesilhas garantia como um direito" aos portugueses[141]. Portanto, "após essa luta o Brasil se tornara definitivamente português. E os portugueses mostraram o seu vigor não só contra indígenas e negros, mas também contra holandeses e franceses"[142]. Assim, Varnhagen já considerava os portugueses, *a priori*, como legítimos donos das novas terras.

De modo contrário, a narrativa de Capistrano de Abreu não dava por certa a posse das "novas terras" como um direito primeiro de Portugal. Em vez de afirmar categoricamente que os portugueses teriam direito sobre as novas terras, o autor anuncia que era Portugal quem "considerava a nova terra propriedade direta e exclusiva da coroa, pelas concessões papais, pelo tratado de limites concluído com a Espanha e pela prioridade do descobrimento[143]". Capistrano não assume a visão do colonizador português e, por isso, faz questão de ressaltar ainda a violência da qual os portugueses se valeram na expulsão dos franceses:

---

[138] REIS, 1940a, p. 14, grifo nosso.
[139] REIS, 1940a, p. 21.
[140] REIS, 1940a, p. 22.
[141] REIS, 2007, p. 42.
[142] REIS, 2007, p. 42.
[143] ABREU, Capistrano de. *Capítulos da história colonial*. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisa Social, 2009. p. 28.

> A armada de guarda-costas de Cristóvão Jacques - desde Pernambuco até a Bahia e talvez Rio de Janeiro, Cristóvão Jaques deu caça aos entrelopos; segundo testemunhos interessados, não conhecia limites sua selvageria, não lhe bastava a morte simples, precisava de torturas e entregava os prisioneiros aos antropófagos para os devorarem. Mesmo assim ainda levou trezentos prisioneiros para o Reino. Devia ter causado um mal enorme aos franceses[144].

Capistrano não faz apologia à ação dos portugueses nesse processo de disputas, como preferiu Varnhagen e, posteriormente, Arthur Reis. Enfim, narrar a história do Brasil colonial pela perspectiva do colonizador português não era o único caminho possível, antes, era o caminho escolhido a fim de se construir a base da sociedade brasileira abafando a participação de negros e indígenas.

Outro aspecto importante é que para a história das regiões Sul/Sudeste do Brasil, as Capitanias Hereditárias e o Governo Geral aparecem como solução para que, em meio às disputas territoriais, Portugal, definitivamente, tomasse posse da nova terra. Se as Capitanias Hereditárias fracassaram nesse sentido, ao Governo Geral coube a missão de resolver a situação por meio do povoamento e do estabelecimento de atividades econômicas baseadas na agricultura e no comércio. A cobiça dos não portugueses por aquela região se resolveu no passado, de modo que já no século XVIII a posse das terras era dada como garantida por Portugal. Nos séculos seguintes, para essas regiões, o povoamento e o desenvolvimento econômico não foram um problema, elas se tornaram populosas e o Sudeste transformou-se no centro administrativo do país, local de onde emanavam as decisões políticas e, não por acaso, também o maior beneficiário dessas mesmas decisões.

A região amazônica não mereceu a mesma atenção. Como lembra Berta Becker, recorrendo a Celso Furtado, "[...] a Amazônia teve uma história diferente da brasileira. Dela se tomou posse e a região permaneceu por séculos sob processos ligados diretamente ao contexto internacional e à metrópole, praticamente à parte do Brasil"[145]. Após a independência do país, a Amazônia permaneceu como área periférica do ponto de vista econômico. Só se fez interessante para o Estado em momentos como o do auge gomífero, onde a atividade extrativa a colocava como importante polo econômico do país. Por isso, da perspectiva daqueles que defendiam o desenvolvimentismo, como era o caso de Arthur Reis, a região ainda não estava suficientemente povoada e, por isso, diferentemente do Sudeste do país, ainda era uma zona de vulnerabilidade perante os interesses estrangeiros. A Amazônia

---

[144] ABREU, 2009, p. 29.

[145] BECKER, Bertha K. Por que a participação tardia da Amazônia na formação econômica do Brasil. *In*: ARAÚJO, Tarcísio Patrício de; VIANNA, Salvador Teixeira Werneck; MACAMBIRA, Júnior (org.). *50 anos de Formação Econômica do Brasil*: ensaios sobre a obra clássica de Celso Furtado. Rio de Janeiro: Ipea, 2019. p. 201.

do início do século XX estava para o Estado brasileiro como as terras que viriam a ser o Brasil estavam para Portugal no período das Grandes Navegações.

Por esse motivo é que a narrativa de Arthur Reis foi acompanhada pelo "monstro" da cobiça em todas as fases das suas obras. O desenvolvimento da região ainda não havia sido alcançado, e a repetição insistente de que a região era cobiçada pretendia funcionar como alerta às autoridades da urgência em integrá-la economicamente ao Sudeste desenvolvido, seguindo o modelo dos portugueses – "Sobre a Amazônia convergia ontem, como hoje, olhares cobiçosos do estrangeiro", só para retomar a frase do autor que abriu este capítulo. Reis, entretanto, não era um caso isolado no cultivo dessas ideias. Cassiano Ricardo também se valeu do discurso que versava sobre os interesses estrangeiros sobre áreas brasileiras despovoadas como a Amazônia. Para esse autor, a solução estava num Estado forte de espírito unitário, conforme já esclarecido anteriormente. O próprio presidente Vargas fez menção ao caso, quando, ao evidenciar a riqueza potencial da região, afirmou que ela atraía a cobiça e despertava apetites no seu *Discurso do Rio Amazonas*, em 1940[146].

Nesse sentido, Elizabeth Cancelli destaca que "o sentido da colonização – ligado à brasilidade – [apregoado pela 'Marcha para o Oeste'] é entendido como o dever de colonizar as áreas a fim de preveni-las contra o invasor – ou suposto invasor". Note-se que a autora lança suspeita quanto à real possiblidade de invasão estrangeira nas áreas consideradas pelo Estado Novo como regiões de vazios demográficos. Ao que tudo indica, os ideais contidos na Marcha para o Oeste se fizeram valer da afirmação de que a Amazônia correria risco ante os interesses de nações estrangeiras, caso não fosse ocupada/colonizada/desenvolvida de acordo com os ditames do mundo capitalista, como forma de justificar a invasão das terras indígenas pelos próprios brasileiros. Portanto, a ideia da cobiça parece sempre ter sido usada como um subterfúgio discursivo para justificar as ações do capitalismo em áreas indígenas.

A linguagem que Arthur Reis usou para o passado, sempre lembrando a Amazônia como área de cobiça, se propunha a servir ao presente, como se nota em toda a narrativa, num evidente uso político do passado. Quando o autor trata da organização do Estado na Amazônia, após a fixação dos portugueses na região, ainda no contexto da União Ibérica, o foco continua a ser a cobiça e, nesse momento, a necessidade de se organizar as ações do Estado a fim de conter o interesse de outros povos:

> Conquista mais nova, a Amazônia, com a fundação do "Presépio", logo mereceu os cuidados oficiais quanto à sua *integração* definitiva no conjunto das extensões colôniais que assinalavam o domínio ibérico na América. A *expansão para o norte, para o Oeste*, a campanha contra os intrusos, as empresas de guerra para conter, no

[146] VARGAS, 1942, p. 262.

> início, o gentio, insatisfeito, intranquilo, expressou claramente esse propósito. Para regular a vida, estabelecer equilíbrio na sociedade nascente, contendo excessos, policiando costumes, e mover tudo na realização daquelas empresas, era necessária a aparelhagem governativa. Portugal e Espanha, nesse particular, não se descuidavam, levando sempre, aos novos núcleos coloniais, às novas regiões incorporadas, a autoridade necessária[147].

É importante notar como Arthur Reis usa para o passado termos que se referiam ainda à Amazônia do presente. Integrar a região ao restante do país estava nos propósitos de Getúlio Vargas, na sua expansão para o Oeste, expressão também usada por Reis, como se vê no excerto acima.

Assim, continua Reis, sob a direção de Francisco Caldeira Castelo Branco, "a Capitania foi vivendo seus primeiros dias como parte integrante do Estado do Brasil"[148]. Posteriormente, em 1626, foi criado o estado do Grão-Pará e Maranhão. Segundo o autor, tal medida se deu porque na Europa compreendeu-se que o "imperativo fisiográfico"[149] deveria ser levado em conta. A extensão da colônia não permitia que o governador do Brasil atendesse as necessidades da região e, ademais, "o extremo-norte, cobiçado como estava sendo pelo estrangeiro ousado, não podia ficar entregue à sua própria sorte. A necessidade de uma maior aproximação com ele era evidentíssima"[150]. Uma vez mais, Reis se lembra da cobiça estrangeira solucionada no passado com a presença forte do Estado português.

Entre idas e vinda, em 1652, Pará e Maranhão voltaram a fazer parte do Estado do Brasil e, em 1772, as capitanias do Pará e de Rio Negro foram desligadas do Maranhão e passaram a se sujeitar diretamente a Lisboa. Nesse contexto, Reis faz questão de evidenciar que a metrópole lusa nutria forte interesse pelos negócios da região, ao ponto de, nos tempos de Francisco Xavier de Mendonça Furtado, "ante tanto zelo", se ter aventada a possibilidade de transferência da Casa Real para Belém.

De todo o percurso da organização estatal na região, com louvores aos portugueses, conclui Reis:

> [...] na Amazônia, a política de Portugal, sem fugir aos rumos a que obedeceu nos outros recantos do Brasil, cedeu a imperativos antropogeográficos e fisiográficos, destacando-a do Império sul-americano, repartindo-a em governos, garantindo a expansão do sertanista e do missionário, *assistindo as populações com autoridade bastante*, toda vez que elas se fizeram necessárias, coibindo os abusos, *comunicando, enfim, a região em todos os setores de sua evolução*, os ritmos de natureza política que a definiram um todo autônomo [...][151].

---

[147] REIS, 1940a, p. 23, grifo nosso.
[148] REIS, 1940a, p. 24.
[149] REIS, 1940a, p. 24.
[150] REIS, 1940a, p. 24.
[151] REIS, 1940a, p. 34, grifo nosso.

Nesse processo, no qual os protagonistas eram os portugueses, os indígenas apareceram na narrativa sempre em função daqueles. Surgem, pois, no capítulo "A conquista espiritual", que como o próprio título deixa ver, trata da participação dos missionários no processo de colonização. Os indígenas aparecem também no capítulo "O tratamento do gentio", que tem como missão principal reverter o pensamento daqueles que porventura acusassem Portugal de agir de modo violento contra o nativo no período da colonização.

Em relação à conquista espiritual, na concepção de Reis, os missionários realizaram um trabalho admirável:

> Os missionários católicos precisavam atingir a Amazônia. Religiosos de S. Antônio, Jesuítas, Carmelitas, Mercedários, Capuchos da Piedade, Frades da Conceição da Beira e Minho, vieram então para a grande tarefa evangelizadora. O Estado não lhes poderia dispensar os serviços, de tantos resultados benéficos e sem os quais se não podem explicar a rapidez e a segurança do domínio político.[152]

Assim, um dos resultados benéficos da ação missionária teria sido garantir o domínio político a partir do domínio religioso. Para tanto,

> Atirando-se, sem temores, à conversão da massa indígena, essas Ordens promoveram descimentos, organizaram núcleos, procuraram tirar da barbaria, e tiraram, muitos milhares de filhos das selvas. [...] Refrearam-lhes os instintos. Sujeitaram-nos aos imperativos do cristianismo. O regime das aldeias tomou outra direção. Ora permanecendo nas suas tabas, que foram inteiramente modificadas, conhecendo aspecto muito menos primitivo, ora conduzidos, "descidos", como era da técnica, para novas situações, em pontos mais próprios pelas condições de clima e possibilidades alimentícias, os aborígenes não se viram privados de liberdade, mas trazidos a uma vida mais útil, mais aproximada do mundo ocidental. Nos estabelecimentos dos missionários, aos cuidados deles, às suas lições, preparavam-se para o ingresso na comunhão cristã. Donde a estima, que votavam aos religiosos, em quem encontraram amigos legítimos, aos quais passaram a obedecer sem limites.[153]

Conforme o autor, a ação missionária serviu bem aos propósitos do Estado. Afinal, por meio dessa ação foi dada aos índios a oportunidade de fazer parte do privilegiado mundo ocidental, ao que retribuíram nutrindo uma grande estima pelos religiosos. Evidentemente, não se poderia esperar uma posição diferente de um autor que optou por narrar a história da Amazônia adotando a perspectiva do colonizador português.

As constantes desavenças entre as ordens religiosas que redundavam em permanente concorrência pelo privilégio no trabalho desenvolvido nas aldeias[154] foram assinaladas por Reis como rixas, choques lamentáveis que, no entanto, se deram devido ao empenho das Ordens religiosas em realizar um melhor trabalho, "cada qual porfiando mais em zelo

---

[152] REIS, 1940a, p. 36.
[153] REIS, 1940a, p. 36.
[154] Sobre esse tema, cf. CARDOZO, Alírio. Sacras intrigas: conflitos entre ordens religiosas no Maranhão e Grão Pará (século XVII). *Revista Estudos Amazônicos*, [*s. l.*], v. 3, n. 1, p. 11-38, 2008.

apostólico"[155]. Segundo o autor, os religiosos venceram a hostilidade dos colonos e a má vontade de muitos governantes. Sobre eles foram lançadas, "como vinganças", várias acusações, entre as quais a de causar embaraço à ação oficial e a de não cumprir ordens legais. Entretanto, "em todas as acusações, os exageros são evidentes". É certo que, no tocante ao ensino da língua portuguesa, realmente os missionários não conseguiam cumprir a proposta a contento. Porém,

> É preciso compreender que os missionários tinham de haver-se com gente de um primitivismo sensível, como era o nosso gentio. Desconfiado, pronto a reagir a quanto lhe parecesse atentando contra os seus hábitos, as suas normas, os seus princípios, não era possível, de pronto, levá-los a abandonar o linguajar rústico, pobre, de que se utilizavam. *Ainda hoje é assim. Para vencer o índio, nesse particular, é necessário tempo e maneira hábil*[156].

Assim, na missão de tirar o nativo da "barbárie", os missionários agiam a contento. Ação que servia como exemplo nos tempos contemporâneos, onde ainda era necessário o exercício de uma ação paciente e perseverante no intuito de trazer o gentio à civilização. O Estado, por sua vez, novamente agia acertadamente, "sem indecisões", ao entregar aos religiosos um campo vasto, neles se apoiando no prosseguimento da obra colonizadora, visto que deram a Portugal "certa tranquilidade, no tocante ao domínio do extremo norte do Brasil"[157].

Ainda que no século XVIII essas mesmas ordens religiosas tenham sido acusadas, "um tanto fundadamente"[158], de se desviarem de seus propósitos puramente espirituais, tendo sido atribuídos a elas anseios mercantis, na prática não chegaram a embaraçar "a marcha colonizadora e a evolução do domínio português na Amazônia. Ao contrário, entendida com serenidade, a obra missionária completou o que a aventura dos sertanistas promoveu na expansão"[159]. Isso tudo devido à ação habilidosa do Estado, que soube usufruir das facilidades proporcionadas pela contribuição dos religiosos.

Com relação ao tratamento que Portugal dispensou ao "gentio", apesar de reconhecer as atrocidades dos colonizadores, Reis prontamente as minimiza. Nesse aspecto, as palavras do próprio autor são absolutamente indispensáveis:

> Portugueses e Espanhóis têm sido severamente acusados pelo tratamento que dispensaram ao gentio do Novo Mundo. Bárbaros, mais selvagens que os próprios selvagens, nos métodos, nos processos que adotaram, os conquistadores ibéricos se teriam conduzido com uma ferocidade inaudita, que se constata no simples computo das razias, das execuções, da mortandade que reduziu de muitos milhões a

[155] REIS, 1940a, p. 42.
[156] REIS, 1940a, p. 44.
[157] REIS, 1940a, p. 45, grifo nosso.
[158] REIS, 1940a, p. 45.
[159] REIS, 1940a, p. 45.

> população nativa da América. [...] Antônio Vieira [...] gritou que era tempo de parar a sangueira dado que em quarenta anos, só no Estado do Maranhão e Grão Pará o conquistador já destruíra 400 tabas! Nem crime internacional, nem impiedade tão vermelha. Particularizando o cometimento de Portugal, já hoje chegamos a outras conclusões, ditadas por um exame sereno, justo, sem animadas versões. De certo o tratamento do índio não foi de uma generosidade integral, que revelasse sentimentos piedosos, fraternos, do colono. Pedro da Costa Favela, no Tapajós, no Urubu, praticou os maiores excessos, destruindo aldeamentos, matando, escravizando. [...] Embora esses espetáculos, que enchem de indignação ao espírito do nosso século, *o esforço de Portugal, num sentido humano, nunca se desvirtuou*. *De quantos povos intentaram façanha colonial, nenhum se lhe pode comparar na intenção, no sistema, na própria prática*[160].

Segundo Reis, o colonizador encontrou nas novas terras população nativa abundante, e como os portugueses careciam "de braços para os trabalhos da conquista [...] sua utilização no processo da expansão portuguesa foi capital"[161].

Reis segue a narrativa detalhando os maus-tratos contra os nativos cometidos por colonos e os conflitos entre esses últimos e os missionários na disputa pela mão de obra indígena, disputa essa que se estendeu por dois séculos. A essas disputas entre colonos e missionários Portugal assistiu "sem manter-se firme ao lado deste ou daquele. Sua política tergiversou."[162]. Assim como Portugal, que, segundo Reis, hesitou perante a questão da exploração da mão de obra indígena, pode-se afirmar que Reis também tergiversou, embora tenha reconhecido a violência praticada contra o nativo, mencionando inclusive que o próprio Estado se servia do braço indígena para todos os serviços oficiais sem lhes oferecer salário em dinheiro, como previa a lei, antes fazendo o pagamento em espécie. Embora tenha assinalado que os nativos viveram sob constante e impiedosa exploração, essas afirmativas vinham sempre intercaladas por afirmações que visavam minimizar a escravidão dos indígenas. Afinal, conclui Reis, apesar das hesitações e contradições, havia sempre uma intenção humana em toda a legislação colonial. E do Marques de Pombal em diante,

> o sentido protecionista animou-se. Neste e naquele ciclo, inegavelmente, porém, dominante uma preocupação humanitária. Os escuros da legislação, os escuros da vida realizada pelo colono, condicionando tudo por "circunstâncias mesológicas, sociais e até providenciais", *não perturbaram esse rumo, que sobremodo distinguiu a política de Portugal com relação ao gentio*[163].

A escravização do nativo era, portanto, apenas um detalhe ante a impoluta ação colonizadora de Portugal. Nada poderia tirar o brilho de tão grandioso empreendimento. Portugal, se comparado às demais nações, sempre se sobressaía no processo colonizador.

---

[160] REIS, 1940a, p. 47, grifo nosso.
[161] REIS, 1940a, p. 48.
[162] REIS, 1940a, p. 51.
[163] REIS, 1940a, p. 58, grifo nosso.

Após narrar a saga dos portugueses e sua consequente vitória diante de outras nações europeias na posse das terras amazônicas, a eficácia com a qual organizaram o Estado, o modo como habilmente se ampararam no trabalho das ordens religiosas para o aperfeiçoamento da sua ação colonial, e após minimizar as arbitrariedades cometidas ante a resistência do nativo à colonização, Reis se ocupa em compreender como eles se destacaram no esforço por manter a integridade territorial. Com esse fim, retoma o período da ação portuguesa na região durante a União Ibérica e volta a evidenciar a cobiça estrangeira: "A terra seduzia. O rio também. O estrangeiro sabia de suas virtudes, de suas excelências. Por que não ocupá-la? Por que não penetrá-la? Afinal, no século XVII, quando despontou para o mundo europeu, "a Amazônia era uma eterna cobiça"[164], ressalta Arthur Reis.

As tentativas de holandeses, franceses e ingleses em se fincarem na Amazônia foram todas frustradas. Durante a União Ibérica, "a conquista branca foi sendo conduzida com segurança, com acerto, com absoluto êxito"[165] por Portugal e Espanha. Mas a quem de direito pertenciam esses territórios? Segundo Reis, a Espanha, que não conseguiu desbravar a floresta, confiou "na lealdade de seus vassalos de Portugal, [...] entregou-lhes serenamente, sem receios de qualquer espécie, a grande façanha, de que deram conta perfeita"[166]. Até a Restauração de Portugal, ocorrida em 1640, a Espanha foi renunciando aos seus direitos em benefício dos portugueses, que se tornaram senhores das terras.

Conforme o autor, a Restauração foi recebida "com entusiasmo pelos vassalos do vale, que irretorquivelmente ficava unido ao velho Reino como uma de suas células coloniais que era preciso *manter, defender, aproveitar*"[167], ações essas realizadas com maestria pelos portugueses. A princípio, essas ações se deram com o estabelecimento da presença militar na região e, posteriormente, com a realização da expansão territorial, que se deu com a fixação de uma "rede de casas fortes, para auxílio ao sertanista, respeito ao gentio, defesa contra qualquer ousio, contra intrusos [...]"[168]. Posteriormente, os colonizadores se estabeleceram em locais estratégicos, "admiravelmente bem escolhidos"[169]. Era o modelo português se impondo na narrativa arthurniana: manter, defender e aproveitar as riquezas da região, eis o tripé que também deveria sustentar as ações político-econômicas do presente.

---

[164] REIS, 1940a, p. 59.
[165] REIS, 1940a, p. 59.
[166] REIS, 1940a, p. 60.
[167] REIS, 1940a, grifo nosso.
[168] REIS, 1940a, p. 60.
[169] REIS, 1940a, p. 60.

Nos momentos nos quais os "concorrentes" apresentavam alguma ameaça, como no caso da presença francesa, "encontravam sempre a resistência das autoridades lusitanas"[170]. Essa resistência se fez em relação aos próprios espanhóis, que mais adiante, no século XVIII, sob o comando do jesuíta Samuel Fritz, fundaram povoados na Amazônia. "A contenda foi longa"[171]. Após discorrer sobre essa saga, que perpassou os Tratados de Madri e de Santo Idelfonso, Reis conclui o capítulo evidenciando a "persistência do espírito aventureiro e imperialista", que era próprio de Portugal. Finaliza o autor: "a política de Portugal, no concernente à defesa de seus territórios amazônicos, foi assim viva, animada, sempre voltada para a manutenção do que seus colonos, seus soldados, seus missionários lhe tinham conquistado"[172]. Mais uma vez, ele reforça o modelo português, que tinha como base a defesa da Amazônia ante a cobiça estrangeira.

A seguir, Reis trata da política educacional para a Amazônia, destacando a ação dos missionários, imbuídos da "missão sagrada, humana, cívica, de trazer luz ao espírito dos filhos dos colonos, dos silvícolas que lhes confiavam para a conversão ao cristianismo e aos interesses políticos e econômicos de Portugal [...] que dela cuidaram com zelo extremoso"[173]. Segundo o autor, apesar de se mover a passos lentos, o ensino na região "sempre andava para frente"[174], e se desenvolveu ainda mais com as medidas estabelecidas pelo Marquês de Pombal, a partir de 1757, quando o Estado passou a assumir as obrigações relativas ao ensino.

Reis, no entanto, não deixa de reconhecer as dificuldades, muitas delas devido à falta de professores e à "aversão da meninada"[175] a frequentar os estabelecimentos de ensino. Cita como exemplo das dificuldades a reclamação do ouvidor Xavier Ribeiro de Sampaio, que, durante fiscalização realizada em 1775, afirmou não haver escolas em todos os povoados e, nas que havia, faltavam alunos. Sampaio duvidava até mesmo da utilidade das escolas naquelas longínquas localidades, visto que eram poucos os índios que tinham tirado proveito delas, pois, ainda que aprendessem as primeiras lições, logo passavam a agir de forma incompatível com aquele gênero de educação. Outro exemplo relativo aos obstáculos para o bom andamento do ensino na Amazônia foi a observação de Manoel Bernardo de Mello e Castro, que se impressionou "com o panorama de ignorância que se observava"[176].

---

[170] REIS, 1940a, p. 62.
[171] REIS, 1940a, p. 64.
[172] REIS, 1940a, p. 69, grifo nosso.
[173] REIS, 1940a, p. 71.
[174] REIS, 1940a, p. 73.
[175] REIS, 1940a, p. 73.
[176] REIS, 1940a, p. 74.

Para Arthur Reis, a despeito dos revezes, Portugal se esforçava no avanço do ensino. Entre as várias tentativas de melhoria, o autor menciona, ancorado em Antônio Baena[177], uma reunião ocorrida em 20 de novembro de 1818, em que o capitão-general, Conde de Villa Flor, reuniu clero, nobreza e povo no Seminário Episcopal, em Belém, visando lançar um apelo para que não se tratasse com tamanha indiferença "as coisas do espírito"[178], como vinha ocorrendo. Conforme Baena, em seu discurso, Villa Flor lembrava aos presentes que era preciso

> Manifestar ao mundo que ela [a região] não se distingue dos outros domínios americanos somente pela sua assombrosa hidrografia, pelos seus imensos bosques, em parte desertos, que estremecem com o fragor das cachoeiras, e em parte habitados de infindos pequenos números de homens naturalmente grupados, que vivem do seu arco, mas também por homens abalisados na disposição natural do entendimento e amantes de o nutrir nas escolas, alumiando-se pela educação e instrução sobre os seus verdadeiros interesses, e constituindo-se cônscios dos sólidos princípios das virtudes naturais e civis, que servem de base e estímulo ao amor da independência ao sentimento da dignidade de homem, e ao patriotismo mais puro...[179]

Nesse ponto, Reis se vale do discurso de Villa Flor, que caía muito bem aos seus propósitos de defender que, para além dos indígenas rudes, havia também na Amazônia homens de inteligência, assim no passado como no presente. É possível notar que o trecho do discurso de Villa Flor foi assumido por Arthur Reis, que, obviamente, em nenhum momento teceu críticas ao menosprezo nele contido ao grupo dos naturais da terra que viviam do seu arco. Antes interessava a Reis corroborar esse discurso, visto que, na sequência de sua narrativa, ressalta que entre as ações de Portugal relativas à instrução do "silvícola" sobressaiu-se sempre "a preocupação maior da expansão do idioma nacional"[180]. Para tanto, "os missionários, entrando em contato com os nativos, tiveram de estudar-lhes, com os hábitos, esse linguajar bisonho, rude, pouco maleável, organizando vocabulários, gramáticas"[181]. Ensinada, a língua portuguesa, que representava a civilização, deveria se opor ao "linguajar bisonho" dos indígenas que, por sua vez, era sinônimo da rudeza, da barbárie. Nesse aspecto, as dificuldades ante a resistência do nativo não foram poucas, prossegue Reis. Mas "a expansão, com altos e baixos, em todo caso, foi se fazendo [...] A expansão da doce

---

[177] Antônio Ladislau Monteiro Baena (1782-1850) era português, militar, tendo servido em Belém com a patente de segundo tenente. É autor do *Compêndio das eras da* Província *do Pará* (1615-1823) (1788) e do *Ensaio corográfico sobre a* Província *do Pará* (1839).
[178] REIS, 1940a, p. 77.
[179] BAENA, Antônio. *Compêndio das eras da Província do Pará*. p. 501 apud REIS, 1940a, p. 77.
[180] REIS, 1940a, p. 78.
[181] REIS, 1940a, p. 78.

língua de Camões, tão natural, tão sensível, tão rápida no Oriente, no vale amazônico, só muito lentamente foi ganhando a batalha rude que travou para expulsar os concorrentes[182]".

Em sua conclusão quanto à ação de Portugal no campo do ensino, Reis segue minimizando os infortúnios, mais uma vez no intuito de enfatizar, criar, estabelecer a marca do que ele acreditava ser o alto padrão de colonização português:

> [...] a política de Portugal no vale amazônico, no setor espiritual, se não foi aguda, penetrante, de traços vigorosos, de êxito deveras apreciável, importou numa saudável e muito expressiva demonstração de que *a velha monarquia ibérica não se mostrou indiferente à inteligência dos homens do extremo-norte do Brasil, antes mesmo procurando animá-la, movimentá-la dar-lhe agilidade*[183].

Aliás, essa preocupação com a valorização dos homens de letras do norte do país era uma constante no mundo contemporâneo de Reis e de seus conterrâneos, conforme a análise realizada no próximo capítulo deste trabalho demonstra. Portanto, o modelo que nosso autor construiu é fruto do seu desejo de que a história ensinasse o Estado a lidar com os problemas amazônicos do presente. E o descaso com a elite letrada da região era um dos problemas a serem enfrentados.

No capítulo seguinte, sob o título "O estudo da terra e do homem", Reis discute um tema que lhe era muito caro: a necessidade do desenvolvimento de pesquisas sobre a região amazônica, região essa, segundo nosso autor, que atraía curiosidade, seguramente como nenhum outro recanto do globo. Por meio dessa temática, o autor pôde construir, com base no passado, o exemplo do zelo de Portugal que, "por delegados seus, em missão oficial ou não, por seus homens de ciência, por seus pesquisadores, estudou-a com carinho, a rigor"[184]. Após enumerar os principais pesquisadores e suas respectivas contribuições à pesquisa na região, Reis encerra o capítulo, como de praxe, com mais um aspecto do modelo português:

> Procurando defendê-lo da cobiça do estrangeiro, procurando assisti-lo para melhor trazê-lo incorporado aos seus domínios, Portugal preocupou-se, como vimos, intensamente, com os destinos do vale que o orgulhava. Estudou-o. Entendeu-o. Soube-o profundamente. Como estudou, entendeu, soube profundamente tudo quanto constituía seus larguíssimos mundos ultramarinos[185].

Ainda que o tema não fosse tão apropriado para tal, mais uma vez o autor conclui um capítulo enaltecendo a ação de Portugal na defesa da Amazônia diante da cobiça de povos estrangeiros.

---

[182] REIS, 1940a, p. 80.
[183] REIS, 1940a, grifo nosso.
[184] REIS, 1940a, p. 81.
[185] REIS, 1940a, p. 90.

No aspecto econômico não foi diferente. Aí também Portugal, para o autor, havia deixado o melhor exemplo. No intuito de construir essa faceta do modelo, Reis minimiza o extrativismo e enaltece a agricultura. Inicialmente afirma que "no vale, ontem como hoje", a variedade de espécies vegetais se fazia abundante e, por isso, satisfazia, a princípio, os anseios portugueses que se atiram "à mina gostosa que se revelava no extremo-norte"[186]. O colono, por sua vez, fez da extração das "drogas do sertão" "um de seus fundamentos da vida no vale. O maior de todos". Entretanto, a extração das "drogas", alertava Reis, era sempre prejudicial. E indagava: "Por que não voltar vistas para a terra, de uberdade evidente?". Por que não explorar a atividade agrícola?

A partir daí, Reis narra algumas experiências de sucesso no campo da agricultura. A experiência de holandeses e ingleses que cultivaram cana de açúcar em suas feitorias na região mostrava que se tratava, pois, de área agriculturável. As próprias drogas do sertão, que depois foram cultivadas, "serviam de incentivo". Anil, café, algodão e tabaco também foram itens que receberam a atenção dos colonos. O Estado português, de sua parte, acompanhava o processo, apoiando com legislações fomentistas e também protegendo a atividade do colono. Desse modo, "até meados do século XVIII, não passou duma experiência cheia de sucesso o mister agrícola no vale"[187]. Mendonça Furtado recebera instruções de Portugal para que entre suas mais preciosas ocupações estivesse o objetivo de incentivar o colono à prática da agricultura. Assim, Furtado cumpriu as instruções, atividade continuada pelos seus sucessores. Desenvolveu-se a lavoura do anil, do arroz, do café, do cacau e do tabaco.

Todavia, "o progresso da agricultura encontrava entrave forte na concorrência das 'drogas'" do sertão[188]. Um dos entraves era a ação do colono, que era seduzido pela exploração extrativa devido às necessidades impostas pelo estado de pobreza no qual se encontrava, forçado, por isso, ao trabalho de resultados mais imediatos. A resistência do indígena à atividade agrícola também se apresentava como empecilho, além da insuficiência de conhecimento técnico dos povoadores. Diante dessas dificuldades "a política protecionista [de Portugal], em consequência, não podia surtir efeitos devera sensíveis"[189].

Reis transfere a culpa pelo insucesso da agricultura na Amazônia às circunstâncias geradas na própria colônia. Do seu ponto de vista, Portugal havia feito sua parte, mantendo a política protecionista; no entanto, eram as condições geradas na própria região que não colaboravam, a despeito da ação assertiva do Estado Português. O próprio D. Francisco de

[186] REIS, 1940a, p. 92.
[187] REIS, 1940a, p. 94.
[188] REIS, 1940a, p. 95.
[189] REIS, 1940a, p. 95.

Souza Coutinho "se mostrara cansado e triste", numa comunicação que enviara à metrópole relatando os insucessos, apesar de seu empenho em tirar a região da atividade unicamente extrativa: "há mais de seis anos que trabalho por persuadir a estes habitantes que formem estabelecimentos permanentes, lavrando com bois e com arados as terras [...] todo o trabalho tem sido em pura perda"[190]. De quem a culpa? Sobre isso escreve Coutinho: "É verdade que neste país com ser mui geral a ignorância, a preguiça inda é mais poderosa, e tanto assim que trabalhando eu por persuadir a alguns dos lavradores mais poderosos, [...] nada tenho obtido, nem espero obter [...]"[191]. Segundo Coutinho, os seus esforços não eram correspondidos por causa da ignorância e da preguiça dos habitantes locais. Com essa citação, em momento algum problematizada, Reis parece fazer das afirmações de Coutinho as suas próprias, visto que aí encerra o debate sobre atividade extrativa *versus* atividade agrícola na Amazônia, seguindo a narrativa para outros aspectos da economia, todos eles, em sua opinião, habilmente encaminhados por Portugal.

Já as atividades de mineração foram desencorajadas por Portugal após diversas tentativas frustradas, visto que do século XVII ao XVIII, várias expedições realizadas com apoio oficial não obtiveram os resultados esperados. Diante dos fracassos, o governo português proibiu qualquer tentativa de atividade mineradora, como a que constava do ato régio de 1º de agosto de 1758, por meio do qual se esclarecia o pensamento do Estado, convencido que estava de que a expansão só se faria pelo desenvolvimento das atividades agrícolas e de comércio. Essas as atividades que deviam ser incentivadas, não devendo os olhares serem desviados para aventuras infrutíferas. Mais uma vez, Portugal acertara em sua decisão, afirma Arthur Reis.

Quanto à pecuária, "os campos do Marajó, extensos, de boa pastagem, clima ameno, convidavam à fundação de fazendas de criação. [...] os portugueses, a eles foram lançando as sementes dos rebanhos que hoje os povoam e formam patrimônios, cabedais, títulos de bem estar financeiro"[192].

Para Reis, a atividade industrial também teve seu espaço, com crescimento durante o século XVIII. "Pequena e rudimentar indústria, de certo, mas, decididamente, já alguma atividade que a metrópole não condenou, antes louvou"[193].

Toda a atividade econômica na região foi realizada em meio às possibilidades e adversidades da floresta e das águas. Mas, assim como as águas e florestas eram acessadas

[190] REIS, 1940a, p. 95.
[191] REIS, 1940a, p. 96.
[192] REIS, 1940a, p. 98.
[193] REIS, 1940a, p. 100.

pelos portugueses, o mesmo acesso era utilizado para a circulação de "intrusos" estrangeiros. Porém, "o governo lusitano, zeloso de sua soberania no vale", com sucesso evitava toda sorte de "perigos e surpresas"[194]. "Ao estrangeiro, não era permitido acessar a região [...] as casas fortes vigiavam as canoas que desciam e subiam, registrando tudo quanto interessasse à economia real"[195].

O comércio interno incipiente era realizado pelos regatões, que, portanto, não eram moradores das vilas, mas por elas passavam a canoa, remada por índios, oferecendo os gêneros disponíveis para permuta. "Todo um processo primitivo, de pouco asseio"[196]. O comércio exterior se dava apenas com Lisboa, em charruas que chegavam a Belém, mas não satisfaziam as necessidades locais. No entanto, "todos esses entraves não impediram que já do fim do século XVIII em diante, [...] de Belém se embarcassem algumas dezenas de milhares de arrobas de cacau, algodão, café, arroz"[197]. A esses gêneros se juntavam a madeira, exportada para Lisboa, atendendo lá o mercado de construção de edifícios reais e embarcações.

Constata-se, enfim, que a análise de Reis foi reticente na realização de críticas às práticas econômicas dos portugueses na Amazônia, e quando as fez, mesmo que timidamente, foi para logo em seguida cuidar em não se deixar fugir ao modelo português que vinha construindo, modelo esse que deveria servir como lição, como se vê na conclusão do capítulo, segundo a qual Portugal nada tinha da política liberal, antes "interveio sempre. Nada se realizou, no campo da produção, que não tivesse sido controlado, orientado pelo Estado". Assim,

> Com um zelo admirável, Portugal atendeu rigorosamente a vida econômica do vale. *Essa a lição que se aprende*, sem pressurosidades, de tudo quanto se observa e examina [...] Política de resultados nem sempre compensadores, como se viu, mas de direção sistemática, *exalando unidade* [...]. Portugal, no caso especial da Amazônia, realizou uma esclarecida política econômica. Aproveitou-lhe as riquezas. *Assistiu-a carinhosamente.* [...] *defendeu-a da concorrência estranha* [...]. Política de orientação clarividente, portanto. *Não política liberal, de produção desorientada*. Mas política econômica em que se pode sentir a existência de plano. *Plano de valorização, como é da técnica atual*. Economia orientada, para não dizer, como hoje, economia dirigida[198].

Aqui a relação com as propostas varguistas se faz de modo declarado. Há uma linha de continuidade entre o passado colonial e as ações do Estado Novo para a Amazônia. Estado intervencionista e política de valorização, tanto no passado como no presente. Da perspectiva de Reis, a política de Vargas para a região já se fazia de acordo com as experiências do

[194] REIS, 1940a, p. 100.
[195] REIS, 1940a, p. 100.
[196] REIS, 1940a, p. 103.
[197] REIS, 1940a, p. 104.
[198] REIS, 1940a, p. 109, grifo nosso.

passado, exemplo que o próprio autor construíra em sua narrativa. Nesse sentido, o modelo português que arquitetava tinha também a função de endossar historicamente as ações políticas e econômicas do novo governo para a Amazônia.

No seu "panorama final", título que Reis deu ao seu último capítulo, encontra-se a síntese do modelo português. Franceses, espanhóis e ingleses fracassaram em seus intentos expansionistas: "no vale amazônico, numa análise rigorosa, só o trabalho de Portugal foi produtivo. Enquanto o nórdico degenerava, nos trópicos, como os franceses e os espanhóis fracassavam, os portugueses resistiam na luta contra a natureza pujante"[199]. Adaptaram-se ao meio, se serviram da alimentação indígena "sem repugnância", assim como receberam "com certa simpatia" os hábitos e costumes dos nativos. Em resolução ao problema do povoamento, a legislação incentivou a miscigenação, garantindo certa igualdade social:

> Portugueses e indígenas cruzaram a valer. [...] Os preconceitos de pigmentação, de certo existentes, não conheceram aqueles aspectos ásperos, desumanos, que encontramos a observar o processo imperial de outros povos. [...] As diferenças sociais, tampouco se observaram gritantes. Os habitantes de Belém, Vigia, de Barcelos, amparados no ato régio que os igualava à condição dos naturais da cidade do Porto, pelo que se lhes asseguravam vantagens, direitos, diferenças sobre os povos dos outros centros urbanos, ufanos ainda de outras mercês reais, não se comportaram de molde a merecer censuras. [...] Nada de distinguir cores ou nascimentos[200].

Quanto à cobiça estrangeira, em seu panorama final, assevera Reis: "Aos estrangeiros fechara-se a porta. Cobiçada a Amazônia, não parecia prudente franqueá-la à curiosidade de certos estranhos. [...] Essa política absolutamente prudente, e hoje revigorada entre nós, como ainda há pouco sucedeu com a expedição Iglésias [...]"[201]. Segundo Reis, a política prudente de Portugal, impedindo o acesso ao elemento estrangeiro, foi acertada no passado, assim como estava sendo no presente. Era essa política revigorada no presente que dava a tranquilidade e o tom da narrativa assumida pelo autor.

A cobiça estrangeira pela região amazônica, naquele início da década de 1940, não representava, portanto, uma ameaça, visto que as promessas do Governo Federal se faziam no sentido de ocupar e desenvolver a Amazônia. Por isso, nesse sentido, Arthur Reis escrevia *A política de Portugal no Vale Amazônico* como quem repousava sossegadamente aguardando os tempos áureos que estavam por vir.

Ainda nesse sentido, em relação à presença de estrangeiros na Amazônia, destaca o nosso autor:

---

[199] REIS, 1940a, p. 113.
[200] REIS, 1940a, p. 113.
[201] REIS, 1940a, p. 113.

> E não foram poucos, como se pode verificar dos códices da Biblioteca do Pará, os estrangeiros que acompanharam as levas de colonos expedidas de Lisboa. A esses estrangeiros, vedava-se, todavia, o regresso à Europa. Em fins de XVIII e princípios de XIX, quando o mundo sofreu "calamidade geral" no dizer pitoresco do Conde de Arcos, essas medidas ainda mais se fortificaram. Agora não era mais o receio de enfrentar o intruso imperialista, mas as ideologias avançadas, liberais, o extremismo da época.[202]

Diante da ameaça de novos intrusos se insurgirem na Amazônia de fins do século XVIII e início do XIX, "ordens e mais ordens, instruções e mais instruções, avisos e mais avisos [vindos de Portugal] mandavam ter os olhos abertos. Os emissários da revolução rondavam. Depois os agentes de Napoleão. Todos perigosos"[203]. Em nota de rodapé, Reis afirma ter se baseado, para essas conclusões, na correspondência dos últimos capitães-generais do Pará, onde as referências "a essa espionagem são constantes"[204]. No entanto, como em diversas outras notas, o autor não fez referência ao documento específico no qual pesquisou, dando um tom vago a essas afirmações.

Caminhando para o desfecho do seu "panorama final", mais alguns elogios à política de Portugal, que,

> até 1730, não foi uma política de plano preestabelecido, para a valorização da terra e do homem. Realizada de acordo com as contingências, as necessidades, as realidades de momento, não desatendeu, todavia, às condições regionais, investindo contras suas feições humanas e fisiográficas. Ao contrário, aceitando a existência dessas condições, procurando adaptar-se a elas, utilizá-las [205].

Se, até 1730, Portugal não se movia sob uma política planejada, a partir dos governos de Alexandre de Gusmão e Sebastião José de Carvalho e Mello, o Marques de Pombal, passou à prática de "um programa de vulto que importava em promover o desenvolvimento de todas as energias do solo, a exploração racional da produção espontânea, a fixação definitiva do colono, com a propriedade e o lar[206]. Esse programa "com altos e baixos, por circunstâncias imprevistas", foi sendo ampliado e esteve em vigor até 1820, "como é fácil de ver das centenas de ordens régias recolhidas à seção de manuscritos da Biblioteca e Arquivo do Pará"[207]. Portanto, mais uma vez Reis coloca em evidência a política planejada de Portugal no passado, tal como se propunha a executar no presente o Governo Federal.

Caminhando para o fim da narrativa, nosso autor ainda encontra espaço para minimizar o que chamou de "imprudência" dos portugueses na ação de colonização:

---

[202] REIS, 1940a, p. 113.
[203] REIS, 1940a, p. 114.
[204] REIS, 1940a, p. 114.
[205] REIS, 1940a, p. 116.
[206] REIS, 1940a, p. 116.
[207] REIS, 1940a, p. 118.

> Cometeram-se erros, imprudências. Governantes houve que não souberam comportar-se. Entre 1616 e 1750, autoridades de vário tomo e importância conduziram-se de molde a comprometer o bom nome de Portugal [...] Outros, porém a maioria [...] assinalam-se por gestos, atitudes, ação marcante de relevo [...] se afirmavam pela inteireza dos propósitos, atuações construtivas, normas rígidas de proceder no tocante às funções e atos delas decorrentes[208].

Fazendo-se valer das palavras de Joaquim Nabuco, conclui Reis: "Nada nas conquistas de Portugal é mais extraordinário que a conquista do vale do Amazonas". E acrescenta: "Realmente. Porque a política de Portugal no vale amazônico, nos seus traços mais vivos, constitui página impressionante da capacidade lusitana nos trópicos[209]".

À guisa de conclusão, ao perscrutar o sumário do livro de Reis, reproduzido a seguir, pode-se verificar como sua volta ao passado esteve guiada pelas preocupações com a Amazônia do presente. "A primeira página" se escreveu, segundo o autor, no momento em que os portugueses, defendendo a região da cobiça estrangeira, fundaram o Forte do Presépio. Depois, em "bandeirando pela hinterlândia", se fez a expansão para o interior. Ao que se seguiu "Organizando o Estado", fazendo "A conquista espiritual" e agindo a contento no "Tratamento do gentio". Entre todas essas ações, Portugal foi "Mantendo a integridade territorial", "Despertando a inteligência" dos homens do extremo norte, incentivando "O estudo da terra e do homem" e deixando uma valiosa lição no que dizia respeito "A direção econômica".

Enfim, para Reis, esses foram os passos da primeira conquista da Amazônia, passos que poderiam iluminar a "segunda conquista" da região, conforme se propunha a realizar o Governo Vargas. Portanto, foi esse olhar das questões amazônicas do presente que serviram de lente à intepretação de Reis para o passado da região. Como afirmei anteriormente, o modelo não estava pronto, nosso autor o construiu num uso político do passado que visava à "permanência de si"[210].

---

[208] REIS, 1940a, p. 121.
[209] REIS, 1940a, p. 121.
[210] Cf. RUSEN, 2010.

2 DÉCADA DE 1960: MAIS HISTÓRIA/POLÍTICA DE ARTHUR REIS PARA UM FUTURO DA AMAZÔNIA QUE NÃO CHEGOU

Da Batalha da Borracha à criação de duas importantes instituições pelo governo de Getúlio Vargas com a intenção de desenvolver a Amazônia – o Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (Inpa) e a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA) –, as décadas entre 1940 e 1960 foram entremeadas por políticas direcionadas à região, que, no entanto, não surtiram os efeitos desejados.

A Batalha da Borracha se fez na conjuntura da Marcha para o Oeste, no governo de Vargas, como parte integrante dos Acordos de Washington, firmados entre Brasil e Estados Unidos em 3 de março de 1942, portanto em plena Segunda Guerra Mundial. Pelo acordo, os Estados Unidos forneceriam auxílio técnico e financeiro ao Brasil, enquanto receberiam deste matérias-primas, dentre as quais a borracha, produzida na Amazônia, que deveria suprir a necessidade bélica dos aliados, visto que as regiões produtoras da Malásia se encontravam, então, sob o domínio do Japão[211].

Visando atender os Acordos de Washington, diversas instituições foram criadas com fins de planejamento e efetivação da produção da borracha na Amazônia. Entre esses novos órgãos, estavam o Serviço Especial de Saúde Pública (Sesp), o Serviço Especial de Mobilização de Trabalhadores (Semta), a Comissão Administrativa de Encaminhamento de Trabalhadores (Caeta), o Instituto Agronômico do Norte, a Superintendência do Abastecimento do Vale Amazônico (Sava) e o Serviço de Navegação da Amazônia e Administração do Porto do Pará (Snaapp). Como destaca Isabel Guillen, "tais instituições davam a aparência de que o governo federal estava realmente integrando a Amazônia ao resto do País"[212].

A mão de obra para o empreendimento foi arregimentada majoritariamente entre os nordestinos. Assim, o governo resolveria também os problemas do Nordeste, que vivia em situação de seca e em intensos conflitos sociais no campo. O incentivo à migração ficou por conta do discurso que, "ao alardear a fartura de terras sem donos, [...] atraía muitos migrantes que esperavam encontrar a terra e a liberdade de nela reconstruir suas vidas, tal como vinha acontecendo desde os anos áureos da borracha"[213]. Ao discurso também coube o papel de fornecer o aparato ideológico necessário, criando a mítica de que a inserção dos nordestinos

[211] GUILLEN, Isabel Cristina Martins. A Batalha da Borracha: propaganda política e migração nordestina para a Amazônia durante o Estado Novo. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, n. 9, p. 97, 1997.
[212] GUILLEN, 1997, p. 97.
[213] GUILLEN, 1997, p. 96.

no esforço de guerra os alçaria ao importante papel de "soldado da borracha", numa "ação patriótica, equiparando-se com os pracinhas da FEB, já que, para os soldados da borracha, tratava-se de ganhar a "batalha da produção""[214].

Um intenso trabalho publicitário foi desenvolvido pelo Estado Novo, não apenas com o fim de atrair os sertanejos a migrar para a Amazônia, como também para criar uma imagem positiva dos órgãos responsáveis pela migração perante a opinião pública. Por meio das peças publicitárias produzidas, criava-se uma imagem idealizada do trabalho a ser realizado. Com isso, "desejava-se mostrar ao migrante em potencial as facilidades que encontraria em seu trabalho: todos os seringueiros trabalhando em conjunto, em árvores bem próximas umas às outras, imersos em um ambiente de terras férteis e fartas"[215].

Entretanto, os esforços do Estado Novo se mostraram improdutivos. Se a expectativa, em 1942, era de uma produção de goma estimada em 100 mil toneladas anuais, a realidade demonstrou uma defasagem. Em 1943, foram produzidas apenas 24 mil toneladas, sendo que, destas, apenas 10 mil foram exportadas para os Estados Unidos. De semelhante modo, em 1944, a produção chegou somente a 30 mil toneladas, e destas, apenas 11.973 foram endereçadas aos Estados Unidos. No ano de 1945, os números seguiram a mesma marca, não ultrapassando os valores do ano anterior[216].

Os resultados das disparidades entre o prometido aos trabalhadores nordestinos e o que de fato lhes reservava a prática da atividade extrativa na Amazônia foram tão nefastos que desembocaram numa Comissão Parlamentar de Inquérito, a CPI da Borracha, instalada em 1946, que tinha por objetivo avaliar os danos causados aos trabalhadores nordestinos e propor meios de repará-los.

Àquela altura, a imprensa nacional e internacional já denunciava os efeitos negativos do movimento migratório. Além das tristes notícias do grande número de mortos, "os jornais do Nordeste, ao findar o ano de 1945, noticiaram a volta desses homens, maltrapilhos, doentes e famintos"[217]. Desastrosamente, foi se "desfazendo o sonho" dos "soldados da borracha" num desfecho desolador, ocasionado pelos prejuízos de ordem humanitária em razão das muitas mortes causadas principalmente pela malária e pela fome. Aos prejuízos de ordem humanitária se somaram os prejuízos de ordem econômica, pois a borracha produzida não foi suficiente nem mesmo para abastecer o mercado interno. O país se dava conta, então, "da

---

[214] GUILLEN, 1997, p. 98.
[215] MORAES, Ana Carolina Albuquerque de. Mais borracha para a vitória: sobre o primeiro cartaz de Jean-Pierre Chabloz para a "Campanha da Borracha". *Revista de História da Arte e Arqueologia*, Campinas, n. 20, p. 139, jul./dez. 2013.
[216] DEAN, Warren apud MORAES, 2013.
[217] GUILLEN, 1997, p. 100.

dimensão da leviandade com que a migração fora conduzida e da tragédia de seus resultados"[218].

Dada como fracassada a Batalha da Borracha, os esforços se seguiram no intuito de se manterem os órgãos que haviam sido criados por aquele programa. As estratégias políticas visando manter a região como pauta do Governo Federal também prosseguiram. O deputado federal amazonense Leopoldo Peres elaborou uma proposta que resultou na criação do Plano de Valorização Econômica da Amazônia, materializado no artigo 199 da Constituição Federal de 1946.

O artigo 199 definia que à União caberia a aplicação de, no mínimo, 3% de sua renda tributária no plano de valorização da região. Do mesmo modo, os estados e territórios da região amazônica, assim como seus respectivos municípios, deveriam dispensar 3% da sua renda para esse fim. Esses recursos deveriam ser captados durante vinte anos e aplicados na região via Governo Federal. Segundo Arthur Reis, "os constituintes de 46 expressaram a vontade coletiva do extremo norte [...] manifesta por meio de pronunciamentos populares e exteriorizada em demonstrações de governantes, de parlamentares, de jornalistas, de associações de classe[219]".

O passo seguinte foi a formação da Comissão Executiva do Plano de Valorização Econômica da Amazônia, criada em 15 de setembro de 1947, cuja principal função foi elaborar as diretrizes visando à criação de um órgão responsável por aplicar os recursos na região, conforme definido pela Constituição Federal então em vigor.

O resultado do que ficou estatuído na Constituição e, consequentemente, dos debates travados na Comissão Especial do Plano de Valorização Econômica da Amazônia – além de diversos outros debates efetuados, como o ocorrido em 1951, por meio da Conferência Técnica sobre a Valorização Econômica da Amazônia, realizada no Rio de Janeiro, da qual Arthur Reis foi secretário –, foi a criação da SPVEA, estabelecida na Lei 1.806, de 6 de janeiro de 1953.

Fundada a nova instituição, com subordinação direta ao presidente da República, Arthur Reis tomou posse como seu primeiro superintendente, no dia 30 de julho de 1953. Sediada em Belém e com mais duas divisões regionais, uma em Manaus e a outra em Cuiabá, à SPVEA cabia, em síntese, a missão de criar

---

[218] GUILLEN, 1997, p. 101.

[219] REIS, Arthur Cezar Ferreira Reis. *Fundamentos, história, estrutura e funcionamento da Superintendência da Valorização Econômica da Amazônia*. [*S. l.*]: Escola Brasileira de Administração Pública, 1955. p. 25. Curso de Planejamento Regional.

> […] um sistema de medidas, serviços, empreendimentos e obras destinados a incrementar o desenvolvimento da produção extrativa e agrícola pecuária, mineral, industrial e o das relações de troca, no sentido de melhores padrões sociais de vida e bem-estar econômico das populações da região e da expansão da riqueza do País[220].

Ao superintendente se impôs a incumbência de presidir a Comissão de Planejamento, cuja principal função foi elaborar, "no prazo de nove meses, tanto o Programa de Emergência quanto o plano definitivo para o primeiro período quinquenal, assim como o orçamento para o primeiro período anual"[221]. Entretanto, desde seus primeiros passos, a SPVEA apresentou diversos problemas, sujeitando-se a diversas críticas, uma delas relativa ao Primeiro Plano Quinquenal, "que foi concluído em pouco mais de 5 meses. Por causa do exíguo tempo disponível para sua produção, o documento carregava muitos traços de improvisação, com suas formulações registrando um caráter especulativo bastante acentuado[222]" .

Já na primeira gestão, comandada por Arthur Reis, que presidiu o órgão até 12 de dezembro de 1955, a SPVEA foi alvo de diversas manifestações, "como os ataques, através da imprensa de Belém, pelos quais o Programa de Emergência era criticado pelo reduzido tempo em que foi produzido 'por uma comissão de Planejamento composta de leigos sobre a realidade amazônica'"[223]. Acusações, ainda que sem prova, respingaram no próprio Arthur Reis, "como a de nomear 158 "afilhados" e fazer a SPVEA possuir "10 datilógrafas para cada máquina de escrever".[224]

Criada sob intensas expectativas, a jovem instituição, em seu primeiro ano de aniversário, expressava por meio do então chefe da Divisão de Manaus, Newton Vieiralves, o peso das cobranças que lhes caíam aos ombros:

> Desfigurada do ponto de vista econômico, desbaratada quanto à sua faculdade de recuperação, a Amazônia certo esperava que se operasse o milagre de Lázaro. Seus representantes, na sua quase totalidade, exigiram demais do executivo da SPVEA. Desatendidos uns, em suas pretensões descabidas, investiram contra o seu Superintendente. Vingaram-se, agora, mutilando o planejamento técnico feito pela SPVEA para 1955. Traíram o sentido da Valorização Econômica da Amazônia em troca de uma distribuição liberal de favores. Desprezaram o que havia de austero na planificação que lhes foi dado examinar, transformando-a em inexpressiva folha de pagamento[225].

---

[220] BRASIL. Lei nº 1.806, de 6 de janeiro de 1953. Dispõe sobre o Plano de Valorização Econômica da Amazônia, cria a superintendência da sua execução e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Rio de Janeiro, 7 jan. 1953.

[221] RENHA, Carlos Eugênio Aguiar Pereira de Carvalho. A Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia, a política de desenvolvimento regional e o Amazonas (1953-1966). 2017. p. 51. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2017.

[222] RENHA, 2017, p. 57.

[223] RENHA, 2017, p. 68.

[224] RENHA, 2017, p. 68.

[225] Ataques da Imprensa à SPVEA. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 11 mar. 1954. Primeiro caderno, p. 2 apud RENHA, 2017, p. 68.

Os desgastes gerados resultaram no pedido de demissão de Arthur Reis, que atribuiu sua saída do cargo a cobranças políticas com as quais não concordava, e por isso se recusava a atendê-las[226].

A gestão seguinte, que ocorreu entre 14 de dezembro de 1955 e 31 de janeiro de 1961, sob o comando de Waldir Bouhid, foi marcada por diversas acusações de corrupção. Em 1957, portanto, contando apenas quatro anos de fundação da SPVEA, instalava-se uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para apurar denúncias de irregularidades no uso dos recursos públicos destinados àquela instituição entre 1954 e 1957. Embora as investigações se voltassem também para o final da gestão Arthur Reis, a prioridade era a gestão Bouhid. Segundo Carlos Renha, foram várias as matérias veiculadas na imprensa do Rio de Janeiro apresentando denúncias contra o órgão. Quase no final da gestão Bouhid, o *Jornal do Brasil* publicou uma matéria relativa ao descrédito pelo qual passava a SPVEA:

> […] os responsáveis pela Superintendência do Plano de Valorização da Amazônia, a começar pelo sr. Valdir Bouhid, adotaram as técnicas mais predatórias até hoje vistas na selva burocrática brasileira. Basta dizer que o Tribunal de Contas da União não conseguiu aprovar as contas de um só dos exercícios da administração Bouhid para perceber-se que a SPVEA precisa de uma limpeza em regra. […] O Congresso Nacional tem muita responsabilidade, também, pelo que ocorre na Amazônia. Até agora, o Plano da SPVEA não foi tornado lei. A estrutura da SPVEA é inteiramente obsoleta. Os seus orçamentos são feitos para, pura e simplesmente, custearem órgãos federais e estaduais. Não se inserem num sistema de investimentos planificados para fins de desenvolvimento social. […] Nos Estados vemos Belém sem energia, Manaus às escuras. Em toda região há uma crônica falta de energia, de meios de comunicação e de transportes. A retenção e o malbaratamento de verbas pela SPVEA contribuíram ainda mais para agravar os problemas da Amazônia[227].

A apenas três dias do desligamento de Bouhid da SPVEA, Armando Falcão, então ministro da Justiça, solicitava sua punição pelo atraso na entrega da prestação de contas da instituição à Comissão de Supervisão de Órgãos Autônomos referente ao exercício de 1959. "Houve também uma sindicância instaurada pelo Presidente Jânio Quadros que acusava Bouhid de sumir com 4 bilhões da SPVEA, no que seria 'o maior escândalo administrativo de que se tem notícia no país'"[228]. Pouco tempo depois, o novo ministro da Justiça, Alfredo Nasser, solicitava que se instaurassem sete comissões de inquérito para investigar as irregularidades praticadas na gestão Bouhid.

Problemas diversos acompanharam o período de Bouhid à frente da SPVEA, tendo sido essa uma época de intensas querelas entre o governador amazonense Plínio Ramos Coelho e Bouhid. Em sua importante pesquisa, Renha dá bem o demonstrativo dessa situação.

---

[226] RENHA, 2017, p. 70.
[227] A Amazônia desvalorizada. Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 2 mar. 1961 apud RENHA, 2017, p. 81.
[228] RENHA, 2017, p. 81.

Em 1958, por exemplo, em telegrama enviado ao presidente Juscelino Kubitschek, Plínio Coelho, "protestando contra a 'atuação perniciosa do Superintendente Waldir Bouhid' apelava ao Presidente no sentido de 'fazer a SPVEA considerar o Amazonas como um dos Estados da Amazônia e determinar ao Superintendente o cumprimento do orçamento'"[229]. A relação de desgaste entre o governador amazonense e o superintendente da SPVEA ganhou grandes proporções, tendo sido amplamente divulgada pelo *Jornal do Comércio* de Manaus, como aponta Renha.

A situação problemática acompanhou a gestão de todos os demais superintendentes da instituição – foram 13 ao todo –, e apesar de o subsequente governador do Amazonas, Gilberto Mestrinho, procurar estabelecer relações mais diplomáticas com a SPVEA, não deixou de tecer críticas à instituição, classificando-a como "organização falida"[230].

Segundo Carlos Renha, "a SPVEA, desacreditada há anos, passava a imagem de um órgão inoperante e corrupto. O consenso, não só entre os militares, mas entre a opinião pública em geral, era o de que a SPVEA não havia conseguido alterar em nada a fisionomia econômica da Amazônia"[231]. Desse modo, pela Lei 5.173, de outubro de 1966, portanto durante a ditadura civil-militar, a SPVEA foi extinta e em seu lugar criada a Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam).

A falência da instituição, de acordo com Renha, se deveu a dois fatores primordiais: o primeiro foi a quebra do que estava previsto na constituição quanto ao repasse de, no mínimo, 3% da renda tributária para investimentos na região amazônica; e o segundo deveu-se ao descaso com o Primeiro Plano Quinquenal, que nunca foi aprovado pelo Congresso. Portanto, apesar das intensas promessas do Governo Federal para a região amazônica, advindas desde a década de 1940 até a década de 1960, muito pouco havia sido realizado. Conforme Renha, entre os motivos para tal, estava a preocupação da União com a industrialização do Sudeste do país, o centro industrial brasileiro, enquanto a Amazônia, como local periférico, funcionava apenas "como complemento de um plano que colocava o sudeste como polo". Sendo assim,

> Não é exagero afirmar que a instituição foi sabotada pela União, que sempre manteve a mesma postura de negligência [...] A Amazônia sempre esteve longe de ser prioridade para o governo federal, inclusive após o golpe civil-militar (as reclamações do Superintendente militar Mário Cavalcanti deixam isso claro). As atitudes da União ao longo dos anos nos fazem concluir que o investimento em um espaço geográfico tão amplo e historicamente afastado da economia nacional era

[229] RENHA, 2017, p. 111.
[230] RENHA, 2017, p. 117.
[231] RENHA, 2017, p. 93.

> visto como improdutivo. [...] O proclamado esforço nacional para levar prosperidade para a região simplesmente não valia à pena[232].

Às duas razões apontadas por Renha como causas da falência da SPVEA se somam os problemas gerados no interior do próprio órgão, que trabalhava sob "falhas internas graves", em muitos casos devido à insuficiência de funcionários qualificados. Além disso, os casos de corrupção foram responsáveis por manchar a imagem da instituição perante a opinião pública. E "não foram os militares que imputaram o rótulo de falência moral e órgão corrompido à SPVEA, a fama já tinha se estabelecido alguns anos antes do Golpe de 1964. A reputação de inépcia e gestão fraudulenta já estava presente desde 1957". A substituição da SPVEA pela Sudam foi, assim, apenas o clímax da situação de fragilidade na qual a instituição se assentou durante o período de sua curta existência. Com a falência daquele órgão, ficava claro que o projeto de desenvolver e integrar a Amazônia proposto por Getúlio Vargas, até aquele momento, falhara.

Outro órgão também criado por Getúlio Vargas no âmbito das preocupações com a região amazônica foi o Inpa. Seu anteprojeto de regulamentação foi discutido em uma comissão constituída por Álvaro Alberto, então presidente do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), tendo Sebastião da Sant'Ana e Silva como relator e Arthur Reis como relator final.

Após debates no âmbito do CNPq, o texto foi "aprovado de pé sob salvas de palmas", passando à sanção do presidente da República[233]. Dessa forma, em 29 de outubro de 1952, nascia o Decreto n° 31.672, criando legalmente o Inpa, somente instalado, em Manaus, em 22 de julho de 1954, contando na solenidade de inauguração com a presença de Arthur Reis, então diretor da SPVEA, que prometia à nova instituição todo o apoio material necessário para o desenvolvimento dos seus trabalhos.

O Inpa foi criado com a finalidade de promover o "estudo da geologia, da flora, da fauna, da antropologia e dos demais recursos naturais e das condições de vida da região Amazônica, tendo em vista o bem-estar humano e os reclamos da cultura, da economia e da segurança nacional"[234]. Para tanto, a nova instituição deveria funcionar em seis divisões e ter suas atividades custeadas pela SPVEA e pelo CNPq, órgão ao qual nasceu subordinada[235].

---

[232] RENHA, 2017, p. 136.

[233] RODRIGUES, William A.; SILVA, Marlene Freitas da; SILVA, Algenir Ferraz Suano da; RIBEIRO, Maria de Nazaré Góes. Criação e evolução histórica do INPA (1954-1981). *Acta Amazônica*, Manaus, v. 11, n. 1, supl. 1, p. 7, mar. 1981.

[234] INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS DA AMAZÔNICA (INPA). Relatório geral sobre as atividades do INPA durante o período de 4 de junho de 1954 a 20 de outubro de 1955, apresentado à Presidência do Conselho Nacional de Pesquisas pelo Prof. Dr. Olympio Oliveira Ribeiro da Fonseca, então diretor daquela instituição. Rio de Janeiro: INPA, 1958a. p. 18-25, 124, 171-181 apud PANZU, Angela. O Instituto Nacional

Segundo William Rodrigues, de 1954 a 1961, pode-se considerar que o Inpa viveu sua fase de implantação marcada por intensas dificuldades em variados aspectos, entre eles a insuficiência da percepção de verbas, a instabilidade funcional, visto que em razão das "condições precárias" de Manaus naquele período, a maioria dos pesquisadores de outras regiões não se fixou na cidade, retornando aos seus lugares de origem num curto espaço de tempo. Todas essas intempéries acabaram por gerar desconfiança até dos próprios órgãos públicos quanto à operacionalidade da nova instituição[236]. Angela Panzu acrescenta ainda as dificuldades relativas à infraestrutura, pois da inauguração até 1971, o Inpa funcionou em espaços reduzidos cedidos pelo Estado nas dependências de algumas secretarias, onde foram instalados alguns laboratórios, e os outros ainda ocuparam espaços alugados no prédio da Sociedade Beneficente Portuguesa. A precariedade das instalações prejudicou em grande medida a efetivação das pesquisas das quais estava incumbida aquela instituição[237].

Foi exatamente nesse espaço de tempo que Arthur Reis assumiu o cargo de diretor do Inpa, função que ocupou de 19 de junho de 1956 a 31 de julho de 1958, portanto pouco tempo depois de pedir exoneração da SPVEA. Em matéria publicada no jornal *A Crítica*, de Manaus, Arthur Reis relatou os motivos que o levaram a assumir o novo cargo. Ele o fizera

> [...] atendendo a um convite que era até uma exigência do Conselho Nacional de Pesquisas, então exercida pelo coronel Aldo Vieira da Rosa, que me declarou – se não aceitar a direção do INPA talvez tenhamos de fechar as portas, pois não pode continuar como está. Pedira prazo para examinar o assunto e fizera, igualmente, algumas reflexões que poderiam ser tomadas como condição para aceitar o posto. Desejo declarar que, tendo sido o relator do projeto de criação da SPVEA, tendo proporcionado ao INPA os recursos iniciais que lhe permitiram a instalação, entusiasta da existência de um órgão que procedesse ao estudo da Amazônia, sentia-me vinculado a ele, não podendo, de qualquer modo, concordar que sua vida fosse encerrada assim tão abruptamente e sem lhe dar a oportunidade de uma experiência mais dilatada[238].

Conforme William Rodrigues, Arthur Reis "aceitou a missão e recebeu as instruções, que, textualmente, eram: ter a cabeça fria e os pés no chão. Nada de fantasias, de programas impossíveis de serem realizados, uma vez que era voz corrente que o INPA fracassara"[239]. Inicialmente, Reis reduziu as seis divisões nas quais o instituto estava organizado a apenas duas: a Divisão de Pesquisas Tecnológicas e a Divisão de Pesquisas Médicas, concentrando

---

de Pesquisas da Amazônia: INPA: trajetória institucional por meio de suas práticas científicas, 1954-1975. 2015. p. 31. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2015.

[235] INTEGRA-SE aos poucos e efetivamente a Amazônia ao Brasil: : instalado ontem com singular solenidade, o Inst. de Pesquisas, que iniciará seu trabalho: presidiu o ato o dr. Arthur Reis. *Jornal do Comércio*, Manaus, p. 6, 29 jul. 1954.

[236] RODRIGUES et al., 1981, p. 8.

[237] PANZU, 2015, p. 41.

[238] SOBRE uma prestação de contas. *A Crítica*, Manaus, 30 set. 1958.

[239] RODRIGUES et al., 1981, p. 12.

nestas todos os esforços dos funcionários então à disposição. Assim, durante a gestão de Reis, o Inpa promoveu diversos cursos, conferências[240] e expedições científicas. Montou laboratórios, aumentou o acervo da biblioteca, que subiu de 1.414 para 6.907 volumes, além de incentivar a formação por meio da concessão de 18 bolsas de estudos[241].

Contudo as dificuldades permaneciam, pois todas essas atividades foram realizadas, de acordo com o próprio Reis, para atender, "mesmo no mínimo", as atribuições legais que cabiam ao instituto, que contava com "exíguos recursos"[242]. Embora fossem notórias as dificuldades pelas quais passava o instituto, quando Reis deixou, "inesperadamente"[243], o cargo de diretor daquele órgão, fez desse momento um evento, por meio do qual minimizou as dificuldades e exaltou as suas realizações como diretor, como pedia o momento. Afinal, ele fora contratado numa situação de emergência, a fim de evitar o fechamento do Inpa.

Reis marcou uma reunião, "sem anunciar preliminarmente o motivo principal", para a qual convocou os funcionários do Inpa, "numerosas e destacadas" personalidades locais e a imprensa. Leu para os presentes seu relatório de prestação de contas e somente ao final da leitura revelou que estava renunciando ao cargo de direção. Apesar de mencionar de relance a insuficiência de recursos financeiros, este não era o teor da prestação de contas, a intenção era que, ao despedir-se da instituição, a sensação de dever cumprido fosse compartilhada em sua última reunião no órgão e amplamente divulgada pela imprensa. Por isso a mensagem vinha em tom de otimismo:

> Procurei servir à minha terra desde moço, venho a esforçar-me por servi-la bem, nos postos dos serviços públicos a que tenho sido chamado, no magistério que aqui exerci, nos livros e nos estudos de menor tomo que escrevo. O INPA está em começo. Exige o entusiasmo e a dedicação dos que aqui trabalham, e a compreensão e a boa vontade do governo e povo da Amazônia, em particular do Amazonas. Assumi com o Conselho Nacional de Pesquisas, o compromisso de evitar que o INPA fechasse. Hão de reconhecer que ele é hoje 90% diferente do que era em junho de 56. Tenho esperança de que a fase delicada, perigosa, foi ultrapassada. Cabe agora aos que aqui permanecem a obrigação de preservá-lo e levá-lo adiante[244].

A despeito do otimismo que Reis queria imprimir, fica claro que ele ainda estava preocupado com os destinos da instituição, que estava longe de viver uma situação de estabilidade:

---

[240] Uma dessas conferências foi proferida, em Manaus, por Gilberto Freyre, sob o tema "A Amazônia brasileira no sistema luso tropical de civilização". Ela foi realizada no dia 22 de julho de 1958, portanto nove dias antes de Reis se despedir da direção do Inpa. Cf. 17 HORAS na ACA a conferencia de Gilberto Freyre (sociólogo). *Jornal do Comércio*, Manaus, p. 4, 22 jul. 1958.

[241] SOBRE..., 1958.

[242] SOBRE..., 1958,.

[243] ARTHUR REIS, inesperadamente, deixou a direção do Instituto de Pesquisas. *Jornal do Comércio*, Manaus, p. 1, 27 jul. 1958.

[244] SOBRE..., 1958.

> É preciso ter confiança no INPA. É preciso dar-lhe crédito ilimitado, não se lhe exigindo soluções imediatistas, que não podem ser dadas sem que se comprometa a excelência dos resultados. [...] É preciso evitar que ocorra com o INPA o que ocorreu com o Museu Amazonense. Criado sob o patrocínio da Princesa D. Isabel, seus frutos eram excelentes. Proclamada a República, o tenentismo que subiu ao poder o extinguiu, porque o Museu era ligado à família imperial[245].

Apesar de não ter a intenção de dar enfoque catastrófico, a fala de Reis é reveladora de sua preocupação com os destinos do instituto. Os problemas acompanharam sua gestão e várias outras que a sucederam. Djalma Batista, diretor do Inpa de 1959 a 1968, apresentou a Castelo Branco, em 1965, "as dificuldades enfrentadas pelo Instituto, que sobrevivia com verbas insuficientes e limitação de pessoal".[246] Posteriormente a esse período, as dificuldades continuaram, conforme destaca Panzu:

> A situação de insegurança e limitação de recursos perdurou nos anos subsequentes de 1965 a 1967, refletindo diretamente no declínio da produtividade e fechamento de alguns setores. A falta de sintonia de propósitos derivou no pedido de renúncia de Djalma Batista, em carta enviada ao presidente do CNPq, Antônio Couceiro, em 9 dezembro de 1967. Em suas palavras, o diretor não resistiu mais em 'carregar o andor' e desabafou em sua carta demissionária, dizendo-se cansado 'de esperar condições para organizar um Instituto à altura da Amazônia'. Recorda ainda nesse documento, a ocasião em que esteve com o Presidente Castello Branco, em Belém, e do constrangimento recebido por aquele que 'mal informado' a seu respeito e a respeito do papel desempenhado pelo INPA, criara uma situação difícil que só o apoio dos homens da Amazônia pode amenizar[247].

O Inpa amargou por muito tempo a ausência de recursos necessários para o seu pleno funcionamento. Os dois grandes projetos oriundos do Governo Vargas foram, ao longo do tempo, demonstrando-se ineficientes para as funções para os quais foram criados. Ainda que as propostas desse governo tenham legado à Amazônia um espaço em definitivo no debate político nacional, do discurso às políticas efetivas de desenvolvimento para a região houve uma grande distância. Como lembra Gilberto Marques, as promessas varguistas, propaladas na década de 1940, não se traduziram "na realidade com a mesma força do discurso"[248].

Foi nesse ambiente de tensão que Reis escreveu *A Amazônia e a cobiça internacional,* portanto num contexto onde já ficava claro que, quase vinte anos após ter sido proferido o *Discurso do Rio Amazonas*, as promessas para a região amazônica nele contidas andavam a passos lentos. Duas instituições criadas para esse fim, a SPVEA e o Inpa, àquela altura, fins da década de 1950, sem verbas suficientes, por isso funcionando precariamente, davam mostras de que algo de urgente precisava ser feito. E foi a isso que se propôs Reis. A sua

---

[245] SOBRE..., 1958.
[246] Cf. PANZU, 2015, P.40
[247] PANZU, 2015, p. 41. Grifo da autora.
[248] MARQUES, Gilberto S. SPVEA: o Estado na crise do desenvolvimento regional amazônico (1953-1966). *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política*, São Paulo, n. 34, p. 167, fev. 2013.

expectativa quanto aos destinos da região, expressas em *A política de Portugal no Vale Amazônico*, se transformavam, agora, num discurso que previa a perda da Amazônia para os estrangeiros, caso medidas mais efetivas não fossem realizas objetivando ocupar e desenvolver a região. A cobiça estrangeira assumia agora o lugar de destaque no pensamento de Reis, diferentemente do que ocorreu com a obra anteriormente citada, que revelava um autor mais confiante com os destinos da Amazônia.

Não por coincidência, esse discurso começou a ser exposto publicamente por Reis no seu relatório de prestação de contas, por meio do qual se despedia do cargo de direção do Inpa. Após ocupar esse cargo nas duas instituições criadas por Getúlio Vargas com o propósito de incentivar o desenvolvimento da Amazônia, ambas passando por problemas de toda ordem, Reis, estrategicamente, dava início ao que se tornaria o mote do seu trabalho intelectual, com claras intenções políticas dali para frente. Dava-se início ao discurso da internacionalização da Amazônia:

> Toda a cautela será necessária, falo-vos bastante nesse aviso. Nada mais posso acrescentar. A simples defesa militar ou a nossa presença física, que nos valeu até hoje para preservar a soberania brasileira, não serão mais suficientes. É preciso realizar a Amazônia com urgência, sabendo-a e possuindo-a, como decorrência desse conhecimento exato e seguro. Há no Sul do Brasil, nos organismos de cúpula da alta administração federal, um verdadeiro estado de alerta a respeito. Grupos qualificados, atentos ao perigo, procedem aos inquéritos convenientes para a política a ser adotada com urgência. O INPA, que tem estado presente em todo esse trabalho, informando e esclarecendo, precisa ser atendido em suas reivindicações para executar totalmente os seus programas. É preciso que se lhes assegurem as condições necessárias, sem o que a expressão do seu contributo pouco poderá servir a obra de brasilidade e de ciência para que foi criado[249].

Esse discurso proferido em Manaus, repetido em jornais de repercussão nacional, foi ganhando forma e tomando cada vez mais espaço, ao passo que já se anunciava a publicação de *A Amazônia e a cobiça internacional*, que viria a público em breve. Menos de um mês após deixar a direção do Inpa, o *Correio da Manhã* divulgou matéria de destaque, na qual Reis denunciava a cobiça internacional à qual estava exposta a Amazônia:

> A pressão demográfica no mundo é altamente perigosa para a Amazônia, que aparece como um daqueles grandes vazios geográficos para os quais poderá voltar-se a cobiça ou simplesmente a necessidade de expansão de povos que crescem assustadoramente". Eis o brado de advertência do economista e historiador Arthur Cezar Ferreira Reis que vem de exonerar-se da direção do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia. Para o ex-presidente da Comissão do Plano de Valorização Econômica da Amazônia, sem dúvida o maior conhecedor da história dessa região, afeito aos seus múltiplos problemas, ela constitui um chamariz [...] Com todas as dúvidas e interrogações que comporta, acha o Sr. Arthur Reis, que a ocupação

[249] ARTHUR REIS..., 1958, p. 1.

> nacional da Amazôni, não só vale a pena, como também torna-se, dia a dia, um imperativo no mundo moderno[250].

Nota-se que Arthur Reis faz um retorno à tese do vazio demográfico utilizada por Getúlio Vargas a fim de justificar a *Marcha para o Oeste.* Essa tese, todavia, aparece agora referenciada por estudos de autores brasileiros recém-publicados naqueles dias, que se valendo de pesquisas de autoria estrangeira, apontavam para os perigos atinentes ao crescimento demográfico no mundo, especialmente de países asiáticos, que poderiam querer ocupar essas áreas de imensos vazios demográficos sem respeitar a sua soberania. Desse modo, o *Correio da Manhã* antecipava a temática de *A&CI*, que viria a público em 1960:

> Impressionado com essas revelações, que vieram ainda mais robustecer suas convicções, ele está escrevendo o último capítulo do livro A Amazônia e a cobiça internacional *sobre a necessidade urgente de uma ocupação e assistência efetiva à vasta região brasileira, por brasileiros*[251].

O jornal captou bem os objetivos do livro: tratava-se da defesa do desenvolvimento da região, que deveria ocorrer, entre outras medidas, por meio da migração de brasileiros de outras regiões. Portanto, os intentos do livro estavam calcados no presente e no futuro da Amazônia. Porém, para compô-lo, Arthur Reis utilizou-se politicamente do passado, como se verá mais adiante.

Em extensa e destacada matéria, intitulada *O Brasil deve ocupar a Amazônia antes que a fome no mundo o faça*, *O Globo* também noticiou o futuro lançamento do mais novo livro de Reis e suas denúncias acerca da vulnerabilidade amazônica ante os interesses estrangeiros. Inicialmente, a reportagem retomou o discurso de Reis proferido no Inpa na ocasião de sua despedida do cargo de diretor, onde ele afirmou que perigos iminentes rondavam a Amazônia. Que perigos seriam esses? – indaga o repórter de *O Globo*, recebendo a seguinte resposta de Reis: "O que eu quis dizer foi tão somente que a Amazônia continua exposta, franqueada, aberta à penetração. É um mundo de ninguém. Os perigos são o da fome que há no mundo"[252].

De acordo com o repórter, Reis não era um homem desencantado nem tão pouco suas palavras transmitiam pessimismo, pois que não cairia bem a um historiador o "desencantamento com o presente" ou a "desconfiança no futuro".

> Mas [prossegue o repórter] sente-se que a expressão serena de seu rosto se altera e seus olhos crescem e se avermelham ao repisar essas palavras: - O Brasil precisa

---

[250] PRESSÃO demográfica do mundo coloca em perigo a Amazônia: populações em crescimento voltam os olhos para os espaços vazios: advertência do professor Arthur Reis ao deixar a direção do INPA. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 23 ago. 1958. Primeiro caderno, p. 2.

[251] PRESSÃO..., 1958, p. 2, grifo nosso.

[252] O BRASIL deve ocupar a Amazônia antes que a fome no mundo o faça. *O Globo*, Rio de Janeiro, ago. 1958.

> tomar uma consciência amazônica. A Amazônia não constitui um mero problema geográfico. É, sobretudo, um problema geopolítico e geoeconômico. Uma nação como o Brasil, que cobre um espaço físico como o da Amazônia, tem de, forçosamente, defendê-lo... – E o que falta para essa defesa? – Recursos, recursos financeiros bem disciplinados e bem aplicados...Faltaram e faltam recursos para a Amazônia. Uma pena![253]

Aproveitando a oportunidade, o repórter quis saber se o pedido de exoneração de Reis do Inpa se devia à falta de recursos. Diferentemente de Djalma Batista, que havia admitido ter saído da direção daquela instituição pela escassez de verba, Reis preferiu atribuir sua saída ao cansaço. Mas claro está que foi a passagem pela direção de duas instituições (SPVEA e Inpa) que funcionavam precariamente que o levou a escrever um livro denúncia no qual sistematizou seu discurso sobre a cobiça internacional que assombrava a Amazônia naqueles dias: "A fome no mundo inteiro atiçará a cobiça sobre a Amazônia, e quando ela chegar à fronteira amazônica será tarde pretender a defesa daquele vasto mundo de riquezas ignoradas". Diagnosticado o problema, Reis aponta a solução: "Ocupar efetivamente a Amazônia, explorá-la e utilizá-la é a contingência que se impõe ao Brasil".

Em suma, o discurso da Amazônia como região cobiçada desde os tempos coloniais, que se impôs na narrativa de Reis desde *A política de Portugal no Vale Amazônico*, mas que, no entanto, naquele momento deixava pairar um ar de tranquilidade devido às propostas varguistas para a região, intensificou-se e tomou ares preocupantes, visto que aquelas promessas, vinte anos depois, não haviam se concretizado no sentido de resolver os problemas da Amazônia. Assim nasceu aquele que se tornaria o mais importante livro de Reis: *A Amazônia e a cobiça internacional,* que analiso a seguir.

2.1 O livro denúncia

Rodrigo Medeiros, ao analisar matérias da mídia impressa com foco na temática da internacionalização da Amazônia, concluiu que, a partir da década de 1950, "as notícias sobre a região vão tomando um tom muito mais programático. Os articulistas, por inúmeros fatores, começam a integrar a região no projeto de país". Entretanto, para Medeiros, foi somente após 1964 que, frequentemente, se recorreu a termos como cobiça e ameaça a fim de persuadir quanto à iminência da internacionalização da região, situação que demandaria medidas imediatas em prol da soberania brasileira. Medeiros conclui que,

> De maneira geral, *as reportagens trazem quase sempre um padrão* que apresenta a seguinte lógica. Primeiro se expõe um *diagnóstico* da conjuntura que cerca um fator

[253] O BRASIL..., 1958.

> específico da Amazônia, em seguida se propõe *ação corretiva.* Por exemplo, o Suplemento Especial, de 16 de abril de 1967, "Amazônia: um vazio cheio de riquezas", constata que a Amazônia brasileira é um deserto verde, sem densidade populacional. O diagnóstico se assenta na premissa de que o aumento populacional do planeta levará ao escoamento dos excedentes populacionais do mundo para territórios pouco explorados de regiões periféricas do sistema econômico mundial, a Amazônia sul-americana se encaixaria perfeitamente no perfil. Depois o suplemento argumenta que é necessário ocupar a Amazônia com os excedentes populacionais do nordeste brasileiro e do sudeste, para criar um sentimento nacional na região e não deixar espaço vazio para migração estrangeira. As reportagens do jornal Folha de São Paulo, desde 1965, apresentam uma forte lógica de estratégia militar tanto nos diagnósticos quanto nas sugestões propositivas do que se deve priorizar. *Podemos equacionar a fórmula da seguinte maneira: cobiça internacional demanda ações para se rechaçar a ameaça estrangeira. Uma das soluções mais propostas, nesse período, é a migração interna, ocupação humana do vazio demográfico* [254].

Entretanto, como visto no primeiro capítulo, o termo cobiça aparece no vocabulário de Reis desde o seu discurso como paraninfo proferido na década 1930, quando ainda residia em Manaus. A esse termo, foram acrescentados outros, como ameaça e internacionalização, tornando-se, portanto, os carros-chefes da argumentação elaborada por Arthur Reis no livro *A Amazônia e a cobiça internacional*, lançado em 1960, mas escrito pelo menos dois anos antes, portanto seis anos antes da data referida por Medeiros. Certamente, a maioria das reportagens analisadas por Medeiros tomava como base o famoso livro do amazonense, desde então cada vez mais uma referência para os que debatiam as problemáticas amazônicas. Inclusive, o padrão seguido pelas reportagens, observado por Medeiros no excerto acima, parece ter tomado como base a linha argumentativa de Arthur Reis. Primeiro é apresentada a situação de vulnerabilidade da região, que, inclusive da perspectiva de Reis, é histórica, em seguida as sugestões para evitar a perda da Amazônia.

Medeiros retoma ainda um artigo do general reformado do exército Carlos de Meira Mattos, publicado em 2005 na *Folha de S. Paulo*:

> *É antiga a idéia da internacionalização da Amazônia*. De tempos em tempos ela volta ao palco, trazida por novos ventos, revestida em teses pseudocientíficas ou sócio-humanitaristas usadas para ocultar o seu verdadeiro objetivo político ou econômico. No começo era apenas a surpresa aplastante de quantos famosos cientistas e naturalistas, europeus e norte-americanos, diante da magnitude do cenário florestal e hidrográfico com que deparavam na Amazônia. Nos séculos 17 e 18 vieram conhecê-la e estudá-la renomados cientistas e naturalistas da Europa e dos EUA. Seus relatórios e estudos chamaram a atenção internacional para a Amazônia. Passada a fase de admiração científica pela sua colossal imagem geográfica, *vieram as ambições e a cobiça*[255].

---

[254] MEDEIROS, Rodrigo Augusto Lima de. *Decodificando a internacionalização da Amazônia em narrativas e práticas institucionais*: governos da natureza no Brasil e nos Estados Unidos. 2012. p. 143. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade de Brasília, Brasília, 2012. Grifo nosso.

[255] MEDEIROS, 2012, p. 179, grifo nosso.

Impressiona a semelhança do artigo de Mattos com o cerne das considerações elaboradas por Arthur Reis quatro décadas antes, em *A Amazônia e a cobiça internacional*. A primeira frase do artigo parece mesmo ter sido uma paráfrase da primeira sentença do famoso livro de Arthur Reis: "É uma história velha, essa da Amazônia como área de atração[256]". No mais, o próprio Medeiros denomina de curioso o fato de o general recorrer a eventos históricos no seu texto:

> É interessante perceber que esses eventos são revisitados toda vez que se fala da internacionalização e a intenção é pedagógica na medida em que se relembra que a soberania brasileira na Amazônia *correu, corre e sempre continuará correndo perigo, cabendo aos brasileiros defendê-la.* É quase um mito fundador que precisa ser revisitado para fortalecer os laços e as convicções do que somos e o que precisamos fazer para manter o legado de nossos ancestrais[257].

O mito fundador a que se refere Medeiros é exatamente a necessidade de dar legitimidade no presente ao discurso de cobiça internacional pela Amazônia, valendo-se do passado. Certamente o maior responsável, se não por criar, mas por difundir esse discurso, foi Arthur Reis, que em seu famoso livro, *A&CI*, recorreu ao passado para escrever uma história da região perpassada pelo "apetite" estrangeiro. Escrito em 2005, portanto, o texto do general analisado por Medeiros está impregnado das ideias difundidas por Reis, com maior vigor em fins da década de 1950. A proposta de Reis foi, exatamente, "passar em revista o processo histórico do problema[258]", isto é, "narrar na sequência dos acontecimentos", portanto desde o período colonial, a cobiça de estrangeiros pela região amazônica e lembrar, como observou Medeiros, quanto às colocações do general, que a região "correu, corre e sempre continuará correndo perigo, cabendo aos brasileiros defendê-la".

Essa foi a tônica do autor em *A&CI*: alertar para a situação crítica de descaso pela qual passava a região, valendo-se para tanto da autoridade do discurso historiográfico e, assim, chamar a atenção do Estado brasileiro para a necessidade de defendê-la, pois, do contrário, a ameaça estrangeira que rondou a região durante os vários períodos da história e que ainda estava em curso seria efetivada. Nesse caso, Reis estava fazendo uso do discurso historiográfico para fazer uma crítica ao Estado. Desta feita, seu livro expressa a frustração diante das ineficientes práticas políticas que intencionaram desenvolver a Amazônia entre as décadas de 1940 e 1950, sem que se obtivesse o sucesso esperado. A opção por se valer do invólucro da história para discutir um problema que lhe era contemporâneo objetivava relacionar o discurso à verdade, como será visto mais adiante.

---

[256] REIS, Arthur Cezar Ferreira. *A Amazônia e a cobiça internacional*. 2. ed. Rio de Janeiro: Edinova Limitada, 1965. p. 9.
[257] MEDEIROS, 2012, p. 179, grifo nosso.
[258] REIS, 1965, p. 10.

Por ora, quero chamar atenção para dois aspectos. Em primeiro lugar, para a atualidade da temática relativa à internacionalização da Amazônia. Ela foi uma grande questão entre as décadas de 1950 a 1980, e o é nos tempos atuais, ainda que tenha assumido outros vieses[259]. Como afirmou o general, "de tempos em tempos ela volta ao palco, trazida por novos ventos". Assim pode ser visto no trabalho de Medeiros, entre outros que discutem o tema, destacando-se que a temática é de interesse de debatedores contemporâneos. Em segundo lugar, a questão teve como um de seus principais interlocutores o amazonense Arthur Reis, responsável, se não por construir, mas por difundir um discurso sobre o tema que foi e continua sendo apropriado por outros autores, demonstrativo do alcance das ideias dele, que ficou conhecido como defensor da Amazônia. Apesar do protagonismo de Reis no cenário nacional quando o assunto é Amazônia, muito devido ao livro considerado clássico, *A&CI*, autor e obra ainda não mereceram um quantitativo de estudos suficientes, o que justifica a escolha temática desta pesquisa.

Em que pese a sua autoria de um bom número de obras, *A&CI,* livro denúncia, como ele próprio o denominou diversas vezes, foi o que recebeu o maior número de edições, cinco entre 1960 e 1982. Assim escreveu Arthur Reis a Djalma Batista, amigo de Manaus, quanto ao sucesso da obra: "Por esses dias, circulará a terceira edição de 'A Amazônia e a cobiça internacional'. Traz capítulo novo e prefácio também. *O livro tem dado sorte*"[260]. Realmente, do ponto de vista da repercussão que teve, o livro deu sorte, como visto, e até os dias atuais podem ser encontrados resquícios do seu discurso naqueles que temem a internacionalização da Amazônia. Não há dúvida de que esse livro ocupou o pódio no conjunto da obra de Reis.

Num extenso currículo elaborado por Arthur Reis, provavelmente em 1970, há o destaque para a obra em questão: "É autor de 31 obras sobre o Brasil, em particular a Amazônia. O principal é: A Amazônia e a cobiça internacional, já em terceira edição."[261]. Em outros documentos também pode ser verificada a menção à importância do livro:

> Seu magnífico livro Amazônia e a cobiça internacional está tendo grande aceitação em Curitiba, estando ele apresentado em destaque na mostra das mais importantes livrarias da cidade [...] Como não podia deixar de ser, recomendei 'Amazônia' para os meus assistentes e alunos, em virtude da posição de seu ilustre autor, com

[259] Como a questão da biopirataria, por exemplo, que ganhou as páginas dos jornais com maior força a partir da década de 1990. Segundo Medeiros, "seria uma internacionalização não pela via da ocupação territorial, mas agora num patamar mais tecnológico de utilização de substâncias, plantas, princípios ativos, etnoconhecimento, entre outros, sem passar por nenhum controle nacional." (MEDEIROS, 2012, p. 174).

[260] REIS, Arthur Cezar Ferreira. [*Correspondência*]. Destinatário: Arthur Cezar Ferreira Reis. Manaus, 5 set. 1968b. Disponível no acervo de correspondências da Biblioteca Arthur Reis.

[261] REIS, Arthur Cezar Ferreira. *Currículo*. Manaus, [1970]. Esse documento integra um conjunto composto por diversos currículos e dados biográficos de Arthur Reis, provavelmente produzidos por ele mesmo. Eles podem ser encontrados com um massivo conjunto de cartas, fotografias e documentos pessoais, no acervo de correspondência do autor, na Biblioteca Arthur Reis, em Manaus.

> também em virtude dos seus elevados propósitos de integração nacional num mundo marcado pelo deslocamento das fronteiras políticas e de pensamento político[262].

Após mencionar outros livros de Arthur Reis, Vicente Tapajós afirma: "Talvez, entretanto, o seu livro de maior repercussão, o mais conhecido de todos, seja 'A Amazônia e a cobiça internacional', com cinco edições esgotadas, grito de alerta contra as ameaças que através dos tempos vêm sendo feitas à segurança estratégica da região"[263].

Na cobertura da eleição de Reis como presidente do Conselho Federal de Cultura, o *Jornal do Brasil* também destacou a importância do livro: "Já publicou mais de vinte livros sobre História e Sociologia. O último, A Amazônia e a Cobiça Internacional, publicado recentemente, é sucesso nas livrarias"[264].

O *Correio da Manhã* também registrou um momento que se junta a outros dados reveladores da notoriedade do livro:

> O Ministro do Interior, General Albuquerque Lima, não se separa de um livrinho vermelho, que lê em todos os momentos livres. Um assessor do ministro procurou saber o título do volume e acabou descobrindo: trata-se de 'A Amazônia e a cobiça internacional', do professor Arthur Cezar Ferreira Reis, ex-governador do Amazonas[265].

Ainda esse mesmo periódico, quando do lançamento da terceira edição de *A&CI*, destacou:

> Nas livrarias, a terceira edição, aumentada, de um dos livros mais importantes aparecidos no Brasil nos últimos anos: *A Amazônia e a Cobiça Internacional*, de Arthur Cezar Ferreira Reis, professor universitário, historiador, sociólogo e ex-governador do Estado do Amazonas. Trata-se de obra em que a história e a sociologia política explicam os motivos pelos quais, ao longo de sua história, a Amazônia esteve sempre na alça da mira de potências e grupos estrangeiros[266]. E a razão de seu sucesso, explica o próprio autor, é que falou à consciência brasileira; "Em A Amazônia e a Cobiça Internacional – acrescenta – tentamos, sem exageros, mas muito sensatamente, sem restrições que possam ser confundidas como manifestações de xenofonismo, tão do agrado de certos grupos que se defendem sob alegações primárias de que quantos não lhes seguem os roteiros, estão a serviço de teses, de ideologias, de sentimentos e propósitos inconfessáveis, tentamos propor a Amazônia na aventura que pode ocorrer para tirá-la de nossa soberania"[267].

---

[262] SOBRINHO, Manoel Oliveira Franco.[*Correspondência*]. Destinatário: Arthur Cezar Ferreira Reis. Curitiba, 21 out. 1968. Disponível no acervo de correspondências da Biblioteca Arthur Reis. Grifo do autor.

[263] TAPAJÓS, 1987, p. 39.

[264] ARTHUR REIS toma posse no Conselho Federal de Cultura e diz que fará plano nacional. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 7 jan. 1969b. Primeiro caderno, p. 12.

[265] LEITURA. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 29 abr. 1967. Primeiro caderno, p. 9. Grifo nosso.

[266] A AMAZÔNIA e a cobiça internacional. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 23 out. 1968. Segundo caderno, p. 2. Grifo do autor. Aqui se percebe que o autor da nota "comprou" exatamente a ideia que sustentou o livro e que sempre fora o propósito do autor: a cobiça era histórica e, assim como no passado, ainda estava a rondar a região no presente. Seu sucesso era devido ao fato de ter tocado a consciência brasileira para o problema.

[267] A AMAZÔNIA e a cobiça internacional...1968, p. 2. Grifo do autor.

Mesmo na publicação de outras obras suas, *A&CI* sempre foi lembrada, como no caso de *Aspectos da formação brasileira*, de 1982, que, ao trazer alguns dados bibliográficos sobre o autor, destaca: "Seu livro Amazônia e a cobiça internacional é considerado obra clássica, com repercussões no estrangeiro, de consulta obrigatória nos meios governamentais e nas universidades"[268]. Enfim, esse foi o livro que coroou Arthur Reis como defensor da causa amazônica em relação aos interesses estrangeiros.

A primeira edição, saída pela Companhia Editora Nacional de São Paulo, traz 15 capítulos mais a introdução. Cada capítulo trata de um tema da história da região amazônica, seguindo uma linha cronológica que tem início no século XVII e segue até meados do século XX, narrando episódios que, na perspectiva de Reis, foram marcados pela cobiça estrangeira do grande vale.

É uma edição mais simples em relação às demais, que foram ganhando um projeto gráfico mais elaborado, sendo acrescidas de comentários de autores como Gilberto Freyre, que, nesse caso, mais que referendar a obra, confirma o sucesso dela. Trazia na solapa apenas uma nota da própria editora destacando seu caráter historiográfico, a erudição do autor e a síntese do que seria o objetivo da obra: "despertar a consciência da nação no que respeita à Amazônia [...] [pois] aberto como está o espaço desértico da Amazônia à cobiça dos mais fortes, é uma ameaça permanente à integridade nacional".

Era, portanto, um livro escrito por um autor reconhecido como historiador, de caráter assumidamente historiográfico, mas que tinha claros objetivos relacionados ao presente no que tange a tomadas de decisão do Estado e da iniciativa privada quanto aos problemas da Amazônia contemporânea.

A capa da primeira edição expõe, através de um mapa, a extensão da Amazônia em relação ao Brasil, demonstrando que a região ocupa uma considerável porção do território e que, entre outros motivos, era sugestivo que ela fosse alvo da devida atenção por parte do Estado. O título do livro é grafado em verde e vermelho: "Amazônia" em verde, em associação à floresta, enquanto "e a cobiça internacional" se destaca num vermelho bastante chamativo, a indicar o perigo ao qual estava exposta a região. A capa traduz bem qual era o objetivo do livro: chamar o Brasil para olhar a Amazônia, pois, de outro modo, esta estaria sujeita à intervenção estrangeira.

A segunda edição, publicada pela Edinova Limitada, do Rio de Janeiro, em 1965, portanto no período que Arthur Reis era governador do Amazonas, mantém os mesmos

[268] REIS, Arthur Cézar Ferreira. *Aspectos da formação brasileira*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1982. p. 9. (Coleção Documentos Brasileiros, v. 191).

capítulos, diferenciando-se da primeira pelo acréscimo de um prefácio que, segundo o autor, "equivaleu a um capítulo novo, *pelas novidades que acrescentava* aos que constituíam o nervo e o conteúdo do livro em si mesmo"[269]. As novidades às quais o autor se refere giraram em torno de duas temáticas que, em sua concepção, ameaçavam a soberania nacional. Elas foram apresentadas pelo próprio autor em longa carta que enviou ao então presidente Castelo Branco, em maio do ano em questão:

> Meu caro presidente Castelo Branco, permita que fale a linguagem simples, de homem a homem, e não de governador a presidente. Será melhor para que possa dizer o que meu coração e o meu pensamento exigem que transmita a um cidadão, a um cidadão em quem nenhum brasileiro, mesmo aqueles que foram punidos pelos erros que cometeram, deixa de proclamar o homem certo da hora certa. [...] Sabe o senhor que em nenhum momento desservi à nossa pátria. No particular da Amazônia, tenho vivido para estudá-la, entendê-la e servi-la. Nela nascido, constitui a grande paixão da minha vida.[...] *No momento, está em foco o grave problema do seu destino, sob a soberania brasileira. Entendo que há um perigo, que o Senhor considerará que existe, porque falsos brasileiros, sob a capa de um serviço à ciência e à humanidade, pretendem que o inventário de sua realidade seja atribuída a estrangeiros*, em mais uma tentativa para entregar-lhe a constatação do que vale, do que é e do que pode proporcionar aos capitais e a técnicos que das potências que sustentam a conveniência de sua alienação. [...] Há brasileiros que proclamam constituir a Amazônia o grande espaço imperial brasileiro para ser integrado no futuro, constituindo, assim, a reserva da pátria. A tese pode ser interessante como conclusão de gabinete. Não é verdadeira quando se procura examinar a realidade nacional, na fase atual do processo de desenvolvimento que já nos assegura a condição de quarta ou quinta potência mundial. A Amazônia é a grande área das matérias primas necessárias ao parque industrial brasileiro. Poderemos com ela, dispor do essencial a essa obra de alta brasilidade. [...] *Ora, o inventário de tal acervo, que o solo e o subsolo, a floresta e as águas podem e devem proporcionar, precisa ser realizado sem mais demora, no interesse da própria segurança e da maturidade de nossa pátria. Não pode, nem deve, no entanto, ser empreendimento a cargo de instituições estrangeiras que não possuem e nem poderiam possuir a sensibilidade nacionalista necessária e natural. A ciência, é certo, é universal, mas os cientistas são nacionais não se lhes podendo exigir que dessirvam aos interesses de seus países de nascimento*. [...] No caso particular da Amazônia, bem sabe o senhor, por conhecimento próprio, há instituições brasileiras que trabalham em silêncio na região, sem o ímpeto e sem a grandeza conveniente, justamente porque não se lhes proporcionaram as condições essenciais para a execução dos programas que autorizem essa identificação. O Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia e o antigo Instituto Agronômico do Norte, hoje Instituto de Pesquisas e Experimentação Agropecuário do Norte são dois organismos que lutam, desde suas origens, com a pobreza de equipes e de recursos materiais para o cumprimento de suas obrigações. Nem por isso, no entanto, poder-se-á em sã consciência, acusá-los de descumprirem os seus deveres. [...] *No tocante ao episódio de agora, quero que o senhor saiba, que convocado pelo Ministro da Agricultura a estar presente a reuniões a serem realizadas* [...] *com técnicos brasileiros e norte-americanos para o exame de instalação e funcionamento de um Centro de Pesquisas Tropicais, compareci, como era meu dever*. [...] Já fora avisado, a essa altura de que vinham procurando entendimentos reservados com organismos norte-americanos para que o trabalho de pesquisa se processasse, na Amazônia, através de planos norte-americanos, técnicos norte-americanos e financiamento norte-americano e com a participação brasileira mínima ou nenhuma. Alertado sobre o que estava ocorrendo e fora trazido ao conhecimento do governo brasileiro pelo embaixador brasileiro em

[269] REIS, Arthur Cezar Ferreira. *Amazônia e a cobiça internacional*. 3. ed. Rio de Janeiro: Gráfica Record Editora, 1968a. p. 10.

> Washington, pedi, antes de viajar ao Rio, o comparecimento a Palácio, dos líderes partidários na Assembleia Legislativa, inclusive a da oposição ao meu governo. Expus-lhe o que sabia, mostrando-lhes a documentação de que dispunha e comuniquei-lhes que viria ao Rio desaprovar qualquer providência que importasse em desprimor para as instituições brasileiras, para os técnicos brasileiros e prejudicasse a segurança nacional. Obtive a aprovação unânime à atitude que adotaria. [...] *A 10 do corrente, logo na primeira reunião, no Ministério da Agricultura, tomei conhecimento da agenda dos trabalhos* [...] *Ouvidas as palavras dos técnicos brasileiros* [...] *estranhei que o Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia e o Instituto de Pesquisa e Experimentação Agropecuário do Norte tivessem sido ignorados como centros ativos para os trabalhos que se projetavam. Declarei que não aceitava a tese de um novo Instituto, agora estrangeiro, com técnicos estrangeiros e direção estrangeira com sede em Washington e junta diretora em Porto Rico.* [...] Peço licença, meu caro Presidente, para pedir a sua atenção para o relatório norte-americano, que me foi comunicado, depois, em trechos que deixam claro o perigo do projeto que o Conselho Nacional de Pesquisas e o Ministério da Agricultura defendem com tanto calor e tanto desamor às organizações científicas e técnicas brasileiras. [...] *Há ainda, Presidente, outro organismo que se volta, também agora para a Amazônia, pretendendo, inclusive, alterar cursos de rios, com o que poderá influir na segurança nacional, mudanças de vias de acesso, etc. Esse outro organismo é o "Hudson Fundation", que tem sede em Nova York, está sendo financiado pelo Banco Internacional de Desenvolvimento* [...] Reconheço, meu caro Presidente, que a cooperação norte-americana ao Brasil, para a solução dos seus problemas, é útil, talvez muito necessária, mas sem que essa cooperação se transforme em diminuição do nosso poder de soberania. [...] Quando em 20 de novembro, pedi a atenção do senhor para o que àquela altura, podíamos denunciar como prejudicial aos interesses soberanos de nossa pátria, já vislumbrava o que está sucedendo. Sei das instruções que o senhor deu, em despacho que emitiu, mas essas instruções não foram cumpridas e esse está aceitando justamente o que o senhor determinara que não fosse feito. Creia, meu caro Presidente, que me anima nesse episódio tão desagradável, o intuito único de servir mais uma vez à região onde nasci e onde os sentimentos de amor e fidelidade ao Brasil são permanentes. *Já se disse que teimamos em ser brasileiros*. É verdade, e o senhor, que já ali viveu como Comandante Militar, deve ter verificado que essa decisão nossa é permanente, definitiva, realíssima. Perdoe-me a extensão dessas linhas. Era preciso, no entanto, escrevê-las, abrindo meu coração e deixando que ele falasse o necessário.[270]

A preocupação de Reis se referia à instalação da Fundação de Pesquisas Tropicais[271] e ao projeto dos grandes lagos, que envolvia o Instituto Hudson, de Nova York. Ele aproveitou a edição de *A&CI* de 1965 para tratar dos temas. É interessante notar que o prefácio a essa edição tem um teor semelhante à carta ao presidente Castelo Branco, ambos escritos em maio de 1965:

> A tese que defendemos neste livro, de que, um dia, a continuar a ausência criminosa do poder público, poderemos acordar com o Extremo Norte sob o domínio de estranhos [...] *não é uma tese fruto de imaginação criadora*. Fortifica-se a todo instante. E, nos dias que passam os perigos crescem [...] É necessário [...] de logo, através do instrumental brasileiro, proceder, sem exitações e sem limitações, ao inventário do que vale e do que pode valer a Amazônia. *Tal inventário, frisamos, a cargo de instituições brasileiras, com equipes brasileiras*. E isso porque, já no

[270] REIS, Arthur Cezar Ferreira. [*Correspondência*]. Destinatário: Humberto de Alencar Castelo Branco. Rio de Janeiro, 17 maio 1965k. Disponível no acervo de correspondências da Biblioteca Arthur Reis. Grifo nosso.

[271] A tentativa de criação da fundação ocorreu em maio de 1965, e a segunda edição de *A&CI* foi lançada apenas alguns meses depois, em agosto do mesmo ano. É provável que o interesse pela publicação dessa segunda edição tenha relação com a exposição de Reis na imprensa combatendo o Governo Federal na sua tentativa de instalação da fundação.

> exterior, numa nova tentativa do avivamento do que impediríamos, viesse a ser o "Instituto da Hileia" planejava-se essa tarefa, com singular sofreguidão e com estranha exclusão de nossa participação e de nosso comando. Referimo-nos ao projeto da Academia de Ciências de Washington, que com o beneplácito de brasileiros ingênuos, preparava-se para aquela operação. Um grupo de vanguarda, composto de cientistas norte-americanos que vieram à Amazônia, sugerira a operação [...] Alega-se que a instituição, congregando os homens de ciência dos Estados Unidos, não compõe uma organização governamental, o que exclui o poder nacional da poderosa nação do Norte de qualquer interferência no projeto. [...] O inventário a que se propôs ali seria o inventário honesto, desambicioso, dentro da melhor objetividade científica. Exato? Ora, se assim fosse [...] por que excluir a contribuição brasileira, a ser produzida na nossa própria casa, na Amazônia brasileira? O instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia, [...] e o Instituto de Pesquisa e Experimentação Agronômica do Norte [...] tem justamente aqueles objetivos científicos e técnicos. Funcionam sem a cobertura fundamental, mas, mesmo assim, produzindo o possível e de boa qualidade[272].

A partir de então, Reis passa a citar a reunião ocorrida nos dias 10 e 11 de maio, tal qual fez na carta ao presidente:

> [Na reunião] Acertou-se, apesar das reservas que fizemos, dos protestos que lançamos, a direção externa a um instituto novo, o chamado Centro do Trópico Úmido, que desse modo passaria a realizar aquela tarefas que o INPA e o IPEAN, se devidamente assistidos, estariam capacitados a efetuar. A cooperação, sustentei, não poderia expressar-se com a sede, a direção o financiamento e os técnicos estrangeiros, ignorando-se as instituições e as equipes brasileiras. O que na realidade se premeditava era, a certos aspectos, uma restauração do Instituto Hileia[273].

Para defender seu ponto de vista no prefácio, assim como em entrevistas na mídia, Arthur Reis cita o fato de suas ideias se coadunarem com as do presidente Castelo Branco:

> O presidente Castelo Branco, é preciso que fique bem claro, ao tomar conhecimento dos projetos da Academia de Ciências de Washington, determinara que a direção do empreendimento estivesse confiada a brasileiros, fossem as instituições brasileiras as que tivessem a seu cargo o empreendimento, devendo, por fim, ocorrer a participação financeira brasileira. Certo. Certíssimo. Posição clara, definida, nacionalista no melhor sentido. O que se tentou fazer nas reuniões do Ministério da Agricultura, no entanto, não foi o que decidira, com sabedoria, o Chefe do Estado brasileiro. *Nossa posição, consequentemente, estava certa e nitidamente afinada com a do Chefe do Executivo nacional*. Cabe aqui, agora, registrar que o interesse atual dos cientistas estrangeiros pela Amazônia não se reduz ao programa da Academia de Washington. Dois outros grupos enfrentam o problema com idênticas finalidades altruísticas. Referimo-nos aos pesquisadores do "Hudson Institute", de Nova York, e de terceiras organizações[274].

Ele conclui de forma muito semelhante, com a finalização da carta ao presidente Castelo Branco:

> Nossa denúncia não se faz contra quem quer que seja, mas, como já dissemos nas páginas deste livro, a favor do Brasil. *Nascemos na Amazônia. Teimamos em continuar brasileiros.* Não somos xenófobos. Nem por isso, entretanto, estamos dispostos a bater palmas a qualquer projeto que possa conduzir à perda de soberania

[272] REIS, 1965, p. 5, grifo nosso.
[273] REIS, 1965, p. 6.
[274] REIS, 1965, p. 7, grifo nosso.

> ou à vinculação de nossa terra, pela ação de cientistas ou homens de negócios, a interesses que não sejam os do Brasil[275].

Essa temática foi discutida em programas televisivos e também ganhou as páginas dos principais jornais do país. Numa consulta à Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, foram encontradas, só no mês de maio de 1965, mais de vinte reportagens sobre a temática nas quais o nome de Arthur Reis é citado. Muitas dessas reportagens foram matérias de capa, indicativo da relevância da temática em âmbito nacional.

Os jornais dão conta das denúncias feitas por Arthur Reis quanto à tentativa de instalação da fundação e também de certas rusgas entre ele, de um lado, e o ministro da Agricultura e presidente do Conselho Nacional de Pesquisa, de outro[276]. Pelo que sugerem as reportagens, houve também um mal entendido entre Reis, então governador do Amazonas, e o presidente Castelo Branco quanto à questão[277]. Esses jornais são objeto de análise no quinto capítulo desta tese, onde se explica em maiores detalhes o caso da fundação e o do Instituto Hudson.

O prefácio à segunda edição, que, segundo o autor, valia como um capítulo novo, foi escrito, conforme já dito, em maio de 1965, mesma data de toda essa problemática divulgada pelos jornais. E apesar do prefácio estar assinado com a data de maio, a segunda edição de *A&CI* foi lançada alguns meses depois, em agosto do mesmo ano. Provavelmente o interesse pela publicação dessa segunda edição teve relação com a exposição de Reis na imprensa combatendo o governo na sua empreitada para frustrar os planos de instalação da fundação. O fato é que o tema do livro era considerado atualizado, como lembrou o *Jornal do Brasil:*

> O Governador do Amazonas, Sr. Arthur Cezar Reis, comparecerá segunda-feira, às 21 horas, ao Palácio da Cultura, em Copacabana, para autografar a segunda edição do seu livro A Amazônia e a Cobiça Internacional, numa noite de autógrafos a que deverão comparecer altas personalidades políticas e militares. A nova edição de A Amazônia e a Cobiça Internacional é atualizada, abrange estudos clássicos, feitos pelo Sr. Arthur Cezar Reis, e os recentes acontecimentos que envolveram o Centro de Estudos Tropicais, e o empenho de internacionalização da Amazônia[278].

O *Tribuna da Imprensa* foi ainda mais enfático. Sob o título "Governador Arthur Reis alerta a nação sobre cobiça internacional e projetos para alienar a Amazônia – Livro renova luta contra o entreguismo", divulgou o lançamento e, mais do que isso, aproveitou para novamente lançar críticas ao Estado. A notícia, que tomou boa parte da página, fez uso de

---

[275] REIS, 1965, p. 8, grifo nosso.

[276] Essa questão movimentou intensamente o Amazonas. O próximo capítulo traz a repercussão do caso em âmbito regional.

[277] A suposta rusga entre ambos rendeu outros comentários, como pode ser verificado no capítulo seguinte desta tese.

[278] ARTHUR REIS autografa segunda-feira. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 28 ago. 1965d. Primeiro caderno, p. 14.

citações do livro em subtítulos como: *entrega disfarçada*; *outras tentativas*; *razões da cobiça*. Lembrou, também, a tentativa de instalação da fundação:

> O governador do Amazonas, historiador e sociólogo, Arthur Cezar Ferreira Reis, em noite de autógrafos, hoje, às 21 horas, na livraria Palácio da Cultura, em Copacabana, lançará a segunda edição de seu livro 'A Amazônia e a Cobiça Internacional', onde renova suas denúncias do início do ano contra um Instituto de Pesquisas com sede nos Estados Unidos e o projeto do 'Hudson Institute', advertindo que a obra 'vem a uma nova edição no momento próprio, pois o apetite que a Amazônia tem despertado está aguçado nos dias que correm'[279].

A edição em questão traz também uma nota da editora indicando-o como especialista em história e economia da Amazônia, o que o credenciava "para tomar a atitude que tanto sensibilizou o país, em defesa da cultura brasileira, opondo-se à criação de um órgão estrangeiro para realizar pesquisas na Amazônia"[280].

A contracapa traz uma foto do autor e a sinopse do livro, destacando, nas próprias palavras de Arthur Reis, o que era o objetivo da obra: "[...] apresentar o Brasil para o grave problema que a região apresenta". Portanto, como mais uma vez é possível verificar, esse é um livro que tem o presente como objeto e o passado como pano de fundo. A capa, assinada por Waltercio Caldas Júnior, apresenta uma imagem da floresta.

A terceira edição, de 1968, foi publicada pela Gráfica Record Editora, integrando a Coleção Presença Brasileira[281]. Assim como a segunda edição, foi lançada após um evento de intensa repercussão nacional. Aliás, o lançamento foi uma consequência direta do interesse público acerca do ocorrido. Tratava-se das propostas de uma organização não estatal norte-americana para a Amazônia, o já citado Hudson Institute, cujas ações na região já haviam sido anunciadas por Arthur Reis desde a segunda edição de *A&CI*, como visto anteriormente.

O caso foi tomado pelo nosso autor como um atentado à soberania nacional e foi desse modo que ele o denunciou à imprensa[282]. Assim, após a grande repercussão que obteve na mídia, foi lançada a terceira edição daquele que ia se tornando o mais importante livro de Reis. A referida edição vinha acompanhada de novo capítulo, intitulado "Últimas reflexões", que, segundo Reis, atualizava

---

[279] Governador Arthur Reis alerta a nação sobre a cobiça internacional e projetos para alienar a Amazônia – Livro renova luta contra o entreguismo. *Tribuna da imprensa*. Rio de Janeiro, 30 ago. 1965. Grifo nosso.

[280] REIS, 1965, p. 4.

[281] A Coleção Presença Brasileira, dirigida por Eduardo Basso, foi lançada em 1968, sendo o primeiro volume *Brasis, Brasil, Brasília*, de Gilberto Freyre. A terceira edição de *A Amazônia e a cobiça internacional* foi o terceiro volume lançado pela coleção, que lançou mais dois livros de Gilberto Freyre: *Região e tradição*; e *Novo mundo nos trópicos.*

[282] A análise mais detalhada das propostas do Hudson Institute para a Amazônia está posta no último capítulo desta tese.

> os objetivos da obra com os fatos mais imediatos, que não podiam ser ignorados, pelo que refletem comprovando que aquele interesse e aqueles desejos materiais não estão contidos, mas que já se criou o necessário e mais imediato, ou seja, um estado de alerta na opinião pública nacional[283].

Foi a partir dessa edição que o autor passou a contundentemente afirmar que as ideias contidas em *A&CI* começaram a causar um efeito na consciência nacional:

> Estamos no ano de 1968. O Brasil começa a tomar consciência do que a Amazônia representa como área potencial para seu futuro [...]. Essa consciência não se limita as classes mais avisadas e mais esclarecidas da opinião pública. Ela incorpora uma humanidade maior e inclui o próprio poder público, despertado para a gravidade do problema, com ele identificado e, em consequência, na disposição de uma política objetiva, que faça realmente da Amazônia aquilo que os brasileiros já estão exigindo que ela seja[284].

De acordo com Reis, a Operação Amazônia, iniciada em fins do governo de Castelo Branco, funcionava como uma prova cabal do reconhecimento de que as afirmações feitas em *A&CI* não

> eram '[...] falsas, sensacionalistas, exageradas. A orientação oficial, denotando a preocupação governamental, está dentro de uma estratégia que parte da constatação de que os perigos que denunciáramos não eram perigos sem sentido ou não tinham existência real. E essa estratégia continha, como contém, em seu bojo, a ideia de que era, e é, necessário agir sem perda de tempo, com velocidade e com intensidade'[285].

Apesar da consciência estatal acerca da importância da Amazônia, redundando em políticas objetivas na grande área verde, conforme afirmou Reis, a situação da região ainda era de subdesenvolvimento, visto que os recursos disponíveis não eram suficientes. "O caminho será, assim, numa solução simplista: apelar para os recursos do exterior, mesmo sob o risco profundo da desnacionalização. Certo?" – inquiria o autor de forma retórica, visando introduzir o assunto do Hudson Institute, que, "no intuito de participar na solução do problema de infraestrutura", insistia "nos seus projetos megalomaníacos"[286].

Para Reis, o poder público federal àquela altura estava procedendo inquérito para apurar as denúncias que ele havia feito e, "quando, ingenuamente, se escreve que as nossas denúncias refletem imaturidade, exagero nacionalista, ou ainda emotividade nossa, não se está escrevendo com segurança [...]"[287]. Assim, conforme o autor, os que iam contra suas denúncias acerca do Hudson Institute o faziam ludibriados pela propaganda feita acerca das falsas benesses daquele projeto.

---

[283] REIS, 1968a, p. 10.
[284] REIS, 1968a, p. 235.
[285] REIS, 1968a, p. 236, grifo nosso.
[286] REIS, 1968a, p. 237.
[287] REIS, 1968a, p. 238.

Após retomar o caso Hudson Institute, Reis prosseguiu, como de costume, defendendo o desenvolvimento da região que, do contrário, estaria ameaçada de ser tomada pelo interesse de outras nações, visto que todas as questões contidas na primeira edição de *A&CI* ainda se faziam presentes. A fome no mundo era uma delas:

> [...] Porque a ocupação da Amazônia [por brasileiros] é problema de segurança. Aquele pergo da entrada de multidões, que se estiolam no exterior, sem um lar, um pedaço de terra para nele realizar a própria vida, continua latente. [...] O aumento demográfico vegetativo apresenta perspectivas alarmantes em muitas partes da terra, levando à adoção de planos que afetam a existência de territórios, como é o nosso caso, sob soberanias diversas[288].

Sendo assim, políticas estatais para a região visando ao seu desenvolvimento econômico eram "um imperativo de segurança nacional"[289]. À guisa de conclusão, reiterava o autor: "Nossas reflexões não têm outro objetivo. Visamos unicamente aos interesses brasileiros. Estas as reflexões com que insistimos nas nossas denúncias visando à preservação da Amazônia"[290].

Importante salientar que o termo preservação da Amazônia, do qual falou Reis, significava preservá-la da ação de estrangeiros, e não tinha relação, portanto, com a preservação dos seus recursos naturais. Desse modo, o título de "defensor da Amazônia" pelo qual nosso autor ficou amplamente conhecido não tinha relação com a defesa da floresta. Defender a Amazônia, nesse sentido, significava impedir a entrada de corporações estrangeiras e ao mesmo tempo incentivar a ação estatal na região, como ocorreu com intensidade a partir do regime militar, com a abertura de estradas, por exemplo, que tinham como objetivo levar o desenvolvimento para a região sem, contudo, uma preocupação efetiva com as necessidades dos povos indígenas e com as questões ambientais[291]. Na verdade, era a questão oposta que incomodava Arthur Reis e a muitos dos seus contemporâneos. A floresta e os índios, intocados, tal qual permaneciam, representavam o atraso, portanto levar a "civilização" àquele rincão foi o mote principal do trabalho de Reis.

A terceira edição de *A&CI* é especialmente importante nesse aspecto, visto que a partir daí o autor passa a indicar o sucesso do livro, que estava alcançando seus objetivos, relativos à formação de uma consciência nacional acerca da problemática amazônica, demonstrando que a região ainda permanecia "vivendo o período do subdesenvolvimento". Em carta enviada no

---

[288] REIS, 1968a, p. 238.
[289] REIS, 1968a, p. 242.
[290] REIS, 1968a, p. 242.
[291] Essa ação intensiva dos militares na Amazônia legou para a região uma drástica mortalidade da população indígena e uma exploração inadequada da floresta. Cf. HECK, Egon; LOEBENS, Francisco; CARVALHO, Priscila D. Amazônia indígena: conquistas e desafios. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 19, n. 53, p. 237-255, jan./abr. 2019.

mesmo ano em que saiu a terceira edição de *A&CI,* enviada a John W. Movinckel, seu interlocutor em Washignton, Reis revela quais ainda eram seus anseios em relação à Amazônia:

> Recebi a sua carta a propósito de sua viagem ao Amazonas. Também o recorte do jornal que divulgou suas impressões. Li-as e achei que foi um observador incisivo, que viu muito bem as coisas locais. Gostei de verificar que está certo quando fala do desafio que a Amazônia representa para as gerações novas do Brasil. E em meio ao exótico, ao pitoresco, ao belo que deve e pode ser encontrado em toda parte, seja no que a própria natureza se encarregou de criar, seja no que o homem já pôde realizar, como façanha pioneira ou decisão permanente de domínio de um espaço áspero, mas que representa um convite às energias que desejam tornar-se úteis e vitoriosas, viu também aqueles aspectos admiráveis da terra nova, a aguardar a ação dos que compreendam o desafio e o aceitem para uma empresa de alta envergadura. Minhas preocupações para o destino da região onde nasci resultam justamente de tudo isso. Deve bem compreender as minhas apreensões com o seu futuro, que desejo seja o futuro que os norte-americanos promoveram em sua pátria, com tanta audácia quando desbravaram o oeste, empurrando a fronteira, realizando o seu destino manifesto e desse modo eternizando-se com seus pioneiros, que tanta grandeza revelaram na façanha de que participaram. Nossas histórias, nesse particular, têm muita similitude.[292]

No entanto, apesar do sucesso do livro, ainda havia muito a se realizar, em termos práticos, no que se relacionava ao desenvolvimento da Amazônia. E apesar das obras já iniciadas pelo Estado brasileiro na região, Arthur Reis permanecia vigilante no sentido de que elas tivessem continuidade e se transformassem em respostas efetivas e permanentes. Afinal, o autor queria evitar o mesmo que havia ocorrido na gestão Vargas.

A solapa dessa terceira edição, assinada por América Jacobina Lacombe[293], ressalta a importância da bagagem intelectual de Reis para o exercício das funções públicas que ocupou, assinalando essa questão como componente do cabedal que autorizou ainda mais os escritos do autor, pois

> Os que o leem depois disso sabem que não estão acompanhando devaneios de um intelectual encerrado numa torre de marfim, mas tomando contato como um estadista que competia em linhas honestas e lúcidas princípios derivados de uma alma bem formada, de uma cultura solidamente fundamentada e de uma experiência bem sucedida[294].

Como já foi verificado, o livro foi publicado pela primeira vez em 1960, como resultado das experiências do autor no Inpa e na SPVEA. Já a terceira edição veio a lume no ano posterior ao que Arthur Reis havia cumprido seu tempo como governador do estado do

---

[292] REIS, Arthur Cezar Ferreira. [*Correspondência*]. Destinatário: John W. Movinckel. Manaus, 1968c. Disponível no acervo de correspondências da Biblioteca Arthur Reis. Grifo nosso.

[293] Américo Jacobina Lacombe (1909-1993), nascido no Rio de Janeiro, tem um extenso currículo construído nas diversas funções no serviço público e na docência como professor de História na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Era formado em Direito, pertencia à Academia Brasileira de Letras e ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Autor de diversas obras, como LACOMBE, Américo Jacobina. *Brasil*. Período Nacional. México: IPGH, 1956; LACOMBE, Américo Jacobina. *Um passeio pela história do Brasil*. Rio de Janeiro: Simões, 1943.

[294] REIS, 1968a, solapa.

Amazonas, e acrescentada de apenas um capítulo. Ainda assim, essa nova edição aproveitou a passagem do autor pelo Executivo amazonense para autorizar ainda mais o livro, como também pode ser visto na contracapa deste, que o anuncia como professor universitário, historiador, sociólogo, ex-governador do Estado e, portanto, pode-se deduzir que o autor "fala com dupla autoridade: a de escritor e cientista social, e a de homem de ação, com espírito de modernidade e saber de experiência feito".

Sergio Gianinni, autor da capa da edição em questão, conseguiu produzir a imagem mais impactante, se comparada às edições anteriores, captando bem o teor de alerta que o autor queria provocar, na esteira do que, nacionalmente, representou a "ameaça" das propostas do Hudson Institute para a região. A capa apresenta uma mão retirando parte do Brasil, este representado pela bandeira brasileira pintada numa folha de árvore, uma alusão à imensidão da floresta amazônica ocupante de grande parte do país.

A quarta edição, publicada pela Companhia Editora Americana, do Rio de Janeiro, em 1972, traz a mesma composição de capítulos da edição anterior e mantém também o texto de América Jacobina Lacombe na solapa. Entretanto contém textos de três autores que, como já foi afirmado, são mais um atestado da importância que o livro havia alcançado do que um endosso ao trabalho, já bastante conhecido. O primeiro é o texto "O publicista, o governador e a Amazônia", de Barbosa Lima Sobrinho, tomado do *Jornal do Brasil* numa publicação de 1965. Dele destaco apenas uma afirmativa hiperbólica, demonstrativa dos efeitos provocados pela narrativa historiográfica de Arthur Reis: "[...] a história da Amazônia não é senão uma luta porfiada contra a cobiça internacional, como o próprio Arthur Reis nos relatou [...]"[295]. Pode-se ver que, de forma exagerada, Sobrinho reduz a história da região à cobiça estrangeira, como quis Reis em *A&CI*. Esse era o efeito desejado, e foi em busca dele que o autor recorreu ao passado.

O outro texto é de Leandro Tocantins[296], que no afã de exaltar o autor, enleia num mesmo elogio sua característica de intelectual metódico e sua posição de destaque "ao lado daqueles historiadores que Marc Bloch aponta como refugiados em ciências vizinhas"[297]. O texto de Tocantins dividia a contracapa com o de Gilberto Freyre, que ressaltava a

[295] REIS, Arthur Cezar Ferreira Reis. *A Amazônia e a cobiça internacional*. 4. ed. Rio de Janeiro: Companhia Editora Americana, 1972a. p. 9.

[296] Leandro Tocantins (1928-2004), nascido em Belém, era formado em Direito pela Faculdade de Direito do Rio de Janeiro. Atuou no serviço público em várias funções, entre as quais a de representante do governo do Amazonas no estado da Guanabara durante o governo de Arthur Reis (1964-1967). Foi autor de vários livros, entre os quais destaca-se *O rio comanda a vida*, publicado em 1952.

[297] TOCANTINS, Leandro. *O rio comanda a vida*. 1952 apud REIS, 1972a, contracapa.

necessidade de que a Amazônia se tornasse cada dia mais uma preocupação brasileira e destacava Arthur Reis como um estudioso que vinha

> dedicando toda uma vida exemplar de intelectual, e também de homem público. Homem público que passou pelo governo do Estado do Amazonas com um fulgor de espírito cívico, com uma lucidez de administrador, com uma flama de renovador que o tornam figura já histórica, sendo ainda personagem atual[298].

A quinta e última edição, integrante da Coleção Retratos do Brasil, foi publicada em 1982 pela Editora Civilização Brasileira, portanto uma década após a publicação da edição anterior. Ela trouxe um novo capítulo, no mesmo intento de atualizar os objetivos da obra em relação aos acontecimentos imediatos. Com o título "O pacto amazônico", o mais recente capítulo incorporado fazia referência ao Tratado de Cooperação Amazônica (TCA), acordo multilateral entre os países amazônicos assinado em Brasília em 3 de julho 1978. De acordo com Arthur Reis, o pacto tinha como objetivo "dinamizar a região através de uma política harmônica [...] impedindo qualquer possibilidade de penetração estrangeira, [...] valendo, portanto, como um instrumento de ação diretiva contra a cobiça internacional"[299].

O capítulo que foi incorporado desde a terceira edição, com o título "Ultimas reflexões", na quinta edição ganhou a designação de "Fatos e reflexões finais", o que indicava que essa seria a última edição da obra. Nesse capítulo manteve o texto inicial, apenas trocando a expressão "Estamos no ano de 1968", que compôs a terceira edição, para "Estamos no ano de 1981". Depois de repetir esse texto inicial, o autor traz a debate outra questão que lhe era contemporânea, o Projeto Jari, nacionalizado pouco tempo antes da publicação da quinta edição. Reis trata do desfecho de um projeto que envolveu a presença do capital estrangeiro na região.

O ambicioso projeto, localizado na confluência dos rios Jari e Amazonas, foi levado a efeito pelo norte-americano Daniel Ludwig, que comprou a Empresa de Comércio e Navegação Jari Ltda. em 1967. O projeto esteve sob a propriedade de Ludwig até 1982, quando, após inúmeros problemas, foi comprado por 23 grupos empresariais brasileiros. Apesar de ter atuado na Amazônia durante quinze anos, o projeto só foi incorporado por Arthur Reis na edição final de *A&CI,* estabelecendo sobre ele críticas póstumas, pois já havia passado para as mãos de empresários nacionais. Não há como precisar os motivos, visto que seria um tema para uma outra pesquisa, entretanto podemos sugerir que, tendo o Projeto Jari trânsito livre no governo militar, durante a maior parte do tempo de seu funcionamento é

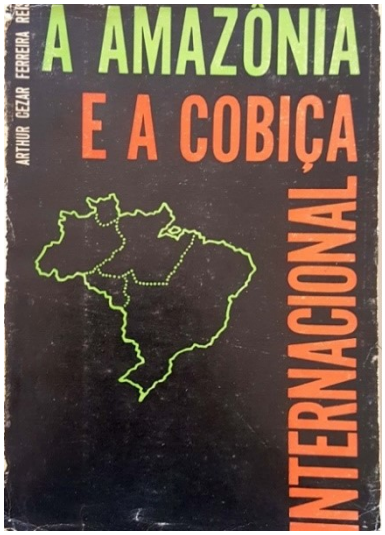
---

[298] Texto de Gilberto Freire apud REIS, 1972a.

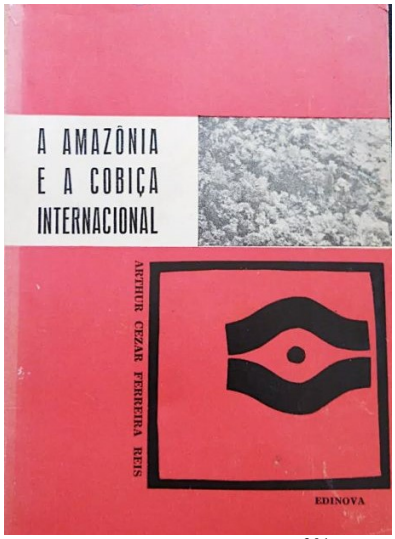
[299] REIS, Arthur Cezar. *A Amazônia e a cobiça internacional*. 5. ed. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1982. p. 204.

possível que Reis receasse tecer críticas mais contundentes nesse sentido. Assim, só o inseriu nos debates de *A&CI* quando já era uma questão resolvida, ao menos no que tange ao que o autor sempre considerou como perigo à soberania da Amazônia. Desse modo, e com uma capa menos sugestiva que as anteriores (Figura 1), apresentando apenas uma imagem da floresta, o autor encerrava o ciclo de publicações do livro, que durou 22 anos, cumprindo a proposta de atualizar o leitor em relação aos objetivos da obra a cada nova edição

Figura 1: Capas de cada edição do livro *A Amazônia e a cobiça internacional*



Fonte: IA&C: 1ª ed.[300]



Fonte: IA&C: 2ª ed.[301]

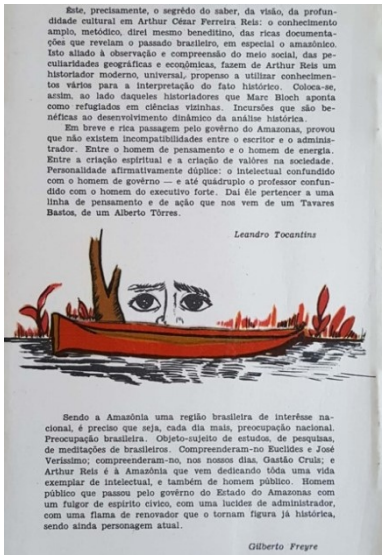


Fonte: IA&C: 3ª ed.[302]



Fonte: IA&C: 4ª ed.[303]

[300] REIS, 1960.
[301] REIS, 1965o.
[302] REIS, 1968.
[303] REIS, 1972.



Êste, precisamente, o segrêdo do saber, da visão, da profundidade cultural em Arthur César Ferreira Reis: o conhecimento amplo, metódico, direi mesmo beneditino, das ricas documentações que revelam o passado brasileiro, em especial o amazônico. Isto aliado à observação e compreensão do meio social, das peculiaridades geográficas e econômicas, fazem de Arthur Reis um historiador moderno, universal, propenso a utilizar conhecimentos vários para a interpretação do fato histórico. Coloca-se, assim, ao lado daqueles historiadores que Marc Bloch aponta como refugiados em ciências vizinhas. Incursões que são benéficas ao desenvolvimento dinâmico da análise histórica.

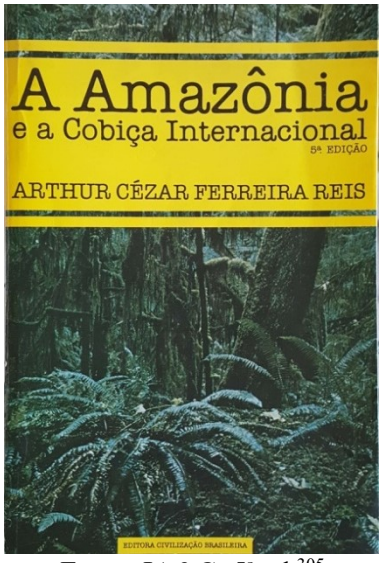
Em breve e rica passagem pelo govêrno do Amazonas, provou que não existem incompatibilidades entre o escritor e o administrador. Entre o homem de pensamento e o homem de energia. Entre a criação espiritual e a criação de valôres na sociedade. Personalidade afirmativamente dúplice: o intelectual confundido com o homem de govêrno — e até quádruplo o professor confundido com o homem do executivo forte. Daí êle pertencer a uma linha de pensamento e de ação que nos vem de um Tavares Bastos, de um Alberto Tôrres.

Leandro Tocantins

Sendo a Amazônia uma região brasileira de interêsse nacional, é preciso que seja, cada dia mais, preocupação nacional. Preocupação brasileira. Objeto-sujeito de estudos, de pesquisas, de meditações de brasileiros. Compreenderam-no Euclides e José Veríssimo; compreenderam-no, nos nossos dias, Gastão Cruls; e Arthur Reis é à Amazônia que vem dedicando tôda uma vida exemplar de intelectual, e também de homem público. Homem público que passou pelo govêrno do Estado do Amazonas com um fulgor de espírito cívico, com uma lucidez de administrador, com uma flama de renovador que o tornam figura já histórica, sendo ainda personagem atual.

Gilberto Freyre

Fonte: IA&C: 4ª ed. - Contracapa[304]



Fonte: IA&C: 5ª ed.[305]

2.2 Entre "as experiências do tempo" e as "intenções do agir"

> [O *passado* é] como uma floresta para dentro da qual os homens, pela narrativa histórica, lançam seu clamor, a fim de compreenderem, mediante o que dela ecoa, o que lhes é *presente* sob a forma de experiência do tempo (mais precisamente: o que mexe com eles) e poderem esperar e projetar um *futuro* com sentido[306].

Orientado pela "questão sobre que operações da *vida prática* constituem a consciência histórica como pressuposto e fundamento do *conhecimento histórico*", Jorn Rusen observa que o entrelaçamento das temporalidades é inerente ao trabalho do historiador[307]. A constituição de sentido presente na narrativa histórica estará sempre marcada pela interdependência entre presente, passado e futuro, produzindo, por conseguinte, uma "representação de continuidade" útil ao estabelecimento de "rumos à vida prática". Portanto, o recuo ao passado é sempre motivado pelas experiências do tempo presente, e "as experiências do tempo presente só podem ser interpretadas como experiências, e o futuro apropriado como perspectiva de ação, se as experiências do presente forem relacionadas com as do passado"[308].

O leitor mais desavisado de imediato seria surpreendido pela forma como Arthur Reis alinhavou presente, passado e futuro na narrativa de *A&CI.* Não é preciso muito esforço nem habilidades especiais para se chegar a essa conclusão, já que numa primeira leitura se ouve o

[304] REIS, 1972.
[305] REIS, 1982.
[306] RÜSEN, 2010, p. 62.
[307] RÜSEN, 2010, p. 62.
[308] RÜSEN, 2010, p. 63.

brado das três temporalidades ecoando da trama do texto. Motivo suficiente para um retorno às perspectivas de Rusen.

"Não, isso não é só sobre o passado", essa é a voz que clama do texto de Reis à medida que o leitor vai se embrenhando no que ele fez ecoar da *floresta do passado.* Apesar de o passado constar na narrativa num maior quantitativo de páginas e de o leitor esperar que este seja o foco do livro, visto que saiu da pena daquele que fora aclamado por seus pares e pela mídia como historiador, presente e futuro é que constituem a "cereja do bolo".

Mais uma vez recorro a Rusen, para quem

> A consciência histórica é o trabalho intelectual realizado pelo homem para *tornar suas intenções de agir conformes com a experiência do tempo*. Esse trabalho é efetuado na forma de interpretação das experiências do tempo. Estas são interpretadas em função do que se tenciona para além das condições e circunstâncias dadas da vida. [...] Trata-se de um processo da consciência em que *as experiências do tempo são interpretadas com relação às intenções do agir* e, enquanto interpretadas, inserem-se na determinação do sentido do mundo e na auto-interpretação do homem, parâmetro de sua orientação no agir e no sofrer[309].

Presente, futuro e uma concepção extremamente pragmática comandam a narrativa de Reis. O conhecimento histórico ou as *experiências do tempo* foram acessados a partir do que lhe era presente ou do que mexia com ele, para usar a expressão de Rusen, guardando uma forte relação com suas *intenções do agir*. Geraldo Eulálio dá bem o tom da perspectiva narrativa de Arthur Reis: *"*a sua preocupação não era só com o Brasil de *ontem* e de *hoje*, mas também com um Brasil em que as *futuras* gerações poderão desfrutar das riquezas com que a natureza nos dotou, mas que inexplicavelmente continuam fora de nosso alcance"[310].

A Amazônia era uma região que possuía grande potencial se estudados e explorados adequadamente seus recursos naturais, e também se apresentava como um imenso vazio demográfico, condições estas que a tornava cobiçada pelas nações imperialistas. Abandonada como estava pelo Estado brasileiro corria sérios perigos – eis a problemática de Arthur Reis, situada no presente. A ideia, como sugere o título da obra, era denunciar a cobiça internacional que aterrorizava a Amazônia, entretanto, ao que parece, o que mais atormentava Arthur Reis não era exatamente a cobiça estrangeira, mas sim a situação de abandono na qual se encontrava a região. Dentro de sua perspectiva nacional-desenvolvimentista isso era inaceitável. A região estava política e economicamente deslocada do restante do país e necessitava com urgência ser integrada a ele.

Com essa problemática, Reis faz sua incursão ao passado, de lá resgatando elementos para comprovar que a cobiça pela região era histórica, vindo de longa data. A autoridade do

[309] RÜSEN, 2010, p. 59, grifo nosso.
[310] SILVA, 1993, p. 7.

passado foi o alicerce do seu argumento para legitimar o que tentava defender no presente, assim como para estabelecer suas projeções para o futuro. Afinal, a crença de que havia estrangeiros com as "garras" incessantemente voltadas para a Amazônia não era unânime no Brasil; para convencer seus leitores, fazia-se necessário recorrer à autoridade da história. Nesse caso, evocar as *experiências do passado* era de suma importância. Em 1972, Arthur Reis revela que quando lançou suas ideias sobre a cobiça estrangeira pela Amazônia o ambiente de recepção não era tão favorável:

> Quando me lancei à tarefa de provocar a atenção do país para tais riscos, a que ninguém em boa fé podia permanecer indiferente, tinha a noção exata de que enfrentaria toda uma série de negações de quantos desacreditavam ou teimavam em ignorar, acusando-me de irrefletido, criador de problemas irreais, sedento de novidades escandalosas[311].

Assim, algo deveria ser feito no afã de comprovar que sua afirmativa intensa e constante não se tratava de delírio, e, para isso, nada melhor do que recorrer ao passado, ao discurso historiográfico como sinônimo de verdade.

"[Ao Brasil cabia tornar] a Amazônia um espaço útil, integrado não apenas nas linhas físicas de nosso patrimônio, mas principalmente, na obra de *maturidade material e espiritual* que nos esforçamos a realizar com êxito." Integração da Amazônia, esse era um tema caro a Arthur Reis. O fato de pertencer a uma região considerada inútil, que não merecia o olhar do centro-sul do país, onde os seus *aspectos espirituais* eram desprezados, incomodou-o sobremaneira. Por aspectos espirituais, entende-se a produção cultural e intelectual. Aliás, esse foi um constante reclamo dos intelectuais do Norte-Nordeste, lograr reconhecimento do centro-sul era um alvo a ser alcançado[312]. O discurso de defesa da Amazônia engendrado por Arthur Reis estava imbuído da necessidade de estabelecer a *permanência de si*, o que uma vez mais remete as concepções de Rusen, para quem, como já foi mencionado, "a resistência dos homens à perda de si e seu esforço de auto-afirmação constituem-se como identidade mediante *representações de continuidade* com as quais relacionam as experiências do tempo com as intenções do tempo".

Sendo o temor de perda da Amazônia maximizado, alardeado, haveria uma chance de o Estado olhar para a região, de esta ser integrada ao Brasil e, portanto, tornar-se desenvolvida, inclusive nos seus aspectos espirituais. Uma região de população predominantemente indígena, considerada exótica, rural, com insignificante produção

---

[311] REIS, Arthur Cezar Ferreira. *O impacto amazônico na civilização brasileira*: a transamazônica e o desafio dos trópicos. Rio de Janeiro: Editora Paralelo: MEC, 1972b. p. 10.

[312] Cf. SOUSA, 2009.

intelectual, não era exatamente a identidade à qual Arthur Reis queria estar associado[313]. Essa era a visão que ele próprio possuía de sua terra natal e que necessitava ser reconstruída. A região precisava ganhar novos significados. Assim, a defesa da Amazônia à cobiça estrangeira, veementemente reclamada por Arthur Reis, trazia como questões subjacentes a necessidade de tornar a região uma parte integrante do país, que estaria associada ao desejo de construir novos contornos identitários aos amazônidas. Foram, portanto, suas *intenções de agir* que motivaram seu retorno às *experiências do tempo*.

O Quadro 1, construído com base nos tópicos do sumário da primeira edição de *A&CI,* apresenta os capítulos em relação à temporalidade, associada à discussão de Rusen, que predomina no desenvolvimento da narrativa de Arthur Reis. A ênfase no início e no fechamento do livro se dá na perspectiva da relação presente-futuro, ao passo que os capítulos do meio estão predominantemente assentados na relação presente-passado.

Quadro 1: Sumário de *A Amazônia e a cobiça internacional* (1ª ed.): temporalidade

TEMAS	**TEMPORALIDADE**
Introdução	PRESENTE-FUTURO (*intenção do agir)*
Mundo tropical e empório de matérias-primas	
Ingleses, irlandeses e holandeses tentam a primeira sortida	PRESENTE-PASSADO (*experiência do tempo)*
Portugueses e espanhóis disputam o domínio	
Os franceses participam da aventura	
Portugal não cedeu aos meios nem aos concorrentes	
Os ingleses sugerem a secessão	
A navegação do Amazonas	
Expedições científicas escondiam propósitos	
Os franceses pretendem o Amapá	
Os ingleses penetram no Rio Branco	
Viajantes e sugestões separatistas	
O "Bolivian Syndicate" é o caso do Acre	
Investimentos e concessões de terras	
A que vinha a expedição Iglésias?	
O episódio da Hileia	
A pressão dos interesses universais	PRESENTE-FUTURO (*intenção* agir)

Fonte: A autora.

No presente estão os problemas, a manifestação dos efeitos nocivos de um veneno, que é histórico e segue, portanto, uma linha de continuidade com o passado. Este, por sua vez,

[313] Quando foi governador do Amazonas, Arthur Reis procurou minimizar essa situação através do programa Edições Governo do Amazonas, por meio do qual seu governo financiou a publicação de mais de cem obras fundamentalmente de autores amazonenses.

guarda a origem do veneno, mas também uma das possibilidades de antídoto, que, se aplicado, garantiria um futuro seguro.

> Nesse livro, passamos em revista o *processo histórico* do problema, procurando explicar o porquê dessa cobiça, os *métodos até hoje* empregados, as resistências quase naturais que nos tem salvo de uma perda territorial, e a conveniência de adotarmos medidas pragmáticas, sensatas, libertas de romantismos *para evitar que um dia tenhamos que acordar com a tremenda realidade daquela perda*[314]

Na introdução e no primeiro capítulo de *A&CI*, a narrativa é, predominantemente, situada na relação presente-futuro. Assim, Reis parte da apresentação dos problemas do presente, dos motivos segundo os quais a Amazônia está em situação de risco: "Há por aí afora um desespero de multidões que clamam com fome e pedem, exigem terras por ocupar e onde realizar a conquista de uma felicidade que não estão encontrando no mundo acanhado em que tentam viver"[315]. A exploração do Oriente e da África já não seriam mais suficientes. Entretanto,

> na Amazônia – e aí que está o perigo – o espaço físico imenso apresenta-se praticamente aberto aos mais decididos, aos mais ousados. O chamado imperialismo das nações fortes não é uma página de lirismo [...] O apetite, talvez seja melhor escrever assim, que a Amazônia tem despertado, está aguçado nos dias que correm[316].

Sua proposta é retratar a Amazônia de forma "realista", ao contrário da "literatura sensacionalista", que a apresentava ora como paraíso dos naturalistas, ou paraíso verde, ora como inferno verde, narrativas que comprometiam "o esforço no sentido de tornar a Amazônia, de área em estado de imaturidade social e econômica, em área possuída pelo homem e como tal explorada, dominada e transformada em espaço social"[317]. O país haveria de tomar consciência acerca da necessidade de "abandonar a posição contemplativa" e deveria "ingressar num novo comportamento", "sem subalternidade de qualquer espécie, que torne a Amazônia em espaço útil"[318]. É notável aí a predominância da relação presente-futuro.

No presente, área em estado de imaturidade social e econômica, portanto inútil. No futuro, a integração da Amazônia ao Brasil, o que significaria, por conseguinte, integrar a região economicamente, mas também inseri-la aos contornos sociais e "espirituais" do país com vistas à permanência de si e à autoafirmação. Reis fala em nome de uma parte dos intelectuais da esquecida região amazônica. Através dele, muitos se viram representados, tanto na mídia impressa do centro-sul quanto nos meios políticos. A permanência de si, em

[314] REIS, 1965, p. 10, grifo nosso.
[315] REIS, 1965, p. 11.
[316] REIS, 1965, p. 11.
[317] REIS, 1965, p. 9.
[318] REIS, 1965, p. 10.

muitos sentidos, estendia-se aos seus conterrâneos. Mais sobre isso será explicitado no terceiro capítulo.

Desse modo, a proposta, a partir de agora, é acompanhar o raciocínio de Arthur Reis dentro do que já foi exposto e, de acordo com o Quadro 1, analisar como o autor alinhava as "experiências do tempo" com as "intenções do agir" em sua "representação de continuidade" acerca da cobiça internacional pela Amazônia.

Na introdução, partindo das questões do presente, o autor tenta dirimir qualquer tipo de dúvida quanto à impossibilidade de desenvolvimento econômico das áreas tropicais, lançando críticas às ideias de Pierre Gourou, que em *Les pays tropicaux* afirmava que as áreas tropicais úmidas possuíam "solos pobres e mais frágeis que os das regiões temperadas, agricultura de escasso rendimento, pouca possibilidade à expansão do criatório e [...] regime alimentar vegetal de substância pobre [...]"[319].

Baseado em Matson Bates, Reis põe em descrédito a tese dos que afirmavam que o homem branco não poderia viver bem nos trópicos. Bates era ex-diretor do laboratório da Fundação Rockefeller e autor de *Les tropiques: l'homme et la nature entre le cancer e le capricorne* (1953), livro que, segundo Reis, era, no mínimo, "um convite ao reexame dos pronunciamentos, com ares definitivos proferidos pela ciência ocidental"[320], que negava as possibilidades de desenvolvimento da Amazônia. Completa Reis: "o homem branco pode viver bem nos trópicos, sua produtividade não sofre a diminuição apregoada, o ambiente físico e as possibilidades do solo não são aqueles do negativismo ocidental"[321].

Daí em diante, ele passa a destacar as qualidades físico-geográficas da região: o gigantismo da bacia amazônica; a extensão da floresta com sua numerosa variedade de espécies vegetais; a importância da fauna, que embora sem "o mesmo teor de grandeza que a flora possui", ainda assim a importância que "apresenta na região no que se refere ao processo econômico é apreciável"[322]; e os recursos minerais que, antes declarados escassos, vinham entrando num círculo de novas perspectivas oriundas de pesquisas já iniciadas.

A despeito de todas essas qualidades, "a economia da Amazônia é uma economia realizada sob práticas primárias, marcada, fundamentalmente, pela extração de produtos florestais", e, embora seja "uma área de possibilidades econômicas, realmente um campo de atração", ao longo da história seus produtos foram procurados apenas pelos mercados da Europa e dos Estados Unidos, porque "no Brasil, só agora os mercados começaram a tomar interesse

[319] REIS, 1965, p. 15.
[320] REIS, 1965, p. 16.
[321] REIS, 1965, p. 16.
[322] REIS, 1965, p. 19.

pelo que a Amazônia oferece"[323]. E conclui: "a Amazônia continua a ser uma reserva para o futuro". "E nesse futuro é que está o grande perigo"[324]. Como já afirmado, suas preocupações, ressaltadas no início e no fim do livro, englobavam presente e futuro, para os quais foi buscar respostas no passado, temporalidade na qual se deteve no desenvolvimento da narrativa.

> [...] o impulso para esse retorno, para esse resgate do passado, para essa dimensão de profundidade e para o itinerário dos arquivos é sempre dado pelas experiências do tempo presente. [...] e o passado só vem a falar quando questionado; e a questão que o faz falar origina-se da carência de orientação da vida prática atual diante de suas virulentas experiências no tempo[325].

Após situar o leitor nas problemáticas amazônicas do presente, Reis faz o itinerário para os arquivos com o firme propósito de provar aos seus contemporâneos que a cobiça pela região vinha desde o período colonial, traçando uma ponte, uma *representação de continuidade* entre passado e o presente, sem se preocupar com os contextos e objetivos diferentes que separavam os interesses estrangeiros pela região nos séculos XVII e XX. Afinal, importava-lhe compor um quadro que confirmasse o caráter histórico da cobiça. Tratava-se de evocar o discurso historiográfico devido à prerrogativa que este assumia de falar em nome do real.

Portanto, a narrativa do primeiro capítulo, aí sim com enfoque no passado, tem início no século XVII. De um lado, estavam os estrangeiros – ingleses, irlandeses, holandeses, franceses – visando tomar a Amazônia e, de outro, Portugal, "que cioso da Amazônia, defendia-se, com a porta fechada, do apetite dos concorrentes. Mantinha-se, desse modo, fiel a uma política realista, que lhe assegurava uma soberania mais ou menos tranquila"[326]. Esmerado defensor da "obra colonizadora realizada pelos portugueses" desde seu primeiro livro, *A história do Amazonas (1931)* e de *A Política de Portugal no Vale Amazônico (*1940), em *A&CI* Reis segue a mesma linha, só que agora defende com maior afinco a concepção de que os portugueses tem o mérito de terem defendido com brilhantismo a região amazônica da cobiça empreendida pelos estrangeiros no passado.

De acordo com Arthur Reis, as primeiras investidas de estrangeiros na Amazônia foram realizadas no período da União Ibérica. Holandeses e ingleses, inicialmente sem o apoio direto de seus governos, lançaram-se em expedições de reconhecimento de terras. Só depois veio o interesse de se fixarem na região. Os holandeses, em 1600, "com as feitorias de

[323] REIS, 1965, p. 22.
[324] REIS, 1965, p. 24.
[325] RÜSEN, 2010, p. 63.
[326] RÜSEN, 2010, p. 53.

Orange e Nassau, plantadas no Xingu [...] Os ingleses, possivelmente em 1611, ainda no delta, em local que não podemos precisar"[327].

Em 1626, os holandeses montaram, nas proximidades de Gurupá, uma casa forte e se fixaram também no Xingu e em Macapá, porém eles

> sentiam o vigor da reação de luso-brasileiros, desestimulante dos projetos que agasalhavam quanto ao extremo-norte do Brasil. Essa reação fazia-se em nome de Espanha. Na realidade, contudo, era um esforço do português e seus descendentes estavam enfrentando o perigo batavo-britânico com a maior decisão. Com tal decisão que a cobiça estava a perder a intensidade para encerrar-se de vez. A história desse episódio militar não está escrita em detalhes. Não vamos fazê-la aqui. *Registremos apenas o essencial para compreensão do que representou, realmente, para impedir a perda da Amazônia e como primeiro esforço para evitar que* ***a cobiça internacional*** *se fosse cevando na região*[328].

Assim, os portugueses realizaram a primeira façanha para evitar a *perda da Amazônia*. Cobiça internacional no século XVII e cobiça internacional no século XX, esse termo atravessou os séculos na narrativa de Reis sem merecer questionamentos ou problematizações.

Em 1644, conforme Reis, "projetava-se na Britânia, uma tentativa final sobre a Amazônia. Armadores, comerciantes, nobres, associados, preparavam em vários portos a armada que deveria executar o programa expansionista"[329]. Porém Antônio de Sousa de Macedo, representante português do governo inglês, acionou as autoridades no Parlamento e conseguiu frustrar a tentativa. "Os perigos não estavam, todavia, encerrados. A cobiça não cessara"[330].

Dessa vez, "o perigo decorria de uma facilidade, de uma ingenuidade do próprio governo português"[331]. Após a restauração da soberania portuguesa, D. João agiu ingenuamente ao deferir um pedido de emigração de um grupo de católicos irlandeses, que alegando perseguição por motivos religiosos, queria estabelecer na Amazônia uma colônia permanente sob o comando do capitão Pedro Svetmam. Entretanto este falecera e seu companheiro, capitão Guilherme Bruno, solicitou ao rei português que lhe transferisse a concessão para comandar o assentamento dos irlandeses.

> D. João, apesar das advertências que lhe foram feitas por membros de seu conselho [...] deferiu [...] Tudo parecera, a princípio, suficientemente perfeito. Os irlandeses declaravam-se dispostos a serem fiéis à soberania portuguesa e a amoldar-se à sistemática da vida da nacionalidade a que vinham integrar. Espíritos mais atilados ou mais cheios de dúvidas, mais nacionalistas, não pensavam, no entanto, como S.

---

[327] REIS, 1965, p. 29.
[328] REIS, 1965, p. 32, grifos nossos.
[329] REIS, 1965, p. 33.
[330] REIS, 1965, p. 33.
[331] REIS, 1965, p. 33.

> Majestade. E declarando-se contrários àquelas mercês *levantaram a sua voz*, apontando perigos à segurança do Estado português na Amazônia [...] *A presença desses irlandeses não poderia vir a constituir uma presença incômoda*? *Quem obstaria que recebessem gente, avolumando-se e, posteriormente, empossando-se de tudo, expulsando os portugueses de seus descendentes? A Amazônia era imensamente grande. Seu acesso, fácil, o que significa entrada impossível de fiscalização*.[332]

Algumas vozes se levantaram contra essa proposta, uma delas foi a de Mateus de Sousa, vigário de São Luís, que escreveu um memorial alertando D. João quanto aos perigos. Assim, "o projeto irlandês, dada a resistência que se lhe fez nos meios governamentais, não foi adiante. E com ele encerrou-se a primeira fase do interesse batavo-britânico pelas terras e águas da Amazônia"[333].

A interpretação do autor para esse episódio guarda muitas semelhanças com o que se apresentava no seu tempo presente, como as tentativas de convênios internacionais com vistas a permitir a presença de estrangeiros na região. Contra isso, seria necessário que vozes nacionalistas se levantassem a fim de impedir a execução de tais projetos, como ocorreu na tentativa de instalação no Brasil do Instituto Hileia, que será detalhado mais abaixo.

Vencidos os holandeses e os ingleses, era chegada a vez de enfrentar as investidas dos franceses em relação à Amazônia. Mais uma vez, "os portugueses e os luso-brasileiros não se mantiveram meros espectadores", antes, "despenderam esforço heroico, continuado, inteligente, objetivo e cheio de frutos ... criando bases permanentes na região, desse modo, integrando-se no império que procuravam construir solidamente na Sul-América"[334].

Arthur Reis encerra, então, a parte inicial do livro, situada no período colonial, com o capítulo: "Portugal não cedeu ao meio nem aos concorrentes". O autor conclui louvando o esforço daqueles que impediram no passado a tomada da Amazônia pelos estrangeiros e que, no presente, deveriam ser tomados como modelo na defesa da Amazônia.

> O que importa fixar nessas páginas, como ponto final da primeira parte desse livro, é a política que os portugueses promoveram para manter em seu poder, sob sua soberania, o grande espaço amazônico que haviam descoberto, desbravavam e defendiam com tanta sagacidade e com tanta bravura. Ora, nesse particular a obra de Portugal revestiu-se de um aspecto ponderável. Porque, tendo executado, senão um plano ou, mais modestamente, um programa de que acabamos de ver os frutos marcantes, identificando-se admiravelmente com o meio, nos seus mais agressivos relevos, defenderam-no ciosa, brava e objetivamente, sem cessar. Em capítulos anteriores, podemos acompanhar, no sumário que apresentamos, o que foi o esforço defensivo. Cabe registrar agora que este esforço defensivo era realizado com um sentido realístico admirável[335].

---

[332] REIS, 1965, p. 34, grifos nossos.
[333] REIS, 1965, p. 35.
[334] REIS, 1965, p. 43.
[335] REIS, 1965, p. 51.

Conforme já dito no primeiro capítulo deste trabalho, Arthur Reis não apenas se voltou à história da colonização portuguesa na Amazônia para adotá-la como modelo; como quis Hélio Viana, foi além disso: ele próprio construiu o modelo. Seu olhar de "defensor" da Amazônia buscou no passado a confirmação para o que pensava ser uma conspiração de estrangeiros para tomar a Amazônia e a ação heroica dos portugueses a fim de impedi-los. Estava criado o modelo, bastava ser ouvida a voz da história para que o Estado, no presente, adotasse semelhante postura.

A narrativa dá um salto do período colonial para o imperial. Era outubro de 1835, momento de efervescência devido ao movimento cabano. Clio, um navio inglês carregado de armamentos, foi saqueado por grupos locais, e alguns integrantes da tripulação foram mortos na Província do Pará. No ano seguinte, "três belonaves britânicas... fundeavam na baía de Guajará" e exigia do capitão Strong, em nome do comando daquelas embarcações, que fosse aberto processo com vistas à punição dos envolvidos, além de exigir indenização aos donos do Clio em virtude da perda da embarcação e da carga ocorrida no ano anterior. Exigiu ainda, "para desagravo da bandeira inglesa ofendida e desrespeitada, que esta seja arvorada em todas as fortalezas da cidade, estando por baixo a brasileira [...] e que os criminosos sejam entregues ao governo inglês"[336]. Eduardo Angelim, então governante da província do Pará, respondeu ao capitão em ofício, entre outras coisas, que o processo para apurar o ocorrido já estava em andamento, porém não entregaria os criminosos ao governo inglês, pois o país tinha suas próprias leis e não sujeitaria a bandeira da nação "à humilhação exigida, sem ordem da corte". Quanto à indenização solicitada, afirmou que seria atendida.

Após aceitas as explicações pelos ingleses, Reis passa a narrar "fato da maior gravidade" e que afirma ser o motivo central do capítulo. Num almoço oferecido por Angelim aos oficiais ingleses, "houve quem o aconselhasse a proclamar a separação política do Pará como nação livre e independente, com promessa de proteção estrangeira, respondendo ele que não trairia nunca a sua pátria para trocar o nome de cidadão brasileiro com o qual se julgava enobrecido"[337]. Eis aí mais um episódio de cobiça pela Amazônia, segundo o autor.

Lançando mão de Antônio Rayol, autor que serviu de fonte na construção narrativa desse episódio, Arthur Reis assevera que, em 1836, ao abandonar Belém, Angelim afirmou que havia recebido promessas de vantagens por alguns agentes estrangeiros caso ligasse a Província do Pará aos seus Estados.

---

[336] REIS, 1965, p. 57.

[337] RAYOL, Domingos Antônio. Motins políticos ou História dos principais acontecimentos políticos da Província do Pará. Belém. 1890 apud REIS, 1965, p. 58.

Apesar de serem dois episódios não tão consistentes, pouco documentados, Reis se vale de ambos para comprovar sua tese: a cobiça internacional pela Amazônia era histórica. As dúvidas quantos aos lances narrados são colocadas pelo próprio autor:

> Que agentes teriam sido esses? Agentes consulares, agentes comerciais? E na hipótese de serem agentes consulares, que países representavam? Havia em Belém, a essa altura, consulados de Portugal, França, Inglaterra e Estados Unidos. Qual ou quais deles teriam pretendido levar a Amazônia à secessão?[338]

E finaliza: "O que ficou certo é que *houve a sugestão* ou as sugestões. E essa ou essas, para que a Amazônia se desligasse do Brasil, tornando-se ou um Estado autônomo, sob proteção estrangeira, ou a um deles reunido"[339]. Embora o próprio autor trate o episódio como uma sugestão e não se saiba se ele chegou ou não ao conhecimento dos governantes das nações sobre as quais se colocaram as desconfianças quanto à secessão da Amazônia, Reis o inclui entre os que o colocou em risco a soberania brasileira sobre a Amazônia.

A navegação a vapor na bacia hidrográfica amazônica foi outro tema do qual se valeu Arthur Reis no afinco de demonstrar a histórica cobiça internacional pela região. No século XIX,

> o problema do acesso ao interior da Amazônia, pelo estrangeiro que desejasse vir instalar-se nela, ou descobri-la para a ciência, ou ainda para o giro mercantil que desse forma à sua vida econômica, criando mercados no exterior à sua produção tão interessante e tão desejada, era um problema de que todos cedo se aperceberam. E tanto assim que sem que houvesse ato expresso no sentido de abrir a região ao estrangeiro, eles começaram a procurá-lo [...] Os agentes consulares da França, da Inglaterra e dos Estados Unidos logo se instalaram. Eram já um indício do interesse que o extremo norte provocava e um anúncio de que seria procurado, mais cedo ou mais tarde, como de fato aconteceu, pelos nacionais daquelas autoridades diplomáticas que chegavam para abrir o caminho [340].

O autor concorda que as embarcações a vela não eram mais suficientes para o desenvolvimento do comércio da região, porém afirma que o empreendimento da navegação a vapor deveria ser levado a cabo pelos próprios brasileiros. "Não partiu, todavia, da autoridade nacional a primeira providência objetiva, material, visando à solução almejada e sim do exterior, dos Estados Unidos"[341]. Reis se referia à *The Amazon Steam Navigation Company*, empresa de Nova York que, sob proteção de José Silvestre Rebêlo, "ministro brasileiro junto ao governo norte-americano", tentava iniciar a navegação a vapor pela bacia amazônica. A iniciativa foi cerceada por decisões políticas, pois "a assembleia assustou-se com toda a

[338] REIS, 1965, p. 59.
[339] REIS, 1965, p. 59.
[340] REIS, 1965, p. 60.
[341] REIS, 1965, p. 61.

imensa modificação de vida que resultaria, seguramente, da novidade e decidiu que a paz social e as condições econômicas vigentes não fossem alteradas, recusando a licença"[342].

Em 1850 outra ameça, desta feita vinda de um oficial da marinha norte-americana, o tenente Mattnew Fontaine Maury, que em artigos de jornal e em memorial dirigido ao governo do seu país, afirmava que a Amazônia "não poderia permanecer trancada à humanidade". Campanha na imprensa, convenções partidárias, reuniões com homens de negócios foram estratégias, segundo Arthur Reis, utilizadas por Maury para chamar a atenção dos americanos sobre a região, que "ele pintava como o paraíso das matérias-primas, espaço que estava aguardando as raças fortes e decididas para a empresa de sua conquista científica e econômica"[343].

Nesse mesmo período, Sérgio Teixeira de Macedo, ministro brasileiro em Washington, "desde que chegara à capital da potência nortista, sentira os perigos que rondavam o Brasil amazônico"[344]. Demostrou-se preocupado, endereçando um longo documento ao ministro dos Negócios Estrangeiros, José Antônio Soares de Sousa, em 14 de novembro de 1850, no qual defendia a abertura da bacia amazônica às nações estrangeiras. "Compreendendo a gravidade da situação, Soares de Sousa tratou de obter a solução brasileira. E seria a incorporação de companhia de navegação a vapor com capitais brasileiros" realizada por Irineu Evangelista de Sousa, o Barão de Mauá[345]. Para Reis, essa atitude foi uma demonstração de que, ao contrário do que se dizia, o Império brasileiro dispunha de meios para obra de tal envergadura.

Os outros países ribeirinhos, Bolívia, Peru, Equador, Colômbia e Venezuela, permitiram a navegação estrangeira nos rios amazônicos em seu poder, e esse era também mais um motivo para que o Brasil enfrentasse

> [...] a situação com energia, objetividade e decisão. *O dedo americano andava em toda a política daquelas repúblicas*. Ao mesmo tempo que instruía a sua representação nos Estados Unidos para opor-se aos desejos que brotavam lá, o governo brasileiro tratou de atuar junto a cada uma daquelas nações vizinhas. Ponte Ribeiro e Miguel Lisboa foram os nossos agentes nessa luta aberta contra as tendências franquistas que dominava neles. A história dessa atividade está por escrever-se. *Constitui um capítulo magnífico da capacidade, da habilidade, da altivez e da segurança por que os homens públicos do país, na conjuntura, souberam ver o problema, defendendo o que lhes parecia mais conveniente ao Império e fazendo cessar os perigos que surgiam tão frequente e velozmente*[346].

[342] REIS, 1965, p. 62.
[343] REIS, 1965, p. 62.
[344] REIS, 1965, p. 63.
[345] REIS, 1965, p. 80.
[346] REIS, 1965, p. 82, grifo nosso.

Eis mais um momento de ápice na narrativa do autor rumo à defesa da Amazônia realizada pelos homens públicos. Uma vez mais constrói a história que desejava para fazer a ponte com o presente, ou seja, sua narrativa é como um convite aos homens públicos do presente para que ajam em defesa da Amazônia, assim como o fizeram os portugueses no período colonial e, agora, esses homens públicos do passado, já no Brasil independente. Melhor explicando, para Reis, assim como a iniciativa nacional empreendida por Irineu Evangelista com vistas a afastar a cobiça internacional e as atitudes enérgicas dos personagens que compõem a citação acima, o Estado, no presente, precisava de homens públicos altivos, capazes e habilidosos na defesa da Amazônia.

A narrativa segue em tom alarmante. O ministro Francisco Inácio de Carvalho Moreira, substituto de Sérgio de Macedo, enviado a Washington "com instruções especiais para estar atento às manobras que se verificassem contra os interesses brasileiros, ou antes, contra *a atitude que o Brasil defendia tão corajosa e isoladamente*"[347], assustou-se com o crescimento dos interesses daquele país pela Amazônia, *"para ele, a Amazônia era a fronteira cobiçada"*[348]. Na imprensa, o Brasil era desacreditado quanto à sua possibilidade de sobreviver, "os erros administrativos e o mau caráter do povo fatalmente o levariam a um fim próximo. A Amazônia aparecia nas colunas dos diários como um mundo paradisíaco, capaz de fazer a felicidade de quem tivesse a disposição de instalar-se nela"[349].

Em 31 de outubro de 1853, a situação se agravou ainda mais. O ministro norte-americano, W. Trousdale, apresentava pessoalmente, no Rio de Janeiro, um pedido formal em nome do seu governo para que o Brasil abrisse a Amazônia à navegação mundial. Com isso, "as dúvidas haviam desaparecido, transformando-se em certeza. O novo representante diplomático afiançara que havia agora uma posição definida do poder público de sua pátria". O assunto foi discutido no Conselho do Estado, no qual José Antônio Soares de Sousa fez um pronunciamento contra a abertura dos rios à navegação estrangeira, aplaudido pelo imperador. Em 13 de setembro de 1854, dirigiu a resposta a Trousdale, "dizendo o **não** do Brasil"[350].

Conforme Reis, as tentativas dos Estados Unidos prosseguiram. Entretanto, a expansão daquele país para o interior do seu próprio território, "suas vistas mais intensas sobre as Antilhas, Cuba em particular, de certo modo, valiam para uma parada nas ambições sobre a Amazônia". O assunto ficou adormecido para a opinião pública, e só foi retomado

[347] REIS, 1965, p. 82, grifo nosso. É importante frisar que aqui, como em diversos outros momentos, Arthur Reis não menciona as fontes que lhe serviram de referência.
[348] REIS, 1965, p. 82.
[349] REIS, 1965, p. 82.
[350] REIS, 1965, p. 84, grifo nosso.

"pela ação de representantes da região ao Parlamento imperial", levando o Brasil a decretar, em 1867, a livre navegação na bacia amazônica aos estrangeiros. É exatamente nesse ponto que fica evidente a manobra historiográfica da qual se valeu o autor na defesa de sua tese. O argumento principal de Arthur Reis para todo o livro *A&CI* foi de que no passado houve várias tentativas de tomada da Amazônia e todas foram derrubadas por Portugal durante o período colonial e, posteriormente, pelo poder imperial. No passado, a defesa da Amazônia teria sido um sucesso.

Mas, como foi afirmado, esse passado foi construído pelo próprio Reis, que lançava luz onde lhe interessava a fim de cumprir os seus propósitos, como nesse caso da livre navegação nos rios da Amazônia, do qual o autor se vale para afirmar que o Império reagiu bravamente no sentido de impedi-la. O autor, entretanto, não discute o período no qual a livre navegação foi permitida, utilizando uma miscelânea de estratégias discursivas, a crença no poder da história para legitimar sua fala e a história *magistra vitae*. Se deliberadamente ou não, o certo é que o autor opera com certos silêncios com o intuito de garantir a confirmação de sua proposição. Ele discute as intercorrências acerca das tentativas de abertura da bacia amazônia ao longo de um capítulo, denunciando a cobiça internacional no decorrer do processo, o perigo de perda da região, mas, de acordo com sua interpretação, os homens de Estado sempre a defenderam pronta e brilhantemente, sendo impecáveis nesse sentido. Somente no final do capítulo, Reis menciona o decreto que permitiu a navegação em 1867, eximindo-se de discuti-lo, pois foram os próprios homens públicos que o autor vinha defendendo, os responsáveis por encaminhar e aprovar a livre navegação.

Vitor Marcos Gregório, ao analisar as relações entre o pleito de abertura à livre navegação da bacia amazônica e a formação do Estado brasileiro, afirma que todo o transcurso dos debates na Câmara e no Senado foi permeado pelo receio de "perda da soberania sobre a região amazônica, *supostamente ameaçada* pelo imperialismo das potências europeias e Estados Unidos"[351]. A questão polarizou-se entre os que representavam um pensamento conservador, defensores da não abertura dos rios a outros países, e entre os representantes de uma postura mais liberal, certos de que a livre circulação de companhias de navegação estrangeira iria promover o desenvolvimento da região.

Em 1853, houve acirrado debate tanto na Câmara quanto no Senado em torno do decreto 1.037, de 30 de agosto de 1952, que autorizava Irineu Evangelista de Sousa a fundar

[351] GREGÓRIO, Vitor Marcos. *Uma face de Jano*: a navegação do rio Amazonas e a formação do Estado brasileiro. 2008. p. 2. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008. Grifo nosso.

uma companhia com o propósito de introduzir a navegação a vapor nos rios da Amazônia. Além de uma subvenção pecuniária, o governo também oferecia privilégio de exclusividade à companhia a ser fundada por Evangelista. Submetido à Câmara e posteriormente ao Senado, os discursos dividiram-se entre os que apoiavam o privilégio de exclusividade e os que eram contra. Após intensos debates, o decreto foi aprovado e a concessão de exclusividade mantida. Segundo El-Kareh, a aprovação deveu-se aos temores da perda da soberania brasileira na região. Todavia, "no correr dos anos 1860, ao passo que a empresa crescia [...] crescia também a corrente política liberal, favorável à abertura do Amazonas a todas as nações amigas"[352].

De forma diferente do que ocorrera em 1853, quando os debates pendulavam entre os defensores da livre navegação e os que queriam manter os rios da Amazônia fechados aos estrangeiros, em 1867, ano em que foi aprovada a abertura da Bacia Hidrográfica Amazônica às nações amigas, o tom era outro. "Houve nesse momento uma mudança fundamental nas relações externas do Brasil, que fez com que os temores de invasão estrangeira fossem dissipados"[353]. O deputado pela Bahia, João José de Oliveira Junqueira, foi uma voz isolada posicionando-se contrariamente à abertura dos rios – "sua opinião era minoritária"[354]. Os discursos sobre a iminente perda da soberania nacional não mais se sustentavam; contra eles estavam diversos políticos, como Franco de Almeida, para quem, "se existissem interesses de outros países em absorver a região amazônica, isso já teria sido feito com facilidade, dada a impossibilidade de vigiá-la e defendê-la eficientemente. No entanto, este interesse seria uma fantasia, como estaria comprovado pela manutenção da integridade territorial do império." Nesse momento, o pensamento predominante era de que "o que garantiria a integridade territorial do império após a abertura do rio Amazonas não seriam suas possibilidades de defesa, mas sim a simples falta de interesse das grandes potências em tomar para si essa região"[355].

Tanto Gregório quanto El-Kareh afirmam que, em 1867, os receios em torno da invasão estrangeira na região amazônica estavam esmaecidos. Tanto é assim, que a abertura do rio Amazonas foi seguido por solenidades oficiais, além de "por quase um mês [terem

[352] EL KAREH, Almir Chaiban. A companhia de navegação e comércio do Amazonas e a defesa da Amazônia brasileira: "o imaginado grande banquete comercial. Anais do V Congresso brasileiro de história econômica, 7 de dezembro de 2003. p. 9-10 apud GREGÓRIO, 2008, p. 64.
[353] GREGÓRIO, 2008, p. 65.
[354] GREGÓRIO, 2008, p. 200.
[355] GREGÓRIO, 2008, p. 201.

sido] publicadas nos jornais de Belém poesias e músicas populares ovacionando a medida, em uma demonstração de que os habitantes da província também a aprovavam[356].

O propósito aqui e nas inserções que faço mais adiante, não é comparar autores atemporâneos, mas sim demonstrar outras possibilidades de leituras para o mesmo evento histórico, e ressaltar ainda mais os aspectos do passado nos quais Arthur Reis quis lançar luz, evidenciando quais os objetivos políticos que acompanhavam suas análises historiográficas.

Certamente que sua narrativa se fez sob ocultamentos das situações que não almejava revelar. Exatamente, como visto acima, quando preferiu escamotear a ação dos homens públicos no momento em que haviam sido favoráveis à presença estrangeira no país, e essa conjuntura não auxiliaria em nada na construção de sua tese quanto à cobiça internacional histórica sobre a Amazônia e em relação ao braço forte dos homens do passado em sua defesa. Revelar essa faceta em sua narrativa certamente romperia o modelo que vinha construindo.

A temática que se segue, com o título "Expedições científicas escondiam propósitos", também é extremamente reveladora da relação presente-passado realizada pelo autor. Talvez seja esta a de maior importância, visto que tem estreita ligação com os ventos que sopravam no momento de escrita de *A&CI*, a saber, os interesses de criação de institutos através de acordos estrangeiros para realizar pesquisas na região amazônica. Segundo o autor, de forma acertada,

> Os portugueses mantiveram a Amazônia fechada aos olhares indiscretos e perigosos dos estrangeiros. [...] A política da porta fechada aos olhares estranhos não deixava de ter suas razões. As expedições científicas que procurassem o grande vale em sua maior parte integrado na soberania portuguesa, seguramente não viriam apenas para servir a exigências ou aos interesses da ciência. Serviriam aos interesses políticos, imperiais, dos países que as houvessem expedido. A espionagem era uma constante de então[357].

Nesse aspecto, o caso de Charles Marie de la Condamine oferece "uma lição ponderável". Esse pesquisador esteve na Amazônia portuguesa a serviço da Academia de Ciências de Paris e "não esqueceu de servir politicamente ao seu país" [...], pois, mais tarde, "revelaria, a Paris, a utilização do leite das seringueiras, desse modo ligando o seu nome ao episódio que mais tarde tanta nomeada criaria para a região no rush gomífero"[358].

Ressalta Arthur Reis que no período próximo à Independência do Brasil, seguiu-se uma política de portas abertas. O país recebeu pesquisadores da Europa e dos Estados Unidos, que contribuíram eficientemente para a formação de cientistas brasileiros. O autor reconhece esse momento como início de um processo importante para o conhecimento do Brasil, um

[356] GREGÓRIO, 2008, p. 249.
[357] REIS, 1965, p. 86.
[358] REIS, 1965, p. 88.

momento "revolucionário", no qual muitos homens de ciência ligados ao estrangeiro deram sua contribuição, sem pretensões políticas. Entretanto, o sentido de materialismo que dominava o período impeliu alguns desses cientistas à satisfação dos interesses políticos de seus respectivos países.

> Entraram pelas portas largas das franquias que lhes eram proporcionadas sob a segurança de seus objetivos espirituais e serviram ao apetite de suas pátrias. Ligavam-se às ideias de superioridade de raças, que teriam missão civilizadora a cumprir sobre os povos subdesenvolvidos dos outros continentes. Deram substancias às teorias racistas. Foram instrumentos da expansão colonialista. Sustentaram princípios nocivos para permitir instalação do poder estranho em terras e sobre povos que não puderam resistir ao impacto[359].

Ao menos dois pontos do excerto acima precisam ser discutidos. O primeiro mostra a clara intenção do autor de fazer uma ponte com o presente. Os cientistas do século XIX haviam encontrado no Brasil largas portas abertas, sob o pretexto de desenvolver trabalhos em nome da ciência, mas, efetivamente, serviram politicamente aos seus países. Este era o temor de Arthur Reis em relação ao período que estava vivendo: a realização de convênio envolvendo outras nações com objetivo científico, que tal qual no passado, poderia estar a esconder outros propósitos. O segundo ponto refere-se a uma gritante contradição, pois o mesmo autor que prestou eternas homenagens aos portugueses ao longo de toda a sua obra, considerando-os um povo heroico, que realizou a grande obra colonizadora/civilizadora no Brasil, condenou os países que nos século XIX se arrogavam uma missão civilizadora em relação aos povos tidos como subdesenvolvidos. A crítica feita às nações imperialistas dos oitocentos cairiam como uma luva aos portugueses, que, com semelhantes justificativas, lançaram-se sobre a América no século XVI. Todavia, no momento, o que importava mesmo era "provar" aos seus contemporâneos o quanto seria perigosa a presença de estrangeiros não portugueses no Brasil, pois, embora alegando fins científicos, estava camuflada por interesses políticos.

Para tanto, aponta alguns nomes que figuram no rol dos homens de ciência que serviram a fins políticos, entre eles, Karl Frederich Philipp von Martius e Louis Agassiz, que embora tenham apresentado suas contribuições, visto que foram

> Homens que arriscaram a vida e escreveram, com a sua disposição e o seu devotamento, capítulos esplêndidos da obra de reconhecimento ou de ampliação dos conhecimentos da realidade do mundo, sul-americano. Isso não nos impede [...] de registrar os imperativos a que muitos deles serviam e *podiam* ter sido profundamente prejudiciais a soberania brasileira[360].

[359] REIS, 1965, p. 90.
[360] REIS, 1965, p. 96.

O recado estava dado: expedições científicas poderiam estar a serviço de interesses políticos imperialistas, assim no passado como no presente. Portanto, a posição do Estado brasileiro deveria ser sempre contrária aos interesses estrangeiros de convênio com instituições estrangeiras para a realização de pesquisas na Amazônia, conforme o que ocorreu com o Instituto Hileia, explicitado mais adiante.

As questões relativas às fronteiras do extremo norte, no século XIX, também foram abordadas por Arthur Reis na discussão acerca dos "perigos" que rondavam a Amazônia. "Os franceses pretendem o Amapá", esse foi o título sob o qual o autor narrou, em poucas páginas, dois séculos de indecisões entre França e Brasil quanto à demarcação da fronteira entre a Guiana Francesa e o Amapá, fronteiras essas que se estendem por 730 quilômetros. Para dar o pretendido tom da extensão da ameaça sobre a região amazônica, Reis lembra o caráter expansionista que movimentava a Europa naquela ocasião: "A ideia de uma Europa vivendo na base da exploração de impérios nos mundos asiáticos e africanos era agora uma constante, principalmente depois que se perdera a grande área americana"[361]. A França, especificamente, "passou a desenvolver vastos planos de formação, de ampliação e de consolidação do império ultramarino, planos que não ignoraram os pequenos territórios mantidos na América"[362]. Esse era o pano de fundo preparado pelo autor para que suas frases de efeito em relação aos anseios da França sobre as terras em questão se sobressaíssem na narrativa. Eis algumas delas:

> [Os franceses] não demoraram em penetrar na terra brasileira do Amapá, estabelecendo uma posição militar. Ano de 1836.
>
> A essa altura aventureiros de toda parte começavam a penetrar na região
>
> Em 1885, uma ocorrência grave veio sacudir a modorra por que se conduzia oficialmente o assunto. Um grupo de aventureiros, que se afirmou ter sido induzido a esse passo pelos franceses de Caiena, proclamou a caricata República do Cunani
>
> Anos decorridos (1893) com o descobrimento de veios auríferos no Calçoene, [...] os perigos cresceram
>
> Um inquérito, mandado proceder pelas autoridades paraenses, apurara a perigosa infiltração francesa que tomava alento.[363]

A essas afirmativas visando demonstrar as tentativas dos franceses de tomar a Amazônia sobrepunham-se outras frases de efeito a comprovar a energia com a qual os brasileiros demarcaram o contraponto:

---

[361] REIS, 1965, p. 97.
[362] REIS, 1965, p. 98.
[363] REIS, 1965, p. 97 a 104.

> Ante a boicotagem do comércio francês no Rio, a intransigência brasileira não cedeu um milímetro na conjuntura grave.
>
> Movimento de brasilidade, todos os atos do Triunvirato visavam assegurar para o Brasil o território neutralizado ou Contestado.
>
> [...] os interesses franceses não encontravam ambiente ante a resistência dos sentimentos de brasilidade dos habitantes[364]

Com ganho de causa para o Brasil, a narrativa de Reis é encerrada com mais uma frase a marcar o ímpeto com o qual os homens do passado defenderam a região amazônica: "Falhara mais uma tentativa de empossamento de terras da Amazônia brasileira por nações estrangeiras"[365].

Stéphane Granger, em estudo recente, chegou a conclusões diferentes acerca do caso. Conforme este autor houve um processo de disputas entre Brasil e França ao longo de séculos, até que a situação fosse resolvida em 1900. Durante o litígio estes países resolveram estabelecer a Suíça como tribunal para decidir definitivamente sobre a questão. Naquele momento, foi firmada a fronteira entre Brasil e Guiana Francesa no rio Oiapoque, negando, desse modo, o acesso francês à navegação pelo rio Amazonas, maior interesse desse país ao longo do processo. Entretanto, contrariamente à proposta de Reis, para Granger,

> O julgamento [realizado na Suíça] foi aceito sem condições pela França, e, aliás, numa total indiferença da população como da imprensa. Dois séculos de luta para o estabelecimento de uma fronteira assim terminaram, mas por que é que este problema, envolvendo duas nações que sempre tiveram fortes laços históricos, afetivos e culturais, demorou tanto?[366]

Granger explica:

> em primeiro lugar pela falta de prioridade daquela região para ambas as nações. Sobretudo para a França, mais preocupada pela perda da Alsácia e da Lorena depois da guerra contra a Alemanha (Prússia) em 1871, além do caso Dreyfus, e que mais via seu futuro colonial na África ou na Indochina do que numa Amazônia considerada insalubre na Metrópole. No Brasil, a preocupação maior era o reforço da fronteira meridional e o litígio com Argentina, apesar do interesse estratégico do Amazonas ter sido bem percebido.[367]

Em semelhante sentido, Adalberto Paz, ao analisar o caso da fronteira entre Brasil e Guiana Francesa através das correspondências trocadas em 1883 entre o Visconde de Maracajá, então presidente da Província do Pará, e Francisco de Carvalho Soares Brandão, ministro dos Negócios Estrangeiros, nota o descaso do poder central em relação à fronteira do Brasil com a

---

[364] REIS, 1965, p. 103.
[365] REIS, 1965, p. 107.
[366] GRANGER, Stéphane. O contestado franco-brasileiro: desafios e consequências de um conflito esquecido entre a França e Brasil na Amazônia. *Revista Cantareira*, ed. 17, p. 21-39, jul./dez. 2012. Esse texto é uma tradução e adaptação do texto publicado na revista francesa *Outre-Mers*, n. 372-373, Paris, segundo semestre de 2011.
[367] GRANGER, 2012, p. 25.

Guiana Francesa, pois, dos cinco ofícios enviados pela Secretaria da Presidência do Pará dirigidos a Soares Brandão com vistas a encaminhar a situação, nenhum obteve resposta,

> o que deve ter causado, no mínimo, uma constrangedora sensação de desprestígio ao Visconde de Maracajá. No último documento [...], em tom de justificativa, mas também repreensão, ele pede ao ministro que "se digne dizer-me o que devo fazer a respeito, por quanto até hoje nenhuma providência tenho tomado por falta das necessárias instruções"[368].

Por mais de uma vez, Paz expressa admiração pelo descaso brasileiro com a questão da fronteira do Amapá ao longo do tempo, além da exposta na citação acima. Em suas conclusões, adverte o autor:

> Durante longos anos, a região entre os rios Araguari e Oiapoque teve diferentes significados, em variados contextos. Para as autoridades portuguesas e depois brasileiras, representava uma frágil área de fronteira com potenciais invasores, que faziam notar suas presenças através de incursões mais ou menos constantes. Destes, sem dúvida os franceses representavam o "maior perigo", situação que se fez mais tensa com o acirramento das posturas imperialistas no final do século XIX. *Ainda assim, surpreende a postura de hesitação das autoridades brasileiras, especialmente aquelas no Rio de Janeiro, mesmo quando o trânsito de exploradores, padres, professores e médicos parecia não deixar mais dúvidas sobre as intenções francesas acerca do contestado*[369].

Sintetizando, os resultados das pesquisas de Granger e de Adalberto Paz diferem do que quis demonstrar Arthur Reis. Acionar o passado foi a forma que encontrou para cumprir o que se propunha: realizar uma ponte entre o passado que escolheu revelar e o presente de descaso pelo qual passava a região amazônica. Na escolha do que deveria revelar sobre o passado, as omissões propositais certamente não foram por desconhecimento das fontes históricas, pois Reis teve que consultar um bom número delas para concluir seu livro, dedicado unicamente a essa temática – o *Território do Amapá: perfil histórico*, publicado em 1949. Enfim, apesar do litígio de séculos entre França e Brasil, nem a França representou a extensão do perigo que Reis quis demonstrar nem os "patriotas" foram dignos de atitudes tão heroicas como preferiu frisar. As escolhas do autor faziam parte de uma estratégia discursiva para chamar a atenção para a Amazônia.

Ainda em relação às disputas por fronteiras, Reis discutiu o litígio entre Brasil e Inglaterra pelo estabelecimento da divisa entre a Guiana Inglesa e Roraima, ocorrido também no século XIX. As discussões acerca destas fronteiras se acirraram a partir das expedições do alemão Robert Schomburgk, enviado pela Royal Geographical Society, de Londres, à região do lago Parima, realizadas entre os anos de 1835 a 1839. Esse acontecimento foi determinante

---

[368] PAZ, Adalberto. Muitos sujeitos, outros governos, nenhuma pátria: fugitivos, autoridades e disputas territoriais na Amazônia entre os séculos XIX e XX. *In*: SEMANA DE HISTÓRIA DA UNIFAP, 9., 2014, Macapá. *O ensino e a pesquisa em história no Amapá.* Macapá: UNIFAP, 2014. p. 7.

[369] PAZ, 2014, p. 13.

no interesse da Inglaterra pela região. A questão, porém, foi resolvida somente em 1904, quando ambos os países estabeleceram o rei italiano Vittorio Emanuele III como árbitro do caso. Joaquim Nabuco foi o responsável por fazer a defesa do Brasil, cabendo-lhe, portanto, o estigma da derrota. Diferentemente do caso da Guiana Francesa, Reis é obrigado a reconhecer que, desta feita, ao desfecho da disputa

> os ingleses, *a certos aspectos* eram realmente vencedores [...] Tinham acesso, agora, à Amazônia pelo Pirara. O sonho de Walter Raleigh e dos aventureiros que haviam tentado submeter o delta amazônico e a costa do Macapá à soberania britânica estava *em parte* satisfeito[370].

Ainda que o resultado não tenha sido positivo para o Brasil, o que importava para o autor ao incluí-lo na narrativa era acentuar que o episódio valia "como um capítulo do apetite europeu sobre o Brasil Amazônico". Apesar de assumir a derrota brasileira, Reis tentou minimizá-la, como visto na citação anterior, fazendo uso das expressões "a certos aspectos" e "em partes" para se referir ao veredito favorável à Inglaterra, assim como no decorrer da narrativa manteve o tom elogioso aos brasileiros, que considerou determinados nos esforços no ganho de causa para o Brasil.

> Quando, em 1904, o laudo do Rei italiano como que deu a impressão de que fôra a Grã-Bretanha a vencedora da partida, Rio Branco foi a primeira voz que se fez ouvir aplaudindo publicamente a ação de Joaquim Nabuco que ele, no testemunho de Afrânio Peixoto, *considerava um vencedor*, ante as circunstâncias políticas internacionais que vivia o Velho Mundo, e o chanceler tão bem conhecia e avaliava em toda sua importância e dura realidade. O Laudo, naqueles termos secos por que fora redigido, dava a impressão de uma derrota gritante, que podia trazer, para o advogado brasileiro, a crítica ferina que já apontara no momento em que aceitara a incumbência do governo da República. Ligado à corrente sebastianista da monarquia, Joaquim Nabuco fora indicado pelos saudosistas como um transfuga ou um fraco. Rio Branco, chanceler da harmonia continental, não desmerecia o título naquela conjuntura difícil. As demarcações posteriores, para o encerramento definitivo da questão, afastavam para sempre as diferenças com a Grã-Bretanha, a propósito da fronteira guianense, e *eram um marco daquela admirável política de defesa dos interesses nacionais*, a que o chanceler presidira nos dez anos de sua presença na direção dos negócios exteriores da República.[371]

A intenção era enaltecer Joaquim Nabuco, considerado por Rio Branco "um vencedor", apesar de sua defesa na questão do litígio entre Brasil e Inglaterra não ter sido vitoriosa. Ainda que em parte tenha reconhecido que houve falhas dos brasileiros no processo, seu propósito foi manter a imagem da valentia desses homens do passado, incansáveis na defesa da Amazônia. O desfecho, com derrota para o Brasil, é interpretado como uma injustiça, já que em vários pontos da argumentação podemos ver afirmativas como as que seguem:

---

[370] REIS, 1965, p. 119, grifo nosso.
[371] REIS, 1965, p. 118, grifo nosso.

> O império brasileiro não abdicava de seus direitos, tão certos, tão eloquentes, tão positivos eram eles [...] O resultado das investigações a que precedeu veio confirmar e documentar, por *provas de iniludível importância*, o fundamento da soberania brasileira, que era uma decorrência natural e evidente da soberania lusitana, que herdáramos com a independência *e não havíamos abandonado um só momento*[372].

Assim, segundo Reis, a soberania brasileira sobre a região era incontestável, sendo um dos motivos a sugestão de que as fronteiras estiveram sempre ocupadas pelos brasileiros: "A ocupação luso-brasileira operava-se, destarte, sem o menor incidente, identificada a própria multidão nativa com as autoridades que eram nomeadas em Barcelos"[373] . Contudo, sobre essas questões, pontua Carlo Romani:

> Nabuco que seguindo a linha argumentativa precedente da diplomacia brasileira procurou demonstrar o histórico da ocupação sobre a região, antes até de a Guiana ter se tornado colônia britânica. Diferentemente do Amapá na ocasião da disputa do contestado do Oiapoque com a França, território historicamente habitado por uma população cabocla de fala portuguesa, *na região litigiosa com a Guiana os caboclos rancheiros brasileiros nunca estiveram estabelecidos, tendo ocupado somente uma pequena extensão de terras ao norte do antigo forte de São Joaquim (RIVIÈRE, 1972). A região de Pirara sempre fora habitada por populações indígenas que, inclusive, lá encontraram refúgio da perseguição das tropas portuguesas e depois das brasileiras. Portanto, diferentemente da legitimidade da ocupação do Amapá realizada por escravos fujões, cabanos e outros ribeirinhos em busca de uma terra para cultivar, o povoamento histórico do nordeste de Roraima foi realizado pelas populações indígenas que* ***não tinham identidade brasileira****. A penetração luso-brasileira nunca conseguiu de fato povoar a região, portanto o argumento territorial carecia de legitimidade histórica e não foi suficiente para sustentar a defesa brasileira em Milão.* As terras em disputa foram entendidas como sendo terra ignota[374].

Outra questão ainda merece ser evidenciada. Durante o processo de litígio entre Inglaterra e Brasil, Tomás Youd, missionário protestante inglês, ocupou a região do Pirara. Segundo Reis,

> reunindo o gentio Macuxi sob a proteção do pavilhão inglês. Pretextava o missionário o desamparo em que alegava viver a multidão nativa local, que sofreria os vexames das expedições predatórias brasileiras [...] O gentio da fronteira estaria interessado na ajuda britânica para salvar-se dos maus tratos dos brasileiros"[375] .

Reis minimiza as atrocidades cometidas pelos portugueses aos povos indígenas destacando a figura do "missionário e patriota" Frei José dos Santos Inocente, que atuava no Forte de São Joaquim. Para o autor, o Frei "diligenciava serenamente a integração da bugrada local ao patrimônio da civilização brasileira"[376].

Sobre a mesma temática, afirma Carlos Romani:

---

[372] REIS, 1965, p. 113, grifo nosso.
[373] REIS, 1965, p. 111.
[374] ROMANI, Carlo. A questão de limites entre o Brasil e a Guiana Britânica. *In*: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 27., 2013, Natal. *Anais*... Natal: [*s. n.*], 2013. p. 8, grifos nossos.
[375] REIS, 1965, p. 113.
[376] REIS, 1965, p. 113.

> Pela documentação analisada por Rivière, o missionário Youd estaria empenhado em monitorar as tropas de resgate brasileiras, que partindo do forte São Joaquim, estabelecido no encontro do rio Uraricoera com o Tacutu, subiam às cabeceiras deste último, no ponto de passagem para as nascentes do rio Essequibo, para aprisioná-los. A vila indígena de Pirara encontrava-se justamente nessa intersecção, na zona limite de alcance das incursões das tropas brasileiras. A escravização de índios era obra intolerável aos olhos dos protestantes, num momento em que a Inglaterra já se punha a combater, inclusive, o tráfico negreiro de navios brasileiros em alto-mar[377].

Em síntese, mais uma vez, é possível perceber os não ditos do autor em alguns dos pontos expostos acima: a) sugere que os brasileiros ocupavam as fronteiras quando, como visto, em vez disso, a região nunca havia sido ocupada e, por essa razão, quando do veredito de Milão, foi considerada terra ignota; b) afirma que a população nativa se identificava com as autoridades instituídas em Barcelos, quando, como já foi esclarecido, a população indígena que ocupava a região não tinha identidade brasileira e lá estava com o objetivo de fugir das tropas portuguesas no período colonial, assim como o fizeram em relação às tropas brasileiras, já pós-independência; c) o autor não reconhece a busca dos portugueses pelo apresamento dos indígenas, antes minimiza a situação enaltecendo a figura do Frei José dos Santos Inocentes, que, na sua interpretação, cuidava da integração da população nativa à civilização brasileira com serenidade. Enfim, o que importava era, como no restante da narrativa, frisar o perigo a que a Amazônia esteve exposta no passado, em que, nesse caso específico, o Brasil não logrou êxito, e deixar evidenciado que os brasileiros lutaram bravamente e que a perda se deu devido a uma grande injustiça.

Sob o título "Viagens e sugestões separatistas", Arthur Reis segue a narrativa num capítulo que visava associar as viagens de estrangeiros naturalistas, geógrafos, jornalistas, professores, entre outros, à Amazônia, no século XIX, a interesses imperialistas em relação a essa região.

Embora generalize e apresente a questão de forma superficial, em muitos aspectos o autor tece importantes considerações ao destacar que essas viagens estavam ligadas ao contexto da expansão europeia daquele século e que a despeito da função civilizadora que a Europa atribuía a si mesma, com objetivos de "cristianizar as populações ainda distantes das verdades religiosas do Ocidente", na realidade era impulsionada pelo "apetite desenfreado às matérias-primas que existiam em estado de natureza nos trópicos úmidos e secos[378].

Nesse sentido, a literatura produzida por esses viajantes e publicada na Europa ocupou um expressivo papel "na obra da expansão política e econômica de poderosas nações do

[377] ROMANI, 2013, p. 5.
[378] REIS, 1965, p. 124.

Velho e do Novo mundo". Tal como no processo da expansão marítima do século XVI, nos oitocentos esse tipo de literatura, sobre a qual a Europa nutria um grande interesse, "tinha circulação sensacional". "A literatura de viagens, inocente na aparência, elaborada para euforia dos espíritos, servia a objetivos menos espirituais". Tinha como pano de fundo a finalidade de revelar "novas humanidades, novas riquezas, novas regiões, novas possibilidades"[379].

Há que se destacar, entretanto, a forma como o autor recorre ao passado a fim demonstrar a gravidade da situação: "A tese do espaço vital para os interesses da humanidade, mas na realidade para o interesse das grandes potências, é dessa fase. Enganam-se os que a imaginam de hoje ou de um ontem muito próximo". Era como se o fato de pertencer à história, de ser uma situação que tinha raízes num passado distante, por si só desse a dimensão do perigo que a região enfrentava no presente. Ainda que, como veremos, as intenções europeias não tenham se concretizado, ainda que a literatura dos viajantes não tenha efetivamente contribuído para a tomada da Amazônia no sentido literal, como sugeria Arthur Reis, ainda que tudo tenha ficado, nesse aspecto, apenas como uma probabilidade, o autor segue a narrativa tomando a incursão dos viajantes do século XIX como um fato que **poderia** ter provocado a perda da Amazônia e que, portanto, servia aos propósitos da sua *representação de continuidade.*

De forma resumida e, por conseguinte, sem conseguir fugir às generalizações, Reis discorre sobre alguns viajantes que circularam pela Amazônia no século XIX e início do século XX, tais como Henrique Lister Maw, W. Smith, S. de Belmar, William H. Edwards, Barwington Brawn, William Lidestone, Marcel Monier, Auguste Plane, Paulo Walle, Orton Kerbey e Henri A. Condreau. Esses viajantes produziram uma literatura sobre a região que, de acordo com o autor, divulgava a Amazônia "nem sempre com sentido realista". No geral, o intuito dos viajantes era

> [...] registrar que a região era desértica, seus quadros populacionais não expressavam grandeza cultural, mas as possibilidades econômicas pareciam incalculáveis e o poder público não se mostrava expedito, objetivo, capaz de enfrentar os problemas locais para levá-la a uma nova etapa [...] O que estes escreveram, se trouxe os prejuízos da criação de uma consciência fantasiosa, não encerrava todavia o perigo de despertar um interesse prejudicial a nossa soberania. O que escreveram os de lá de fora, isso sim, foi mais prejudicial. *Porque fantasiou, criando um estado d'alma* ***que podia*** *conduzir a estruturação de projetos contrários a nossa segurança, despertando apetites*[380].

[379] REIS, 1965, p. 124.
[380] REIS, 1965, p. 120, grifos nossos.

Interessante observar que o verbo em destaque, apesar de grafado no pretérito imperfeito do indicativo, tem seu sentido na frase colocado no futuro do pretérito do indicativo, como um fato que poderia ter acontecido, como consequência de uma situação passada, ou seja, a literatura dos viajantes poderia ter conduzido à elaboração de projetos que atentassem contra a soberania brasileira. Sem conseguir provar o que desejava, Reis deixou a frase como elocubração, como algo que poderia ter sido.

> Julgando-se menosprezada pelos poderes centrais do país, intensamente ligada aos interesses mercantis do exterior, a Amazônia corria perigo. Porque *o espírito de secessão bem* ***poderia*** *desenvolver-se*. Na mesma época, e como consequência de tais intimidades, que geravam facilidades, o turismo se fazia na Europa. E com o turismo a educação da mocidade. Ninguém mandava os seus filhos para estudar nas escolas especializadas do Brasil. A formação realizava-se lá fora. Rapazes e moças saíam dos seringais diretamente para o Velho Mundo. E lá se realizavam espiritualmente. Manaus e Belém, por tudo isso, cresciam em função de sua ligação com o exterior. Comia-se, bebia-se, vestia-se o que vinha de lá. As duas cidades adotavam hábitos de cidades europeias. A política de empréstimos, processada no exterior, [...] valia como outra ligação perigosa à integridade brasileira na área amazônica. [...] *Cabe agora, a essa altura de nossas reflexões, a pergunta – Será que nesse exterior, além do desejo de auferir lucros com a produção da Amazônia, os governos dos países fortes, cujos mercados funcionavam, a certos aspectos, em estreito contato com o Brasil amazônico,* ***estariam*** *formulando plano de conquista política? Aquelas afirmativas de Condreau, de que nações estrangeiras já aproveitavam a oportunidade e a reação do meio para uma atuação desnacionalizante,* ***seriam*** *realísticas?* Não dispomos de elementos para afirmar ou contestar a existência desses planos[381].

Esse texto é muito emblemático das fragilidades que perpassaram a narrativa de Arthur Reis. Uma vez mais encontramos os verbos no futuro do pretérito, a indicarem o que poderia ter acontecido no passado e que, porém, não havia de fato sido concretizado. O título que sugere intenções separatistas não corresponde ao texto, que além de indicar apenas uma intenção, esta não aparece como confirmada, mas como algo que "poderia ter se desenvolvido".

Em outro momento, ao tratar dos interesses de países estrangeiros em relação à Amazônia no período áureo da borracha, o autor apresenta mais uma indagação: além de auferir lucro com a produção da borracha na Amazônia, estariam esses países arquitetando uma conquista política da região? Segundo Reis, numa conclusão imediatista, a resposta seria negativa, portanto "não havia aqueles propósitos", já que, posteriormente, o Oriente teve a preferência para a plantação das seringueiras em grande escala e lá foram feitos altos investimentos, demonstrativo da intenção de que ali permaneceriam a longo prazo,

> deixando de parte, portanto, pelo menos no momento, qualquer propósito de expansão territorial fora dos limites que já se haviam traçado. Possuindo áreas ecologicamente apropriadas, áreas do imenso mundo tropical, deviam antes

[381] REIS, 1965, p. 130, grifos nossos.

> valorizá-las. Os riscos eram grandes. E se as experimentavam é porque alimentavam uma esperança ou uma certeza de êxito que os levasse a preferi-las às terras da Amazônia. Os demais mundos tropicais úmidos que ficassem nas mãos, talvez pouco capazes, de seus legítimos donos[382].

Afinal, havia ou não interesse relativo à expansão territorial de outros países em relação à Amazônia durante o período áureo de exploração do látex? A princípio, o autor responde que, numa conclusão imediatista, poder-se-ia dizer que não havia aqueles propósitos, ao que o leitor aguarda, então, uma reflexão mais demorada e aprofundada, que conclua terem existido sim os tais propósitos de expansão territorial em relação à Amazônia no período da borracha. Mas, como pode ser observado na citação acima, a resposta vai no sentido de comprovar o contrário do que o autor procurou afirmar ao longo de toda a narrativa. Se os europeus haviam investido fartos capitais nas suas possessões orientais, obtendo êxito com a produção da borracha, as preferências estavam, exatamente, nessas terras do Oriente. A Amazônia que ficasse, então, "com seus legítimos donos, talvez pouco capazes".

Porém, em nota de rodapé, Reis aponta a defesa de populares em relação à soberania brasileira nesse caso específico: "Cabe referir aqui que o capital britânico pretendeu estabelecer-se na Amazônia para a operação da heveicultura. Houve, todavia, em Manaus, violenta reação popular, temerosos os que a promoveram de que esse investimento escondesse perigos à soberania brasileira"[383].

Na verdade, a resposta ao questionamento relativo aos interesses de expansão territorial de outros países em relação à Amazônia, no período do auge de extração do látex, não é clara. Ora o autor dá a impressão de que conduziria a narrativa por reflexões não imediatistas comprovando as intenções que colocariam em perigo a Amazônia, ora afirma que os investimentos no Oriente levavam os europeus a preferi-lo em detrimento da Amazônia.

Se Reis não podia provar que havia esses interesses territoriais, ao menos poderia afirmar, "para concluir, que, pelo menos nos meios comerciais e industriais, o interesse pela Amazônia era vivo, bem alimentado e profundamente perigoso". Afinal, era esse o desfecho que importava para cada capítulo. A situação de vulnerabilidade da Amazônia, assim no passado como no presente. Esta a situação que deveria ser corrigida a fim de proporcionar diferentes perspectivas para o futuro.

Se Arthur Reis conseguiu associar todas as temáticas que aboudou a cobiça internacional pela Amazônia, ao tratar da "questão do Acre", o autor teria fortes motivos para

---

[382] REIS, 1965, p. 131.
[383] REIS, 1965, p. 131.

continuar a fazê-lo, pois o advento do Bolivian Syndicate, ponto nevrálgico para a compreensão do que significou a anexação do Acre ao Brasil, foi propositalmente "usado para mobilizar a opinião pública nacional em favor dos acreanos"[384] sob o discurso de que a soberania brasileira estaria ameaçada no que tangia ao espaço amazônico.

"O Bolivian Syndicate e o caso do Acre", foi o título do capítulo dado por Reis no trato da questão. O contexto era o do avanço dos brasileiros em território boliviano, atual estado do Acre no auge da produção da borracha. Até 1869, a região não havia sido ocupada, mas a partir desta data, chegaram os primeiros brasileiros interessados na abundância de seringueiras (*Hevea brasiliensis*) ali presentes. De 1877 em diante, os seringalistas passaram a recrutar ainda mais trabalhadores para a região amazônica, muitos dos quais oriundos da grande seca que assolou o Nordeste. Devido à técnica de vulcanização, Estados Unidos e Europa passaram a demandar ainda mais goma elástica, um dos principais itens da tabela de exportação do Brasil. Em 1900, cerca de 60.000 brasileiros habitavam aquele rincão da Amazônia que se tornou, então, território de disputas entre brasileiros e bolivianos, envolvendo Inglaterra e Estados Unidos, que tinham fortes interesses comerciais na questão[385].

Palco de conflitos, a história da região tem famosos episódios eivados de disputas em torno da construção de memória entre quem seriam os vencidos e os vencedores[386]. O primeiro envolve Luis Galvez Rodrigues de Arias, o espanhol que proclamou a República do Acre em 14 de julho 1899; o segundo se refere à criação do Bolivian Syndicate, uma tentativa boliviana de fazer frente à investida brasileira; o terceiro a Plácido de Castro, o gaúcho que liderou a chamada Revolução Acreana contra os bolivianos e declarou o Estado independente do Acre; e o quarto foi o desfecho do conflito através da assinatura do Tratado de Petrópolis, que redundou na anexação do Acre ao Brasil em 1903.

O que interessa, por ora, é o segundo episódio, visto que envolve diretamente a interrogação sobre a cobiça estrangeira pela Amazônia. Em uma, dentre outras tentativas de proteger seu território, então ocupado pelos brasileiros envolvidos com a exploração do látex, a Bolívia assinou o contrato de criação do Bolivian Syndicate em 11 de junho de 1901, "um empreendimento de caráter privado responsável pela administração e proteção militar do

---

[384] CARNEIRO, Eduardo de Araújo. *A fundação do Acre*: um estudo sobre comemorações cívicas e abusos da história. 2014. p. 338. Tese (Doutorado em História) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

[385] Cf. BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. O Barão de Rothschil e a questão do Acre. *Revista Brasileira de Política Internacional*, Rio de Janeiro, v. 43, p. 150-169, 2000.

[386] Cf. CARNEIRO, 2014.

território hoje conhecido como Acre", com o apoio velado do governo dos Estados Unidos e "a presença de alguns dos mais importantes capitalistas britânicos"[387].

Se assinado conforme seu texto inicial, o contrato punha em risco a soberania boliviana na região: "a Companhia assumiria muitas das funções do Poder Executivo no território, de modo que era muito similar às chartered company praticada na África e na Ásia pelos países colonialistas europeus"[388]. Contudo, o Congresso boliviano não aceitou essa situação e, até ser assinado, o documento passou por diversas mudanças. Assim,

> para evitar maiores problemas com a opinião pública, foi aprovado que a região deveria estar subordinada ao governo boliviano e "á las leis de la República". [...] *É bom que se diga que após a revisão, o Bolívian Syndicate não mais figurava como uma chartered company*. Não se tratava mais de arrendamento do Acre, pois a soberania andina na região ficou preservada. Não se tratava de um governo civil paralelo, o sindicato teria apenas o direito à administração fiscal e à exploração econômica e à colonização territorial[389].

A despeito da revisão do contrato, que assegurava a soberania boliviana, segundo Eduardo Carneiro,

> muitos autores brasileiros reproduziram, propositalmente ou não, a ideia. A estratégia contribuía para justificar a Questão do Acre e tornar o pleito nas primeiras páginas dos principais jornais brasileiros durante meses. Assis Brasil chegou a dizer que 'o Congresso boliviano entendeu reformar o contrato primitivo feito em Londres, mas só o fez para mudar algumas palavras, a essência permanece a mesma'.[390]

Certamente baseado nesses autores, e também em razão de seu afinco em comprovar que a Amazônia estava ameaçada, Arthur Reis corroborou a ideia de que se tratava de uma *chartered companie*, "companhias por intermédio das quais as nações disfarçavam os seus apetites comerciais, coloniais, industriais, buscando matéria-prima produzida por mão de obra escrava ou a salários baixíssimos". Sendo assim, "ligava-se a organização da companhia a objetivos ocultos norte-americanos", que poderiam estar se preparando para se lançar sobre a Amazônia"[391].

> Era, não resta dúvida, um retrocesso. E um retrocesso profundamente perigoso porque, além de representar uma confissão pública de incapacidade para resolver os seus problemas, por parte da Bolívia, criava para o Brasil uma situação delicada. Abertos pela Bolívia, os rios de acesso ao Acre, rios cujas águas corriam em sua maior extensão no Brasil, acrescida a gravidade do fato à circunstância de poder o sindicato concessionário utilizar-se de barcos de guerra, a qualquer momento poderiam surgir incidentes. Os barcos de guerra não eram da Bolívia, mas do Sindicato, lembre-se. De outro lado ocorria a presença constante de elementos estrangeiros a serviço de uma organização internacional que representava os interesses financeiros de duas grandes potências. Silenciosa e sorrateiramente, que poderia fazer essa gente, trabalhando num meio ainda não suficientemente

[387] CARNEIRO, 2014, p. 333.
[388] CARNEIRO, 2014, p. 345.
[389] CARNEIRO, 2014, p. 346, grifo nosso.
[390] CARNEIRO, 2014, p. 347, grifo nosso.
[391] CARNEIRO, 2014, p. 138.

> humanizado, onde a vida aventureira era a constante e a característica, portanto, em meio de fácil receptividade a qualquer canto de sereia? [...] *No Oriente e na África, as companhias do tipo que o Sindicato representava começavam sempre como organizações de objetivos comerciais. E por fim, arrancada a máscara, revelam-se como agentes do imperialismo político dos países onde haviam sido constituídas ou incorporadas.*[392]

Reis admitiu as mudanças no contrato, mas mesmo assim seu discurso continuou afinado com aqueles que afirmavam se tratar exclusivamente de uma luta entre seringueiros patriotas e os interesses imperialistas americanos. Vários autores seguiram por essa linha argumentativa, como já foi afirmado, contribuindo para uma disputa de memória em torno da "Questão do Acre", como bem abordou Eduardo Carneiro, temática que não será detalhada aqui, sob pena de fugir do assunto principal. No caso de Arthur Reis, especificamente no que se refere ao livro *A&CI,* a intenção era adotar essa linha de raciocínio para seguir o que era seu grande propósito: provar que a Amazônia sempre esteve sob o perigo da cobiça internacional[393].

Entretanto, como bem explicitou Eduardo Carneiro,

> a 'Revolução Acriana' não fora um levante contra o imperialismo ou contra a internacionalização da Amazônia, como afirmam autores como Lima (1998) e Ramos (1986). O imperialismo já se manifestava na Amazônia pelo próprio sistema de aviamento, em que os preços da borracha eram ditados pelo mercado internacional e não pelos produtores. Através dele, a Inglaterra monopolizava o comércio mundial da borracha e impunha à elite gomífera brasileira a dependência e a subordinação de seus interesses aos do capital internacional (MARQUES e LOPES, 2000, p. 12). A elite gomífera compactuou com as 'trocas desiguais' (AMIN et al., 1981), importando manufaturas. [...] Dizer que a 'Revolução Acriana' e as várias proclamações de independência do Acre são manifestações militares e políticas de seringueiros em favor da defesa da América Latina contra o imperialismo anglo-americano é um inconsequente abuso da história. Não passa de retórica ou estratégia discursiva para enaltecer os acrianos e fazer deles protetores naturais da Amazônia. Essa análise omite o fato de que o início das articulações brasileiras contra a soberania boliviana no Acre foi anterior ao surgimento do Bolivian Syndicate; que o preço e a comercialização mundial da borracha já estavam sob controle imperialista; que a América do Sul como um todo já era alvo de disputa imperialista entre ingleses e norte-americanos; que a 'Revolução Acriana' em nada alterou o monopólio inglês da comercialização da borracha, o mercado gomífero continuou controlado; sem dizer da manobra feita para transformar trabalhadores semiescravos e analfabetos em cidadãos anti-imperialistas.[394]

Para confirmar que não se tratava, exclusivamente, de questões imperialistas, Carneiro retoma duas situações nas quais estrangeiros atuaram na Amazônia sem que a eles fosse

---

[392] CARNEIRO, 2014, p. 143, grifo nosso.

[393] Cf. REIS, Arthur Cezar Ferreira. Plácido de Castro e a gesta heroica da incorporação do Acre. *In*: REIS, Arthur Cezar Ferreira. *A Amazônia e a integridade do Brasil*. Manaus: Editora Governo do Estado, 2001. p. 135-144. A primeira edição deste livro foi publicada em 1966. Nesse texto, Arthur Reis também participa dessa disputa de memória assinalada por Eduardo Carneiro.

[394] CARNEIRO, 2014, p. 354, grifos do autor.

imputada a pecha de estarem agindo em prol de interesses imperialistas. A primeira se refere aos belgas, que atuavam na Amazônia com claras pretensões imperialistas desde

> 1895, entretanto, não foram alvos de qualquer contestação brasileira. Segundo Garcia (2005, p. 10), no oeste brasileiro, entre 1895 e 1910, "empresas e capitalistas belgas desenvolveram uma ação de envergadura, carregada de significados e consequências [...] procuraremos mostrar que existia uma pressão colonizadora que poderia surtir efeito a qualquer momento". Continua dizendo que "os belgas estavam se posicionando de forma a estarem no melhor lugar possível, para aproveitar uma eventual oportunidade para repetirem na América a sua experiência colonial na África"[395].

O outro caso se refere ao espaço onde atualmente fica o município de Belterra, no estado do Pará, mas que em

> 30 de setembro de 1927, a Assembleia Legislativa do Estado do Pará concede ao empresário norte-americano Henry Ford uma área de 14.568 km² para que o mesmo criasse uma empresa de látex aos moldes do capitalismo industrial. Esse objetivo era o mesmo do Bolivian Syndicate no início do século. A Fordilândia, como ficou conhecida a unidade produtiva, era, na verdade, uma verdadeira cidade, com habitações, hospitais e até cinema. No entanto, por vários motivos que são analisados por Grandin (2010), a 'cidade' não prosperou e suas portas foram 'fechadas' em 1945.[396]

Em suma, o discurso referente à cobiça pela Amazônia foi utilizado por alguns autores para cumprir objetivos específicos quando era conveniente, como foi o caso de Arthur Reis, que encontrou essa via para colocar a região no palco das discussões nacionais e principalmente para defender o desenvolvimento da Amazônia de acordo com a perspectiva capitalista.

A década na qual Arthur Reis escreveu seu mais famoso livro esteve marcada por opiniões divergentes relativas às medidas que deveriam ser aplicadas para desenvolver a Amazônia. Havia os defensores da participação estrangeira nesse processo e os que eram terminantemente contra, como era o seu caso. Aliás, essas discussões estavam em ebulição desde a década de 1940, devido à proposta de criação do Instituto Internacional da Hileia Amazônica (IIHA), apresentada pelo cientista brasileiro Paulo Estevão de Berrêdo Carneiro e adotada pela Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (Unesco) em 1946[397].

Esse assunto foi tema do penúltimo capítulo de *A&CI*, onde, mais uma vez, impelido pela "necessária isenção" diante dos fatos, o autor discorre sobre o processo de tentativa de criação e malogro do projeto IIHA, ocorrido entre 1946 e 1951. Nele, o autor expõe a

---

[395] CARNEIRO, 2014, p. 349.
[396] CARNEIRO, 2014, p. 354, grifos do autor.
[397] MAIO, Marcos Chor. A Unesco e o projeto de criação de um laboratório científico internacional na Amazônia. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 19, n. 53, p. 115-130, 2005.

discrepância entre um grupo que apoiava a criação do instituto, representado pelos professores Miguel Osório de Almeida, Olímpio da Fonseca e Carlos Chagas Filho, e outro, oposto, portanto, à criação de um instituto que abriria as portas da Amazônia à interferência estrangeira, representado pelo então deputado e ex-presidente da República Artur Bernardes.

Em linhas gerais, a proposta de um convênio entre Brasil, Bolívia, Colômbia, Equador, França, Grã-Bretanha, Países Baixos, Peru e Venezuela objetivava a criação de um instituto a fim de promover pesquisas na região amazônica no campo da botânica, da zoologia, da química, da geologia, da meteorologia e da antropologia, essa última devendo voltar o olhar, preferencialmente, à população indígena, sob o incentivo e a coordenação geral da Unesco. Após quatro reuniões de caráter internacional realizadas em Paris (novembro de 1946), Belém (agosto de 1947), Iquitos (abril de 1948) e Manaus, o projeto foi enviado ao Congresso Nacional recebendo parecer favorável da Comissão de Relações Exteriores. Todavia, segundo Arthur Reis, começaram a surgir na imprensa as primeiras oposições acusando o instituto de servir a

> [...] propósitos de dominação imperialista dos Estados Unidos, enquanto outros preferiam ver esse Instituto a serviço da Rússia comunista. Falava-se já numa internacionalização da Amazônia ou na sua partilha por várias nações fortes. Altos interesses da humanidade, que sofria fome e precisava de espaço para ocupar, ditariam essa política, que consideraria as fronteiras sem mais razão de ser, pois eram utopias do passado. A realidade presente impunha uma inteligência mais liberal ou mais de acordo com os tempos novos que viriam. Ora, a Amazônia poderia ser o grande campo a ser ocupado para solução daqueles problemas realmente angustiantes. Retalhada, ocupada por todos como terra de ninguém ou então dirigida pelo órgão a título de estudá-la para os interesses da ciência, seria utilizada nessa nova orientação. Tudo isso era real?[398]

Diante desse clima de incertezas, a Comissão de Segurança Nacional da Câmara emitiu um parecer solicitando o pronunciamento do Estado Maior das Forças Armadas. Este se posicionou favorável à criação do instituto por reconhecer a necessidade da ampliação de pesquisas na região amazônica e a inviabilidade de tal feito ser realizado por nações isoladas, além de ter sugerido várias alterações no projeto original visando à garantia da soberania nacional. Diante disso, o Itamarati obteve posicionamento favorável às modificações junto com os demais países interessados no convênio, fato que não diminuiu as desconfianças em torno desse projeto, culminando no arquivamento do processo em 1951. Reis atribui essa atitude da Câmara à "campanha de descrédito contra o órgão internacional"[399].

Artur Bernardes, que encampou a oposição à criação do IIHA, temia que em tal projeto estivesse embutida a intenção de internacionalização da Amazônia. Segundo

[398] REIS, 1965, p. 173.
[399] REIS, 1965, p. 179.

Bernardes, o uso mesmo da palavra "internacional" para compor o nome do instituto era um demonstrativo dos interesses estrangeiros pela região. De outro lado, Paulo Carneiro apresentava a defesa do projeto, afirmando que a denominação "internacional", presente no nome do instituto, por si só não significava a perda da Amazônia e, ademais, já havia sido comprovado que "a capacidade legal reconhecida ao Instituto pelos Estados membros nos respectivos territórios, é apenas a necessária para o exercício de suas funções, determinadas na Convenção. Nelas nada consta, ainda que remotamente se relacione à colonização estrangeira"[400].

Assim, após expor a opinião de ambos os lados envolvidos na controvérsia, Reis lança o questionamento: com quem a razão? Embora reconheça a incontestável credibilidade de Paulo Carneiro, Heloísa de Alberto Torres e Lineu de Albuquerque Melo, defensores do IIHA, "em torno de cujos nomes ninguém punha a menor dúvida"[401], o autor, de forma simplista e sem maiores fundamentações, assume o seu posicionamento:

> Ora, se decidiu sustar qualquer decisão é que ela [a Câmara] considerava o assunto na gravidade por que ele era proposto, *certamente sabendo de alguma coisa que não circulou mas que devia ter parecido ponderável. Realmente parece que assim foi.* Na Europa, o Convênio fora recebido como uma oportunidade para expansão de capitais e de população. *É essa a informação que temos*. Não se leu lá o diploma nos termos simples, nas objetivas científicas por que fora elaborado, mas nas entrelinhas, no que pudesse permitir a interpretação liberal e, na base dela, operar aquela inversão capitalista[402].

A única tentativa de fundamentação de Arthur Reis quanto ao posicionamento adotado diante do debate foi a publicação de um livro, *Let there be read*, de 1957, portanto seis anos após o arquivamento do processo de criação do IIHA, onde seu autor propunha que o projeto da hileia amazônica poderia ser uma solução para resolver o problema da fome, no qual também consta uma crítica à imposição de fronteiras nacionais em lugares que constituem uma unidade geográfica em que os recursos naturais deveriam ser explorados em benefício de todos.

Apesar da proposta de isenção na análise desse acirrado debate, Reis deixa mesmo explícito o tamanho de sua parcialidade quando o assunto era se posicionar contra qualquer tipo de asserção estrangeira em terras amazônicas, ainda que não possuísse argumentos suficientes para confirmar sua posição. Ao longo de todo o seu capítulo sobre o IIHA, esclarece que o acordo estava bem delimitado, impossibilitando "expressamente de suas

---

[400] CARNEIRO, Paulo. Ofício ao ministro Raul Fernandes. Jornal do Comércio. Rio de Janeiro, 09 de abril de 1949 apud REIS, Arthur Cézar Ferreira. *A Amazônia e a cobiça internacional*. 2. ed. Rio de Janeiro: Edinova, 1965. p. 181.
[401] REIS, 1965, p. 182.
[402] REIS, 1965, p. 182, grifos nossos.

finalidades qualquer forma de exploração econômica da região" e explicitando a necessidade de autorização para a realização de qualquer empreendimento dentro de cada Estado Membro[403]. Em dois momentos da narrativa, enaltece a conduta ilibada dos proponentes e defensores do projeto, entretanto, para fundamentar-se contrário a ele, utiliza termos imprecisos, como "parece que foi assim" ou "segundo as informações que temos", apresentando unicamente como ameaça à soberania nacional um livro publicado seis anos após a finalização do processo.

Em 1960, quando da publicação de *A&CI,* o IIHA já não representava mais uma ameaça em termos práticos, era um projeto engavetado. Mas os interesses estrangeiros pela região não estavam, na perspectiva do autor, de igual modo engavetados, pairava sempre um clima de conspiração. Da falência do projeto do IIHA nasceu a idealização de um instituto nacional com o fim de realizar pesquisas na região amazônica. A ideia vingou e o Inpa, vinculado ao recém-criado Conselho Nacional de Pesquisas (CNPq), foi criado em 1952. O Inpa, sediado em Manaus, nasceu tendo por "finalidade o estudo da geologia, da flora, da fauna, da antropologia e dos demais recursos naturais e das condições de vida da região amazônica, tendo em vista o bem-estar humano e os reclamos da cultura, da economia e da segurança nacional"[404].

Reis foi relator do projeto final de criação do Inpa, e posteriormente nomeado para ocupar a presidência do instituto, cargo no qual permaneceu de 19 de junho de 1956 a 31 de julho de 1958. Dois anos depois, publicava *A&CI*, portanto, entre outras coisas, a denúncia dos interesses estrangeiros na região era também uma prática de defesa do Inpa[405].

No encerramento do livro, Arthur Reis apresenta algumas questões com pretensão de serem perguntas retóricas:

> Há perigos rondando realmente a Amazônia? Depois do que aqui já foi registrado, poderá alguém duvidar do que pretendemos ter provado? No tocante ao passado, essas dúvidas não devem existir. No que diz respeito à atualidade, os perigos antevistos, propostos terão algum fundamento?[406]

Desta feita, trata-se do último capítulo, de título "A pressão dos interesses universais", no qual o autor retorna com a narrativa para o tempo presente, não deixando, entretanto, de realizar o entrelaçamento com o passado, ou de ir ao passado para referendar a ideia de contínua cobiça em torno da Amazônia. Tinha como objetivo principal afirmar que, diante de tudo que demonstrou, ao longo da história, em relação à situação de cobiça sofrida pela

[403] CARNEIRO, 1965, p. 178.
[404] MAIO, 2005, p. 123.
[405] Arthur Reis foi relator final do projeto de criação do INPA. Cf. RODRIGUES, 1981.
[406] REIS, 1965, p. 184.

região, em episódios que, do século XVII ao século XX, ameaçaram a região devido à cobiça de outros povos, os perigos eram reais também no presente. A narrativa segue uma linha de continuidade e, desse modo, a história provava que a Amazônia continuava a ser alvo de cobiça e, para defender essa posição, Reis utiliza três argumentos principais.

O primeiro é que, apesar da produção de sintéticos em laboratório em virtude do avanço da técnica, a procura por matérias-primas vegetais ainda eram de suma importância, sendo ingenuidade acreditar que as necessidades relativas aos produtos da natureza haviam diminuído. Como fator demonstrativo, faz referência a dados estatísticos publicados anualmente por órgãos internacionais em que se esclarece definitivamente que o "saque à natureza [...] nas regiões tropicais, continua a processar-se em ritmo que não diminui, antes avoluma, cresce, aumenta sensivelmente"[407]. Logo, o argumento de que esses itens, existentes em abundância na Amazônia, não motivariam mais a cobiça estrangeira pela região não teriam fundamentos suficientes para serem sustentados.

O segundo é o fato de que, com o aumento demográfico mundial, a demanda por alimentos crescia em ritmo acelerado e, com ela, a necessidade de ocupação de áreas pouco povoadas com vistas a suprir essa necessidade, pois "a história ensina que em todos os tempos os que sofrem de fome não medem meios para obter alimentos"[408]. A solução para esse problema seria aproveitar os imensos espaços em situação de vazio demográfico. Dentre esses "espaços abertos [...] que ainda não foram ocupados ou estão ocupados insatisfatoriamente"[409], encontra-se o mundo amazônico, o grande deserto – "como unidade continuada e de características uniformes, não há, em qualquer parte da terra, maior área desértica"[410] –, portanto, uma entre as demais áreas que "constitui verdadeiro convite à iniciativa, ao capital, às técnicas avançadas, à coragem e à decisão dos povos fortes [...]"[411].

E o terceiro: perdida a Ásia, os europeus lançaram suas expectativas em torno da África, que representava uma extensão do seu império político e econômico: "o Velho Mundo pretende que a humanidade negra lhe continue a servir na produção de matéria-prima"[412]. Entretanto, as políticas colonialistas das potências europeias estavam a sofrer o duro golpe das lutas por liberdade "dos povos de cor, que não se comportavam mais com aquela passividade

[407] REIS, 1965, p. 185.
[408] REIS, 1965, p. 192.
[409] REIS, 1965, p. 197.
[410] REIS, 1965, p. 198.
[411] REIS, 1965, p. 195.
[412] REIS, 1965, p. 200.

do passado"[413]. A Europa estava perdendo o seu fornecedor de matérias-primas, logo, iria tentar direcionar a expansão para outros rumos.

De um lado, o crescimento demográfico mundial ocasionando um cenário de fome, o colonialismo europeu e sua busca por matérias-primas vegetais, e, de outro, áreas gigantescas, ricas nessas mesmas matérias-primas vegetais e "que podem ser ocupadas e tornadas celeiros para pôr termo à fome universal"[414]. O alarmante quadro estava montado e, dentre essas áreas gigantescas, estava a Amazônia, de "acesso fácil pela via atlântica"[415]. Seria ela a solução? "Não pode haver dúvidas acerca do que representa a Amazônia nas suas possibilidades em matérias-primas vegetais e animais, e por que não dizer também minerais, em face do que vai sendo apurado"[416]. Acrescenta ainda o autor:

> Ora, a grande verdade é que o interesse sobre a Amazônia no exterior não se reduz a querer conhecê-la com espaço exótico ou de produção de alguma matéria-prima, complementar das que o Oriente e a África exportam. É um interesse muito mais vivo, que esconde outros propósitos, propósitos políticos, a que é preciso dar a devida consideração, pois significam perigo e exigem uma política capaz de impedir que se transforme em realidade muito amarga para o Brasil. A Amazônia está sendo considerada como espaço aberto ideal: a) para receber os excedentes populacionais das áreas que padecem devido aqueles excessos; b) para produzir os alimentos de que carecem aquelas multidões fustigadas pela fome inclemente e mortífera; c) para produzir a matéria-prima vegetal, animal e mineral de que carecem os grandes parques industriais do mundo[417].

Dessa forma, não restaria dúvida de que a Amazônia é uma área de cobiça no presente, assim como o foi no passado e, portanto, ao poder público cabia "abandonar o estado contemplativo" no qual estava mergulhado e tomar medidas severas para proteger a região dos olhares estrangeiros.

O autor lembra ainda que atender aos interesses da humanidade sempre foi argumento utilizado por aqueles que pretenderam subjugar outros povos. Valeram-se deles os primeiros colonizadores e também os norte-americanos; "quando procuraram forçar o Brasil à abertura do rio ao comércio internacional, falavam a linguagem desses interesses coletivos"[418]. Essa afirmativa deve-se ao fato de que os que pretenderam criar instituições de pesquisas, como o Instituto Internacional da Hileia, também se ancoravam no argumento de trabalharem em favor da coletividade, visando ao bem da humanidade. A mensagem estava dada: estão querendo fazer agora o que foi pretendido no passado, tomar a Amazônia alegando ser em proveito da coletividade.

---

[413] REIS, 1965, p. 198.
[414] REIS, 1965, p. 204.
[415] REIS, 1965, p. 204.
[416] REIS, 1965, p. 205.
[417] REIS, 1965, p. 207.
[418] REIS, 1965, p. 204.

2.3 A autoridade da história e os usos políticos do passado

> La presencia del ausente, la totalidad y la continuidad temporal: tres de los imaginarios más persistentes sobre el archivo. Los tres atravesados por la noción de autoridad[419].

"O arquivo é um espaço de poder", "não há dados sem seleção prévia", "não há nada transparente na seleção de fontes". Como lembra Mário Rufer, não raro frases como essas constam nos trabalhos de cunho histórico, sociológico ou antropológico. Entretanto, contraditória e comumente, se continua a praticar a escrita da história pautada na noção de arquivo como um fetiche de autoridade, sendo ainda insuficientes as reflexões epistemológicas sobre as produções das evidências que sustentam o trabalho do historiador[420].

Se, em pleno século XXI, essa temática ainda é uma questão para os produtores e receptores do discurso historiográfico, muito mais o era em meados do século passado, quando foi publicado o famoso livro de Arthur Reis. Não invariavelmente, *A&CI* era apresentado como portador da verdade por ter sido baseado num trabalho de consulta aos arquivos. Essa ideia se assentava na crença de que o documento, como uma pegada deixada pelo tempo, possibilitava ao historiador refazer o original, e a totalidade da história era o horizonte a ser alcançado[421].

Em *A&CI* essa questão pode ser evidenciada em diversas passagens, a começar pela afirmação na apresentação da primeira edição:

> O livro, dentro de *seu rigoroso cunho histórico*, das revelações que proporciona *à luz de documentos pacientemente compulsados nos arquivos*, foi escrito para despertar a consciência da nação no que respeita a Amazônia. [O autor] examina com a *erudição de historiógrafo que sabe 'ver' o documento, analisar o seu conteúdo sem impactos emocionais que os desfigurem* [...][422].

E é também na introdução da primeira edição que o próprio autor declara: "Este livro não foi escrito sob qualquer preocupação de fazer escândalo, mas com a intenção serena de despertar o Brasil para o grave problema que a região apresenta. O que aqui se diz é fruto de *pesquisa demorada* e de *análise fria*"[423]. A introdução do texto é permeada por justificativas que evidenciam a necessidade do autor de reiterar por diversas vezes que sua pesquisa estava

---

[419] RUFER, Mario. El archivo: de la metáfora extractiva a la ruptura poscolonial. *In*: GORBACH, Frida; RUFER, Mario (org). *(In)Disciplinar la investigación: archivo, trabajo de campo y escritura*. Buenos Aires: Siglo Vinteuno Editores, 2016. p. 161.
[420] RUFER, 2016, p. 160.
[421] RUFER, 2016, p. 163.
[422] REIS, 1960, solapa do livro, grifo nosso.
[423] REIS, 1965, p. 2, grifo nosso.

ancorada em farta documentação – sinônimo de objetividade e imparcialidade e, portanto, de verdade.

Ao lançar a afirmativa de que a Amazônia era "disputada desde há quatro séculos", segue-se a justificativa: "Quando a indicamos como disputada, estamos a propô-la *em sua história exata*"[424]. E acrescenta: "Não servimos a ideologias de qualquer espécie. Não somos a favor ou contra este ou aquele. Servimos ao Brasil"[425]. Ou ainda: "Neste livro não se faz a exaltação da Amazônia, como não se lhe faz a negação. *Não tomamos partido*. Propomos as nossas dúvidas, *indicando a região num realismo cru*, na base do que se pode registrar"[426]. E finaliza: "Neste livro, [...] [passamos] pela *experiência do passado*, que não deve nem pode ser desprezado"[427].

Como pode ser verificado, há uma exagerada recorrência de afirmativas do autor que visam demonstrar objetividade e imparcialidade. Essa prática encontrou eco nos comentadores da obra ao longo do tempo e na imprensa. Assim o *Diário de Notícias*, em 16 de outubro de 1960, anunciou *A&CI* aos seus leitores:

> A 'Amazônia e a cobiça internacional' é um trabalho eminentemente expositivo, com o apoio em *vasta documentação*. Não possui tom polêmico e seu grande objetivo é alertar o Brasil a cumprir o que lhe incumbe, isto é, lançar-se com afã e determinação ao estudo e à utilização dos recursos daquela área imensa e despovoada num mundo em que se agrava dia a dia o problema de áreas superpovoadas e famintas[428].

No mesmo ano e mantendo o mesmo tom, divulgou o *Correio da Manhã* em 13 de dezembro: "Escritor e professor de brilhante nomeada, Arthur Reis estará, hoje [...] autografando [...] o seu novo livro – profundo e *documentado* estudo elaborado com o objetivo de despertar a consciência brasileira sobre o problema da Amazônia em face do interesse universal"[429].

O Jornal, na mesma senda, porém aproveitando para abordar o viés do imperialismo, que afirmava ser um assunto da maior atualidade, anunciou a publicação de *A&CI* [430] como um livro que trazia

---

[424] REIS, 1965, p. 2.
[425] REIS, 1965, p. 2.
[426] REIS, 1965, p. 6.
[427] REIS, 1965, p. 7.
[428] LIMA, Raul. A Amazônia e a cobiça internacional. *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, 16 out. 1960. Suplemento literário, p. 3. Grifo nosso.
[429] O PROFESSOR e escritor Arthur Cezar Ferreira Reis autografa hoje, na Livraria São José, o seu novo livro "A Amazônia e a cobiça internacional". Rio de Janeiro. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 13 dez. 1960. Primeiro caderno, p. 14. Grifo nosso.
[430] Junto com *A&CI*, *O Jornal* também divulgou a publicação de *Plácido de Castro: um caudilho contra o imperialismo* e *Imperialismo e angústia*, ambos de Cláudio de Araújo Lima. O jornal sugeria, assim, que essa tríade possibilitava uma visão radiográfica do imperialismo.

> um estudo em profundidade dos problemas amazônicos e, em particular, do apetite que aquela imensa área do território nacional desperta. *Com base em copiosa documentação*, *citando fatos, referindo episódios sem deixar de citar as fontes onde colheu elementos informativos*, o autor traça a crônica angustiante do que tem sido a ronda do imperialismo em torno da Amazônia[431].

No *Jornal do Brasil*, em 1965, num texto sobre *A&CI*, Barbosa Lima Sobrinho, após realizar um apanhado das principais obras de Reis, conclui que se tratava de "obra de meditação e pesquisa *com demorada permanência nos arquivos e escrupuloso cotejo de provas e documentos*". E foi ainda mais enfático ao afirmar que "na formação espiritual de Arthur Reis *o que predomina é o cientista, com a sua objetividade, com a obsessão da comprovação e da verificação.* Pesa e repesa palavras para evitar extravios, que lhe apareceriam como pecados contra a Ciência"[432].

O *Correio da Manhã* de 1968, em texto de Lincoln Brum, que discorre sobre um extenso relatório publicado pelo Ministério do Interior sobre a situação da Amazônia, também corrobora a mesma perspectiva da pesquisa de Reis, que seria amplamente baseada em documentos:

> [...] não podemos ignorar as ameaças que a soberania brasileira tem sofrido quanto à Amazônia. O professor Arthur Cezar Ferreira Reis, em seu livro A Amazônia e a Cobiça Internacional, apresenta uma *enorme documentação*, *com a qual demonstra o interesse de países fortes pela Amazônia no correr dos tempos*[433].

Amilcar Alencastre também ressaltou os documentos utilizados para compor o livro como fator legitimador da temática em questão: "Em Amazônia e a cobiça internacional, sem dúvida a sua obra mais conhecida, *a cultura do historiador* se alia à coragem do cidadão numa denúncia energética e com argumentação tão lúcida quão *documentada* dos perigos que pesam sobre a região amazônica [...]"[434].

A contracapa da terceira edição também é enfática: "é um livro em que a História e a Sociologia Política explicam como e porque a Amazônia, através dos tempos, motiva o interesse ou a cobiça de gentes e países". Tal situação se repete nas palavras de Leandro Tocantins, que ocupam a contracapa da quarta e quinta edições do livro: "Este, precisamente, o segredo do saber, da visão, da profundidade cultural em Arthur Reis: o conhecimento amplo, metódico, direi mesmo beneditino, das ricas documentações que revelam o passado brasileiro, em especial o amazônico".

---

[431] RADIOGRAFIA do imperialismo. *O Jornal*, Rio de Janeiro, p. 6, 15 out. 1960. Grifo nosso.
[432] LIMA SOBRINHO, Barbosa. O publicista, o governador e a Amazônia. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 23 maio 1965. Primeiro caderno, p. 6. Grifo nosso.
[433] BRUM, Lincoln. Amazônia é cobiça de todos. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 7 jul. 1968. Primeiro caderno, p. 18. Grifo nosso.
[434] REIS, 1972b, grifo nosso. Solapa do livro.

Anos depois, em 1993, afirmou Carlos Araújo Lima sobre Arthur Reis: "Quem soube e pôde enfrentar com genial bravura e *incontestável documentação* a pressão colonizadora e internacional, como o autor de Amazônia e a cobiça internacional fez, frustrando as torpes e imorais tentativas contra o Brasil"[435].

Recentemente, Adriana Silva, em dissertação de mestrado defendida na Universidade Federal de Roraima, reproduziu a mesma concepção com relação à documentação utilizada como fator legitimador das propostas de Arthur Reis:

> E é o que vemos em sua obra, no capítulo 'Ingleses, irlandeses e holandeses tentam a primeira sortida', *a confirmação através dos documentos* por ele relatado em seu livro e que nos mostra como os interesses das nações estrangeiras eram evidentes diante da riqueza que a região oferecia à humanidade. *Esses registros servem para nos alertar o quanto a Amazônia foi, desde sempre, cobiçada por forças estrangeiras*, e Arthur Reis traz em seu livro essas *evidências* com uma *prova* de que a região sempre esteve sob ameaça de cobiça estrangeira.[436]

Quem ler Arthur Reis não terá dúvida de que a noção de documento que opera em sua concepção de história é a de documento como prova, como sinônimo de cientificidade, na concepção historiográfica que se fez presentes, predominantemente, nos trabalhos de historiadores do século XIX. Entretanto, a preocupação do autor em frisar diversas vezes o possível teor imparcial e objetivo de seu trabalho, seguido por seus divulgadores e admiradores, tinha menos a intenção de registrar seu procedimento metodológico do que de buscar legitimidade para um tema tão controverso quanto o da internacionalização da Amazônia. Arthur Reis necessitava de autorizar seu texto, qualificando-o como produto da ciência e, portanto, de afirmar que falava em nome do real.

Como lembra Michel de Certeau ao analisar a questão da ficção e da ciência na literatura historiográfica,

> A narrativa que *fala em nome do real* é imperativa; ela "faz conhecer", à maneira como se dá uma ordem. [...] *ela consiste em ditar, o interminavelmente, em nome do "real", o que deve ser dito, o que se deve crer e o que dever ser feito. [...] ao enunciar o que se deve pensar e fazer esse discurso dogmático não tem necessidade de se justificar porque fala em nome do real.* [...] As vozes charmosas da narração transformam, deslocam e regulam o espaço social; *elas exercem um imenso poder* que, por sua vez, escapa ao controle por se apresentar como a *verdadeira* representação do que se passa ou do que se passou. [...] ao pretender relatar o real, *ela o fabrica*. Ela é performática. Ela torna crível o que diz e faz agir por essa razão. [...] A narração do historiador desvaloriza ou privilegia práticas, exagera a dimensão

---

[435] Trata-se de um recorte de jornal cujo texto é de autoria de Carlos Araújo Lima. O documento está no acervo da Biblioteca Arthur Reis. Grifo nosso.

[436] SILVA, Adriana Conceição dos Santos da Silva. *A inserção do autor Arthur Reis e sua obra A Amazônia e a cobiça internacional na imprensa carioca*. 2017. p. 27. Dissertação (Mestrado em História e Estudos Culturais) – Universidade Federal de Rondônia, Porto Velho, 2017. Grifo nosso.

> dos conflitos, inflama nacionalismos ou racismos, organiza ou desencadeia comportamentos[437].

Arthur Reis via uma Amazônia cobiçada por estrangeiros e que, por isso, demandava a presença do Estado para evitar a perda da região? Ou uma região que estava esquecida pelo poder central e que só teria chances de ter sua condição modificada se esse mesmo poder fosse impactado com a iminência de perda desta?

Ainda que se considere a primeira questão como a mais aceitável na análise dos propósitos de Arthur Reis, é importante notar que não seria o suficiente para a opinião pública que ele denunciasse no seu livro apenas a cobiça pela região que ele imaginava estar ocorrendo no presente. Era necessário recorrer à história, ela tinha o poder de fazer crer, visto que, ao se ancorar em documentos, estava, naturalmente, investido de autoridade.

No entanto, há um distanciamento entre o que Reis se propôs a fazer e o que realmente fez. Na teoria, ele afirmava estar assentado numa escrita da história objetiva, mas, na prática, o que se verificou foi um autor adentrando a "floresta do passado" carregado de ideias preconcebidas. Apesar de ter afirmado que *A&CI* não servia a nenhuma ideologia, com isso querendo dizer que não servia aos interesses do Estado, provavelmente sua insistente afirmação de que a Amazônia estava na iminência de ser tomada por nações estrangeiras e a repercussão que essa denúncia obteve por meio da mídia, foram motivadores para a investida do governo militar implantado com a ditadura de 1964, na região, conforme apresenta o próximo capítulo desta tese.

A voz de Arthur Reis teve ressonância e alçou lograr credibilidade como a voz daquele que trazia em si a validade do discurso histórico-científico. Se ele tivesse se colocado apenas como um analista das questões contemporâneas acerca da Amazônia, certamente não teria a mesma repercussão.

Essa concepção de história que dava primazia aos documentos, principalmente aos documentos escritos, estava plenamente de acordo com a escrita da história praticada pelos historiadores do IHGB, instituição da qual Arthur Reis fazia parte. Segundo Rodrigo Turin, a sinceridade, a cientificidade e a utilidade são os três *topoi* característicos da historiografia brasileira oitocentista, que também marcaram a escrita da história do século seguinte, portanto, o século de Arthur Reis, ainda que com algumas alterações[438].

---

[437] CERTEAU, Michel de. *História e psicanálise*: entre ciência e ficção. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2012. p. 53. Grifos nossos.

[438] TURIN, Rodrigo. Uma nobre, difícil e útil empresa: o ethos do historiador oitocentista. *História da Historiografia*, Mariana, v. 2, n. 2, p. 12-28, mar. 2009.

Assim, "o sentimento pátrio, o domínio técnico-científico e a pertinência do produto em relação ao seu uso", que eram intrínsecos à prática historiográfica da maioria dos historiadores vinculados ao IHGB, também se fizeram presentes na narrativa de Reis. Nesse aspecto, ele mantinha coerência com a prática que marcava a sua rede de sociabilidades.

Para Turin, a *sinceridade* implica o compromisso do historiador em "prestar um verdadeiro serviço à sua pátria". Nesse sentido, o autor retoma Karl Friederich von Martius, que, na sua famosa monografia, *Como se deve escrever a história do Brasil (1844),* ressaltou a importância do "engajamento do historiador e sua sinceridade em relação ao fim para o qual escreve".

Dessa perspectiva, um trabalho que se pretendesse de cunho historiográfico deveria "ter igualmente a tendência de despertar e reanimar em seus leitores brasileiros o amor da pátria, a coragem, a constância, a indústria, a fidelidade, a prudência, em uma palavra, todas as virtudes cívicas"[439]. Para isso, o "historiador, mais que um erudito, apresenta-se como um poeta, como aquele a quem cabe cantar e ordenar a memória da coletividade nacional"[440]. A história escrita, como queria Martius, deveria "satisfazer não menos ao coração que à inteligência" [441].

Pelo que se viu no capítulo anterior, não há dúvida de que o trabalho de Reis exerceu esse papel de provocar em muitos o amor à pátria. Seu livro conclamava todos a olharem para a Amazônia, formando uma consciência nacional quanto à necessidade de integrá-la economicamente ao Brasil.

A sinceridade deveria estar acompanhada do *domínio científico*. Como lembra Turin, o historiador-cientista priorizaria a crítica erudita dos documentos, que, ao "contrário de chocar-se com a afetividade implicada no furor patriótico, mostraria-se antes um meio de reforçar o produto". Atitude mais do que valorizada em Arthur Reis e reproduzida pelos seus comentadores.

Por último, há a necessidade de a narrativa servir à *utilidade.* Da perspectiva da escrita da história praticada nos oitocentos, da qual Arthur Reis foi herdeiro,

> A escrita da história tinha um forte caráter pedagógico. "A história é uma mestra, não somente do futuro, como também do presente", diz Martius, resgatando o antigo topos ciceroniano da historia magistra vitae (MARTIUS 1844, 401). Ela é um saber que incita o sentimento de nacionalismo, instruindo ao mesmo tempo acerca das

[439] MARTIUS, Karl Friederich von apud TURIN, 2009, p. 16.
[440] TURIN, 2009, p. 17.
[441] MARTIUS, Karl Friederich von apud TURIN, 2009, p. 16.

> ações que os governantes devem realizar. Disso, resulta a necessidade de o historiador nunca perder de vista a dimensão pragmática de sua narrativa[442].

Nesse aspecto, a escrita da história de Arthur Reis é herdeira dessas características que formaram o esteio sobre o qual se assentou a escrita dos historiadores vinculados ao IHGB no século XIX, mas que não se restringiu só àquele século. Como destaca Turin, os três *topoi* mencionados como integrantes da narrativa historiográfica sobreviveram àquele período, ainda que com algumas rupturas. Uma delas foi a autonomia sob a qual o historiador pretendia assentar seu discurso. Se, num primeiro momento, como na escrita de Franciso Adolfo de Varnhagen, o historiador liga seu discurso ao Estado, num segundo momento, como no trabalho de Silvio Romero, ele ancora sua estratégia discursiva no povo. Conforme Turin, "esse historiador-cidadão não submete seu juízo a nenhuma outra instância que não a humanidade, ou, no caso de Romero, o povo. O enunciado se quer livre e autônomo"[443].

No discurso de Arthur Reis também é possível notar essa ruptura. Sua narrativa se pretendia independente, autônoma. Como visto, ele declarou na introdução já da primeira edição de *A&CI* que não servia a ideologias de qualquer espécie. Apesar de ter assumido cargos públicos no Governo Vargas, e depois no Governo Castelo Branco, pretendia-se autor de um discurso livre, que não pretendia servir ao Estado. Por isso, em alguns aspectos, não receou criticar o Governo Federal, que não havia ainda cumprido com seu papel de olhar para a Amazônia, e que mesmo quando criava instituições para realizar pesquisas na região, não destinava a elas os recursos necessários. Foi esse autor que se quis autônomo, o pivô de um debate nacional que incitou a imprensa contra a tentativa do Governo Castelo Branco de criar uma fundação que, supostamente, teria o objetivo de internacionalizar a Amazônia[444]. Entretanto, diferentemente de Silvio Romero, que ligava seu discurso ao povo, o discurso de Arthur Reis era destinado à elite.

Também é importante ressaltar que Arthur Reis era bem relacionado com a impressa nacional; os jornais de maior circulação do país foram o palco por meio do qual suas ideias obtiveram grande repercussão. Como já afirmado, a divulgação de *AC&I* foi feita no *Correio da Manhã*, dois anos antes de a obra ser publicada. Lá, Arthur Reis, após deixar os dois importantes cargos públicos que ocupou em prol da Amazônia, insatisfeito com os resultados das políticas estatais para a região, já manifesta um discurso autônomo, pois que se colocava como crítico às insuficientes ações do Governo Federal naquela área. A obra assumiu a incumbência de denunciar o descaso do Estado para com a região.

---

[442] TURIN, 2009, p. 19.
[443] TURIN, 2009, p. 22.
[444] A tentativa de criação da fundação é discutida no terceiro capítulo desta tese.

Ainda no que tange ao terceiro *topoi*, a *utilidade da história*, de agora por diante se verá, como na segunda parte das reflexões aqui propostas, que o próprio Arthur Reis comemorou o fato de seu discurso ter cumprido esse objetivo. *A&CI* havia atuado no sentido de formar uma consciência nacional acerca da Amazônia.

Em 9 de março de 1965, o jornal *A Última Hora* trouxe o tema da internacionalização da Amazônia, afirmando que a cobiça era um projeto antigo. A matéria foi baseada na conferência que Arthur Reis havia realizado na Confederação Nacional do Comércio em 19 de março de 1964, portanto "antes de se tornar 'revolucionário'"[445]. Naquela ocasião, Reis havia destacado o interesse dos Estados Unidos pela região no passado, referindo-se aos anseios americanos pela abertura do rio Amazonas à navegação. Entre outras coisas, destacou:

> [...] Se o Brasil não se convencer de que na Amazônia há um problema sério a exigir sua atuação equilibrada, enérgica, intensa, continuada, objetiva, um dia poderá ter o desprazer de saber que a Amazônia não lhe pertence mais. É preciso que se crie uma consciência brasileira sobre a Amazônia, impõe-se que o Brasil sinta a gravidade do problema[446].

Nessa matéria não consta ainda a certeza que viria a permear o discurso de Reis posteriormente, quanto a um despertamento da consciência nacional sobre a Amazônia. Ao que tudo indica, a notoriedade de Reis para a opinião pública foi potencializada após a denúncia que fez à imprensa da tentativa de instalação da fundação que pretendia estudar os trópicos, em maio de 1965, discutida no próximo capítulo.

Da segunda edição em diante, publicada em agosto de 1965, *A&CI* passa a vir acompanhado de prefácio onde ficou registrado um crescente grau de contentamento do autor com os resultados do livro, principalmente em relação à formação da consciência nacional "em torno do grave problema do exercício efetivo da centenária soberania brasileira sobre o grande espaço amazônico"[447]. De acordo com Reis, ao reconhecer a necessidade de desenvolver a Amazônia, o país estava a manifestar "um alto sentimento de brasilidade [...] uma consciência sobre os problemas que nos angustiam e estão a exigir a solução exata e profunda ...". Soluções essas que começavam a surgir, como as anunciadas pelo ministro dos Organismos Regionais no seu pronunciamento de abertura na *Reunião dos embaixadores brasileiros nos países*

---

[445] O termo Revolução foi à época, utilizado pelos seus adeptos e, hoje devidamente debatido pela historiografia recente É importante destacar, portanto, que não se tratou de uma revolução, mas sim de um golpe militar responsável por implantar a ditadura no país.

[446] AMAZÔNIA: surpresa será "desagradável". *Última Hora*, Rio de Janeiro, p. 3, 9 mar. 1965c.

[447] REIS, 1965.

amazônicos promovida pelo Ministério das Relações Exteriores em Manaus, em 1967[448]. O jornal *Correio da Manhã* elencou essas medidas, que nas palavras do ministro eram:

> a) povoar racionalmente a Amazônia; b) colonizá-la a base de correntes migratórias internas espontâneas ou conduzidas e assistidas; c) fortalecê-la economicamente através do apoio dirigido a seus atuais pólos naturais de desenvolvimento econômico e de concentração humana; e vivificar, através de medidas práticas e inteligentes, as suas imensas e desguarnecidas faixas fronteiriças com os países amigos da Amazônia brasileira [...] o alcance maior do empreendimento é o de assegurar uma verdadeira integração nacional [...] A Amazônia é o desafio que o Governo e o empresariado particular – agrícola e industrial – resolveram enfrentar com seriedade e obstinação. Estamos agora nessa luta[449].

Na mesma matéria, o *Correio da Manhã* ressaltou a opinião de Arthur Reis, então governador do Amazonas e participante da reunião, para quem, até o momento, já havia uma política do país direcionada ao Prata. Era chegada a hora, entretanto, de dar início a uma política direcionada à região amazônica,

> de que as medidas mais recentes do atual governo da República, sob a denominação de 'Operação Amazônica', são o suporte inicial [...] A Amazônia será prova de maturidade do Brasil. Ou a ocupamos, integrando-a, ou a perderemos, servindo aos interesses da humanidade. *Há hoje uma consciência brasileira em torno da nova problemática, que constitui a parte mais grave da problemática brasileira.* As forças armadas na sua tríade de terra, mar e ar, já se deram conta do que representa e da urgência das soluções. Atuam com energia, precisão e objetividade, que não é apenas o que importa em preservação de soberania por métodos guerreiros, mas, e muito mais, é preciso proclamar, em ação de paz, contribuindo para a integração.[450]

Até então, o autor, ainda um tanto modesto, apenas ressalta o surgimento dessa consciência nacional, mas não a associa ao seu trabalho. Todavia, a partir da terceira edição, de 1968, passa a ser mais enfático, ligando a formação dessa consciência nacional diretamente ao resultado do seu trabalho:

> Sai este livro em terceira edição. É *que falou à consciência brasileira*, numa hora em que a problemática amazônica estava sendo entendida em termos de que não podíamos enfrentá-la e resolvê-la sem a contribuição, a generosidade, sempre suspeita, de outros povos mais fortes, desenvolvidos, progressistas e dominadores. Entendida, portanto, num tom desnacionalizante**...** Nesta terceira edição [...] incorporamos outro [capítulo], que atualiza os objetivos da obra com os fatos mais imediatos, que não podiam ser ignorados pelo que refletem comprovando que aquele interesse e aqueles desejos materiais não estão contidos, mas que *já se criou* o necessário e mais imediato, ou seja, *um estado de alerta na opinião pública* nacional. ***Esse o grande êxito que alcançamos*** *e nos vale como uma página admirável de felicidade. O Brasil, afinal, abriu os olhos e passou a ver a Amazônia no realismo por que já devia ter visto, no que ela representou e pode e vai representar na maioridade total de nossa pátria.* [451]

---

[448] Essa reunião ocorreu em Manaus, de 12 a 17 de janeiro de 1967, e, segundo o *Correio da Manhã,* visava propor soluções para a problemática amazônica. Cf. EMBAIXADORES reunidos na Amazônia. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 12 jan. 1967. Primeiro caderno, p. 12.

[449] HILEIA: desafio será enfrentado. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 13 jan. 1967. Primeiro caderno, p. 12.

[450] HILEIA..., 1967, p. 12, grifo nosso.

[451] REIS, 1968, p. 9, grifos nossos.

Essa mesma satisfação foi reafirmada em carta enviada a um amigo em 1968, portanto no mesmo ano da publicação da terceira edição:

> Quando denunciei em livro, em conferências, em pronunciamentos pela imprensa, rádio e televisão o que tudo isso representava face os perigos que todos hoje concordam que são reais, inclusive o poder público federal, como se vê de continuadas declarações dos mais responsáveis por aquele poder, fui tido e havido como um visionário. Afirmou-se que eu enxergava sombras onde elas não existiam. Nada ocorreria que justificasse as minhas palavras. *Sinto-me profundamente feliz hoje com as conclusões, a que todos chegam, de que eu estava certo*. Os perigos existem e o Brasil tem o dever nacional de preservar-se através de uma operação na Amazônia que lhe pertence com rapidez e firmeza.[452]

Em 3 de julho de 1968, *O Jornal* registrou o discurso de Arthur Reis na Casa do Estudante Brasileiro, no Rio de Janeiro, como parte da programação do II Fórum da Amazônia, sintetizando bem o espírito de satisfação do nosso autor, a começar pelo título da matéria – "Reis exalta a consciência nacional sobre a Amazônia" –, em que o jornal assinala a repulsa do autor à instalação da "Fundação de Pesquisas Tropicais, que a Academia de Ciências de Washington pretendia estabelecer na Amazônia". E prossegue:

> Disse ainda o senhor Arthur Reis que: outros fatos de agora, que estão sendo investigados pelas autoridades federais, e são hoje objeto de atenção do Parlamento, podem constituir uma lição a meditar-se, porque a vista dos fatos tão graves como os que se estão constatando, e as denúncias que temos feito, *uma consciência brasileira começou realmente a elaborar-se*, certa de que a Amazônia precisa do esforço nacional e da ação da iniciativa privada e da iniciativa oficial para integrar-se, sem novos receios, no contexto brasileiro. A integridade da nossa Amazônia é tarefa a que ninguém pode fugir. Os projetos de sua absorção, por outros povos ou organizações internacionais, não podem deixar de merecer a nossa repulsa veemente. São projetos atrevidos, que nos ferem em nossa natureza como povo que sabe tomar as suas decisões nos momentos oportunos, sendo desnecessárias as interferências alienígenas que não solicitamos e nem servem aos nossos objetivos.[453]

Em 25 de agosto do mesmo ano, ainda em *O Jornal*, fechando uma reportagem sobre a publicação do livro de Leandro Tocantins, o autor afirmou:

> Estive há pouco na Amazônia onde presenciei a ação do Governo Federal que lá se instalou durante uma semana. Ouvi desde o Presidente da República a Ministros de Estado. Governadores, parlamentares, constantes referências à imediata integração regional no complexo sócio-econômico brasileiro. Nenhum deles procurou disfarçar os perigos que defrontamos se o país prosseguisse na atitude meditativa em relação ao futuro da Amazônia. Esses pronunciamentos oficiais ratificam a tese já antiga, de dez anos, do professor Arthur Cezar Ferreira Reis, que, na realidade, foi quem lançou as verdadeiras dimensões da problemática amazônica em seus condicionamentos universais, em seu livro A Amazônia e a cobiça internacional e de sua notável atuação como governador do Amazonas[454].

---

[452] REIS, Arthur Cezar Ferreira. [*Correspondência*]. Destinatário: João Walter. Rio de Janeiro, 2 set. 1968d. Disponível no acervo de correspondências da Biblioteca Arthur Reis.

[453] REIS exalta a consciência nacional sobre a Amazônia. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 3 jul. 1968. Suplemento de poupança e investimento, primeiro caderno, p. 6. Grifo nosso.

[454] O AUTOR e o livro: Leandro Tocantins. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 25 ago. 1968. Terceiro caderno, p. 2.

Para Genival Rabelo, *A&CI* constituía leitura obrigatória, "[...] sobretudo pela oportunidade e força das denúncias sobre a magnitude dos riscos a que está sujeita nossa Hileia, face a secular e sempre crescente cobiça internacional"[455]. Rabelo destaca ainda que, após o lançamento de *A&CI*, em 1960, Arthur Reis passou a se mostrar cada vez mais preocupado com o problema e vinha se desdobrando, "fazendo conferências, escrevendo artigos para a imprensa, alertando, enfim, a opinião púbica, num incontido afã patriótico e altamente louvável de sensibilizar as autoridades [...][456]".

O objetivo havia sido alcançado, o Governo Federal estava olhando para a Amazônia, anunciando medidas para o encaminhamento de soluções. Afirma Rabelo: "Ferreira Reis sente que seu esforço começa a frutificar [...] Reconhece [...] que a tese hoje está vitoriosa[457]". Ratificando a ideia, ele prossegue:

> De fato, dias atrás tive a oportunidade de conversar demoradamente com o Ministro Albuquerque Lima. Ele se mostrava entusiasmado com o resultado da estada do Governo na Amazônia. Sobretudo, com a tomada geral de consciência em torno dos problemas da região e da necessidade e disposição dos principais ministros para encontrar prontas soluções. [...] Conquanto a Amazônia esteja na ordem do dia, afirma Ferreira Reis que 'nunca é demais insistir, mantendo o fogo sagrado da ideia do perigo e da agressão'[458].

Rabelo conclui anunciando uma palestra de Reis em que ele iria falar sobre a temática, a ser realizada no dia da publicação da matéria, ou seja, dia 27 de agosto de 1968, momento no qual iria receber da Codiplan "justa homenagem pelo trabalho que fez em favor da Amazônia[459]". Era o coroamento pelo sucesso do seu trabalho, pois já havia uma consciência brasileira em torno do que significava a Amazônia.

O prefácio à quarta edição, saída em 1972, é especialmente interessante, porque, além de tratar da questão da consciência nacional acerca da Amazônia, apresenta pontos importantes dos objetivos do autor que não haviam sido tão veementemente explicitados nas edições anteriores:

> A quarta edição deste livro circula justamente no momento em que a Amazônia, mobilizando Governo e povo, passa a constituir a grande preocupação do Brasil, agora perfeitamente consciente do que a região representa para sua maturidade, o que significa sua potencialidade. [...] Alcancei, por fim, os objetivos de todo o longo e penoso esforço que despendi, sob a negação de muitos, a dúvida de alguns e a compreensão de poucos, para que a nação se apercebesse do perigo e de obrigações. Os perigos ante o interesse suspeito de outros povos, que não escondiam propósitos contrários à nossa integridade. As obrigações eram aquelas que decorriam,

---

[455] RABELO, Genival. A Amazônia e a cobiça internacional. *Tribuna da Imprensa*, Rio de Janeiro, p. 4, 27 ago. 1968.
[456] RABELO, 1968, p. 4.
[457] RABELO, 1968, p. 4.
[458] RABELO, 1968, p. 4, grifo do autor.
[459] RABELO, 1968, p. 4.

> constatados os perigos, e mesmo que eles não ocorressem, do imperativo de possuir em profundidade, e não apenas na superfície, aquele trecho da pátria essencial à sua predestinação de país fadado aos grandes lances da civilização[460].

Vê-se que os objetivos do autor estavam circunscritos não a uma compreensão pelos brasileiros do passado da Amazônia, mas sim a que esse passado fosse mobilizado com a finalidade de que o país se tornasse consciente do perigo ao qual a região estava exposta e, consequentemente, admitisse suas obrigações para com ela. "E mesmo que os perigos não existissem", o mais importante seria possuir a região e inseri-la no processo de desenvolvimento. Pela primeira vez o autor explicita que sua preocupação não era exatamente com os perigos, mas com o desenvolvimento da região.

> Este livro valeu como denúncia. Expressou meu temor e meu apelo. Não era uma agressão, insisto, mas um chamamento à razão. O Brasil, como sucessor de Portugal, criara no Extremo Norte uma de suas fronteiras mais amplas*, fronteira política que deveria transformar em fronteira econômica, humana, cultural.* É o que ocorre, agora, com a série de medidas objetivas, que falam ao coração de todos os brasileiros, pondo fim à teimosa e impertinente reserva, ou dúvida, dos que não nos consideravam capazes de uma façanha como a que estamos principiando. [...][461].

Arthur Reis revela de forma contundente quais eram suas aspirações quando escreveu o livro em 1960: o desenvolvimento da Amazônia, essa foi a motivação principal para a obra de cunho historiográfico, mas acompanhada das inquietações presentes do autor, como foi visto no capítulo anterior. Ele nunca escondeu nem tentou minimizar sua preocupação com a Amazônia e a defesa em prol do desenvolvimento da região. Entretanto, para fazê-lo, escolheu a via do passado, criando uma linha de continuidade entre passado e presente, utilizando o discurso da história, que daria à sua narrativa a força da verdade da qual necessitava para legitimar a busca do que era seu sonho: ver a Amazônia integrada ao Brasil, ver a natureza dominada pelo homem. Como ele próprio afirmou, mesmo que os riscos de internacionalização não existissem, todos os esforços deveriam ser envidados em prol do desenvolvimento.

> Quando escrevi esse livro sonhava com esse momento. A Transamazônica, a Radial-Norte e os outros grandes caminhos que se rasgam, vencendo distâncias, dominando a natureza, aproximando e vinculando melhor os brasileiros, estão na linha da orientação dinâmica do desenvolvimento disciplinado e da conquista promovida, tecnicamente, do maior hinterland de que dispõe um país como o Brasil. Quando exerci o Governo do meu estado, o Amazonas, entre 1964 e 1967, pude iniciar alguns dos grandes empreendimentos que nos desafiavam. Iniciei a Porto-Velho-Manaus, deixando-a aberta até Humaitá. Rasguei a Humaitá-Lábrea, ligando o Madeira ao Purus. Proporcionei aos estudantes brasileiros o primeiro contato que eles tiveram com o mundo amazônico, desse modo permitindo-lhes a formação de uma ideologia nacionalista em termos de defesa da região[462].

---

[460] REIS, 1972a, p. XIX.
[461] REIS, 1972a, p. XIX, grifo nosso.
[462] REIS, 1972a, p. XX.

O anseio de Arthur Reis, o que o motivou na escrita do livro, foi o desejo de ver a natureza dominada, a construção de estradas e outros empreendimentos que colocassem a Amazônia no mapa do desenvolvimento econômico do país, como explicitado no capítulo anterior desta tese. A denúncia realizada em *A&CI* cumpria a função política de atrair investimentos definitivos para a região, que se fizessem de modo continuado, rompendo com a prática de exploração esporádica e de posterior abandono.

Era essa prática que Arthur Reis lograva modificar. Assim, quando foi governador, tratou de dar sua contribuição para o que acreditava ser o desenvolvimento da região. Além da construção de estradas, atuou numa das áreas que muito o inquietava, o desconhecimento da Amazônia pelos brasileiros, por isso o projeto de governo para apresentar a região a estudantes do centro-sul.

Conforme reportagem do *Correio Brasiliense*, 600 estudantes secundaristas e universitários, entre mineiros, cariocas e paulistas, foram passar quinze dias em Manaus. Os estudantes pagaram somente as passagens; todas as demais despesas, como hospedagem, alimentação e transporte local, foram custeadas pelo governo do estado, causando inclusive descontentamento nos estudantes manauenses devido à oneração para os cofres públicos. Apesar dos protestos, os estudantes "[...] aceitaram, por fim, os motivos patrióticos que levaram aquele governo a idealizar esta visita, pois a integração da Amazônia no território e na vida nacional bem com a divulgação do que representa, como reserva virgem e rica para o futuro do país compensa as despesas feitas [...]". O jornal destaca de forma veemente o desconhecimento da região pela maioria da população do país: "Na Amazônia tudo é inédito para a gente do Sul", por isso a importância do projeto, ainda mais porque

> os amazonenses têm a convicção de que o sul poderá ajudar o norte a resolver seus problemas, fomentando a colonização de extensas áreas inaproveitadas. Este o sentido principal da divulgação que essa viagem proporciona aos jovens, àqueles que um dia serão os homens do Brasil. Mas, em grande parte o desejo de mostrar as suas riquezas e as suas possibilidades sobrepuja até mesmo o desejo de incentivar os sulistas.[463]

Os sulistas não conheciam a Amazônia. Na opinião de Reis, era preciso incentivá-los a fim de que neles fosse fomentado o sentimento de defesa da região[464]. Com *A&CI*, mas também com ações governativas, Reis pretendeu contribuir para superar a visão negativa que o país tinha sobre a região. Aliás, desde 1935 nosso autor expressava incômodo pela ausência de reconhecimento nacional e internacional em relação aos homens do norte: "Não somos a

[463] ESTUDANTES brasileiros "descobrem" o Amazonas. *Correio Brasiliense*, Brasília, DF, p. 7, 16 ago. 1966.
[464] Esse também foi seu objetivo quando lançou como parte do seu plano de governo o projeto "Edições Governo do Estado", em 1965, como será visto no capítulo III deste trabalho.

Terra de Ninguém que nos pintam. Tampouco Inverno Verde. Somos uma Terra Moça cujos homens merecem a admiração dos homens dos outros hemisférios [...][465]".

Um pouco mais tarde, continua a expressar insatisfação com o desconhecimento do país acerca da Amazônia:

> Corramos a vista por sobre o quadro de nossos três séculos. Quanta heroicidade há nas atitudes de nossos homens, criando a Amazônia, contra a cobiça de franceses, de ingleses, de holandeses, de espanhóis, bolivianos, peruanos, vencendo, pela hinterlândia, os mistérios do meio geográfico! E, no entanto, que se refere dos compêndios oficiais de ensino às obras máximas que nos definem como povo, sobre toda essa atuação? Abram-se esses livros, examinem-se os programas e neles não se encontra um passo, um lance de nossos ascendentes. *Para o geral, somos um trecho estranho, sem história, sem credenciais para ingressar no painel grandioso da formação brasileira*[466].

Frise-se que, desde os seus primeiros passos como homem de letras, Arthur Reis já identificava a "atitude heroica" dos homens que fizeram a Amazônia ante a cobiça internacional. Podemos considerar que aí está a gênese do que posteriormente viria a ser utilizado em *A&CI* para chamar os homens de Estado à "consciência" relativa ao significado da região. Importante também é identificar que essa ideia estava de mãos dadas com o incômodo do autor perante a ausência da Amazônia do "painel grandioso da formação brasileira". Era, como já afirmado, uma questão de identidade amazônica. A já citada declaração de Arthur Reis de 1935, portanto ainda muito cedo, faz até soar como um projeto o trabalho que foi empreendendo com vistas a contribuir para a constituição de uma identidade amazônida que queria ter a honra de ser reconhecida em importância pelo restante do país. Desse modo, a publicação de *A&CI* representou o ápice desse projeto no qual sua defesa da Amazônia representava a permanência de si, no sentido individual e também no coletivo, como frisado na introdução deste trabalho. Projeto vitorioso, como se pode perceber pelos prefácios da obra, onde o autor comemorou o feito de ter alcançado a consciência nacional.

No prefácio à última edição, ainda que esta diste dez anos da quarta edição, saída, portanto, em 1982, o autor ainda se arvorava do fato de que, apesar de criticada, a ideia da qual se tornou o mais famoso defensor ainda estava a produzir frutos. Seu trabalho mantinha o mérito de ter tocado a consciência nacional:

> A presente edição deste livro decorre do interesse que o tema *despertou na consciência nacional*, atenta e alarmada em face dos perigos nele denunciados, que cercam a região, onde os brasileiros realizaram a façanha de sua incorporação ao território nacional... É certo que há, ainda, ingênuos que nos criticam, sob a alegação de que fazemos literatura sensacionalista. A política oficial vale como um

[465] REIS, Arthur Cezar Ferreira. *Por Deus e pela Pátria (Discurso de Paraninfo)*. Manaus: Tipografia Fênix, 1935. p. 15.

[466] REIS, Arthur Cezar Ferreira. *Discurso de Paraninfo*. Humanistas de 1936 do Colégio Dom Bosco, de Manaus. Manaus: [*s. n.*], 1936. p. 9, grifo nosso.

> desmentido de tais alegações *ao reforçar a posição que adotamos visando à grandeza e à continuidade do Brasil como Estado independente e Nação consciente de seus deveres maiores e menores*[467].

Em nenhum momento Arthur Reis quis esconder que a história que escreveu queria servir a fins pragmáticos. Afinal, essa forma de escrita da história estava alinhada com o IHGB, uma instituição que ainda encontrava ecos na sociedade. *A&CI* esteve, portanto, assentado em um declarado uso político do passado. Assim, é importante questionar, como já se fez no capítulo anterior, de que forma o passado foi acessado por Arthur Reis. Para tanto, chamo para o debate Inocêncio Machado Coelho, que em carta enviada a Arthur Reis fez uma importante crítica à *A&CI*, ainda em 1960, portanto logo que saiu a primeira edição da obra:

> Grande Reis, acabo de ler o seu Amazônia e a cobiça internacional. Vamos pois conversar um pouco sobre esse livro ousado e forte que é um grito de alarme, um toque de despertar. Quero, antes de tudo, felicitá-lo pela maneira clara e erudita com que soube plantear a questão. Que simplicidade, que objetividade, que atualidade no dizer as coisas. E, sobretudo, que manancial de informações, que fonte de documentação e de leituras. *Mas... e aqui entra a adversativa fatal, você não logrou convencer-me em tudo quanto diz*. *Sente-se que o pintor carregou nas tintas*. Isso não é um defeito, assinale, pode até ser uma virtude. A vida é paixão, disse São Paulo numa de suas epístolas. As obras escritas sem paixão não valem nada [...] Vamos agora por partes. *De acordo com o seu parecer, meu caro Reis, todos os estrangeiros que perlustraram a Amazônia e escreveram sobre esta, apontaram-na à cobiça internacional.* Refletidamente, irrefletidamente, conscientemente, inconscientemente, eles todos, escritores, naturalistas, simples viajantes, foram lembrando, sugerindo que isso é uma nova Golconda à disposição da fome e da sede alienígenas. Bastou que dissessem a terra é fértil, as matas ubérrimas, os rios piscosos, o clima suportável para que apontassem a região à aventura estrangeira. Assim ninguém mais no mundo poderia escrever louvando a riqueza "em ser", como você diz, dos lugares por onde se passa. E isso é o que se tem feito do Brasil, da China, do mundo inteiro. E isso é o que se fará pelos séculos que hão de vir. Admito, aceito que muito estrangeiro tenha agido no sentido que você aponta e o seu livro. Outros, porém, não... Descontada essa parte, no mais o seu livro me agrada inteiramente. Acho mesmo que o governo deve meditar no que você disse e procurar de fato salvar a Amazônia. Salvá-la não com patriotas à Arthur Bernardes, mas com homens como você mesmo: capazes, cultos, trabalhadores e bons [...][468]

Vê-se que Machado Coelho reforça a inserção do discurso de Arthur Reis nos três *topoi* já referidos. "Que simplicidade, que objetividade, que atualidade no dizer as coisas. E, sobretudo, que manancial de informações, que fonte de documentação e de leituras". Eis aí a presença do necessário *domínio científico*.

---

[467] REIS, 1982. p 11, grifo nosso.

[468] COELHO, Inocêncio Machado. [*Correspondência*]. Destinatário: Arthur Cezar Ferreira Reis. Belém, 23 nov. 1960. Disponível no acervo de correspondências da Biblioteca Arthur Reis. Grifo nosso. Machado Coelho (1909-2001) nasceu em Belém, onde viveu e realizou seus estudos. Escreveu para os jornais *Estado do Pará*, *Folha do Norte* e *A Província do Pará*. Pertenceu à Academia Paraense de Letras e ao Instituto Histórico e Geográfico do Pará. Entre os livros de sua autoria estão *Machado de Assis* (1963) e *O feitiço na literatura, na arte e na vida* (1963).

Apesar das ressalvas apresentadas ao amigo, o autor acreditava que o discurso de Reis, realizado com paixão, deveria servir à *utilidade*: "Acho mesmo que o governo deve meditar no que você disse e procurar de fato salvar a Amazônia".

Da perspectiva de Machado Coelho, não faltou "zelo patriótico" à escrita de Reis. Não faltou *sinceridade*: *A&CI* era um "livro ousado e forte", "um grito de alarme, um toque de despertar" escrito com paixão, o que cumpria o propósito de "satisfazer ao coração". Entretanto, o elogio veio entremeado por uma ressalva:

> Mas [...] e aqui entra a adversativa fatal, você não logrou convencer-me em tudo quanto diz. Sente-se que o pintor carregou nas tintas. Isso não é um defeito, assinale, pode até ser uma virtude. A vida é paixão, disse São Paulo numa de suas epístolas. As obras escritas sem paixão não valem nada [...][469].

Quanta lucidez na análise de Machado Coelho! Sua adversativa fatal dizia respeito aos abusos ou exageros de Arthur Reis ao recorrer ao passado a fim de comprovar que a cobiça pela região era histórica. Vale a pena repetir as palavras do autor:

> Vamos agora por partes. De acordo com o seu parecer, meu caro Reis, todos os estrangeiros que perlustraram a Amazônia e escreveram sobre esta, apontaram-na à cobiça internacional. Refletidamente, irrefletidamente, conscientemente, inconscientemente, eles todos, escritores, naturalistas, simples viajantes, foram lembrando, sugerindo que isso é uma nova Golconda à disposição da fome e da sede alienígenas. Bastou que dissessem a terra é fértil, as matas ubérrimas, os rios piscosos, o clima suportável para que apontassem a região à aventura estrangeira. Assim ninguém mais no mundo poderia escrever louvando a riqueza 'em ser', como você diz, dos lugares por onde se passa. E isso é o que se tem feito do Brasil, da China, do mundo inteiro. E isso é o que se fará pelos séculos que hão de vir. Admito, aceito que muito estrangeiro tenha agido no sentido que você aponta e o seu livro. Outros, porém, não [...] Descontada essa parte, no mais o seu livro me agrada inteiramente[470].

Esse exagero percebido por Machado Coelho pode ser relacionado ao que Jorn Rusen denominou de decisionismo, que está na encruzilhada do debate sobre (im)parcialidade e usos políticos do passado na escrita da história. Após responder "a questão sobre que operações da vida prática constituem a consciência histórica como pressuposto e fundamento do conhecimento histórico", Rusen impõe-se a reflexão sobre a "constituição do objeto desse conhecimento [...] o que se pode e deve ou não incluir nesse tipo de representação"[471]. A busca de resposta para a inquirição sobre "como surge, dos feitos, a história?" leva-o a uma necessária distinção entre história e passado, ao que conclui de uma perspectiva subjetivista o seguinte:

---

[469] COELHO, 1960.
[470] COELHO, 1960, grifo do autor.
[471] RÜSEN, 2010, p. 67.

> só é história o que os historiadores extraem do que aconteceu. Ela não existiria em si [...] ou seja, afastado da atribuição de sentido pela consciência histórica humana, o passado humano não tem sentido, isto é, não está estruturado na forma de um constructo que possamos compreender como história . O passado [...] só nasce como história mediante o trabalho interpretativo dos que se debruçam, reflexivamente, sobre ele. Segundo Weber, esse nascimento depende diretamente de valores ou ideias de valor que são utilizados pelos respectivos sujeitos da consciência histórica como pontos de vista para o conhecimento histórico [...] *'história' surge nessa teoria, pois, de uma importação, para o material da experiência do passado, de valores presentes nas intenções da vida prática atual; somente à luz dessas ideias de valor o passado aparece como história. Sem essa luz, ele é obscuro e mudo*[472].

Segundo Rusen, essa resposta, inclinada ao *decisionismo,* não satisfaz, pois há uma supremacia das ideias valorativas – "a história não passaria, aqui, de uma pirueta cultural por sobre interesses de dominação"[473].

Outra opção para responder à questão – "como dos feitos surgem a história?" – seria de cunho objetivista, na qual

> Assertivas sobre as experiências dominantes do passado como fator determinante do agir estabelecem o que é história. Não sobra, aqui, espaço algum para elaborar, interpretativamente, a experiência do tempo passado no horizonte da orientação temporal da vida prática presente. [...] Como história, o passado diz, por si só, o que ocorreu no tempo: ele dá a conhecer o passar do tempo como uma sequência transcorrida de coisas, à qual se deve adaptar, sob pena de ser por ela engolfado[474].

Como destaca Rusen, de cunho dogmatista, essa também não é uma alternativa viável, assim como, na anterior, prevalecem os interesses de dominação, só que desta feita vêm camuflados de "pretensões de estrita objetividade".

Nas duas opções, decisionista ou dogmática, a escrita da história poderá se valer indevidamente do passado. Na primeira opção, o historiador, assumidamente, voltar-se-ia ao passado carregado de valores do presente a fim de atender aos objetivos da vida prática atual, implicando, pois, um modo de uso político do passado. Na segunda, na impossibilidade de praticar a contento a objetividade, ele traria em sua narrativa os interesses de dominação, ou seja, o uso político da história, embora de forma camuflada.

Diante das questões postas, cabe a pergunta: é possível uma escrita da história que não se preste a fins políticos? Em certa medida, toda escrita da história é decisionista. Foi Hartog quem lembrou que "tout discours historique est susceptible d'usages politiques". E ainda Giovanni Levi, na mesma direção, afirma que seria um equívoco sugerir que os usos políticos

---

[472] RÜSEN, 2010, p. 68-69, grifo nosso.
[473] RÜSEN, 2010, p. 71.
[474] RÜSEN, 2010, p. 71.

do passado sejam uma novidade, ou que seria possível uma escrita da história que não seja política[475]. Portanto, a escrita da história e o elemento político são indissociáveis.

Enzo Traverso[476], no mesmo sentido, toma como epígrafe um excerto de Gramsci, para quem "a história é sempre contemporânea, ou seja, política". Essas assertivas, à primeira vista, parecem ser o passaporte para o decisionismo, mas a isso se deve impor certos limites. Tanto Hartog quanto Levi ou Traverso criticam a manipulação do passado com vistas à legitimação das perniciosas afirmações negacionistas em relação ao holocausto, para citar só um dos temas no qual o uso indiscriminado do passado pode ser devastador.

Sendo assim, a alusão à farta documentação utilizada na tessitura de um texto por si só não garante a ela o carimbo da autenticidade, não a eleva ao patamar de portadora da verdade inquestionável, como quiseram Arthur Reis e muitos dos seus comentadores. Como lembra Rufer, concordando com Derrida, o arquivo pode, é claro, ser o guardião da memória, porém pode também apresentar-se como seu alter ego mais traiçoeiro, escondendo tudo sobre o que se quis silenciar[477].

A crítica de Rufer recai exatamente sobre a insuficiência de debates acerca do uso do "poder" do arquivo na confirmação, muitas vezes inadequada, de autenticidade da escrita da história. É um convite à reflexão para um assunto sobre o qual Michel Foucault, Mikhail Bakhtin e Pierre Bordieu já haviam alertado: o funcionamento dos discursos. Há que se atentar para as questões que podem engendrar poder, discurso, dominação e prática social no exercício da escrita da história. Entretanto não se trata, como mais de uma vez Rufer fez questão de esclarecer, de desqualificar o arquivo ou de praticar um mero ceticismo pós-moderno, mas de chamar a atenção dos historiadores para os propositais silenciamentos que envolvem a produção e a leitura das fontes.

Como contraponto a esses abusos do passado e, também, na contramão do pensamento pós-moderno, Traverso retoma François Bedárida, que criticou certo desdém dos historiadores acerca da noção de fato e os alertou "vigorosamente a não rejeitarem o bebê-objetividade com a água do banho positivista"[478]. Para Traverso,

---

[475] LEVI, Giovanni. Le passé lointain: sur l'usage politique de l'histoire. *In*: HARTOG, François; REVEL Jacques. *Les usages politiques du passé*. Paris: École des Hautes Études en Sciences Sociales, 2001.
[476] TRAVERSO, Enzo. O passado, modos de usar: história, memória e política. [S. l.]: Unipop, 2012. p. 7.
[477] RUFER, 2016, p. 165.
[478] TRAVERSO, 2012, p. 93.

> O questionamento do historicismo positivista e do seu tempo linear, 'homogêneo e vazio', da sua causalidade determinista e da sua teleologia que transforma a razão histórica em ideologia do progresso, não implica necessariamente a rejeição de qualquer noção de objetividade factual na reconstrução do passado[479].

No afã de impor limites não só aos abusos quanto às possibilidades de usos políticos do passado, Rusen aponta o caminho que deve ser tomado entre o decisionismo e o dogmatismo. No processo de pesquisa e escrita da história há, pois, que se

> identificar a história como estado de coisas justamente quando a operação de continuidade de sentido pela narrativa histórica é condicionada, ocasionada, ensejada mesmo pela experiência do passado a que se refere. *A experiência do passado representa, nesse momento, mais que a matéria-prima bruta de histórias produzidas para fazer sentido, mas algo que já possui, em si, a propriedade de estar dotado de sentido, de modo que a constituição consciente de sentido da narrativa história se refere diretamente a ele e lhe dá continuação*[480] .

Tanto Rusen quanto Traverso não defendem, obviamente, que o historiador se ocupe de narrar os fatos tal como aconteceram, apenas prudentemente sugerem que ele se preocupe com o sentido em si do acontecimento.

Após distinguir as funções do juiz das funções do historiador, Traverso destaca que

> o historiador e o juiz, no entanto, partilham um mesmo objetivo: a procura da verdade e essa busca da verdade necessita de provas, [no entanto] a verdade da justiça é normativa, definitiva e vinculativa. [...] Comparada à verdade judiciária, a do historiador não é apenas provisória e precária, é também mais problemática. Resultado de uma operação intelectual, a história é analítica e reflexiva, procurando pôr em evidência as estruturas subjacentes aos acontecimentos, as relações sociais nas quais estão implicados os homens e as motivações dos seus atos. Em suma, é uma outra verdade, indissociável da interpretação. *Não se limita a estabelecer os fatos, tenta colocá-los no seu contexto*, explicá-los, formulando hipóteses e procurando as causas[481].

Rusen também sugere que os historiadores fujam a inclinações extremistas na interpretação do passado, pois que "na teoria da história se deve evitar tais radicalismos e buscar um caminho equidistante de ambos"[482]. Isto é, o historiador deve considerar o sentido em si do fato histórico analisado, deve procurar inseri-lo no seu contexto.

Excetuando a lúcida crítica de Machado Coelho, os muitos outros comentadores/divulgadores do livro de Arthur Reis vistos aqui se incluem entre aqueles que atribuíram demasiada importância ao arquivo, sem atentar para as possibilidades dos exageros que podem envolver o seu uso. Na introdução de *A&CI*, Reis deixa claro o que o movia:

---

[479] TRAVERSO, 2012, p. 93, grifo do autor.
[480] RÜSEN, 2010, p. 73, grifo meu.
[481] TRAVERSO, 2012, p. 105, grifo nosso.
[482] RÜSEN, 2010, p. 72.

> Neste livro, [...] *passando pela experiência do passado*, que não deve nem pode ser desprezada, vamos insistir, *quisemos apresentar à consciência nacional o grave problema que é a Amazônia,* mostrando a cobiça que anda à sua volta e está pedindo, impondo, exigindo mesmo o nosso despertar[483].

Portanto, o passado que acessou tinha que se moldar a esses propósitos. Nesse sentido, volto à indagação do início desta discussão: Reis acreditava que a cobiça internacional era um perigo iminente ou essa foi uma estratégia discursiva utilizada para chamar a atenção do Estado para a necessidade de investir na Amazônia? Havia várias vozes discutindo o desenvolvimento da Amazônia, umas contra e outras a favor de acordos com estrangeiros para tal fim. Arthur Reis foi a voz que lançou mão da história para legitimar seu argumento. Sua incursão ao passado estava carregada do presente, todo seu esforço foi por demonstrar que a ameaça sofrida pela Amazônia no século XX não era coisa nova: a cobiça já havia assombrado os portugueses no período colonial e estes souberam defender a região de maneira admirável. A história era um recurso válido socialmente e Arthur Reis a viu como necessária na formação da consciência nacional que almejava. Entretanto, para atingir tal objetivo, como acertadamente asseverou Machado Coelho, o pintor carregou nas tintas. E isso foi exaustivamente demonstrado no início desta tese, onde se realizou a análise de *A&CI*.

Como lembram Carolina Bauer e Fernando Nicolazzi, "talvez mais adequado do que se falar de funções para a história, seja pensá-la a partir de seus mais variados usos públicos e políticos. Trata-se de um deslocamento da questão: do 'para que serve a história' passamos para 'de que forma a história é usada?'"[484].

De igual modo, Ana Kallás, ao refletir sobre as contribuições de Habermas e Adorno a respeito dos usos do passado, lembra que "os usos públicos da história não obedecem a critérios de imparcialidade e pura objetividade, mas respondem a demandas sociais ou a interesses políticos e econômicos"[485]. Por isso, é fundamental atentar para a propositura de Michel de Certeau, que destaca a importância de verificar o lugar de onde emana o discurso. Conforme destacam Bauer e Nicolazzi, "pensar os usos da história pode, inclusive, auxiliar os historiadores a repensar os postulados fundamentais da sua disciplina"[486]. Portanto, muitas ainda são as questões a serem elucidadas nesse sentido, incluindo a discussão sobre o papel político do historiador. No caso da discussão central desta tese, verifica-se que a história

---

[483] REIS, 1965, p. 14, grifo nosso.

[484] BAUER, Carolina; NICOLAZZI, Fernando. O historiador e falsário: usos públicos do passado e alguns marcos da cultura histórica contemporânea. *Varia História*, Belo Horizonte, v. 32, n. 60, p. 819, set./dez. 2016.

[485] KALLÁS, Ana Lima. Usos públicos da história: origens do debate e desdobramentos no ensino de história. *História Hoje*, São Paulo, v. 6, n. 12, p. 136, 2017.

[486] BAUER; NICOLAZZI, 2016, p. 832.

escrita por Arthur Reis, visava atender a objetivos políticos e suas ideias serviram ideologicamente à entrada de práticas capitalistas na Amazônia, que no fim, para que se estabelecesse o desenvolvimento, tal qual desejava Reis, implicou em diversos problemas à população indígena sucumbida à ação do capital.

3 DÉCADA DE 1970: É CHEGADA A HORA DA AMAZÔNIA?

Em 1º de fevereiro de 1972, alguns jornais do Rio de Janeiro noticiaram o lançamento do novo livro de Arthur Reis, ocorrido naquela cidade[487]. Aliás, antes mesmo dessa data, em agosto do ano anterior, já se tinha notícias do livro, como a que saiu em *O Jornal* do dia 28 de agosto, onde Valdemar Cavalcanti informou que estava prevista para aquele ano a publicação de ao menos 46 livros, dentre os quais *O impacto amazônico na civilização brasileira: a transamazônica e o desafio dos trópicos*, o mais novo trabalho de Arthur Reis, resultado da parceria entre o Instituto Nacional do Livro e diversas editoras do país[488]. No mesmo pacote, seriam publicados livros de Gilberto Freyre, Cassiano Ricardo, Peregrino Júnior, Lygia Fagundes Telles, entre outros. Segundo Cavalcanti, todos os livros "passaram pelo crivo" da Comissão de Leitura do Instituto Nacional do Livro. Certamente, com essa informação o autor queria atestar a qualidade dos livros, tendo em vista que haviam sido submetidos à supervisão de um órgão oficial.

Meses após a publicação do livro de Reis, o mesmo Valdemar Cavalcanti o indicava aos leitores de *O Jornal*:

> Quem desejar estudar problemas da Amazônia, valendo-se de boa bibliografia, tem que ir aos livros do prof. Arthur Cezar Ferreira Reis, a maior autoridade na matéria, autor de trabalhos que alcançaram repercussão internacional. Uma indicação que permito fazer é O impacto amazônico na civilização brasileira (A Transamazônica e o desafio dos trópicos). Sob diferentes aspectos – história, geoeconomia, ecologia – um retrato fiel da realidade daquela região, que tantos enigmas ainda apresenta ao brasileiro de nossos dias e que o autor procura decifrar com uma lucidez e um saber raros. Entre os capítulos, um a destacar, sobre o papel da Igreja na integração da Amazônia. É uma pena que a edição – da Paralelo em coedição com o Instituto Nacional do livro – deixe muito a desejar, por mal cuidado[489].

O Impacto amazônico na civilização brasileira: a transamazônica e o desafio dos trópicos, doravante apenas *IACB*, apresenta ao menos dois aspectos, que merecem aqui ser analisados, com vistas a contribuir com os objetivos desta pesquisa. O primeiro refere-se a um sutil movimento no discurso da cobiça internacional de Arthur Reis, que, apesar de sutil, merece atenção porque diz muito dos propósitos do autor no que se refere à sua construção discursiva. O segundo concerne às impressões de Reis quanto às obras até então realizadas na Amazônia como parte das políticas propostas àquela região pelo Governo Federal. As políticas às quais Arthur Reis faz referência, tanto no prefácio à quarta edição de *A&CI*

---

[487] HORA-HORA. *Tribuna da Imprensa*, Rio de Janeiro, p. 11, 2 fev. 1972; REGRA três. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 1 fev. 1972. Primeiro caderno, p. 5.
[488] CAVALCANTI, Valdemar. 46 coedições. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 28 ago. 1971. Segundo caderno, p. 2.
[489] CAVALCANTI, Valdemar. Letras. *O Jornal*, Rio de Janeiro, p. 6, 11 ago. 1972.

quanto em *IACB*, foram iniciadas a partir da Operação Amazônia, levada a cabo pela ditadura militar que se instalou no Brasil após o Golpe de 1964.

Segundo Dennis Mahar, "com a subida ao poder de um novo governo em 1964, o planejamento do desenvolvimento da Amazônia começou a tomar novo rumo"[490]. As justificativas para isso se assentavam, entre outras coisas, na ineficiência da SPVEA, criada em 1953 com a função de executar o Plano de Valorização Econômica da Amazônia.

Assim, tendo como propósito reestruturar as políticas para a Amazônia, o primeiro presidente pós-golpe militar de 1964, Humberto de Alencar Castelo Branco, criou, em 1965, o Grupo de Estudos para a Reformulação da Política Econômica da Amazônia, composto por cinco membros, responsável por "definir os objetivos da nova política e redigir a legislação necessária à sua posterior implementação"[491]. Em discurso proferido em 1966, na capital do então Território Federal de Roraima, Castelo Branco afirmou que os estudos haviam sido concluídos, os projetos formulados, e estavam a depender "apenas da breve aprovação do Congresso Nacional"[492]. O presidente estava falando de uma série de leis que haviam sido submetidas ao Congresso após os estudos realizados pelo grupo e, depois de aprovadas, ficaram conhecidas em seu conjunto como Operação Amazônia, operação essa que encabeçava, segundo Castelo Branco, um "novo movimento de redenção da Amazônia"[493], assim por ele anunciado:

> É com real satisfação que, ao falar nesse progressista Território do Amapá, posso anunciar o início da chamada Operação Amazônia, destinada a mudar profundamente a face da região. Cumpre, porém, que a ela se associem com entusiasmo e confiança quantos estejam de qualquer modo vinculados à região, que devem e precisam ajudar a vencer a chaga terrível da miséria do subdesenvolvimento[494].

Dentre as leis que deram origem ao que ficou conhecido como Operação Amazônia, a mais importante, segundo Mahar, foi a Lei 5.173, de 27 de outubro de 1966, que extinguiu a SPVEA e criou a Sudam, trazendo em seu art. 4º uma série de objetivos que deveriam redundar em ações políticas para a Amazônia. Esses objetivos se dividiam em duas abordagens diferentes, embora interdependentes. A abordagem econômica privilegiaria o investimento em industrialização na região por meio da substituição da importação, contando com o financiamento de capital interno e externo. Nesse intuito, caberia ao Estado atrair

---

[490] MAHAR, Dennis J. *Desenvolvimento econômico da Amazônia*. Rio de Janeiro: Ipea, 1978. p. 21.
[491] MAHAR, 1978, p. 21.
[492] SUDAM. *Operação Amazônia-Discurso*. Discurso de Rondônia. Belém: Serviço de documentação e divulgação, 1968. p. 21.
[493] SUDAM, 1968, p. 17.
[494] SUDAM, 1968, p. 17.

investimento privado para a região por meio de incentivos fiscais, além de oferecer a infraestrutura necessária aos novos empreendimentos a serem criados. A abordagem geopolítica previa a resolução do problema da baixa densidade populacional, promovendo para tal a "imigração inter-regional e estrangeira e a formação de assentamentos permanentes e autossuficientes nas áreas de fronteiras"[495].

Esses objetivos, portanto, deveriam ser alcançados por meio da Sudam, que teria como seu agente financeiro o Banco da Amazônia (Basa). A fim de viabilizar seus objetivos, a Sudam elaborou, nos seus primeiros anos de funcionamento, o I Plano Quinquenal de Desenvolvimento e o I Plano Diretor. Entretanto, inicialmente, ambos ficaram apenas no papel, devido à falta de recursos, tal como havia ocorrido com a SPVEA. Assim, as ações para a Amazônia, nesse período, se fizeram, majoritariamente, com investimentos do setor privado. Foi somente no início da década de 1970 que o investimento federal se fez com maior expressividade[496].

Conforme Mahar, o ápice da Operação Amazônia foi a promessa de concessão de incentivos tributários especiais às empresas privadas que se firmassem na Amazônia Ocidental, constituída por Amazonas, Acre, Rondônia e Roraima. Essa legislação visava atender os reclamos de vários integrantes da elite amazonense, entre os quais se incluía Arthur Reis, que constantemente se queixavam do desequilíbrio praticado pela SPVEA, pois, segundo as queixas, ela atendia muito mais a Amazônia Oriental que a Ocidental. Obviamente as querelas se davam preponderantemente entre Manaus e Belém, as capitais mais povoadas, onde se concentravam os maiores investimentos. Como forma de equilibrar essa equação, o Decreto-Lei n° 288, de 28 de fevereiro de 1967, criou a Zona Franca de Manaus, "cuja intenção básica foi estabelecer, por meios fiscais, um centro comercial, industrial e agrícola em Manaus que servisse de 'polo de desenvolvimento' para a Amazônia Ocidental"[497]. A Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa) foi o órgão responsável por supervisionar o funcionamento da Zona Franca.

A criação da Zona Franca foi precedida pela *I Reunião de Incentivo ao Desenvolvimento da Amazônia* (RIDA), ocorrida em Manaus em 1966 e organizada por uma ação conjunta envolvendo o Ministério Extraordinário para a Coordenação dos Organismos Regionais, a Confederação Nacional da Indústria, a Confederação Nacional da Agricultura, a

[495] MAHAR, 1978, p. 22.
[496] Cf. MAHAR, 1978.
[497] MAHAR, 1978, p. 24.

Sudam, o Basa, os governos dos estados e territórios da região Norte, e ainda a Universidade Federal do Pará.

A reunião teve início na noite do dia 3 de dezembro, no Teatro Amazonas, e no dia seguinte, os participantes desceram o rio Amazonas a bordo do navio Rosa Fonseca, onde receberam "as primeiras informações sobre a melhor maneira de aplicar seus capitais, ouvindo palestras, dadas por elementos integrantes de comissões técnicas"[498]. Os investidores-alvos eram "empresários sulistas" que já contavam com capital em contas do Basa a serem aplicados no norte do país[499]. O encontro que durou uma semana, e do qual Arthur Reis participou no exercício de sua função de governador do Amazonas, tinha como meta oferecer aos empresários oportunidades imediatas de negócios na região. A expectativa era de que o evento promovesse resultados a curtíssimo prazo, de acordo com o que afirmou, na ocasião, o ministro dos Organismos Regionais João Gonçalves de Souza: "esta será a primeira vez que no encontro de investidores e técnicos surgirão imediatos resultados de ordem prática e efetiva"[500].

A abertura do evento contou com a presença do presidente Castelo Branco, que proferiu um discurso, como era de se esperar, desqualificando as políticas para a Amazônia propostas por governos anteriores, após o que enalteceu os novos caminhos anunciados pela "Revolução":

> [...] a primeira preocupação do país em relação à Amazônia Brasileira – nela incluída as vastidões do Planalto Central – tem de ser a de povoá-la racionalmente. É, portanto, fundamental ao interesse superior da nação conduzir as correntes migratórias internas, tanto a que historicamente promana do Nordeste, quanto a que tem origem no Centro-Sul, num sentido que assegure, a um só tempo, a ocupação humana da região, conquista gradual, progressiva e planificada de seus espaços vazios. Pois daí advirá a expansão e a interligação de suas ilhas econômicas internas, a vivificação das faixas de fronteiras e a definitiva ligação da região com o resto do país[501].

Interessante notar que, em muitos aspectos, as constatações de Castelo Branco acerca da região amazônica lembram em muito aquelas de Getúlio Vargas mencionadas no seu famoso *Discurso do Rio Amazonas*, de 1940, e também apresentadas nos objetivos da Marcha para o Oeste. Duas décadas depois, o objetivo ainda era o de ocupar os "espaços vazios" da Amazônia. Em seguida, Castelo Branco chamou diretamente à responsabilidade os investidores ali presentes, querendo com eles dividir o compromisso de desenvolver a região:

---

[498] GOVERNO lança Operação Amazônia. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 27 out. 1966. Primeiro caderno, p. 14.
[499] GOVERNO..., 1966, p. 14.
[500] GOVERNO..., 1966, p.14.
[501] SUDAM, 1968, p. 39.

> A partir de amanhã ireis, por quase uma semana, descer o grande rio. Não para uma excursão turística, pois aproveitareis o tempo no exame de planos e projetos. [...] São projetos reais relativos a uma gama variada de oportunidades, que vão do fertilizante químico, fibras e óleos vegetais, serralheria, estaleiros, mineração, material de construção, em relação à indústria. Do outro lado temos a pecuária de corte, arroz e frutas, conservas de carne, pescado, criação de búfalos e a fundação de mercados e frigoríficos[502].

Castelo Branco afirmou que a contribuição do governo dar-se-ia maciçamente em investimentos de infraestrutura, energia, saneamento básico e na preparação de pessoal qualificado, além dos incentivos fiscais garantidos pela legislação e das instituições e recursos disponíveis por meio da Operação Amazônia.

> Começamos assim, não direi a redescobrir, mas a integrar a Amazônia na economia nacional. E estou certo de que o propósito que já manifestais acorrendo ao chamamento desta auspiciosa reunião, que eu me permitiria denominar a reunião da esperança, será extraordinariamente benéfico. É ela a vossa magnífica e corajosa resposta à iniciativa governamental, propiciando uma série de medidas, recursos, instrumentos, isenções e facilidades com o indeclinável e patriótico objetivo da integração da Amazônia[503].

Nesse aspecto, Castelo Branco parecia não querer competir com Getúlio Vargas no papel de redescobridor da Amazônia, título que a este último foi atribuído em razão de sua iniciativa de "colonizar" e "civilizar" a região. Contudo, como se pode notar, o objetivo de integrar a região ao país ainda permanecia o mesmo e a via da industrialização foi uma das opções adotadas. Afinal, para o governo então instalado, "industrializar, a qualquer custo, parecia ser o único caminho para trazer a Amazônia ao século XX, ou emancipá-la dos males do extrativismo"[504].

Como afirma Octávio Ianni, entre 1964 e 1978, o "binômio Estado-Empresa privada produziu resultados cada vez mais notáveis na Amazônia"[505]. Ressalte-se que o incentivo às empresas privadas já recebia o apoio do Governo Gederal desde os tempos da SPVEA; o processo, no entanto, foi intensificado pós-Golpe Militar de 1964.

Outro desdobramento da Operação Amazônia foi a criação, pelo Decreto-Lei 1.106, de 16 de junho de 1970, do Programa de Integração Nacional (PIN) que, segundo Mahar, foi a mais importante legislação dessa época, cujo objetivo era integrar a Amazônia por meio da construção de estradas, como a Transamazônica e a Santarém-Cuiabá.

Para Mahar, um dos motivos que ocasionou a criação do PIN foi a preocupação do governo com a defesa da soberania nacional, devido à "ameaça de dominação estrangeira na

---

[502] SUDAM, 1968, p. 40.
[503] SUDAM, 1968, p. 41.
[504] IANNI, Octávio. *Ditadura e agricultura*: o desenvolvimento do capitalismo na Amazônia. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1979. p. 62.
[505] IANNI, 1979, p. 75.

região". O autor afirma que "embora a 'cobiça internacional' tenha sido sempre tema dominante na literatura sobre a Amazônia, mereceu um descomedido volume de atenção nos anos imediatamente anteriores ao PIN". Em nota de rodapé, Mahar faz referência a Arthur Reis, que era "o mais prolífico autor sobre o tópico", tendo como "seu livro mais conhecido *A Amazônia e a cobiça internacional*"[506]. Nesse aspecto, Mahar corrobora o próprio Reis, que arrogava para si o mérito de ter chamado o Brasil a uma consciência acerca da Amazônia.

Nesse mesmo sentido, conforme já pontuei no segundo capítulo desta tese, segundo Rodrigo Medeiros, o tema da cobiça internacional pela Amazônia se fez de forma contundente na mídia brasileira nos anos 1960. Embora esse autor não tenha mencionado, sem sombra de dúvidas o mais notório livro de Arthur Reis contribuiu para tal fato. É bem provável que o impacto causado por *A&CI* na opinião pública nacional tenha pressionado o governo militar a traçar projetos mais incisivos para a região amazônica. Desse modo, pode-se afirmar que Reis, se não foi o único, certamente foi um dos mais importantes combustíveis ideológicos sob os quais se assentaram as ações capitalistas na Amazônia durante a ditadura militar.

Outra ação governamental desse mesmo período para a região foi o Programa de Redistribuição de Terras (Proterra), criado em 1971 pelo Decreto-Lei 1.178, de 1º de julho, que tinha por "objetivos oficiais facilitar a aquisição da terra, melhorar as condições do trabalho rural e promover a agroindústria na Amazônia e Nordeste"[507].

Enfim, o governo instalado com o Golpe de Estado de 1964 promoveu significativas mudanças na Amazônia. É o que aponta Mahar, ao afiançar que os anos iniciais da década de 1970 marcam o período no qual "os objetivos de integração e ocupação [da Amazônia] receberam a mais alta prioridade"[508]. No mesmo sentido, Octávio Ianni afirma que "foi nos anos 1966-1978 que se intensificou e generalizou a transformação da economia da região"[509]. São, ainda, Fernando Henrique Cardoso e Geraldo Muller, em publicação de 1977, que compartilham da mesma assertiva, ao asseverarem que somente a partir de 1967/1970 os investimentos na Amazônia ganharam "vida e expressão política e econômica" se comparados aos anos anteriores [510]. Exatamente nesse mesmo período, Reis lançava *IACB*, o que sugere o motivo do sutil movimento no seu discurso acerca da cobiça internacional pela região,

[506] MAHAR, 1978, p. 32.
[507] MAHAR, 1978, p. 33.
[508] MAHAR, 1978, p. 37.
[509] IANNI, 1979, p. 60.
[510] CARDOSO, Fernando Henrique; MULLER, Geraldo. *Amazônia*: expansão do capitalismo. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008. p. 7.

portanto, o primeiro aspecto do livro que quero abordar, conforme afirmei no início deste capítulo.

Relembrando o que sugeri nos dois capítulos anteriores deste trabalho, a coluna vertebral do discurso de Reis era sua defesa do desenvolvimento econômico da Amazônia, discurso esse que já integrava seu trabalho ao menos desde a década de 1940, e ao redor do qual orbitava outro discurso, o da cobiça pela região, esse último se movimentando de acordo com os projetos políticos para o local. Em *IACB* se pode verificar um sutil movimento desse discurso, que acompanhava as expectativas positivas do autor quanto à nova fase vivenciada pela Amazônia com os projetos do governo militar, então em andamento, embora o mantivesse em estado de alerta quanto à efetividade e continuidade desses projetos. Afinal, Reis já havia vivenciado um momento semelhante no período de governo de Getúlio Vargas, no qual as promessas de ressurgimento da Amazônia foram realizadas e não cumpridas a contento.

Antes, entretanto, de adentrar especificamente na análise de *IACB*, convém relembrar que no prefácio à segunda edição, publicada em 1965, o autor já faz menção ao despertamento da consciência nacional acerca da necessidade urgente de se desenvolver a região, mas ainda não o relaciona diretamente com os resultados causados por *A&CI*. Todavia, da terceira edição em diante, publicada em 1968, portanto já quatro anos após o Golpe Militar, Reis deixa toda a modéstia de lado e começa claramente a relacionar a formação de uma consciência nacional amazônica ao seu trabalho em *A&CI.* Mas não somente ele faz isso, também o fizeram alguns de seus comentadores, como visto no capítulo anterior.

Dentre as falas de seus comentadores, destaca-se a de Genival Rabelo, no jornal *Tribuna da Imprensa*, onde o autor afirma que Reis havia dito que, "conquanto a Amazônia esteja na ordem do dia, nunca é demais insistir, mantendo o fogo sagrado da ideia do perigo e da agressão". A partir daí já se pode inferir que a tese da cobiça era uma ideia ou uma chama que não poderia ser apagada, visto que funcionava como o motor propulsor das políticas de Estado para a Amazônia. À medida que Reis vai se construindo como autor dessa ideia, ele vai se afirmando perante a opinião pública nacional como aquele que denunciou em livro a iminência de perda da Amazônia ante a cobiça estrangeira, e, junto com a denúncia, propunha também a solução, a saber, a urgência de que o Governo Federal se preocupasse em pensar políticas voltadas para a região.

Assim, a partir da terceira edição de *A&CI*, as obras que o governo ditatorial militar principiava a realizar na Amazônia já eram vistas como uma forma de impedir a perda da

Amazônia para os estrangeiros, conforme havia propalado Reis, e parece que, apesar de ter ainda que manter o "fogo" sagrado, isto é, a ideia da cobiça, em alguns momentos, Reis deixa ver que sua preocupação não era realmente com a perda da Amazônia para os estrangeiros, mas que esse foi o discurso, o caminho necessário para que o governo olhasse para a região.

Por isso, afirmava o autor no prefácio à quarta edição de *A&CI* que com as obras que se vinham realizando na Amazônia os seus objetivos haviam sido alcançados. Governo e povo haviam se apercebido dos perigos e das obrigações. Estas eram o mais importante, as obrigações do governo ante as questões regionais, pois, acrescenta o autor, ainda que os perigos não existissem, o que importava era que o governo não poderia se escusar delas. Enfim, o autor vai aos poucos e sutilmente movimentando o eixo do seu discurso acerca da cobiça internacional que rondava a Amazônia, inclusive aventando uma possibilidade de essa cobiça nem ter de fato existido, e deixando às claras que o que realmente motivou a formação desse discurso de cobiça foi sua preocupação com a inserção da Amazônia nos projetos governamentais de desenvolvimento aos moldes capitalistas.

E com uma dúvida posta em *IACB*, Reis completa o sutil movimento no seu discurso. Após uma série de questionamentos que sugerem um balanço do que já se havia realizado na Amazônia, pergunta o autor: "há realmente um interesse universal sobre a Amazônia?". Uma pergunta no mínimo contraditória para quem vinha a todo tempo afirmando que a região estava no interesse de outras nações. Portanto, nesse momento de constatação da ação estatal na Amazônia, o discurso da cobiça, como se ao autor não tivesse se apercebido disso, parece se afrouxar, movimentando, assim, a base que deu sustentação às suas ideias para a região amazônica.

O *IACB* pode ser sintetizado como as reflexões de um autor que, apesar de reconhecer que havia uma consciência nacional sobre a Amazônia, muitas vezes não tinha clareza quanto à eficiência, do se ponto de vista, das ações do governo militar na região. Desse modo, apresento essas reflexões que se fizeram calcadas em uma certeza, a de que a Amazônia passara efetivamente a ocupar importante espaço nas preocupações do Governo Federal e na consciência nacional, mas, no entanto, observa-se que o autor tinha receio que houvesse o esfriamento dessas preocupações ao longo do tempo.

Publicado em 1972, mesmo ano em que saiu a quarta edição de *A&CI*, *IACB* pode ser um importante aferidor das impressões do autor em meio ao processo no qual se davam as obras do governo militar na região amazônica. Uma certeza o autor tinha, a de que a Amazônia estava na consciência nacional e havia se tornado pauta importante no governo

devido à sua denúncia feita em livro. Mas quais eram, até aquele momento, os resultados efetivos da Operação Amazônia na região? Quais as avaliações de Arthur Reis sobre o tema?

Esse é o tema da compilação de "ensaios" apresentados nos oito capítulos que compõem *IACB*. Dentre esses ensaios, alguns parecem ser transcrições de palestras proferidas por Arthur Reis e, provavelmente, não passaram por uma revisão, pois em muitos momentos os temas se repetem. Há casos, por exemplo, de uma ideia aparecer num parágrafo de um capítulo e em outro ela se repetir, inclusive com o uso das mesmíssimas palavras. Portanto, a edição não parece ter sido descuidada somente pela editora, como afirmou Valdemar Cavalcanti, havendo um descuido do próprio autor.

Apesar das ideias se apresentarem num "vai e vem" ao longo do livro, parecendo serem resultado de reflexões realizadas pelo autor entre 1966 e 1971, procurei organizar a análise buscando compreender quais são as avaliações do autor quanto às ações do governo militar na Amazônia realizadas nesse período.

No prefácio de *IACB,* Reis mantém o mesmo sentido do que já vinha afirmando nos prefácios de *A&CI*. Pode-se mesmo até afirmar que o novo livro do autor apresenta o clímax do seu autorreconhecimento quanto ao impacto que suas ideias haviam alcançado, a ponto de formar uma consciência nacional acerca da urgência de se investir em políticas de desenvolvimento na Amazônia antes que a região fosse tomada por nações estrangeiras. "Durante muito tempo, na paixão do que a região representava, pois filho dela, era ela a minha constante para as reflexões e as meditações como para os atos com que procurava servi-la, procurei propô-la ao Brasil, à consciência do Brasil"[511], afirma Reis.

O autor, todavia, reconhece não ter sido o pioneiro na ação de propor a Amazônia como assunto importante no contexto nacional. Euclides da Cunha, João Martins da Silva Coutinho e Barbosa Rodrigues já haviam antes feito esse trabalho, porém não conseguiram criar "um movimento de opinião capaz de revelar a existência de um estado de consciência sobre o que ela valia e sobre a necessidade de uma política, que chamamos agora de integração"[512]. Com isso Reis afirmava que, se não fora ele o primeiro a tratar da importância da Amazônia, fora o primeiro capaz de causar um movimento nacional que passou a discutir políticas de integração econômica da região.

O autor lembra novamente, como já havia feito em *A&CI*, que quando alertou o Brasil acerca dos riscos que a Amazônia corria, estava ciente de que enfrentaria aqueles que se levantariam para acusá-lo de "irrefletido, criador de problemas irreais, sedento de novidades

[511] REIS, 1972b, p. 10.
[512] REIS, 1972b, p. 10.

escandalosas"[513]. Nesse sentido, ele se compara a Roberto Simonsen, que se propôs a uma mobilização visando à aprovação "de um vasto Plano Marshall", ideia pela qual sofreu sérias resistências. Mas nos dias que corriam já se iniciava a realização de programas compostos a partir de suas propostas, antes tão condenadas. Tal como havia ocorrido com Simonsen, naquele momento acontecia com ele próprio, que àquela altura tinha o reconhecimento de suas ideias. Afinal:

> A Amazônia está hoje na consciência nacional, governo e povo, como um problema que é necessário enfrentar e resolver com decisão nossa. Possuímo-la fisicamente, politicamente. Faz-se preciso possuí-la mais densamente, para transformá-la de puro estado de natureza em espaço dominado pelo homem como fruto da sua capacidade. [...] Daí porque já podemos afirmar que há um impacto amazônico na civilização brasileira e de que a política que se vem adotando para apressar e melhor conduzir o processo de desenvolvimento e a integração nacional é a mais positiva demonstração.

Em síntese, o autor afirma que se podia medir o impacto que a Amazônia estava causando pelas obras que o Governo Federal estava realizando na região. Essas políticas do governo militar para a Amazônia deram lugar, novamente, a rompantes de grande euforia no discurso de Reis, à semelhança do que havia ocorrido no período varguista. Agora, no entanto, havia um Arthur Reis esperançoso, porém mais cético que aquele da década de 1940, certamente resultado das frustrações causadas pelas promessas varguistas, feitas e não cumpridas. O Arthur Reis da década de 1970 pendula entre a certeza de que a região estava nas preocupações nacionais e a incerteza do quanto as políticas, até então realizadas pelo governo militar, iriam realmente redundar em ações duradouras e resolutivas rumo ao almejado desenvolvimento amazônico.

Portanto, essas incertezas aparecem em *IACB* em textos que continuam a afirmar o interesse estrangeiro pela Amazônia, embora apareça no segundo capítulo aquele "ponto fora da curva", onde o autor pergunta se haveria mesmo um interesse universal pela Amazônia. Como os textos, certamente, foram escritos ao longo de quatro anos (1968/1972) e não passaram pela devida revisão do autor, essas contradições são constantes e refletem exatamente o momento que Reis vivia: a Amazônia estava na consciência do governo e do povo, mas como confiar que as obras em andamento seriam continuadas? Na dúvida, melhor seria manter o fogo sagrado da ideia de cobiça internacional.

O autor inicia o primeiro capítulo fazendo uma descrição das características físicas da Amazônia evidenciando sua exuberância e sua baixa densidade demográfica, e após classificá-la como "império do Brasil", volta a repetir o discurso da necessidade de ocupá-la.

---

[513] REIS, 1972b, p. 10.

Enfim, o autor continuava em campanha pelo desenvolvimento da Amazônia, por isso repete os discursos anteriores, reitera o perigo da cobiça, defende a necessidade de investimentos em órgãos de pesquisas na região, como o Inpa, afirma as deficiências e o que deveria ser realizado na Amazônia nas áreas da comunicação, da industrialização, menciona as políticas de fronteiras e, finalmente, entra em assuntos referentes às políticas do governo militar para a região, optando por fazê-lo por uma rápida análise das políticas de incentivos fiscais apresentada aos investidores na *I RIDA*, aqui já mencionada.

Arthur Reis a nomeia apenas de Reunião dos Investidores Nacionais, assim como também o fizeram alguns jornais na época. Na avaliação do autor, a reunião foi proveitosa e poderia redundar em muitos dividendos para a Amazônia e também para o país, que não poderia mais continuar crescendo ignorando os desequilíbrios regionais. Em seguida, Reis se lamenta pelo fracasso que foi a SPVEA, órgão que despertou a esperança da região: "criada e inicialmente posta a funcionar sob tantas cautelas e rigorosismos[514], perdeu-se como experiência, envolvida em politicagem primária que é a constante de nossa vida partidária"[515]. Apesar disso, outros órgãos se dispuseram "na decisão de assegurar a permanência da Amazônia para o Brasil – as classes armadas e o Itamarati". Veja que na frase está contida a ideia de que, se assim não fosse, a região seria perdida pelo país, tomada por nações estrangeiras.

Esse primeiro capítulo de *IACB* parece ter sido proferido e/ou escrito em fins de 1966 ou nos primeiros dias de 1967, visto que o autor menciona a reunião, ocorrida na primeira semana de dezembro de 1966, mas, mesmo falando em incentivos fiscais, em nenhum momento se reporta à Zona Franca de Manaus, possivelmente porque ela ainda não havia sido criada. Esta seria institucionalizada dias depois, em 28 de fevereiro de 1967. Por isso, a avaliação de Reis quanto à reunião se dá no calor dos acontecimentos, não possibilitando uma análise dos seus efetivos resultados.

Após tratar da reunião e se lamentar pelo fim que teve a SPVEA, o autor, um tanto quanto reticente, questiona: "A operação Amazônia, decretada pelo Presidente Castello Branco, será, no entanto, realmente, o início de uma grande ação estratégica?"[516]. Como não estava tão seguro de que as políticas recém-iniciadas pelo governo militar realmente se afirmariam, o autor prossegue ratificando a necessidade de que, nesse momento, as ações fossem efetivamente continuadas. Para tanto, relembra as características físicas da região, que

[514] É obvio que o elogio que Reis faz ao funcionamento inicial da SPVEA se referia ao período em que ele próprio foi superintendente do órgão.
[515] REIS, 1972b, p. 24.
[516] REIS, 1972b, p. 25.

pelas dimensões poderia ser considerada "o império do Brasil" e, portanto, deveria "merecer as maiores atenções do Governo da União. Sua integração – repetimos – corresponde à grande operação geopolítica do futuro. Essa operação não pode ser realizada com a pulverização de recursos minguados [...]"[517].

Para que a nova política adotada para a região não perecesse pelos mesmos motivos que impediram que as intenções de Getúlio Vargas se realizassem, Reis sugere o que já havia feito em outros momentos, inclusive em carta direta ao próprio presidente Castelo Branco, a saber, a necessidade de se criar o Ministério da Amazônia, que "traria, sem dúvida, em primeiro plano, velocidade na execução das metas que sejam elaboradas para aqueles fins primordiais"[518]. Essa, sim, seria a ação acertada a ser realizada no bojo da Operação Amazônia, pois, entre outros benefícios, evitaria "o desperdício perigoso de tempo, de recursos e de esforços, [podendo] constituir-se em esplêndida contribuição da União para a integração efetiva da Amazônia na civilização brasileira"[519].

Afinal, e já em termo de conclusão do capítulo, afirma Reis:

> O sentimento nacional com referência a Amazônia se modifica a olhos vistos. Os conceitos tradicionais e negativistas respeitantemente às possibilidades do aproveitamento econômico dos recursos naturais da região, estão caindo um a um, cedendo lugar ao despertar da consciência do Brasil para o seu próprio império. O Governo da União emanado da vontade nacional, se assim o é, não pode também, refletindo aquele sentir coletivo, ignorar os anseios mais justos e legítimos da Amazônia[520].

Nesse caso, o anseio mais justo para a região era a criação do Ministério da Amazônia, que daria solução de continuidade às políticas voltadas para aquela área do norte do país. Desse modo, o governo resolveria a questão da industrialização e mais uma gama de problemas "que desfilam diante da responsabilidade dos homens públicos brasileiros", como os relacionados à educação, à saúde, à energia, à comunicação, à habitação e ao transporte. "O Brasil não pode continuar, portanto, aguardando que em futuro distante lhe venham sobrar as energias necessárias para a grande aventura da imposição de sua vontade, integrando a Amazônia aos seus melhores padrões de civilização", adverte o autor.

Nota-se que Arthur Reis funcionava como uma espécie de fiscalizador do governo, pressionando-o a realizar o que prometera e ainda sugerindo que se criasse um novo ministério a fim de agilizar as políticas propostas. Ainda que o autor estivesse ocupando sua função de membro e depois de presidente do Conselho Federal de Cultura, órgão criado pela

[517] REIS, 1972b, p. 25.
[518] REIS, 1972b, p. 25.
[519] REIS, 1972b, p. 25.
[520] REIS, 1972b, p. 25.

ditadura militar, ele não se esquivava do papel de "defensor" do desenvolvimento da Amazônia, mesmo que isso custasse criticar/cobrar o governo do qual fazia parte[521]. Talvez tal posição sugira o grau de respeito que suas ideias ocupavam entre os militares[522].

No capítulo seguinte de *IACB*, no qual a proposta era discutir "a Amazônia na integração latino-americana", ampliando, portanto, a análise para as áreas amazônicas pertencentes à Bolívia, ao Peru, ao Equador e à Venezuela, Arthur Reis, na verdade, discorre muito pouco sobre o tema a que se propõe, talvez porque dispusesse de poucos dados concretos para tal, como ele próprio afirma[523].

O tema que realmente predomina no capítulo é a Amazônia brasileira. O autor trata das questões costumeiras, como a inexpressiva densidade populacional, o predomínio do extrativismo e a ínfima presença de capitais e técnicas modernas, fato revelador da ausência de "dinâmica ou coragem decisória" do homem amazônico[524]. Para minimizar a situação, afirma que não estava tratando de forma negativista as práticas do homem amazônico, pois a este estava assegurado o crédito de permanência na região, apesar da natureza rigorosa e dos equipamentos insuficientes que só poderiam mesmo gerar poucos resultados. O certo é que Reis acreditava que a população amazônica possuía um "status cultural [...] inexpressivo"[525], situação que, em sua concepção, seria modificada à medida que a região entrasse para o mundo do capital.

"A Amazônia não é nem paraíso, nem mundo agressivo, impossível de ser conquistado", prossegue o autor, pois se a África "está sendo dominada e transformada" pelo uso da técnica e com programas de trabalho dos quais se têm expressivos resultados, muito mais o seria a região amazônica se tal como na África se lançasse mão de "bom comando, direção certa, avisada, programas que não importem em fantasias, mas sejam elaborados em termos de investimentos respaldados pelos estudos preliminares"[526]. Em suma, Reis queria apenas reiterar aquilo de que falara em *A&CI*, onde desconstruíra a tese de Pierre Gourou, autor que afirmava ser a Amazônia uma área hostil, onde não seria possível desenvolver a agricultura e, portanto, o povoamento.

Na sequência, Reis pergunta o porquê de a região ainda não ter sido incorporada ao mundo civilizado e afirma que as sociedades amazônicas, até aquele momento, se haviam

---

[521] Assim como o fez em maio de 1965, quando foi para os jornais denunciar a criação de uma fundação, como já mencionado no início deste trabalho, temática mais detidamente analisada no capítulo cinco.
[522] Reis fez diversas conferências para os militares, inclusive na Escola Superior de Guerra, sem contar que foi indicado por Castelo Branco para assumir o governo do Amazonas em 1964.
[523] REIS, 1972b, p. 31.
[524] REIS, 1972b, p. 31.
[525] REIS, 1972b, p. 35.
[526] REIS, 1972b, p. 32.

imposto à "admiração universal [apenas] [...] pela insistência de sua permanência e nunca porque tivessem promovido o domínio da natureza e nela criado os grandes quadros de uma cultura ponderável". Ao contrário disso, tudo se fazia de forma lenta.

Apesar de defender a plena possibilidade de desenvolvimento da região, o autor faz perguntas, entre as quais algumas que soam, no mínimo, contraditórias em relação ao que antes vinha afirmando. No que se refere aos aspectos físicos da região, pergunta o autor:

> Seu solo é pobre ou realmente rico? [...] Sua fauna e sua flora autorizarão uma economia próspera ou determinarão a permanência do estado atual? [...] Malárias e outras endemias que papel representaram ou ainda representam como força impeditiva da existência de uma sociedade realizadora?[527]

Em *A&CI*, o autor rechaçava as ideias de Pierre Gourou, uma delas, a de que o solo das áreas tropicais seria pobre, mas agora, contraditoriamente, Reis coloca a questão em dúvida. O autor também defende veementemente a prática da agricultura, inclusive afirmando que foi amplamente realizada pelos portugueses na região amazônica, mas, nesse momento, parece não ter tanta certeza quantos às possibilidades do solo amazônico. Como se pode perceber, essas perguntas em nada se assemelham às afirmações sempre contundentes de que a região era um vasto campo de possibilidades para o Brasil. Suas perguntas também punham em dúvida a efetiva condição da Amazônia como área em potencial para a realização da industrialização e as necessárias aberturas de estradas das quais as indústrias dependiam para funcionar:

> As estradas que abrem novas perspectivas para a ocupação da terra firme constituem uma revolução? O parque industrial em instalação pode assegurar uma sistemática de vida nova à Amazônia? Tem possibilidade de efetivar-se e desenvolver-se com velocidade? Os mercados vizinhos poderão ser conquistados com o que a produção industrial da Amazônia apresenta?[528]

Observa-se, então, que se o autor sempre defendeu a abertura de estradas e a industrialização da região, nesse texto não estava tão certo dos resultados que essas ações alcançariam. Ele faz também questionamentos quanto à população amazônica e à população que para lá imigrou. Dentre as perguntas, uma chama a atenção, desta vez, não por ser contraditória, mas por revelar o que o autor pensava sobre os indígenas: "O elemento indígena constitui um entrave ao pioneirismo de conquista e de ocupação do espaço ou pode e deve ser preservado ou ainda integrado numa nova sociedade, dela participando em atividades para que seja indicável?"[529]. Em síntese, Reis queria saber qual lugar estaria destinado ao nativo na nova Amazônia em desenvolvimento. Era um estorvo ao processo de ocupação? Deveria

[527] REIS, 1972b, p. 33.
[528] REIS, 1972b, p. 33.
[529] REIS, 1972b, p. 34.

permanecer em áreas preservadas ou deveria servir ao capitalismo, participando do desenvolvimento da região? Enfim, o autor não estava certo de que os indígenas tinham direito às suas próprias terras, e nem poderia ter essa certeza, visto que este não seria um discurso condizente com quem participava ferrenhamente do grupo que defendia o desenvolvimento da região.

Outras perguntas a causarem estranheza são as referentes às instituições de pesquisa localizadas na Amazônia:

> O Instituto Agropecuário do Norte, que já fez de efetivo no cumprimento de seus objetivos? E o Instituto Nacional de Pesquisas na Amazônia? O Instituto de Pesquisas Evandro Chagas tem produzido eficazmente? O Instituto de Pesquisas do Amapá está cumprindo seu programa de trabalho? [...] As Universidades Federais do Pará e Amazonas, em que termos e dimensões estão contribuindo para elevar culturalmente a região?[530].

Nem parece o mesmo autor que sempre defendeu essas instituições, que, apesar dos poucos recursos, havia a todo o tempo e heroicamente produzido bons resultados. Por fim, o autor faz a pergunta já citada anteriormente: "Há realmente um interesse universal sobre a Amazônia?". Pergunta essa que põe em dúvida o interesse de outras nações em relação à região amazônica, o que contraria o fundamento do seu discurso. Essas questões se apresentam, portanto, como um "ponto fora da curva" no discurso que o autor vinha construindo e que reiterou em outros momentos, inclusive no próprio *IACB*. E as respostas, segundo Reis, seriam necessárias, "porque através delas é que poderemos dispor de elementos essenciais ao equacionamento de qualquer política a ser promovida com intensificação de instrumental técnico, financeiro, humano e perspectivas não românticas"[531]. No final das contas, essa lista de questionamentos, posta por Reis, pode também exemplificar o momento que ele vivia, momento que lhe dava a certeza de que a Amazônia estava na consciência nacional, mas que a batalha ainda não estava vencida. Certamente, ele tinha receio de passar pelas mesmas frustrações pós-Governo Vargas, por isso vemos um autor ainda em campanha, pressionando o Governo Federal a realizar seu antigo sonho de ver a Amazônia desenvolvida.

Quanto à análise de Reis sobre a Operação Amazônia, neste capítulo específico o autor faz uma síntese do interesse do governo brasileiro em relação à região, que se deu desde o "primeiro planejamento em grande estilo"[532], de 1912, realizado pelo presidente Marechal Hermes da Fonseca, no que ficou conhecido como plano de Defesa da Borracha, passando pelas realizações do Governo Vargas, com a criação da SPVEA. Dessa vez, em vez de citar o

[530] REIS, 1972b, p. 34.
[531] REIS, 1972b, p. 34.
[532] REIS, 1972b, p. 39.

envolvimento do órgão com corrupção, como fez no capítulo anterior, optou por fazer uma defesa do período no qual foi seu superintendente, ressaltando o cumprimento da elaboração do Programa de Emergência e do Primeiro Plano Quinquenal, ambos realizados dentro do prazo estipulado pela legislação. Entre outras coisas, ele "previa a ocupação do espaço por uma sociedade estável e culturalmente dignificada"[533]. No entanto, o Plano Quinquenal nunca mereceu a atenção do Congresso, "até hoje não foi aprovado ou recusado"[534], afirma o autor. Mas, finalmente, a situação parecia apontar para novas perspectivas:

> Em 1966, o Ministério Extraordinário para os Organismos Regionais procedeu ao balanço rigoroso da situação, assinalando a urgência de uma decisão governamental para que a ocupação do extremo-norte passasse da esfera dos diálogos intermináveis, dos projetos sob permanente discussão, da literatura sensacionalista para as operações objetivas. Déramos um alarme em livro, já em terceira edição – "A Amazônia e a cobiça internacional". A nação começara a tomar consciência da gravidade da problemática amazônica, como capítulo muito sério da problemática brasileira. A tentativa da infiltração estrangeira, às nossas advertências, temos a alegria da denúncia pioneira, a qual levantou o país em um pronunciamento unânime, provocou a inércia nacional[535].

O Ministério do Interior, prossegue o autor, estava se ocupando daquilo que era o objetivo exato daquela pasta: "a integração do território que, por motivos vários, distanciaram-se do progresso"[536]. Portanto, em relação à Amazônia, a fim de realizar aquele objetivo, o Ministério do Interior

> enfrentou o desafio e, com nova organização criada para substituir a SPVEA, agora a SUDAM, programou a ocupação do território, mobilizando recursos, técnica, iniciativas, num propósito que nos parece acertado. O perigo da interferência estrangeira e a consciência de que a conquista da Amazônia não é apenas dever, mas operação capaz de nos credenciar para a potencialidade que está a chegar-nos, conduz a essa nova atitude do poder federal[537].

O autor se refere à Operação Amazônia, uma vez mais indicando-a como ação governamental resultante dos impactos que *A&CI* havia causado. Como afirmei, Reis apresenta a satisfação de quem está confortável em ver a região nas preocupações nacionais, mas ao mesmo tempo se sente incomodado por não ter certeza dos resultados que estavam por vir. Nesse momento ele desconfia das potencialidades da região: "se a Amazônia, como potencialidade imediata, não for aquele mundo que todos imaginamos, essa tecnologia avançada não terá dificuldade em vencer o desafio, dominando a natureza e nela impondo a sua decisão de transformá-la em humanidade"[538].

---

[533] REIS, 1972b, p. 43.
[534] REIS, 1972b, p. 43.
[535] REIS, 1972b, p. 44.
[536] REIS, 1972b, p. 44.
[537] REIS, 1972b, p. 44.
[538] REIS, 1972b, p. 49.

No terceiro capítulo de *IACB,* Arthur Reis apresenta uma visão extremamente negativista e incrédula ante as políticas que se vinham realizando para a Amazônia. Reafirma o estado de consciência que o brasileiro havia alcançado acerca da região que poderia se apresentar como "reserva de ilimitadas possibilidades para o futuro"[539], mas, para isso, exigiam-se investimentos de capitais e técnicas modernas, por meio dos quais o homem se sobreporia à natureza "que parece hostil até o presente, mas na verdade pode ser por ele dominada e possuída para uma ação criadora"[540]. A tese de que a região era imprópria à "ação humana visando à civilização" fora vencida e cedeu lugar à conclusão de que "evidentemente a Amazônia pode ser útil à humanidade como espaço, como reserva, como área ecumênica"[541]. Veja que, novamente, o autor rechaça as afirmações de Pierre Gourou e volta a defender as possibilidades de desenvolvimento econômico da região.

Em seguida retoma o assunto relativo aos estrangeiros, que,

> ou porque realmente tenham ciência do que vale a região ou porque suspeitam do que ela possa valer, formulam planos para integrá-la num sistema de domínio manso, pacífico, em que possam realizar aquelas tarefas essenciais a seus apetites e a seus desígnios econômicos. De qualquer modo, a Amazônia entrou nas preocupações universais.[542]

Diversamente da pergunta que fez no capítulo anterior – "Há realmente um interesse universal pela Amazônia?" –, agora o autor afirma haver esse interesse. E assim o faz porque, nesse capítulo específico, num rompante de desesperança, sobressaltava-se aquele autor de *A&CI* que clamava pelo desenvolvimento da região. Parece que a política promovida pela ditadura militar, em seus estágios iniciais, não estava agindo com a rapidez que o autor esperava. Por isso, Reis tratava de pressionar os responsáveis e, é claro, sempre apelando para o discurso da cobiça estrangeira, discurso esse que o autor acreditava ter sido um propulsor para a ação governamental.

Por isso, continua o autor, se há esse interesse universal pela região, "cabe aos que a possuem, física e politicamente uma decisão" de desenvolvê-la[543]. E para dar força ao seu chamamento aos responsáveis por tomar essa decisão, Reis menciona o *Correio da Manhã*, de 25 de novembro de 1967, que trazia uma matéria onde afirmava haver um desafio amazônico, indicativo da necessidade de uma política de Estado que atuasse junto à iniciativa privada. Mais ainda, a reportagem era um demonstrativo de que havia "um estado de espírito nacional" acerca da urgência em se desenvolver a região, e isso não poderia ser desprezado pelo poder

[539] REIS, 1972b, p. 54.
[540] REIS, 1972b, p. 54.
[541] REIS, 1972b, p. 54.
[542] REIS, 1972b, p. 54.
[543] REIS, 1972b, p. 54.

público, que não poderia desviar-se dos "seus melhores objetivos". "O desafio existe, é velho e aguarda a maturidade dos estadistas, do empresariado nacional, dos estrategistas nacionais, que planejam as conquistas do futuro [...]"[544]. A Amazônia continuava àquela altura ainda "em estado de natureza em ser e não natureza vencida pela humanidade"[545], afirma Reis.

Faltam pesquisas, faltam respostas científicas, muito do que se havia feito até então, em relação à ocupação da região, fizera-se amadoristicamente, "sem a preocupação senão a de um utilitarismo imediatista", reclama Reis. Tudo isso resultou em "criminosa atuação", que se explica pelo "primarismo das populações que a promovem, ignorantes dos crimes que cometem contra seu próprio destino e o de seus descendentes empobrecidos se prosseguir a faina drástica que já eliminou espécies e ameaça outras", como o que ocorreu ocasionando "o desaparecimento de grupos indígenas"[546]. Reis criticava a economia da região, até então realizada sob bases extrativistas, chamando o Estado a uma ação desenvolvimentista planejada para a Amazônia.

Prosseguindo no tom negativista, questiona o autor, em alguns casos retomando as perguntas do capítulo anterior de *IACB*:

> Aquela decisão, anunciada pelo Presidente Getúlio Vargas, em Manaus, de transformar a Amazônia, de capítulo de geografia física em capítulo de história da civilização, porque até o presente não foi cumprida? Frustração dos que comandavam a vida nacional? Reação do meio físico a uma política de domínio efetivo pela ocupação e exploração dos bens ali acumulados pela mão divina? Incapacidade dos brasileiros para a tarefa que exige condições especiais dos que se determinarem à operação? [...] Seu solo é pobre, seu subsolo não possui a riqueza que anunciaram? [...] A Amazônia será um logro, que a vestimenta florestal e o gigantesco da bacia hidrográfica impedem de constatar?[547].

Segundo o autor, tudo que se tinha criado para a região até o momento visando obter resultados nunca havia recebido a atenção necessária do Estado. Todas as instituições haviam padecido de falta de recursos e foram prejudicadas pelo descumprimento da legislação que previa os 3% da renda tributária da União para o desenvolvimento da região. A SPVEA não funcionou, seu primeiro plano quinquenal não foi posto para apreciação pelo Congresso Nacional. O Inpa, até o momento, não havia recebido os investimentos mínimos necessários, e seu encargo de estudar as potencialidades da Amazônia não pôde ser cumprido. E quanto ao fato de a região estar na consciência do Brasil, "nem por isso poderemos afirmar que esse

[544] REIS, 1972b, p. 54.
[545] REIS, 1972b, p. 55.
[546] REIS, 1972b, p. 56.
[547] REIS, 1972b, p. 55.

estado de consciência está produzindo os frutos maduros que devemos exigir que sejam produzidos"[548].

A política para a região estava sendo realizada por meio da Sudam, da Zona Franca de Manaus, do Inpa, do Banco de Crédito da Amazônia (Bancrea), do Instituto de Pesquisas Agropecuárias da Amazônia (Ipeam), do Instituto Evandro Chagas (IEC), entre outros, todos oriundos da Operação Amazônia. Mas "todo esse vasto mecanismo de Estado, cabe a pergunta, estará produzindo os resultados programados? Já houve tempo suficiente para verificar-se de seus rendimentos? Sua multiplicidade não acarretará conflitos e dificuldades de execução?"[549].

Os resultados só viriam, segundo Reis, com o estabelecimento de infraestrutura adequada na região, o que daria base ao investimento do capital privado. "Volto a perguntar – essa operação preliminar da elaboração rápida da infraestrutura, a cargo do poder público, está sendo realizada e, na hipótese afirmativa, realizada em termos de eficiência efetiva?". Após essa pergunta e, contraditoriamente, as críticas feitas ao Estado em todo o início do capítulo, Reis passa a afirmar que "as iniciativas governamentais que se vêm anunciando, e sobre que, até bem pouco, havia sérias dúvidas, não podem mais ser ignoradas e contestadas. São reais"[550]. O que estava faltando era resposta da iniciativa privada, faltava "espírito empresarial", avalia o autor. As ações da Sudam, nesse aspecto, eram ainda muito tímidas. Reis, que em todo o capítulo terceiro de *IACB* criticou o Estado, agora parece querer dividir a culpa com a iniciativa privada.

Na sequência, o autor retoma as críticas, dessa vez relativas à Zona Franca de Manaus, que não estava cumprindo seus objetivos de industrialização, visto que permanecia apenas como promotora do comércio de produtos importados, desvios que se deviam "mais por consequência de imaturidade e pelas circunstâncias muito locais". Faltavam, assim, "atos firmes dos seus próprios dirigentes"[551].

A situação exigia mudança, "porque se até o presente [a Amazônia] não passou de um capítulo viçoso de aventura, essa condição de área continuamente pioneira, apropriada para experiências de toda espécie, não pode ter prosseguimento. Faz-se necessário que passemos à nova fase"[552]. Não era aceitável que a região continuasse exportando apenas produtos primários e ainda importando produtos alimentícios. Devia-se promover uma agricultura de

[548] REIS, 1972b, p. 60.
[549] REIS, 1972b, p. 61.
[550] REIS, 1972b, p. 62.
[551] REIS, 1972b, p. 64.
[552] REIS, 1972b, p. 64.

subsistência e, também, aquela destinada à exportação de produtos como café, anil, açúcar e algodão.

Concordando com uma reportagem do *Jornal do Brasil* que, segundo Reis, afirmava ser a Amazônia o desafio do século XX, assim conclui:

> Nossa maturidade será justamente encontrada e proclamada no dia em que tivermos respondido, não apenas com pensamentos, mas com atos decisivos e permanentes, que revelem a existência de uma política de todos, a esse desafio. Empresa de brasileiros, a que devem dar a sua contribuição militares, civis, religiosos, homens de empresa, poder jovem, técnicos de toda espécie, a conquista da Amazônia assegurará ao Brasil a sua potencialidade[553].

O que se depreende desse capítulo é que até àquela altura a atuação do Governo Federal na região não estava do agrado do autor. O desenvolvimento que ele aguardava ainda não havia chegado.

No capítulo seguinte[554], Reis se dedica a convencer o leitor, como já havia feito em *A&CI*, de que no período colonial houve na Amazônia "uma deliberada e bem programada ação de Estado, que proporcionou excelentes resultados tendo em vista os interesses mercantis e políticos do velho Reino ibérico". Se não houve exatamente um plano de Estado para a região naquele período, houve, entretanto, "uma política governamental com tal objetivo"[555]. Reis relembra que essa ação do Estado português havia sido tema de seus livros *A política de Portugal no Vale Amazônico*, *Estadistas portugueses na Amazônia*, *A Amazônia que os portugueses revelaram* e *Aspectos da experiência portuguesa na Amazônia*. A mensagem que ele queria deixar era que estava mais do que provado, historicamente, por meio dos seus livros citados, que Portugal havia agido acertadamente em suas políticas para a Amazônia – era a reafirmação do modelo português do qual tratei nos capítulos anteriores.

Durante o Império, apesar de a região não ter tido os mesmos cuidados que recebeu no período colonial, nem por isso deixou de obter a atenção do Estado, principalmente na fase em que "potências estrangeiras pretenderam ter acesso ao vale"[556]. Mais uma vez se nota o autor num esforço por ancorar-se na autoridade da história, a fim de nela se pautar para exigir a atuação do Governo Federal, que deveria seguir o exemplo dos homens do passado.

No Brasil independente, todas as tentativas de desenvolver a região não deram os resultados esperados. Estaria "perdida a partida?", questiona Reis, ao que ele mesmo responde:

---

[553] REIS, 1972b, p. 25.

[554] Ao longo do texto, fica claro que esse capítulo foi a transcrição literal de uma palestra proferida por Reis em Belém. Não é possível saber, entretanto, qual o ano em que ela foi realizada nem para qual público o autor falou.

[555] REIS, 1972b, p. 71.

[556] REIS, 1972b, p. 72.

> Os programas de trabalho que se anunciam agora e cobrem muitos dos aspectos da problemática amazônica parecem-nos perfeitamente exequíveis. A decisão de realiza-los é que nos dará a certeza de se atingimos, realmente a maturidade para um empreendimento gigantesco e se a Amazônia pode ser efetivamente uma conquista do homem sobre a natureza tropical[557].

Uma vez mais, Reis demonstra que não havia discordâncias entre suas ideias e as políticas propostas para a Amazônia pelo Governo Federal. Sua preocupação era se a Operação Amazônia seria realmente efetivada ou se seria um malogro, como a tentativa varguista de desenvolver a região, período no qual "novos planos foram elaborados [...], [mas] a falta de consciência pragmática e cívica dos responsáveis pelo poder federal e também pelos poderes estaduais explica que a política adotada tivesse sido comprometida"[558]. O trabalho de Reis em *IACB* foi, portanto, pressionar o Estado com vistas à continuidade das obras iniciadas pela Operação Amazônia.

Pressionar o Estado e também a Igreja, sempre garantindo a legitimidade do seu discurso por meio da autoridade da história no melhor estilo dos usos políticos do passado, foi o que, invariavelmente, fez o autor. Essa é a tônica do quinto capítulo, no qual Reis inicia retomando os objetivos da Igreja Católica desde sua fundação, criada "para servir aos homens em suas aflições e problemas espirituais, em nenhum momento, através dos tempos, [...] deixou de cumprir as obrigações que o Cristo lhe havia determinado na fidelidade à palavra de Deus [...]"[559]. Passando pela Idade Média, período onde a atuação da Igreja "multiplicou-se nas ações de humanidade, de fraternidade, de assistência social [...]"[560], coube-lhe o mérito de ter criado o direito social, sempre trabalhando para promover o "bem-estar coletivo" até a Idade Moderna, período no qual a Igreja levou as "verdades religiosas [...] às populações primitivas que o europeu, na expansão geográfica, ia descobrindo, domesticando, dominando politicamente e possuindo para a aventura econômica do comércio da especiaria rendosa"[561]. Arthur Reis afirma que durante a expansão marítima o objetivo primeiro não era a "implantação da cristandade nos corações primários dos povos jovens da África, da América ou dos povos velhos no tempo da Ásia distante [...]". Visava-se ao enriquecimento, os objetivos eram econômicos, reconhece o autor. Por isso,

> A presença da Igreja, nessa fase histórica do mundo, foi uma presença eficiente, que permitiu salvar milhões de seres que teriam sido eliminados aos contatos com os europeus pela difusão de moléstias, pelas mudanças de técnica de vida, pelo sistema de escravização que lhes foi imposto mais severamente, pelo estado de guerra em

[557] REIS, 1972b, p. 76.
[558] REIS, 1972b, p. 76.
[559] REIS, 1972b, p. 79.
[560] REIS, 1972b, p. 80.
[561] REIS, 1972b, p. 80.

> que viveram as duas sociedades [...]. A presença da Igreja foi uma presença sensível ao mal-estar que passaram a experimentar os povos imaturos da descoberta europeia. Fundou colégios, montou hospitais, conciliou grupos, alterou a feição da sociedade, dando-lhe novos status mais conformes com o status do mundo ocidental [...] Por fim, assinalemos, assegurou, àquelas gentes imaturas, a condição de membros do gênero humano. Deu-lhes a categoria de pessoas humanas [...] A presença da Igreja de Roma no ciclo de europeização da terra constituiu página admirável de heroísmo e de cumprimento da palavra de Cristo.[562].

No século XX, as questões que se impunham não eram mais aquelas das "sociedades primárias ou de culturas profundamente diferentes das que o Ocidente exportou", o que afligia era a fome e a miséria, problemas que a Igreja enfrentou "de peito aberto". Desse modo, "servindo a tais objetivos cristãos, fiel, portanto, à palavra do Cristo, não é demais recordar, insistir nesse particular, a Igreja de Roma está ao lado dos que desejam e conseguem a descolonização. Está do lado dos que ferem a batalha do subdesenvolvimento"[563].

O Brasil, como parte do Terceiro Mundo, devia esmerar-se para alcançar o nível de potência econômica e, como Reis deixou claro no prefácio de *IACB*, o desenvolvimento da Amazônia era de extrema importância para o ingresso do país no rol dos países do Primeiro Mundo. Porém, longe de estar no nível desejado, a região crescia "vagarosamente", as transformações econômicas se faziam lentamente. "Sua população, embora aumentando em índices progressivos, não aumenta no ritmo que desejaríamos para enfrentar o nosso deserto", afirma o autor. Os atrativos econômicos da região eram inexpressivos, não se equiparavam aos de outras regiões brasileiras. Os estudos científicos com os quais se deveria contar para o conhecimento aprofundado da floresta eram ainda insuficientes. Desse modo, o Brasil deveria se valer da tecnologia a fim de alcançar o desenvolvimento econômico, visto que se vivia um momento em que tecnologia e ciência haviam chegado a patamares elevados do conhecimento, embora em conflito com "a sociedade reacionária", apegada que estava a um tradicionalismo que deveria ser superado, posto que comprometia o país "aos olhos dos que progridem em louvor dos novos tempos [...]"[564]. Após essa digressão, constata-se o que autor queria realmente dizer: cabia à Igreja um importante papel no desenvolvimento da Amazônia e, consequentemente, do país, assim como havia ocorrido no passado.

> Impõe-se, vamos concluir, que as Igrejas em atuação no mundo amazônico assumam a responsabilidade de enfrentar o desafio. Com a armadura das decisões certas, ousadas, profundas, violentas mesmo se assim for necessário. A época da pacificação do gentio está sendo ultrapassada. O que é urgente fazer é pacificar os

[562] REIS, 1972b, p. 81.
[563] REIS, 1972b, p. 82.
[564] REIS, 1972b, p. 91.

> espíritos, trazendo-os à comunhão humana e resolvendo-lhe os problemas materiais que os diminuem.[565]

Para tanto, a Igreja deveria contribuir com instituições hospitalares, educacionais, com a "constituição sóbria, digna, da família", sem que para isso houvesse a necessidade do uso de métodos anticoncepcionais, visto que um dos maiores problemas da região amazônica era a "pobreza demográfica".

Em suma, a Igreja deveria ocupar-se das questões amazônicas, assim como o fizera "em passado não muito distante". Esse passado, constando a síntese da "atividade maravilhosa" da Igreja na região, afirma o autor, havia sido tema do seu livro *A conquista espiritual da Amazônia*. "A lição terá de ser perdida? Na atualidade, essa lição está sendo aceita e continuada?"[566], questiona Reis, chamando o Estado a aprender com a história ao não abrir mão da cooperação da Igreja:

> A ocupação da Amazônia, em que se empenham agora os poderes federais, conscientes dos perigos que a cercam se não ocorrer a ação governamental dinâmica, veloz, pragmática e não simbólica, objetiva, portanto, não pode ser levada a termo dispensando-se a participação da Igreja. Ela, como as forças armadas, serve à nação. Trabalha para a sua determinação. Participa de seu destino e de sua segurança, intangibilidade, processo de desenvolvimento. [...] Sem a participação da Igreja, força espiritual decisiva na conscientização das multidões e de nossas pobres gentes do mundo interior da Amazônia, não terá êxito o pensamento e o empreendimento do poder público. A lição do passado vale muito e essa lição nos leva a acreditar que a nova participação da Igreja deve ser incorporada aos programas oficiais, pelo que de efetivo ela representa e pelo que a experiência já comprovou[567].

Reis agora instigava as ações da Operação Amazônia a aprender com a história, valendo-se novamente dos usos políticos do passado. O Estado deveria ancorar-se no livro de autoria de Reis, *A conquista espiritual da Amazônia*, onde teria as lições de como incorporar a Igreja aos objetivos estatais de desenvolvimento da região. Quanto às atividades da Operação Amazônia especificamente, o autor as apressa, pois seria necessário agir acelerada e objetivamente, portanto não apenas no plano simbólico. Os textos de *IACB* foram construídos concomitantemente com as ações iniciais da Operação Amazônia, e o autor tinha pressa, revelando mesmo sua intensa preocupação e temor de ver, mais uma vez, os intentos do Estado em desenvolver a região fracassarem. Dessa vez, ele se sentia responsável pelo movimento nacional que estava ocorrendo, portanto não poderia deixá-lo naufragar. Por isso, fazendo uso da autoridade do discurso historiográfico, Reis conclama os que o estavam

[565] REIS, 1972b, p. 91.
[566] REIS, 1972b, p. 92.
[567] REIS, 1972b, p. 93.

ouvindo a que levassem suas ideias aos encarregados da "execução dos programas governamentais"[568].

Aliás, esta é a questão, o *IACB* é resultado da compilação, em sua maioria, de palestras que Reis realizou. Todas com o objetivo de acelerar a Operação Amazônia por meio do discurso e, na maioria das vezes, do discurso historiográfico. Foi dessa obrigação que se incumbiu desde o lançamento da ação do governo militar na região.

No sexto capítulo, outra vez Reis trata do grande vazio demográfico que era a Amazônia e reclama que sua população vinha crescendo, porém a passos muito lentos. No tempo do descobrimento, a população se fixou às margens dos rios, não procurando se estabelecer nas áreas de terra firme, "onde a floresta fechada lhe barrava os passos", e os que chegavam de fora não estavam dispostos à permanência definitiva. De semelhante modo, no período do auge da exploração da borracha, o povoamento da região não produziu "senão resultados de relevo secundário". A contribuição mais expressiva foi a dos nordestinos. Após isso, voltou-se a um "crescimento normal, vegetativo", que só foi interrompido com a chegada novamente de nordestinos que integraram a Batalha da Borracha, promovida por Getúlio Vargas no período da Segunda Guerra Mundial. Nesse momento, Reis aproveita para defender a política getulista e afirma que muitas inverdades haviam sido ditas, inclusive aquelas que anunciavam a morte de grande número de imigrantes nordestinos desaparecidos nos seringais, "quando sabemos todos que se procedeu a um incessante trabalho de preservação realizado com técnica e altíssima dedicação pelo pessoal especializado do Serviço Especial de Saúde Pública [...]".

Prosseguindo no tema do povoamento da Amazônia, Reis afirma que, nesse sentido, a contribuição de populações estrangeiras foi inexpressiva, e que, portanto, o vazio demográfico ainda era um problema. Mas entrecortando esses vazios havia núcleos populacionais com certa densidade demográfica, situação que serve como demonstrativa de que era possível a fixação do homem na Amazônia. O autor assegura, baseado num estudo de Amilcar Alves Tupiassú, que já havia uma população amazônica que se mantinha "fiel ao espaço onde nasceu", e isso não era exceção. Tratava-se, assim, de população local não constituída por imigrantes. Já havia também "um surto de atividades econômicas de maior grandeza, representada no esforço de industrialização regional, como toda a variadíssima ação governamental na área da infraestrutura com resultados positivos" que levavam à conclusão de que "o homem [estava] triunfando nos trópicos"[569].

---

[568] REIS, 1972b, p. 93.
[569] REIS, 1972b, p. 102.

Um efeito disso era a "política rodoviária" então em vigor. A ligação da Amazônia com outros estados já era uma realidade. A conexão rodoviária no interior da região se fazia fundamental na contribuição do povoamento da terra firme, o que significava "tirar a sociedade amazônica da margem dos rios onde ela se instalara e onde mora até hoje como se fosse composta de sáurios e não de espécie humana"[570]. Portanto, a ligação interna por estradas implicaria, para o autor, uma nova forma de povoamento:

> A Belém-Brasília foi o começo atual. Anteriormente, como lição positiva a Belém-Bragança levara à ocupação do espaço entre as duas cidades paraenses, comprovando a possibilidade do domínio da terra firme. Há hoje milhares de pessoas estabelecidas ao longo da rodovia, num processo de fixação capaz de assegurar, em termos de êxito, os programas da marcha para o oeste[571].

Observe que Reis retoma o termo "Marcha para o Oeste", característico do governo de Getúlio Vargas. E era exatamente isso o que a Operação Amazônia significava para o autor, a continuação da Marcha para o Oeste, iniciada em fins da década de 1930 e, até o momento da produção de *IACB*, ainda não realizada a contento. Ele prossegue incansavelmente no espraiamento de sua construção discursiva, sendo o *IACB* um dos meios utilizados para a irradiação de suas ideias gestadas em fins da década de 1950 e solidificadas em *A&CI*. Por isso, em *IACB* o autor não apresenta nada de muito novo, e os capítulos se fazem na ratificação dos seus argumentos anteriores, com a diferença de que, se, em *A&CI*, o discurso visava chamar o Estado à ação, em *IACB* vinha para comemorar o fato de que a Amazônia estava na consciência do país e, ao mesmo tempo, funcionava como ferramenta de inspeção e pressão para que as políticas então iniciadas se fizessem em ritmo mais acelerado.

Ainda no sexto capítulo, após tratar de assuntos como a pecuária, a pesca, as potencialidades da Amazônia como produtora de matérias-primas, que ainda não haviam passado por um processo de industrialização adequado, e de versar sobre as funções que as universidades e as instituições de pesquisa deveriam desenvolver na região, afirma o autor: "faz-se necessário, a essa altura destas reflexões, lembrar que a Amazônia foi a grande área onde viveu a maior população indígena do Brasil". Nesse sentido, Reis destaca o papel dos indígenas durante o período colonial na região, servindo a "toda espécie de atividades, dos encargos domésticos à identificação e colheita das espécies econômicas". Entretanto, segundo o autor, naquele início da década de 1970, já não havia mais uma população nativa em números expressivos, e os poucos indígenas que sobraram haviam perdido o "status selvagem, tribal, para o contato permanente com o brasileiro ocidentalizado. [...] O que resta ainda sem

[570] REIS, 1972b, p. 105.
[571] REIS, 1972b, p. 105.

contato e incorporação a novo status de vida é escasso, muito escasso e portanto sem maior significação"[572]. Desse modo, estava dada a justificativa para a construção de estradas na floresta e quais obras mais fossem necessárias em prol do desenvolvimento. Aliás, esse foi um dos discursos de sustentação do processo desenvolvimentista na região.

Na conclusão do capítulo, o autor afirma que o destino do Brasil seria se tornar uma grande potência, e essa afirmação não se fazia baseada em ufanismos, visto que informações do Departamento do Comércio dos Estados Unidos indicavam o acelerado crescimento do país, crescimento esse que deveria contar com a contribuição da Amazônia "com o espaço que proporcione e com as matérias-primas que oferece". Portanto,

> O que se faz urgente é a política da integração, que precisa perder o sentido rotineiro, a lentidão, para transformar-se em operação do tipo militar, isto é, planejada com serenidade e executada sem limitações e com intensidade, profundidade e velocidade. Por isso mesmo, as Forças Armadas Brasileiras, numa demonstração de capacidade, de energia e de bravura, lançaram-se ao estudo da problemática amazônica, sua solução, para a qual, com seus efetivos, seus técnicos, seu instrumental, já estão em campo. Não se trata de localização de pelotões na fronteira, construção de quartéis. Trabalham no serviço de comunicações, abertura de estradas[573].

O excerto acima traduz bem o espírito de *IACB*, pois, num único parágrafo, o autor critica a lentidão das operações na Amazônia e logo em seguida elogia as diversas atividades realizadas pelos militares na região, soando um tanto contraditório, situação que revela a tensão entre o temor de que as ações do governo não se dessem de modo satisfatório, como já afirmei anteriormente, e certa euforia com o estado das coisas que se iam realizando na região. Em muitos momentos, parece que ele não tinha muita clareza acerca da análise ou das reflexões quanto à Operação Amazônia que vinha compondo a cada capítulo de *IACB*. Todavia, de uma coisa Reis tinha certeza, e esta ele procurava reafirmar incansavelmente: o estado de consciência que movia o Brasil em direção à Amazônia:

> A consciência emerge da certeza de que não é uma fantasia que, com a explosão demográfica que aterra os cientistas políticos de todo o mundo, e a fome de matérias primas que não são exclusivas dos antigos empórios coloniais na África e no Oriente, A Amazônia constitui um pólo de atrações externas, a que o Brasil não pode ficar estranho. Quando escrevemos A Amazônia e a cobiça internacional, já em 3ª edição, não tentávamos o sensacionalismo. Fazíamos uma denúncia séria, para provocar o interesse nacional, advertindo a Nação do que poderia ocorrer e do quanto de imaturidade havia na continuação da ausência nacional para o problema[574].

[572] REIS, 1972b, p. 117.
[573] REIS, 1972b, p. 118.
[574] REIS, 1972b, p. 118.

Na finalização do capítulo, o autor afirma que o ciclo do café e a industrialização que haviam viabilizado o engrandecimento do Brasil deveriam ser continuados por meio da integração da Amazônia ao país.

"Por que a Amazônia deve ser brasileira?". Com esse emblemático título, Reis dá vazão ao sétimo capítulo de *IACB*. Na resposta a tal questionamento, nenhuma novidade. O autor reitera afirmativas nas quais insistiu ao longo dos textos. A Amazônia deveria ser brasileira porque esta contribuiria com o percurso que tornaria o Brasil grande potência mundial, a despeito da vontade daqueles que o autor denominou de "eternas cassandras que só nos concebem atrelados às disponibilidades das outras potências"[575]. A crítica se dirigia àqueles que o autor denomina de "vendidos" ou "alugados", que estavam a serviço de outros países, por isso não se importavam com a perda da Amazônia: "falsos brasileiros, mesmo que tenham ascendido a postos ministeriais ou chefiado serviços de responsabilidade nas áreas governamentais", estes que

> [...] se deixaram corromper e por isso fingem desprezar o passado sem o qual nenhuma nação, em tempo algum, deixou de ter em vista, pela lição que representa, pelo alto conteúdo de experiência necessário à própria continuidade do processo de crescimento e de existência da Pátria[576].

Nota-se, uma vez mais, a recorrência ao passado, sempre utilizada pelo autor como artifício em defesa de suas ideias para o presente e o futuro da Amazônia. Em seguida, Reis afirma que o Brasil ocupava papel de destaque entre as demais nações latino-americanas, com perspectivas de futuro que mereciam análise criteriosa, a fim de não se deixar perderem as oportunidades. "Faz-se necessário, portanto, vencer hesitações, desequilíbrios entre as regiões e formar uma elite capaz de atender ao chamado do País na hora de sua intervenção mais impetuosa nos destinos universais".

Visto que a integração da Amazônia se fazia importantíssima na escalada do país rumo ao Primeiro Mundo, até aquele ponto, qual já havia sido a real contribuição da região? O que o Governo Federal já havia feito até então nesse sentido? Na avaliação do autor, as atividades da Operação Amazônia ainda eram insuficientes. A posse física da Amazônia o país já havia garantido, porém ainda não se havia efetivado a real integração, que se daria pelo aproveitamento das riquezas naturais que a região oferecia.

> O desafio está lançado. Não pode mais ser contido nem retardado. Os que desejam esperar pelo futuro desservem ao Brasil. São insensíveis ao passado, à realidade presente, às perspectivas do futuro. [...] Quando um país esquece o poder soberano que exerce ininterruptamente sobre o espaço que é fundamental à sua existência

[575] REIS, 1972b, p. 132.
[576] REIS, 1972b, p. 131.

> física [...] esse país abandonou a maturidade que deveria possuir, comprometendo-se numa aventura desnacionalizante e despersonalizante. [...] Traiu o próprio passado. Deixou de ser Estado soberano. [...] Entregou-se, assim, aos mais afortunados, aos mais fortes, aos mais decididos, aos que constituem, realmente, potência e portanto devem continuar existindo. Esse país passou, nas relações universais, a compor uma parcela do mundo colonial. O Brasil não vive esse estado de imaturidade ou de envelhecimento. Está estuando de seiva e de vigor para credenciar-se na sua destinação de potência. A Amazônia é parte integrante dessa potencialidade que se constrói como o nosso sangue, a nossa inteligência, a nossa dinâmica, a nossa decisão. Não pode ser área para um futuro remoto. Como não pode nunca deixar de constituir parte integrante do Continente-Brasil[577].

Como já afirmado, a narrativa de *IACB* visava pressionar o Governo Federal a agir com maior celeridade na integração da Amazônia. Se, para Reis, *A&CI* havia servido ao país no sentido de despertá-lo à consciência acerca do significado da Amazônia, *IACB* deveria valer como força propulsora à Operação Amazônia.

Na primeira parte do último capítulo, dedicado a tratar da construção da rodovia Transamazônica, há a transcrição de uma entrevista concedida por Arthur Reis ao *Jornal do Comércio* de Manaus. Quando perguntado qual era sua avaliação do projeto de construção da rodovia, respondeu o autor:

> Recebi a notícia com a maior alegria. Senti que todo o meu esforço por criar a consciência brasileira em torno da problemática da Amazônia, [...] senti que aquele esforço estava alcançado nos objetivos que me haviam levado à constante proclamação daquela problemática. Nos livros e artigos que sempre escrevi, nas conferências que proferi, nas aulas que dei, procurei sempre provocar o interesse nacional, pondo, ao vivo, os perigos que havia se continuássemos ausentes no assunto [...] [578].

Entretanto, prossegue o autor, a ação do poder público e da iniciativa privada já eram "uma esplêndida realidade" na Amazônia. Vê-se como o autor se divide, ora elogiando, ora pressionando e/ou criticando as iniciativas que se irmanavam na tentativa de desenvolver a região. Intrínseco às críticas, obviamente, era o receio de que as ações em andamento se desvanecessem.

Reis foi um ferrenho defensor da construção da Transamazônica ser realizada com a contribuição dos nordestinos, visto que eram "brasileiros necessários ao ímpeto de qualquer política de desenvolvimento que encontre, na contribuição humana, seu fundamento de êxito". Assim como tinham feito no século XIX, o fariam no século XX.

Quando perguntado pelo *Jornal do Comércio* se o país teria reais condições de oferecer infraestrutura adequada para atender as exigências para o estabelecimento de populações ao longo das margens da nova rodovia, Reis não titubeou:

---

[577] REIS, 1972b, p. 135.
[578] REIS, 1972b, p. 142.

> Temos capacidade. A Transamazônica não foi projetada sem que antes se tivessem realizado os estudos [...]. Não estamos frente, portanto, a uma aventura, mas a um projeto viável, bem formulado, que deve ser recebido com confiança, na certeza de que produzirá os melhores resultados[579].

O autor imprimia positividade e confiança no projeto do Governo Federal para a região, afirmando que os acampamentos montados às margens da rodovia seriam cercados da necessária infraestrutura, para o "acolhimento da mão de obra oriunda do nordeste". Seriam oferecidos "geradores de energia, escolas, centros de saúde, habitações para trabalhadores e suas famílias, distribuidores de sementes e orientadores agrícolas [...]"[580]. Logicamente não se poderia esperar outra postura daquele que defendeu a migração nordestina para a Amazônia no Governo Vargas sem dispensar-lhe uma só crítica. Além de endossar mais uma vez o uso da mão de obra nordestina na região amazônica, Reis sequer menciona questões relativas às populações indígenas que ocupavam o espaço de onde teriam que ser removidas em prol do "progresso". Antes, endossava e pressionava o governo para que a execução se desse de forma mais célere.

À guisa de conclusão deste capítulo, ressalto, mais uma vez, a forma como Arthur Reis alocava sua narrativa de acordo com as proposições estatais para a região amazônica, utilizando o passado a fim de ratificar suas ideias. As críticas do autor ao Governo Federal, a essa altura exercido pela ditadura que havia se instalado no país, faziam-se unicamente pela falta de agilidade e não pelo projeto em si apresentado. Foi exatamente por apoiar esse projeto que *IACB* funcionou como uma continuidade de *A&CI*. Reis acreditava na Operação Amazônia como projeto viável para desenvolver a região, por isso exercia pressão discursiva sobre os representantes legais a fim de que os projetos iniciados se fizessem mais rapidamente. Como afirma o autor nas páginas finais de *IACB*,

> A execução de grandes projetos pioneiros desse porte representa a mais sábia resposta e a atitude mais viril de um jovem povo aos problemas gerados pelo seu próprio crescimento, dentro da sua determinação histórica de criar no maior país da América do Sul uma próspera e fecunda civilização, fundada nos princípios maiores de respeito à vida, à liberdade, à segurança e à prosperidade.[581]

Respeito à vida, à liberdade e segurança da propriedade para quem? A quais grupos sociais específicos o autor se referia? É certo que Reis falava da elite para a elite e não estava preocupado com a população indígena, por ele considerada em insignificância numérica, nem mesmo com a situação real a ser enfrentada pelos migrantes nordestinos. Importava que a

[579] REIS, 1972b, p. 145.
[580] REIS, 1972b, p. 172.
[581] REIS, 1972b, p. 172.

Amazônia se configurasse como área desenvolvida, como parte economicamente integrante do país.

Arthur Reis, tanto nos prefácios de *A&CI* quanto em *IACB*, se autoproclamava responsável pela consciência do Brasil acerca da Amazônia, e, consequentemente, pela ação do governo militar na região. Se os militares realmente o tomaram como referência, não é o objetivo desta tese verificar, mas o fato é que a ditadura militar assumiu o discurso de desenvolvimento da região e se propôs a instrumentalizá-lo por meio da Operação Amazônia, que, não obstante, foi realizada em meio a uma série de críticas, dos que em oposição à proposta discursiva de Arthur Reis viam uma série de prejuízos nas ações dos militares na região.

Poucos anos após o lançamento de *IACB*, tanto Mahar como Ianni já apontavam a síntese dessas críticas. Como afirmei no início deste capítulo, ambos os autores reconhecem que realmente o governo militar foi o responsável por grandes transformações na economia da Amazônia. Mas transformações que beneficiavam quais grupos? E a que preço? Ianni destaca a maciça participação do capital externo empregado no desenvolvimento da região, seguindo a prática da "economia aberta" adotada pela ditadura, que, na prática, "estava dando seguimento aos compromissos assumidos com as forças imperialistas que participaram do Golpe de Estado"[582].

A preocupação de Ianni foi analisar as relações entre ditadura e agricultura no Brasil, especialmente na Amazônia. Nesse aspecto, afirma que foi exatamente a interferência do capital externo, isto é, o capitalismo dependente, que lançou as bases para que as terras indígenas, as terras devolutas ou as terras ocupadas da região amazônica fossem monopolizadas, tudo amparado por "condições econômicas e políticas altamente agressivas e repressivas"[583]. Portanto, as terras amazônicas foram expostas à grilagem, ao grande latifúndio e à formação de fazendas e/ou empresas nacionais ou estrangeiras.

> [...] Em poucos anos os indígenas viram suas terras invadidas e seu modo de vida prejudicado [...]. Frequentemente se viram pressionados, submetidos, expulsos ou assassinados. Para os próprios trabalhadores rurais, índios, caboclos, sitiantes e posseiros, nas margens e centros, a terra ficou diferente, estranha, estranhada. Estava em curso um amplo e intenso processo de formação de latifúndios, fazendas e empresas de extrativismo, agricultura, pecuária, agroindústria e outras atividades, por meio do qual a terra se transformou em propriedade privada, mercadoria, em conformidade com as exigências do desenvolvimento extensivo do capitalismo na Amazônia. Essa foi a forma pela qual o poder estatal foi levado a reativar,

[582] IANNI, 1979, p. 20.
[583] IANNI, 1979, p. 16.

> diversificar e desenvolver o vasto enclave econômico da Amazônia, para servir à acumulação capitalista nos centros dominantes, no Centro-Sul e no exterior[584].

Mahar, no mesmo sentido, destaca a invasão às terras indígenas e a ação dos grileiros na Amazônia, que comercializavam "títulos fraudulentos a pretendentes a colonos"[585]. O autor menciona ainda a ausência de "assistência técnica aos colonos" que se estabeleceram na região, ocasionando o retorno destes aos seus lugares de origem ou sua alocação como trabalhadores assalariados[586]. Outra questão posta pelo autor foram as críticas dirigidas à construção das rodovias, acusadas, no período mesmo em que os projetos foram anunciados, de serem realizadas "sem qualquer análise detalhada de custo benefício"[587].

Para Fernando Henrique Cardoso e Geraldo Muller, a expansão capitalista na Amazônia se fez mostrando a "sua cara mais feia"[588]. A corrida visando à acelerada acumulação do capital se efetivou à custa da superexploração do trabalhador, num sistema de semiescravidão. Aliás,

> As denúncias quanto à semi-escravidão (por exemplo, O Estado de 27/09/1970) eram anteriores à Transamazônica e persistiram. A falta de registro do contrato de trabalho, o impedimento aos trabalhadores para que se desloquem para apresentar queixa à justiça federal, a utilização da mão de obra indígena a preços vis (não só na Transamazônica, mas na Cuiabá-Santarém e noutras partes), a falta de assistência médica mesmo nos projetos oficiais (por exemplo: em Rondônia, em Sidney Girão, teriam morrido vários trabalhadores, segundo denúncia do deputado Jerônimo Santana em O Estado de 27/02/1972) etc. constituem a tessitura do dia-a-dia da penetração na Amazônia[589].

Além das críticas dirigidas às formas de exploração do trabalhador adotadas no processo de "devassamento da Amazônia", como Cardoso e Muller intitula as ações da ditadura militar na região, esse autor faz diversas outras críticas, inclusive a que se refere à própria construção da Transamazônica. Embora a intenção de Cardoso e Muller não seja negar que a política adotada a partir de 1960 transformou a região em tons de pioneirismo, seu objetivo é mostrar que "o tipo de crescimento adotado – explorador de trabalho, concentrador de rendas e de riquezas – mostrou que por si só não traz melhoria para as populações, nem corrige distorções. A Amazônia não é senão um exemplo – mais dramático talvez – desta constatação"[590].

As críticas de Ianni e de Cardoso e Muller, dirigidas à expansão do capitalismo na Amazônia, conforme pontua o segundo, dão conta de que esse foi um processo realizado por

---

[584] IANNI, 1979, p. 78.
[585] MAHAR, 1978, p. 40.
[586] MAHAR, 1978, p. 39.
[587] MAHAR, 1978, p. 32.
[588] CARDOSO; MULLER, 2008, p. 3.
[589] CARDOSO; MULLER, 2008, p. 134.
[590] CARDOSO; MULLER, 2008, p. 8.

um governo que se punha autoritário para a massa e protecionista para as empresas [591]. Todavia não é de se admirar que Arthur Reis, em nenhum momento de *IACB*, tenha demonstrado qualquer preocupação com a maior parte da população amazônica e com a grande quantidade de imigrantes nordestinos que foram, e ainda seriam enormemente excluídos dos dividendos desse processo. Afinal, Reis concordava em gênero, número e grau com a política proposta pela ditadura militar para a região, sendo o seu único receio que aos projetos não fosse dada a devida continuidade, por isso a pressão discursiva exercida por meio de *IACB*.

Talvez o único momento em que Reis não tenha concordado com o governo militar foi quanto à maciça presença de capital estrangeiro na operacionalização das ações na Amazônia. Porém suas críticas a esse respeito nunca sequer chegaram perto da intensidade com a qual defendeu o desenvolvimento da região; inclusive, para isso, se utilizando de um discurso, como pretendi demonstrar até aqui, esteio de toda a sua obra, que, para ganhar força de verdade, se amparou na autoridade da história, fazendo-se valer dos usos políticos do passado com vistas à permanência de si, no sentido individual, mas também no coletivo, como representante que era da elite amazonense.

[591] CARDOSO; MULLER, 2008, p. 3.

PARTE II - O ARTHUR REIS DA AMAZÔNIA

4 UM "EMINENTE AMAZÔNIDA": AS REPRESENTAÇÕES DE ARTHUR REIS NO JORNAL DO COMÉRCIO DO AMAZONAS DAS DÉCADAS DE 1950 A 1970

> Trabalhando assim, sobre as representações que os grupos modelam deles próprios ou dos outros, afastando-se, portanto, de uma dependência demasiado estrita relativamente à história social entendida no sentido clássico, a história cultural pode regressar utilmente ao social, já que faz incidir sua atenção sobre estratégias que determinam posições e relações e que atribuem a cada classe, grupo ou meio um 'ser apreendido' constitutivo da sua identidade[592].

"Ilustre historiador", "prestigioso amazonólogo", "culto e brilhante homem público", "ilustre amazônida", "amazonólogo por excelência", "o mais credenciado amazonólogo", "eminente amazônida". Esses são só alguns dentre a gama de adjetivos elogiosos atribuídos a Arthur Reis nas páginas do *Jornal do Comércio* do Amazonas entre as décadas de 1950 e 1970. Esse periódico foi um dos veículos de comunicação utilizado por alguns intelectuais que integravam a elite intelectual amazonense na construção e/ou divulgação da representação de Arthur Reis como destemido defensor da Amazônia.

Segundo Sandra Pesavento, "a força da representação se dá pela sua capacidade de mobilização e de produzir reconhecimento e legitimidade social"[593]. Assim, esses intelectuais amazonenses, investidos "[...] do poder simbólico de dizer e fazer crer"[594], por três décadas consecutivas expuseram/impuseram num dos mais importantes jornais impressos do Amazonas suas representações acerca de Arthur Reis.

Partindo da premissa de que "as percepções do social não são de forma alguma discursos neutros, [...] que tendem a impor uma autoridade à custa de outros [com vistas à] justificar para os próprios indivíduos as suas escolhas e condutas"[595], e considerando ainda que aquele que tem a autoridade de dizer e fazer crer detém também a prerrogativa "de propor valores e normas que orientam o gosto e a percepção, que definem limites e autorizam os comportamentos e os papéis sociais"[596], este capítulo se propõe a compreender as representações de Arthur Reis divulgadas por meio das páginas do *Jornal do Comércio* do Amazonas.

A análise a partir da "lente" das representações possibilita a compreensão "[...] das formas institucionalizadas e objetivadas graças às quais uns "representantes" (instâncias

---

[592] CHARTIER, Roger. *A história cultural entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 1988. p. 23. Grifo do autor.
[593] PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História e história cultural*. Belo Horizonte: Autêntica, 2014. p. 41.
[594] PESAVENTO, 2014, p. 41.
[595] CHARTIER, 1988, p. 17.
[596] PESAVENTO, 2014, p. 41-42.

coletivas ou pessoas singulares) marcam de forma visível e perpetuada a existência do grupo, da classe ou da comunidade"[597]. Essa assertiva de Chartier ganha aqui dupla função. Primeiramente, ao forjar cuidadosamente determinada representação de Arthur Reis e reproduzi-la incansavelmente, esses membros da elite intelectual manauara buscavam uma identidade para si mesmos, procurando marcar a existência do grupo associado a uma identidade que não se queria isolada culturalmente do restante do país, nem estivesse associada ao pertencimento a uma região atrasada cultural e economicamente.

Geograficamente distante do centro-sul do país, esse grupo desejava estar econômica e culturalmente ligado aos veios de onde emanava o poder. Para tanto, e aí já apontando a segunda função da assertiva de Chartier, foi necessário apegar-se a um representante que se construiu e foi construído como aquele que levaria a Amazônia aos holofotes dos homens de política do centro-sul do Brasil.

A quem interessava essa representação imaculada de Arthur Reis? Por que esses intelectuais se esmeraram em produzi-la e/ou difundi-la nas páginas de um periódico de grande circulação no Amazonas? A linha de investigação aqui adotada sugere que Arthur Reis foi a figura representada daqueles que o queriam como representante das questões amazônicas no cenário nacional. O "eminente amazônida" representava a possibilidade que esse grupo tinha de construir para si outra identidade.

No ímpeto de dar conta da incumbência aqui proposta, outra questão se mostra relevante. Dentre as notas e matérias do *Jornal do Comércio*, surgem aquelas responsáveis por reproduzir o discurso de Arthur Reis, surgindo aí "a massa daqueles que repetem, glosam e comentam" os "discursos fundamentais ou criadores"[598]. Desse modo, nas páginas do *Jornal do Comércio*, doravante apenas *JC*, aparecem amalgamados nos textos o Arthur Reis imaginado e o desejado, assim como os comentadores do seu discurso que, ao fazê-lo, não deixam de também elaborar sobre ele uma representação.

Como visto, a carreira de Arthur Reis esteve assentada no discurso que este defendeu ao longo do tempo, a respeito da situação da Amazônia como uma região cobiçada por outros países, situação essa que demandava uma ação do Estado a fim de evitar que a região fosse tomada por estrangeiros. Esse discurso teve início, ainda que timidamente, no seu livro *A política de Portugal no Vale Amazônico* (1942), e foi tomando corpo até culminar com a publicação do famoso *A Amazônia e a cobiça internacional* (1960).

---

[597] PESAVENTO, 2014, p. 23.
[598] FOUCAULT, 2013, p. 22.

Como já afirmado, não era exatamente o medo de perder a Amazônia para alguma nação estrangeira que preocupava Arthur Reis, ainda que tenha sido esse o mote do seu discurso. O que o inquietava realmente era a situação de abandono vivida pela região, a falta de políticas que visassem ao desenvolvimento daquela área, mergulhada num período obscuro no campo econômico, o que resvalava em outros setores da vida social. Vivia-se o momento de lidar com uma região saudosa do período áureo da atividade intensa em torno da produção gomífera.

Assim, o tom alarmista do discurso de Arthur Reis, pregando a iminência de perda da Amazônia para os estrangeiros, tinha o objetivo de atrair os olhos do Brasil novamente para a região. Segundo ele próprio, seus objetivos foram alcançados, pois conseguiu "acordar" o Brasil para o planejamento de políticas visando ao desenvolvimento da região. Como afirma Michel Foucault, "[...] ninguém entrará na ordem do discurso se não satisfizer a certas exigências ou se não for, de início, qualificado para fazê-lo"[599]. Destaca também esse autor que a sociedade delimita o tipo de discurso que pode ser dito, quem pode dizê-lo e qual a circunstância "adequada" para proferi-lo, ou seja, há que se passar pelos três tipos de interdições do discurso, a saber: o "tabu do objeto, ritual da circunstância, direito privilegiado ou exclusivo do sujeito que fala"[600]. Arthur Reis cumpria todos os requisitos necessários para funcionar na "ordem dos discursos", passava pelos mecanismos de controle da produção do discurso, selecionado, organizado e redistribuído pelos procedimentos necessários[601].

A vontade de verdade que torna o discurso aceitável, amparado na distribuição institucional que lhe dá o suporte necessário, exerce sobre outros discursos "uma espécie de pressão e como que um poder de coerção, [...] como se a própria palavra da lei não pudesse mais ser autorizada, em nossa sociedade, senão por um discurso de verdade"[602]. Esses são "os procedimentos de controle e de delimitação do discurso" procedentes de seu exterior, enquanto os comentários integram os procedimentos internos do discurso: "O comentário conjura o acaso do discurso fazendo-lhe sua parte: permite-lhe dizer algo além do texto mesmo, mas com a condição de que o texto mesmo seja dito e de certo modo realizado".

Como afirmado na parte introdutória desta tese, o discurso difundido por Arthur Reis estava amparado no interior de uma instituição e cumpria as premissas de uma disciplina. Autorizado que estava, serviu a determinadas apropriações por parte daqueles que se sentiam beneficiados pelo teor do discurso produzido por aquele que estava autorizado a dizê-lo. Parte

[599] FOUCAULT, 2013, p. 35.
[600] FOUCAULT, 2013, p. 9.
[601] FOUCAULT, 2013, p. 30.
[602] FOUCAULT, 2013, p. 18.

dessa apropriação surge nas falas de seus comentadores, que se destacam ao longo das matérias que permearam as páginas do *JC*.

Desse modo, nas páginas que se seguem, duas questões nortearão este capítulo: quais motivos levaram parte da elite intelectual de Manaus a construir/difundir uma representação impoluta de Arthur Reis? Como e por que seus discursos foram reproduzidos por esses mesmos intelectuais? Entretanto, para melhor situar essas questões, é necessário compreender quais percepções, predominantemente, se tinha da Amazônia e de Manaus, em específico nesse período.

4.1 "Manaus: uma cidade viva, embora decadente"

Com o título "A propósito da Amazônia", Gilberto Freyre escreveu suas impressões sobre essa região no *Jornal do Comércio* de Recife[603]. Iniciou o texto destacando as percepções de Paul Adam, registradas em *Les visagens du Brésil*, publicado em Paris, em 1914, no qual o autor menciona as construções suntuosas de Manaus, como o teatro "imperial", colégios "soberbos" e hospitais "modelares", além de luz elétrica, avenidas e parques. Freyre lembra ainda as palavras que ouvira de Pereira Teixeira, um "baiano ilustre", que havia sido nababo em Manaus: "Lindas mulheres – espanholas, alemãs, mulatas, inglesas, caboclas, parisienses – brilhavam de joias, diamantes, dentes de ouro. Verdadeiras Pigalles e Maximes, seduziam os homens do nordeste enriquecidos nos seringais amazônicos[604]."

Freyre se referia às suas impressões sobre a cidade de Manaus do início do século XX. Porém, na segunda metade do mesmo século, na percepção do autor, o quadro era outro: "dois conhecidos escritores franceses acabam de visitar Manaus. *Mas uma Manaus decadente. Mesmo assim, ao meu ver, interessantíssima*. Visitei-a há dois anos e guardo dessa visita forte impressão". Freyre afirmou desconhecer a impressão dos dois intelectuais "intransigentemente de esquerda", aproveitando para destacar que seria improdutivo tentar ver a cidade por um viés esquerdista ou direitista, pois, certamente, o primeiro associaria "a decadência de uma Manaus por algum tempo tão opulenta ao nefando capitalismo", enquanto o segundo talvez associasse "essa mesma decadência de Manaus à incapacidade do caboclo brasileiro para criar formas altas e ao mesmo tempo, persistentes de civilização". Contrastando com as opiniões anteriores, ele pontua as suas impressões:

---

[603] O mesmo texto foi transcrito para o *Jornal do Comércio* de Manaus, em 30 de setembro de 1961.
[604] FREYRE, Gilberto. A propósito da Amazônia. *Jornal do Comércio*, Manaus, p. 1, 30 set. 1961b.

> Eu, por mim, procurei ver Manaus com outros olhos, no que ela foi – e *nos restos do seu esplendor* – o fenômeno de uma época caracterizada por um, por vezes, desordenado capitalismo; e esse capitalismo, ligado em alguns casos, a um delirante laissez-faire. Mas mesmo assim capaz de grandes arrojos. Verifiquei também em Manaus, que aos seus arrojos não faltou a colaboração do caboclo com o europeu. O caboclo não se conservou sempre de cócoras diante dos empreendimentos audazes dos estrangeiros. Foi logo abrasileirando alguns deles. E a verdade é que o Brasil fez sentir sua presença nas próprias pinturas italianas do teatro monumental numa antecipação do fato de que passada a época de esplendor efêmero de Manaus, a floresta múltipla, mãe da caboclada glorificada por Alencar e por Carlos Gomes, voltaria a *sobrepujar a seringueira, então exclusiva e morbidamente explorada pelo europeu e pelo brasileiro a serviço do europeu*. O caboclo, o nativo, o brasileiro telúrico, voltaria a ser o principal personagem do drama da domesticação de floresta tão áspera e vária. Voltou. Desajudado. *Só esquecido pelo governo central, o caboclo, o nativo, o brasileiro telúrico, continua a fazer de Manaus uma cidade viva, embora decadente*. Continua a domesticar lenta e penosamente a selva amazônica. A integrá-la lenta e penosamente no conjunto nacional brasileiro. Os estudos admiráveis do professor Arthur Reis sobre a Amazônia – a que se junta agora, interessante ensaio do sr. Cosme Ferreira, é o que indicam. *E ao sentido de juntar a ação do governo central a esforço tão digno do apoio do Brasil inteiro é que se desenvolveu empenho do professor Reis, de homem não só utópico, porém prático, quando esteve à frente da Superintendência da Amazônia*. Visitei parte da Amazônia na companhia *desse raro brasileiro*. E coincidiu ter visitado Manaus no momento em que o professor Reis se afastava de toda e qualquer atividade naquela área. Seus livros, qualquer curioso de coisas amazônicas pode lê-los: são inteligentes e honestos. Seu esforço de administrador pude vê-lo de perto: foi também inteligente e honesto. E com a sua orientação coincide a do sr. Cosme Ferreira, que acaba de publicar páginas do observador idôneo e de conhecedor exato dos problemas amazônicos”[605].

Em dezembro do mesmo ano, o *JC* trouxe a continuação dessas impressões de Gilberto Freyre:

> A Amazônia que eu vi foi apenas uma amostra da que Gastão Cruls conheceu. Mas bastante para me permitir dizer que não ignoro a Amazônia. Vi Manaus e vi a paisagem da Amazônia ainda selvagem. Devo precisamente ao professor Arthur Reis o contato que tive, há um ano e tanto com essa Amazônia mais profundamente agreste: com as matas e as águas que cercam não só o monumental Teatro de Manaus como a igualmente monumental Beneficente Portuguesa. *Como se fossem matas e águas indiferentes, a presença no meio delas, do homem civilizado e a intrusão das artes, da ciência, dos valores estáveis desse homem civilizado em espaço tão instável em suas condições de vida e tão vário em suas próprias formas de paisagem*. Matas que dificilmente se deixam arranhar em sua virgindade pela engenharia quase heroica dos jovens técnicos encarregados de abrir estradas transamazônicas, derrubando árvores gigantes. Águas rebeldes a qualquer disciplina civilizadora. *O brasileiro de Manaus não se vem atemorizando, porém, com tais ameaças aos seus esforços de estabilização em espaço tão violentamente hostil ao homem civilizado.* Teatro e Beneficente continuam na surpreendente Manaus, magnificamente de pé. Eles, Teatro e Beneficente é que desafiam a selva, a malária, os mosquitos a virem destruí-los, desmanchá-los, reabsorvê-los, como têm feito com tantos outros arroios de civilização europeia em espaços agrestes e tropicais [...][606].

O autor segue afirmando não compreender porque ainda não se tinha construído “em escala igualmente monumental, uma igreja, ou um convento ou catedral”, como “afirmação

---

[605] FREYRE, 1961b, p. 1, grifo nosso.

[606] FREYRE, Gilberto. Ainda sobre os estudos do professor Arthur Reis. *Jornal do Comércio*, Manaus, p. 1, 31 set. 1961a. Grifo nosso.

grandiosa do esforço com que frades e religiosos concorreram com particulares e com o Estado para a obra de *integração da Amazônia no moderno conjunto lusotropical de civilização*". Entretanto, destaca que as Ordens Religiosas colaboraram de forma notável "para a assimilação dos indígenas a um novo tipo de civilização", preponderantemente cristão. E cita Arthur Reis, para quem os mártires religiosos, apesar de terem realizado uma obra de magnitude, ainda não tinham sua história, "senão exaltada, pelo menos registrada em suas minúcias". Por isso, reclama Freyre: "Onde estão os modernos historiadores brasileiros que não se voltam para tema tão fascinante?"

O tema do povoamento também é abordado por Freyre, que destaca, retomando as palavras de Arthur Reis, o processo de "miscigenação intensiva" ocorrido na região, "não só com casais europeus, açorianos, porém aproveitando a mulher gentia como esposa do reinol". O autor reconhece como fecundo esse esforço de povoamento realizado pelo português, pois onde tal esforço não havia sido desenvolvido, "a ocupação portuguesa de algumas áreas vem correndo o risco de amesquinhar-se em simples arremedo de esforços belgas, holandeses, ingleses, franceses de colonização de regiões tropicais: esforços quase todos infecundos, por maiores que tenham sido os seus triunfos de ordem simplesmente técnica e mesmo de arte puramente política".

Para concluir o texto, Freyre novamente toca no tema caro a Arthur Reis, a integração da Amazônia ao Brasil:

> A Amazônia continua a ser um desafio ao brasileiro, à capacidade brasileira para realmente dominar o trópico mais áspero. Mais agreste. Mais rebelde à civilização que signifique estabilidade de formas altas e complexas de vida. Tudo, entretanto, parece indicar que as bases desse domínio estão lançadas. *A tarefa do brasileiro moderno deverá consistir na inteligente utilização de tais bases. Ao esforço sistemático que venha a ser desenvolvido nos nossos dias, no sentido de semelhante utilização não deverá faltar nunca o concurso esclarecedor, sábio e honesto do professor Arthur Reis. Ninguém o iguala no conhecimento da ecologia e da história da área amazônica. Suas páginas de síntese sobre o assunto só as poderia ter escrito um homem realmente profundo no seu saber de matéria tão complexa*.[607]

Freyre sintetizou um pensamento de muitos sobre a Amazônia, embora, ao que parece, tenha conhecido apenas Manaus e o que tinha de mata nos seus arredores. Apesar de o título fazer referência à Amazônia, o autor se deteve em analisar somente Manaus. Para muitos, a Amazônia se reduzia às duas capitais, Manaus e Belém. Não eram poucas as pessoas que praticavam uma metonímia às avessas ao falar da Amazônia. Melhor explicando, tomavam o todo, "a Amazônia", pelas partes, "Manaus ou Belém". Enfim, a impressão de Freyre, que havia visitado Manaus, ou a Amazônia, se a preferência aqui também for praticar a metonímia

[607] FREYRE, 1961a, p. 1, grifo nosso.

às avessas, não era das melhores: um lugar decadente, nos restos do seu esplendor e abandonado pelo poder central.

Essa também era a visão de grande parte da elite manauara. Era uma Manaus cansada de se aventurar na montanha russa que a levava da situação de "burgo podre" ao status de "Leão do Norte", e noutro momento fazia o caminho inverso. No início do século XX, o *Jornal do Comércio* de Manaus lançou suas impressões a esse respeito:

> Para um espírito observador fácil é ver onde está a verdadeira causa das lutas e trabalhos por que, há anos para cá, tem passado o Estado do Amazonas, preocupação constante dos que ouvem falar das suas riquezas naturais e de seu progresso. Quando o Amazonas, distante e esquecido do governo central, que tudo absorvia, arrastava uma vida pobre e mesquinha *e no sul do país era considerado como um clima horrível,* uma terra horrenda, boa somente para degredados e sentenciados [...]. Veio a República, e com sua federação descentralizou o poder, permitindo assim a livre ação local, e daí o consequente progredimento das indústrias, o desenvolvimento das forças vivas d"esta terra o seu crescimento material, a sua riqueza, outrora abafada, e a evolução da sociedade amazonense. Em pouco mais de uma década de livre ação local, o *burgo podre* transformou-se num *leão do norte*, no Estado feracíssimo que assombrou o país inteiro com a sua grandeza, e exportou para a Europa e para a América a mais bela e a mais apreciada borracha do mundo[608].

Esse é um relato orgulhoso sobre a fase áurea da borracha, que havia retirado Manaus do ostracismo econômico. Quase nada mais fazia lembrar seu anterior estado de "burgo podre"; agora Manaus era a capital das obras, onde prédios belíssimos se erguiam, entre os quais o Teatro Amazonas e a Beneficente Portuguesa, citados por Freyre, conferindo o ar de modernidade que pretendia acompanhar o desenvolvimento de outras capitais brasileiras.

> A borracha propicia a Manaus o alargamento de seu espaço e a redefinição de sua organização. Pela cidade transitavam milhares de toneladas do produto para a exportação, vindas dos mais distantes seringais da região Amazônica, e circulavam variados tipos de mercadorias e pessoas. A capital do látex adquire nova fisionomia, corrigem-se acidentes de terreno, organiza-se diagrama de nivelamento de construção, aterram-se igarapés, estes muitas vezes usados como via de comunicação, fonte de abastecimento d"água e local de lazer. A capital do Amazonas deverá apresentar-se digna da nova função de centro importador e exportador ligado ao comércio internacional.[609]

Essa era uma região que, antes da extração da borracha, relegada ao abandono e ao esquecimento, "ressurgia" e ecoava por todo o país e também fora dele no interregno que ficou conhecido como rush gomífero[610]. Também sobre esse período de apogeu da extração do látex o próprio Arthur Reis afirmou:

---

[608] A PROSPERIDADE do Amazonas. *Jornal do Comércio*, Manaus, p. 1, 18 abr. 1906. Grifo nosso.

[609] DIAS, Ednea Mascarenhas. *Ilusão do fausto*: Manaus, 1890-1920. Manaus, Editora Valer, 1999. p. 37.

[610] A modernização da cidade veio imbrincada com a necessidade de se forjar o homem moderno, assim, "a imprensa também ganhou destaque nesse processo de implantação e difusão de hábitos de modernidades. Uma vez que era produzida pelas elites cultas locais, chamou para si a responsabilidade de ser "missionária" e "guardiã" da civilização; e a ela caberia interpretar, selecionar, reforçar e criticar os caminhos seguidos

> Uma das consequências do 'rush' gomífero foi a transformação de Manaus, de núcleo urbano de pequena significação em metrópole não apenas política de Estado, mas demográfica, social e cultural. Sua fisionomia anterior sofreu uma alteração total, que *a levou a rivalizar, de certo modo, com as demais cidades do sul*. Sua importância cresceu sem limites. *Para Manaus afluíram, em consequência, ótimos elementos da alta cultura do país*, que encontraram nela as possibilidades financeiras que lhes faltavam em outra parte. *O desenvolvimento intelectual teve um aceleramento ponderável*. A vida em sociedade intensificou-se, tomando por modelo os grandes centros europeus [...].[611]

Porém, ainda segundo Arthur Reis, findou esse período quando o "ciclo da goma silvestre entrara em colapso. Começou o êxodo dos seringueiros. E com ele, todo o vasto cortejo de desastres econômicos, financeiros e sociais. O seringal perdera o esplendor"[612]. Assim, Manaus perdia seu brilho e caía novamente no fosso da opacidade, como se pode notar também na lamentação de Leandro Tocantins:

> Nossos homens públicos do princípio do século, representantes de interesses do Sul do País, a princípio aplaudiram a vitalidade econômica da borracha, fornecedora de divisas para o desenvolvimento do Brasil meridional. Depois que este produto foi vencido pelo similar asiático e a região veio a sofrer a crise mais grave de sua história, passaram a se preocupar exclusivamente com a política econômica do café, e o jogo de sucessão presidencial dentro da clássica forma do café com leite.[613]

Dessa forma, a economia e, consequentemente, a vida social de Manaus, flutuava entre o marasmo e o dinamismo, ou seja, ia da situação de "burgo podre", antes do *boom* da borracha, ao dinamismo gerado pela exportação massiva daquela matéria-prima, elevando a cidade ao status de "Leão do Norte". Nesse ciclo, pós-rush gomífero, a cidade cai novamente no marasmo, só retomando seu dinamismo com a implantação da Zona Franca, em 1967.

Interessante também o destaque que o *JC*, Arthur Reis e Leandro Tocantins, nas respectivas citações anteriormente apresentadas, dão às relações de Manaus com o sul do país, evidenciando o quanto era importante o modo como a outra ponta do Brasil olhava para Manaus. Na fase de decadência que vivia a região pós-período da borracha, o sentimento de desprezo do sul em relação ao orte parecia mesmo ser a "pedra no sapato" de muitos intelectuais manauenses ou daqueles radicados em Manaus. Como já foi afirmado, esse foi o contexto que motivou a escrita de *A&CI* e acabou autorizando Arthur Reis a representar esses intelectuais no sul do país. Como será visto mais adiante, foi essa mesma situação que

---

para que a cidade se modernizasse". Segundo Priscila Ribeiro, dentre os órgãos de imprensa, o Jornal do Comércio, de Vicente Reis, ocupou importante papel nesse momento como arauto da modernidade. Cf. RIBEIRO, Priscila Daniele Tavares. *Do burgo podre ao leão do norte*: O Jornal do Comércio e a modernidade em Manaus. 2014. 133 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2014.

611 REIS, Arthur Cezar Ferreira. *Súmulas de história do Amazonas*. 3. ed. Manaus: Valer, 2001. p. 78, grifo nosso.

612 REIS, 2001, p. 78.

613 PROFESSOR analisa o problema amazônico. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, p. 16, 19 set. 1965.

contribuiu para a construção das representações de Arthur Reis como o eminente amazônida no *JC* de Manaus.

Gláucia Campos discorda dos que analisam a história de Manaus por um viés de ciclos econômicos que pendulam entre os momentos de crise e de ventura. Para tanto, utiliza as concepções de Ana Maria Daou, "que percebe nessa ideia de 'ciclo' como um empobrecimento analítico", visto que, ao aplicar esse reducionismo econômico, a análise estaria focada apenas nos principais produtos de exportação, em detrimento de uma visão mais abrangente, que levasse em conta outros setores econômicos como o comércio e a agricultura de pequeno porte.[614] Dessa forma, Campos pretende "descontruir esse conceito de estagnação" relacionado a Manaus pós-rush gomífero.

Com esse intuito, recupera a fala do poeta Thiago de Melo, para quem o conhecido período de crise ou estagnação pelo qual passou Manaus poderia ser chamado de período de "santa decadência", pois a cidade tornou-se um "lugar melhor para se viver, sem o luxo, a ostentação e o esbanjamento dos ricos [...] percebe-se em seu relato poético que a cidade não parou, novos caminhos começariam a surgir [...]"[615]. Anúncios na imprensa acerca de bens de consumo proliferaram, e mesmo no dito período de crise, "a cidade passou a ter uma diversificada lista de atividades de lazer". Para Campos, "é interessante observar que, a despeito da tese da estagnação econômica, a cidade tenha passado por tão significativo desenvolvimento cultural [...]". Sua crítica recai, ainda, sobre o vocábulo "estagnado", cujo sentido está relacionado a algo que não progride, parado, situação que, do seu ponto de vista, não pode ser atribuída a Manaus no período posterior ao auge gomífero.

Campos critica as visões estabelecidas nas ideias como as referidas aqui nesta pesquisa, entre as quais se inclui a de Freyre, que observou, de forma generalizante, uma Manaus decadente. Para a autora, "o que era ruim para alguns, para outros era motivo de festejos [como no caso do poeta Thiago de Mello], que enxergavam o período com olhos de saudade de uma época em que a cidade tinha uma característica própria longe dos estrangeirismos." [616] E apesar de não negar "o impacto da queda de preço da borracha na economia e na história da cidade", adverte que "a crise deu-se de forma diferenciada para as diferentes camadas da população"[617].

---

[614] CAMPOS, Glaucia de Almeida. *Além da crítica*: os intelectuais do Grupo de Estudos Cinematográficos do Amazonas e suas relações com o poder (anos 60). 2015. p. 26. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2015.
[615] CAMPOS, 2015, p. 27.
[616] CAMPOS, 2015, p. 30.
[617] CAMPOS, 2015, p. 27-30.

Campos acredita que impressões como a do amazonense José Gaspar, por ela mesma citado, eram preconceituosas. Gaspar foi um amazonense criado em Portugal que, ao voltar a Manaus em 1962, enxerga uma cidade "que não impressiona pelo que havia de bom, mas pelo que havia de mal [...]". Segundo a autora, esse é um típico exemplo do que Sandra Pesavento denominou de "modalidade perversa de alteridade", que no caso em questão refere-se ao olhar de estranhamento daquele habituado a uma capital europeia utilizando-a como referência para analisar uma cidade amazônica. Campos afirma, ainda, que esse preconceito rondava outros amazonenses, especialmente os membros da elite. E concluindo a questão, pontua:

> Não negamos que, de fato, a cidade passou por um momento de retração econômica [...], contudo, acreditamos que seria incorrer em equívoco afirmar que todo o desenvolvimento de Manaus deu-se somente graças à economia gomífera e depois com a criação da Zona franca, pois ao longo desses 40 anos (1920-1960) as modificações na cidade foram deveras significativas[618].

Ao apresentar a visão negativa de muitos intelectuais acerca de Manaus durante o período de crise econômica provocada pelo arrefecimento na extração da borracha, que havia movimentado boa parte do século XIX e início do século XX, não estou querendo sentenciar que não houve "desenvolvimento" ou modificações na cidade no considerado período de "decadência" ou "estagnação"[619]. Ressalto apenas que, se preconceituosos ou não, o que se tem é uma abundância de registros daqueles que estiveram em Manaus no período de queda da produção de borracha e a caracterizaram como decadente em relação ao que consideravam o apogeu anterior.

Era dessa Manaus/Amazônia que falava Gilberto Freyre, situação desconfortável para a elite manauara, que ansiava por vê-la efervescer novamente. Como uma das formas de ocupar outra vez o cenário nacional e de chamar a atenção dos homens de política do sul do país, a influência e o prestígio de que gozava Arthur Reis no centro-sul caíam como uma luva. Foi esse um dos motivos que levou o *Jornal do Comércio* de Manaus a elevar crescentemente a credencial de Arthur Reis como portador desses anseios, como aquele que, escapando ao destino de esquecimento dos intelectuais do norte, tinha lugar e voz no cenário nacional e até internacional. A defesa do desenvolvimento da Amazônia ou a busca por investimentos na região tinha forte relação com a constituição de identidade de um grupo que não queria estar associado à decadência ou ao esquecimento. Como poder ser verificado nessa carta recebida por Arthur Reis em 1965:

---

[618] CAMPOS, 2015, p. 27.

[619] Para mais informações sobre Manaus no início do século XX, cf. BENTES, Dorinethe dos Santos. *Outras faces da história*: Manaus de 1919-1940. 2008. 208 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2008. A autora enfatizou a preocupação dos políticos em manter a cidade organizada pós-rush gomífero.

> Por estarem relacionadas com a cruzada que você promove pela sobrevivência de uma Amazônia brasileira, remeto-lhe junto cópias de uma carta que recebi do Romulo em março... Sua campanha é nossa também. Com ela você assumiu a liderança efetiva de sua terra, não por ser o seu governador, mas por ser o intérprete de suas autênticas aspirações. *Com sua campanha sai a Amazônia dos bastidores da política nacional para afirmar sua presença e sua vontade, com dignidade, sem /subserviência*. Quaisquer que sejam os resultados de sua atitude corajosa aceite um caloroso abraço de felicitações e solidariedade.[620]

Foi ainda Campos quem ressaltou, ao tratar dos intelectuais de Manaus que fundaram o Clube da Madrugada, em 1954, a importância que eles davam ao Rio de Janeiro, chegando, inclusive, um de seus integrantes, a se referir àquela capital como "a Meca brasileira dos homens cultos"[621]. Essa visão não estava restrita aos membros daquela agremiação, estendia-se, de um modo mais geral, aos intelectuais do norte, sempre a reclamar da distância que estavam do centro, onde tudo acontecia. Arthur Reis havia vencido a barreira e construído uma rede de sociabilidade no Rio de Janeiro, sendo esse um dos motivos que contribuiu para que passasse a figurar nas páginas do *Jornal do Comércio* com uma aura de herói, tendo sua imagem fortalecida como o eminente amazônida que tinha trânsito livre e respeito entre os "homens do poder", sendo transformado, assim, em exemplo e esperança para a região.

Arthur Reis era representante de um grupo de amazonenses que se preocupava em tornar a Amazônia conhecida, e divulgar a região era uma forma de marcar a existência do grupo. Isso pode ser verificado numa reportagem do *JC* que lastima a extinção do serviço de documentação da SPVEA existente no Rio de Janeiro e elogia o trabalho de alguns amazonenses na divulgação da Amazônia:

> Na administração Waldir Bouhid tomou impulso o serviço de divulgação que teve a orientação esclarecida e dinâmica do nosso confrade Clóvis Barbosa, difundindo trabalhos sérios e das mais destacadas figuras das letras nacionais como Arthur Reis, Agnello Bittencout, Adriano Menezes, Cosme Ferreira, Sócrates Bonfim [...] e tantos outros. Essa divulgação se deu através de publicações de coleções sobre a região. No seu trabalho modesto e eficiente, Carlos Barbosa *procurou dar a conhecer ao Brasil e ao exterior um pouco da Amazônia e, principalmente, do Amazonas*[622].

Arthur Reis, sem dúvida, levou para o debate nacional as questões sobre a Amazônia brasileira compreendida em seu aspecto mais amplo. No entanto, de modo mais particular, representou esse grupo, apontado na citação anterior, para o qual era importante que o Brasil e o exterior conhecessem a Amazônia, mas "principalmente o Amazonas", ou, reduzindo mais

---

[620] REIS, Arthur Cezar Ferreira. [*Correspondência*]. Destinatário: [Nome indecifrável]. [*S. l.*], 25 maio 1965l. Disponível no acervo de correspondências da Biblioteca Arthur Reis. Grifo nosso.

[621] CAMPOS, 2015, p. 51.

[622] SERVIÇO de documentação da SPVEA na Guanabara será extinto. *Jornal do Comércio*, Manaus, p. 1, 14 maio 1961. Grifo nosso.

ainda, Manaus, a cidade natal de Reis e que concentrava esses intelectuais que continuavam a reclamar da distância que estavam do centro-sul, mas que também receavam ficar à sombra de Belém.

Arthur Reis mesmo, em 1966, quando governador, travou uma batalha para que dois órgãos em previsão de serem criados pelo Governo Federal, a fim de substituir a SPVEA, fossem instalados em Manaus e não em Belém, como cogitava o governo. Assim, segundo notícia do *JC* sob o título *Arthur Reis desfralda bandeira contra a discriminação do Amazonas*, o governador convocou uma reunião com autoridades e a imprensa para discutir a questão, sobre a qual marcou sua posição:

> [...] Recebi a informação do Rio de que se projeta a localização da sede dos dois órgãos em Belém, e foi por isso que os convoquei, para lhes comunicar que não aceito, não posso compreender que o Amazonas continue caudatário; *todos os órgãos federais tem sede em Belém*, somos, de certo modo, uma sobra. [...] Parece-me que é preciso que tomemos uma atitude para se evitar, que se pratique mais uma vez um ato contra o Amazonas.[623]

No calor da hora, parece que Reis esqueceu que a sede do Inpa, órgão também federal, havia sido instalada em Manaus. E antes que alguém o acusasse de se desfazer do Pará, complicando sua situação, inclusive perante os amigos que lá deixou, Arthur Reis se defende:

> Ninguém pode me acusar de ter qualquer diferença com o Pará. Minha nora é paraense, minhas duas netas mais velhas também o são, tenho secretários de Estado paraenses; vivi lá oito anos; tenho as melhores relações com os homens do Pará [...] Ninguém pode me acusar de qualquer menosprezo à vida paraense. Belém completou ontem 355 anos e mandei publicar um livro meu, dedicado a Belém [624].

E continuou a defender o que pensava para a Amazônia, que ela tivesse um "aspecto harmônico":

> Entendo que a região amazônica deve formar um todo harmônico, orgânico, para que possa pesar na vida brasileira. A transformação não pode se dar em uma pequena área em detrimento das demais. Mas, a continuar a política federal a entender que só em Belém devem ser instalados os órgãos de comando da vida amazônica, me parece errado[625].

Para contemporizar, não deixando tão aparente que sua defesa era apenas do estado, mas em prol de uma harmonia amazônica, continua Reis:

> Ainda recentemente pensou-se em ignorar o Acre na solução do problema da borracha. Protestei, no Rio, contra a exclusão do Acre. A comissão compreendeu seu erro e o consertou, pois que o Acre vive exclusivamente da produção da

---

[623] ARTHUR REIS desfralda bandeira contra discriminação do Amazonas. *Jornal do Comércio*, Manaus, p. 1, 14 jan. 1966. Grifo nosso.
[624] ARTHUR REIS..., 1966, p. 1.
[625] ARTHUR REIS..., 1966, p. 1.

> borracha, e não era possível excluí-lo da solução dada ao preço, monopólio e produção gomífera [626].

É obvio que essa lembrança do Acre era apenas para não passar a pecha de apoiador exclusivamente do seu estado, pois, se assim não fosse, com o Inpa já funcionando em Manaus, Reis iria defender que o novo órgão fosse instalado em outra capital da Amazônia brasileira a fim de alcançar o "todo harmônico que propalou". Ele finalizou a reunião voltando-se novamente ao Amazonas: "[...] não concordamos com esse esquecimento, nem com essa maneira de nos tratar [...] É preciso um movimento de opinião, por isso convoquei os Diretores de jornais [...]".

No mês seguinte a essa reunião convocada por Arthur Reis, ele envia longa carta ao presidente Castelo Branco discutindo a criação desses dois órgãos, opinando em diversas questões e também defendendo Manaus como sede para uma dessas duas instituições. O início da carta possui um tom mais abrangente, tratando do desequilíbrio regional:

> Senhor Presidente: O desequilíbrio regional constitui uma das realidades negativas do Brasil. Não resulta de uma ação desconexa de nossos dias. Vem do próprio passado distante, quando ocorreu o descobrimento do espaço, a elaboração das sociedades distanciadas e das economias locais, que não se articulavam na vinculação necessária, nem encontravam facilidades para realizar-se, complementando-se. Ora, Senhor Presidente, esse desequilíbrio é um fator de conflito, prejudicial ao progresso ordenado, disciplinado e global de nossa Pátria, para a solução do que impõe, sem maiores demoras, a política de Estado, traçada pelo poder federal [...] [627].

Em seguida, Reis tenta sensibilizar o presidente, afirmando ser ele um dos que estavam preocupados com a região:

> Vossa Excelência está incorporado, sabemos, entre os brasileiros que consideram desenvolver a Amazônia um dever inadiável, imperativo, que significará na sua execução a demonstração de nossa maturidade. Não podemos, evidentemente, abandonar o trabalho heroico, gigantesco, dos sertanistas, iniciado há quase três séculos, num processo lento, mas seguro de ocupação continental de quase dois terços do que hoje constitui a nação brasileira. A esse processo histórico, que não podemos e nem devemos ignorar, estão todos os brasileiros na obrigação de filiar-se, já que assim é a maneira correta e indeclinável de permanecer fiel aos destinos do Brasil, assegurando-lhe a integridade territorial e a sua projeção, não apenas continental, mas também universal[628].

Dando continuidade, elogia a "Revolução Brasileira", que na pessoa de Castelo Branco designou por decreto a criação de um grupo de trabalho, o GT/Amazônia, "para elaborar os anteprojetos de lei que reformulassem a política federal de valorização do extremo

---

[626] ARTHUR REIS..., 1966, p. 1.

[627] REIS, Arthur Cezar Ferreira. [*Correspondência*]. Destinatário: Humberto de Alencar Castelo Branco. Rio de Janeiro, 16 fevereiro 1966c. Disponível no acervo de correspondências da Biblioteca Arthur Reis.

[628] REIS, 1966c.

norte” [629]. E apesar de lento, após sete meses de trabalho do grupo, Reis, que tinha acesso ao texto preliminar do anteprojeto, afiança que, de acordo com recomendações dadas a ele por Castelo Branco, acreditava estar em condições de sugerir alguns pontos que considerava incorretos para a redação definitiva do anteprojeto. Nesse momento, entra na questão da criação dos dois órgãos mencionados anteriormente, então em discussão no GT, e que estavam inseridos no anteprojeto. Essas duas instituições que deveriam substituir a SPVEA eram, segundo a carta, a Fundação de Estudos e Planejamento da Amazônia (Fepan) e a Companhia de Desenvolvimento da Amazônia (Codam). Frisando suas credenciais para opinar sobre tal assunto, prossegue Reis:

> Devo recordar a Vossa Excelência que fui o responsável pelo início da política federal, decorrente de dispositivo constitucional, o que me atribui, de certo modo, o direito e o dever de transmitir a Vossa Excelência, na base da experiência, a negativa ou a positiva alcançada, o que nos parece necessário e correto fazer para que não se dispersem recursos, não se distorçam os objetivos do legislador constituinte, não se crie na região a descrença no empreendimento oficial. Não me anima, no que vai a seguir, nenhuma intenção menor, senão a de um depoimento, uma reflexão e um apelo, fruto, insisto, do que posso considerar a minha experiência[630].

Ele passa, então, a opinar sobre várias questões, entre as quais sugere a reformulação da Lei 1806, pois a Amazônia prevista nela era uma “Amazônia falsa, irreal, que desborda de seus limites físicos, naturais, autênticos”. A reclamação de Reis se referia à extensão territorial da Amazônia fixada nessa lei, que abrangia, além dos estados do Acre, do Amazonas, do Pará, de Rondônia e de Roraima, os estados do Mato Grosso, de Goiás e do Maranhão, que, segundo Reis, não eram parte da Amazônia e, portanto, não poderiam ser beneficiados pelo anteprojeto, visto que já eram atendidos pela Sudene. A inclusão desses estados como partes integrantes da Amazônia brasileira acarretaria, no anteprojeto em questão, na distribuição de recursos dos dois órgãos a serem criados também com aqueles estados, que indevidamente estavam incorporados à Amazônia.

Em seguida, Reis opina sobre como deveriam ser escolhidos os dirigentes dos dois órgãos em questão, sobre a quantidade de membros que deveriam compor seu conselho deliberativo e reclama da falta de efetividade dos programas de desenvolvimento para a Amazônia, inclusive do Plano Quinquenal por ele elaborado quando foi superintendente da SPVEA. Destaca que todos os programas possuíam pontos em comum, “com pequenas diferenças de detalhes”. “Mas a sua execução padece de um vício insanável, que é a falta do espírito de promoção desenvolvimentista por parte dos organismos que os devem aplicar”. Complementando essa ideia, dispara a sua concepção de desenvolvimento:

---

[629] REIS, 1966c.
[630] REIS, 1966c.

> Desenvolvimento é um estado de espírito, é a criação de algo que não existe e para que exista, exige em quem o promove propósitos definidos, fé nesses propósitos e espírito criativo. O agente do desenvolvimento tem que estar adiante dos fatos que ele se propõe criar e tem que providenciar sua ocorrência utilizando meios que não estão contidos simplesmente com a incompreensão e a falta de cooperação dos homens. O agente de desenvolvimento deve ter, por isso, liberdade de movimentos, boa formação moral, autoridade, esquemas de operações simples e rápidos. Sua ação é batalhar contra obstáculos frequentemente inesperados e, por isso, são-lhe essenciais audácia, persistência e criatividade[631].

Assim, Arthur Reis caminha para a finalização da carta, afirmando que outros ajustes poderiam ser sugeridos com relação ao anteprojeto, todavia desejava destacar as questões mais significativas, por isso concluiria a carta com "um ponto de *transcendental importância*" [...] Trata-se simplesmente da localização das sedes da Fundação de Estudos e Planejamento da Amazônia-FEPAM e de Companhia de desenvolvimento da Amazônia-CODAM". Dessa forma, o autor chega ao ponto nevrálgico da questão que até aqui tenho destacado, a defesa de Manaus, ou seja, a despeito de todo seu discurso sobre a região amazônica, Reis defendia sua terra natal:

> O Estado do Amazonas sente-se no direito de pleitear para Manaus a sede de um dos novos organismos. Na capital amazonense forja-se, hoje, a frente da batalha que vai conquistar para o Brasil, certamente, sob o ponto de vista econômico e de segurança nacional, novas áreas e novas riquezas. [...] *Manaus deve exercer o papel que atribuímos a Brasília. Belém equivale, no panorama regional, guardadas as distâncias evidentes, ao Rio de Janeiro, na direção da vida brasileira*, papel que se deseja e se começa a transferir a Brasília [...] Governador do Estado do Amazonas, não poderia agir de maneira diferente [...] *Manaus, permita-me, Vossa Excelência, que insista, é o coração da Amazônia* e deve exercer o papel de Brasília no processo de utilização e integração da região no contexto cultural do país[632].

Ainda que residente na cidade apenas quando ocupava cargos públicos, Reis não deixava de defendê-la e, por vezes, também praticava a metonímia às avessas. Mesmo que essa fosse uma atribuição do cargo executivo que no momento ocupava, não deixava de ser também um ato de defesa de sua terra natal, que muito tinha a ver com a autoconstrução de sua imagem perante os amazonenses, haja vista a convocação da imprensa local para divulgar o assunto sobre o qual queria se colocar de acordo com as representações que o *Jornal do Comércio* já vinha construindo sobre ele.

Definitivamente encerrando a longa carta, Arthur Reis tenta aplicar no presidente Castelo Branco um "golpe de mestre":

> A Amazônia, Vossa Excelência, é um vasto império dentro do continente que é o Brasil. Ninguém tem mais o direito de ignorar essa realidade. E nesse império, o Brasil deve realizar-se para o futuro, realisticamente, demonstrando virilidade, impetuosidade, maturidade. Ora, nenhum império no mundo foi efetivado na sua

[631] REIS, 1966c.
[632] REIS, 1966c.

> estrutura, na sua vivência, na base de uma política medrosa, hesitante, sem entranhas, sem ímpetos criadores e através de organismos de pequeno porte, fadados a insucessos e sob comandos sem mãos livres, sem condições para realizar esse comando. *A Amazônia, que é o deserto e precisa quanto antes tornar-se parte preponderante e permanente de nossa pátria, deve ser conduzida por um organismo de porte mais alto*. *À simples repartição controlada em limitações burocráticas, deve suceder o Ministério da Amazônia*. [...] Dispõe Vossa Excelência de acuidade bastante para compreender que não estamos sugerindo liricamente. A ideia não nos pertence. É já válida na região, que a sente e a deseja. *Porque Vossa Excelência não a transforma em realidade e se consagra perante a nação e em particular perante os brasileiros que fazem a Amazônia, no estadista que lançou as bases de uma ação enérgica, efetiva, realística pela nova Secretaria de Estado?* [...][633]

Como se pode perceber, Arthur Reis possuía planos ousados para a região, entretanto, na hora de defender a distribuição dos recursos, Manaus era sua escolhida, cidade que deveria ser a capital da Amazônia, afinal era a cidade onde gozava de muito prestígio e tinha chances de exercer maior influência política.

Aliás, desde a década de 1940, Arthur Reis, então recém-chegado ao Rio de Janeiro para ali fixar residência, já gozava de prestígio diante de seus colegas e admiradores intelectuais de Manaus. Na dissertação de mestrado, na qual analisei suas correspondências passivas da referida década, foi "verificado o nível de influência que exercia sobre seus conterrâneos"[634] e a importância que estes conferiam aos que conseguiam sair da "província mesquinha" e ocupar um lugar ao sol no "sul maravilha". Para alguns desses intelectuais, Manaus era símbolo de atraso cultural:

> O Amazonas é sempre o Estado sofredor e mais tristes são ainda os seus filhos, que são comparados às aves de arribação, nunca estão bem onde nascem – não podem de forma alguma se sujeitar ao mimetismo, porque aqui nada valem ou valem menos do que os estranhos. Para que possa progredir é necessário ir-se do torrão natal. Eis porque Waldir ganhou 100% de vantagem e também porque todos nós ambicionamos sair daqui, mesmo até para outros Estados, contando que não vegetemos mais com os outros. E também porque o senhor triunfou aí e lá fora. E agora granjeou muitíssimo mais do que se aqui estivesse [635].

Várias foram as cartas recebidas por Arthur Reis expressando o descontentamento desses intelectuais com o Amazonas. Nesse sentido, Walter Vieiralves, em 1944, reiterava e aprofundava suas queixas, realizadas no ano anterior:

> Parece que, quanto mais se distancia, mais se aproxima o seu contato, a falta que faz na orientação das gerações novas e no aprumo dos futuros destinos de nossa triste Terra. Faz anos que o professor daqui saiu, amargurado pelo meio sórdido, ingrato e fartamente hipócrita. Também outros já tomaram a mesma resolução. Agora, é minha vez. Saturado das decepções administrativas que diariamente presenciamos, do retrocesso da civilização e do ambiente extremamente oposto à nossa mentalidade, é que resolvi ir com minha pequena família residir em São Paulo. Creio que o prezado amigo é conhecedor do meio e do ambiente que ora temos

[633] REIS, 1966c.
[634] SOUSA, 2009, p. 88.
[635] Carta de Walter Vieiralves a Arthur Reis, Manaus 22 de setembro de 1943 apud SOUSA, 2009, p. 89.

> atravessado aqui. Nada se faz, nada se constrói, nada se produz. Tudo se vê. Parece a lei de Lavouisier ao contrário. E assim, com os mesmos propósitos seus e dos que se seguiram, outros virão atrás de mim, decepcionados com os homens daqui. *O Amazonas sempre é o Estado que fica no extremo. Até na interpretação da mentalidade sempre é o último a compreender o progresso*. Em outros Estados a mentalidade nova está em franco desenvolvimento e trabalho. Aqui, ainda continuam os partidarismos improdutivos e que têm por finalidade tornar o Estado do Amazonas sempre na retaguarda da retaguarda. Vejo-me, como filho daqui, a decidir o dilema irrefragável, emigrado do Estado ou sucumbir. Eu vou optar pelo audacioso de sair daqui, onde tudo é farsa e por este motivo é que nada temos e nada somos. Parece incrível esta realidade que se anuncia pelo lado oposto. Mas, porque temos uma política de tapeação, de embromação é que permanecemos sempre iludidos e nos iludindo a nós mesmos. Eis porque prezado professor, dentro em breve, deixarei a nossa Terra na esperança de me divorciar completamente dela, de me desligar de todos os seus vínculos, para não mais participar dessa inércia material e moral que assola os nossos responsáveis pelo retrocesso do Amazonas[636].

Geraldo Pinheiro segue a mesma linha de pensamento:

> Como deveis saber, eu, Nunes, André, Ypiranga e outros fundamos há alguns meses o Instituto de Etnologia e Sociologia do Amazonas, reunindo um grupo de elementos mobilizáveis visando, exclusivamente, a terra e os seus problemas culturais. O ideal seria a criação de um centro de estudos amazônicos para abranger toda a preocupação de estudar o que é nosso. Estamos em pleno movimento e tudo leva a crer que *venceremos a apatia do meio e a indiferença dos responsáveis pelo destino de nossa terra*. Esperamos contar com vossa preciosa orientação no desenvolvimento de nossas pesquisas (Geraldo Pinheiro, Manaus 9 de agosto de 1944).[637]

Nas fortes palavras de Djalma Batista, nota-se o mesmo descontentamento:

> O Amazonas, que não o compreendeu, permitiu-lhe ao menos isto: que, com a sua (digamos a palavra certa) expulsão, lhe fossem abertas novas perspectivas aos labores intelectuais, e muito mais ampla projeção perante o Brasil. *O país todo está lhe concedendo aquilo que a província mesquinha lhe negou*. Abstraindo o travo inelutável da mágoa que deve pungi-lo, por sem dúvida, convenhamos que a vantagem foi sua, foi do Brasil e foi também do Amazonas, onde não havia clima espiritual para a ampliação, que agora se corrobora, dos horizontes de sua vida. [...] Meus parabéns, pois meu abraço fraterno e amigo, de congratulações pelas suas merecidas vitórias. Esteja certo de que eu e muitos moços, que lhe somos gratos e lhe conhecemos o quilate da inteligência, o acompanhamos daqui, na sua escalada ascensional, com o melhor do nosso carinho e da nossa simpatia (Djalma Batista 25 de outubro de 1947)[638]

Mario Ypiranga Monteiro também expressa o mesmo anseio de sair do meio "provinciano" e de ser apresentado às altas rodas da intelectualidade do Rio de Janeiro, ao agradecer a interferência de Arthur Reis na apresentação de um trabalho seu num evento ou congresso:

> Recebi a tua amável notícia de haver a minha tese sido aprovada com "grandes louvores" aí no Congresso. Mas os grandes louvores não serão porventura bondade tua? Sei que devo agradecer a sua imediata preocupação, pois de outro modo não

[636] Carta de Walter Vieiralves a Arthur Reis. Manaus, 18 de janeiro de 1944 apud SOUSA, 2009, p. 96.
[637] Carta de Geraldo Pinheiro a Arthur Reis. Manaus 9 de agosto de 1944 apud SOUSA, 2009, p. 96, grifo nosso.
[638] Carta de Djalma Batista a Arthur Reis. Manaus, 25 de outubro de 1947 apud SOUSA, 2009, p. 97, grifo nosso.

> creio que ela tivesse sido tão louvada. Mas como quer que seja, foi para mim uma surpresa agradável a tua notícia telegráfica. Espero que tenha gostado da representação amazonense no Congresso. Ao menos não se diga que ficamos no esquecimento, e você, meu nobre amigo, não se esqueça de para o futuro procurar levar-me pela mão até essa gente, que nós desconhecemos *como provincianos que somos* (Mario Ipiranga Monteiro, 11 de maio de 1949)[639]

Além de ser um demonstrativo do descontentamento de parte da intelectualidade com a situação local, essas cartas também apresentam a influência de Reis sobre esses colegas e o seu papel de orientador da juventude manauara, sendo, inclusive, lisonjeiramente chamado de mestre dos moços, tendo suas qualidades de orientador ressaltadas, como o fez Geraldo Pinheiro, e recebendo palavras elogiosas de seu "fervoroso admirador", Walter Vieiralves[640].

Essa situação não se mostrou diferente entre as décadas de 1950 a 1970, período que é foco desta pesquisa. Arthur Reis continuou gozando de um elevado capital social entre parte da intelectualidade manauara, e sua rede de sociabilidade estabelecida no Rio de Janeiro continuava a projetá-lo no seu estado. Ele próprio explica a importância desses contatos, numa carta que versa sobre sua relação conflituosa com Danilo Areosa, seu sucessor no governo do Amazonas[641]:

> Evidentemente, [Danilo Areosa] pensou que, assumindo o poder e com os que ele escolheu livremente para assisti-lo, teria bastante para tudo, inclusive aqui [no Rio de Janeiro]. E aí é que se enganou. *O que consegui sendo governador de um estado sem importância política, conseguindo projetá-lo como um assunto quase diário em todo o Brasil, decorreu de minha vivência aqui [no Rio de Janeiro], quando me afirmei e obtive o relacionamento com um mundo de pessoas que sabem quem sou e em nenhum momento se recusaram a atender-me. Foi tudo motivação pessoal, decorrente daquela convivência de muitos anos, cultivada com muito carinho. Ademais, toda essa gente poderosa e de muitas relações, foi que me facilitou os êxitos que alcancei. Ora, tudo isso falta a ele, que é aqui um anônimo. Ninguém o conhece nem os que ele supunha capazes de projetá-lo e de assisti-lo. Certo?* Não receie que eu erre novamente, sei o que devo fazer para situar os que pretendem acobertar-se com o meu nome e minha perspectiva de importância para ganhar eleições e credenciar-se perante a opinião pública. Já dei ao meu Estado o que ele tinha o direito de exigir. Agora cuido um pouco do meu futuro e dos meus[642].

---

[639] Carta de Djalma Batista a Arthur Reis. Manaus, 25 de outubro de 1947 apud SOUSA, 2009, p. 97, grifo nosso.

[640] SOUSA, 2009, p. 92.

[641] Danilo Duarte de Mattos Areosa (1921-1983) foi secretário de Economia e Finanças no governo de Arthur Reis, substituindo Newton Vieiralves, que havia pedido exoneração. Segundo o *Jornal do Comércio* de Manaus, de 16 de dezembro de 1964, data na qual assumiu a SEF/AM, Areosa era "figura expressiva do comércio amazonense, sendo há seis anos presidente da Federação do Comércio do Amazonas". O jornal também ressalta que era a primeira vez que Areosa assumia um cargo público.

[642] REIS, Arthur Cezar Ferreira. [*Correspondência*]. Destinatário: David Alves Mello. Rio de Janeiro, 18 de agosto de 1968e. Disponível no acervo de correspondências da Biblioteca Arthur Reis. Grifos nossos. David Mello era advogado e foi presidente da OAB/AM em 1964. Ocupou cargos como o de procurador-chefe do Tribunal de Contas do Amazonas, procurador geral de Justiça, secretário do Interior e Justiça do Amazonas. Foi autor de diversas obras no campo jurídico. Em homenagem póstuma, em 2015, quando completaria 101 anos, David Mello, pernambucano que fez carreira e fixou residência em Manaus, foi agraciado com o título de cidadão do Amazonas. O título foi entregue ao seu filho, o desembargador do Tribunal Regional do Trabalho Davi Alves de Mello Filho. Cf. SERAFIM Corrêa homenageia professor David Alves de Mello.

Em 1967, sentenciou Djalma Batista em carta a Reis: "É uma terra muito atrasada mesmo, a nossa, seu Arthur: temos tão pouca gente capaz, e quando chega a hora de um elemento aparecer, no plano nacional, tiram-lhe a terra debaixo dos pés!"[643]. Enfim, as representações que o *JC* construiu de Arthur Reis eram as que almejava a elite manauara: um eminente amazônida que elevasse a imagem da região no centro-sul do país. Arthur Reis representava a possibilidade concreta de um intelectual amazonense se destacar no "sul maravilha".

4.2 O Jornal do Comércio do Amazonas

O primeiro número do *Jornal do Comércio*[644] do Amazonas nasceu arrogando-se o papel de bastião das questões comerciais do Amazonas e propalando uma pretensa neutralidade. A imparcialidade era uma de suas aspirações, como registrado no seu primeiro número: "[...] o Jornal do Commércio é neutro nas lides que visem à economia e o interesse dos partidos políticos que se digladiam pelos poderes públicos do Estado"[645].

O matutino circulou pela primeira vez no dia 2 de janeiro de 1904, fundado pelo português Joaquim Rocha dos Santos, diretor daquela folha até dezembro do ano seguinte, quando faleceu. Embora pretendesse uma utópica isenção, suas frequentes matérias tomando posição a favor da elite o contradiziam, revelando sua forte inclinação em atender os anseios do grupo dominante[646]. Após o falecimento de seu fundador, fato ocorrido em 9 de dezembro de 1905, os herdeiros assumiram aquele jornal por breve período de tempo, logo em seguida repassando-o ao coronel Adolpho Guilherme de Miranda Lisboa.

Em 1907, o matutino passou a ser dirigido pelo pai de Arthur Reis, Vicente Torres da Silva Reis, que, pouco tempo depois, adquiriu a propriedade do jornal. O novo proprietário e diretor do *JC* era carioca, com formação em Direito pela Faculdade de Direito Livre do Rio de Janeiro, e já carregava larga experiência do seu tempo de trabalho na imprensa carioca em jornais como o *Diário de Notícias*, *Jornal do Brasil*, entre outros. Experiência que o auxiliou na permanência à frente do *JC* por longos 36 anos.

Amazonas Notícias, Manaus, 22 out. 2015. Disponível em: https://www.amazonasnoticias.com.br/serafim-correa-homenageia-professor-david-alves-de-mello/ . Acesso em: 24 abr. 2018.

643 BATISTA, Djalma da Cunha. [*Correspondência*]. Destinatário: Arthur Cezar Ferreira Reis. Manaus, 13 de dezembro de 1967. Disponível no acervo de correspondências da Biblioteca Arthur Reis.

644 Jornal do Commercio, essa era a grafia do matutino nos seus primeiros anos, posteriormente modificada para a atual: Jornal do Comércio. Iremos adotar a última forma em todo o trabalho com o fim de uniformizar a grafia durante a narrativa.

645 *Jornal do Comércio*, 2 de janeiro de 1904 apud RIBEIRO, 2014, p. 32.

646 PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. *Folhas do Norte*: letramento e periodismo no Amazonas (1890–1920). Tese de Doutorado. São Paulo: PUC, 2001 apud RIBEIRO, 2014, p. 32.

A vida de Vicente Reis em Manaus teve início em 1904, quando se mudou para aquela cidade a convite do então governador Antônio Constantino Nery. Lá foi secretário da Prefeitura, prefeito de Polícia, manteve um escritório de advocacia e foi também deputado estadual. Vicente Reis não destoava, em termos característicos, dos outros profissionais que foram integrados ao *JC*. Segundo Priscila Ribeiro**,** os profissionais que trabalharam na primeira fase do jornal tinham em comum a formação em Direito, vinham de outras cidades e aspiravam a cargos políticos[647].

Nas mãos de Vicente Reis, o *JC* cresceu, dobrou o número de páginas, as máquinas tipográficas foram trocadas pelas linotipos alemãs: "foi o primeiro no Brasil e o terceiro na América do Sul a ter esse equipamento"[648]. Nesse período, o matutino passou por uma fase de modernização do maquinário. Apesar de se direcionar para uma linha mais popular e sensacionalista, com vistas a ampliar a vendagem, manteve-se como um diário que expressava os anseios do grupo dominante, ligado ao governo do estado e mantendo estreita relação com a Associação Comercial do Amazonas[649]. Conforme Ribeiro, as

> Relações sociais que Vicente Reis mantinha, somadas ao prestígio dos redatores e colaboradores do jornal, bem como a popularidade que o periódico tinha na cidade mostram a influência do periódico junto à população, a instituições e a grupos políticos. Cada dirigente, a seu modo, soube articular os interesses da empresa Jornal do Commercio com o contexto econômico e político pelo qual Manaus estava passando. Suas estratégias de manutenção de poder precisavam ser dosadas ou transformadas de acordo com as mudanças sociais, econômicas, culturais e políticas. Afinal, a existência do periódico dependia também de contratos feitos com o governo e com grupos de comerciantes[650].

Em 1943, Vicente Reis vendeu o *JC* para os *Diários Associados*, do paraibano Francisco de Assis Chateaubriand Bandeira de Mello. João Calmon, então diretor-geral dos *Diários Associados* no norte do Brasil, foi o responsável por se deslocar até Manaus para realizar a transação de compra do *JC*, incluindo seu prédio próprio, que funcionava na Avenida Eduardo Ribeiro, no centro de Manaus. O jornal passou por uma reforma e no dia 1º de fevereiro de 1943 já circulava sob a direção de Calmon.

De 1947 a 1959, o *JC* esteve sob a direção de Frederico Barata. Ele era diretor dos *Diários Associados*, no norte, e do jornal *Província do Pará*, em Belém, sobrando pouco tempo para se dedicar ao *JC*. Assim,

> resolveu dividir sua direção com o jornalista Epaminondas Barahuna, que o vinha gerenciando há muitos anos e era seu auxiliar desde o primeiro momento. Em 1962,

---

[647] RIBEIRO, 2014, p. 62.
[648] DURANGO, Duarte Martins. *Imprensa amazonense*: chantagem, politicagem e lama. Manaus: DDC Comunicações Ltda., 2015. p. 17.
[649] RIBEIRO, 2014, p. 83.
[650] RIBEIRO, 2014, p. 84.

> com o falecimento do titular [Frederico Barata], Barahuna assume a superintendência regional cumulativamente com João Calmon, que voltava à direção do órgão amazonense também na condição de diretor geral dos Diários Associados[651].

Em 4 de dezembro de 1984, o *JC* foi adquirido pelo amazonense Guilherme Aluízio, seu proprietário até os dias atuais, portanto o jornal mais antigo ainda em circulação no Amazonas.

João Calmon, Frederico Barata e Epaminondas Barahuna foram os diretores do *JC* durante o período de interesse deste trabalho. Não há muitos estudos sobre esse jornal no período entre 1950 e 1970, recorte cronológico adotado aqui. E como é fácil supor, por falta de tempo e também porque seria tema para um trabalho de grandes proporções, não pude fazer uma análise aprofundada contemplando questões geralmente presentes nas pesquisas historiográficas que tomam os jornais como fonte. Não obstante, isso não prejudicará os resultados apresentados, pois o recorte temático feito diz respeito a uma série de representações sobre um intelectual no *JC* que se fortalece ao longo dessas três décadas. Dessa forma, embora o jornal tenha passado pelas mãos de três diretores, Epaminondas Barahuna foi uma figura em comum, que trabalhou tanto com Frederico Barata quanto com João Calmom, e ao menos no que tange à opinião do *JC* sobre Arthur Reis, não houve alterações ao longo das três décadas.

Frederico Barata, à semelhança de Arthur Reis, foi um amazonense que se dirigiu para o Rio de Janeiro a fim de lá realizar seus estudos. Naquela cidade conheceu Assis Chateaubriand, com quem trabalhou desde os tempos de nascimento dos *Diários Associados*. Por muitos anos foi secretário de *O Jornal*, posteriormente, diretor dos órgãos da Cadeia Associada em Porto Alegre, Belo Horizonte e Recife, e mais tarde exerceu a função de diretor geral dos *Diários Associados* em todo o país[652].

Frederico Barata nutria forte interesse pela arte, o que o aproximou de artistas como Cândido Portinari, que pintou dois retratos seus. Também tinha grande entusiasmo por arqueologia, fez escavações "em quintais de residências na cidade de Santarém, localizada na foz do Rio Tapajós, Pará, à procura de vestígios arqueológicos, [...] assim foi construindo uma coleção que foi frequentemente consultada por pesquisadores"[653], sendo autor de vários trabalhos na área. Enfim, era um intelectual interessado por assuntos amazônicos, que vivia

---

[651] OS 84 ANOS de história do JC. *Jornal do Comércio*, Manaus, p. 13, 16 jan. 1988.

[652] FALECEU no Rio de Janeiro o Dr. Frederico Barata, Diretor Superintendente dos Associados na área amazônica. *Jornal do Comércio*, Manaus, p. 1, 8 maio 1962.

[653] ROSA, Cássia Sandos da. *Ilusão e paraíso*: história e arqueologia na Amazônia. 2008. p. 54. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2008.

entre Manaus e Belém no gerenciamento da Cadeia Associada na região, não sendo difícil compreender que ele mantivesse aberto o *JC* para publicações elogiosas a respeito de Arthur Reis.

De 1959 até 1962, Frederico Barata dividiu a direção do *JC* com Epaminondas Barahuna. Em 1962, ele faleceu e Barahuna passou a dirigir o matutino na companhia de João Calmom, que já havia estado à frente do jornal logo após a venda deste aos *Diários Associados,* em 1943. Ao que tudo indica, de 1962 a 1984, Epaminondas Barahuna foi uma importante peça no tabuleiro do *JC*. Esse jornalista pertencia aos quadros do jornal desde os tempos de Vicente Reis, onde exerceu várias funções até chegar à direção[654]. Portanto, a relação de Arthur Reis com Barahuna era de longa data.

O *JC*, longe de pertencer à imprensa alternativa, seguia o *script* da tradicional imprensa brasileira, comumente associada a determinados grupos dominantes, não raro tornando-se uma emissora destes, como ocorria com os grandes jornais do Rio de Janeiro, por exemplo[655]. No interior desse quadro, durante a ditadura civil-militar, o *JC* esteve alinhado com o governo, e suas reportagens tinham o claro compromisso de legitimar as ações do golpe, "divulgando notícias simpáticas aos militares e produzindo matérias que maculavam os opositores dos golpistas"[656]. Há que se ressaltar que o período em análise neste trabalho, ou seja, as décadas de 1950, 1960 e 1970, está quase todo situado no âmbito da ditadura. Como Arthur Reis foi o primeiro governador do Amazonas nesse período, inaugurando no estado a administração do Executivo sob o golpe militar, não é surpresa que o *JC* tenha sido declarado apoiador do seu governo.

O diretor daquele matutino foi, inclusive, parabenizado pela eleição indireta de Reis para o Executivo amazonense, como se pode notar numa nota publicada pelo *JC* em 1964:

> O nosso diretor Epaminondas Barahuna recebeu do dr. Ivan Coelho Cintra, promotor público na cidade de Parintins e antigo companheiro de lutas nesta casa, o seguinte telegrama: Congratulo-me com o prezado amigo pela eleição do dr. Arthur Reis para a chefia do Executivo estadual, pedindo que estenda essa satisfação aos velhos companheiros Joaquim Paulino, Genesino, Gastão, Trigueiro, Isaias e Rebelo[657].

Enquanto esteve no governo do Amazonas, Arthur Reis fez algumas visitas àquele diário, como em de 23 de julho de 1964, quando o matutino anunciou "inesperada visita" ao

---

654 JORNAL do Comércio: 80 anos de luta. *Jornal do Comércio*, Manaus, p. 17, 1 jan. 1984.

655 Cf. BARBOSA, Marialva. *Os donos do Rio*: imprensa, poder e público. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 2000.

656 BEZERRA, Cleber Lima. *A imprensa amazonense*: dos preparativos do golpe à instituição do AI-5 (1961-1968). 2010. p. 134. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2010.

657 CONGRATULAÇÕES à velha guarda. *Jornal do Comércio*, Manaus, p. 6, 19 jun. 1964.

JC do "ilustre chefe do executivo amazonense [que] permaneceu algum tempo em palestra com os nossos redatores, antes de dar por concluído esse gesto de fidalguia para com todos quantos servem nesta casa[658]". Escolheu como secretário de Imprensa e Divulgação do seu governo José Cidade de Oliveira, funcionário do *JC* que, posteriormente, seria eleito deputado estadual.

Em 1970, Arthur Reis foi o "padrinho" do evento de inauguração do novo equipamento, que faria do *JC* "o diário mais moderno de todo o norte do país"[659]. Tratava-se do offset, que melhoraria a qualidade e a quantidade da impressão do jornal, com a redução de custos[660]. Na ocasião da cerimônia de inauguração, Reis foi efusivamente homenageado por João Calmon, então presidente dos *Diários Associados.* Sendo assim, os principais nomes que permaneceram à frente do *JC* no período que interessa a esta pesquisa tiveram relação de proximidade com Arthur Reis, o que facilitou o imenso espaço dado às notícias que faziam referência a ele nas páginas daquela folha por anos a fio. Dessa forma, as representações construídas acerca desse intelectual nas páginas do *JC* foram envolvidas por laços de amizade, mas também por interesses políticos e econômicos. A exaltação de Reis como grande amazonólogo trazia no seu bojo o anseio desse grupo em ver acontecer o desenvolvimento da região, e a intensidade desses elogios durante o período que Reis esteve à frente do governo do Amazonas contribuiu para os projetos daquele matutino no intenso esforço que realizou na legitimação do Golpe de 1964. A equipe fixa do *JC* e seus colaboradores compunham parte da elite intelectual de Manaus, com personagens que eram funcionários públicos, a maioria com curso superior e também em exercício de funções no campo político, assim cumprindo os requisitos necessários comuns aos homens de imprensa no Brasil naquele período[661].

4.2.1 Arthur Reis e o Jornal do Comércio

As fontes sob as quais se assenta este capítulo estão disponíveis no site da Biblioteca Nacional, na Hemeroteca Digital, que disponibiliza as edições do *Jornal do Comércio* do Amazonas entre os anos de 1905 a 1979[662]. A pesquisa foi realizada com a busca pela

---

[658] GOVERNADOR Arthur Reis visitou-nos ontem. *Jornal do Comércio*, Manaus, p. 1, 23 jul. 1964a.
[659] INAUGURA hoje o novo JC. *Jornal do Comércio*, Manaus, p. 1, 27 jun. 1970.
[660] Sobre impressão em offset cf. KUCINSKI, Bernardo. *Jornalistas e revolucionários*. 2. ed. São Paulo: Edusp, 2001. p. 8.
[661] BARBOSA, 2000.
[662] Felizmente, o receio quanto ao uso de jornais como fonte privilegiada para a pesquisa em história foram superados. Ao contrário da historiografia praticada no século XIX e em boa parte do século XX, que considerava esse tipo de documento "pouco adequado para a recuperação do passado" por conter "registros

palavra-chave “Arthur Reis”, constando no acervo um total de 2.193 ocorrências, sendo que nem todas as edições estão disponíveis. Notou-se a ausência de todas as edições dos anos de 1951, 1952 e 1953. O ano de 1954 também não apresenta todas as edições, portanto não tive acesso a reportagens que provavelmente noticiaram importantes momentos da vida política de Arthur Reis, como o caso de sua escolha para assumir o cargo de direção da SPVEA, em 1953. Entretanto, de um modo geral, tal fato não prejudicou os resultados do estudo.

Fiz a opção de concentrar a pesquisa especialmente nas décadas de 1950 a 1970, por ser o período, aqui considerado, o auge da carreira de Arthur Reis. Ademais, em boa parte do tempo que antecede o início do período estipulado, o pai dele foi proprietário do *JC*, o que garantiu ao nosso autor um espaço naturalmente privilegiado. Exemplo disso são as felicitações que o matutino dispensava ao então menino Arthur na passagem do seu aniversário, tendo circulado esse tipo de notícia pela primeira vez em 1909:

> Completa hoje o seu terceiro ano de doce existência a inocente criança Arthur Cezar, primogênito do diretor dessa folha, dr. Vicente Reis, que, por isso, terá ocasião de ver o seu lar em justa alegria e repleto de amigos sinceros que sem dúvidas não deixarão de ir abraçar a travessa e viva criança. De nossa parte saudamos os dignos progenitores de Arthur e abraçamo-lo efusivamente, desejando-lhe interminável messe de felicidades e um brilhante futuro.[663]

A partir de então, o *JC* passou a expressar a expectativa quanto ao futuro de Reis, que certamente coadunava com os anseios de seus pais:

> Completa hoje quatro anos o travesso e engraçado Arthur, primogênito do nosso diretor, dr. Vicente Reis. A meiguice natural da idade alia o pequeno Arthur uma vivacidade pontuada de *trues* espirituosos*, prenúncio certo de aguda inteligência a despertar*. Ao nosso amigo diretor e a sua virtuosa consorte, as saudações sinceras, expressivas do encanto que nos dá o travesso Arthur[664].

Ao comemorar os 7 anos de Arthur Reis, o *JC* segue na mesma perspectiva: “[...] Travesso e vivo, irrequieto e perspicaz, *o Arthur já denota, apesar de sua pouca idade, uma inteligência fora do comum, o que faz adivinhar, naquela compleição franzina de ave que se empluma, a alma justa e o espírito forte que há de ter, como homem*, o primogênito do nosso prezado diretor”[665].

---

fragmentários do presente, realizados sob o influxo de interesses, compromissos e paixões”, portanto distante da esperada objetividade e imparcialidade como resultado da escrita em história. Cf. LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. *In*: PINSKY, Carla Bassanezi. *Fontes históricas*. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2011. p. 112.

663 SALAS e salões: aniversariantes. *Jornal do Comércio*, Manaus, p. 1, 8 jan. 1909.

664 SALAS e salões: aniversariantes. *Jornal do Comércio.* Manaus, p. 2, 8 jan. 1910. Grifo nosso.

665 COLUNA Manaus Social. *Jornal do Comércio*, Manaus, p. 2, 8 jan. 1913. Grifo nosso.

De 1909 a 1927, o *JC* anunciou o aniversário de Arthur Reis. Essas notícias que constavam ano a ano na coluna social do jornal[666] eram ao mesmo tempo expressão de congratulação e uma forma de apresentar aos leitores o mais novo integrante da elite local, já envolto por uma imagem que ressaltava suas competências intelectuais:

> Na intimidade do seu venturoso lar, onde tudo tem a serena expressão e a beleza das coisas santas, vê decorrer nessa data, mais um ano de existência, o esperançoso jovem Arthur Reis, prezado filho do nosso diretor, dr. Vicente Reis. Transpondo o primeiro degrau da juventude, por isso que completa treze anos de idade, Arthur Reis já se revela um orgulho para o coração de seus genitores, não só pela extrema aplicação aos estudos do Ginásio Amazonense, onde a sua conduta e a sua inteligência viva tem granjeado a simpatia dos mestres e colegas, como pela pronunciada vocação para a arte de Wagner, na qual vai colhendo frutos, sabendo dedilhar com admirável perícia o teclado de um piano. Justas, portanto, são as homenagens que os inúmeros amiguinhos e admiradores pretendem fazer-lhe neste dia, pelo auspicioso evento[667].

À medida que o menino ia dando lugar ao rapaz, sobre ele recaíam ainda maiores expectativas. Assim como no ano anterior, também ao completar 14 anos, o jornal frisou suas habilidades intelectivas e, por certo exageradamente, novamente atribuiu-lhe grande número de admiradores:

> Um acontecimento auspicioso faz vibrar de íntimo regozijo o lar do nosso diretor Dr. Vicente Reis e de seu idolatrado filho Arthur Cézar Ferreira Reis, que entra no décimo quarto aniversário de sua existência. Jovem ainda trilhando a estrada ampla e luminosa de uma vida toda cheias de atrativos e expansões suaves, Arthur Reis é uma promessa que se revela, pois alia a sua exemplar conduta, um espírito inteligente e vivo, uma alma cheia de aspirações que só propendem para o esposamento de idéias nobres e elevadas. A sua maior preocupação é o estudo. No doce aconchego do lar, como no Ginásio Amazonense, onde cursa com brilhantismo o terceiro ano de Ciências e Letras, jamais descurou de sua educação moral e espiritual, manuseando sempre com prazer os seus livros e ouvindo com desvelo as lições de seus mestres. Segue assim um belo exemplo de virtude e civismo, tomando como lema a frase de Raul Pompéia: feliz é a alma que tenta, entre as florescências da juventude, descortinar o panorama imenso do futuro. É, pois, um jovem que orgulha os seus pais e o berço onde nasceu, iniciando os seus passos na arena espinhosa da vida sob os influxos de muita esperança. Merecidas, portanto, serão as provas de afeto que receber nesse dia, de seus amiguinhos e admiradores, que são em grande número[668].

Os 17 anos de Arthur Reis foram marcados, na nota do *JC*, pelo início da sua vida acadêmica como calouro do curso de Direito:

> É de íntimo júbilo para o lar do nosso diretor, a data que hoje decorre, porque assinala a passagem do aniversário natalício de seu idolatrado filho, o esperançoso jovem Arthur Cezar Ferreira Reis. Atualmente na capital paraense, acalentado pelos impulsos de um luminoso ideal, vai iniciar os seus passos na vida acadêmica como aluno da Faculdade de Direito, o aniversariante é um desses moços que se revela

[666] Com exceção dos anos 1914, 1918, 1922 e 1924. Em 1914 e em 1924, o JC não noticiou o aniversário de Arthur Reis, e em 1918 e 1922, o jornal do dia 8 de janeiro, data do aniversário de Arthur, não foi encontrado na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

[667] COLUNA Manaus Social. *Jornal do Comércio*, Manaus, p. 1, 8 jan. 1919.

[668] COLUNA Manaus Social. *Jornal do Comércio*, Manaus, p. 1, 8 jan. 1920.

> sobre o influxo das mais belas promessas encontrando nos estudos e na prática das boas ações um verdadeiro estímulo que o conduz pela estrada de um futuro radiante. No ambiente salutar das suas aspirações, já celebrou a primeira conquista, obtendo com brilhantismo o diploma de bacharel em ciências e letras pelo Ginásio Amazonense[669].

Fechando o ciclo de notas de aniversário no *JC*, as edições de 8 de janeiro de 1926 e de 1927, além de também lhe atribuírem grande número de admiradores, dão conta de uma função que Arthur Reis assumiria para si ao longo da sua carreira, a de defensor do Amazonas, função que seria ampliada englobando a Amazônia, após as publicações de suas obras acerca da região, mas que, como visto, sempre tinham o seu estado em primeiro plano, ainda que a região como um todo tivesse se tornado sua bandeira.

Na nota de 1926, portanto, no frescor dos seus 20 anos de idade, foi exaltado como "infatigável *batalhador em prol do progresso do Amazonas*, sua terra natal que tanto estremece", além de ser destacada sua "fina educação" e "afabilidade que cativa. Motivo da "estima de que goza no seio da sociedade amazonense [...]"[670]. Em 1927, o *JC* foi ainda mais enfático: "Possuidor de excelentes predicados morais e intelectuais, o talentoso acadêmico é uma das mais belas esperanças de sua terra, o Amazonas, da qual é *defensor entusiasta*"[671]. Na oportunidade, o jornal destacou ainda o brilhantismo com o qual Arthur Reis concluíra o quarto ano do curso de Direito no Rio de Janeiro.

Em suma, no período em que o *JC* permaneceu sob o comando de Vicente Reis, Arthur Reis teve espaço cativo, amplamente empregado na sua apresentação à sociedade local. Lá também Arthur Reis exerceu a função de redator em 1927 e publicou partes do seu primeiro trabalho, a *História do Amazonas* (1931), antes que esta fosse dada a público em formato de livro. Reis teve um bom prelúdio no cenário local para o auge que logo viria a partir do sucesso alcançado em meio a importantes intelectuais e políticos no contexto nacional.

Ao analisar as falas sobre Arthur Reis proferidas por meio do *JC* ao longo das três décadas em questão, evidencia-se qual era, se não o ponto nevrálgico, uma das principais causas de incômodo para um grupo da elite amazonense e que já foi expresso em outros momentos deste trabalho: a condição de "patinho feio" que a região ocupava no mapa econômico do Brasil. Aparece novamente, como que a andar em círculos, a questão que, certamente, motivou Arthur Reis na escrita de *A&CI:* o anseio pela inserção da sua terra natal, que por um acaso fazia parte da imensa região amazônica, nos quadros econômicos do país.

---

669 COLUNA Manaus Social. *Jornal do Comércio*, Manaus, p. 1, 8 jan. 1923.
670 COLUNA Manaus Social. *Jornal do Comércio*, Manaus, p. 1, 8 jan. 1926. Grifo nosso.
671 COLUNA Manaus Social. *Jornal do Comércio*, Manaus, p. 1, 8 jan. 1927. Grifo nosso.

Claro está que, àquela altura dos acontecimentos, Reis já havia percebido que o mote constitutivo da sua identidade intelectual girava em torno da Amazônia, causa à qual ele foi alçado desde muito cedo, mas que, certamente após ter sido indicado aos dois cargos importantes que ocupou, em órgãos recém-criados em prol da Amazônia, fez com que essa situação fosse ficando mais óbvia, o que culminou com a publicação do seu livro mais contundente em defesa da região.

De um modo geral, o *JC,* ainda que nas mãos de outro proprietário, seguiu nas décadas analisadas a mesma linha daquele que apresentava a criança e depois o jovem Arthur Reis à sociedade amazonense, lançando mão de uma gama de elogios que se intensificavam à proporção que o "ilustre amazonense" ia ganhando mais espaço no cenário nacional. Os elogios a Reis foram se fazendo em uma crescente, muito auxiliados pela posição de destaque que foi granjeada com importantes figuras políticas, como o próprio Getúlio Vargas, que o nomeou para a chefia da SPVEA e, posteriormente, Castelo Branco, que o indicou para o governo do Amazonas.

A título de exemplo, ao fazer uma breve incursão pela década de 1940 com a palavra-chave Arthur Reis no acervo do *JC* disponível na Hemeroteca Digital, verificou-se que, das 39 ocorrências constantes, apenas uma faz referência ao intelectual amazonense. Entre as demais, algumas são relativas a uma firma denominada Arthur Reis e outras a Arthur Leopoldo Reis, presidente da Associação dos Seringalistas do Amazonas. Portanto, na década de 1940, Reis não teve no *JC* o enorme espaço das décadas posteriores. Ainda que nem todas as edições da década em questão tenham sido disponibilizadas, havendo por isso muitas lacunas, há em disponibilidade um considerável número de edições que permitem essa conclusão. Situação que também justifica a prioridade dada às décadas de 1950 a 1970 nesta pesquisa, visto que, nesse caso, o interesse está no momento do ápice da atuação política e intelectual de Arthur Reis.

Nesse período, a imagem imaculada de Arthur Reis estampava com frequência as páginas do *JC,* que fazia referência à sua capacidade intelectual enaltecendo suas realizações nos cargos ocupados, e tudo isso fortemente ligado à denúncia e ao descontentamento quanto à situação de descaso do poder central com a região, como já foi afirmado anteriormente.

A partir daqui, apresento de forma mais intensificada as representações forjadas acerca do amazonólogo nas páginas do *JC* entre as décadas de 1950 a 1970. A primeira matéria do jornal da década de 1950 que vai ao encontro dessa questão refere-se ao início das atividades do Inpa em Manaus. Naquele momento, Arthur Reis era diretor da SPVEA e participava das reuniões que definiriam os primeiros passos da nova instituição de pesquisa na capital do

Amazonas. Sob sugestivo título – "Integra-se aos poucos e efetivamente a Amazônia ao Brasil – instalado ontem com singular solenidade, o Inst. de Pesquisas, que iniciará seu trabalho: presidiu o ato o dr. Arthur Reis"[672] –, informa o *JC*:

> [...] ontem na sede da Associação Comercial do Amazonas, às 16 horas, realizou-se a reunião de *grandes cidadãos de renome nacional* cuja pluralidade destacamos o dr. Arthur Cezar Ferreira Reis [...] Prosseguindo em *sua brilhante oração*, o dr. Arthur Cezar Ferreira Reis disse: Não fui eu quem indicou a cidade de Manaus, onde nasci e vivi, mas sim esse sábio naturalista Adolfo Ducke [...] O senhor Presidente da República reconhecendo a exatidão da opinião do dr. Adolfo Ducke, prontamente escolheu-a, sendo isso um orgulho para todos nós [...]"[673].

Além do elogio a Arthur Reis, cuja reportagem o coloca em destaque entre os grandes cidadãos de renome nacional, no título da matéria vê-se o entusiasmo quanto à inauguração de uma instituição que estaria nos planos de integração da Amazônia ao Brasil. Pode-se ver também no discurso de Reis a satisfação da escolha de Manaus como cidade sede daquela instituição. Seguindo a narrativa, o *JC* frisa a fala de Olímpio da Fonseca afirmando que o Inpa receberia a ajuda de técnicos estrangeiros para estudar a região, frisando que o instituto ficaria "exclusivamente em mãos de brasileiros", casando com os projetos de Arthur Reis e de todo o grupo que tempos antes foi contrário à criação do Instituto Hileia.

Em julho de 1955, o título do *JC* anunciava: "Com uma festa cheia de simplicidade, comemorou a Divisão da SPVEA o seu primeiro ano de atividades". E mais: [...] Inaugurado o retrato do dr. Arthur Reis, no gabinete daquele órgão – carinhosas manifestações de simpatia, apreço e solidariedade foram espontaneamente prestadas ao *ilustre amazonense* que dirige a Superintendência". Na ocasião, o periódico apresentou, na íntegra, o discurso de Newton Vieiralves, chefe da divisão da SPVEA em Manaus, afirmando que um dos momentos mais importantes da instituição foi a visita do presidente Vargas a Manaus:

> não posso deixar de destacar que somente a Divisão de Manaus mereceu a honra de ser instalada pelo Presidente da Nação, o qual no discurso que proferiu no Hotel Amazonas expôs, em linhas gerais, a significação do ato, destacando principalmente os propósitos da Nação em *ajudar a Amazônia a integrar-se na sua vida econômica*" [...] Finalizando, agradecemos a todos que aqui se encontram, pelo brilhantismo que vieram emprestar a essa manifestação de apreço e carinho ao dr. Arthur Reis, ressaltando, nesse momento, a cooperação que temos tido da imprensa sadia e construtiva do Amazonas, que em todas as horas tem prestigiado a ação da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia[674].

Mais uma vez, o tom era de enaltecimento da figura do "ilustre amazonense" que, enquanto foi superintendente da SPVEA residia em Belém, onde ficava a sede da instituição.

---

[672] Na ocasião, Arthur Reis era Superintendente da SPVEA e inaugurava a instalação do Inpa, instituição que viria a dirigir meses depois de deixar a SPVEA.

[673] INTEGRA-SE..., 1954, p. 6, grifo nosso.

[674] COM uma festa cheia de simplicidade, comemorou a Divisão da SPVEA o seu primeiro ano de atividades. *Jornal do Comércio*, Manaus, p. 6, 21 jan. 1955. Grifo nosso.

Nesse período, sua presença em Manaus era de visitante, por isso, ao chegar à cidade, recebia sempre as honras do *JC,* que a anunciava efusivamente, como quando chegou para participar da solenidade de posse de Plínio Coelho no posto de governador do Amazonas: "Ao que sabemos, *o ilustre viajante* será alvo de carinhosa recepção, no aeródromo da Ponta Pelada, face à maneira criteriosa e dedicada com que vem conduzindo os trabalhos desse importante órgão"[675].

Pelas lacunas já mencionadas, relativas à indisponibilidade de todas as edições do *JC*, não foi possível ter acesso às notícias sobre a exoneração de Reis da direção da SPVEA nem a todas as menções ao seu nome no jornal enquanto foi diretor do Inpa. Entretanto, as que estão à disposição dão bem a medida do que tem sido proposto neste trabalho, por exemplo, a matéria que anuncia a assunção de Reis ao cargo de diretor do Inpa, período específico em que se tornou morador de Manaus:

> No aeroporto de Ponta Pelada o *ilustre viajante* e sua esposa foram carinhosamente recepcionados por autoridades e pessoas do círculo de amizades do distinto casal, nessa cidade. [...] Após seu desembarque, o dr. Arthur Reis dirigiu-se para a sede do INPA [...] onde tomou exercício na direção daquele órgão subordinado diretamente a presidência da república. [...] O *ilustre amazônida* foi bastante cumprimentado por todos os presentes. [...] o professor Arthur Reis declarou-nos que traz o objetivo de trabalhar em prol da região que *é sua três vezes: pelo nascimento, pelo coração e pelo conhecimento*[676].

Por intermédio dessa frase de efeito estava dada a mensagem: Arthur Reis era a pessoa ideal para aquela função. Sua ligação com a região o autorizava absolutamente para o cargo ocupado, pois ele era natural da terra, um filho dileto da Amazônia, nutria um zeloso amor pela imensa "planície verde" e finalmente era um dos seus maiores estudiosos. Estava formada a tríade que o legitimava como autoridade em assuntos amazônicos.

Nessa mesma linha de abordagem, o *JC* anunciou o retorno de Arthur Reis de uma de suas viagens ao Rio de Janeiro:

> Viajando [...] retornou ontem a nossa capital, procedente da capital federal, o dr. Arthur Cezar Ferreira Reis, *eficiente e dedicado* presidente do Instituto de Pesquisas da Amazônia. *O culto e brilhante homem público, cuja atuação em favor do progresso da Planície Verde há sido das mais patrióticas*, atualmente desempenha as elevadas funções de timoneiro do INPA, onde vem demonstrando mais uma vez o seu *acendrado amor pelo amazonas*, assertiva confirmada, através das efetivas realizações daquele órgão público[677].

---

[675] ARTHUR REIS virá a Manaus assistir à posse de Plínio. *Jornal do Comércio*, Manaus, p. 6, 29 jan. 1955. Grifo nosso.

[676] ASSUMIU ontem a direção do INPA, o dr. Arthur Cezar Ferreira Reis. *Jornal do Comércio*, Manaus, p. 1, 26 jun. 1956. Grifo nosso.

[677] EM MANAUS, desde ontem, o dr. Arthur Cezar Reis. *Jornal do Comércio*, Manaus, p. 5, 17 jan. 1958. Grifo nosso.

Nota-se um exagero no que seriam as qualidades de Arthur Reis: eficiente, dedicado, culto, brilhante, patriótico e cheio de amor pelo Amazonas. O mesmo tom é encontrado na notícia que narra a sua renúncia ao cargo de diretor do Inpa. A reportagem anuncia que ele havia convocado uma reunião, sem que se soubesse o que seria discutido, na qual estiveram presentes várias personalidades do estado. No ato da reunião, leu um discurso de prestação de contas e só no final anunciou que havia renunciado ao cargo de diretor. Segundo o *JC,* após a notícia da renúncia,

> visível se tornou em todos os semblantes a surpresa e a desolação que causava, cônscios os amazonenses da dificuldade de encontrar no governo um homem com os mesmos títulos intelectuais e a mesma comprovada capacidade para substituir o dr. Arthur Reis na gestão de um organismo tão de perto ligado aos interesses tão fundamentais do futuro da Amazônia. [...] O relato feito pelo diretor demissionário do INPA é um documento realmente impressionante da operosidade de sua administração, permitindo-nos verificar o alto nível de eficiência a que foi o instituto elevado nestes dois anos, capacitando-se, apesar dos exíguos recursos de que dispôs, a preencher os elevados objetivos científicos, tecnológicos e de pesquisa que ditaram a sua criação. [...] Acompanhando a rápida enumeração que, por vezes com excessiva modéstia, fez o dr. Arthur Reis dos seus trabalhos, tomaram os presentes conhecimento de resultados que ninguém imaginava pudessem já ter sido conseguidos e que representam incalculáveis serviços prestados à região e principalmente ao nosso Estado[678].

Depois de elencar e exaltar as diversas realizações de Reis à frente do Inpa, a matéria, com o subtítulo "voltam a rondar-nos perigos iminentes", já citada o capítulo 2 desta tese, discute o que foi o mote de *A&CI* que, naquela data, estava prestes a ser publicado.

Como já mencionado, Arthur Reis estava fazendo referência de forma velada aos rumores de instalação da Fundação Tropical, que estava correndo nos bastidores e sobre a qual ainda não podia revelar detalhes. "Falo-vos o bastante neste aviso" – com essas palavras, Arthur Reis imprimia o ar de mistério sobre a questão que viria à tona mais tarde e através da qual elevaria ainda mais seu papel de defensor da Amazônia.

No interregno entre a exoneração de Reis do cargo de diretor do Inpa, em 27 de junho de 1958, e o momento em que assumiu o governo do Amazonas, em 1964, o *JC* continuou a dar notícias sobre o "eminente amazônida", sempre mantendo a linha do enaltecimento. Assim foi com a matéria que anunciou para breve a publicação de três artigos de Reis – "Para essa colaboração recomendamos a atenção dos nossos leitores, dado o *reconhecido valor do autor, nome sobejamente conhecido em todo o país*[679] – e na que ele é descrito como uma *"figura de relevo das letras nacionais, com larga folha de bons serviços prestados à Nação e*

[678] ARTHUR REIS..., 1958, p. 1.
[679] ARTIGOS de Arthur Reis. *Jornal do Comércio*, Manaus, p. 2, 8 mar. 1959. Grifo nosso.

à região amazônica"[680]. Há ainda outras mantendo o mesmo sentido, com destaque para a publicação do texto de Gilberto Freyre, "À propósito da Amazônia", onde o autor de *Casa grande e senzala* tece vários elogios a Arthur Reis, já mencionado no início deste capítulo. Apenas destoa dessa série de publicações que celebravam as qualidades de Arthur Reis um interessante texto de Agnelo Bittencourt publicado no *JC* em 1962, onde ele faz um comentário sobre o recém-publicado livro *Amazônia em novas dimensões,* de Cosme Ferreira Filho, em que atingia de modo direto as ideias defendidas por Reis.

> Olhos cobiçosos A 'Amazônia em novas dimensões' faz-nos deparar, em várias de suas páginas, em forma de advertência, o velho, verdadeiro ou suposto, perigo de uma apropriação indébita de uma ou mais partes do nosso território, na bacia amazônica, por alguma potência daquém ou dalém mar. Não importa qual seja. A respeito a desconfiança já tem cabelos brancos[681].

Bittencourt prossegue, lembrando que o caso da viagem do tenente americano F. Maury, que percorreu o rio Amazonas em 1852 com vistas a verificar sua navegabilidade, objetivando servir ao comércio mundial, acentuou a desconfiança dos que acreditavam na cobiça estrangeira acerca da Amazônia. Entretanto, como pontua Bittencourt, enquanto na Amazônia os rios permaneciam fechados à navegação internacional, "à mesma época, no Rio da Prata, o Império praticava uma política oposta. Quem nos poderá explicar o conteúdo de um procedimento virtualmente contrário, de dois pesos e duas medidas, em se tratando de fatos idênticos?"

Lança, assim, Bittencourt sua opinião, terminantemente contrária à de Cosme Filho, Arthur Reis e outros autores preocupados com a cobiça estrangeira sobre a região:

> Quanto a mim, particularmente, fundado em razões históricas, que se multiplicaram com o tempo, o grande país de Lincoln não tinha e não tem ambições territoriais. Apesar de possuir parentesco espiritual com a Inglaterra expansionista da Rainha Vitória [...], jamais procurou formar um império colonial, principalmente em 'regiões de ninguém', com o objetivo de expansão territorial[682].

A ideia de integração da Amazônia ao Brasil também é refutada por Bittencourt, sob o argumento de que não havia terra brasileira desocupada ou desintegrada do Brasil. "Não devemos usar de tais expressões, integração da Amazônia, integração do Nordeste, espaços vazios, zonas desocupadas, etc., quando apenas queremos significar, isto mesmo num

---

[680] ARTHUR REIS esteve em visita as obras da Cem: ex-superintendente do SPVEA, presentemente em nossa capital, teve ótima impressão dos trabalhos realizados no plano inclinado. *Jornal do Comércio*, Manaus, p. 1, 21 dez. 1961. Grifo nosso.

[681] COMENTANDO um livro: "Amazônia em novas dimensões", de Cosme Ferreira Filho. *Jornal do Comércio*, Manaus, 17 jun. 1962. Suplemento, p. 1.

[682] COMENTANDO..., 1962, p. 1, grifo do autor.

conceito muito relativo – 'zonas subdesenvolvidas'". A partir daí, Bittencourt passa a destacar autores que deram o "grito de alarme" em relação à cobiça estrangeira:

> Em uma série de substanciosos artigos publicados na imprensa de Manaus, o consagrado historiógrafo amazonense, Prof. Arthur Reis, chamou a atenção para o fato e disse, após várias considerações: 'O campo aberto, é pois, a Sul América, cujo mundo amazônico interessando a seis nações (Brasil, Bolívia, Peru, Equador, Colômbia e Venezuela), constitui convite sedutor. [...] em uma obra recente [A Amazônia e a cobiça internacional], em páginas impávidas, documenta e reafirma a ânsia, a fome, o apetite, por parte de povos de olhos compridos sobre a Amazônia, e declara: 'Não lidamos no terreno das hipóteses absurdas. A história dos olhares ou da ação ambiciosa de povos fortes, desde o século XVII, sobre o Brasil amazônico, autoriza-nos a pensar assim e, em consequência, alertar e denunciar a possibilidade do perigo'[683].

Além de Arthur Reis, destaca ainda os trabalhos de Maurício Vaistman e de Duarte Pereira, situados na mesma linha de pensamento, e logo após afirma que a ideia de integração da Amazônia, assim como do Nordeste ao Brasil, não passava de equívoco, ou seja, apesar do uso generalizado da palavra "integração", inclusive nos meios oficiais, "no plano das ideias políticas, falando de terras brasileiras, esse termo, mesmo em sentido figurado, é inconveniente [...] [seria] como se essas regiões estivessem além de nossas velhas e incontestes linhas lindeiras". Por fim, Bittencourt lança uma pergunta retórica:

> seria lícito indagar [...] qual o sentido dessa integração, tão enfaticamente reclamada? [...] Geográfica, econômica, social, política ou simplesmente estratégica: qual o conteúdo real e específico dessa integração, quando, em verdade, a Amazônia não se encontra desarticulada, sob qualquer daqueles ângulos, do complexo brasileiro.[684]

O desfecho do texto vem carregado de ironia:

> Peço vênia para fazer minhas tais palavras de Cosme Ferreira. E Deus não permitirá que, um dia, alguma desabusada potência, valendo-se do direito da força, apareça no Nordeste e na Amazônia, faça o seu desembarque e penetração, alegando tratar-se de uma 'terra vazia', 'desintegrada', *conforme declaração dos próprios brasileiros.*[685]

A veemente crítica de Bittencourt às denúncias feitas por Arthur Reis em *A&CI* demonstra que, apesar de ter encontrado parcela expressiva de apoiadores, o discurso de Reis também esbarrou em opositores, que ressaltaram o exagero das concepções do autor amazonense. Inclusive, como sugere Bittencout usando de ironia, essas denúncias poderiam causar o efeito contrário. O fato de os próprios brasileiros insistentemente afirmarem e divulgarem que a rica Amazônia estava vazia e desintegrada do país, serviria como sugestão e convite de que àquelas terras aportassem os estrangeiros a fim de ocupá-las.

---

[683] COMENTANDO..., 1962, p. 1, grifo do autor.
[684] COMENTANDO..., 1962, p. 1, grifo do autor.
[685] COMENTANDO..., 1962, p. 1, grifo do autor.

Todavia, após desferir várias críticas ao livro de Cosme Filho e também atingir o pensamento de Arthur Reis e de vários outros intelectuais amazonenses, que estavam de acordo em relação à ideia de que havia uma cobiça internacional rondando a Amazônia, em outro artigo, Bittencourt reconhece os méritos da obra, fazendo uso do bom e velho estilo "morde e assopra". A fim de elogiar certos aspectos do livro, desfere: "A Cesar o que é de Cesar" [686]. O intuito era o de reconhecer a rápida repercussão do livro entre os intelectuais de Manaus, visto que ele foi alvo de vários elogios. Conclui o autor: "todo livro que provoca aplausos e controvérsias, decerto saiu da rotina"[687]. Na lista dos comentadores do livro em questão, Bittencourt dá destaque a Arthur Reis, "o mais credenciado amazonólogo, com aquela autonomia de julgamentos, de todos reconhecida"[688]. Ele adjetiva como brilhante o prefácio de *Amazônia em novas dimensões*, assinado por Arthur Reis, ainda que nele a região tenha sido denominada como um imenso deserto, opinião contrária à de Bittencourt. Parece mesmo que Bittencourt não pensava como Reis, mas não queria se indispor com o consagrado amazonólogo, pois não seria de bom tom desfazer em público de alguém que gozava de uma sólida imagem relacionada à defesa da Amazônia.

4.2.2 O JC e o Governo Arthur Reis

> [...]
> O destino é um enigma,
> Para o tempo decifrar,
> Quem diria que Arthur Reis,
> Fosse agora governar,
> Nosso Amazonas querido??
> Sendo o mais preferido,
> Nesta hora singular
>
> Não lhe falta gabarito
> Pra dirigir o Estado,
> Quando este está em ordem,
> Nas finanças equilibrado;
> Sobra-lhe experiência
> Para agir com sapiência,
> Foi, pois, um feliz achado!
> [...] [689]

Sem qualquer outra experiência política no Legislativo ou no Executivo, sem mesmo pertencer a nenhuma legenda partidária, Arthur Reis recebeu a notícia de que havia sido eleito para o governo do seu estado pela Assembleia Legislativa do Amazonas, por indicação de

[686] COMENTANDO um livro: "Amazônia em novas dimensões", de Cosme Ferreira Filho: terceira parte: o livro e seus críticos. *Jornal do Comércio*, Manaus, 24 jun. 1962. Suplemento, p. 1.
[687] COMENTANDO ..., 1962, p. 1.
[688] COMENTANDO ..., 1962, p. 1.
[689] MONTORIL, Alexandre. A revolução. *Jornal do Comércio*, Manaus, p. 7, 20 jun. 1964.

Castelo Branco. A notícia veio no momento em que desembarcava no aeroporto, no Rio de Janeiro, após participar da Conferência Internacional do Trabalho em Genebra, como parte de sua função de diretor nacional da Indústria, do Ministério do Trabalho.

Como não poderia ser diferente, o *JC* foi um ferrenho apoiador do Governo Arthur Reis, conforme mencionado na parte inicial deste capítulo. Cumprindo a função à qual se propôs, a cobertura da posse do novo governador foi festiva e permeada por palavras de esperança, que não destoaram das matérias anteriores, apenas sendo intensificado o enaltecimento ao "ilustre amazonense", como pode ser visto na matéria que trata da sucessão governamental em uma entrevista como o general Jurandir Bizarra Mamede, comandante militar da Amazônia que elogiou Arthur Reis por ser "um nome que honra a Amazônia e o Brasil". Segundo o *JC*, ao ser

> [...] Indagado sobre as relações do dr. Arthur Reis com o Presidente Castelo Branco, [Mamede] respondeu: 'Não há homem de bem que não desperte simpatia em outro homem de bem'. O General Jurandir Mamede salientou que em vista do alto gabarito técnico do dr. *Arthur Reis, homem de um elevado padrão moral e intelectual, grande estudioso dos problemas da região*, o Amazonas está fadado a ter amplas e melhores perspectivas de progresso, desenvolvimento e bem estar social"[690].

Ainda na mesma reportagem, que estampou a primeira página do jornal, Arthur Reis foi efusiva e repetidamente elogiado, demonstrando bem o aspecto de exagero com o qual o matutino faria a cobertura de todo o seu governo:

> O DR. ARTHUR CEZAR FERREIRA REIS, que um sopro de superior inspiração fez conduzir, ontem, à suprema investidura do Estado do Amazonas, é um *filho dileto desta terra* [...] Secretário Perpétuo do Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas, deu à instituição o relevo de sua cultura, *dinamizando-a e projetando-a no cenário cultural do país*. *Apaixonado pelos estudos e problemas sócio-econômicos da Amazônia*, chamou-o o presidente Getúlio Vargas, em 1953, para coordenar os planos da criação da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia, autarquia que, uma vez instituída pelo chefe da nação, teve o *valoroso amazonense* como seu primeiro Superintendente. Deve-se a ele a coordenação e estruturação de todos os planos de trabalho que até hoje ainda aguardam aplicação generalizada e fiel pelos órgãos técnicos da SPVEA, há muito postos de lado pelas conveniências sempre danosas da politicagem. Também ao *notável amazonense* deve a Amazônia a recuperação do Museu Goeldi e a criação do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia, que dirigiu há poucos anos. *Vida e atividade cultural, dedicadas em saber, inteligência e coração ao Amazonas – suas quarenta e duas obras*, impressas, desde aquela nossa única 'História do Amazonas', editada em 1931, *todas elas definem e marcam os veios de sensibilidade da região amazônica.* Ora opulentando-a em sua grandeza histórica, ora determinando-a em seus problemas sócio-econômicos, na literatura e nas ciências, ora ainda projetando-as para as graças de um mundo ávido de conhecimentos sobre a evolução da maior área de riqueza ainda inexplorada, *toda a obra de amazonense emérito é a própria respiração de vida amazônica*, *a explicação do mundo amazônico, em seus ângulos todos de vitalidade e criação*.

[690] GENERAL Mamede: a Revolução abrirá novas perspectivas para a Amazônia. *Jornal do Comércio*, Manaus, p. 1, 17 jun. 1964. Grifo nosso.

> *Homem de consciência reta, de caráter impoluto e pureza de ideal, o dr. Arthur Cezar Ferreira Reis tem sido sempre grande esperança dos homens de convicção límpida de sua terra. Honesto e íntegro, leal à sua esplêndida formação moral,* tais qualidades foram já sobejamente demonstradas por toda a sua vida nos vários cargos públicos que tem exercido. [Da SPVEA], após discordar de intromissões políticas sem decoro em sua gestão, saiu pobre como ali entrara. O Amazonas em seu império de governo, reencontra agora o seu grande filho, em retomada de posição, sob as diretrizes de uma revolução que está repondo a nação em seus rumos autênticos da democracia [...][691].

Como apoiador do Governo Reis, as notícias do *JC* seguiam sempre essa tônica colossal. Ao noticiar a posse do novo governador, o matutino anunciou que este, após assumir a chefia do Executivo, saiu às ruas em carro aberto, "recebendo durante todo o trajeto calorosas ovações do povo, que demonstrando radiante alegria e felicidade, saudava o novo governante do Amazonas[692]". Durante todo o seu período de governo, o *JC* manteve essa postura e acompanhou de perto as realizações de Reis no comando do Estado.

Nesta tese, contudo, optei por analisar as matérias sobre Arthur Reis que trazem no seu bojo a expectativa de melhoria para a região amazônica e que fortalecem a consituituição de sua imagem como defensor da Amazônia. As demais, que tratam das realizações políticas de Reis – com títulos como "Arthur Reis governará com a Revolução"; "Arthur Reis promete realizar ideais revolucionários"; "Com a posse de Arthur Reis integra-se o Amazonas no espírito da Revolução"; "José Esteves criticou governantes anteriores e elogiou Arthur Reis" – merecem um estudo à parte, que observe inclusive a mudança temporária de discurso do amazonólogo diante do novo cargo. Na nova posição na qual devia constantes explicações à população, não era mais só o intelectual no seu gabinete, portanto há uma mudança de discurso. Contrariamente ao que sempre vinha afirmando, nos dias próximos à sua posse no governo deu uma entrevista na qual declarou: "Discordo do que se afirma comumente que o Amazonas é um estado abandonado, esquecido. O Amazonas nunca foi esquecido, o que tem havido é uma má aplicação dos recursos proporcionados pelo governo federal"[693]. Em vários momentos, Reis havia afirmado que o Amazonas fazia parte de uma região esquecida, mas quando ocupou a cadeira no Poder Executivo mudou de discurso a fim de se colocar como aquele que gerenciaria melhor os recursos. O aspecto que por ora é importante analisar é a contínua reafirmação do *JC* em torno da figura de Reis como defensor da Amazônia, como pode ser verificado na reportagem a seguir:

---

[691] GENERAL..., 1964, p. 1, grifo nosso.
[692] APÓS tomar posse, Arthur Reis nomeou os primeiros auxiliares do governo. *Jornal do Comércio*, Manaus, p. 4, 28 jun. 1964.
[693] AMPLA entrevista de Arthur Reis à imprensa. *Jornal do Comércio*, Manaus, p. 5, 23 jun. 1964.

> [...] Homem de caráter impoluto e expressão das maiores da cultura da terra, portador de uma bagagem literária como talvez nenhum outro filho desse Estado possua. [...] É um *amazonólogo por excelência* levou a maior parte da sua cintilante existência pesquisando problemas políticos, sociais e econômicos do Vale Amazônico, acompanhando através da história, passo a passo, a formação de tudo o que há sido realizado neste mundo verde e inacabado, como admitiu Euclides da Cunha ao compará-lo à última página do Genesis. *Não é de se estranhar, pois, que nessa imensa natureza tumultuária, imatura geologicamente, o homem sinta-se angustiado e conturbado, mas ainda assim muito já foi realizado nesses três séculos de exploração e ocupação da terra. Continuar a obra hercúlea, apoiado na experiência multissecular, reintegrá-la no presente, em termos técnicos, eis o esforço que se apresenta ao novo governo e para um trabalho de tal magnitude, nenhum homem está mais capacitado, pelos motivos expostos, do que o dr. Arthur Cezar Ferreira Reis, nosso atual governador*[694].

Nota-se que o *JC* também praticava a metonímia às avessas, ao colocar tamanha expectativa de melhorias para a região amazônica como um todo em torno da figura daquele que assumia o governo de apenas um estado, portanto, apenas uma parte da imensa região. Embora se saiba que como ocupante de importante cargo Arthur Reis teria ampliado o seu acesso ao poder central, não deixa de ser um exagero imputar-lhe a responsabilidade de melhoria da vasta região, a menos que o uso do termo Amazônia já viesse sendo utilizado como uma marca que atraía os olhares, portanto, melhor seria se referir a ela do que ao Amazonas somente, que empregado isoladamente não carregava tanto peso no cenário nacional.

Como já afirmado, os aspectos ressaltados do período em que Reis ocupou o governo do Amazonas serão os relacionados com a reafirmação constante de sua imagem como defensor da Amazônia/do Amazonas/de Manaus, e nada mais emblemático referente a essa questão que o caso da Fundação de Pesquisas Tropicais, tratado a seguir.

4.2.2.1 O caso da Fundação de Pesquisas Tropicais: repercussão local

No dia 8 de maio de 1965, o JC estampou em primeira página a notícia de uma viagem com duração de vinte dias que Arthur Reis realizaria ao Rio de Janeiro para tratar de interesses do estado. Na ocasião, ele deveria se encontrar com uma série de "autoridades maiores da república", entre as quais o ministro da Agricultura, que em comunicado enviado ao governador havia solicitado a reunião695. A partir daí, o matutino lançaria uma série de 25 matérias sobre o motivo principal que havia levado o governador ao Rio de Janeiro: a questão da Fundação de Pesquisas Tropicais. Esse foi o caso mais emblemático da força do discurso

[694] GOVERNO de austeridade. *Jornal do Comércio*, Manaus, p. 1, 1 jul. 1964a. Grifo nosso.
[695] ARTHUR REIS viaja ao Rio para tratar de interesse do estado. *Jornal do Comércio*, Manaus, p. 1, 8 maio 1965b.

de Reis perante a opinião pública nacional em "defesa da Amazônia"696, e também o momento mais expressivo do exercício de seu papel de arauto da região diante dos intelectuais manauenses.

"Governador Arthur Reis reage contra a internacionalização da Amazônia" foi o título da matéria que explicou aos amazonenses a questão da criação da fundação, então em curso: "Tomando outras cores com nova denominação e outros objetivos, aparentemente diferentes, ressurge a ideia da internacionalização da Amazônia, movimento de triste memória sob o título de Hileia Amazônica, cujo lançamento suscitou na época violenta reação"[697]. O ressurgimento da ideia que se assemelhava à proposta de criação do Instituto Hileia, naufragada em 1949, tornou-se público, segundo o JC, na reunião realizada no dia 11 de maio de 1965 com o ministro da Agricultura, representantes das Forças Armadas, o Ministério das Relações Exteriores e organismos federais com sede na Amazônia, entre eles, a SPVEA e o Inpa. O objetivo da criação da nova instituição seria "a encampação de todos os órgãos federais encarregados do desenvolvimento da área amazônica, os quais passariam para o comando de um organismo estrangeiro", proposta repelida veementemente por Arthur Reis, que se manifestaria em memorial a ser entregue pessoalmente a Castelo Branco[698].

O *JC* de 13 de maio anuncia como matéria de destaque, também em primeira página, o forte papel de influência de Arthur Reis, em âmbito nacional, quando o assunto era a Amazônia, como se pode notar no título do texto: "Pronta reação de Arthur Reis poderá ter repercussão profunda na área militar e provocar nova campanha". Segundo a notícia, a atitude do governador amazonense, abandonando "violentamente a reunião realizada no Ministério da Agricultura poderia ter repercussão profunda na área militar e provocar, sem a menor dúvida, uma nova campanha nacionalista contra o governo federal", a não ser que Castelo Branco realizasse uma intervenção impedindo o avanço das negociações em torno da criação da fundação.

A partir de então, o *JC* anunciaria uma série de apoios recebidos por Arthur Reis na defesa da Amazônia que vinha realizando perante as autoridades no Rio de Janeiro, a começar por uma moção dos deputados do Amazonas de "incondicional apoio e solidariedade":

---

696 Como em todo este trabalho, aqui também, o termo defesa da Amazônia atribuído a Arthur Reis, refere-se a representação que foi construída acerca deste autor, associando-o à responsabilidade de promover o desenvolvimento econômico da área, sem que isso implicasse necessariamente distribuição de renda e respeito as populações nativas em relação ao esmagador avanço do capital na região. Portanto, em nenhum momento assumo essa perspectiva, que pelo contrário, merece incisivas críticas, visto que a atuação do autor foi realizada em prol da elite, era em nome desse grupo que ele falava.

697 GOVERNADOR Arthur Reis reage contra a internacionalização da Amazônia. *Jornal do Comércio*, Manaus, p. 1, 12 maio 1965a.

698 GOVERNADOR..., 1965a, p. 1.

> A Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas tomando conhecimento de planos que visam a *ocupação total da Amazônia*, - pretensão essa que tudo indicava já estivesse decidida por quem, há vários anos, a alimenta (no caso os Estados Unidos da América do Norte) , e face *a atitude patriótica e desassombrada do Governador ARTHUR CEZAR FERREIRA REIS, repelindo energicamente tal intenção*, no momento preciso em que, para debater o assunto, se fez presente a uma reunião [...] a ASSEMBLEIA LEGISLATIVA deste Estado, repetimos, através de todos os seus membros, sem distinção política, vem hipotecar, por intermédio desta MOÇÃO, incondicional solidariedade ao Chefe do Poder Executivo diante da atitude assumida, ao mesmo tempo que fixa sua posição de protesto diante da pretensa ocupação da Amazônia pela cobiça internacional[699].

O documento elaborado pelos parlamentares e que deveria ser encaminhado ao presidente da República por meio de um telegrama atribuiu ao ato em negociação da criação da fundação à iminência de ocupação total da Amazônia, exagerando o aspecto da situação. Ainda nesse mesmo dia, o *JC*, na última página, retomou a notícia citando o discurso do deputado Bernardo Cabral, que "lembrou a sua posição de deputado oposicionista, mas que num instante de tamanha gravidade não via por que não se enfileirar à atitude do governador do Estado, pois se houvesse uma voz discordante na Casa, importaria em crime de lesa a pátria"[700]. Assim, o *JC* passava a mensagem de unanimidade em torno do apoio a Reis em defesa da Amazônia, que receberia continuadas menções de apoio de "todas as classes sociais do Amazonas [que se manifestavam] contrárias à intenção de um grupo de estrangeiros de dirigir órgãos instalados na região amazônica com o propósito de internacionalizar a área"[701]. O então prefeito de Manaus, Vinícius Monte Conrado Gomes, também expressou sua "solidariedade ao Chefe do Executivo amazonense": "Queira aceitar meu integral apoio e solidariedade à sua corajosa e patriótica atitude contra a internacionalização da Amazônia, objeto da cobiça estrangeira que visa escravizar nosso povo e seus domínios"[702].

"Governador do Amazonas recebe solidariedade de todo o país"; "Governador continua recebendo solidariedade"; "solidariedade ao governador Arthur Reis"; esses foram os títulos sob os quais o *JC* anunciava que Arthur Reis não estava sozinho. No mesmo sentido, dos amigos que estavam em Belém, mas pelo que indica a matéria eram manauenses, recebeu a efusiva mensagem:

> Sua corajosa e histórica tomada de posição na defesa dos interesses da Amazônia e do Brasil está causando aqui intensa e comovente repercussão. A Folha do Norte abre sua edição de hoje (dia 14) com amplo noticiário sobre sua atitude destacando o apoio que vem recebendo dos meios esclarecidos do país e solidariedade que os

---

[699] PRONTA reação de Arthur Reis poderá ter repercussão profunda na área militar e provocar nova campanha. *Jornal do Comércio*, Manaus, p. 1, 13 maio 1965.

[700] APOIO A Arthur Reis: Assembleia também reage contra a internacionalização da Amazônia. *Jornal do Comércio*, Manaus, p. 8, 13 maio 1965.

[701] GOVERNADOR Rui Araújo aguarda recebimento do memorial de Arthur Reis. *Jornal do Comércio*, Manaus, p. 1, 14 maio 1965b.

[702] CONTRA o jugo, Vinicius apoia Arthur Reis. *Jornal do Comércio*, Manaus, p. 8, 14 maio 1965.

> chefes militares mais atuantes lhe prestaram [...] o Governador do nosso Estado não tem sido na vida apenas professor de História, mas tem sido também e, sobretudo, professor de bravura cívica, legítimo herdeiro da Canção de Fé e Esperança[703].

Interessante notar que outros jornais da região, representando grupos da elite, juntavam-se nessa cruzada pela afirmação constante da imagem de Arthur Reis como defensor da Amazônia: a *Folha do Norte*, de Belém, como mencionado na citação anterior, e o jornal *A Crítica*, de Manaus, também foram veículos de comunicação onde diversas menções em apoio a Reis foram divulgadas. A opção aqui em trabalhar apenas com o *JC* se deve à necessidade imperiosa, inerente ao processo de pesquisa, de selecionar um número determinado de fontes e ao pronto acesso às edições do *JC*, em sua maior parte digitalizada.

Do Diretório Acadêmico da Faculdade de Direito do Amazonas, que altivamente se subscreve como "elite do Amazonas do porvir", Arthur Reis recebeu a seguinte mensagem, com cópia para o presidente da República e para alguns ministros de Estado:

> Acadêmicos da tradicional Faculdade de Direito do Amazonas, através de seu órgão de representação, hipotecam irrestrita solidariedade à posição corajosa e patriótica assumida por Vossa Excelência contra as tentativas de interesses extranacionais de controlarem as riquezas amazônicas, num autêntico atentado a nossa soberania. A ideia da internacionalização ameaça a integridade do território brasileiro e o futuro da nacionalidade, numa hora em que o governo de Vossa Excelência incrementa esperança ao grandioso futuro promovendo a arrancada desenvolvimentista e as reformas socioeconômicas de profunda significação[704].

Os intelectuais amazonenses residentes no Rio de Janeiro também se manifestaram:

> Os abaixo firmados intelectuais amazonenses residentes no Rio de Janeiro presenciando a firme e elevada ação patriótica do professor ARTHUR CEZAR FERREIRA REIS, Governador do Estado do Amazonas, no caso da internacionalização da Amazônia, que tanta repercussão provocou na opinião pública de todo o país, além de se rejubilarem com as medidas tomadas pelo ilustre estadista, à frente do governo, reabilitando os intelectuais planiciários de sua unidade federativa, estimulando-os no nível social e moral que de fato merecem, sejam escritores, poetas, professores, técnicos, trabalhadores de pensamento ou da cátedra, vêm por esse meio livre, democrático, cívico e independente, testemunhar a sua admiração ao bravo defensor da Amazônia e hipotecar-lhe sua irrestrita solidariedade nos quadros de ressurgimento moral, espiritual, social e político de nossa terra[705].

Assim como do *JC* do Rio de Janeiro – "o Chefe do Executivo amazonense tem recebido, diariamente, a visita de pessoas e representantes de entidades que levaram seu apoio [...]" –, Reis recebeu também mensagem via rádio dos representantes dos agricultores e pecuaristas de São Paulo – "interessados no desenvolvimento da Amazônia"[706]. Segundo o

---

[703] CONTRA..., 1965, p. 8.
[704] GOVERNADOR continua a receber solidariedade. *Jornal do Comércio*, Manaus, p. 8, 16 maio 1965c.
[705] MANIFESTO ao povo amazonense. *Jornal do Comércio*, Manaus, p. 1, 22 jun. 1965. Grifo do autor.
[706] GOVERNADOR do Amazonas recebe solidariedade de todo o país. *Jornal do Comércio*, Manaus, p. 1, 15 maio 1965d.

periódico, Reis recebia solidariedade de todo o país, o que justificava a causa na qual se empenhava e fortalecia sua função de defensor da Amazônia.

Foi do dia 15 de maio o título da matéria do *JC* que expressou mais veementemente o papel de guardião da Amazônia que se cristalizava em torno da imagem do "eminente amazônida". Na reportagem de título – "Arthur Reis: lutarei até o fim em defesa da nossa soberania" – o assunto girou em torno de uma entrevista coletiva que Reis havia dado no Rio de Janeiro, onde afirmou que

> o Brasil não é mais uma colônia; sou contra o inventário que se pretende fazer da Amazônia, pois o assunto implica em segurança nacional [...] Eles alegam que a ciência é universal. De fato, a ciência é universal, mas os cientistas têm pátria. Dessa maneira eles se disfarçam e investigam, *mas me encontraram pela frente*. Estou disposto a ir até o fim na defesa da minha tese e nada me fará desistir [...][707].

"Mas me encontraram pela frente". Com essa expressão, Reis reforça o seu papel e deixa ver o quanto tinha ciência da extensão de sua influência no cenário nacional e regional, influência essa que guardava forte relação com a propagação das ideias contidas em *A&CI*. Como visto em vários dos textos expressos no *JC*, seus apoiadores fazem a relação entre a criação de uma instituição que tinha como objetivo realizar pesquisas científicas na Amazônia e a cobiça internacional, suposto perigo amplamente denunciado no livro de Arthur Reis. Nesse sentido, no período de efervescência da notícia que divulgava a tentativa de instalação da Fundação de Pesquisas Tropicais, o *JC* divulgou a seguinte nota:

> Escrito nos anos de 1957 e 1958, e editado no Rio em 1960, o livro do professor Arthur Reis, intitulado "A Amazônia e a cobiça internacional", tem sido grandemente procurado no Rio de Janeiro, esgotando-se rapidamente toda a edição. Em Manaus, da mesma maneira, está havendo idêntica procura em todas as livrarias. Aqueles que possuem o livro são constantemente assediados por pessoas interessadas em ler a obra do atual governador do Amazonas[708].

Na mesma época, o *JC* também anunciou que o último exemplar de *A&CI* ia a leilão em Porto Alegre, tendo alcançado o preço de 12 mil cruzeiros, informando ainda o interesse na reedição do livro por uma editora do Rio de Janeiro com a promessa de que a nova edição sairia no mês seguinte[709]. Observa-se que discurso e prática se entrelaçavam na relação de Arthur Reis com a causa amazônica. E a "tentativa de internacionalização da Amazônia que encontrou no governador Arthur Reis seu opositor mais inflamado[710]" redundou na

---

[707] ARTHUR REIS: lutarei até o fim em defesa da nossa soberania. *Jornal do Comércio*, Manaus, p. 1, 15 maio 1965a. Grifo nosso.
[708] GRANDE procura. *Jornal do Comércio*, Manaus, p. 8, 15 maio 1965. Grifo do autor.
[709] LIVRO foi a leilão. *Jornal do Comércio*, Manaus, p. 8, 27 maio 1965b.
[710] ARTHUR REIS pedirá mais dez dias de licença. *Jornal do Comércio*, Manaus, p. 8, 19 maio 1965.

prorrogação de sua estada no Rio de Janeiro por mais dez dias, totalizando trinta dias dedicados a impedir a criação da Fundação.

Nas últimas notícias, finalizando o caso da frustrada tentativa do Governo Federal de criar a Fundação de Pesquisas Tropicais, quando Arthur Reis retornava a Manaus, após dias intensos defendendo a Amazônia diante do Governo Federal no Rio de Janeiro, o *JC* não economizou na intensidade, anunciando em primeira página: "Multidão foi a rua para receber Arthur". Segundo o matutino, o governador e a primeira dama

> Ficaram vivamente emocionados pela retumbante recepção que lhes foi proporcionada pelo povo de maneira espontânea, tanto no Aeroporto de Ponta Pelada, como no trajeto até o Palácio Rio Negro. Pelas calçadas homens, mulheres e crianças, misturavam-se numa uníssona manifestação de espontaneidade e alegria pelo retorno do Chefe do Executivo amazonense. Palmas e lenços foram as saudações constantes do povo ao Governador e à Primeira Dama, que entraram em Palácio caminhando a pé [...]. Esse gesto de simplicidade do Governador foi respondido por uma ovação de palmas dos populares e estudantes [...] Numa explosão de contentamento e satisfação em abraçar o Governador, o povo invadiu em massa a pista de estacionamento, quando a aeronave da Varig aterrou [...]. Muitos ficaram surpreendidos com a numerosa multidão, porquanto não houve caminhões nem ônibus especiais. Era a espontaneidade que aflorava nas faces do popular *pela atitude vibrante e patriótica de Arthur Reis, em defesa de nossa soberania e integridade territorial*, gesto histórico que agitou a alma nacional e evitou uma humilhação e ultraje à cultura e à capacidade técnica dos brasileiros, representada pela instalação de um organismo científico na região amazônica cuja direção não teria a presença de brasileiros[711].

A matéria continuava ressaltando o apoio da juventude amazonense, dos trabalhadores que estiveram presentes na "apoteótica chegada do governador", dos representantes dos policiais militares, secretários de Estado e deputados que, junto com "o homem do povo formavam um único quadro de entusiasmo, unidos pelo mesmo sentimento de gratidão e reconhecimento ao governador do Amazonas". Abraços e empurrões também fizeram parte do momento, visto que "todos queriam abraçar e apertar a mão do governador [...] que recebia com um sorriso, compreendendo que aquilo tudo era o arrebatamento popular".

De acordo com o *JC,* a atuação de Reis em defesa da Amazônia teve um desfecho grandioso. Assim dava-se o caso da fundação por encerrado. No mesmo dia do seu desembarque em Manaus, deputados, inclusive os quatro de oposição, diversas personalidades "e expressivo número de populares ouviram atentamente – aplaudindo sucessivas vezes, na Assembleia Legislativa, o Governador discorrer sobre sua atuação no Sul contra a propalada internacionalização da Amazônia". O discurso tinha como veio central o destaque para a histórica cobiça da região que vinha desde o período colonial. Assim, "iniciou, o Governador,

---

[711] MULTIDÃO foi à rua para receber Arthur. *Jornal do Comércio*, Manaus, p. 1, 5 jun. 1965. Grifo nosso.

falando sobre o seu livro A Amazônia e a cobiça internacional", destacando o "elevadíssimo grau de cobiça de grupos não nacionais por nossa região"[712].

Entretanto, antes de discursar na Assembleia Legislativa, Reis havia feito uma fala reveladora do que sempre esteve no bojo das discussões por ele aventadas acerca da cobiça internacional, indo ao encontro do que já foi afirmado anteriormente nesta pesquisa, isto é, o fato de a escrita de *A&CI* ter sido motivada muito mais pela necessidade de fazer o Brasil olhar para a Amazônia do que pelo receio da cobiça estrangeira propriamente dita. Segundo o *JC*, Reis

> Afirmou que a atitude assumida em defesa da nossa soberania teve ampla repercussão. Durante mais de uma semana, a Amazônia e o Amazonas foram assuntos em todos os Estados. No Rio e em São Paulo, em todos os cantos, em todas as classes sociais a região amazônica foi assunto predominante. Vibrou a alma nacional pelas suas forças mais representativas[713].

Dessa forma, a missão de defender a Amazônia foi assumindo várias facetas, por exemplo, fazer o Amazonas/a Amazônia conhecido(a) no Brasil, a fim de evitar que a região continuasse no descaso do próprio Governo Federal, que não a tinha na mira políticas econômicas que visassem ao desejado desenvolvimento, por conseguinte representando os anseios da elite amazonense, ao mesmo tempo em que Reis projetava sua imagem em âmbito nacional e regional. Como bem expressou Mario Rocha da Silva no *JC*: "O Governador Arthur Reis bem pode agora exclamar como aquele general romano: Cheguei, vi e venci. É inegável que sua S. Excia. retornou do Sul muito mais prestigiado pelo alto escalão administrativo do país[714]".

Apesar de encerrada a tentativa de criação da Fundação, o tema ainda rendeu exaltações à figura de Reis em algumas matérias do *JC*, como o artigo "A internacionalização da Amazônia", de Idelfonso Pinheiro, que afirmou: "Tenho certeza que se existir parcimônia, trabalho e responsabilidade, a Amazônia ressurgirá como um desafio ao desenvolvimento econômico e progressista do universo". Para Pinheiro, umas das soluções seria "seguir o caminho da hevicultura; da juta; da castanha, do cacau e de todas as outras riquezas". Ele destacou o sucesso da Companhia Brasileira de Plantações, empreendida por Cosme Ferreira, sobre a qual, inicialmente, havia muitas incertezas, mas no momento era uma realidade. No texto não poderia faltar, obviamente, menções ao nome de Reis:

> Precisamos não esquecer que foi o Governador Arthur Cezar Ferreira Reis, que neste momento defendeu a Amazônia com o mais elevado amor e patriotismo,

---

[712] ARTHUR historiou luta contra a internacionalização da Amazônia. *Jornal do Comércio*, Manaus, p. 1, 6 jun. 1965a.

[713] ARTHUR: recebo o governo das mãos de um homem íntegro. *Jornal do Comércio*, Manaus, p. 1, 5 jun. 1965b.

[714] SILVA, Mário Rocha da. Calidoscópio. *Jornal do Comércio*, Manaus, p. 2, 16 jun. 1965.

> baseado nos profundos conhecimentos da região [...] torna-se um dever todo aquele que vive no Amazonas, não esquecer que neste momento em que procuram internacionalizar a nossa Amazônia, foi o Sr. Arthur Cezar Ferreira Reis, homem consciente e governador emérito, quem a defendeu como um verdadeiro campeão da razão e do direito[715].

Um dos resultados imediatos de todo o debate em torno da tentativa de criação da fundação foi uma reunião dos governadores de todos os estados amazônicos com o presidente Castelo Branco, realizada em Belém no dia 15 de junho de 1965. Segundo o *JC,* o principal motivo da ida de Castelo a Belém para participar da "Conferência dos Governadores" residia "numa nova tomada de posição, perante os organismos federais na região amazônica, que vem há anos funcionando pessimamente, não cumprindo com as suas finalidades, por falta de assistência financeira, relegados a completo abandono[716]". Na ocasião, a resposta de Castelo Branco foi animadora: "Eu asseguro aos senhores que a Amazônia não está sendo esquecida. A partir de amanhã iremos estudar certos setores do orçamento e envidaremos esforços para canalizar para a Amazônia maiores recursos".

O *JC* aproveitou a cobertura desse evento dos governadores em Belém para dirimir qualquer possibilidade de dúvidas na opinião pública local quanto a uma possível rusga na relação de Arthur Reis com Castelo Branco, devido a veemente oposição daquele à questão da fundação. Os jornais de circulação nacional lançaram algumas notas que davam conta de uma insatisfação de Castelo em relação à atitude apressada de Reis nas discussões acerca da fundação. Todavia, segundo o *JC,* "Castelo [estava] completamente afinado com as ideias de Arthur Reis":

> O encontro do Presidente com o Governador Arthur Reis serviu como demonstração eloquente de que não passa de mera exploração as notícias publicadas sobre um possível agastamento do chefe da nação em relação ao comportamento do governador no caso da criação da Fundação de Pesquisas Tropicais. Ao contrário, o Presidente da República está completamente afinado com o governador Arthur Reis, no sentido que as pesquisas e o inventário da região amazônica sejam feitos, dirigidos e controlados pelos organismos regionais. Sobre isso não há a menor dúvida. O resto não passa de boatos sem fundamento[717].

Dias depois, portanto em 17 de julho, Castelo Branco esteve em Manaus, ainda por conta da celeuma causada pelo caso da fundação. O presidente atendia a um convite do governador Arthur Reis. No seu discurso, realizado no Palácio Rio Negro, então sede do governo, o marechal tentou acalmar os ânimos dos amazonenses em relação à situação de constante queixa deles quanto ao abandono daquele estado pelo poder federal, frisando que

---

[715] PINHEIRO, Idelfonso. A internacionalização da Amazônia. *Jornal do Comércio*, Manaus, p. 2, 13 jun. 1965.
[716] CASTELO BRANCO promete dinamizar atividades dos órgãos federais na Amazônia. *Jornal do Comércio*, Manaus, p. 8, 15 jun. 1965.
[717] CASTELO completamente afinado com as ideias de Arthur Reis. *Jornal do Comércio*, Manaus, p. 1, 15 jun. 1965c.

"[...] consideradas as possibilidades do erário federal, ninguém poderá afirmar que a União tem sido surda ou indiferente aos reclamos das unidades da federação"[718]. Fez questão também de destacar que o Amazonas "tanto tempo relegado a verdadeiro descaso por parte dos órgãos federais" sob o governo "revolucionário", estava vivendo uma nova condição. O presidente tratou ainda do aumento de investimento do Governo Federal no Amazonas em comparação com a situação anterior à "revolução". No final do discurso do presidente, não faltaram elogios à atuação de Arthur Reis:

> Senhor Governador: algum tempo antes de assumirdes o posto a que fostes elevado entre as esperanças dos amazonenses, escrevestes que a Amazônia era um mundo por descobrir. Acentuastes então, com agudeza e o conhecimento de um espírito há muito voltado para o grave problema da região, os muitos visitantes que desde o sábio La Condamine cortaram a fabulosa hileia, e o quanto há ainda por conhecer, explorar e preservar. Mas não adivinhastes que, em pouco, também vos tocaria ser um dos descobridores da Amazônia, em cuja história já vos integrais por haver demonstrado a possibilidade de uma eficiente administração, exclusivamente voltada para o bem público, apesar dos modestos recursos orçamentários [...][719].

As palavras do presidente engrandecendo os feitos de Arthur Reis renderam ao *JC*, como não poderia ser diferente, um ancho comentário em torno do discurso:

> O discurso proferido pelo Primeiro Magistrado do País, na tarde de anteontem em Palácio Rio Negro, revelou mais uma vez de maneira indesmentível e insofismável, a existência de uma perfeita harmonia e relações as mais cordiais entre os ilustres homens públicos. O Presidente Castelo Branco frisou além de o governo probo que possui presentemente o Amazonas com uma rigorosa aplicação dos dinheiros públicos, referiu-se de maneira mui afetiva a pessoa do governador Arthur Reis, elogiando o trabalho de recuperação moral e financeira que realizou em nosso Estado[720]

O *JC* tentava manter intacta a imagem de Arthur Reis. Nenhuma sombra poderia pairar sobre a figura do brilhante amazonólogo. Afinal, os que assim se esforçavam por construí-la tinham fortes interesses envolvidos, entre eles os relativos às questões culturais, área à que Reis procurou dar atenção especial no seu governo, como será visto posteriormente.

4.2.2.2 A consolidação das representações de Arthur Reis como defensor da Amazônia

O caso da fundação se tornou um mote sobre o qual a imagem de Arthur Reis como defensor da Amazônia se cristalizou ao longo do tempo, garantindo várias menções ao assunto, que ocorreram no período imediatamente posterior à finalização da questão, e até

[718] CASTELO: presença da União nos Estados é positiva. Jornal do Comércio, Manaus, p. 5, 17 jul. 1965a.
[719] CASTELO..., 1965a, p. 5.
[720] O PRESIDENTE e o Governador. *Jornal do Comércio*, Manaus, p. 1, 18 jul. 1965.

anos mais tarde, quando, por várias vezes, a situação foi lembrada como um ato heroico de Reis, fazendo com que o culto a ele caminhasse a passos largos. Nesse sentido, em junho de 1965, o "eminente amazônida" foi homenageado pela escritora manauense Violeta Odette Farias Sabbá:

> Eu vos saúdo digno Governador
> Pelo patriotismo que seu coração possui
> És nobre, forte, valente e varonil.
> Com seu talento
> O Amazonas será sempre Brasil
> Este Amazonas que por Deus foi dado
> Ouro e petróleo, tantas riquezas mil
> Lindas florestas, rios caudalosos
> Toda riqueza existe
> Em nosso querido Brasil
>
> Aos estrangeiros crescem as ambições
> Fingindo amigos queriam conquistar
> Nossas riquezas, nosso Amazonas
> Nossa terra amada que tudo dá
> Mas eis que no momento
> Surge um brasileiro que grita e clama liberdade
> Como guerreiro valente, sem temer perigo
> Vence a batalha
> Arthur és forte e destemido
> Digno governador
> Teu nome ficará na história do Amazonas
> E em todos os corações
> Para não mais apagar
> Digno governador
> Receba o meu abraço
> A Deus rogo por ti a proteção
> És leal brasileiro
> Mereces ser o chefe da nação[721]

Quase um ano após o movimento que Arthur Reis causou na imprensa nacional a fim de impedir a criação da fundação, o *JC* lamentou que, depois de ocupar a atenção do país, a região estivesse novamente entrando na zona do esquecimento. Porém, o bom e fiel estilo de exaltação à figura de Reis foi mantido:

> Com a autoridade que todos lhe reconhecem, de respeitável amazonólogo, o que tem demonstrado em inúmeros livros, trabalhos e conferências, o governador Arthur Reis menciona na mensagem lida na reabertura dos trabalhos legislativos, a criação do Ministério da Amazônia. Depois de uma grande celeuma, o problema da reformulação da política de valorização da Amazônia mergulhou em silêncio[722].

[721] SAUDAÇÕES: ao digníssimo governador, professor Arthur Reis. *Jornal do Comércio*, Manaus, p. 2, 24 jun. 1965.
[722] DE FRENTE e de perfil. *Jornal do Comércio*, Manaus, p. 8, 18 mar. 1966b.

Acompanhando a situação, os parlamentares amazonenses elaboraram um requerimento que foi endereçado a Castelo Branco retomando os apelos em prol do Amazonas, sempre endossando as ideias de Arthur Reis:

> Os deputados da Assembleia Legislativa do Amazonas, aplaudindo calorosamente a ideia do governador Arthur Reis da criação do Ministério da Amazônia [...] vem perante o eminente chefe da nação expressar a confiança de que a sugestão do governante amazonense merecerá justa acolhida por parte de Vossa Excelência cujo espírito de brasilidade tem sido a tônica de sua vida exemplar. A Amazônia ao longo dos tempos sempre foi uma fascinante motivação para painéis literários, nesta hora, porém, é mister que novas energias despertem, que se crie uma consciência amazônica acalorando o processo sócio econômico de integração do grande vale na vida brasileira, pois suas incomensuráveis reservas permanecem à espera de quem a transforme em fontes de grande progresso de nossa pátria. E a arrancada para essa etapa gigantesca está nas mãos do ilustre presidente, que dispõe, segundo o Chefe do Executivo desse Estado e que endossamos inteiramente, de acuidade bastante para compreender que não estamos sugerindo liricamente. Os representantes do povo amazonense conscientes de suas profundas responsabilidades voltam seu pensamento neste instante para o supremo mandatário da nação, confiantes em suas excelsas qualidades de patriota[723].

Em abril de 1966, várias notícias veiculadas no *JC* aventavam a possibilidade de Arthur Reis tornar-se vice-presidente do Brasil, juntando-se a Costa e Silva, que viria suceder Castelo Branco. Dentre as notícias, uma se destaca pela extensão e profundidade dos elogios ao então governador do Amazonas, e principalmente pelo modo como o autor do texto expressa satisfação pela influência que o "eminente amazônida" exercia no contexto nacional, o que confirma o papel que atribuíam a Reis de mediador entre o Amazonas/a Amazônia e o poder federal, condição que explica a constante exaltação daquele que havia elevado o nome da região:

> Segundo amplo noticiário da imprensa carioca, especialmente das colunas políticas dos jornais do Rio de Janeiro, o nome do professor Arthur Reis tem sido insistentemente citado como possível de vir a ser companheiro do General Arthur da Costa e Silva para Vice-Presidente da República. *A lembrança do nome do atual Chefe do poder Executivo evidencia o prestígio e a influência de que goza nas altas esferas da política nacional, sendo o seu nome respeitado e admirado em todo o país. Antes mesmo de ser eleito Governador do Amazonas, o professor Arthur Reis já se evidenciava no panorama cultural do país, como intelectual de grande projeção, conhecido e aplaudido até fora do país, mormente pela conjuntura nacional*, o Governador Arthur Reis vem se impondo como um dos maiores líderes civis da Revolução de 31 de março e também como um administrador admirável, dirigindo com acerto e extraordinário dinamismo o nosso Estado. Assim, além de proeminente homem de letras, estudioso da sociologia e dos problemas nacionais, ostenta hoje o professor Arthur Reis o título de estadista que se revelou ao assumir a chefia do executivo estadual. Com essas credenciais, o General Costa e Silva terá um companheiro à altura para disputar a chefia da nação, na pessoa do professor Arthur Reis. Em nosso Estado, teve a mais ampla repercussão e simpática acolhida a notícia de sua indicação para o honroso cargo de Vice-Presidente. De todas as camadas sociais de Manaus o assunto dominante em torno da indicação do nome do

[723] MH EMPENHA-SE pela criação do Ministério da Amazônia. *Jornal do Comércio*, Manaus, p. 5, 25 mar. 1966.

> professor Arthur Reis com aplausos gerais. *Alias, não é a primeira vez que o nome do professor Arthur Reis é cogitado para ocupar importantes funções na administração federal. Isto é bem a medida do seu conceito na área nacional*, conceito esse construído não somente pelas suas qualidades morais e intelectuais, como também pela sua atuação como administrador criterioso, honesto e eficiente, cuja gestão vem sacudindo o nosso Estado, mudando a sua fisionomia social e econômica. Com Arthur Reis surge para a região amazônica uma oportunidade que talvez seja a única, de ver um filho ocupando a vice-presidência da República, porquanto até então, jamais a região norte foi lembrada por ocasião das composições para escolha de candidatos aos dois maiores postos eletivos da nação.[724]

Como se sabe, a cogitação do nome de Arthur Reis para a vice-presidência da República não foi concretizada, e ele continuou, pois, a cumprir sua função como governador do Amazonas, cargo através do qual recebeu Costa e Silva em Manaus quando este ainda estava prestes a assumir a presidência da República. Na ocasião de recepção do presidenciável, Reis proferiu um discurso anunciado pelo *JC* como um "Discurso corajoso, cru, expondo em pinceladas magistrais as realidades nem sempre agradáveis com respeito à Amazônia":

> Não vivemos na Amazônia, Excelência, desesperançados, vencidos habitantes ou indiferentes a uma posição que nos permita contribuir para essa obra de civismo e de civilização. Não desejamos continuar, porém, a ser apenas natureza, reserva do futuro, geografia. Queremos ser realidade positiva, como resultante de uma posse efetiva e de uma energia criadora. No passado, milhares de brasileiros, aqui nascidos ou vindos do nordeste, venceram os rios, enfrentaram a floresta, arrastaram os perigos, montaram os seringais, criaram essa cidade, defenderam as fronteiras, ampliaram o espaço político, revelaram-nos aos mercados mundiais. Pioneiros, sertanistas, homens de fibra, promoveram um movimento no processo de crescimento do Brasil. [...] Os cinco milhões de habitantes que somos os atuais possuidores da Amazônia precisam ser multiplicados. Os organismos que deveriam efetivar a valorização estão antiquados na estrutura envelhecida que possuem e em consequência das distorções criminosas que sofreram. [...] A Amazônia, e somos a maior parte dela, é o império do Brasil[725].

Sobre a visita de Costa e Silva, o deputado João Braga Júnior publicou um texto no *JC* elogiando-o pelo que ele havia feito como ministro da Guerra – "a este sempre esquecido pedaço do Brasil" – e seguiu, como já era de praxe, com palavras de louvação a Arthur Reis:

> Tem chegado até nós as palavras do Senhor Marechal Costa e Silva, em discursos e em entrevistas, sobre os propósitos que alimenta no tocante à região amazônica. Não podemos esconder a alegria que nos tem causado as suas patrióticas declarações de que, durante seu período de governo, a Amazônia será realmente incorporada ao resto do país. [...] Nosso eminente governador, o doutor e honrado professor Arthur Cézar Ferreira Reis, autor de várias obras importantes sobre a Amazônia, inclusive em referência à cobiça de que a nossa região tem sido alvo de potências estrangeiras *– nosso eminente governador tem alertado a Nação, vezes várias sobre os riscos e os perigos que corremos se não atacarmos de pronto e de frente com os recursos da ciência e da tecnologia o problema da ocupação efetiva da Amazônia*. Por que sabido é, demonstrado está, que esta é a região mais cobiçada do mundo – e isso porque em nossa área imensa – despopulada, rica e inexplorada – é que está a

[724] DE FRENTE, de perfil: comentando. *Jornal do Comércio*, Manaus, p. 8, 5 abr. 1966a. Grifo nosso.
[725] A AMAZÔNIA não deve continuar a ser apenas natureza. *Jornal do Comércio*, Manaus, p. 5, 24 ago. 1966.

> solução dos mais graves problemas que de há muito preocupam a humanidade: o da fome e o do espaço vital. [...][726].

Dias depois, Carmine Arone, responsável pela coluna "Do meu canto", também publicou um texto de título "À margem de um discurso", endossando as palavras proferidas por Arthur Reis a Costa e Silva, fazendo, tal qual o deputado Braga Júnior, as vezes de comentador do discurso do "grande amazonólogo".

> Do meu canto aperto a mão do ilustre governador Arthur Reis, pelo aspecto viril dessa coragem cívica, dessa bravura espartana, de homem lúcido que sabe o que diz e assume responsabilidades das suas palavras e dos seus atos. Declarou Sua Excelência, sem rebuços e sem rodeios: "A Amazônia não deve continuar a ser apenas natureza". Realmente esse aspecto é fascinante, mas extremamente melancólico, inócuo e ineficiente, do ponto de vista administrativo e social para os que aqui se fixaram. O de que precisamos é da integração da Amazônia. Já chega de ouvirmos louvores de sábios e de artistas sobre a grandeza da nossa flora, da nossa fauna e dos demais recursos em que a natureza se derrama e explode. Queremos essa opulência em termos de economia e de produtividade para a região, para sairmos, já não sem tempo, desse lamentável estado de subdesenvolvimento e inferioridade em que sempre vivemos, sistematicamente arredados dos bafejos dos poderes centrais da nação. Vivíamos e vivemos como brasileiros, de teimosos que somos, aceitando pacificamente esse desprezo administrativo a que sempre fomos relegados. É o que diz a nossa história. O caminho realmente tem que ser a integração da Amazônia. [...] Aplaudo com o maior entusiasmo esse discurso governamental do professor Arthur Reis e acredito que as palavras do nosso governador hão de ter causado no Marechal Costa e Silva a melhor repercussão[727].

Esse texto de Arone é bem representativo da função exercida pelos comentadores do discurso de Arthur Reis. Pode-se dizer que as palavras do colaborador do *JC*, citadas acima, são mesmo uma paráfrase do livro *A Amazônia e a cobiça internacional.*

Um mês depois, Carmine Arone publicou outro texto sob o título "A integração da Amazônia", comentando a visita ao Brasil de René Barriente, presidente da Bolívia, prenunciando um encontro com todos os embaixadores dos países fronteiriços à região amazônica:

> Essa notícia deve alegrar a nós que vivemos na Amazônia. Felizmente o Governo Federal já se convenceu de que a integração da Amazônia é vital para o desenvolvimento econômico da nação e até para a plenitude de suas realizações totais no plano político administrativo e continental. Hoje a tese vigorosa é que o Brasil não se realizará perante si e perante o mundo sem a incorporação efetiva desse pedaço colossal do seu território. Não basta a incorporação geográfica, de efeitos sentimentais e utópicos. A incorporação tem que ser vital, eficiente e eficaz. A marcha tem que ser para a Amazônia sob pena de continuar a ser essa fabulosa e desmedida região uma constante provocação para a explosão demográfica do mundo. Algumas nações já se locupletam demasiadamente. Seus territórios já não suportam excessos populacionais que evidentemente não serão encaminhados para a lua ou marte, mas para outras regiões do nosso planeta. E a Amazônia cá está, imensa e deserta, aceitando, ou pelo menos provocando o desafio. O problema é sério demais e não pode ser equacionado em termos baratos. Reclama o concurso de governantes, sociólogos, economistas e técnicos. Exige a interferência, mas a

[726] O MARECHAL Costa e Silva e o Amazonas. *Jornal do Comércio*, Manaus, p. 2, 24 ago. 1966. Grifo nosso.
[727] ARONE, Carmine. Do meu canto: à margem de um discurso. *Jornal do Comércio*, Manaus, p. 2, 31 ago. 1966b. Grifo do autor.

> interferência decisiva e atuante da Federação. Essa, assim nos parece, não vai faltar. E a prova eloquente é essa decisão do Ministério das Relações Exteriores em promover essa reunião dos embaixadores de nações limítrofes com a Amazônia Brasileira. Parece que agora já podemos respirar. Vamos deixar de ser uma espécie de rebotalho da Nação. A União já se preocupa com o problema da Amazônia. E o governador Arthur Reis, por sinal, em entrevista concedida à imprensa amazonense, logo depois do seu regresso, declarou que possivelmente será criado o Ministério da Amazônia, tão relevante é esse problema para a vida do país. O problema da integração da Amazônia, questão de vida ou de morte, podemos afirmar, para o futuro de nossa Pátria[728].

Nessa busca pela integração da Amazônia, de fato ocorreu o encontro dos embaixadores, contudo, antes disso, Manaus foi sede da RIDA, que teve início em 3 de dezembro de 1966, organizada pela Confederação Nacional da Indústria por sugestão do Ministério Extraordinário da Coordenação dos Organismos Regionais com o objetivo de "atrair investidores para a região, a fim de que se conjuguem os esforços do Governo e dos homens de empresa para que a Amazônia consiga, em futuro próximo, sua autonomia econômica financeira"[729]. O *JC* fez ampla cobertura do evento, sempre destacando a figura de Arthur Reis, como pode ser visto no texto de Carmine Arone:

> [...] Ninguém mais do que Sua Excia. para ser o intérprete dos nossos anseios e de nossas reinvindicações. Amazonense e amazonólogo, historiador de fama, sociólogo e economista, primeiro Superintendente do PVEA, órgão hoje transformado na SUDAM, o professor Arthur Reis conhece as dimensões e os meandros dos nossos problemas e a verdadeira face das nossas necessidades mais prementes. O Presidente Castelo Branco e o Governador Arthur Reis abriram as portas da Amazônia aos investidores. Precisávamos e estamos precisando de investimentos para sairmos da fase sonhadora das utopias para a realidade de um forte desenvolvimento. Notei nos investidores e demais participantes da I RIDA[730], sadio entusiasmo e pureza de propósitos. A Amazônia parece que de fato está interessando o Brasil. E o que desejamos todos é a germinação rápida dessa bendita semeadura.

No mês seguinte à realização da *Rida*, o *JC* atribuía àquele encontro um saldo positivo, destacando que os participantes estiveram durante cinco dias a bordo do navio "Rosa da Fonseca", onde "[...] a Amazônia foi amplamente discutida, debatida, examinada e divulgada em seus mais diversos aspectos"[731]. Essas discussões proporcionaram aos empresários nacionais "uma consciência da importância da região e suas possibilidades como área de investimento". Outro aspecto do encontro resultante de um melhor conhecimento da região pelos "empresários sulinos" foi que muitos deles "tiveram desfeitos conceitos errôneos sobre a Amazônia". E a mesma reportagem que analisava positivamente a Rida anunciava a realização naqueles dias de novo encontro em Manaus, "da mais alta relevância" para a região, reunindo "Ministros,

---

[728] ARONE, Carmine. Do meu canto: a integração da Amazônia. *Jornal do Comércio*, Manaus, p. 2, 6 set. 1966a.
[729] INSTALA-SE a Reunião dos Embaixadores. *Jornal do Comércio*, Manaus, p. 1, 3 jan. 1967.
[730] Refere-se a I Reunião de incentivo e desenvolvimento da Amazônia.
[731] INSTALA-SE ..., 1967, p. 1.

dirigentes de órgãos federais que têm responsabilidade do progresso dessa imensa área"[732]. Tratava-se da Reunião dos Embaixadores, assim descrita pelo *JC*:

> Vemos assim, instalar-se com perspectivas auspiciosas esta Reunião, pois além de representar mais um instrumento para a consolidação de uma forte consciência em derredor desta área-problema, evidencia que o Governo Federal decidiu enfrentar com coragem a conquista da Amazônia, que não pode mais ficar à mercê de soluções para o futuro. Vive-se a hora e a vez da Amazônia. O país finalmente despertou para a Amazônia, que de há muito deixou para trás aquele período de pura fantasia, de literatura sensacionalista, para entrar numa época de discussões sérias e objetivas de como encontrar as soluções para a definitiva incorporação da vasta região ao desenvolvimento brasileiro[733].

De acordo com o periódico, a reunião, iniciada às 10 horas do dia 11 de janeiro de 1967, no auditório Alberto Rangel, da Biblioteca Pública do Amazonas, seria presidida pelo ministro das Relações Exteriores, Juracy Magalhães, com perspectivas de que o encontro resultasse em "uma nova posição com relação à política de valorização da chamada Bacia Amazônica [...] marcando um novo capítulo na história política, social e econômica da Amazônia". Após o pronunciamento de Magalhães, haveria a fala de Arthur Reis, o segundo orador da sessão, "em cuja oração por certo há de definir com acerto e profundidade, a importância deste conclave [...] conhecedor profundo que é da Amazônia e um dos seus maiores intérpretes"[734].

No dia seguinte ao início da reunião, o *JC*, com reportagem emblematicamente intitulada "Brasil desperta para integrar a Amazônia", narrou os principais lances do evento, entre os quais o pronunciamento de Arthur Reis, que foi transcrito na íntegra, reafirmando o discurso da cobiça internacional, porém com algumas ressalvas, apontando para tímidas modificações. No entanto, o discurso de que a região se mantinha como espaço desértico propenso a ser tomado pela explosão demográfica que ocorria em outras partes do mundo se manteve: "A Amazônia, Senhores Ministros, [...] será prova de maturidade do Brasil, ou a ocupamos integrando-a ou a perderemos, servindo aos interesses da humanidade"[735].

Comentando a *Reunião dos Embaixadores* na sua coluna do *JC*, Carmine Arone atribuiu a Arthur Reis o interesse que o Governo Federal vinha manifestando pelas questões amazônicas:

> Manaus está sendo palco de um encontro diplomático da maior significação e importância: a reunião dos nossos embaixadores junto aos países limítrofes, que possuem áreas amazônicas em seus territórios. [...] É com alegria que vemos o nosso governo federal se interessar por esta considerável extensão do solo pátrio, já objeto de cobiça por parte de algumas potências, que vêem nesse colosso geográfico uma

[732] INSTALA-SE ..., 1967, p. 1.
[733] INSTALA-SE ..., 1967, p. 1.
[734] INSTALA-SE ..., 1967, p. 1.
[735] ARTHUR REIS: Amazônia será prova da maturidade do Brasil. *Jornal do Comércio*, Manaus, p. 5,12 jan. 1967a.

> verdadeira provocação às suas explosões demográficas. Conscientizou-se o governo central, em boa hora que a ocupação da Amazônia é questão vital para o progresso e realização do país. Por princípio de justiça *devemos reconhecer que o mérito inicial desse interesse pela Amazônia se deve indiscutivelmente ao governador Arthur Reis. Primeiro com o seu livro corajoso "A Amazônia e a cobiça internacional". Em seguida com seus frequentes e enérgicos pronunciamentos, advertindo o governo e o país sobre a seriedade do assunto. Não pregou no deserto. Sua autoridade de profundo amazonólogo e sua posição de governador do Amazonas emprestaram à sua voz singular prestígio e a nação atendeu o diálogo. A Reunião dos embaixadores deve ser considerada ainda uma resultante da posição assumida pelo chefe do executivo, da qual não abriu mão um só instante, em qualquer conjuntura* [736].

Esses dois grandes eventos, a Rida e a Reunião dos Embaixadores, coincidência ou não, ocorreram durante a administração de Arthur Reis, dois anos após o naufrágio da tentativa de instalação da Fundação de Pesquisas, iniciativa contra a qual Reis foi ferrenho opositor e que, como já foi frisado, tomou conta do noticiário nacional. Os dois encontros ocorridos em Manaus, que tinham o objetivo de pensar políticas de integração da Amazônia, marcaram a fase final da sua atuação como governador do Amazonas. O seu mandato terminou em 31 de janeiro de 1967, e no dia seguinte, o *JC* noticiou sua viagem de retorno ao Rio de Janeiro, onde retomou suas atividades. Mesmo distante das terras amazonenses, o *JC* continuou a acompanhar as principais ocorrências na carreira do ex-governador, sempre enaltecendo sua atuação e fazendo efusivas divulgações todas as vezes em que o ex-governador retornava a Manaus.

4.2.3 As "Edições Governo do Estado do Amazonas": menina dos olhos de Arthur Reis

O enfoque, neste momento, será dado à iniciativa do Governo Arthur Reis no campo cultural, principalmente ao projeto intitulado "Edições Governo do Estado do Amazonas", gestado na Secretaria de Imprensa e Divulgação em 1965, que visava à publicação de livros de autores amazonenses ou radicados no estado com temas preferencialmente relacionados à Amazônia. Esse projeto fez parte do Plano Bienal (1965-1966) elaborado naquele governo e, segundo Arthur Reis, estava inserido numa proposta que tinha a intenção de cobrir "os vários ângulos da administração e [lhe permitir] promover um novo estado de consciência, de trabalho, de ação realizadora, inclusive na área do espírito. [Pois] o Amazonas precisava ascender no conceito do país e tomar uma decisão para o progresso"[737]. Eis o motivo da inserção dessa discussão no âmbito desta pesquisa: o projeto editorial do "eminente

---

[736] ARONE, Carmine. Do meu canto: a Reunião dos Embaixadores. *Jornal do Comércio*, Manaus, p. 2, 17 jan. 1967. Grifo nosso.

[737] REIS, Arthur Cezar Ferreira. *Como governei o Amazonas*. Manaus: Secretaria de Imprensa e Divulgação, 1967. p. 15.

amazônida", bem como alguns dos outros incentivos que deu à área cultural do estado, visando integrá-la ao Brasil.

O *JC* não poderia silenciar sobre esse importante projeto. Antes da publicação das primeiras obras das "Edições Governo do Estado do Amazonas", foram tomadas outras iniciativas na mesma perspectiva, como a organização de exposições culturais e o oferecimento de prêmio para escritores locais. Sobre essa questão, em outubro de 1964 ele anunciou as primeiras providências do governo:

> Duas providências foram recomendadas pelo governador ao Secretário de Educação e Cultura": primeiro para que fosse realizada uma exposição bibliográfica "reunindo a produção dos escritores amazonenses [...] no expediente enviado ao dr. André Araújo [então secretário de educação], *acentua o professor Arthur Reis que 'a contribuição do Amazonas para a cultura brasileira não foi ainda objeto de qualquer pesquisa, que autorizasse o conhecimento do que ele representa'*. Em consequência determina o governador à SEC a constituição de um Grupo de Trabalho que tome a seu encargo a referida exposição em cooperação com o Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia 'onde se reúne presentemente, em nossa capital, o maior acervo bibliográfico sobre a região amazônica'". O grupo de trabalho deveria ser composto por elementos da SEC, da Universidade do Amazonas e da Academia Amazonense de Letras[738].

Em 24 de dezembro, já se divulgavam os primeiros resultados daquela iniciativa:

> A colaboração dos filhos do Amazonas à cultura brasileira vem agora de ser revelada através de exposição na tarde de ontem inaugurada, representando o primeiro levantamento do acervo cultural amazonense e daqueles que vivem ou viveram em nosso Estado, e que aqui produziram obras sob a inspiração telúrica da terra, explorando os diversos campos de pensamento, desde a ciência jurídica à nossa poesia, ao culto, ao romance, à economia, à sociologia, ao ensaio, etc. O ato inaugurativo contou com a presença do governador Arthur Reis, acompanhado do chefe da Casa Militar, Cel. Temístocles Trigueiro; do Reitor da Universidade, dr. Andreson de Menezes; do presidente do Clube da Madrugada, dr. Francisco Vasconcelos; escritores, poetas, jornalistas e estudantes. Abrindo a solenidade discursou o desembargador André Araújo, dizendo que a *exposição representava o toque de clarim na cultura amazonense*, *e a primeira iniciativa visando mostrar o valor cultural dos filhos do nosso Estado ou daqueles que radicaram-se no Amazonas*. *Ressaltou a 'iniciativa admirável desse homem de cultura e inteligência que é o governador Arthur Reis'*. [...] Dizendo que ao assumir o governo as suas preocupações voltaram-se para a cultura e a saúde do povo amazonense, *o governador Arthur Reis ao inaugurar oficialmente a I Exposição de Livros de autores amazonenses, disse que esta objetiva mostrar a contribuição dos amazonenses à cultura do país*, e que embora muitas obras e inúmeros autores somente agora serão tornados conhecidos do próprio povo amazonense. [...] Arthur Reis, Álvaro Maia e Mario Ipiranga Monteiro são os escritores que possuem maior número de livros expostos, o primeiro com 77.[739]

O jornal do mesmo dia divulgou ainda que Arthur Reis havia assinado um decreto que regulamentava a concessão de um prêmio em dinheiro "destinado ao melhor trabalho produzido por escritor amazonense sobre assunto científico", além do prêmio Bento

---

[738] GOVERNO quer promover exposição bibliográfica e galeria de arte em Manaus: recomendações à SEC. *Jornal do Comércio*, Manaus, p. 2, 20 out. 1964b. Grifo nosso.

[739] PRÊMIO aos nossos escritores. *Jornal do Comércio*, Manaus, p. 1, 24 dez. 1964.Grifo nosso.

Figueiredo Tenreiro Aranha, "destinado ao melhor trabalho também produzido por escritor amazonense no ramo das letras ou das artes"[740].

Em janeiro de 1965, antecedendo, portanto, poucos meses o lançamento das "Edições Governo do Estado do Amazonas", o *JC* divulgou outra medida do governo no campo cultural:

> Notícia que a todos agradou e ao mesmo tempo vem prestar um alto sentido à formação de nossa cultura literária é, sem dúvida da expressiva significação, a que se refere à tarefa de que foi incumbido o ilustre Padre Nonato Pinheiro, de nossa Academia de Letras, pelo digno Governador Arthur Reis de organizar uma antologia na qual figurarão as mais belas páginas da poesia da barelândia, tanto de aedos vivos como dos já falecidos. [...] Por essa razão estamos todos de parabéns uma vez que tal fato servirá para ressaltar o valor da poesia cabocla e os seus autores que já via a casa das centenas, muito bem traduzindo o que temos de especial terno nas liras dos poetas da terra de Ajuricaba[741].

Pelo fato de o acervo do *JC* na Hemeroteca Digital não apresentar todos os números, não tive acesso à cobertura desse matutino no evento de lançamento do projeto "Edições Governo do Estado do Amazonas", ocorrido no dia 27 de junho de 1965, com a publicação de seis livros. Mas essa lacuna pode ser amenizada recorrendo-se a uma publicação realizada no mês seguinte. Trata-se do texto de Mário Ipiranga Monteiro, publicado na sua coluna no *JC* intitulada *Às terças*, que dá bem a medida dos objetivos da iniciativa editorial de Arthur Reis:

> Precisamente o que alimenta a audácia dos incursionistas da Amazônia é a suspeita, mais ou menos provocada pelo nosso silêncio, de uma incapacidade de projeção, de julgamento ou de interpretação do fenômeno local em qualquer um dos ângulos. Não podemos reagir de outro modo porque nos falta o ponto de apoio necessário, que seria uma editora com capacidade para cobrir a exigência do mercado de livros. Raros são os livros editados no Amazonas, hoje, com circulação nacional e desbordamento internacional. Desse enorme prejuízo se faz lá fora um conceito errado, qual a de que não possuímos vida intelectual suficientemente organizada, capaz[742].

Monteiro afirmou que durante o Império e também nos tempos iniciais da República havia mais oportunidades de publicação e difusão dos livros amazonenses, que conseguiam concorrer com os livros sulinos.

> Grandes obras foram editadas em Manaus pelos governantes daquela época e ficaram, resistiram, constituindo-se marcos eternos de uma era de homens vividos pela cultura e para a cultura. [entretanto] quando o silêncio caiu, já estava a literatura sulina superando, posto que muitas vezes falsa em relação à nossa terra. Lançamentos ainda hoje revelam a audácia de autores que buscam sofregamente temas amazônicos e sobre eles escrevem sem jamais haverem posto os pés aqui ou apenas visitaram Manaus por um ou dois dias. Romances, obras didáticas e outras atestam, por um lado, a supremacia do comércio livresco mais do que a serenidade

[740] PRÊMIO..., 1964, p. 1.
[741] PADRE NONATO fará uma antologia de poesia. *Jornal do Comércio*, Manaus, p. 6, 9 jan. 1965.
[742] MONTEIRO, Mario Ypiranga. Editora Estado do Amazonas. *Jornal do Comércio*, Manaus, p. 2, 17 ago. 1965.

> do talento pesquisador. E estávamos necessitados que o Amazonas se impusesse novamente ao crédito forâneo[743].

A solução para devolver aos homens de letras do norte a oportunidade para reingressarem no mercado livresco e voltarem a concorrer com os seus pares do sul foi o financiamento da publicação de livros de autores regionais pelo estado através do mencionado projeto, gestado por

> Um governador que na sua mocidade e na sua madureza compreendia e compreende o fenômeno básico dessa crise de livros e não de talentos. E apareceu uma editora, uma editora que é o próprio estado do Amazonas, uma editora que vai revelar, de futuro, a nossa capacidade de produzir e satisfazer a necessidade de uma bibliografia atualizada. Uma bibliografia que revele ao mesmo tempo novos talentos e novas perspectivas do fenômeno telúrico. Uma bibliografia que responde aos interrogantes, que force o silêncio e rompa com a crise de documentário amazônico. Livros e mais livros amadurecidos, pensados, escritos com serenidade, uma literatura suficientemente capaz de provocar novo interesse pela terra e pelo homem, pelos problemas diversos [...] Uma bibliografia que faça frente à produção comercial, uma literatura que desminta a nossa falsa apatia e faça corrente a capacidade de produzir melhor do que certas páginas infames que nos exportam do sul [...] E o Estado do Amazonas e o governador dr. Arthur Reis, são os autores a quem ele estimula que estão dando ao estado aquilo que há muito tempo ele não tinha: livros, livros[744].

Monteiro resumiu bem a questão. O projeto "Edições Governo do Estado" visava proporcionar aos escritores locais a oportunidade de publicarem suas obras e assim não deixarem nada a dever em termos de produção cultural aos intelectuais do centro-sul. Tinha-se que "provar" que no norte havia mentes capazes e, como consequência, a nova literatura produzida por esses intelectuais da terra provocaria novo interesse pelas coisas amazônicas.

Nessa perspectiva, a cobertura do *JC* em relação ao florescente momento cultural que vivia o Amazonas foi muito festiva. Em 14 de dezembro de 1965, o jornal elogiou o lançamento de novos volumes constantes das "Edições Governo do Estado", que ocorreu junto com a inauguração das novas instalações da Biblioteca Pública.

> [...] Até então, nas últimas administrações não se conhecia, em nosso Estado, uma presença atuante do poder público, nos movimentos que visam o aprimoramento artístico e cultural de nossa população. O governador Arthur Reis tem prestigiado todas as iniciativas que objetivam dar maior amplitude e expressão às artes em nossa terra, que passou longos anos mergulhada num indiferentismo lamentável, [...] Felizmente nos dias atuais, vive-se no Amazonas um clima propício ao florescimento de ideias e realizações culturais [...][745]

Durante a vigência do projeto, várias obras de Arthur Reis foram publicadas. Em 1965, o *JC* divulgou o lançamento da *Súmula de história do Amazonas*, "da lavra do professor

---

[743] MONTEIRO, 1965, p. 2.
[744] MONTEIRO, 1965, p. 2.
[745] COMENTANDO. *Jornal do Comércio*, Manaus, p. 8, 14 set. 1965.

Arthur Cezar Ferreira Reis, intelectual e historiador de renome continental"[746]. O periódico apresentou a obra ressaltando que poderia subsidiar o trabalho dos professores, que sempre enfrentavam uma escassez de material didático nessa temática, o que causava dificuldades no desenvolvimento dos trabalhos em sala de aula.

> Sabemos que o professor Arthur Reis se tornou, por assim dizer, o clássico em assuntos de História do Amazonas. Queiram ou não, todos lhe são caudatários. Sua História do Amazonas, publicada em 1931, foi obra de larga repercussão, que se impôs de logo ao respeito coletivo pela clarividência das perspectivas, exuberância de documentação e segurança das análises interpretativas. Em breve lapso estava esgotada a edição. Abriu-se um claro até hoje não preenchido, porque a verdade nua e limpa é que as Histórias que vieram a lume, cronologicamente depois, pecam por omissão e certa miopia na interpretação dos fatos[747]

No dia seguinte, anunciou a publicação de mais um livro de Arthur Reis pelas "Edições Governo do Estado". Desta feita, tratava-se de *Autonomia do Amazonas*, que, na mesma linha, recebeu elogio do matutino. Nesse sentido, destacou que

> O eminente e culto historiador não desejando que a Súmula de História do Amazonas, que ontem comentamos, extrapassasse a natureza de súmula, deliberou versar os acontecimentos políticos que culminaram com a autonomia do Amazonas num volume distinto [...] Uma das excelências que reclamam e valorizam as obras do Professor Arthur Reis, é precisamente o escrúpulo com que adere a essas fontes e raízes, que são os documentos. Afinal, a História não se escreve com devaneios e fantasias, mas com os documentos comprobatórios, ponto de apoio para a interpretação do historiador[748].

Em mais um evento de lançamento de livros das "Edições Governo do Estado", o *JC* anunciou que Arthur Reis, "no cumprimento do seu vasto e elogiável plano de divulgação cultural através do seu órgão próprio que é a Secretaria de Imprensa"[749], apresentava à sociedade mais dez livros, "integrantes das coleções que tanto nome e enaltecimento já tem ganho no nosso próprio Estado, no país e além das fronteiras"[750]. Após listar cada livro e seus respectivos autores, o *JC* destacou:

> A relação que acabamos de enumerar é bem uma prova inequívoca do trabalho da administração estadual naquele campo de divulgação cultural a que nos referimos, tão necessária ao esclarecimento das gerações novas de amazonenses e, muito mais do que isso, da retomada das nossas consciências – como tanto e tão bem tem repetido o governador Arthur Reis, quanto às grandes figuras humanas do nosso passado que constituíram a nossa civilização tropical arrojada e que conquistaram para o Brasil o imenso espaço físico que ocupamos soberanamente [...][751].

---

[746] SÚMULA de história do Amazonas. *Jornal do Comércio.* Manaus, p. 1, 16 set. 1965.
[747] SÚMULA..., 1965, p. 1.
[748] A AUTONOMIA do Amazonas. *Jornal do Comércio*, Manaus, p. 1, 17 set. 1965.
[749] DIVULGAÇÃO cultural. *Jornal do Comércio*, Manaus, p. 2, 9 mar. 1966.
[750] DIVULGAÇÃO..., 1966, p. 2.
[751] DIVULGAÇÃO..., 1966, p. 2.

Sem dúvida, para a elite intelectual, as "Edições Governo do Estado" foram uma marca da passagem de Arthur Reis no Executivo do Amazonas no campo cultural, e essa questão mantinha estreita relação com os anseios desses intelectuais em integrar a região também nos aspectos das produções culturais do Brasil. Estabelecer "um novo estado de consciência cívica e cultural" e divulgar a Amazônia[752], eis os objetivos da política cultural de Arthur Reis, materializada nas "Edições Governo do Estado do Amazonas", que, na sua própria avaliação, alcançou pleno êxito:

> [...] recebida com aplausos de todo o país e até do exterior, onde tem obtido a melhor repercussão, vem contribuindo, sem dúvida alguma, para o maior esclarecimento do Amazonas e da Amazônia, como partes integrantes do Brasil, mundo exótico, Império do nosso país, área subdesenvolvida que precisa ser integrada aos padrões de civilização da região centro-sul do Brasil [...] Os nossos livros que passaram a enriquecer a bibliografia da Amazônia, a revelar valores que se mantinham do esquecimento, a difundir a cultura dos homens da Amazônia, a transmitir o conhecimento exato da região e dos seus problemas, figuram hoje nas bibliotecas das Faculdades nacionais, das universidades brasileiras, nas mãos dos estudiosos, enfim, atingiram todas as camadas do pensamento do País, são procurados pelas livrarias do Rio de Janeiro e figuram também em bibliotecas de outras nações e cito como exemplo, a Alemanha Ocidental, Estados Unidos e Argentina[753].

Na prestação de contas que fez aos amazonenses após deixar o governo, Arthur Reis dedicou um item específico para comentar seu projeto cultural, dando conta de que até aquele momento já haviam sido publicadas 104 obras, "[...] abrangendo o campo específico do ensaio literário, da geografia, da antropologia, da economia, da sociologia, da ciência política, da análise literária, do direito público e privado, da poesia, do romance, do teatro, da crônica, da história, da didática"[754]. Informou ainda que mais nove obras estavam em edição para serem lançadas em breve.

Esse pensamento de que a cultura era parte indispensável para o desenvolvimento do Estado não era exclusivo de Arthur Reis. Como será visto a seguir, essa ideia fazia parte da prática dos intelectuais que compuseram o Conselho Federal de Cultura junto com ele. A diferença de Reis, nesse caso, é que, para ele, o investimento em cultura no seu estado significava um salto do Amazonas para sua integração ao Brasil.

Tempos depois, a iniciativa editorial de Arthur Reis ainda era lembrada. Assim se referiu a ela José Cidade de Oliveira, então diretor da Secretaria de Imprensa no Governo Arthur Reis:

> A este particular ligam-me laços da experiência vivida com as Edições Governo do Estado do Amazonas, que transformaram em livros muitos trabalhos, muitos estudos, válidas pesquisas e muitos pensamentos. Buscávamos, então e

[752] REIS, 1967, p. 18.
[753] REIS, 1967, p. 183-184.
[754] REIS, 1967, p. 183-184.

> principalmente, formar uma bibliografia mais realista do nosso mundo amazônico, atualizada e sem mais as fantasias do passado distante ou recente cheios de lendas. Perseguimos esse objetivo títulos sobre economia, geografia, sociologia, história, didática, romance, teatro e poesia; enfim, sobre o papel da Amazônia no contexto nacional, e esses volumes espalham-se hoje por todas as bibliotecas do mundo, que os solicitavam, à época em que saíam do prelo, inclusive do velho continente europeu. Dentre os que contribuíram para aquelas Edições que foram, sem dúvida, *a menina dos olhos do governador* Arthur Reis, inscreve-se o nome do então professor Henoch Reis, abrilhantando a série Eulálio Chaves das referidas publicações[755].

No mesmo sentido, Edson Almeida reclamou:

> Seria de bom alvitre que o governador Henoch Reis, seguindo o exemplo do ex-governador Arthur Reis, fizesse reimprimir obras de valor de escritores amazonenses, de real mérito, e desse bastante divulgação às mesmas, uma delas na Casa do Amazonas, no Rio de Janeiro. Tornar-se-ia o governador um segundo Péricles, como outro verdadeiro protetor das artes e das letras, especialmente das nossas. [...] Estamos certos de que assim se procedendo, voltaremos a sentir e viver os instantes maravilhosos da ternura inconfundível impregnados, perfumadamente em "Buzina dos Paranás" [...][756].

4.2.4 JC: Um "prestigioso amazonólogo" no Conselho Federal de Cultura

A primeira notícia veiculada pelo *JC* após o retorno de Arthur Reis para residir no Rio de Janeiro depois de ter deixado o governo do Amazonas foi sua incorporação ao recém-criado Conselho Federal de Cultura: "[...] O ex-governador amazonense que foi nomeado pelo presidente Castelo Branco, participará do importante órgão com diversas outras personalidades da maior expressão nos círculos intelectuais do país, como Gilberto Freyre, Dom Marcos Barbosa, Moisés Vellinho e outros[757]".

No ano seguinte, Arthur Reis foi eleito presidente daquele conselho, fato que foi noticiado com a maior satisfação pelas páginas do *JC*: "[...] Nome internacionalmente conhecido nos meios culturais, o autor da Amazônia e a cobiça internacional recebeu 21 votos dos 24 membros que integram o mais alto conselho da cultura nacional"[758]. E ainda:

> O professor Arthur Reis foi eleito para a presidência do Conselho Federal de Cultura e será empossado no próximo mês de dezembro [...] o prestigioso amazonólogo sucede no cargo ao escritor Josué Montello [...] sua candidatura foi lançada por Rachel de Queiroz e Adonias Filho sendo aprovada pelos demais membros do CFC[759].

---

[755] DIVULGAÇÃO da cultura. *Jornal do Comércio*, Manaus, p. 2, 30 jan. 1975. Grifo nosso.
[756] ALMEIDA, Edson. Na vertigem da poesia. *Jornal do Comércio*, Manaus, 20 nov. 1977. Caderno 3, p. 5. Grifo do autor.
[757] ARTHUR REIS no Conselho de Cultura. *Jornal do Comércio*, Manaus, p. 1, 25 fev. 1967b.
[758] CONSELHO Federal de Cultura tem Arthur Reis na presidência. *Jornal do Comércio*, Manaus, p. 1, 7 dez. 1968.
[759] ARTHUR REIS preside o Conselho de Cultura. *Jornal do Comércio*, Manaus, p. 7, 30 out. 1968.

Mais uma vez, o nome de Arthur Reis, em destaque no cenário nacional, representava uma oportunidade de parte da elite intelectual do Amazonas de tomar assento juntamente com ele nos espaços de poder. É interessante notar como, para essa elite, era imperioso destacar o renome nacional daquele amazonense. Ele funcionava como o elo daqueles junto ao centro, onde eram tomadas as principais decisões políticas. Arthur Reis era o fio de esperança na tentativa de que a voz daquela elite fincada na "esquecida região" fosse ouvida, por isso o destaque para o seu prestígio ao lado dos grandes nomes da cultura nacional:

> A eleição do professor Arthur Reis para a presidência do Conselho Federal de Cultura representou, inegavelmente, uma honra para o Amazonas. Profundo conhecedor dos problemas e da realidade amazônica, combativo e mesmo brigão, chegando às vezes a intransigência, quando na defesa de assuntos e interesses do Brasil, o prof. Arthur Reis é *um nome nacional que inspira respeito*[760].

E mais:

> Elevado à presidência do Conselho Federal de Cultura, o professor Arthur Reis teve sua posse prestigiada por figuras da maior expressão em todo o país, como o ministro Tarso Dutra, da Pasta da Educação, o professor Edson Franco, secretário-geral do MEC, e o escritor Austregésio de Athayde, presidente da Academia Brasileira de Letras [...] [761].

Segundo o *JC*, Arthur Reis enviou uma nota de agradecimento a Epaminondas Barahuna, diretor-superintendente daquela folha, pela notoriedade que deu à sua eleição para a presidência do Conselho, e fez questão de retificar a "informação contida na notícia então publicada: dos 24 componentes do CFC, o ex-governador amazonense obteve 23 votos, e não 21 como chegara ao nosso conhecimento. O único voto discrepante foi do próprio eleito, que votou no seu confrade Pedro Calmon"[762]. Ou seja, o prestigioso amazonólogo queria deixar claro que foi eleito por unanimidade.

A notícia veiculada em 1971 quanto à reeleição de Arthur Reis para a presidência do CFC é explicativa do quanto era importante ter um nome amazonense naquele conselho:

> Reconduzido à Presidência do Conselho Federal de Cultura, onde continua favorecendo o Amazonas, o professor Arthur Cezar Ferreira Reis pronunciou o discurso que a seguir transcrevemos. O ilustre amazônida deverá estar em Manaus no próximo dia 26 atendendo a convite do Secretário de Educação, Sr. Elson Farias, para assistir à inauguração das casas de cultura de Manacapuru e Itacoatiara, construídas com ajuda do Conselho que preside[763].

---

[760] [A ELEIÇÃO de Arthur Reis para o Conselho Federal de Cultura: uma honra para o Amazonas]. *Jornal do Comércio*, Manaus, p. 2, 19 jan. 1969. Grifo nosso.
[761] ARTHUR REIS no CFC. *Jornal do Comércio*, Manaus, p. 1, 24 jan. 1969a.
[762] ARTHUR REIS: 23 em vez de 21. *Jornal do Comércio*, Manaus, p. 8, 27 fev. 1969c.
[763] RECONDUZIDO a presidência do CFC Arthur Reis reafirma luta pelo patrimônio cultural. *Jornal do Comércio*, Manaus, 23 jan. 1971. Caderno 3, p. 3.

Aliás, Arthur Reis foi indicado como um dos 24 membros-fundadores daquele órgão, exatamente por cumprir uma solicitação do presidente Castelo Branco de que os conselheiros representassem as diversas regiões do país[764]. E pelo visto cumpriu a contento sua função, pois, de acordo com Tatyana Amaral, Arthur Reis foi um dos membros mais atuantes do conselho.

A cerimônia de instalação do CFC foi realizada no dia 27 de fevereiro de 1967. O órgão funcionou no Palácio da Cultura no Rio de Janeiro até 1990, quando foi dissolvido. O conselho era formado por quatro câmaras, nas quais os conselheiros foram divididos de acordo com sua formação e experiência profissional, como explica Tatyana Amaral. Havia a Câmara de Artes, a Câmara de Letras, a do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e a Câmara de Ciências Humanas, esta composta por Arthur Reis, como presidente, e os demais membros, Augusto Meyer, Djacir Lima Menezes, Gilberto Freyre, Gustavo Corção e Manuel Diégues Junior.

Os membros do CFC eram, na maioria, provenientes de outros importantes lugares institucionais onde se encontravam frequentemente, como a Academia Brasileira de Letras e o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, portanto "podem ser identificados como integrantes do mesmo grupo: o da elite cultural brasileira"[765]. Eles "[...] apresentavam-se como um grupo social relativamente uniforme e integravam o "pequeno mundo" dos produtores da cultura nacional"[766]. Afinal, foram escolhidos para integrar uma instituição responsável por "elaborar políticas associadas ao projeto desenvolvimentista do governo militar, valorizando na cultura aqueles elementos considerados representativos da nação"[767].

O CFC foi um dos órgãos criados pelo governo militar visando fomentar o campo cultural, e que também tinha a função de abafar a presença da esquerda nesse setor. Portanto, tinha como objetivo, "[...] para além de diagnósticos e definições sobre a cultura nacional [...] intervir nos rumos dessa cultura, incorporando o ideal de civismo como norteador das políticas culturais"[768]. De acordo com Amaral, a "participação dos intelectuais no Conselho é hierarquizada; nem todos têm o mesmo envolvimento nem participam igualmente na elaboração das políticas públicas propostas pelo Conselho"[769]. Arthur Reis, junto com outros nomes de destaque, fez parte da cúpula desse ambicioso órgão, constituída por aqueles que

[764] MAIA, Tatyana de Amaral. *Os cardeais da cultura nacional*: o Conselho Federal de Cultura na ditadura civil-militar (1967-1975). São Paulo: Itaú Cultural: Iluminuras, 2012. p. 49.
[765] MAIA, 2012, p. 41.
[766] MAIA, 2012, p. 55.
[767] MAIA, 2012, p. 34.
[768] MAIA, 2012, p. 35.
[769] MAIA, 2012, p. 58.

ocupavam a presidência, a vice-presidência e a presidência das câmaras e comissões. A estes cabiam os principais projetos e o exercício das ações prioritárias no período mais intenso (1967-1975) de existência do CFC[770].

Arthur Reis foi eleito presidente daquele conselho por duas vezes, ocupando a função de 1969 a 1972. No restante do tempo, ali permaneceu como membro até o ano de 1982. A eleição se dava após a indicação dos conselheiros e o voto era secreto. Como mostrou a nota do *JC*, Reis foi eleito por unanimidade, um indicativo de que gozava de prestígio junto aos seus pares. Entre as funções do presidente do CFC, estava a distribuição dos recursos e a estipulação do valor dos convênios. Apesar dos poucos recursos comumente destinados à área cultural no país, o "triênio 1968-1970 foi o período de maior estabilidade financeira para o Conselho. Nesses anos, o CFC recebeu 4 milhões de cruzeiros novos, além dos créditos especiais para a manutenção da rotina do órgão"[771], coincidindo, portanto, na maior parte do tempo, com o período em que Arthur Reis ocupou a presidência.

Ainda que o regimento do CFC registrasse que sua atuação seria de caráter normativo, consultivo e fiscalizador, suas ações foram mais extensas. Além de se encarregar da destinação do orçamento, como já foi afirmado, o órgão era responsável pelo processo de financiamento destinado às instituições públicas e privadas e ainda funcionava prestando assessoria ao ministro da Educação e Cultura, demandando, inclusive, certa proximidade entre este e o presidente do CFC. "Dessa forma, o CFC passou a ter uma atuação ampla, importante e centralizadora na orientação das políticas culturais até 1975, privilegiando aquelas ações que melhor institucionalizassem o setor cultural no interior do aparelho estatal"[772].

É importante também o destaque dado pelo CFC às questões regionais:

> [...] nas palavras de Josué Montello [primeiro presidente do CFC], ao contrário da tentativa anterior, o Conselho Federal de Cultura compreendia a organização política brasileira como eminentemente federalista e amparada na visão regionalista da cultura. Inspirado na ideia federativa, o novo órgão começa por levar em consideração, no panorama da cultura brasileira, a variedade regional consagrada pela federação política. Parte assim da peculiaridade local numa nação de dimensões continentais, para atingir a harmonia da sociedade. Não há de impor uma política de cultura, ao saber das planificações abusivas, senão que há de recolher de cada região do país as aspirações, tendências e tradições que motivaram essa política, na ordenação de um Plano Nacional[773].

Tarso Dutra, então ministro da Educação e Cultura, estava afinado com esse discurso que valorizava as especificidades regionais, ressaltando a relevância das demandas dos

[770] MAIA, 2012, p. 62.
[771] MAIA, 2012, p. 97.
[772] MAIA, 2012, p. 92.
[773] MAIA, 2012, p. 91.

conselhos estaduais de cultura no planejamento de políticas para o setor. Vê-se que a figura de Arthur Reis se encaixava perfeitamente dentro dos propósitos do estado e, certamente, seus conterrâneos tinham essa dimensão, por isso se ufanavam da posição que ocupava o "prestigioso amazonólogo" entre os outros nomes da intelectualidade brasileira. Segundo Amaral, essa elite cultural vinha de se integrar ao aparelho estatal desde a época de Getúlio Vargas, fato que "[...] garantiu uma aproximação estreita dos intelectuais com a elite política, ou seja, com o grupo existente em torno do chefe do Executivo, viabilizando uma maior burocratização e racionalização da gestão pública"[774]. Esse também foi um fator que garantiu ainda maior crédito a Arthur Reis em meio aos amazonenses.

Amaral lembra ainda que, para esses intelectuais,

> [...] o Estado tornou-se a instituição central para a realização de qualquer projeto político a ser efetivado no país. A crença no papel preponderante do Estado para a organização e o desenvolvimento do Brasil era associada à ideia de que só por meio das instituições governamentais seria possível interferir nos rumos da sociedade[775].

Por isso Arthur Reis envidou esforços para formar uma "consciência nacional" acerca da Amazônia e de seus problemas, a fim de que o Estado brasileiro fosse o agente da transformação da Amazônia de área esquecida em área desenvolvida e integrada ao restante do país. Para Arthur Reis, os aspectos culturais, por ele denominados questões espirituais, eram de vital importância para o desenvolvimento da região, portanto o estudo específico de sua atuação nos 14 anos que esteve como membro do CFC é um tema para futuras pesquisas. Para os seus conterrâneos, tê-lo como seu representante naquele órgão certamente foi uma forma de ter acesso ao poder.

4.2.5 O "bom filho" a casa torna

Embora Arthur Reis estivesse distante de sua terra natal, envolvido por diversos afazeres no Rio de Janeiro, o grupo que permanecia naquela parte "esquecida" da Amazônia e se via representado por ele fez questão de não se deixar esquecer pelo "eminente amazônida", sempre o convidando a participar de eventos realizados em Manaus. Segundo o *JC*, a primeira visita de Arthur Reis a Manaus após ter deixado o governo do Amazonas foi em 1969, a convite do presidente da Federação das Indústrias do Amazonas, Antônio de Andrade Simões, para a inauguração do Edifício Humberto de Alencar Castelo Branco, sede do Sesi. A visita foi anunciada pelo *JC* com três meses de antecedência, demonstrativo da importância do

[774] MAIA, 2012, p. 47.
[775] MAIA, 2012, p. 48.

"prestigioso amazonólogo", adjetivo atribuído a Reis pela nota do periódico[776]. No dia da esperada visita, a nota foi mais efusiva:

> É a primeira viagem do renomado intelectual amazonense a sua terra após deixar a chefia do poder executivo do Estado em 1967. E isso se deve aos seus inúmeros compromissos, quer como professor universitário, quer como presidente do Conselho Federal de Cultura, além de outras altas funções no sul do país. Primeiro governante amazonense da Revolução de 64, foi acima de tudo um entusiasta de todos os primeiros grandes esforços reais que então se fizeram em prol do desenvolvimento e da integração da Amazônia, sobremodo a Operação Amazônia, lançada pelo então presidente Castelo Branco[777].

No discurso de Antônio Simões no evento de inauguração do edifício, Arthur Reis foi a primeira personalidade mencionada. Simões recordou um acontecimento do passado recente atribuindo a Reis o estímulo inicial para a reunião da "família industrial do Amazonas". O presidente da Federação da Indústria no Amazonas lembrou que em sua primeira eleição para esse cargo, Arthur Reis, então governador, proferiu um comentário: "Vocês prometeram muito pouco, mas eu espero que façam muito mais". Esse comentário serviu como estímulo e desafio à sua atuação como representante dos industriários, pois, se anteriormente apresentava apenas quatro projetos industriais, na ocasião da inauguração do edifício havia quase cinco dezenas de projetos. Simões, completando suas palavras elogiosas a Arthur Reis, destaca: "Além do governador dinâmico ganhamos um autêntico líder [...] Professor Arthur Reis, o senhor despertou o Brasil para a Amazônia![778]"

Outra importante visita de Reis a Manaus se deu no ano seguinte, em junho de 1970, para o "lançamento do novo Jornal do Comércio, que na oportunidade [iria inaugurar] sua rotativa para impressão em 'offset'". Reis foi convidado para participar na condição de padrinho do novo equipamento gráfico, num evento que reuniu "os dirigente máximos dos Diários Associados", entre os quais o deputado João Calmon e Paulo Cabral, respectivamente diretor e presidente dos *Diários Associados*, além "das mais expressivas personalidades amazonenses"[779].

O *JC* publicou na íntegra o discurso de Calmon na "solenidade de inauguração do complexo offset", numa matéria intitulada "Calmon prega união de todos em defesa da causa amazônica", no qual o orador dedicou espaço especial a Arthur Reis, destacando que a nova fase do jornal coincidia "com o momento da maior importância na vida da Amazônia", referindo-se à construção da Transamazônica e à estrada que ligaria Santarém a Cuiabá:

---

[776] ARTHUR REIS vem a Manaus. *Jornal do Comércio*, Manaus, p. 8, 29 ago. 1969.
[777] PROF. ARTHUR REIS é esperado hoje em nossa capital. *Jornal do Comércio*, Manaus, p. 1, 14 nov. 1969.
[778] UMA LEMBRANÇA, um estímulo. *Jornal do Comércio*, Manaus, 15/16 nov. 1969. 2° Caderno, p. 9.
[779] CALMON e Arthur Reis vem inaugurar "offset" do JC. *Jornal do Comércio*, Manaus, p. 1, 25 jun. 1970a.

> O Presidente Médici realiza, em última análise, o sonho de muitos brasileiros, mas principalmente do paraninfo dessa solenidade de hoje, que é o professor Arthur Cezar Ferreira Reis. Nós sempre somos dominados por uma dúvida no momento de definir essa admirável personalidade brasileira. Ora pensamos em compará-lo a um D'Artagnam, ora a um dinamitador asturino. *Arthur Cezar Ferreira Reis sempre que vislumbra uma Ameaça a Amazônia, sai de arma em punho, furioso, lutando como um leão em defesa desse amado torrão do seu coração*. Eu me lembro de sua reação de grande repercussão quando se cogitou, na fundação, na Amazônia, de um instituto de pesquisas científicas, com dinheiro brasileiro, naturalmente em pequena escala, e com dinheiro americano em grande escala. A sede desse instituto seria nos Estados Unidos. *Arthur Cezar Ferreira Reis comandou a luta aqui contra esse instituto* e graças a Deus e graças a ele e graças a compreensão que encontrou nos altos escalões do governo da Revolução, conseguiu torpedear esse projeto anti-Brasil. Depois, quando um pitoresco futurólogo americano, sr. Herman Khan, planejou um gigantesco lago amazônico, *foi Arthur Cezar Ferreira Reis o seu mais aguerrido adversário*[780].

A resposta de Arthur Reis a Calmon, quando de seu discurso no mesmo evento, reafirma sua ligação com Manaus e reforça sem modéstia a sua imagem de defensor da Amazônia, que até aquele momento já havia sido construída, ratificando a cobiça estrangeira pela região e seu heroico combate em defesa daquela causa:

> [...] Meu amigo João Calmom. Você a pouco fez referências a algumas atitudes que eu tive de assumir na defesa da região onde eu nasci. Não seria possível outra posição, não seria possível outra atitude. *Tive sempre pelo Amazonas, pela Amazônia toda, um amor e uma paixão sem limite mesmo*. E nessa paixão e nesse amor, evidentemente não podia permitir nem compreender a ousadia de estrangeiros que queriam superpôr-se aos nossos interesses, pondo em perigo a soberania do Brasil [...] Eu vou lhe lembrar que, ao desembarcar em Brasília, quando ia me encontrar com o marechal Castelo Branco, você estava alarmado com minha atitude. E me disse: é preciso muita prudência, muita cautela. Tenha juízo. Não se precipite [...] Apesar de tudo isso, enfrentei, e foi possível vencer realmente, vencer aquela dificuldade! O Instituto de Pesquisas que a Academia de Ciências de Washington desejava montar no Brasil. Faço agora uma outra correção: sem que houvesse a menor contribuição financeira do Brasil, sem nenhum cientista brasileiro e com todo o pessoal recrutado fora, inclusive os que fossem formando, deviam ser formados em Porto Rico e não no Brasil, ignorando a existência de um Conselho Nacional de Pesquisas, do Instituto de Patologia Evandro Chagas, em Belém, do Museu Goeldi, que é um celeiro de atividade científica, tudo isso ignorando esse Instituto, *graças a Deus pela reação que apresentei, foi posto abaixo* [781].

Reis lembrou ainda a suposta rusga que os jornais anunciaram que teria ocorrido entre ele e Castelo Branco. E sua versão é que, numa coletiva, um jornalista do *Correio da Manhã* o havia procurado e dito que Castelo Branco iria lhe passar um carão, ao que respondeu: "Não estou na idade de receber carão. Nunca recebi um carão de meu pai. Não sou empregado do Presidente da República". No dia seguinte, dia no qual Reis encontraria com Castelo Branco, a notícia estampava a primeira página do *Correio da Manhã*: "O governador do Amazonas

[780] CALMON prega união de todos em defesa da causa amazônica. *Jornal do Comércio*, Manaus, 30 jun. 1970b. 2° Caderno, p. 1. Grifo nosso.
[781] UMA PÁGINA..., 1970, p. 1, grifo nosso.

declara que não recebe carão do Presidente da República e nem é empregado dele". Segundo Reis, quando chegou ao Palácio para o encontro com o presidente,

> todas as caras estavam fechadas, e alguns oficiais, meus amigos pessoais, todos eles trancados, cumprimentaram-me secamente. Subi as escadas e o Marechal estava à minha espera. Veio ao salão, sentou-se ao meu lado, disse-me: - Governador, estou chegando de Santa Catarina. Eu disse: - Eu sei, Presidente. – E na viagem eu li o "Correio da Manhã". – Perfeitamente, o que está lá, eu disse. – O sr. disse aquilo? – Disse, presidente. – Fez muito bem, porque na sua posição eu diria o mesmo. Também não sou empregado de ninguém. Encerrou-se o assunto e passamos a discutir os problemas. *Fiz as minhas acusações. Ele as ouviu seriamente. Eu havia escrito uma carta, que sofreu controle de toda a minha família, inclusive da minha mulher, porque era exaltada e entreguei a ele por intermédio do seu subchefe da Casa Militar, que hoje comanda uma missão no alto Solimões. E ele me disse: recebi sua carta, que era escrita por Arthur Cezar Ferreira Reis ao marechal Castelo Branco. Não era carta do governador ao Presidente da República. Disse: li, impressionei-me muito sobre o que o sr. disse. Li-a tantas vezes que sou capaz de repetir trechos inteiros do que o sr. me disse*. Eu acusei o então Ministro da Agricultura, que era, vamos permitir a expressão, um anjo homem culto, mas sem nenhuma vivência política para dirigir a sua pasta. Tinha sido envolvido por um grupo de funcionários que o estavam usando, e usando, inclusive, contra a decisão do presidente da República. Porque agora chegou o momento de dizer. O Conselho Nacional de Pesquisas havia endereçado uma exposição ao presidente anunciando o que projetava e pedindo licença para concordar. E o despacho do Marechal Castelo Branco foi esse: aprovo a ideia do Instituto. Seja realizado com os técnicos brasileiros e pago com os recursos do governo brasileiro. Foi esse o despacho que estava sendo compilado e fiz cumprir pelo Ministério da Agricultura. O presidente ouviu-me, evidentemente não deve ter gostado. Disse que a minha acusação era muito forte, mas que iria limitar. Evidentemente havia uma pressão da imprensa. Toda a imprensa do Rio de Janeiro clamava em torno do problema. E o que sucedeu? Um mês depois o Ministro da Agricultura era dispensado a pedido, pois que tinha casos muito sérios a frente de uma Escola de Agricultura do interior de São Paulo[782].

Arthur Reis subliminarmente atribui a saída do ministro da Agricultura do cargo às denúncias que fez dele na imprensa, e diretamente ao presidente Castelo Branco, além de explicitamente declarar o prestígio que tinha com o presidente marechal, que relevou sua resposta impetuosa ao *Correio da Manhã*, e ainda refletiu seriamente sobre o que havia escrito ao presidente, que foi lido repetidas vezes a ponto de ser memorizado. A questão do lago amazônico foi outro ponto destacado por Arthur Reis como forma de autocultuar-se:

> [...] O caso do lago amazônico, esse foi mais grave. E este foi denunciado ao Brasil através de um informe do embaixador do Brasil nos Estados Unidos ainda no governo Castelo Branco. Neste informe, eu tenho cópia, ele anunciava já o projeto do sr. Hermam Khan. Tomei as minhas precauções, mas o projeto naquele momento não teve andamento. *Quando mais tarde eu fui informado de que tudo se estava preparando e que havia brasileiros a serviço da ideia do lago, convoquei à minha casa em Humaitá, toda a imprensa do Rio de Janeiro. Fiz uma denúncia por escrito e a distribuí. No dia seguinte todos os jornais deram. Então foi novamente um escândalo tremendo. A imprensa começou a agitar o assunto. Comecei a receber solidariedade*. Inclusive na rua, o que era impressionante. Muitas pessoas vinham a

[782] UMA PÁGINA..., 1970, p. 1, grifo nosso.

> mim dizendo: o sr. não é o que foi governador do Amazonas? – Perfeitamente. Ah! Eu gostei da sua atitude. O sr. conte comigo[783].

Reis relata ainda outro episódio, quando tomava um sorvete no Bob's, local que costumava frequentar, motivo inclusive de escândalo, pois "algumas pessoas achavam que um governador não podia comer no Bob's"[784]. Numa ocasião dessas, ouviu de um rapaz: "Sou carioca, tenho horror a sua revolução, mas tenho imensa admiração pelo sr., por isto que o sr. está fazendo na defesa da soberania brasileira".

> Constantes manifestações dessa ordem eu tinha em elevadores, no ônibus. Na rua, parado, as pessoas vinham falar comigo. Quer dizer: a Nação se comoveu. Eu posso dizer: se tiver que morrer agora, morro feliz porque sinto que o Brasil hoje tomou uma consciência muito grande em torno da problemática da Amazônia. Sentiu que sua maturidade só será alcançada no dia em que puder dizer ao mundo: a Amazônia é minha pelo esforço, pelo meu trabalho, pelo meu estado de consciência, pela minha decisão, pelas obras que eu pude realizar[785].

O "eminente amazônia" estava cumprindo a contento sua missão: defender a Amazônia. Torná-la um tema de interesse nacional, essa é a mensagem contida no discurso de Arthur Reis, que reafirmava sua imagem perante os amazonenses. Imagem que se manteve ao longo de toda a década de 1970, a se levar em conta as nove visitas realizadas pelo amazonólogo à sua terra natal, todas anunciadas pelo *JC* como um grande acontecimento. Por diversas vezes, o matutino divulgou as homenagens que seriam prestadas a Reis durante suas visitas:

> O prof. Arthur Reis será homenageado pelo Conselho Estadual de Cultura às 11 horas de amanhã, e às 20 horas na Academia de Letras, pronunciará uma conferência sobre "As raízes da cultura brasileira". No CEC o ex-governador do Amazonas, presentemente presidente do Conselho Federal de Cultura, será saudado pelo Conselheiro Randolpho Bittencourt[786].

Em 1971, a homenagem a Arthur Reis veio da primeira turma de Medicina, composta pelos primeiros 45 novos médicos formados no Amazonas, da qual Reis foi escolhido como paraninfo. O *JC* dedicou uma página inteira ao acontecimento, que significava "o esforço conjunto para atingir o desenvolvimento" da região, tendo seu nascedouro sido atribuído ao Governo Arthur Reis, que "entendia que a nossa redenção em muito dependia de uma Universidade [...] como grande amazonólogo que é, fez de seu governo um veículo de cultura a serviço do desenvolvimento".

Em 1972, Arthur Reis esteve em Manaus por duas vezes. Em junho, para participar do "Dia da Raça", a convite de seu amigo e presidente do Conselho da Comunidade Portuguesa no Amazonas, comendador Emídio Vaz de Oliveira. Segundo o *JC*, numa nota que deu três

---

[783] UMA PÁGINA..., 1970, p. 1, grifo nosso.
[784] UMA PÁGINA..., 1970, p. 1, grifo nosso.
[785] UMA PÁGINA..., 1970, p. 1, grifo nosso.
[786] CONFERÊNCIA de Arthur Reis. *Jornal do Comércio*, Manaus, p. 3, 18 out. 1970.

dias antes do acontecido, Reis receberia "da colônia luso-brasileira e de todos os seus amigos expressivas homenagens, pois todos o reconhecem como a maior autoridade em assuntos amazônicos, não esquecem a luta como govenador do Estado, acordando o Brasil para a Amazônia, visando à sua defesa contra a cobiça internacional"[787]. No dia do evento, o *JC* reforçou a aclamação:

> Chega hoje a essa capital, às 18:30 horas, pelo jato da Cruzeiro do Sul o prof. Arthur Cezar Ferreira Reis [...] A permanência do prof. que *detém o mérito de ter acordado o Brasil para a Amazônia, alertando-o contra a cobiça internacional* [...] será curta, em face dos inúmeros compromissos no sul do país. Mas, embora o pouco tempo que ficará entre nós receberá [...] carinhosas homenagens, sobretudo por ser um permanente *defensor da Amazônia no Brasil e no estrangeiro* [...][788].

O periódico realmente explorava cada detalhe dos passos de Arthur Reis, divulgando várias notas. Só essa primeira visita, de 1972, rendeu ao menos seis notas, que incluíam as atividades de Reis na capital amazonense. Entre elas, uma de título "Obrigado, mestre Arthur Reis", em forma de homenagem, não assinada, mas escrita por um representante da comunidade portuguesa no Amazonas. Nela, elogios ao "pronunciamento do insigne mestre" na sessão comemorativa ao "Dia da Raça", onde Reis proferiu uma palestra sobre Camões. Segundo o texto, a conferência "foi indiscutivelmente fulgurante", uma demonstração do "valor que possui o conferencista". "Em síntese: assistimos a um magnífico discurso [...] Já sentíamos saudades das aulas do grande amazônida, cuja obra, reafirmamos, ultrapassa os limites da literatura, para se confundir com inteligência e amor incontrolável pela comunidade lusíada"[789].

A outra passagem de Arthur Reis por Manaus, em 1972, apenas um mês após a anterior, foi para participar da inauguração da representação em Manaus do Instituto Nacional do Livro, ocasião em que realizazou uma conferência abordando o tema "o Brasil e sua independência", e prestigiou o lançamento da pedra fundamental do Hotel Gonçalveslândia, a ser construído no km 105 da Rodovia AM 1, que liga Manaus à cidade de Itacoatiara. O arrojado empreendimento de cunho turístico também representava, segundo o *JC*, desenvolvimento para a região. A ser construído numa área de 100 milhões de metros quadrados, o projeto previa a construção de um hotel de 15 andares em forma de maloca, com um telescópio no topo, museu e zoológico. Ao que se pode notar pelas matérias do *JC* sobre o assunto, o aval de Arthur Reis ao novo empreendimento era fundamental.

---

[787] ARTHUR REIS vem a Manaus dia 09. *Jornal do Comércio*, Manaus, p. 2, 6 jun. 1972b.
[788] HOJE em Manaus o Prof. Arthur Reis. *Jornal do Comércio*, Manaus, p. 3 , 9 jun. 1972. Grifo nosso.
[789] OBRIGADO, mestre Arthur Reis. *Jornal do Comércio*, Manaus, 11 jun. 1972. 2° Caderno, p. 5.

> O professor Arthur Reis com sua autoridade de maior historiador da Amazônia, a cujo processo de desenvolvimento tem participado ativamente, dando valiosa contribuição, destacou a importância da "Gonçalveslândia", afirmando que será mais um empreendimento a afirmar a presença do homem nos trópicos, congratulando-se com os seus dirigentes, e dizendo não ter dúvidas quanto à sua viabilidade[790].

Na solenidade de instalação da representação em Manaus do Instituto Nacional do Livro, ocorrida na Prefeitura a convite do prefeito Paulo Pinto Nery, este expressou a "satisfação pela presença do prof. Arthur Reis, 'três vezes meu professor, no querido Ginásio Amazonense Pedro II, de Economia Política na Faculdade de Direito do Amazonas e de administração e de atitudes quando teve coragem de assumir o governo desta terra"[791]. Assim, o *JC* prosseguia na construção das representações de Arthur Reis e, desta feita, dedicou nada menos que dez publicações a respeito dessa segunda visita de Reis a Manaus no ano de 1972, ou seja, nos poucos dias em que esteve presente em sua terra natal, o matutino fez questão de dar a notícia em detalhes.

As visitas de 1973 tinham relação direta com os assuntos amazônicos. A primeira, em 17 de agosto, "a convite das classes empresariais amazonenses", objetivava "presidir os trabalhos de instalação da Secretaria executiva do Seminário de avaliação da Amazônia", promovido pela Associação Comercial do Amazonas, a ser realizado de 5 a 9 do mês seguinte, com o objetivo de produzir um documento com os resultados do encontro. Segundo o *JC*, "o prof. Arthur Reis, por ser uma das maiores autoridades em assuntos amazônicos, foi convidado ainda para exercer a função de coordenador geral do Seminário"[792]. Sobre o assunto, declarou Reis ao matutino que o seminário seria uma oportunidade para avaliar tudo de positivo ou negativo que o governo havia realizado na região, gerando dados mais concretos sobre a Amazônia brasileira.

A segunda visita de 1973 ocorreu em 7 de dezembro, quando Arthur Reis, como coordenador do Seminário de Avaliação da Operação Amazônia, abriu o ciclo de conferências que precedeu a realização do mesmo seminário, marcado para maio do ano seguinte. Na ocasião, Reis proferiu a palestra "A Revolução de 1964 e a Operação Amazônia"[793], fazendo "uma análise acurada dos problemas regionais, traçando suas características históricas e a transformação verificada na Amazônia desde a eclosão do movimento revolucionário de março de 1964"[794]. Em entrevista coletiva à imprensa amazonense, Arthur Reis falou dos

---

[790] GONÇALVELÂNDIA nasce cercada de otimismo. *Jornal do Comércio*, Manaus, p. 3, 11 jul. 1972.
[791] ARTHUR REIS exalta a juventude amazonense. *Jornal do Comércio*, Manaus, p. 5, 12 jul. 1972a.
[792] SEMINÁRIO de avaliação da Amazônia. *Jornal do Comércio*, Manaus, p. 4, 17 ago. 1973.
[793] ARTHUR REIS chega amanhã. *Jornal do Comércio*, Manaus, p. 2, 6 dez. 1973b.
[794] ARTHUR REIS chegará amanhã para Seminário. *Jornal do Comércio*, Manaus, p. 3, 6 dez. 1973c.

objetivos do seminário, que após avaliar os impactos da atuação do Governo Federal na região, através da Operação Amazônia, tinha como propósito "oferecer ao governo algumas críticas construtivas", portanto, a finalidade dele seria elaborar uma espécie de inventário da "realidade regional", "apresentando sugestões e críticas"[795]. A intenção do seminário era reunir representantes de todos os países na Amazônia, e, conforme o *JC*, para Arthur Reis, o principal ponto a ser discutido seria "a participação efetiva das classes empresariais no processo governamental", lembrando ainda o grande interesse que o Brasil tinha pela Amazônia[796]. Por não estarem todas as edições do *JC* disponíveis na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, não foi possível ter acesso ao noticiário sobre o seminário nos dias do mês de maio, quando estava marcado para ocorrer.

Em 16 de dezembro de 1976, Arthur Reis chegava novamente a Manaus, para proferir palestra com o tema "A realidade amazônica", na Biblioteca Pública, a convite de Henock Reis, então governador do estado. Aproveitando a ocasião, participou dos festejos dos dez anos da turma de economistas formada em 1966, da qual foi paraninfo. Segundo o *JC*, nos três dias em que Arthur Reis permaneceria na cidade, iria também manter contato com a Academia Amazonense de Letras, com o Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas, com o Conselho Estadual de Educação e com a Reitoria da Universidade do Amazonas[797]. Sobre a palestra proferida por Reis, Sinval Gonçalves, da redação do *JC*, deu a seguinte notícia: "Com a autoridade que todos lhe reconhecem, como um dos maiores conhecedores da problemática amazônica, o professor Arthur Reis proferiu (como sempre), uma magistral aula, ao abordar aspectos da realidade amazônica". Gonçalves mencionou a preocupação de Reis com as queimadas na Amazônia, levando à redução de várias espécies.

> O professor Arthur Reis que, ao longo da sua produtiva existência, toda ela dedicada ao estudo sério e à pesquisa histórica, tem sido um atento defensor dos interesses da Amazônia, sendo responsável pelo despertar da consciência nacional em defesa da Amazônia, deixou manifestadas as suas preocupações pelos rumos que estão tomando as incursões objetivando a ocupação econômica da Amazônia. Que estes rumos sejam corrigidos enquanto há tempo[798].

No dia 19 de dezembro, ainda de 1976, o *JC* divulgou que Arthur Reis iria proferir outra palestra, na Escola de Serviço Público do Estado do Amazonas, tendo por esse motivo adiado sua viagem de retorno ao Rio de Janeiro a pedido da direção da Espea, pois "[...] o desejo de Arthur de servir a sua terra e à sua gente não tem limites e ao receber o convite não

---

[795] ARTHUR REIS: o Seminário fará críticas e sugestões. *Jornal do Comércio*, Manaus, p. 4, 11 dez. 1973a
[796] ARTHUR REIS..., 1973a, p. 4.
[797] EX-GOVERNADOR Arthur Reis hoje: fará uma conferência no Rangel. *Jornal do Comércio*, Manaus, p. 2, 16 dez. 1976.
[798] AMAZÔNIA. *Jornal do Comércio*, Manaus, p. 2, 18 dez. 1976.

relutou em transferir a sua viagem para mais uma vez comparecer ao auditório da ESPEA, que fora por ele criado, e dissertar sobre assuntos relacionados com a Amazônia"[799]. A nota do jornal afirmava ainda que a entrada seria livre e que o comparecimento do público seria uma forma de "reconhecimento pelo muito que temos recebido do amazonólogo Dr. Arthur Cezar Ferreira Reis, notadamente em defesa do Amazonas, quando algum evento desagradável nos ameaça"[800].

O "eminente mestre Arthur Cezar Ferreira Reis"[801] recebeu, ainda, o diploma de benemérito e a medalha de mérito educacional, oferecidos pelo Conselho Estadual de Educação e pelo Conselho Estadual de Cultura, numa solenidade que contou com a presença de diversos nomes de destaque na imprensa, na política e no setor educacional de Manaus. Na ocasião, Jorge Tufic, do Conselho Estadual de Cultura, afirmou: "Essa singela homenagem, ilustre e respeitável mestre, é por tudo que foi feito por V. Excia., quer no campo da educação, quer no campo da cultura ou no campo social"[802]. Arthur Reis, por sua vez,

> [...] agradeceu a homenagem, com aquele brilhantismo que lhe é peculiar, [...] reafirmou a sua disposição de continuar servindo à Amazônia e ao Brasil, fazendo nessa oportunidade uma afirmativa das mais valiosas: "Já se criou uma consciência brasileira sobre a Amazônia". Esta afirmativa de Arthur Reis [...] foi, sem dúvida, uma aula de amazonologia, nos trouxe a certeza de que o Amazonas caminha realmente para os seus verdadeiros destinos[803].

Fechando os anos 1970, Arthur Reis esteve em Manaus em 1977, para proferir uma palestra na Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra [804], e em 1979, a convite do governador Henock Reis, para prestigiar inaugurações de obras do estado. O *JC* destacou que Reis era membro do Conselho Federal de Cultura, "função para qual [vinha] sendo reconduzido há muitos anos", professor no magistério superior do Rio de Janeiro, "além de se dedicar a intensa atividade cultural". Timidamente, encerrando a pequena nota, o matutino menciona que, durante sua estada em Manaus, Reis seria alvo "de carinhosas homenagens por parte de seus amigos"[805]. Tem-se a impressão de que daí em diante as referências a Arthur Reis no *JC* diminuíram, mas esse é um trabalho para futuras pesquisas.

---

[799] ARTHUR REIS fará amanhã conferência na ESPEA, à noite. *Jornal do Comércio*, Manaus, p. 5, 19 dez. 1976a.
[800] ARTHUR REIS..., 1976a, p. 5.
[801] ARTHUR REIS recebe medalha de "Personalidade benemérita da educação" hoje de manhã. *Jornal do Comércio.* Manaus, p. 2, 21 dez. 1976b.
[802] ARTHUR REIS..., 1976b, p. 2.
[803] ARTHUR REIS..., 1976b, p. 2.
[804] EX-GOVERNADOR Arthur Reis em Manaus para conferência na Adesg. *Jornal do Comércio*, Manaus, p. 1, 17 ago. 1977.
[805] ARTHUR REIS em Manaus. *Jornal do Comércio*, Manaus, p. 2 , 10 mar. 1979.

Por ora, cabe reafirmar que Arthur Reis foi alvo de intenso esforço desse grupo de intelectuais do Amazonas para criar/difundir uma representação vinculando-o ao seu "sacerdócio", exercido em favor das causas amazônicas. É óbvio, entretanto, que a essa representação imaculada outras fizeram seu contraponto, lembrando, como frisou Chartier, que "não há prática ou estrutura que não seja produzida pelas representações, contraditórias e em confronto, pelas quais os indivíduos e os grupos dão sentido ao mundo que é o dele[806]". Esse historiador afirma ainda, ao sugerir a noção de representação como fundamental no processo da pesquisa em história, que as representações estão

> sempre colocadas num campo de concorrências e competições cujos desafios se enunciam em termos de poder e de dominação. As lutas de representações tem tanta importância quanto as lutas econômicas para compreender os mecanismos pelos quais um grupo impõe ou tenta impor a sua concepção do mundo social, os valores que são os seus, e o seu domínio"[807]

Assim, ao grupo que se esmerou em construir apenas representações positivas de Arthur Reis, houve outros que fizeram as vezes de oposição, como os que colaboraram com o jornal "*O Porantim* e o *Jornal da Amazônia*, [...] dois jornais com o formato de alternativo [que] faziam intensa oposição ao governo Arthur Reis e aos projetos dos militares"[808].

Newton Sabbá também fez menção aos opositores de Reis:

> Arthur Reis, como todo grande homem, é uma figura complexa, mal compreendido por uns e admirado por outros. Dele se disse muita coisa ruim quando deixou o Governo: acusavam-no de autoritário, de intransigente, de duro punidor. Talvez o fosse. Eram as contingências do momento, estava-se em clima de revolução, essa mesma revolução que, anos mais tarde, trairia a confiança do Povo Brasileiro pela corrupção desenfreada e pela frouxidão dos últimos anos[809].

Como se pode constatar, portanto, longe de se propor a generalizações, este capítulo objetivou apresentar as representações construídas por um grupo de intelectuais específico, que lançava suas ideias por meio do *JC*. No entanto, outros jornais fizeram o mesmo papel de apologia à figura de Arthur Reis, enquanto outros se situavam na oposição. A opção em trabalhar unicamente com *JC* se deveu ao seu grau de importância, visto que era um periódico de grande circulação e, também à necessária seleção de fontes que se impõem a esse tipo de pesquisa, visto que somente essa folha já se apresentou com enorme volume documental. Desse modo, não haveria tempo hábil para ampliar a pesquisa incluindo outros periódicos.

---

[806] CHARTIER, Roger. O mundo como representação. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 5, n. 11, p. 177, 1991.
[807] CHARTIER, Roger. *A história cultural entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: Difel, 2002. p. 17.
[808] BEZERRA, 2010, p. 156.
[809] GUIMARÃES, Newton Sabbá. Lembranças de Arthur Reis. *In*: ACADEMIA AMAZONENSE DE LETRAS. *Arthur Cézar Ferreira Reis*: opinião de contemporâneos. Manaus: Academia Amazonense de Letras, 1996. p. 12.

5 UM "DÉSPOTA ESCLARECIDO"? ALGUMAS REPRESENTAÇÕES DE ARTHUR REIS NA IMPRENSA ESCRITA DA DÉCADA DE 1930 A 1960

Tornar a Amazônia um tema recorrente na pauta de discussões nacional foi o cerne da atividade intelectual e política de Arthur Reis. Como ele mesmo fez questão de afirmar, "durante muito tempo, na paixão do que a região representava, pois filho dela, era ela a minha constante para as reflexões e as meditações como para os atos com que procurava servi-la, procurei propô-la ao Brasil, à consciência do Brasil"[810].

Como visto no capítulo anterior, essa causa que Reis tomou como sua rendeu-lhe o louvor de parte da intelectualidade amazonense, da qual fora considerado porta-voz perante o poder público federal. O próprio Reis, colocando a modéstia de lado, reconheceu como mérito seu a formação de uma consciência nacional acerca do que significava a Amazônia, que começava a materializar-se nas obras do governo militar na região, conforme visto no terceiro capítulo desta tese.

Assim, a dúvida que surge é quanto às representações de Arthur Reis em âmbito nacional. Como ele era representado, de um modo geral, no cenário nacional? Essa é a principal preocupação do presente capítulo. Para respondê-la da perspectiva mais abrangente possível, far-se-ia necessário recorrer a uma variada gama de fontes, visto que Reis circulou por diversos espaços importantes no Rio de Janeiro, passando pelas universidades, pelo IHGB e pelo Conselho Federal de Cultura. Embora os espaços de sociabilidade por ele ocupados tenham relação, predominantemente, com o mundo intelectual, caberia especificar sua atuação em cada um deles. Por ora, na impossibilidade de fazer todo esse percurso, optei, assim como no capítulo anterior, por lançar mão dos jornais, que proporcionarão um primeiro panorama da participação de Reis na vida pública nacional. Pontapé inicial esse que dará suporte a estudos posteriores.

A opção por recorrer aos jornais se deve a um sentido prático, visto que a hemeroteca em formato digital se apresenta como um arquivo de fácil acesso, mas também ao fato de que a imprensa é uma das portas por meio das quais se forma a opinião pública ou as "tendências da opinião pública", como prefere Jean-Jacques Becker, para quem, "num país onde a imprensa é livre, todos os aspectos da opinião pública têm chance de se refletir nos jornais"[811]. Não se deve ignorar, contudo, que os jornais estão longe de formular conteúdo

[810] REIS, 1972b, p. 10.
[811] BECKER, Jean-Jacques. A opinião pública. *In*: RÉMOND, René (org). *Por uma história política*. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003. p. 190.

neutro e imparcial, antes, são representantes de determinados grupos, atendendo, assim, a interesses político-econômicos específicos. "Contudo, tudo isso tem pouca importância se não pretendermos extrair uma abordagem quantitativa da exploração dos jornais e não nos contentamos com um único jornal: tudo o que juntarmos ilustra a opinião pública"[812]. Desse modo, embora este capítulo não objetive propriamente a um estudo da opinião pública, a opção por tratar de diversos periódicos em um só momento incide mesmo que secundariamente nessa questão. Considerando que em muitos momentos da análise aqui realizada a imprensa brasileira viveu sob a censura imposta por ditaduras, reforço que, em muitos aspectos, torna-se impraticável o estudo da opinião pública sobre Reis, por isso reitero que a presente análise apenas incidirá, em parte, nessa questão.

Diferentemente do capítulo anterior, no qual me ative às décadas entre 1950 e 1970, neste capítulo faço um recuo à década de 1930, para verificar como Arthur Reis surge no cenário nacional, principalmente no Rio de Janeiro, então capital do país, e de que modo ele foi se construindo e sendo construído como autor e, posteriormente, como importante figura no espectro político. Para tanto, não caberia a análise de um único jornal, como foi feito anteriormente.

À guisa de esclarecimento quanto ao percurso metodológico, é importante assinalar que a cada década o nome de Arthur Reis aparece com mais força nas páginas dos jornais. Na década de 1930, por exemplo, como se trata de um período inicial da carreira do autor, foi possível analisar todos os jornais do arquivo digital utilizado, assim como ocorreu das décadas de 1940 e 1950, que, embora apresentando um número bem maior de jornais em relação à primeira década, ainda possibilitou o trabalho com todos os que constam do arquivo. A década de 1960, entretanto, como foi o auge da carreira intelectual e política do autor, não permitiu a análise do conjunto dos jornais constante do arquivo. Foi um período de intensa participação de Reis na vida pública nacional, o que acarretou num enorme volume de fontes, impossíveis de serem analisadas no conjunto, no espaço de tempo estipulado para a presente pesquisa. Portanto, para esse período, optei por trabalhar apenas com três periódicos, *O Jornal*, *Jornal do Brasil* e *Correio da Manhã*, opção devidamente justificada mais adiante.

Foram seis os conjuntos de palavras-chave utilizados na plataforma de busca da referida hemeroteca digital: Arthur Reis; Artur Reis; Arthur Cezar; Artur Cezar; Artur Cesar; e Arthur Cesar. Os diversos modos pelos quais a grafia do nome do autor aparece nos jornais impuseram tal necessidade, dificultando um pouco mais o procedimento de rastreio.

[812] BECKER, 2003, p. 191.

Entretanto, ainda que encontrando diversas grafias do nome do intelectual amazonense, optei por corrigi-lo nas citações presentes nesta pesquisa, grafando-o da forma correta, Arthur Cezar Ferreira Reis, a fim de não reproduzir os descuidos que se fizeram nos periódicos.

Realizadas as buscas, pincei do conjunto de fontes os textos que contribuíam para a compreensão do espaço que Arthur Reis ocupava na vida pública nacional. Seria Arthur Reis também representado como um eminente amazônida em âmbito nacional, como quiseram os intelectuais amazonenses? Quais críticas relativas ao autor poderiam ser reveladas nas páginas dos jornais de circulação em outros estados? Qual dimensão ocuparam autor e obra para além do seu estado natal? Essas foram as questões que nortearam este capítulo.

5.1 Os anos iniciais

Como já afirmado na introdução desta tese, quando aluno do curso de Direito no Rio de Janeiro, Arthur Reis já havia estabelecido relações com diversos intelectuais, como o próprio Max Fleiuss, o Conde Afonso Celso e Afonso Taunay. Na década de 1930, quando publicou sua primeira obra, *História do Amazonas*, Reis se serviu desta como cartão de visitas, enviando-a a vários intelectuais radicados principalmente em São Paulo e Rio de Janeiro a fim de divulgar seu trabalho[813]. A partir daí, principiara a ser conhecido como historiador, tanto no seu estado natal quanto nos circuitos intelectuais do Rio de Janeiro.

Em dissertação de mestrado, analisei sua primeira obra, a *História do Amazonas* (1931), inclusive incluindo a recepção desta entre os intelectuais, utilizando para tanto as cartas recebidas pelo autor. A análise dos jornais não foi contemplada naquele momento. Entretanto, no instante em que procuro compreender como Arthur Reis surgiu como autor no centro político do país e depois como foi se consolidando, faz-se mister, nesta ocasião em que as fontes por excelência são os jornais, iniciar a análise partindo da década de 1930, período em que referências ao então jovem autor, com apenas 25 anos de idade, já começavam a aparecer em importantes veículos de comunicação impressa do país.

Assim, antes mesmo de surgir nas páginas dos jornais como autor, o nome de Arthur Reis apareceu, no campo político, repercutindo notícias locais, como as que listavam os membros da Junta Governativa do Amazonas (Figura 2), em outubro de 1930[814], por exemplo. A política local havia passado por um rearranjo devido às primeiras consequências da

[813] Cf. SOUSA, 2009.

[814] A MARCHA triunfal da Revolução. *O Combate*, Maranhão, p. 1, 29 out. 1930; NOMEAÇÕES pela Junta Governativa do Amazonas. *A Reforma*, Acre, p. 1, 2 nov. 1930.

chamada Revolução de 1930 que, depois de efetivada, nomeou nos estados as juntas governativas, até que Getúlio Vargas assumisse o poder na esfera federal e nomeasse os interventores para cada estado. Da então instalada Junta do Amazonas, Arthur Reis passou a fazer parte como chefe de gabinete. Na ocasião, o amazonense tinha apenas 24 anos de idade.

Figura 2: Junta Governativa do Amazonas



Arthur Reis é o primeiro em pé, da esquerda para a direita.
Fonte: Foto do primeiro despacho coletivo da Junta Governativa do Amazonas [815].

Apesar de nesse momento nosso autor não aparecer com grande destaque em edições dos importantes jornais do Rio de Janeiro – até mesmo porque essa junta foi provisória, portanto rapidamente desfeita para que assumisse Álvaro Botelho Maia, o interventor indicado por Getúlio Vargas –, é digna de nota a posição dele no cenário político manauense em tão tenra idade, e, ainda, a menção ao seu nome na imprensa carioca.

Em 1931, ainda em relação à sua participação na política ao lado do então nomeado interventor Álvaro Maia, que permaneceu na função de 20/11/1930 a 10/7/1931, o nome de Arthur Reis aparece no *Diário de Notícias*, do Rio de Janeiro, num relato oriundo de Manaus, que dava conta de uma crise política na capital amazonense. Na ocasião, Álvaro Maia havia dissolvido o Tribunal de Justiça do Estado, instalando um novo tribunal. Membros do tribunal dissolvido se dirigiram diretamente a Vargas, com o propósito de buscar resolução para o caso. Maia foi chamado ao Rio de Janeiro para uma reunião com Vargas, que solicitava a reconsideração de sua decisão e o retorno às atividades do tribunal extinto. O interventor

[815] FOTO do primeiro despacho coletivo da Junta Governativa do Amazonas, os dias da Revolução em Manaus. *Revista da Semana*, Rio de Janeiro, p. 14, 6 dez. 1930. Dividam o poder no comando da Junta, o Tenente Coronel Cordeiro Junior, sentado ao centro na fotografia, ladeado por José Alves Sousa Brasil, à esquerda, e por Francisco Pereira Silva, à direita.

amazonense negou-se a atender ao que propunha o chefe do Governo Provisório e foi exonerado da função[816].

Pouco antes da exoneração de Maia, em 26 de julho, Reis teria entrado em atrito com Francisco Pereira, então secretário-geral da Interventoria. Pereira, por sua vez, enviou telegrama a Vargas, transcrito no *Diário de Notícias*, relatando que devido à insatisfação de Arthur Reis com a possível exoneração de Álvaro Maia, provocada pela crise com os juízes do Tribunal, Reis havia incitado alunos do Ginásio amazonense D. Pedro II contra o ex-secretário de Maia:

> Tenho pesar como brasileiro de relatar a V. Ex. os fatos ontem desenrolados após meu cabograma. O professor do Ginásio, Arthur Reis, primo de Ruy Gama e Silva, aventureiro político, insuflou em aula os estudantes que deviam reagir contra a possível exoneração do Dr. Maia, ofendendo com palavras impróprias o presidente da República e altas autoridades e declarando depois que eu era traidor do Dr. Maia, razão porque os estudantes deviam assumir atitudes e hostilizar-me em virtude da minha lealdade ao Governo da República[817].

Conforme Pereira, seguiram-se vários episódios de desordem, entre os quais a ida dos estudantes ao Palácio do Governo para exigir sua exoneração da Secretaria de Estado. Os estudantes também teriam combinado de apedrejar sua residência.

> Durante o desenrolar desses fatos, o capitão Francisco Távora e o Tenente Mata passaram indiferentes e risonhos ante a aflição de minha família. Não fosse o Exército, teriam se registrado cenas sangrentas, cuja responsabilidade exclusiva cabe aos politiqueiros inescrupulosos que exploram a vaidade e a inexperiência do jovem oficial que ocupa a interventoria sem investidura legal[818].

Quando do telegrama a Vargas, Pereira já estava exonerado, resultado da crise causada pelos estudantes, que teriam agido insuflados pelo jovem professor Arthur Reis. Segundo Eloína Monteiro[819], a crise na interventoria Maia foi amplamente divulgada pela imprensa carioca, fato que certamente motivou o telegrama enviado de Manaus à Associação Brasileira de Imprensa, refletindo a insatisfação da imprensa amazonense com os modos pelos quais alguns jornais da capital federal cometiam injustiças ao abordar a crise em Manaus. O telegrama foi assinado pelos periódicos *O Jornal*, *Amazônia* e *Redenção,* e pelos diretores e redatores do *Jornal do Comércio* do Amazonas, entre os quais pai e filho, Vicente Reis e Arthur Reis, representando aquela folha[820].

---

816 Cf. MONTEIRO, Eloína. A longa interventoria de Álvaro Maia. *Fronteiras do Tempo*: revista de estudos amazônicos, Manaus, n. 4, p. 45-63, 2013.
817 DESORDENS no Amazonas. *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, p. 4, 4 ago. 1931.
818 DESORDENS..., 1931, p. 4.
819 Cf. MONTEIRO, 2013.
820 EM DEFESA do interventor amazonense. *Diário Carioca*, Rio de Janeiro, p. 3, 7 ago. 1931.

Em 1935, novamente o nome de Arthur Reis consta nos jornais do Rio de Janeiro, motivado por questões políticas. Após ser exonerado da Interventoria do Amazonas, Álvaro Maia articulou sua reaproximação com Getúlio Vargas. Como resultado, foi eleito governador constitucional do Estado do Amazonas em outubro de 1934. Ao assumir a função no ano seguinte, Maia, constituindo sua equipe governista, nomeou Arthur Reis para o cargo de diretor da Instrução Pública, cargo que hoje se assemelha ao de secretário de Educação.

Apesar do pouco tempo que permaneceu no cargo, a nova função de Reis lhe rendeu mais alguns apartes nos jornais. O *Jornal do Brasil*, ao anunciar a composição do Governo Maia, assim se referiu ao nosso autor: "A direção da Instrução Pública ficou entregue ao Dr. Arthur Reis, educador esmerado e apreciado jornalista, que publicou não há muito ainda, 'A História do Amazonas', livro que foi recebido com gerais encômios pela crítica do país"[821].

Eloína Monteiro destaca essa nomeação de Reis e de Antônio Botelho Maia, irmão do governador, que também fora escolhido para compor o novo secretariado de governo, como reveladoras da pretensão de Maia em "congregar tanto a sua parentela, como os aliados, tendo em vista sempre os interesses das 'classes conservadoras amazonenses'"[822]. Portanto, a viabilidade do Governo Álvaro Maia se deu com o apoio desse grupo político-econômico-social amazonense, do qual Reis fazia parte. O *Jornal do Comércio*, propriedade do pai de Arthur Reis, do qual à época este era redator, por exemplo, foi um aliado em várias questões propostas pelo novo governo, conforme aponta Monteiro.

Como diretor da Instrução Pública, Reis apareceu ainda na imprensa do Rio de Janeiro compondo a equipe amazonense que participou do VII Congresso Nacional de Educação, iniciado em 23 de julho de 1935 no Teatro Municipal do Rio de Janeiro. A sessão solene de abertura do referido evento contou com a "presidência de honra" de Getúlio Vargas e de Gustavo Capanema, ministro da Educação[823].

Foi um longo congresso, com extensa programação e a participação de diversas delegações estaduais e personalidades do mundo político da capital federal[824]. O encerramento das atividades se deu somente no dia 10 do mês seguinte, momento no qual Arthur Reis proferiu uma palestra, transcrita pelo *Jornal do Comércio* do Rio de Janeiro. Após realizar consideráveis encômios ao evento, Reis afirmou que a reunião dos congressistas

---

[821] INTEGRA-SE o Amazonas na ordem institucional. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, p. 7, 22 fev. 1935. O anúncio da nova equipe do Governo Álvaro Maia também foi noticiado em outro importante jornal da capital federal, conforme a referência: TOMOU posse o governador constitucional do Amazonas. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, p. 3, 22 fev. 1935.

[822] MONTEIRO, 2013, p. 54.

[823] VII CONGRESSO Nacional de Educação. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, p. 2, 23 jun. 1935.

[824] CONGRESSO Nacional de Educação: como decorreu a sessão solene de encerramento. Conclusões relativas aos Departamentos e Conselhos Estaduais. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, p. 8, 10 jul. 1935.

> Foi obra de patriotismo sincero, hão de permitir que a proclamemos nós, que a realizamos sem fetichismo, sem paixões, sem credos, desviados inteiramente de personalismos, com o pensamento voltado para as horas que virão animadas pelos tipos eugenizados e de mentalidade bem formada para o instante da civilização brasileira. [...] Há por toda a nacionalidade uma deliciosa movimentação de forças em campanha aberta contra a rotina reformando o ensino, penetrando a hinterlândia com a escola, tarefa de bandeirantes espirituais, de missionários que fazem palpitar energias. [...] No meu Amazonas longínquo, onde somos minguados 500.000 indivíduos, duma faixa de terras de 1.897.000 quilômetros quadrados, quando nos deram a autonomia política, em 1850, funcionavam sete escolas de primeiras letras, com uma frequência de 107 crianças. Hoje, há ali uma população escolar de 40.000 meninos, distribuídos em 607 escolas primárias. *É preciso ter fé, pois que não somos uma terra decrépita, de povo vencido*. Só a educação transforma os povos já o proclamou, num epítome decisivo Araújo Lima, meu colega de magistério, sociólogo que nos deu o traço expressivo da terra e do homem da Amazônia[825].

Frise-se desse discurso, em primeiro lugar, o alinhamento de Reis à eugenia, projeto criado por Francis Galton, na Grã-Bretanha, em fins do século XIX, e que chegou ao Brasil no início do século seguinte, aqui guardando algumas diferenças em relação ao movimento original. Conforme Nancy Stepan, "a história da eugenia no Brasil deve ser vista como parte de um entusiasmo generalizado pela ciência como 'sinal' de modernidade cultural"[826]. Provavelmente esse é o sentido que Reis quis dar ao seu discurso, que, como visto, depositava esperanças na educação civilizadora, que romperia os rincões mais distantes do país, levando a civilização. Em segundo lugar, ressalte-se a discordância de Reis de que no Amazonas habitava uma população decrépita e vencida. Para tanto, mostra os dados do desenvolvimento educacional na região, num esforço por desconstruir possíveis deformações nos pensamentos dos homens do centro-sul do país em relação ao estágio de civilização no qual se encontrava o seu estado natal, que, apesar de "longínquo", dava passos firmes rumo ao mundo civilizado. Por último, é importante notar que Arthur Reis, ainda aos 29 anos de idade, ocupou um espaço considerável no Congresso de Educação, visto que lhe foi atribuída a função de proferir uma conferência na sessão de encerramento do evento, sendo, certamente, momento crucial na contribuição para a inserção do autor no mundo letrado e político da capital federal. Enfim, embora Reis não tenha perdurado nem seis meses na função de diretor na Instrução Pública do Amazonas[827], parece que cada momento era bem capitaneado pelo autor em sua

---

[825] VII CONGRESSO Nacional de Educação. Na sessão de encerramento. *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, p. 4, 17 jul. 1935. Grifo nosso.

[826] STEPAN, Nancy Leys. Eugenia no Brasil, 1917-1940. *In*: HOCHMAN, Gilberto; ARMUS, Diego (org.). *Cuidar, controlar, curar*: ensaios históricos sobre saúde e doença na América Latina e Caribe. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2004. p. 330-391. (História e Saúde collection).

[827] Antes de retornar ao Amazonas, após o VII Congresso Nacional de Educação, Arthur Reis telegrafou a Álvaro Maia solicitando sua exoneração do cargo. Cf. NOTÍCIAS do Amazonas. *O Radical*, Rio de Janeiro, p. 6, 19 jul. 1935. Ao que consta da nota no *Correio da Manhã*, o pedido de exoneração de Reis foi devido a algum desentendimento deste com decisões do governador, Álvaro Maia. Cf. AS COISAS do Amazonas. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, p. 5, 11 jul. 1935.

intenção de fazer nome junto aos intelectuais e políticos que tinham influência no espectro nacional.

No que tange, especificamente, ao campo intelectual, em 1932, portanto já após a publicação do primeiro livro do nosso autor, na coluna *Registro Literário* do *Jornal do Brasil*, assinada por João Ribeiro, entre as análises de livro de Varnhagen e Jorge Amado, ganham espaço Arthur Reis e sua *História do Amazonas*. "O Amazonas tem uma escassa história"[828], afirmava o autor, ao que prosseguiu, "O Sr. Arthur Reis escreveu essa história com grande amor, exação e conhecimento dos fatos". Após sintetizar o conteúdo do livro, Ribeiro reitera que se tratava de "uma obra cuja falta se fazia sentir desde muito". E conclui: "uma contribuição valiosa para a nossa história".

No mesmo ano, Mario Ypiranga Monteiro, autor amazonense do convívio de Reis, também iria fazer menção à *História do Amazonas* na revista *O Malho*, do Rio de Janeiro. Mas, antes, reclamava as dificuldades enfrentadas pelos intelectuais amazonenses:

> A literatura baré [amazonense] avança a passos lerdos. A plêiade de moços que ora procura sacudir de si esse pesado blandroáu da inércia, está convicta de que há de triunfar. Mesmo hodiernamente existe em nossos idealistas espíritos uma fé imutável na realização de um belo sonho, uma esperança sublime nos louros do porvir. É preciso que se diga, mesmo ferindo suscetibilidades, que o meio ambiente é hostil à eclosão das forças embrionárias representadas nas neófitas culturas mentais. O terreno é sáfaro. A gleba ainda não se capacitou da solubilidade magna desse grave problema: o desenvolvimento das letras[829].

Segundo Monteiro, enquanto as letras no estado não se desenvolviam devido a questões locais, no contexto nacional e internacional, havia percepções depreciativas em relação ao ambiente amazônico e a seus intelectuais, entendendo aí por depreciativo a cultura indígena e a imensidão da floresta com seus animais selváticos. Assim, sobre os entraves enfrentados pelos intelectuais ocasionados por questões inerentes ao contexto intelectual manauense, reclamava o autor: "Os inimigos residem pelas esquinas e café, a cretinizarem em comentários espúrios, a ideologia dos alcandorados espíritos cônscios, felizmente, do sacerdócio que abraçam [...]". Mas, logo em seguida, Monteiro se esforça por desfazer o desdém, lente com a qual, segundo o autor, se via a produção intelectual amazonense no sul do país:

> [...] conta atualmente o Amazonas com capacidades ainda verdes, mas promissoras. Digo, para desfazer logo, de cerce, a opinião vesga que da nossa *Kultur* fazem nossos irmãos do Sul, que o Amazonas, no quase olvido em que jaz, lutando por si só para vencer, divorciado do resto do Brasil, não é o que infelizmente se cogita lá fora: uma deslumbrante associação de florestas verdes e impérvias guardadas por

[828] RIBEIRO, João. Registro literário. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, p. 10, 20 jan. 1932.
[829] MONTEIRO, Mario Ypiranga. O movimento literário no Amazonas. *O Malho*, Rio de Janeiro, p. 8, 15 out. 1932.

> antropófagos bizarros e feras trogloditas, e de caudais gigantes, sem um traço de evolução social! Absolutamente! No Amazonas, sempre houve, e haverá sempre, grandezas, no homem como na terra! E os estúpidos assassinatos literários de alguns escritores nacionais e estrangeiros por nossos rincões nunca passeados, certamente receosos dos índios e das feras, vão muitíssimo além da capacidade apaixonada, da refinada mendacidade[830].

Daí em diante, Monteiro passa a destacar, apesar das dificuldades, o valor dos homens de letras do Amazonas, listando alguns deles, a começar por Arthur Reis:

> A Academia Amazonense de Letras [...] A nova plêiade enceta o trabalho da remodelação literária, luta pelo regionalismo, pela nacionalização da terra esquecida. Surge um novo dia. O horizonte mais visual tem almenaras subidas de promessas delirando na hilariedade de um sol mais quente. A mocidade desperta na gloriosa arrancada sangrenta de 12 de agosto de 1930, trocou a baioneta pela pena, e sonha, e anseia, e tende as mãos febris para colher as primícias que a árvore boa da gleba morena oferece [...] E marcha avante [...] Arthur Cézar Ferreira deu-nos a História do Amazonas, soberba hóstia pura para nossas almas descridas se avigoraram com a sua essência mística. E não modorra. O dealbar vem surpreende-lo nas suas elucubrações. Forja dois novos volumes[831].

Vê-se, assim, mais uma vez, como afirmado no capítulo anterior desta tese, o anseio dos intelectuais do norte de ocupar um lugar de destaque no mundo das letras e a importância de Arthur Reis, para boa parte do grupo de intelectuais amazonenses, na elevação do nome do mundo intelectual daquele estado nas paragens sulistas do país. Concluindo, Monteiro se esmera, novamente, por desfazer as representações depreciativas daquele estado na outra ponta "civilizada" do país:

> Todos nós [intelectuais amazonenses], sem exceção, visamos unicamente um ideal; mostrar que a Pátria dos Icamiabas, o berço de Ajuricaba, não domina o homem, mas que o homem é o dominador da selva bravia e das cachoeiras; que o homem amazônico é forte, mas que lhe falta, principalmente um sacerdócio: o das letras. Se o homem fosse instruído, a terra seria um eterno transbordar de fulguranças! O Amazonas seria um imenso lampadário sob cujo mágico claror o Brasil ia dormir!...[832]

Ao passo que os autores amazonenses reclamavam maior participação e reconhecimento do mundo intelectual nacional, o trabalho de Arthur Reis ia se fazendo conhecido, inclusive, com certa rapidez, pois uma obra que foi publicada em 1931, no tão distante torrão amazonense, distância que os próprios intelectuais do norte costumavam frisar, logo nos anos imediatamente posteriores ganhou visibilidade, sendo citada por diversos autores na imprensa de outros estados, de forma que Reis não tinha muito do que se queixar. Pode-se dizer que ele teve "Um início em grande estilo", conforme afirmei em dissertação de

[830] MONTEIRO, 1932, p. 8.
[831] MONTEIRO, 1932, p. 8.
[832] MONTEIRO, 1932, p. 8.

mestrado com base na análise da troca de correspondências do autor com intelectuais do Rio de Janeiro, de Manaus e de Belém, predominantemente.

Além de constar nos textos de João Ribeiro e Mario Ypiranga Monteiro, acima mencionados, a recepção de seu trabalho aparece em citações menores, mas não menos importantes, como a realizada por Joaquim Ribeiro no *Jornal do Brasil*, num texto que enaltece a importância dos historiadores que construíam as histórias locais:

> Mais do que histórias regionais, as histórias das cidades como núcleos de irradiação representam um papel decisivo no esclarecimento de nossa cultura histórica. Não há dúvida que essa orientação referente ao localismo de nossa história vem atendendo a atenção de uma plêiade de nossos historiadores. Citam-se nomes em grande número. Basta, todavia, lembrar alguns para comprovar a intensidade do movimento referido[833].

Entre os nomes dos historiadores citados, encontram-se Taunay e Arthur Reis. Dentre a extensa gama dos historiadores que, segundo Ribeiro, se dedicavam à história local, é relevante que ele tenha feito menção ao nome de Arthur Reis, demonstrativo da importância que seu trabalho já passava a ocupar no cenário intelectual do país.

E é o próprio Afonso Taunay, em artigo publicado no *Jornal do Comércio*, quem faz uso da obra inaugural do nosso autor para tratar do café na Amazônia colonial. Sobre o assunto, afirmou Taunay: "Na excelente *História do Amazonas*, por Arthur Cezar Ferreira Reis, obra **relativamente** digna de apreço, colhemos alguns dados, dos que foram coligidos com o maior afinco, pelo erudito autor, em diferentes pontos"[834]. Como se pode notar, a palavra negritada constitui um erro de digitação, corrigido por Taunay dias depois. O autor fez questão de publicar uma errata, na qual esclarecia que, em vez de relativamente, devia-se ler realmente, e ainda aproveitou para reiterar que tal erro foi cometido na abordagem referente à "*História do Amazonas* de meu distintíssimo confrade, Dr. Arthur Cezar Ferreira Reis, obra a que muito prezo"[835].

No *Diário de Pernambuco*, também há uma menção à *História do Amazonas*, referindo-a como obra "muito bem feita"[836]. E em *O Jornal*, Álvaro de Las Casas é quem faz um arrolamento de obras necessárias aos que quiserem conhecer mais "sobre as ubérrimas

---

[833] CAPÍTULOS inéditos da História do Brasil: o valor das histórias locais, a cultura histórica. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, p. 5, 18 ago. 1935.

[834] TAUNAY, Afonso. O café na Amazônia colonial. *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, p. 3, 21 abr. 1935. Grifo nosso.

[835] AFONSO d. E. Taunay. *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, p. 3, 5 maio 1935. A pesquisa de Karina Anhezini é importante referência acerca da historiografia praticada por Afonso Taunay. Cf. ANHEZINI, Karina. *Um metódico à brasileira*. A história da historiografia de Afonso de Taunay. São Paulo: Editora Unesp, 2012.

[836] UM INQUÉRITO sobre a decadência da literatura. *Diário de Pernambuco*, Rio de Janeiro, p. 2, 5 jul. 1936.

terras amazônicas", entre as quais também a *História do Amazonas*[837]. Já *O Imparcial* noticiou a publicação de outro livro de Reis, no final da década de 1930, momento em que o autor já residia em Belém:

> Depois de vários meses de pesquisa nos arquivos da Biblioteca do Pará, o historiador Arthur Cezar Ferreira concluiu seu livro intitulado "Paulistas na Amazônia". O livro vai impressionar, sobretudo pela cópia de documentos inéditos que o autor teve a fortuna de encontrar. Além desse trabalho, o historiador possui outros tantos inéditos, todos eles cheios de episódios desconhecidos[838].

Assim, foi possível verificar que a recepção da obra de Reis no ambiente letrado nacional se fez logo na primeira década de suas publicações. Portanto, o ingresso do autor no mundo dos historiadores em âmbito nacional se fez concomitantemente ao ocorrido em âmbito regional, elevado por meio de suas primeiras publicações, a *História do Amazonas* (1931) e, posteriormente, *Manaus e outras vilas* (1934). Daí por diante, Reis foi, progressivamente, alargando o reconhecimento do seu trabalho entre os seus pares e se consolidando como um importante intelectual brasileiro, que teve seu auge na década de 1960, como se verá mais adiante.

5.2 "O jovem e já ilustre historiador regional"

Em 1940, o nome de Arthur Reis apareceu mais incisivamente na imprensa, transitando por diversos periódicos do Rio de Janeiro e de São Paulo. Ocupou as páginas dos jornais de maior circulação, que atingiam o grande público em geral, como o *Jornal do Comércio*, o *Correio da Manhã*, o *Correio Paulistano*, bem como de revistas e outros periódicos mais especializados, direcionados a um público mais seleto, como a revista *Aspectos: mensário de ciências, letras e artes*, e o *Dom Casmurro*, um jornal semanal "dedicado às questões literárias e culturais e escrito por intelectuais"[839], que contava com Brício de Abreu na direção e Álvaro Moreyra na chefia de redação[840].

---

[837] LAS CASAS, Álvaro de. O Muirakitan. *O Jornal*, Rio de Janeiro, p. 3, 2 out. 1938.

[838] O BRASIL pelo telégrafo. Pará. *O Imparcial*, Maranhão, p. 5, 2 ago. 1939. Grifo do autor.

[839] LUCA, Tania Regina de. Brício de Abreu e o Jornal literário Dom Casmurro. *Varia História*, Belo Horizonte, v. 29, n. 49, p. 277-301, jan./abr. 2013.

[840] Luís Leopoldo Brício de Abreu (1903-1970) foi um jornalista gaúcho radicado no Rio de Janeiro que trabalhou intensamente na imprensa, tendo colaborado em periódicos como *O País*, *Boa Noite*, *A Razão*, *A Tribuna*, entre outros. Foi autor de obras literárias e biográficas e tradutor de várias peças de teatro, além de ter trabalhado no rádio e na televisão. E Álvaro Maria da Soledade Pinto da Fonseca Velhinho Rodrigues Moreira da Silva (1888-1964), também gaúcho e radicado no Rio de Janeiro, cursou Direito e desenvolveu importantes trabalhos na imprensa escrita e no rádio. Em 1959, foi eleito para a Academia Brasileira de Letras. Sobre ambos, cf. LUCA, 2013.

De pequenas notas a textos mais densos que faziam referência a Arthur Reis, assinados por Sérgio Buarque de Holanda, Gilberto Freyre e Nelson Werneck Sodré, entre outros, o que importa frisar é que o nome do amazonense se espraiava pelo centro político-econômico-cultural do país, garantindo um espaço na vida pública nacional.

Com vistas a prosseguir na compreensão da projeção do autor para além de sua terra natal, inicio a análise por um interessante texto de Sérgio Buarque de Holanda, que endossava o trabalho de Arthur Reis na coluna *Vida literária* do *Diário de Notícias*. O texto extenso, que ocupou quase um terço da página do jornal, intitulado *Amazônia*, além de tecer elogios a Reis e também de reproduzir seu discurso, apresenta questões importantes que merecem aqui um aparte.

Holanda inicia o texto atestando que falar de Amazônia ainda era associá-la aos dicotômicos adjetivos com os quais a região foi representada nas crônicas e narrativas do passado, onde ora era denominada de paraíso, ora taxada de inferno verde. Nesse sentido, afirma o autor: "A Amazônia conserva até hoje o prestígio de certos mundos remotos, cuja simples evocação é um estímulo para a fantasia. Sua realidade não nos parece ainda bem presente e a sedução particular que ela exerce sobre muitos espíritos aproxima-se das terras de sonho e de lenda[841]". Expressões exageradas, "cheia de exclamações, de ataccatos", seguindo os modos de Euclides da Cunha, eram ainda a tônica daqueles que se propunham a escrever sobre a região:

> Não se escreve ainda com naturalidade sobre a Amazônia, sinal de que ainda não se pensa nela com naturalidade. E semelhante atitude não é simples apanágio de escritores e literatos, ela reflete um pouco o embaraço com que os próprios homens públicos, os sociólogos, os economistas, os publicistas, encaram tradicionalmente o problema amazônico, que é, em resumo, o da integração de um mundo equatorial em nossos padrões de civilização e cultura[842].

Com isso, Holanda passa a discutir um tema que foi caro a Arthur Reis: a integração da região ao Brasil pela via do desenvolvimento econômico. O autor opta por iniciar o debate pelas condições geográficas da Amazônia, o que provocava entre diversos autores posições opostas. Para uns, o clima amazônico não era propício ao povoamento, enquanto outros se mostravam convictos de que a afirmação contrária era verdadeira:

> Contra as opiniões de um Huntington, por exemplo, que sustenta a ideia de que os engaces temperados são os apropriados para o homem – e chega a fixar as regiões onde predominam esses climas excelentes – não falta quem, como Penck, acredite que precisamente as zonas tórridas oferecem condições de vida verdadeiramente privilegiadas para a espécie humana[843].

---

[841] HOLANDA, Sérgio Buarque de. Amazônia. *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, 5 jan. 1941. Terceira Seção, p. 13.
[842] HOLANDA, 1941, p. 13.
[843] HOLANDA, 1941, p. 13.

Conforme Penck, prossegue Holanda, as regiões tropicais seriam, no futuro, as de maior densidade demográfica. Só o Brasil teria condições de suportar uma população trinta vezes maior do que constava dos seus censos naqueles dias. Nesse sentido, Holanda recorre à esperança nos desenvolvimentos técnicos, bem como no desenvolvimento da medicina, a fim de que se extinguisse por completo o conceito de que o clima dos trópicos não comportava a civilização.

> Se tal conceito fosse válido, a Amazônia especialmente estaria fadada a comportar-se com relação a outras regiões brasileiras mais ou menos como as colônias tropicais com relação às suas metrópoles europeias. Teria que conformar-se com uma cultura puramente reflexa, permanecendo, na melhor hipótese, uma espécie de feitoria imensa, destinada aos serviços dos habitantes de outras terras menos opulentas, porém mais ditosas[844].

Note-se que, de forma polida, Holanda deixa transparecer como via o mundo amazônico naquele período. Suas palavras, transcritas acima, apesar de dirigidas ao futuro, estavam mesmo fazendo referência ao modo como a região era representada naqueles tempos, uma região inóspita que vivia à margem do centro econômico, político e cultural do país. Era essa situação que Getúlio Vargas se propôs a modificar e que era, há mais tempo ainda, meta de vida para Arthur Reis. Como se vê, Holanda também era partidário do lema "Conquistar a terra, dominar a água, sujeitar a floresta", pois, consoante pensava,

> Para evitar essa contingência [isto é, o atraso da região] serão precisos, sem dúvida, rudes trabalhos. A civilização não se implantará ali sem desfigurar a terra. Quase tudo que hoje nos parece verdadeiramente amazônico, há de ser repelido. Aniquilado. As florestas disciplinadas e corrigidas, as árvores replantadas, como nos seringais melancólicos da concessão Ford, deixarão, talvez, apenas uma lembrança longínqua da celebrada Hileia de Humboldt. E será mais uma paisagem perdida para a poesia[845].

Holanda se apropria da então recente publicação de Reis, *A política de Portugal no Vale Amazônico*, ratificando várias temáticas discutidas pelo autor amazonense, inclusive aquela da defesa do colonizador português.

> O estudo do passado, dos sucessivos esforços empreendidos pelo colonizador português para conformar esse mundo primordial às suas tradições, à sua economia, à sua política, aos seus costumes, não é inútil para os que procurem considerar o problema com lúcido equilíbrio. A esse estudo, convida-nos um livro recente, onde *o sr. Arthur Cezar Ferreira Reis atesta ainda uma vez seus extensos e profundos conhecimentos da história amazônica*. A atitude de Portugal com relação a essa parte de suas possessões americanas revela desde o início uma diligência toda particular, o cuidado de atender as necessidades próprias da região, inconfundíveis com as do resto do Brasil. Tendo provado à Europa que as terras tropicais são habitáveis, os portugueses esforçaram-se por demonstrar que as mesmas terras são, além disso, acessíveis a uma colonização sistemática e bem dirigida[846].

---

[844] HOLANDA, 1941, p. 13.
[845] HOLANDA, 1941, p. 13.
[846] HOLANDA, 1941, p. 13**,** grifo nosso.

Holanda afirma que a história da região amazônica, ainda que superficialmente guardasse algumas semelhanças com a história de outros pontos do país, carregava elementos que lhe garantiam certa peculiaridade, justificativa suficiente para que fosse examinada à parte. Discorrendo sobre as diferenças e semelhanças entre a história amazônica e a das demais regiões brasileiras, o autor menciona a expansão para o Oeste, que trazia à lembrança a saga dos bandeirantes. Tal como estes, os mamelucos paraenses se moviam pela necessidade de adentrar os sertões em busca do braço indígena para o trabalho. As diferenças entre o desbravamento realizado pelos bandeirantes paulistas e pelos mamelucos paraenses ficavam por conta de que esses últimos, ao contrário dos primeiros, não eram aterrorizados pela presença dos espanhóis, visto que foi a própria Espanha quem incentivou o desbravamento dos sertões amazônicos pelos portugueses, quando Portugal e Espanha viviam sob a União Ibérica, reitera Holanda, valendo-se de uma longa citação do recém-lançado trabalho de Reis.

A posse da Amazônia pelos portugueses durante a União Ibérica se deu, no entanto, sob suspeição, visto que o Tratado de Tordesilhas assegurava aquela região aos domínios da Espanha, "e mais a cobiça de outras nações estrangeiras explica o zelo meticuloso que puseram sempre os portugueses em defender esse patrimônio por todas as formas. De onde também o caráter militar que assumiu desde cedo sua ocupação do vale"[847]. Vê-se que, aí, Holanda assumia o discurso de Reis. A Amazônia cobiçada fora bravamente defendida pelos portugueses: "A essa colonização de cunho militar correspondia o esforço diligente do governo para dirigir de perto a política e a economia da região. A ação da Corte Portuguesa foi aqui mais visível, mais imediata, mais atenta do que em outros pontos do Brasil"[848]. Daí em diante, Holanda caminha para o final do seu texto assumindo *ipsis litteris* o discurso de Reis:

> Nada se realizou no campo da produção que não tivesse sido controlado, orientado pelo Estado. A produção se fazia sob a fiscalização e sob a direção do Estado. A fase das Companhias, rápida, não vale como desmentido. Porque essas companhias, assistidas, patrocinadas pelo Estado, apenas realizavam, como era do sistema português, por delegação de poderes. E essa mesma sempre assistida, examinada pelo Estado. A sinopse cronológica da legislação lusitana que o autor organizou para este volume é um espelho do esforço sempre atento às circunstâncias, jamais apressado, com que os portugueses tentaram a incorporação política e econômica do vale amazônico ao seu vasto império[849].

[847] HOLANDA, 1941, p. 13.
[848] HOLANDA, 1941, p. 13.
[849] REIS, Arthur Cezar Ferreira. A política de Portugal no vale amazônico. p. 109 apud HOLANDA, 1941, p. 13.

Holanda concorda tanto com o modelo português defendido por Reis quanto com a tese da Amazônia como área cobiçada. O Arthur Reis que aparecia sob as lentes de Holanda não representava qualquer suspeição, pelo contrário, ele se fez sob encômios do início ao fim.

Em 16 de janeiro de 1941, Gilberto Freyre publicou um texto no *Correio da Manhã* também bastante importante para a análise aqui proposta. O tema era latifúndio e escravidão. Para Freyre, o sistema econômico baseado no latifúndio, na monocultura e na escravidão, além do predomínio do regime patriarcal, foi uma marca geral da história do Brasil, assim na Colônia como no Império. Portanto, não eram características típicas de uma ou outra região, pelo contrário, era situação corrente em todo o país. A despeito das diferenças regionais, essas características em comum marcam as semelhanças, indo do extremo sul ao extremo norte:

> [...] o vasto extremo norte que a eloquência amiga das generalizações bonitas e enfáticas, enganadas pelo quase nenhum estudo do passado do Brasil setentrional, chegou a afirmar que era uma região "sem história". Quando essa história existe; e não à parte, mas dentro do formidável esforço, a princípio português, depois luso-brasileiro, criador, na América meridional, de uma organização de sociedade e de cultura que, nos seus traços essenciais, se apresenta mais cheia de semelhanças do que de contrastes [...] São precisamente essas semelhanças – ao lado, é claro, das diferenças regionais – que as recentes pesquisas, nos arquivos do Pará e do Amazonas – das quais se salientam as do *jovem e já ilustre historiador regional, sr. Arthur Reis* – vão revelando[850].

Duas questões a destacar: em primeiro lugar, o reclamo de Freyre quanto à quase inexistência de estudos históricos sobre o extremo norte. Talvez da constatação dessa ausência de trabalhos sobre a região, que se fazia generalizada entre os intelectuais brasileiros, advenha tamanho prestígio de Reis, ainda em início de carreira, a contar como figura importante no empreendimento de escrita sobre uma região tachada de ser "sem história". Em segundo lugar, Freyre – diferentemente de Holanda, que, inclusive, fez amplo uso de citações de Reis – não especifica a qual texto do autor amazonense está fazendo referência, engendrando afirmações um pouco mais genéricas:

> O governo português – vê-se pelos estudos do sr. Arthur Reis – seguiu no Amazonas um critério nitidamente regional de política colonial. Mas mesmo assim a região amazônica foi atingida pelas tendências gerais de economia e de cultura, desenvolvidas noutras regiões do Brasil pelo patriarcalismo escravocrata.

Freyre não discute em pormenores a questão da escravidão, não diferenciando assim a escravidão indígena da escravidão negra. De acordo com Reis, essa última não teve grande alcance na Amazônia. Entretanto, o que importa frisar para os objetivos desta pesquisa é a

---

[850] FREYRE, Gilberto. Latifúndio e escravidão. *Correio da Manhã,* Rio de Janeiro, p. 4, 16 jan. 1941. Grifo nosso.

garbosa expressão com a qual Freyre adjetiva Arthur Reis: jovem e já ilustre historiador regional. É dessa forma que Reis vai aparecendo para o Brasil sob os auspícios de Freyre.

No mesmo dia do texto de Freyre, publicado no *Correio da Manhã* do Rio de Janeiro, Nelson Werneck Sodré publicou uma interessante crítica a ele na sua coluna, intitulada "Livros novos", no *Correio Paulistano.* Nela, Sodré tece diversos elogios ao recém-lançado *A política de Portugal no Vale Amazônico:*

> Confesso que foi com descrença que abri este livro. Tal atitude, porém, foi curta. Desde logo o seu valor ficou comprovado pela leitura das primeiras páginas. E não tenho dúvidas em afirmar que *se trata de um dos estudos mais bem feitos e mais valiosos que tivemos nesses últimos tempos*, revelando cuidado na pesquisa, segurança na análise dos acontecimentos, uma cultura arejada e larga, capaz de possibilitar indagações e conclusões como as que aqui vêm impressas. Não se trata, apenas, como afirma o autor, de uma "tentativa de interpretação". Muito mais do que isso, porque aduz novos motivos e expõe com clareza e exatidão o problema. Nem se diga que só uma de suas faces aparece, aquela que se fundamenta no aspecto político. Porque aqui surgem os motivos econômicos. E os aspectos sociais destacam-se, pela obra toda, mormente no que diz respeito à miscigenação, em que a antropologia social encontra, hoje, um poderoso fundamento. Todos os lances do problema amazônico, como o encarou o português, aqui aparecem com nitidez. O autor soube pesquisar em livros e arquivos, e soube, melhor do que isso, dissociar opiniões e hipóteses, para estabelecer os rumos mais consentâneos com a verdade. Note-se que o livro está escrito com a largueza de panoramas e com a simplicidade de expressão que guardam o verdadeiro valor. *Não tenho dúvidas em apontá-lo como um dos mais interessantes e bem fundamentados e valiosos estudos dos que tem aparecido, entre nós, nos últimos tempos*[851].

Quem faz essa crítica ao livro de Reis é o ainda jovem Sodré, aos 30 anos de idade. À época, era autor somente do seu primeiro livro, *História da literatura brasileira*, publicado em 1938, período no qual se ancorava no materialismo vulgar, bebendo em autores como Haecckel e Buchner. Nesse período, Sodré possuía um conhecimento superficial do materialismo histórico. Foi o ele próprio quem mais tarde reconheceu "quão fracos eram ainda [seus] conhecimentos de materialismo histórico e de dialética marxista [...]"[852]. Foi somente na terceira edição da sua primeira obra, tornada pública em 1960, que realizou consideráveis mudanças. Nesta, diferentemente da primeira edição, explicita claramente sua dívida ao materialismo, enquanto na primeira não deixava às claras o uso desse referencial teórico[853].

De qualquer modo, independentemente da aproximação mais contundente ou não com o marxismo, intensificada ao longo da carreira de Sodré, o que importa ressaltar é o grande

---

[851] SODRÉ, Nelson Werneck. Livros novos: mundo português. *Correio Paulistano*, São Paulo, p. 6, 16 jan. 1941. Grifo nosso.

[852] SODRÉ, Nelson Werneck. *Em defesa da cultura*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988. p. 273 apud RODRIGUES, Alexandre Manuel Esteves. História e literatura em Nelson Weneck Sodré. *Intellèctus*, Rio de Janeiro, ano 9, n. 2, p. 4, 2010.

[853] Cf. RODRIGUES, 2010.

distanciamento teórico que o separava de Arthur Reis, o que não se apresentou como um impeditivo para referendar o amazonense nas páginas do jornal paulista, demonstrando que Arthur Reis e sua temática amazônica agradavam autores de diferentes tendências teóricas.

Tanto o Sodré que não tinha, ainda, um aprofundamento teórico consistente na opção teórica que viria, mais tarde, a defini-lo, quanto o Sodré mais maduro nessa mesma corrente teórica, indicaram Arthur Reis como bibliografia importante em *O que se deve ler para conhecer o Brasil.* Assim, na primeira edição do referido livro, em 1945, o intelectual amazonense já aparece como autor importante aos interessados em conhecer o Brasil. Embora a análise aqui privilegie as representações de Reis nos jornais, vale a pena um aparte, sobre a opinião de Sodré acerca do nosso autor na sua primeira edição do citado livro:

> Arthur Cezar Ferreira Reis é, certamente, nos nossos dias, o maior conhecedor da história amazônica, diferenciada, por muitos motivos, daquela que se desenvolveu no resto da extensão geográfica brasileira. Em seu trabalho soube dar destaque à ação das missões religiosas, que tiveram papel de primeira ordem na conquista e povoamento do vale, como aos grupos lusos que aí desenvolveram uma tarefa formidável, compondo uma história cheia de peculiaridades, que deve mesmo ser estudada longe das generalizações dos que se ocupam daquela que se processou no núcleo geográfico da nacionalidade. Pesquisador exato e criterioso, o autor expõe com segurança. Possui uma sinopse de legislação econômica e anexa cópias de documentos. A obra é interessante por muitos motivos, além daqueles que determinou a indicação nesta seção[854].

Sodré se referia ao livro *A política de Portugal no Vale Amazônico*, publicado por Reis em 1940, a ser lido por aqueles interessados em conhecer mais sobre a "expansão do povoamento" no Brasil. Em outra seção, sobre "Os jesuítas no Estado do Maranhão", Sodré volta a indicar a mesma obra de Arthur Reis, "que embora não dedicada diretamente à questão [...] serve como fonte, pelas ligações que estabelece e pela sua compreensão de problemas fundamentais da Amazônia [...][855].

Na terceira edição do citado livro de Sodré, em 1967, portanto, nos anos iniciais do governo militar, este mantém a indicação de Arthur Reis como leitura obrigatória. Primeiro, no mesmo tópico sobre a expansão geográfica do Brasil e mantendo o mesmo livro de Reis, sobre o qual afirma:

> Trata-se de um estudo sobre os métodos seguidos pela Metrópole para povoar a área amazônica, e dos resultados alcançados. Com um rigor histórico digno de apreço, Ferreira Reis mostra todos os aspectos da política portuguesa no grande vale, e

[854] SODRÉ, Nelson Werneck. *O que se deve ler para conhecer o Brasil*. Rio de Janeiro: Compahia Editora Leitura, 1945. p. 65.
[855] SODRÉ, 1945, p. 94.

> como lhe foi possível manter a posse de região tão extensa e tão fracamente povoada[856].

Mais à frente, no item "Conquista do sertão", Sodré torna a indicar Arthur Reis, mas desta feita a seleção recai sobre os livros *Síntese da história do Pará* e *História do Amazonas*. Sobre o primeiro, afirmou o autor: "Numa síntese precisa, Ferreira Reis mostra como os portugueses se estabeleceram em Belém e dali penetraram o vale amazônico, pela atividade das missões religiosas [...]. E sobre o segundo, asseverou: "Do mesmo modo, o historiador amazonense aprecia a conquista da Capitania de São José do Rio Negro, desde os primeiros tempos [...]"[857].

E ainda, na sexta edição do mesmo livro de Sodré, publicada em 1988, ele mantém a indicação de Reis. Na primeira indicação, a citação permanece a mesma já referida acima, utilizada na terceira edição. Mais à frente, Sodré indica o livro *Limites e demarcações da Amazônia*, na seção "O Território", sobre ele fazendo a seguinte afirmação: "Ferreira Reis, especialista em história amazônica, estuda em detalhes os problemas de fronteiras da referida área, situando precisamente os trabalhos diplomáticos e os de demarcação, é estudo cuja importância histórica se equipara à importância geográfica"[858].

Conforme se pôde observar, da década de 1940 a 1980, o apreço de Sodré pelas obras de Reis permaneceu o mesmo, embora este tivesse sido um apoiador do governo militar, governo esse responsável pelo exílio de muitos intelectuais, dentre eles o próprio Sodré, que teve ainda seus direitos políticos cassados e chegou mesmo a ser preso. Portanto, a despeito das opções teóricas e políticas de Reis e Sodré serem divergentes, o apreço deste pela obra produzida pelo autor amazonense se manteve ao longo do tempo.

De volta aos jornais, outro artigo sobre Arthur Reis digno de nota, ainda do início da década de 1940, é o de Luís da Câmara Cascudo, sob o título *Lobo d'Almada, cidadão da Amazônia,* fazendo referência a *Lobo d'Almada: um estadista colonial*, livro publicado por Reis em 1940. No texto, Cascudo discorre acerca do personagem que deu título à obra, capitão "de nobres antecedentes e renome", responsável por comandar a fortaleza de Gurupá, contribuindo decisivamente na "defesa do domínio nos extremos do setentrião"[859]. Conforme o autor, os trinta anos nos quais Almada prestou serviços na Amazônia

---

[856] SODRÉ, Nelson Werneck. *O que se deve ler para conhecer o Brasil*. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1967. p. 93.
[857] SODRÉ, 1967, p. 105.
[858] SODRÉ, 1988b. P. 281.
[859] CASCUDO, Luís da Câmara. Lobo D'Almada, cidadão da Amazônia. *Jornal do Commércio,* Rio de Janeiro, p. 4, 27 abr. 1941.

> foram maravilhosamente de entusiasmo criador, de confiança realizadora, de previsão administrativa. Por todos os departamentos Lobo D'Almada firma os vestígios de uma energia contínua, ininterrupta e coerente. É um fixador demográfico, um semeador de esperanças [...] Dentro da Capitania do Rio Negro, Lobo D'Almada constrói o Estado do Amazonas em suas linhas mestras equacionando os problemas com uma intuição aguda [...] Não há nesse soldado legítimo nenhum ato de violência ilógica ou de megalomania governamental. Sério, infatigável, ríspido, disciplinador, caminha num passo ágil e certo, numa mesma direção, inflexível e certa... [...] O crime de Lobo D'Almada era trabalhar e obrigar que os outros trabalhassem.

Os louvores ao capitão não param por aí, Cascudo lançou mão de mais uma infinidade de elogios, narrativa que se apoiou unicamente no trabalho de Arthur Reis, afirmando que foi esse autor, nos 154 documentos reunidos em livro, que trouxe à tona tão ilustre personalidade, "com seu heroísmo diário, sua firmeza moral, sua fidelidade patriótica".

> É essa figura sugestiva de alegria animadora, de alcance social, de dedução econômica, esse colonial da classe do inglês Cromer ou do Francês Liautey, que o sr. Arthur Reis ressuscitou, com pesquisas, amor e paciência, reunindo a esparsa multidão das pedras para o justo monumento à sua glória serena, humana e brasileira. Pode o historiador Arthur Reis orgulhar-se de haver construído, com inteligência de homem, o propósito da mocidade grata. O brigadeiro Manuel da Gama Lobo D'Almada está vivo, batendo às portas da nossa gratidão nacional, alto e nobre de dedicação e de sacrifícios pela amada terra do Brasil.

Dos textos até aqui analisados, o de Cascudo se fez numa perspectiva ainda mais lisonjeira que a dos demais autores, talvez porque tivesse uma relação mais próxima com Reis. Ambos trocavam correspondências desde a década de 1930, e o livro *Lobo d'Almada: um estadista colonial* foi dedicado a Cascudo.

Ao menos duas questões acerca dos textos de Sodré, Holanda, Freyre e Cascudo merecem ser observadas. Em primeiro lugar, a celeridade com que as ideias de Reis chegaram a esses autores. Reis, a essa altura, residia em Belém e por lá publicou seus livros desse período. Entretanto, numa velocidade considerável, eles atravessaram o país e chegaram às mãos de já consagrados intelectuais, que se demonstraram entusiasmados com a novidade que representavam as produções do autor amazonense. A novidade era tamanha que os quatro autores se apressaram em oferecê-las a público, numa demonstração de que o autor e a temática, objeto do seu trabalho, eram uma importante contribuição para a historiografia brasileira. Em segundo lugar, é importante destacar o modo como os autores reproduziram os discursos de Reis, referendando suas ideias mediante a opinião pública. Quando autores consagrados acolhem em suas redes de sociabilidade um novo membro e o trazem a público de forma positiva, dificilmente outros se atreverão a contestá-los. Ressalte-se, ainda, que como já tratado no capítulo primeiro desta tese, o período no qual Reis despontou como autor correspondeu à época dos planos varguistas para a Amazônia, motivo que manteve a temática

no interesse do país e, certamente, contribuiu para que o intelectual amazonense fosse igualmente foco dos interesses de políticos e intelectuais. Dessa forma, as representações de Arthur Reis que despontavam para o Brasil por meio das páginas de importantes periódicos, em sua maioria de publicação diária, eram a de um jovem, competente e apaixonado historiador. Ele já surgia para o país autorizado por consagrados intelectuais.

Um contraponto à leitura desses três autores foi o texto de Virgílio Correa Filho, publicado no *Jornal do Comércio* sob o título *Na Amazônia colonial*. Neste, o autor inicia lembrando que, em desacordo com o que ocorreu na extremidade meridional, a Espanha não impôs nenhum impeditivo a Portugal na conquista da região setentrional. "Na Amazônia, ao revés, a atuação colonizadora seria fomentada pela própria Espanha, que se valia da pugnacidade dos portugueses para expelir os invasores que arvorassem bandeiras francesas, britânicas ou holandesas"[860]. Apesar de, aparentemente, Correa Filho estar de pleno acordo com as ideias de Reis, diferente deste, no desenvolvimento do texto, afirmou que "a soberania portuguesa soçobrava à míngua de varões coroados, mas o trono espanhol se encarregava de expulsar os adventícios"[861]. Ele ainda atribuiu a conquista da região à "colaboração amistosa dos governantes espanhóis e militares lusitanos"[862]. Embora Reis também faça breve menção à ação conjunta entre a Espanha e Portugal, isso ocorreu apenas uma vez ao longo da narrativa de 164 páginas[863], enquanto a ênfase recaía na assertividade de Portugal, pois "os portugueses [...] moviam-se obedecendo a Madri. Mas, na realidade, Portugal é que ditava as atitudes"[864].

Ao final da União Ibérica, segundo Correa Filho, o governo português havia se munido de importantes informações "acerca da região portentosa, além de suficientes pontos de apoio para futuros empreendimentos, em que perseveraria com decisão, como lembrou ainda há pouco, Arthur C. F. Reis, em dois volumes indicativos de pesquisas aturadas". O autor se referia aos dois novos trabalhos de Reis, *A política de Portugal no Vale Amazônico* e *Lobo d'Almada: um estadista colonial*. Com base nesse último, boa parte do texto de Virgílio Correa fora dedicado a tratar das empreitadas de Almada na Amazônia. Na conclusão, destaca a morte do estadista que "a posteridade, porém, não tardou de fazer-lhe a devida justiça, como provou A. Reis em cuidadoso ensaio repassado de admirativa simpatia". O texto de Correa Filho, dessa forma, se apresentou um pouco mais comedido. Nem os elogios a d'Almada ou

[860] CORRÊA FILHO, Virgílio. Na Amazônia colonial. *Jornal do Commércio*, Rio de Janeiro, p. 4, 6 jul. 1941.
[861] CORRÊA FILHO, 1941, p. 4.
[862] CORRÊA FILHO, 1941, p. 4.
[863] REIS, 1940a, p. 23.
[864] REIS, 1940a, p. 7.

aos portugueses se fizeram, no que se configuraria como reprodução do discurso de Arthur Reis, nem os elogios a este foram feitos com muita intensidade, embora isso não diminua o fato de Correa Filho ter citado Reis por duas vezes ao longo do artigo. No entanto, destoando dos demais autores até aqui apresentados, o seu texto não se fez na perspectiva demasiadamente louvaminheira, como se pode notar na leitura dos outros autores.

O mesmo não pode ser dito do texto de Nuto Sant'Anna, publicado em 1941, onde ele anunciava outro livro de Reis, assim como os demais até aqui mencionados, publicados em 1940. Trata-se de *D. Romualdo de Souza Coelho: escorço biográfico.* O autor apresenta Arthur Reis como "um dos mais operosos historiadores contemporâneos do norte do país"[865]. Após citar as funções intelectuais ocupadas por Reis, "catedrático da Faculdade de Direito em Manaus, Secretário Perpétuo do Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas, membro dos Institutos Históricos Brasileiro e do Pará, do Instituto Heráldico Genealógico e da Academia Paraense de Letras", Sant'Anna observa: "é um nome que se impõe ainda pelo grande número de obras que, desde 1931, vem publicando com inteiro êxito"[866]. Vê-se que os seis livros publicados por Reis entre 1931 e 1940 causavam certa euforia entre os intelectuais naqueles dias.

Após a apresentação de Reis, Sant'Anna discorre sobre a obra no estilo de reprodução de discurso, que vai colocando a público o viés historiográfico de Arthur Reis. Sant'Anna afirma que a obra em destaque trazia "fatos ocorridos no setentrião" e que se tratava de um trabalho que se assentava em "documentação varia e abundante"[867]. A partir daí, o autor passa a citar o próprio Reis na intenção de introduzir o público na leitura de *D. Romualdo,* que

> Foi uma dessas criaturas que passaram pela vida espargindo bondade, comunicando virtudes, realizando catequese. Justo, generoso, manso, humilde, em sua vida não há episódios dramáticos. D. Romualdo não foi como aqueles sacerdotes militares dos dias iniciais do Brasil [...]. Nada disso, sereno tentando criar a família eclesiástica do vale à feição dos homens que sacrificaram os entusiasmos de mocidade para dar qualquer coisa de felicidade aos desvalidos da terra, padeceu insultos, bebeu o cálice da amargura. Mas lutou. Sem esgrimir espadas, sem armaduras que não fossem piedade, amor ao próximo, ideal cristão. [...] Sua obra não foi irradiada para o Brasil. A nação ignorou-o. D. Romualdo vivera sua vida para Deus e para a Amazônia [...][868].

À exceção de Correa Filho, os demais autores se encarregaram de divulgar o trabalho de Reis mantendo a mesma intenção laudatória tanto do autor amazonense quanto de suas ideias. Nesses moldes ia sendo construído o Arthur Reis autor, historiador, que se propunha a

---

[865] SANT'ANNA, Nuto. Livros novos. *Correio Paulistano*, São Paulo, p. 6, 30 out. 1941.
[866] SANT'ANNA, 1941, p. 6.
[867] SANT'ANNA, 1941, p. 6.
[868] SANT'ANNA, 1941, p. 6.

compor o panteão de heróis relativos à historiografia amazônica desde a publicação de sua primeira obra, em 1931.

Outros textos também colaboraram para essa construção, ainda referentes à primeira metade da década de 1940. Textos menores, com objetivo de informação mais direta, mas que certamente auxiliaram na elaboração coletiva das representações sobre Reis, como o publicado tanto pelo *Jornal do Comércio* quanto pelo jornal *A Manhã*, que davam notícia dos acontecimentos ocorridos na sessão do dia 14 de agosto de 1941 na Academia Brasileira de Letras, sessão na qual Serafim Leite apresentou

> três obras que lhe trouxe e lhe manda do Norte, o Sr. Arthur Reis, notável historiador amazonense: "Lobo d'Almada", "D. Romualdo de Souza Coelho" e "A política de Portugal no vale amazônico", livros em que trata com proficiência e objetividade daquela imensa região, cuja história ainda está no berço, mas que se irá tornando adulta e grande, à proporção que se for conhecendo melhor a conquista temporal e espiritual da Amazônia para a comunidade pátria. Estes livros do Sr. Arthur Reis são excelentes contribuições para esse conhecimento[869].

A destacar, além do elogio a Reis, que já ia se tornando costumeiro entre boa parte dos intelectuais, a afirmação de que a escrita da história da região estava em estágio inicial, para a qual muito contribuía o trabalho do autor amazonense. Situação, como já afirmei anteriormente, que muito pode ter colaborado para a boa recepção do trabalho de Arthur Reis.

Na seção *Notícias dos Estados*, o *Diário de Notícias* também deu uma pequena, mas importante nota sobre o trabalho de Reis:

> O conhecido historiador paraense Arthur Cezar Ferreira Reis acaba de publicar um livro condicionado ao título "A política de Portugal no Vale Amazônico". Trata-se de um trabalho desapaixonado do que foi a colonização lusitana na Amazônia, com dados até hoje inéditos extraídos dos arquivos da Biblioteca do Pará, onde o escritor, há mais de um ano, vinha fazendo importante pesquisa[870].

Ainda seguindo as pequenas notas publicadas sobre o trabalho de Reis, tem-se a divulgada na seção *Movimento da atualidade literária*, assinada por Océlio de Medeiros, onde o autor afirma ter feito uma análise comparativa entre o livro *Belém do Pará*, de Jorge Hurley, e *A política de Portugal no Vale Amazônico*, de Arthur Reis, concluindo que ambos os estudos fazem uso das mesmas fontes, portanto ambos são "nitidamente minuciosos", e com apurado "senso de pesquisa" estabelecem "uma das maiores exaltações ao gênio português na dominação do lendário caudal e conquista da portentosa planície"[871].

---

[869] ACADEMIA Brasileira. *Jornal do Commércio*, Rio de Janeiro, p. 8, 17 ago. 1941a; ACADEMIA Brasileira. *A Manhã*. Rio de Janeiro, p. 2, 17 ago. 1941b. Grifo do autor.

[870] COLONIZAÇÃO lusitana na Amazônia. *Diário de Notícias*, p. 5, Rio de Janeiro, 25 fev. 1940.

[871] MEDEIROS, Océlio de. Belém do Pará sob o domínio português. *Dom Casmurro*, Rio de Janeiro, p. 6, 28 mar. 1942.

Há que se destacar também um artigo de autoria de Arthur Reis publicado em 1944, no jornal *A Manhã*, sob o título *Retratos de Belém*[872]. O texto em questão não será objeto de análise no presente trabalho. A referência se faz unicamente na intenção de demonstrar como o autor foi ganhando espaço na imprensa da capital federal.

As publicações em periódicos especializados do Rio de Janeiro, por outro lado, também foram se tornando uma constante na rotina intelectual de Arthur Reis já no início dos anos 1940. Da *Revista do IHGB*, passando pela *Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional* à revista *Boletim Geográfico*, da Sociedade Brasileira de Geografia, os trabalhos de Reis foram se tornando presença constante nos círculos intelectuais do centro-sul do país. Referendadas por intelectuais, as páginas dos jornais proporcionaram ao autor amazonense visibilidade perante o grande público e a classe política, que em pouco tempo o arregimentou para serviços administrativos.

A primeira metade da década de 1940, portanto, marca o principiar de sua consagração, que já despontaria com força na segunda metade dessa mesma década, a contar por um texto de Gilberto Freyre publicado no *Diário Carioca* em que ele atribui a Reis o adjetivo de "mestre nos estudos de história amazônica"[873]. Freyre discorria na ocasião sobre *Outros aspectos da história do Amazonas*, e citou, além de Reis, outros autores amazônidas, entre eles Nunes Pereira, estudioso de "alguns dos grupos mais esquecidos das populações do Amazonas [...] a quem pode faltar às vezes pachorra científica, nunca, porém, entusiasmo, fervor e gosto pelo contato com as fontes de estudo"[874]. No mesmo intuito, lembrou ainda de "todo um grupo de amazonenses e paraenses jovens [...] voltados para os problemas de ecologia humana daquela área [...]"[875]. Mas, como se pode notar, a Arthur Reis coube o mais enaltecedor entre os adjetivos.

Aliás, o contato de Freyre com os intelectuais do norte vinha de pelo menos dois anos. Quando do seu retorno de uma viagem aos Estados Unidos, em 1944, passou por Belém, onde foi homenageado pelos *Diários Associados*, contando com a participação dos intelectuais locais, entre os quais Arthur Reis e Nunes Pereira. O correspondente do jornal *O Imparcial* fez a cobertura do evento e, em conversa com Freyre, este teria informado que sua viagem aos Estados Unidos tinha como objetivo atender a um convite da Universidade Indiana, onde ministrou várias conferências, e que deixou na biblioteca de lá, "após ter lido [...] algumas

[872] REIS, Arthur Cezar Ferreira. Retratos de Belém. *A Manhã*, Rio de Janeiro, p. 4, 29 jul. 1944b.
[873] FREYRE, Gilberto. Outros aspectos da história do Amazonas. *Diário Carioca*, Rio de Janeiro, p. 4, 15 dez. 1946.
[874] FREYRE, 1946, p. 4.
[875] FREYRE, 1946, p. 4.

obras de escritores paraenses ou ligados a este Estado, as quais divulguei com alegria"[876], alguns livros, e entre eles constavam trabalhos de Arthur Reis. Disse ainda que provavelmente no início do próximo ano fosse realizar conferências em Belém: "Esse é um antigo compromisso que assumi com os intelectuais do Pará, sobre o qual muito conversei com Arthur Reis, Raimundo Moura e vários outros [...]".

Em 1947, o jornal *A Noite* anunciou o primeiro volume do mais recente livro de Reis à época, *Limites e demarcações na Amazônia brasileira*. Trata-se da primeira publicação do autor nos seus estágios iniciais como morador do Rio de Janeiro, para onde se mudou em 1945, após deixar Belém, onde residiu durante seis anos.

Segundo o periódico, o trabalho realizado pela Comissão Brasileira Demarcadora de Limites dava continuidade ao trabalho de Rio Branco, Joaquim Nabuco, Joaquim Caetano, Ponte Ribeiro, além de outros que atuaram na execução das linhas de fronteiras, "enfrentando dia após dia os maiores perigos e dificuldades"[877]. O jornal se vale do prefácio à edição do recém-publicado livro de Reis, no qual Braz Dias de Aguiar, capitão de mar e guerra e chefe daquela comissão, afirmara que não era razoável ignorar o trabalho dos homens do passado na realização da tarefa, que àquele momento era realizada. Daí a importância do novo trabalho de Arthur Reis, "a maior autoridade contemporânea em assuntos ligados à história da Amazônia brasileira". *Limites e demarcações na Amazônia brasileira* "é uma daquelas monografias de que falava Capistrano de Abreu, com elas e só com seu auxílio, será possível escrever a História do Brasil, com maiúsculas".

No mesmo ano, Benjamim Lima, do *Jornal do Brasil*, num comentário sobre a revista amazônica *A Selva*, dirigida por Paulo Bentes, frisou que ela contava com "um grupo de jovens e escritores amazonenses, entre os quais possui destaque de veterano e mestre o senhor Arthur Reis, pesquisador aplicado e seguro da história de sua gleba, para que não regateiam elogios críticos de grande autoridade, como seja o insigne Taunay"[878]. Esse destaque de Lima corrobora o que afirmei anteriormente. Arthur Reis ficou conhecido no meio intelectual brasileiro como o mestre em estudos amazônicos. Portanto, consagrava-se desde muito cedo, não deixando espaço, nesse momento, às críticas negativas.

A boa recepção que encontrou entre os intelectuais foi se construindo desde a publicação do seu primeiro livro, e certamente que sua transferência para o Rio de Janeiro já

---

[876] HOMENAGEADO em Belém o autor de Casa Grande e Senzala virá ao norte realizar conferências. O *Imparcial*, Maranhão, p. 3, 28 dez. 1944.

[877] LIVROS novos: "Limites e demarcações na Amazônia brasileira", por Arthur C. F. Reis. *A Noite*, Rio de Janeiro, p. 4, 13 de mar. 1947.

[878] LIMA, Benjamim. Fatos e nomes. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, p. 5, 5 jul. 1947.

foi resultado disso e só veio a coroar as excelentes críticas que vinha recebendo desde os primeiros tempos. Chegado a então capital do país em 1945, dois anos depois lá publicava mais um livro. Também é destaque desse período sua viagem a Havana como membro da delegação do Brasil na Conferência de Comércio e Emprego, que teve seus trabalhos iniciados em 21 de julho de 1947. Sobre isso, o *Diário de Notícias* publicou uma nota, na qual destacava o embarque de Arthur Reis para a capital cubana[879].

Que o intelectual amazonense já começara definitivamente a fazer parte da rotina intelectual do Rio de Janeiro não era mais uma novidade. É o que atesta uma extensa crítica aos seus trabalhos realizada por Joaquim Thomas no *Jornal do Brasil* em meados de 1948. Thomas se propunha a analisar a obra *Estadistas portugueses na Amazônia* (1948), "escrita cuidadosamente por Arthur Cezar Ferreira Reis, nome de um estudioso que não é mais um novo e tem na sua bagagem literária uma *História do Amazonas* e cerca de dez livros sobre a política de Portugal no vale amazônico [...] trabalhos dignos de consideração"[880].

Na crítica, Thomas reproduz as ideias de Reis exaltando a ação de alguns estadistas portugueses na Amazônia, "que merecem estudo especial, tão bons administradores se revelaram na solução dos intricados problemas de uma terra desabitada"[881]. Após discorrer sobre Mendonça Furtado e Frei Miguel de Bulhões, dois desses estadistas destacados por Reis, e se utilizando dos argumentos deste sem a eles tecer nenhuma crítica negativa, Thomas conclui: "Estadistas e portugueses na Amazônia é de grande valor histórico para qualquer consulta sobre a evolução social e política do espaço amazônico"[882].

Seguindo nessa mesma perspectiva de exaltação à figura de Arthur Reis, ainda em 1948, o *Jornal do Comércio* traz uma longa publicação com notícias da sessão transcorrida na Sociedade Brasileira de Geografia no dia 9 de setembro de 1948, dia no qual Reis tomou posse como sócio titular naquela associação. José Moreira Brandão Castelo Branco Sobrinho foi o responsável pelo discurso de recepção:

> Foi há mais de três lustros que tive o prazer de conhecer Arthur Cezar Ferreira Reis [...] tornamo-nos amigos, sendo que eu nunca mais deixara de admirar o seu trabalho intelectual no sentido de tornar a querida gleba amazônica conhecida, enchendo suas apreciadas obras as estantes dos homens sequiosos de saber, o que houve, o que há e como se processa na Amazônia sua evolução social e econômica. E a atividade despendida desde quando apenas iniciava o seu terceiro decênio de existência, nunca mais parou, avolumando-se a sua produção de tal forma que, em poucos lustros já apresentava incontável bagagem científica e pertencente há várias instituições de feição histórica e geográfica, não só nos limites do nosso país, como fora de suas raias. As minhas frases não são, apenas, palavras portadoras de amizades, traduzem

[879] DR. ARTHUR Reis. *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, 19 nov. 1947. Segunda Seção, p. 3.
[880] THOMAS, Joaquim. Registro literário. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, p. 6, 14 jul. 1948.
[881] THOMAS, 1948, p. 6.
[882] THOMAS, 1948, p. 6.

> a realidade, aquilo que efetivamente acontece, tanto que o afamado escritor português Jaime Cortesão assim se exprime ao seu respeito: "Ninguém melhor que Arthur Cezar Ferreira Reis, numa notável série de trabalhos, assinalou o caráter da obra heroica e de Estado da expansão amazônica"[883].

No prosseguimento do discurso, Castelo Branco passou a elencar as atividades profissionais e intelectuais até então exercidas pelo mais novo sócio titular daquele sodalício:

> Arthur Reis, desde jovem, que tinha pendor para a História, geografia e sociologia. Vemo-lo ainda simples ginasiano, ministrar aos próprios colegas lições de história e após a graduação em Ciências Jurídicas e Sociais, com 21 anos apenas assumir a chefia da redação do Jornal do Commércio de Manaus, e do gabinete da Junta Governativa que dirigiu o Estado do Amazonas na Revolução de 1930, presidindo posteriormente o Partido Socialista deste Estado. Dirigiu o Departamento da Educação na Administração de Álvaro Maia, tendo ocupado o cargo de Inspetor de Seguros, em Manaus, no ano de 1935; exercendo simultaneamente a essas atividades o magistério, lecionando História, Sociologia, Economia Política, e Direito Internacional Público, no Ginásio Amazonense, na Faculdade de Direito e em vários outros estabelecimentos. Secretário Perpétuo do Instituto Histórico e Geográfico do Amazonas, restabeleceu a Revista desta benemérita instituição, tendo, ainda em Manaus, feito parte da Comissão encarregada de rever e retificar os limites dos municípios amazonenses, que tinha como presidente o saudoso e prestante comandante Braz Dias de Aguiar. Transferido para Belém, não cessou o desvelado amor pela Amazônia, colaborando nos principais jornais do Pará, tendo representado este Estado no Congresso Brasileiro de Geografia, em 1944, do qual foi eleito Secretário da primeira Comissão e viu sua tese premiada com medalha de bronze, já anteriormente aderira ao IX Congresso de Geografia, Terceiro Congresso Panamericano de História, em que foi Secretário da Primeira Câmara, o Terceiro Congresso de História e Geografia no Rio Grande do Sul. Transferido para a Capital Federal, em 1946, foi para o Gabinete do Diretor de Seguros do Ministério do Trabalho, superintendendo atualmente a Divisão de Expansão Econômica do Departamento da Indústria e Comércio desse Ministério. Pertence aos Institutos Histórico e Geográfico Brasileiro, Amazonense, Paraense, Cearense, Rio Grandense do Norte, Baiano, Rio Grande do Sul, Academia de História de Cuba, Sociedade de Geografia de Lima e Academia de História do Equador. [...]... além de colaborar assiduamente na Revista Brasileira de Geografia, Boletim Geográfico e Revista do Instituto Histórico Brasileiro, de cuja comissão de redação é membro proeminente[884].

Após ter seu currículo devidamente apresentado, o que se segue é o cerne da maior parte das representações que se fizeram de Reis ao longo de sua carreira, das mais dignificantes e recorrentes entre seus receptores:

> Como verdadeiro homem de ciência que só procura a verdade, não cuida a Amazônia fantástica de "paraíso" ou de "inferno verde", não se deixou exaltar pelo exagero ou exaltação transbordante que levaram alguns exploradores, sábios e eletritistas ao âmbito da fantasia e da lenda; desprezou as fabulosas "amazonas" que deram nome a região as riquezas quiméricas do "Eldorado", que induziram os primeiros conquistadores a suas descobertas, as içamiabas, a cobra-grande, o boto, o curupira, para dedicar-se a uma obra de valor, a uma exposição real, autêntica, sem rodeios, sem conjeturas, mostrando a terra e o homem tal qual são, a única

[883] ASSOCIAÇÕES. *Jornal do Commércio*. Rio de Janeiro, p. 13, 19 set. 1948. Grifo do autor O mesmo texto foi publicado no *Boletim da Associação*. Cf. DISCURSO do Dr. Castello Branco nas emposses dos professores Arthur C. Ferreira dos Reis e Paula Achilles: respostas dos recipiendários. *Revista da Sociedade Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, p. 90, 1958. Tomo V. Complementos de 1947-1948, ano de 1949.

[884] ASSOCIAÇÕES, 1948, p. 13.

> duradoura, interessante, proveitosa, permanente, sempre atual, que nunca fenece e resiste a todas as épocas e embates. Senhores. É tal o mérito e a vastidão de sua obra que, a despeito de sua proverbial modéstia, no ilustre recipiendário, poder-se-á aplicar esse versículo do Evangelho de São Mateus: não se pode esconder uma cidade que está situada sobre o monte. Acolhendo-o em nossa companhia a honra é toda nossa[885].

Exaltou-se constantemente, como visto no segundo capítulo deste trabalho, seu compromisso com uma escrita da história baseada em massivo volume documental. Aliás, esse aspecto pode ser visto como reproduções da autorrepresentação que o próprio Reis construiu desde os seus primeiros trabalhos. Ao menos é o que consta tanto do prefácio da sua *História do Amazonas* quanto de *A política de Portugal no Vale Amazônico.* No primeiro, ele lembra que "para escrevê-lo [recorreu] a monografias, memórias, teses e obras de alto tomo, [somadas às suas] próprias investigações em arquivos, bibliotecas e no depoimento de testemunhas"[886]. No segundo, foi ainda mais enfático, lembrando que sua escrita se fazia baseada em extensa documentação, distanciando-se de louvores ou da detratação da ação portuguesa na Amazônia, portanto com a serenidade que a atividade historiográfica pedia. Reis sempre cuidou para que seu trabalho sobre a região – por muitos considerada ainda sem história – fosse reconhecido como uma atividade autenticamente científica, neutra, imparcial, não dada a interesses pessoais. Embora tenha se distanciado em muito desse objetivo, pois, como visto, a escrita de Reis da história aferrou-se ao uso político do passado com vistas ao desenvolvimento da região, seu desejo de ser conhecido como homem de ciência, "mostrando a terra e o homem [amazônicos] tal qual são", parece ter alcançado sucesso. É o que se depreende da representação construída por Castelo Branco, assim como por tantos outros intelectuais aqui analisados.

Em 1949, Reis ocupou as páginas de diversos jornais por conta de um evento em homenagem a Joaquim Nabuco organizado pelo IHGB como parte das comemorações pela passagem de seu centenário de nascimento. O "Curso Joaquim Nabuco", como foi denominado o evento, foi realizado do dia 1º de julho ao dia 6 de setembro do referido ano. Contou com conferências de "nomes de projeção em nosso panorama intelectual"[887], entre eles Gilberto Freyre, Aureliano Leite, Aníbal Freire, Pedro Calmon, Gustavo Barroso, Celso Vieira, Antônio Austregésilo, Múcio Leão e Arthur Reis.

Segundo o *Jornal do Comércio*, a conferência proferida por Reis em 17 de agosto contou com a presença de "grande massa de público, que lotou inteiramente o salão nobre do

---

[885] ASSOCIAÇÕES, 1948, p. 13. Grifo do autor.
[886] REIS, Arthur Cezar Ferreira. *História do Amazonas*. 2. ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 1989. p. 35.
[887] INSTITUTO Histórico e Geográfico Brasileiro: Curso Joaquim Nabuco. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, p. 8, 30 jun. 1949b.

Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, personalidades do nosso mundo oficial e político e escritores, historiadores e jornalistas"[888]. O jornal destacou ainda o brilhantismo da conferência e os muitos aplausos e cumprimentos que recebeu o conferencista, além de dedicar um extenso espaço para a transcrição de toda a palestra de Reis. Diversos outros jornais do Rio de Janeiro fizeram menção à participação de Reis no evento[889]. O *Correio da Manhã* também destacou, assim como fizera o *Jornal do Comércio*, a presença de grande público, entre políticos, escritores, historiadores e jornalistas, e ainda os muitos aplausos e cumprimentos que Reis recebeu[890].

Nota-se que, ao fim da década de 1940, Reis já constava entre os nomes de grande projeção da intelectualidade brasileira. O meio lhe foi propício, seu *A política de Portugal no Vale Amazônico* saíra dois anos após Getúlio Vargas ter anunciado a Marcha para o Oeste, e quase concomitantemente ao *Discurso do Rio Amazonas*. Foi um período em que temáticas relativas à Amazônia se tornaram um grande filão e ganharam as páginas dos jornais de grande circulação. Todos queriam opinar, e não faltaram intelectuais – até os que não tinham tanta intimidade com o tema – emitindo posicionamentos sobre a questão.

Rômulo de Almeida, intelectual atuante no Governo Vargas, fez um breve panorama desse cenário, retomando o período de crise da borracha em fins do século XIX e início do XX. A produção do Oriente se fazia em moldes mais racionais e podia vender a borracha a preços menores que a borracha da Amazônia, que, portanto, sucumbiu diante da concorrência malaia. Segundo o autor, "o desânimo foi tal que as elites passaram a considerar a Amazônia um caso perdido", situação que as levou ao "abandono psicológico da região e depois efetivo". Até os estudos sobre a região arrefeceram, só não desaparecendo inteiramente porque as duas principais capitais amazônicas, Manaus e Belém, "resistiam nas suas pesquisas, lutando contra o desânimo e o derrotismo exterior, figuras como Paul Le Cointe, Calmont, Arthur C. F. Reis", entre outros. O Museu Emílio Goeldi "sofreu um novo colapso", passou por diminuição de recursos, o que o obrigou ao corte de pessoal e o impediu de continuar as suas publicações. "Até que a Amazônia surgiu novamente no cartaz internacional". Esse ressurgimento da Amazônia ao qual se refere o autor é o próprio período

---

[888] INSTITUTO Histórico e Geográfico Brasileiro: Curso Joaquin Nabuco: a conferência do professor Arthur Reis sobre "As atividades políticas de Joaquim Nabuco". *Jornal do Commércio*, Rio de Janeiro, p. 8, 18 ago. 1949c.

[889] O CENTENÁRIO de Joaquim Nabuco. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, p. 6, 17 ago. 1949; INSTITUTO Histórico e Geográfico Brasileiro: a conferência do professor Arthur Reis sobre Joaquim Nabuco, proferida ontem. *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, 18 ago. 1949a. Segunda Seção, p. 2; VIDA cultural. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, p. 12, 13 ago. 1949.

[890] COMEMORANDO o centenário de nascimento de Joaquim Nabuco. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, p. 3, 18 ago. 1949.

no qual estava escrevendo, e se relaciona, portanto, à época em que se realizaram os Acordos de Washington. Como intelectual atuante no Governo Vargas, era natural Almeida finalizar seu texto enaltecendo aquele período, como o fizeram vários dos adeptos da política varguista.

No mesmo sentido, um texto assinado por Jaci do Norte na revista *Dom Casmurro* traz as impressões do paraense Otávio Mendonça, então diretor da revista *Novidade*, sobre as questões amazônicas e as expectativas geradas pelo Estado Novo.

> Não fujo à rotina um pouco ridícula, de tentar no Rio certa paisagem cultural de minha terra. Se o faço, porém, é com espírito diferente e mais brasileiro do que literário, pedindo atenção para o Norte que precisa ser compreendido e resolvido em suas necessidades. Na Amazônia temos um mundo esquisito, onde, da terra ao homem tudo é peculiar. Há excesso de água e vegetal contra uma dolorosa falta de gente, e daí nossa vida tímida e abafada pelo ambiente. O Pará tem mais de um milhão de quilômetros quadrados, tem 900 mil habitantes. Só em Belém, 300 mil. Imagine-se, portanto, o que é o interior, o imenso e triste interior paraense. *Graças a Deus o Estado Novo está olhando para cá* – a SNAPP transportes; o Instituto Agronômico – a agricultura; os hospitais de isolamento – saúde; o saneamento – vida – são problemas cogitados de maneira inédita no Vale. Para uma universidade prometida volta-se a juventude amazônica, segura de não a desiludirem. Belém, a cinco graus do Equador, possui a maior cultura da mesma latitude. Nem é obstáculo o clima úmido e quente, como não o foi para egípcios e hindus. Depende de vencê-lo, adaptando-lhe pela técnica o homem e sua atividade. Belém se entorpeceu com a ruína da borracha. *Só agora e devagar é que se levanta*. Outros produtos surgem, a própria seringa volta a bom preço. *E a vida outra vez fecunda, circula, acima e abaixo em nossos grandes rios*[891].

A publicação da primeira obra de Reis que se propunha a abordar a Amazônia se deu no período em que a região estava na "crista da onda". Portanto, as ideias de Reis encontraram solo fértil na década de 1940, e frutificaram "a cem por um", tendo bom acolhimento por boa parte dos intelectuais brasileiros quase que instantaneamente. Em dissertação de mestrado, afirmei que Reis iniciou sua carreira em grande estilo, visto que sua *História do Amazonas* foi bem recepcionada por intelectuais como Afonso Taunay, por exemplo. Todavia, tratava-se de uma obra de aspecto local. *A política de Portugal no Vale Amazônico* se propunha a um recorte espacial mais amplo, e com ela podemos dizer que Reis dá continuidade à sua projeção nacional em grande estilo, como se pode notar pelos elogios recebidos nas páginas dos diversos periódicos já mencionados.

[891] NORTE, Jaci do. A paisagem da cultura a cinco graus do Equador. *Dom Casmurro*. Rio de Janeiro, p. 4, 14 mar. 1942. Grifo nosso.

5.3 "Um eminente homem de letras" na direção da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia

Como resultado de toda a repercussão do trabalho de Reis no meio intelectual, a década de 1950 marca seu ingresso nas atividades de cunho político-administrativo em órgãos da esfera federal, passando, então, a integrar o corpo de intelectuais "recrutados pelo regime Vargas [que] assumiram diversas tarefas políticas e ideológicas determinadas pela crescente intervenção do Estado nos mais diferentes domínios de atividades"[892]. Esses intelectuais, que foram "cooptados" pelo governo varguista para assumir funções na esfera pública, longe de serem oriundos de uma mesma seara político-ideológica, tinham origem diversificada e gozavam, portanto, mesmo durante o Estado Novo, de "ampla liberdade de criação". Exemplo disso, segundo Daniel Pécault, era o caso de Gustavo Capanema, ministro da Educação, em torno do qual orbitavam intelectuais como Carlos Drummond de Andrade e Augusto Mayer, "que não pertenciam à esfera de influência autoritária"[893]. Esse ambiente no qual conviviam pensamentos diversos se explica, segundo Pécault, ancorado em Florestan Fernandes, porque os intelectuais faziam parte da elite: "o regime sabia não só acolher os intelectuais rebeldes, mas também ao se referir a eles, manter uma linguagem que evitasse as rupturas definitivas"[894].

Reis, entretanto, não estava incluso no rol dos intelectuais "rebeldes". Suas ideias para a Amazônia estavam perfeitamente encaixadas nas proposições do Estado varguista, como já foi frisado. Por conseguinte, a essa época foi, dentre os intelectuais recrutados que, por assim dizer, não deu trabalho às engrenagens do poder então estabelecido.

No início da década de 1950, Reis principia a figurar nos jornais como um nome importante na área econômica. Como diretor de Expansão Econômica do Ministério do Trabalho – instituição onde ingressou ainda em Manaus, em meados da década de 1930, como inspetor de seguros – e membro do Conselho Econômico da Confederação Nacional da Indústria, sua opinião ecoa nos periódicos anunciada por alguns intermediários. José Mário, por exemplo, num texto para o jornal *A Noite*, critica a iniciativa do país em importar borracha para atender as necessidades da indústria de São Paulo e Rio de Janeiro, situação paradoxal, conforme o autor, visto que ao país havia cabido há muito pouco tempo o monopólio daquele produto, questão apresentada por Reis na última reunião da Confederação

[892] MICELI, Sérgio. *Intelectuais à brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001. p. 197.
[893] PÉCAUT, Daniel. *Os intelectuais e a política no Brasil*: entre o povo e a nação. São Paulo: Editora Ática, 1990. p. 71.
[894] PÉCAUT, 1990, p. 72.

Nacional da Indústria, "na análise que fez a propósito do problema da produção gomífera entre nós. Em seu trabalho muito aplaudido e apreciado pelos seus pares [...] estudou a evolução e fez o histórico da produção brasileira de borracha, apontando os erros e deficiências dos sistemas passados e vigentes"[895].

Nesse período, as discussões giravam em torno da criação da SPVEA. Da Constituição de 1946, que em seu artigo 199 estabelecia um orçamento para a Amazônia, à criação da Lei 1.806, de 6 de janeiro de 1953, que criou a SPVEA, foram sete anos de debates até a efetivação daquele órgão, como visto no segundo capítulo desta tese. Esse assunto tomou as páginas dos vários jornais do país, e neles o nome de Arthur Reis era uma constante, visto que o amazonense teve participação nas variadas discussões sobre a temática.

Em 1951, o jornal *A Noite* noticiava, sob o título *Novo plano de reerguimento da Amazônia*, a instalação da reunião dos técnicos do serviço público no auditório do Ministério do Trabalho, "encarregados de traçar um programa de ação para o reerguimento da Amazônia, plano esse que orientará o governo federal na solução dos problemas econômicos daquela região". Da reunião, cujos trabalhos haviam sido determinados pelo próprio presidente da República, participaram os ministros do Trabalho, Segadas Viana, e o da Agricultura, João Cleophas de Oliveira, além de vários técnicos e economistas[896]. Nela foram constituídas as comissões que estudariam as questões amazônicas. Reis foi escolhido como secretário-executivo da Comissão Central, que seria presidida por Rômulo Almeida.

A mesma notícia, dada por Oscar Ramos no *Jornal do Brasil*, listou o nome dos presentes na reunião, incluindo o de Arthur Reis, e os adjetivou como uma "plêiade de homens entendidos no futuro da Amazônia". Citando os nomes que faltaram ser incluídos nesse rol, apontando o que acreditava serem os pontos críticos que necessitavam de urgentes investimentos na região, Ramos finalizou o texto afirmando haver uma "grande parte do Brasil desconhecido, onde a civilização ainda não chegou" e destacou a amplitude de questões que a "Comissão pró-ressurgimento da Amazônia" teria a enfrentar[897]. O nome de Reis passou a constar então das diversas notícias publicadas pelos jornais que acompanharam os trabalhos das comissões.

O *Jornal do Brasil* registrou o momento no qual Getúlio Vargas recebeu no Palácio do Catete, "em audiência especial, os parlamentares federais da região amazônica e a Comissão

---

[895] MARIO, José. Flagrantes econômicos. *A Noite*, Rio de Janeiro, p. 5, 6 jan. 1951.
[896] NOVO plano de reerguimento da Amazônia. *A Noite*, Rio de Janeiro, p. 13, 26 set. 1951.
[897] RAMOS, Oscar. Ressurgimento da Amazônia: a comissão técnica para efetivar os respectivos estudos, em funcionamento. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, p. 11, 29 nov. 1951.

de Técnicos encarregada do plano de desenvolvimento econômico da bacia amazônica"[898]. Arthur Reis estava presente naquela recepção, que tinha como objetivo homenagear Vargas por mais um aniversário do *Discurso do Rio Amazonas*. Após a fala do deputado Francisco Pereira da Silva, presidente da Comissão do Plano de Valorização da Amazônia da Câmara dos Deputados, "interpretando o sentimento da numerosa comissão"[899], seguiram-se os agradecimentos do presidente "pela simpatia e apreço que acabava de receber, acrescentando que esperava contar com a necessária colaboração de todos [...] para que a região abrangida pelo 'Rio Mar' passasse de capítulo de terra, para capítulo da história"[900]. Assim, os diários de notícias foram informando o andamento dos trabalhos da comissão encarregada de discutir o "futuro" da Amazônia, reuniões que antecederam a instalação da SPVEA, e das quais Reis participou como secretário-executivo na convivência de importantes nomes do meio político, como ministros de Estado e o próprio presidente que, posteriormente, o nomearia como superintendente da SPVEA.

Além dos vários livros já publicados, a participação de Reis na comissão lhe rendeu o convite para participar do *Círculo de Estudos Econômicos e Sociais*, organizado pelo jornal *A Noite* e transmitido pela Rádio Nacional (Figura 3). O programa foi ao ar na noite do dia 5 de fevereiro de 1953. O debate, mediado e apresentado por Garcia de Miranda Netto, foi realizado entre Paulo Carneiro, Sócrates Bonfim, Felisberto Camargo e Arthur Reis, uma "admirável equipe [composta por] dedicados especialistas", que versaram sobre "um dos mais apaixonantes problemas atuais: o da civilização na zona tropical e equatorial"[901]. A discussão ainda era a mesma do final da década de 1930, encampada por Getúlio Vargas, que visava desconstruir a concepção de que a Amazônia era uma região inóspita. Desse modo, conforme apontava o jornal *A Noite*, "há [na região] condições magníficas para o trabalho civilizador do homem, que de resto, não constitui, como pretendem muitos, simples acidente na paisagem gigantesca e esmagadora [...]"[902]. Isso foi o que demonstrou, de acordo com aquele Diário, a conversa entre os debatedores que ocuparam a bancada da Rádio Nacional.

---

[898] NO CATETE a Comissão de Desenvolvimento Econômico da Região Amazônica. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, p. 7, 11 out. 1951.
[899] NO CATETE.., 1951, p. 7.
[900] NO CATETE.., 1951, p. 7.
[901] A AMAZÔNIA misteriosa. *A Noite*, Rio de Janeiro, p. 3, 5 fev. 1953.
[902] A AMAZÔNIA..., 1953, p. 3.

Figura 3: Momento do debate na Rádio Nacional, reproduzida pelo jornal *A Noite*



Arthur Reis no canto direito da foto
Fonte: A Amazônia misteriosa[903].

Assim Arthur Reis foi apresentado na chamada divulgada em *A Noite* no dia anterior: "É historiador emérito, diretor da Divisão de Expansão Econômica do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, autor de 17 obras publicadas sobre a Amazônia [...]. Foi o secretário executivo da Comissão de Técnicos que estudou o programa de recuperação da Amazônia"[904]. No dia mesmo da exibição do programa, uma vez mais ele foi apresentado como "historiador e sociólogo citado nas grandes obras europeias e americanas [...][905]". Era, portanto, a voz do especialista que autorizava a "civilização" da Amazônia, não ocupando espaço no debate os danos a serem causados às populações nativas como consequência dessa ação "civilizadora" e desenvolvimentista do Estado.

As ideias de Reis parecem mesmo ter valido como suporte discursivo à ação estatal. Poucos dias depois da notícia sobre o debate, o mesmo jornal trazia à baila novamente as questões amazônicas, reproduzindo a tese do vazio demográfico da região, ao afirmar que a fraca densidade demográfica naquela área só era comparável ao que ocorria em regiões desérticas:

> É diante desse vazio imenso que começa a tarefa de reconquistar a Amazônia para a civilização. O governo do presidente Getúlio Vargas está firmemente decidido a começar a tarefa: que ela seja possível, prova-o a História. Arthur Cezar Ferreira Reis, um dos mais agudos e documentados estudiosos da Amazônia nos mostra que, antes do advento da borracha, cultivavam-se a cana de açúcar, o algodão, o café e os cereais tropicais no Pará[906].

[903] A AMAZÔNIA..., 1953, p. 3.
[904] AS MESAS redondas do Círculo de Estudos de "A Noite". *A Noite*, Rio de Janeiro, p. 2, 4 fev. 1953.
[905] A AMAZÔNIA..., 1953, p. 3.
[906] A AMAZÔNIA..., 1953, p. 3.

Fazendo referência às ideias de Reis, que pregava a necessidade de expansão dos investimentos na agricultura da região como contraponto à atividade extrativa, o jornal se vale do autor amazonense para defender as propostas "civilizadoras" do governo varguista.

O referido debate na Rádio Nacional foi ao ar cinco meses antes de Arthur Reis ser nomeado como o primeiro superintendente da SPVEA. Entretanto, ao que consta do *Diário de Notícias*, a escolha de Arthur Reis para ocupar o cargo não foi a primeira opção:

> Para exercer a Superintendência da Comissão de Valorização da Amazônia, cargo criado em lei, votado pelo Congresso e sancionado já há cerca de seis meses, o Sr. Getúlio Vargas convidou, recentemente, um homem capaz, o Sr. Arthur Cezar Ferreira Reis, estudioso dos problemas da região, autor de vários livros nos quais se identifica com eles. Parlamentares, representantes da Amazônia, souberam depois, com surpresa, que o decreto de nomeação conduzia ao cargo, não o convidado, mas o atual superintendente da SNAPP. E foram ao Sr. Getúlio Vargas dar sua impressão favorável ao autor da "Administração Pombalina na Amazônia", contrária ao nomeado. Atendendo as ponderações, o Sr. Getúlio Vargas revogou o decreto antes de sua publicação. Mas na revogação ficou, e agora parece inclinado a nomear o Sr. Alberto de Andrade Queiroz, seu antigo secretário particular. Sobre as relações deste com a Amazônia, sabe-se apenas que é paraense[907].

Outras notícias publicadas nos jornais *A Noite*, *Diário de Notícias* e *Jornal do Brasil*, que dão conta da nomeação de Reis para diretor geral do Departamento de Administração do Ministério do Trabalho poucos dias antes de ser nomeado para a SPVEA, corroboram essa afirmativa. Dá-se a entender que o então ministro do Trabalho, responsável pela nomeação de Reis ao cargo de direção naquele ministério, não estava a par da escolha do intelectual amazonense para assumir a SPVEA ou, então, que a escolha do seu nome ainda não era dada como certa. Hipótese essa mais plausível, visto que a notícia da nomeação de Alberto Queiróz havia sido dada em 30 de junho, enquanto Reis ocupou o cargo no Ministério do Trabalho seis dias depois.

De acordo com o *Jornal do Brasil*, Reis tomou posse no cargo de direção do Ministério do Trabalho em 6 de julho de 1953, numa cerimônia que contou com a presença de João Goulart. Após enaltecer a experiência profissional de Reis: "[...] professor do ensino superior, historiador, antigo jornalista, militante no norte do país e colaborador de várias publicações especializadas [...]", a notícia segue transcrevendo uma mensagem de congratulações da Associação dos Servidores do Trabalho, Indústria e Comércio destinada a João Goulart pela acertada escolha de Reis: "[...] O gesto de V. Excia. buscando no próprio Ministério do Trabalho os chefes de serviços evidencia um propósito altamente honroso [...] a

[907] A SUPERINTENDÊNCIA da valorização da Amazônia. *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, p. 4, 30 jun. 1953. Grifo do autor.

nomeação de Arthur Cezar Ferreira Reis estabelece uma expectativa de confiança e continuidade administrativa"[908].

A notícia é dada pelo jornal *A Noite* no mesmo tom louvaminheiro:

> O novo diretor geral do Departamento de Administração é um antigo funcionário do quadro do Ministério do Trabalho, onde já desempenhou destacadas e importantes comissões, além de ser portador de vários títulos, entre os quais de representante do Brasil em conclaves internacionais, professor de ensino superior e secundário, jornalista militante e autor de muitas obras. O referido diretor, dirige há vários anos o Serviço de Expansão Econômica do Departamento Nacional de Indústria e Comércio e a sua nomeação teve boa repercussão e melhor acolhida entre o funcionalismo da mencionada Secretaria de Estado[909].

Poucos dias depois, Reis deixava suas funções no Ministério do Trabalho para assumir o cargo na SPVEA, para o qual foi nomeado em 30 de julho de 1953. As notícias que circularam acerca de sua nomeação seguiram o mesmo cunho elogioso das acima mencionadas.

No dia 17 de julho de 1953, o *Diário de Notícias* divulgou a notícia de uma longa reunião que Reis teve com Getúlio Vargas, afirmando que nos próximos dias deveria ser nomeado pelo presidente da República para a direção da SPVEA[910]. Poucos dias depois, em 22 de julho, o mesmo jornal informou, na primeira página do segundo caderno, com direito à fotografia de Arthur Reis, sobre sua efetiva nomeação ocorrida no dia anterior. Na notícia, Reis é apresentado como grande conhecedor dos problemas amazônicos numa extensa lista que expunha o histórico de suas atividades profissionais, finalizando com a afirmação de que subia para 26 o número de obras por ele publicadas[911].

O *Jornal do Brasil*[912], *A Noite*[913], o *Jornal do Comércio*[914] e o *Diário da Noite* também deram a notícia, seguindo, de um modo geral, o mesmo modo apresentado no *Diário de Notícias*, expondo uma lista pomposa do exercício profissional pregresso de Arthur Reis, fato que demonstra aprovação relativa à escolha do seu nome para ocupar aquele cargo. *O Jornal* afirmou que a escolha havia recaído sobre "um homem sóbrio, conhecedor da região

---

[908] TOMOU posse o novo diretor geral do Departamento de Administração do Ministério do Trabalho. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, p. 9, 7 jul. 1953a.

[909] POSSE do novo diretor geral de Administração do Ministério do Trabalho. *A Noite*, Rio de Janeiro, p. 2, 13 jul. 1953.

[910] VALORIZAÇÃO econômica da Amazônia: escolhido o Dr. Arthur Cezar Ferreira Reis superintendente do plano criado por lei. *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, 17 jul 1953. Primeira Seção, p. 2.

[911] NOMEADO o superintendente da Valorização Econômica da Amazônia. *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, 22 jul. 1953. Segunda Seção, p. 1.

[912] UM ESTUDIOSO dos problemas amazônicos para superintender o plano de valorização da Amazônia, *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, p. 6, 22 jul. 1953.

[913] UM TÉCNICO em assuntos amazônicos para dirigir a valorização do norte do país. *A Noite*, Rio de Janeiro, p. 11, 22 jul. 1953.

[914] PLANO de valorização da Amazônia: nomeado para o cargo de superintendente o Sr. Arthur Cezar Ferreira Reis. *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, p. 5, 22 jul. 1953.

amazônica"[915]. Trouxe também a opinião de Gabriel Hermes Filho, então presidente do Banco de Crédito da Amazônia, que "recebeu a notícia com a maior satisfação, pois o Sr. Arthur Reis é um nome que se impõe por seus indiscutíveis méritos e merece a confiança de toda a gente. A escolha não poderia ser, assim, mais feliz"[916].

Nesse sentido, *A Gazeta de Notícias* foi um pouco mais incisiva:

> A nomeação do Dr. Arthur Cezar Ferreira Reis para o alto cargo de Superintendente do Plano de Valorização Econômica da Amazônia repercutiu da maneira mais simpática nos circuitos culturais e administrativos do país. Nem poderia ser de outra forma, eis que se trata de um grande conhecedor dos problemas daquela região, por ele estudada exaustivamente em dezenas de obras do maior porte e da mais alta envergadura intelectual [...]. Assim, por sua estatura intelectual, pelo renome de escritor e de homem de pensamento, bem como pela sua larga experiência administrativa, está o Dr. Arthur Cezar Ferreira Reis habilitado a contribuir com os melhores esforços para comandar com a maior eficiência a grande obra da valorização econômica da Amazônia, a que se liga, em última análise, a própria redenção do Brasil. Jornalista, brilhante professor, jurista emérito, mestre do Direito, detentor das cadeiras de Direito Internacional Público e de Economia Política, o Dr. Arthur Reis sobre ser profundo conhecedor da região amazônica, é um espírito agitado do mais sadio patriotismo e de profundo empenho de dignificar e valorizar o homem brasileiro [...][917].

No dia 23 de julho, Reis concedeu uma entrevista para *O Jornal*, intitulada "Aproveitamento das riquezas da Amazônia em prazo record". Nesta, afirmou que os trabalhos da SPVEA tinham por objetivo "como bem afirmou há anos, em Manaus, em discurso de repercussão internacional, o presidente Getúlio Vargas, transformar a Amazônia brasileira de mera página de geografia física em capítulo da história da civilização"[918]. Sobre sua nomeação para o cargo, afirmou Reis:

> Pela lei, deverá haver um superintendente, que o chefe do governo entendeu que deveria ser eu [...] Sei da importância, do vulto e do peso da responsabilidade que o chefe do governo me atribuiu. Espero em Deus poder corresponder à confiança que o presidente Getúlio Vargas depositou no servidor que foi buscar no Ministério do Trabalho[919].

Dentre tantos nomes do meio político, Reis era o primeiro a representar um órgão que tinha o objetivo de concretizar aquilo que previa em seus livros e palestras e que ia ao encontro do que propunha o governo. Reconhecido como um exímio conhecedor da Amazônia, portanto figura autorizada, Reis era apresentado por meio dos jornais à população brasileira, que àquele momento tinha a região como uma de suas pautas principais.

---

[915] O PLANO amazônico. *O Jornal*, Rio de Janeiro, p. 4, 24 jul. 1953.
[916] O PLANO..., 1953, p. 4.
[917] BOM DIA Sr. Arthur Reis. *Gazeta de Notícias*. Rio de Janeiro, p. 2, 25 jul. 1953.
[918] APROVEITAMENTO das riquezas da Amazônia em tempo record. *O Jornal*, Rio de Janeiro, p. 1, 23 jul. 1953.
[919] APROVEITAMENTO..., 1953, p. 1.

Dias após as notícias da nomeação vieram as notícias da posse, ocorrida às onze horas e trinta minutos do dia 30 de julho, "na presença e no gabinete do titular da pasta da Justiça, Sr. Tancredo Neves"[920].

O *Jornal do Comércio* anunciou um almoço, oferecido a Arthur Reis por seus "amigos, admiradores e colegas"[921] em homenagem à sua nomeação. O *Diário de Notícias* veiculou a mesma nota por dois dias seguidos[922], além do jornal *A Noite*, que informou que a referida homenagem ocorreria no dia 4 de agosto, no Hotel Novo Mundo. Dessas notas, chama atenção a do *Jornal do Comércio,* que frisa a presença de admiradores de Reis entre os organizadores da homenagem, situação que corrobora o enaltecimento da figura do autor amazonense.

Seguindo essa mesma linha, que endossava a pessoa de Arthur Reis perante a opinião pública, *O Jornal* também noticiou sua posse no novo cargo frisando que, em discurso, o autor amazonense havia reafirmado o que tinha mencionado em entrevista àquele periódico um dia após a sua posse, a saber, a impossibilidade de "transformar da noite para o dia o grande vale num celeiro nacional ou numa potência econômica"[923]. A notícia vinha na tentativa de se minimizar toda a expectativa que recaía sobre Arthur Reis no desenvolvimento das suas atividades na SPVEA, ao mesmo tempo em que se propunha a colocar em relevo a competência de Reis. Assim, de acordo com aquela folha,

> No seu discurso, o Sr. Arthur Reis disse o essencial, sem qualquer exagero, muito comum aos nossos administradores, quando lhe são confiadas tarefas da magnitude dessa que vai exercer. "A empresa que vamos iniciar – frisou o superintendente do Plano – deve ser compreendida não mais como uma aventura a somar às muitas de que estão cheios os nossos anais, mas como uma demonstração de que alcançamos a maturidade"[924].

No prosseguimento da notícia, *O Jornal* afirma que o objetivo de tão grande empreendimento a se realizar por meio da SPVEA era promover o desenvolvimento da agricultura, explorar a floresta com base na técnica a fim de obter um maior aproveitamento das suas riquezas, promover o incentivo à pesca e à indústria. O periódico passa então a salientar a vastidão dos problemas mediante a disponibilidade dos recursos que poderiam ser insignificantes diante de tanta demanda. Porém o importante seria dar o primeiro passo:

> Quem conhece a região, como é o caso do Sr. Arthur Reis, sabe que seria improvável o êxito de qualquer empreendimento que se tentasse realizar abrangendo

---

[920] TOMOU posse o superintendente do plano de valorização econômica da Amazônia. *Diário da Noite*, Rio de Janeiro, p. 3, 31 jul. 1953b.
[921] HOMENAGENS. *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, p. 6, 23 jul. 1953a.
[922] HOMENAGENS. *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, p. 6, 25 jul. 1953b.
[923] DESACAMPAR. *O Jornal*. Rio de Janeiro, p. 4, 31 jul. 1953.
[924] DESACAMPAR, 1953, p. 4. Grifo do autor.

> todos os problemas a um só golpe, naquele mundo que é a Amazônia. "Até o presente – mostrou o superintendente do Plano – vivemos ali como que acampados em meio a riquezas em potencial". As suas tarefas implicam, afinal, em desacampar para uma ação de trabalho planejada e disciplinada[925].

O *Diário de Notícias* também noticiou a posse de Arthur Reis, mantendo a perspectiva do enaltecimento, evidenciando o lugar de destaque que o amazonense ocupava entre os historiadores:

> Empossou-se no cargo do superintendente do Plano de Valorização da Amazônia o professor Arthur Cezar Ferreira Reis, autorizado conhecedor dos problemas daquela região e um dos mais ilustres historiadores contemporâneos. A nomeação do eminente homem de letras coincide, aliás, com a publicação de um valioso estudo seu, nos "Cadernos de Cultura", sobre "Portugueses e brasileiros na Guiana Francesa". Além disso, deverá circular em breve seu ensaio sobre "O seringal e o seringueiro na Amazônia", que é uma análise da formação histórica da região, suas condições sociais, econômicas e etnográficas. É sobremodo jubiloso para os historiadores brasileiros verem uma de suas figuras mais eminentes à frente de tão importante missão de administrador[926].

Contudo o mesmo *Diário de Notícias* publicou, dias depois, um texto de Osório Nunes bem menos condescendente: "São de tal modo extensos e profundos os poderes da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia, que só a incompetência do dirigente ou o fracasso da equipe de planejadores e executores podem levar ao fracasso da grande obra"[927].

Nunes segue afirmando que a criação do novo órgão, além de ser de interesse de todo o país, dizia respeito a todo o mundo. Ao país, porque, primeiramente, a recém-criada instituição seria mantida pela União e, portanto, se era mantida com recursos do Governo Federal, dizia respeito a toda a nação. Depois, porque serviria como lugar de experiência para projetos que deveriam ser desenvolvidos em outras áreas, como o Nordeste, por exemplo. O interesse mundial se dava pelo tamanho do empreendimento que se iria realizar na "maior área-problema do globo, imediatamente aproveitável por um país soberano dentro de suas lindes". Por esses motivos, o uso dos recursos aplicados por meio da SPVEA deveria ser realizado sob os olhos atentos dos contribuintes, vigilantes para que se fizesse bom uso do dinheiro público, visto que, "sob certos aspectos, o Superintendente da Amazônia dispõe de mais poderes do que o presidente da República, [...] [pois] a aplicação das dotações orçamentárias à valorização da Amazônia não dependerá de registro prévio no Tribunal de Contas". Continua Nunes:

---

[925] DESACAMPAR, 1953, p. 4.
[926] HISTORIADOR e administrador. *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, 16 ago. 1953. Suplemento literário, p. 3. Grifo do autor.
[927] NUNES, Osório. Os poderes da Superintendência da Amazônia. *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, 30 ago. 1953b. Primeira Seção, p. 4.

> É uma grande mobilidade financeira, que cerca a superintendência de garantias e lhe determina pela sua facilidade, desenvoltura de ação no mesmo grau. *Alegações de fracasso não poderão ser admitidas,* depois à base do financiamento, salvo se não houver autoridade o bastante para conseguir o cumprimento das obrigações do governo federal ou das administrações dos Estados, Territórios e Municípios, cujas contribuições devem ser recolhidas mensalmente [...] De outra parte, os saldos de um exercício não se considerarão em exercício findo nem se incorporarão à receita da União, mas serão transferidos para o exercício seguinte e nos casos em que os serviços e obras a cargo do governo federal, pelos respectivos Ministérios, venham a ser feitos em cooperação com o órgão executivo do plano, serão discriminadas as verbas necessárias como reforço às dotações orçamentárias federais próprias [...] É o que diz textualmente a lei. Arma a Superintendência da Amazônia com um braço poderoso, que até surpreende os amazônicos, habituados ao esquecimento por parte da administração central. *Conseguirá o sr. Arthur Cezar Ferreira Reis, com o auxílio de seus companheiros recém-nomeados, manejar esse poder de maneira a que a Amazônia saia da atual depressão para um surto de prosperidade efetiva e não artificial, de modo a evitar uma inflação efêmera que, depois, caia como um balão furado sobre a Amazônia e o Brasil?* Eis o desafio que está feito pela natureza, pelo meio político-econômico social, pelo diploma legal da valorização e pelo imperativo da conquista da Hileia.[928]

Uma semana depois de lançar essa gama de incertezas sobre o futuro trabalho de Reis, Nunes escreve novamente sobre suas desconfianças quanto à atuação da SPVEA, que recaíam sobre a comissão nomeada pelo presidente da República: "infelizmente, [...] salvo um ou dois nomes, o índice qualitativo não é dos melhores"[929]. Segundo Nunes, a escolha da comissão, que seria baseada no caráter técnico-científico, tomou outros rumos, deixando prevalecer o critério político-partidário e político-pessoal, "o que aumenta a responsabilidade individual do superintendente Arthur Cezar Ferreira Reis, cujo êxito dependeria, em grande parte, dos elementos técnicos de seu estado-maior, que pelo seu alto nível intelectual justificaria o ordenado de exceção que lhe será pago"[930]. Nunes supõe que Reis estaria de posse de "mapas de campanhas" referentes ao que deveria ser executado durante seu trabalho na SPVEA,

> Mas, em que condições e com que material humano será posta no campo a estratégia traçada? Se não houver boa partida e uma ação consequentemente enérgica, o governo federal, que praticamente entregou aos amazônicos e para-amazônicos o destino do plano de valorização, encontrará excelentes motivos para retrair-se diante do empreendimento[931].

A crítica de Nunes parecia colocar em suspeição a capacidade dos homens amazônicos de realizar tarefa de tamanha envergadura. Seriam eles capazes de levar adiante a missão? A parceria com outros órgãos do Governo Federal seria importante para o bom funcionamento da SPVEA, principalmente com aqueles que poderiam contribuir com funcionários qualificados, pois não havia ainda no país pessoal suficientemente habilitado

[928] NUNES, 1953b, p. 4, grifo nosso.
[929] NUNES, Osório. O órgão da Amazônia. *Diário de Notícias*, 6 set. 1953a. Primeira Seção, p. 4.
[930] NUNES, 1953a, p. 4.
[931] NUNES, 1953a, p. 4.

para os trabalhos de planejamento regional, menos ainda na Amazônia, "pela própria depressão econômica em que está mergulhada". Segue Nunes desejando que o novo órgão ficasse distante das negociatas politiqueiras que, no Brasil, costumavam envolver ações daquele porte e que "os homens com responsabilidade na Amazônia" deixassem de lado seus interesses pessoais em prol da boa execução das atividades do novo órgão.

Apesar dessas duas publicações mais ácidas, por assim dizer, o que predominou nas notícias acerca da nomeação e posse de Arthur Reis foram mesmo as menções elogiosas, principalmente as que o elevavam ao status de profundo conhecedor da região, portanto um técnico dos mais qualificados ao empenho da nova e desafiadora atividade administrativa.

Entre os trabalhos da comissão e a nomeação que viria em 1953, aparecem notícias esparsas das atividades intelectuais de Arthur Reis, mas nada mais que lembre a intensidade das notícias sob esse tema que predominaram sobre o autor amazonense na década anterior.

5.4 Os longos anos 1960

Não resta a menor dúvida de que, no âmbito profissional, os anos 1960 foram os mais movimentados na vida de Arthur Reis. Abriu-se a década com o lançamento daquele que ficaria conhecido como seu mais importante livro: *A Amazônia e a cobiça internacional*. O mesmo livro, ainda nesse recorte temporal, foi reeditado mais duas vezes, sendo a segunda edição de 1965 e a terceira de 1968. Portanto, três edições no espaço de uma década. Os lançamentos de 1965 e 1968 estão inteiramente relacionados com dois polêmicos eventos, que cuidaram de manter Arthur Reis na mídia nesse período. O primeiro foi a tentativa de se instalar no Brasil a Fundação de Pesquisas Tropicais que, do ponto de vista de Reis, representava uma ameaça para a Amazônia, e o segundo foi a questão dos grandes lagos, ambos já citados no segundo capítulo desta tese, que também servem como medida da dimensão que as ideias de Reis ocuparam na vida pública nacional nesse período.

Em todas essas questões que respeitam à Amazônia, Reis foi, predominantemente, representado como defensor da região. Entretanto, suas atuações no governo do Amazonas receberam diversas críticas, rendendo-lhe a alcunha de déspota esclarecido, como aponta o título deste capítulo. Essas conclusões se devem à análise das representações do autor amazonense no *Correio da Manhã*, em *O Jornal* e no *Jornal do Brasil,* alguns dos grandes periódicos do Rio de Janeiro.

A opção por analisar somente os três jornais se deveu, como frisado no início deste capítulo, à impossibilidade de trabalhar com o massivo volume de jornais que noticiaram a

participação de Reis na vida pública desse período. Só utilizando como busca as palavras-chave "Artur Reis", constam 1.748 ocorrências, quantidade que inviabiliza o trabalho com todos os 39 jornais nos quais elas se encontram distribuídas. Sem contar as que aparecem quando se alteram as palavras-chave para as outras grafias do nome do autor, conforme explicitado anteriormente. Optei, portanto, por analisar os três primeiros jornais com maior quantitativo de ocorrências na ordem em que aparecem no arquivo digital no qual se baseia a presente pesquisa. Frise-se, ainda, que se trata de três periódicos de grande importância na história da imprensa brasileira, o que por si só já seria justificativa suficiente para a escolha deles diante do imperativo de proceder à seleção das fontes.

5.4.1 Um "eminente homem público"

As notícias veiculadas nos jornais impressos no início da década de 1960, que anunciam e comentam o lançamento do livro *A Amazônia e a cobiça internacional,* já compuseram parte desta tese no subcapítulo *A autoridade da história e os usos políticos do passado*, portanto não irei retomá-las aqui. Para além da publicação de *A&CI*, o nome de Arthur Reis na imprensa escrita do Rio de Janeiro se fez recorrente, seja em pequenas notas ou em notícias mais pomposas, predominando aquelas que se referiam ao aspecto da atividade intelectual do autor e sua relação com a Amazônia, mas também ocupando considerável espaço as notícias acerca das atividades políticas de Reis como governador do Amazonas, como se verá mais adiante.

No que tange à vida intelectual de Reis, abrindo a década, o *Correio da Manhã*, em 22 de março de 1960, anunciou a publicação do primeiro volume da coleção *História geral da civilização brasileira*, "escrita por um grupo de especialistas" dirigidos por Sérgio Buarque de Holanda[932]. No primeiro volume constam, segundo esse jornal, dois textos de Arthur Reis, um sob o título "A ocupação portuguesa no Vale Amazônico", e o outro, "Tratados de limites", fato esse demonstrativo de que o trabalho do autor amazonense ainda contava com a admiração de Holanda, revelada desde a década de 1940, como já visto neste trabalho. Se, para José Condé, do *Correio da Manhã*, os autores que compuseram o primeiro volume da coleção formavam "um grupo de especialistas", para Waldemar Cavalcanti, de *O Jornal*, Holanda havia escolhido "uma equipe de colaboradores entre os que entre nós se dedicam ao estudo da evolução histórica do país e nesse terreno alcançaram notoriedade"[933], portanto,

[932] CONDÉ, José. Escritores e livros. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 22 mar. 1960. Segundo Caderno, p. 2.
[933] CAVALCANTI, Valdemar. Lançado o 1° volume da "História Geral da Civilização Brasileira". *O Jornal*, Rio de Janeiro, 4 maio 1960a. Jornal literário, p. 2.

Arthur Reis estava inserido entre esses notáveis especialistas. Em 16 de julho de 1960, *O Jornal do Brasil* noticiou a publicação do segundo volume da coleção dirigida por Holanda, e novamente o nome de Reis aparece na lista dos notórios autores que contribuíram para ele aquele volume[934].

Em meados de julho do mesmo ano, o nome de Arthur Reis apareceu por diversas vezes nos jornais nas notícias acerca da publicação da *Coleção Temas Brasileiros*, da Editora Conquista, desta feita como diretor. Tratava-se, segundo o *Correio da Manhã*, "de uma bela iniciativa digna por todos os títulos de aplauso [...] destinada a tornar-se tão relevante como duas que já circulam entre nós há cerca de trinta anos: a Brasiliana, da Editora Nacional, e Documentos Brasileiros, da José Olímpio"[935]. Entre os três primeiros livros publicados, estava *Amazônia, natureza, homem e tempo,* de Leandro Tocantins, prefaciado por Arthur Reis. Não cabe aqui analisar esse aspecto da vida intelectual de Reis, como coordenador de uma coleção que nascia com a expectativa de alcançar os status das coleções mencionadas pelo *Correio da Manhã*, sob pena de tornar esta pesquisa muito extensa. Sobre isso, vale apenas registrar a presença, entre os primeiros volumes da coleção, do trabalho de Leandro Tocantins, autor também amazonense, o que configura a influência de Reis na publicação de obras de cunho amazônico no circuito editorial do Rio de Janeiro. O incentivo à publicação de obras amazônicas foi uma das vertentes do trabalho intelectual do nosso autor, vertente essa bastante explorada quanto este ocupou o governo do estado do Amazonas e encampou um programa editorial de obras predominantemente de autoria de seus conterrâneos.

No caso da *Coleção Temas Brasileiros*, ora em destaque, sobressai a possibilidade que teve Reis de incentivar essas publicações e de fazê-las ecoar no mundo intelectual fora do norte do país. Nesse sentido, em 1961, segundo registrou o *Correio da Manhã*, saiu o livro *Formação histórica do Acre,* também de Leandro Tocantins, quinto volume da referida coleção, ainda sob a direção de Reis e novamente por ele prefaciado, onde faz questão de evidenciar o ineditismo da iniciativa: "A história do Acre, que se divulga nas páginas deste livro, era inteiramente ignorada em múltiplos de seus aspectos. Guardavam-se, no fundo dos arquivos, muitas das peças fundamentais que a explicavam [...]"[936]. Em suma, dos cinco primeiros livros da coleção, dois eram referentes à temática amazônica. A publicação da

---

[934] MEIRA, Mauritônio. Segundo volume da época colonial. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 17 jul. 1960. Primeiro caderno, p. 6.
[935] ÊXODO Rural no Brasil. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 25 jun. 1960. Primeiro caderno, p. 9.
[936] N. C. Vida cultural: formação histórica do Acre. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 16 ago. 1961. Segundo caderno, p. 2.

coleção – e, consequentemente, o nome do seu diretor – foi bastante divulgada em vários momentos nos jornais-alvo desta pesquisa[937].

Ainda em 1960, o nome de Arthur Reis aparece diversas vezes nos três jornais pesquisados, para noticiar conferências ou cursos por ele ministrados, como o que foi oferecido pelo Departamento de Educação e Cultura do Estado da Guanabara sobre a história do Rio de Janeiro, para o qual Reis foi anunciado, entre outros ministrantes, como componente de "corpo docente altamente qualificado"[938]. Aliás, uma nota de *O Jornal* o incluiu entre os "conferencistas de renome" – lista que contava também com Gilberto Freyre – que já haviam palestrado no Real Gabinete Português de Leitura, no Rio de Janeiro[939].

Ainda no mesmo ano, consta das notícias a nomeação de Arthur Reis, conforme escolha de Carlos Flexa Ribeiro, então secretário de Educação do Governo Carlos Lacerda, para a direção do Serviço de História e Documentação do Rio de Janeiro[940]. Interessante notar que Reis, assumidamente getulista, comporia a equipe do Governo Lacerda, inimigo político de Vargas à época em que este ocupou a presidência do Brasil (1951-1954). Entretanto, no ano seguinte, Reis exonerou-se do cargo. Sobre isso, *O Jornal* publicou: "Lamentável: Arthur Cezar Ferreira Reis deixou a Direção de Arquivo e documentação da Guanabara"[941]. Esclarecimentos acerca do caso foram dados dias antes pelo *Correio da Manhã*:

> Os jornais de sábado publicaram a exoneração, pura e simples, do escritor Arthur Cezar Ferreira Reis, da direção do Departamento de História e Documentação. Parece, para quem leu a publicação oficial da Guanabara, que o Arthur Reis foi demitido. É mentira. O diretor do DHA havia pedido demissão ao governador desde o dia 19 de agosto de 1961, conforme carta que dirigiu ao Secretário de Educação. Mais um que abandona CL [Carlos Lacerda], livrando-se da lama [942].

O *Correio da Manhã* estava, nesse caso, marcando sua posição antilacerdista. Na edição do dia 5 de novembro de 1961, assim afirmava o mesmo periódico, ainda sobre a exoneração de Reis: "O Senhor R. [Arthur Reis], quando exercia a direção do Departamento

---

[937] Há mais de uma dezena de notícias acerca da coleção nos jornais pesquisados. Eis alguns: CAVALCANTI, Valdemar. Nova brasiliana para estudiosos. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 17 jun. 1960c. Jornal literário, p. 2; TEMAS Brasileiros, hoje na livraria São José. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 11 jun. 1960. Primeiro caderno, p. 5.

[938] CURSO de História da cidade do Rio de Janeiro. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 17 set. 1960. Primeiro caderno, p. 12.

[939] REAL Gabinete Português de Leitura: um centro de atividades culturais. *O Jornal*, Rio de Janeiro, p. 7, 15 out. 1960.

[940] AUXILIARES do Secretário de Educação. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, p. 18, 6 dez. 1960.

[941] CAVALCANTI, Valdemar. Nomes, fatos, notícias. *O Jornal*, Rio de Janeiro, p. 2, 13 set. 1960b.

[942] BRANDÃO, Darwin. A notícia dia a dia. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 5 set. 1961. Primeiro caderno, p. 2.

de História e Documentação da Guanabara, mandou o cargo às favas (e o governador também) porque recebeu um carão injusto, em despacho de CL, no Diário Oficial"[943].

O que se quer aqui frisar é a constância e a forma como Reis aparecia nesses jornais. Como se pode notar, por motivos variados, em notícias curtas ou longas, nosso autor estampou diversas páginas dos periódicos pesquisados nos anos de 1960, situação essa intensificada nos anos posteriores da mesma década.

As pequenas notas também acompanharam o período seguinte. Havia aquelas que incluíam o nome de Reis em virtude de nomeação para algum cargo, onde o nome dele era elencado, entre outros, numa lista de reorganização do órgão estatal ao qual estava vinculada, por exemplo, sua escolha para assumir a direção geral do Departamento Nacional de Comércio, no Ministério do Trabalho[944], ou de uma quase nomeação, como a que informou seu aceite para assumir novamente a direção da SPVEA, não concretizada devido a uma "intervenção do PSD". De acordo com o jornal, mediante a pressão do partido, Tancredo Neves acabou recuando e substituindo a indicação de Reis para assumir o cargo sob a seguinte condição: "Tragam-me ao menos um nome do gabarito do Reis". Descontente, prossegue o jornal, "levaram o sr. Mario Dias Teixeira, marinheiro de primeira viagem em política. Esse, o nomeado"[945]. *O Jornal do Brasil*, num texto que desferia críticas ao Governo João Goulart, assim se refere sobre o mesmo fato:

> O Presidente Goulart, por exemplo, quis nomear para a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia, esse eminente homem público, que é o organizador e primeiro superintendente da SPVEA, o historiador Arthur Cezar Ferreira Reis, a nomeação foi vetada pela aliança PSD-PTB e foi para a superintendência um político menor[946].

Além das questões estritamente relativas à nomeação para cargos que motivavam o aparecimento do nome de Reis nos jornais, havia as que citavam suas atividades intelectuais, como palestra no Itamaraty[947], palestra no IHGB[948], aula inaugural[949], eleição para membro da Academia Nacional Portuguesa de História[950], entre outras. Mas, a despeito das constantes

---

[943] LACERDA, Maurício Caminha de. Por trás da notícia: Reis sem coroa. *Correio da Manhã*, 5 nov. 1961. Primeiro caderno, p. 4.
[944] NOMEAÇÕES assinadas pelo Presidente. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 25 jan. 1962. Primeiro caderno, p. 6.
[945] LACERDA, 1961, p. 4.
[946] A ONDA. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 19 nov. 1961. Primeiro caderno, p. 6.
[947] SEMANA de Rio Branco de 10 a 17. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 7 fev. 1962. Primeiro caderno, p. 4.
[948] INSTITUTO Histórico. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 1 jun. 1963. Primeiro caderno, p. 10.
[949] AULA hoje na PUC. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 1 mar. 1963. Primeiro caderno, p. 10; No âmbito das universidades, o *Jornal do Brasil* também informou palestra de Reis sobre a economia africana, na Faculdade Nacional de Filosofia cf. ESTUDOS africanos. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 19 jul. 1963. Primeiro caderno, p. 12.
[950] INFORMAÇÃO. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 3 ago. 1963. Segundo caderno, p. 3.

notas que cuidavam de fazer Arthur Reis presença constante nos impressos do Rio de Janeiro, havia também aquelas de maior destaque, nas quais ele aparecia lembrando sua relação com a Amazônia.

Nesse sentido, em 26 de março de 1963, *O Jornal* publicou notícias acerca de um curso de formação de técnicos em desenvolvimento da Amazônia a ser oferecido em Belém. O texto, assinado por Evaristo Cardoso, inicia destacando o abandono da região, que não havia, ainda, àquela altura, se desenvolvido ou prosperado. O autor fez uma avaliação negativa da atuação da SPVEA, que deixara como lembrança "uma experiência melancólica. Sem obra de profundidade, sem estudos dignos desse nome [...]"[951]. Mas, do rol de fracassos, salvava-se o seu primeiro diretor e o 1° Plano Quinquenal do órgão, elaborado pela sua equipe, que "foi uma grande esperança para a região. Foi um trabalho digno de apreço, graças à equipe formada pelo professor Arthur Reis. Depois dessa iniciativa, que não foi aproveitada, o planejamento na Amazônia perdeu sua significação e substância" [952]. Dessa forma, o autor desvinculava o nome de Reis da crise pela qual passava a SPVEA.

Em síntese, foram muitos e variados os motivos que mantiveram Arthur Reis constantemente citado nos jornais na década de 1960, predominando aqueles relativos à sua ligação com a Amazônia. Para fins de organização desta seção, optei por analisar quatro questões específicas que, pela dimensão nacional que tomaram, apresentam grande relevância, justificando esse recorte temático. A primeira diz respeito ao I Fórum da Amazônia, ocorrido no Rio de Janeiro em 1963 por interferência de Arthur Reis. A segunda refere-se a repercussões na imprensa das práticas políticas do então governador do Amazonas, Arthur Reis. A terceira trata da tentativa de instalação de uma fundação de pesquisas na região amazônica em 1965, com interferência de estudiosos norte-americanos, ação veementemente repelida pelo autor. E o quarto e último caso, ocorrido em 1967, é pertinente à questão dos grandes lagos na Amazônia, proposta pelo Hudson Institute, também dos Estados Unidos, e igualmente rechaçada por Reis, com grande repercussão nos jornais.

5.4.2 I Fórum da Amazônia

Ainda em 1963, aconteceu um importante evento no Rio de Janeiro, responsável por manter o nome de Arthur Reis em diversas notas e reportagens dos jornais, que se ocuparam em divulgá-lo. Trata-se do *I Fórum da Amazônia*, evento realizado na Casa do Estudante do

[951] CARDOSO, Evaristo S. Instalado em Belém o primeiro curso de formação de técnicos em desenvolvimento da Amazônia. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 26 mar. 1963. Primeiro caderno, p. 10.
[952] CARDOSO, 1963, p. 10.

Brasil (CEB)[953] na segunda quinzena de novembro, cujo objetivo era "levar à consciência nacional os mais importantes e graves problemas da região amazônica, como chamar a atenção dos homens de indústria do Sul do país para aquele riquíssimo pedaço do território brasileiro"[954]. Nada mais arthurniano do que essas palavras de efeito que compunham os objetivos do Fórum! Ainda que elas tenham sido ditas por Alfredo Viana, então presidente da Casa do Estudante, vê-se claramente que se tratava de uma propagação do discurso de Reis.

A notícia dada pelo *Correio da Manhã* trazia a foto de Viana. Acima da foto, a inscrição – *Problemas* –, e abaixo, a legenda – "O sr. Alfredo Marques Viana pede ao Sul do país ajuda para a Amazônia". Parece que os amazônidas, preocupados em chamar a atenção do Brasil, ou melhor, dos investidores capitalistas para a Amazônia, certamente encabeçados por Arthur Reis, quis, desta feita, que essa voz ecoasse a partir dos estudantes[955].

O *Jornal do Brasil* trouxe uma fala de Clarice Lispector, uma das apoiadoras do evento: "o Fórum já devia ter sido promovido há muito tempo, e sendo-o agora pelos estudantes 'é um símbolo da mocidade e do futuro do Brasil'"[956]. Talvez Lispector tenha, nessa fala, resumido as intenções daqueles que escolheram a CEB para abrigar o evento como símbolo do apoio estudantil. Logo após a fala de Lispector, a notícia do *Jornal do Brasil* encerrava com as palavras do presidente da CEB: "O sr. Alfredo Marques Viana frisou que o Fórum será realizado na Guanabara porque chamará a atenção dos industriais do Sul, 'e é no Sul que estão os grandes capitais"[957]. Logo, percebe-se que a imprensa também reproduziu a ideia de que eram os estudantes que estavam promovendo o evento. Todas as notícias analisadas trazem essa ideia. O evento era anunciado como uma promoção da CEB:

> Com uma conferência do historiador e professor Arthur Cezar Ferreira Reis (tema: A Revelação da Amazônia), será instalado, no próximo dia 25, um Fórum sobre a Amazônia, promovido pela Casa do Estudante do Brasil, em combinação com o Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia[958].

---

[953] A Casa do Estudante do Brasil, fundada em 13 de agosto de 1929, foi a primeira entidade de abrangência nacional, com sede no Rio de Janeiro, criada com o fim de prestar assistência estudantil e promover atividades culturais. Cf. CASA do Estudante do Brasil. *In*: FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. [*Verbete temático*]. Rio de Janeiro: FGV/CPDOC, 2009. Disponível em http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/casa-do-estudante-do-brasil. Acessado em: 22 nov. 2019.

[954] FÓRUM estudará a região amazônica. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 5 nov. 1963d. Primeiro caderno, p. 9.

[955] Quando Reis ocupou o governo do estado do Amazonas, implantou um projeto de incentivo estatal para que estudantes do Sul/Sudeste fossem conhecer a Amazônia, na mesma perspectiva de que os estudantes representavam o futuro do Brasil.

[956] ESCRITOR acha que o Fórum da Amazônia provará que jacarés já não são tantos. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 5 nov. 1963. Primeiro caderno, p. 10.

[957] ESCRITOR..., 1963, p. 10.

[958] FÓRUM. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 7 nov. 1963a. Segundo caderno, p. 2.

Nota-se que o Inpa aparece em segundo plano, e nas reportagens de divulgação, em nenhum momento se evidenciou o diretor do instituto amazônico, antes, ressaltou-se o protagonismo do presidente da CEB. É necessário que se diga que o então diretor do Inpa era Djalma Batista, amigo de confiança de Arthur Reis, que em carta do primeiro dirigida ao segundo, a certa altura, enquanto ocupava o cargo, escreveu para Reis dizendo que não poderia permanecer na função, que lá só estava a pedido do nosso autor. Portanto, apesar de não estar na direção do Inpa, Reis ainda exercia muita influência naquele instituto por meio da direção do seu amigo e discípulo.

As notícias destacaram também que o evento não contava com "ajuda oficial"[959], mas que, no entanto, tinha o apoio de personalidades do mundo das letras, como Lispector e Manuel Bandeira. Esse último teria afirmado que achava a ideia do Fórum "muito louvável"[960], além de contar com o apoio de autoridades do mundo político, como o ministro da Fazenda, Carvalho Pinto, que em carta à CEB assim se expressou: "o debate público a respeito da Amazônia, tão sacrificada, muito poderá contribuir para a melhor compreensão dos seus problemas e necessidades, no interesse de uma sempre crescente integração econômica do território nacional"[961].

Em 17 de novembro de 1963, o *Correio da Manhã* noticiou o apoio ao evento por parte do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico (BNDE):

> O sr. Genival de Almeida Santos, diretor superintendente [do BNDE], dirigiu ofício à Casa do Estudante do Brasil considerando "oportuna e meritória a promoção de debates sobre problemas da região amazônica, ainda quase desconhecida, para que se dê a todos os brasileiros consciência das possibilidades futuras daquela área e um retrato da realidade presente". Cumprimentou a CEB pela ideia e prometeu apoio do BNDE para maior êxito do Fórum sobre a Amazônia[962].

A mesma notícia informava ainda que o evento estava recebendo "inúmeras manifestações de apoio". Além do ministro da Fazenda, posicionaram-se a favor do Fórum os ministros da Marinha, da Saúde, da Justiça e das Relações Exteriores, e ainda o presidente do Senado, "sr. Auro Moura Andrade; deputados, entidades técnicas e culturais, além de diversas personalidades"[963].

Dessa forma, o evento ia ganhando a notoriedade que desejavam seus organizadores, que obtiveram a audiência da mídia, conforme esperavam, pois previam a promoção de um

---

[959] FÓRUM..., 1963d, p. 9.
[960] ESCRITOR..., 1963, p. 10.
[961] ESCRITOR..., 1963, p. 10.
[962] FÓRUM da Amazônia com apoio do BNDE. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 17 nov. 1963c. Primeiro Caderno, p. 1.
[963] FÓRUM..., 1963c, p. 1.

debate público "com a mais ampla cobertura nacional, por meio da imprensa, rádio, televisão e cinema"[964]. Desejavam, de acordo com os promotores do evento ouvidos pelo *Jornal do Brasil*, "como única e principal finalidade levar à consciência nacional os graves e importantes problemas da Amazônia, sem outros objetivos, senão de provocar, pela agitação do problema, a reação governamental e da opinião pública em favor daquela região"[965]. Só os três jornais aqui analisados, somados, noticiaram o evento 24 vezes, sem contar os outros meios impressos, que não fizeram parte da nossa análise, e os canais de televisão, que fizeram a cobertura do evento, conforme deixa ver o texto de Lasinha Luís Carlos para o *Correio da Manhã*[966].

Aliás, uma vez mais o presidente da CEB ganha destaque. No referido texto de Luís Carlos, que analisa os programas de TV, nos quais o evento repercutiu, Alfredo Viana, presidente da CEB, foi o primeiro a aparecer. Eis sua fala ao programa "Nossa Cidade", no canal 13 de televisão: " 'Chegou o momento da Amazônia! Não podemos continuar a ignorá-la!', exclama o jovem e vibrante presidente da Casa do Estudante do Brasil"[967]. Depois dele, falou também na TV Plínio Coelho, então govenador do Amazonas, Áureo Nonato, Sócrates Bonfim e Arthur Reis. "[Uma] plêiade de homens doutos [pormenorizando] a fundo o assunto de tão magna importância [...]"[968], afirmou o *Correio da Manhã*.

Além dos nomes mencionados acima, estiveram presentes no evento uma série de outros, sendo que a maioria palestrou sobre a região amazônica, como Mario Ypiranga Monteiro, Amilcar Tupiassú, Armando Dias Mendes, Cosme Ferreira Filho (tio de Reis), Jarbas Passarinho, Eduardo Galvão e Djalma Batista[969]. Foram os grandes nomes da Amazônia tomando conta da cena no Rio de Janeiro, bem ao gosto do que desejava Arthur Reis e grande parte da elite intelectual amazonense.

Estava em evidência a Amazônia, assim como o estavam os seus intelectuais. Arthur Reis abriu e encerrou o evento. No fechamento, segundo o *Correio da Manhã,* fez um "minucioso histórico de toda a vasta região amazônica"[970] (Figura 4).

---

[964] FÓRUM, 1963a, p. 1.
[965] CASA do Estudante do Brasil instala amanhã Fórum sobre a Amazônia. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 24 nov. 1963. Primeiro caderno, p. 21.
[966] CARLOS, Lasinha Luís. Televisão: palavras de fé nos destinos da Amazônia. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 6 dez. 1963. Segundo caderno, p. 3.
[967] CARLOS, 1963, p. 3, grifo do autor.
[968] CARLOS, 1963, p. 3.
[969] FÓRUM, 1963a, p. 1.
[970] ENCERRA-SE o Fórum da Amazônia. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 1 dez. 1963. Primeiro caderno, p. 2.

Figura 4: Fala de Arthur Reis na reunião de encerramento



Fonte: Operação Amazônia[971].

Estavam cumpridos, portanto, os objetivos do evento, de acordo com a análise de Áureo Nonato, um de seus organizadores: "Foram amplamente atingidos os objetivos do Fórum, cujo resultado foi um chamamento e um apelo à opinião pública e aos poderes da nação para uma tomada de consciência com relação ao abandono e aos gravíssimos problemas que sofre a região amazônica"[972].

Em 1966, por conseguinte, cerca de três anos após a realização do Fórum, o mesmo Áureo Nonato afirmou ao *Jornal do Brasil* que a Operação Amazônia, recém-implantada pelo governo militar, da qual já tratei no terceiro capítulo desta tese, era resultado direto daquele Fórum, visto que lá ela fora "apontada e aconselhada à Nação e às autoridades"[973]:

> Sustenta ainda o Sr. Nonato que a execução do plano federal é baseada em algumas das principais medidas recomendadas pelo fórum, como é o caso da SUDAM, "que sepultou de vez a infeliz SPVEA'; do I Encontro de Investidores da Amazônia, a se instalar em Manaus no próximo dia 3 de dezembro; e até mesmo a designação de Operação Amazônia" [974].

Afirmou ainda o *Jornal do Brasil* que Nonato havia enviado carta ao presidente da República e ao ministro Extraordinário para a Coordenação dos Organismos Regionais, João Gonçalves de Sousa, pondo em relevo a figura de Arthur Reis, "amazonense, de há muito apaixonado e preocupado com os grandiosos destinos da nossa tão esquecida Amazônia", que à época era governador do Amazonas e orientou a realização do Fórum. Na carta, Nonato pedia que

---

[971] OPERAÇÃO Amazônia. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 3 dez. 1963. Primeiro caderno, p. 2.
[972] FÓRUM atingiu seus objetivos. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 3 dez. 1963d. Primeiro caderno, p. 15.
[973] OPERAÇÃO Amazônia teria sido baseada em fórum de estudantes há três anos. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 27 nov. 1966. Primeiro caderno, p. 13.
[974] OPERAÇÃO..., 1966, p. 13.

> a Operação Amazônia [fosse] verdadeiramente uma batalha em favor do soerguimento econômico, cultural e científico da região. – Só assim – finaliza – teremos a Amazônia desenvolvida, integrada, capaz de reagir contra o abandono e o verdadeiro vexame que é o subdesenvolvimento e suas aviltantes consequências, a que os governantes sempre nos impuseram; *afastando dessa forma o perigo da cobiça internacional,* tão temida pelos brasileiros, mas sempre subestimada pelas autoridades responsáveis[975].

Nonato confirma que era Arthur Reis quem estava orientando a realização do Fórum, embora naquele momento se quisesse passar a impressão de que a ideia vinha dos estudantes, e conclui reproduzindo o discurso da cobiça internacional. Como se pode constatar, Reis esteve à frente de grande parte dos debates que foram travados acerca da Amazônia naquele período, num discurso que orientou a prática política. Por muito tempo, o autor amazonense foi praticamente unanimidade de crítica positiva na mídia impressa, até que fosse indicado para assumir o governo do Amazonas durante o período militar e passasse, a partir daí, a dividir as opiniões, conforme analiso a seguir.

5.3.3 Arthur Reis no Governo do Amazonas

Em 18 de junho de 1964, os principais jornais da capital federal davam a notícia da escolha de Arthur Reis para governar o estado do Amazonas. Ele foi, portanto, o primeiro governador do Amazonas após a instauração da ditadura militar, resultante do Golpe de 31 de março de 1964, data que inaugurou o que viria a ser um longo período de regime autoritário e centralista de governo, do qual Reis fez parte, coadunando com as intenções dos militares.

O período no qual ele exerceu o poder no Executivo amazonense (de 27 de junho de 1964 a 31 de janeiro de 1967) correspondeu em quase sua totalidade ao exercício de Castelo Branco na Presidência da República (de 15 de abril de 1964 a 18 de julho de 1967). Aliás, foi por indicação deste que a Assembleia Legislativa do Amazonas escolheu Reis para o cargo.

Ao deixar seu mandato, Reis publicou um livro com a intenção de prestar contas dos seus dois anos e seis meses à frente do governo amazonense. Neste, fez algumas considerações do que pensava daquele período de inauguração da ditadura, iniciada após um golpe militar, que ele e muitos outros partidários daquele momento político denominavam de Revolução:

> Estava a serviço do Brasil no exterior, na Conferência Internacional de Genebra, convocada pela ONU, para o exame referente ao comércio e ao desenvolvimento universais, quando a Revolução de 31 de março alterou os quadros da vida brasileira, pondo fim a um momento político que prenunciava experiência de consequências difíceis de medir. [...] Por mais de uma vez, na área militar, pretendera-se com o concurso de áreas civis, a solução imediata, mas incerta, duvidosa. A simples mudança de homens no poder, que a muitos satisfazia e era, realmente, para esses muitos, o suficiente, não parecia bastante para muitos outros

[975] OPERAÇÃO..., 1966, p. 13, grifo nosso.

> que desejavam uma transformação mais radical. Participei de alguns desses esforços para a mudança. A angústia de alguns, talvez a descrença de outros, impediram ou retardaram a ação revolucionária que todos sentiam fatal, hoje ou amanhã [976].

Ainda segundo Arthur Reis, no Amazonas, a situação política anterior à "Revolução" era vexatória. "Desatinos e desonestidades" praticadas por aqueles que ocupavam o poder, responsáveis pela "destruição dos melhores padrões de civismo e de cultura", eram conhecidos de todo o país, posição que deveria causar vergonha aos amazonenses. Portanto, naquele estado, assim "como nas outras áreas do país também havia a preparação revolucionária", da qual o próprio Reis afirmou, orgulhosamente, ter participado entre 1956 e 1958, quando residiu em Manaus, período no qual dirigiu o Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia. Sobre seu envolvimento nos preparativos para o que veio a se configurar como o golpe militar, e sobre sua escolha para ocupar o governo do Amazonas, assim afirmou o autor:

> A história política que se escrever, um dia, daquele período de tanta demagogia, de tanto desatino mas, também, de tanto descontentamento, há de se registrar o que aqui ocorreu e justificava plenamente aquela solução revolucionária. Quando, por isso, ao desembarcar no Rio de Janeiro, em junho de 1964, tomei conhecimento de que fora eleito Governador do Amazonas por decisão da Assembleia Legislativa Estadual, compreendi imediatamente porque fora preferido nos mais altos escalões do Comando Revolucionário. Ademais, à frente de órgãos e serviços da União, conquistara o respeito dos meus superiores hierárquicos na administração federal, autorizando a escolha de quem não participava da vida partidária e se realizava como professor universitário e servidor da União[977].

Para Arthur Reis, a ruptura política que se iniciara com a entrada dos militares no poder na esfera federal apresentava-se como uma solução necessária, da qual se envaidecia de ter participado desde os seus preparativos até a sua passagem pelo governo estadual. Por isso, o golpe impetrado pelos militares, assim como a indicação do seu nome para ocupar o Executivo amazonense, enquanto participava da conferência em Genebra, não lhe causaram surpresa:

> Lembro-me bem de que, às vésperas de minha partida para o exterior, como integrante da delegação brasileira na qualidade de delegado – representante do Ministério da Indústria e Comércio, de cuja estruturação fizera parte como membro da comissão encarregado da tarefa, ao despedir-me de Marcial Dias Pequeno, então Secretário Geral do Ministério, ouvi daquele companheiro, com quem tanto aprendi a dirigir, que o país não demoraria a experimentar a solução revolucionária[978].

Ao retornar de Genebra, no Aeroporto Internacional do Galeão, no Rio de Janeiro, Reis recebeu dos jornalistas, que estavam à sua espera, a notícia da escolha do seu nome para governar o Amazonas. Assim, em 18 de junho de 1964, os jornais noticiavam a escolha do novo governador do Amazonas.

---

[976] REIS, 1967, p. 9.
[977] REIS, 1967, p. 11.
[978] REIS, 1967, p. 11.

O *Correio da Manhã* informou, baseado em declarações de Arthur Reis no seu desembarque no Rio de Janeiro, que este não possuía nenhuma filiação partidária, sendo o magistério área de sua primordial dedicação: "O sucessor do sr. Plínio Coelho é professor da Universidade Católica, da Fundação Getúlio Vargas, da Faculdade de Filosofia de Petrópolis e alto funcionário do Ministério da Indústria e Comércio"[979].

Segundo *O Jornal*, embora Arthur Reis não soubesse de sua eleição, visto que só foi notificado de tal fato ao desembarcar no Galeão, afirmou, quando abordado pelos repórteres, ainda no aeroporto, que "a notícia da sua eleição não lhe causou impacto, porque está acostumado com as sensações"[980]. Sendo assim, de algum modo, deflagrada o que Reis chamou de "solução revolucionária"[981], sabia ele que seus serviços poderiam ser requeridos, o que foi confirmado, no mesmo sentido, pelo *Jornal do Brasil*: "Depois de afirmar que não ficou totalmente surpreso com sua eleição, porque 'é um filho da terra', o Governador do Amazonas, Sr. Arthur Cezar Ferreira [...] anunciou que vai encontrar-se com o Presidente Castelo Branco, quarta-feira, para saber como é que foi eleito"[982].

Ainda segundo o *Jornal do Brasil*, quando perguntado acerca da composição do seu secretariado, Reis afirmou não ter ainda estudado a situação, mas que estariam entre os escolhidos nomes que se identificassem com as questões regionais: " – A primeira coisa que pretendo fazer no momento – concluiu o Sr. Arthur Cezar Ferreira Reis – é identificar-me com a revolução, uma vez que em Genebra só ouvi boatos. Sei apenas que a revolução era a única maneira de acabar com a bandalheira"[983]. Finalizando a notícia, o *Jornal do Brasil* apresentou a extensa atividade do novo governador no serviço público e no campo intelectual.

A análise das representações de Arthur Reis, construída nos periódicos durante o regime militar, vai ao encontro de outras pesquisas que tomaram a imprensa durante a ditadura como fonte privilegiada, demonstrando as ambiguidades e a complexidade das relações dos grandes órgãos de comunicação com os militares. Como afirma Eduardo Chamas, ao contrário da memória socialmente construída, que costuma colocar a imprensa como expressão da resistência ao golpe militar, o estudo dos desdobramentos das relações entre imprensa e governo militar nos anos iniciais do golpe revela um enredo bem mais

---

[979] NOVO governador do Amazonas. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 18 jun. 1964a. Primeiro caderno, p. 6.
[980] NOVO governador do Amazonas: foi surpresa eleição. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 18 jun. 1964b. Primeiro caderno, p. 2.
[981] NOVO..., 1964b, p. 2.
[982] GOVERNADOR do Amazonas vai a Castelo para saber como é que foi eleito. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 18 jun. 1964c. Primeiro caderno, p. 4.
[983] GOVERNADOR..., 1964c, p. 4.

complexo, com pontos de aproximação e tensões entre o novo governo instituído e os grandes jornais circulantes no Rio de Janeiro.

Os três jornais aqui analisados, por exemplo, atuaram na derrubada de João Goulart. Sobre essa questão, são famosos os editoriais do *Correio da Manhã* com os títulos "Basta!" e "Fora!", que pediam a saída do então presidente, portanto prestando claro apoio ao golpe militar. Posteriormente, entretanto, ao ser instaurado o Ato Institucional n° 1, o AI -1, as tensões entre a imprensa e o novo governo foram revelando suas complexidades. O *Correio da Manhã*, por exemplo, começava a ver sob certo risco a "aposta na militarização temporária do aparelho de Estado", e o *Jornal do Brasil*, enquanto "silencia acerca das perseguições políticas ou das cassações dos mandatos e defende o AI-1 e a eleição indireta de Castelo Branco, decide se manifestar, já na segunda quinzena de abril, contra o arbítrio que atinge as garantias individuais" [984].

Desse modo, as inflexões que marcaram as relações da imprensa com o governo instituído pelos militares são também reveladas nas matérias que noticiam as ações de Arthur Reis no governo do Amazonas. A princípio, os jornais não se impuseram à sua assunção ao poder, ao contrário, apresentaram-no em suas páginas em tom ameno e até elogioso, como fez o *Correio da Manhã*, que ainda em junho de 1964, por meio de Anderson Magalhães, colunista do referido jornal, sob o pseudônimo All Right, elogiou "a revolução em marcha [pelo] bem que fez a dois Estados, o Pará e o Amazonas", endossando a escolha de Reis para assumir o Executivo do Amazonas[985]. Sobre essa questão, afirmou:

> [...] o importante foi a substituição do governador por um cidadão como Arthur Cezar Ferreira Reis, cuja vida limpa é de todos conhecida e que naturalmente vai dar a sua terra o esforço da sua inteligência, do seu preparo, para reerguê-la à posição que merece. Se a política no Brasil fosse feita no interesse coletivo, e não a mixórdia de campanário em que sempre se distinguiu, Arthur Reis de há muito deveria ter sido escolhido pelos seus coestaduanos para governá-los. Mas como não era e não é político que sirva a objetivos facciosos, que considera a política como a arte de bem governar, nunca mereceu, infelizmente, a atenção dos dominadores da longínqua unidade federativa, que o deixaram sair do Estado para vir prestar relevantes serviços na área federal[986].

Magalhães lembrou ainda quando o Governo Federal "teve a ideia acertada" de nomear Reis como o primeiro diretor da SPVEA: "Única oportunidade na vida dessa empresa, em que sua utilidade [da SPVEA] se fez sentir"[987]. Após relatar o modo como Reis recebeu a

---

[984] CHAMMAS, Eduardo Zayat. *A ditadura militar e a grande imprensa: os editoriais do Jornal do Brasil e do Correio da Manhã*. 2012. p. 46. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.
[985] RIGTH, All. Estados recuperados. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 23 jun. 1964. Primeiro caderno, p. 2.
[986] RIGTH, 1964, p. 2.
[987] RIGTH, 1964, p. 2.

notícia de sua escolha para o governo e dar as credenciais do autor no serviço público e no magistério, destacando ainda sua vida apartidária até aquele momento, Magalhães encerrou o texto nestes termos:

> Quero saudar esse amazonense ilustre, que conheci menino de calças curtas em Manaus, desejando-lhe o maior êxito na sua missão, que certamente foi recebida com o alvoroço natural de um filho que vai rever o lar paterno, sua gente, seus velhos amigos, em condições de lhe dar toda dedicação, visando ao bem geral do abençoado, mas nem sempre feliz torrão dos Barés[988].

Segundo o próprio *Correio da Manhã*, Magalhães, que era cearense, havia passado "uns tempos em Manaus"[989]. Certamente, esse foi o tempo em que conheceu Reis, quando este ainda era criança. Frise-se que a opinião de Magalhães – funcionário antigo do *Correio da Manhã* e responsável por uma coluna diária neste – pode ser tomada como representante das credenciais de Reis perante boa parte da mídia impressa carioca à época.

Entretanto, esse apreço foi dando lugar a tons mais ácidos com o qual o nosso autor passou a ser representado nessa mesma mídia, configurando, portanto, uma ruptura com o costumeiro tom louvaminheiro com o qual este vinha, predominantemente, sento representado até então, isso porque Reis protagonizou alguns episódios, dos quais trataremos aqui brevemente, que modificaram o tom da imprensa a seu respeito, especificamente no que se refere à sua atuação como governador.

Menos de dois meses após assumir o governo, Arthur Reis fechou a Assembleia Legislativa Estadual, impediu o funcionamento do Tribunal de Justiça e ordenou a prisão do ex-governador, Plínio Coelho. A princípio, os jornais noticiaram o fato mantendo um tom apenas informativo. Em 11 de agosto de 1964, o *Jornal do Brasil* trouxe a notícia na capa:

> O governador Arthur Reis fechou e ocupou militarmente a Assembléia Legislativa, que rejeitara um veto seu ao aumento da magistratura, *fechou os jornais* O Trabalhista e A Gazeta, e anunciou a prisão do ex-governador Plínio Coelho e de todos os secretários do ex-governador, segundo anunciou, em discurso no Congresso, o Senador Desiré Guarani[990].

No mesmo dia, o *Correio da Manhã* manteve postura semelhante à do *Jornal do Brasil*, também dando sucintamente a notícia na capa. No dia seguinte, ao acirrar-se a crise no Amazonas, os três jornais passaram a dar considerável espaço às notícias acerca do caso, dando vazão à voz da oposição, que criticava as medidas arbitrárias tomadas por Arthur Reis.

---

[988] RIGTH, 1964, p. 2.
[989] FALECEU All Rigth: tinha 49 anos de Correio da Manhã. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 6 set. 1967. Primeiro caderno, p. 2.
[990] FECHADA a Assembleia do Amazonas. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 11 ago. 1964. Primeiro caderno, p. 1. Grifo nosso.

Nesse sentido, publicou o *Jornal do Brasil* que, enquanto notícias chegadas de Manaus confirmavam o fechamento da Assembleia, o general Costa e Silva assegurava no Palácio da Laranjeiras que o Legislativo amazonense estava em funcionamento normal. Enquanto isso, afirma o jornal,

> De Brasília nos chega a informação de que a Assembléia foi realmente fechada, fato que configura, queira ou não o Sr. Arthur Reis, crime contra a ordem constitucional, passível pois de intervenção federal, na base do que preceitua o item V do artigo 7° da Constituição Federal, dispositivo que não foi alterado pelo Ato Institucional. E ainda de acordo com o que estabelece o artigo 10° da Carta de 46, também não derrogado pelo Edito revolucionário, cabe ao presidente da República, sem mais tardança, decretar a intervenção no Amazonas e submetê-la, sem prejuízo de sua execução imediata, à aprovação do Congresso Nacional[991].

De início informativas, aos poucos as notícias sobre Reis vão aparecendo entremeadas pelas opiniões dos jornais. Na mesma edição do dia 12, o *Jornal do Brasil*, dando grande vazão ao caso, dedica um terço de página para tratar do assunto, e no topo da notícia se lê em evidência o título: "Castelo Branco envia emissário ao Amazonas para testar denúncia". O *Jornal do Brasil*, assim como os demais analisados, buscava mostrar os vários ângulos da notícia, fazendo questão, entretanto, de evidenciar que o governador amazonense havia cometido ilegalidades. O *JB* trouxe a versão dada por Leandro Tocantins, representante do governo do Amazonas no Rio de Janeiro, afirmando que a Assembleia não fora fechada, tendo somente a esta sido enviadas tropas a fim de "preservar a integridade dos deputados [...] ameaçados pelo povo desde que aumentaram os seus subsídios"[992]. Mas ocupou maior espaço a versão da oposição, que veio em dois momentos da notícia. A primeira, com o subtítulo "Senador acusa Reis de liquidar a democracia", trazia a repercussão do caso no Senado. Afirmava o *JB* que na sessão da Câmara do dia anterior Desiré Guarani havia feito "um violento discurso" contra Arthur Reis, "acusando-o de liquidar o regime democrático no Estado". Eurico Resende, por sua vez, sugeriu ao orador "que se providenciasse um exame de sanidade mental desse governador, pois o relato que ouvimos nos evoca o tempo de Nero". Segundo ainda o mesmo jornal, o discurso de Guarani recebeu o apoio de Vivaldo Lima e de Edmundo Levi. Aquele senador havia iniciado o discurso afirmando que

> No amazonas "assistiu-se o funeral da democracia, através das maiores ignomínias contra as instituições", provando com a exibição de jornais do Estado que estampam fotografias de deputados cercados por militares, as notícias de que as tropas da polícia estadual haviam cercado e fechado a Assembleia Legislativa[993].

---

[991] MUNDO político. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 12 ago. 1964. Primeiro caderno, p. 9.
[992] CASTELO BRANCO envia emissário ao Amazonas para testar denúncia. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 12 ago. 1964. Primeiro caderno, p. 3.
[993] CASTELO BRANCO..., 1964, p. 3. Grifo do autor.

Eurico Resende, reforçando as palavras de Guarani, teria afirmado que tudo aconteceu porque o governador tinha "horror a críticas". Por isso, seu veto ter sido derrubado pela Assembleia atribuiu à ação dos deputados e à interferência do ex-governador, Plínio Coelho, "cuja prisão determinou".

> Mas – prosseguiu – os fatos graves não ficaram nessa intervenção contra o Legislativo estadual. Tendo sido solicitado habeas-corpus em favor do Sr. Plínio Coelho, o Tribunal de Justiça se reuniu às 3 horas da manhã, solicitando informações ao Secretário de Justiça e Interior, que nada informou, pois o responsável direto pela prisão era o próprio governador Arthur Reis [994].

Em prosseguimento ao discurso, Resende afirmou ainda que Arthur Reis determinou que se impedisse o funcionamento do Tribunal de Justiça. Segundo o *JB*, Guarani, em acordo com Resende, "passou a daí por diante aludir ao Sr. Arthur Reis sempre como insano, dizendo ter ele horror a críticas e investindo em termos fortes, como carcomido de vermes".

Dando voz à oposição, o *JB* completou informando sobre o fechamento dos jornais *O Trabalhista* e *A Gazeta*, por ordem de Arthur Reis, "passando por cima da lei e tudo mais". "Num longo aparte, o Sr. Vivaldo Lima, amigo de infância do Sr. Arthur Reis, disse estranhar o seu comportamento, pois viu sua elevação ao governo do Amazonas com a máxima esperança".

O Jornal, também do dia 12 de agosto, afirmou na capa que constava de outras páginas da referida edição a versão do governador Arthur Reis e da oposição sobre o caso. Mas aquela folha fez questão de deixar claro, ainda na capa, que "filtradas as notícias, entretanto, tudo indica ter havido realmente ocupação militar da Assembleia e do Tribunal de Justiça"[995], e passa a narrar os acontecimentos citando um documento despachado de Brasília que sintetizava o ocorrido, transcrito a seguir:

> Os fatos no Amazonas tiveram a seguinte sequência, conforme pronunciamento já inteiramente confirmado: o governador Arthur Reis enviou à Assembleia Legislativa recentemente projeto de lei reajustando os vencimentos da magistratura. Na proposição, o líder do governo, deputado Andrade Neto, apresentou substitutivo, que foi aprovado e posteriormente vetado pelo Sr. Arthur Reis. Ao mesmo tempo a Assembleia aprovou o aumento dos subsídios dos deputados de 480 para 780 mil cruzeiros.

Segue *O Jornal* o relato, afirmando que, ao ter a Assembleia aprovado o aumento de subsídios dos deputados, Arthur Reis, em desacordo com tal ação, recorreu ao Tribunal de Justiça do Amazonas, visando impedir o referido aumento. O Tribunal de Justiça, porém,

---

[994] CASTELO BRANCO..., 1964, p. 3.
[995] AMAZONAS: intervenção federal apontada como única solução. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 12 ago. 1964b. Primeiro caderno, p. 1.

"negou a medida solicitada pelo chefe do executivo". Os deputados estaduais, por sua vez, rejeitaram o veto de Arthur Reis ao aumento do judiciário, "iniciando-se a crise".

A posição do próprio governador Arthur Reis sobre o caso foi dada por *O Jornal*, sob o título "Governador do Amazonas: cerquei a AL para prender um ladrão". Segundo esse periódico, Reis se manifestou via telefone, afirmando que não havia mandado fechar a Assembleia, tendo "apenas [ordenado] que sua sede fosse fechada pela tropa federal, [e que] o Legislativo, embora ainda guarnecidos por soldados do Exército, poderá reunir-se a hora que quiser"[996]. Sobre a prisão de Plínio Coelho, Reis se referiu nestes termos: "Ele foi preso porque é um ladrão"[997].

O Governo Federal, por sua vez, se pronunciou por meio de nota oficial do Ministério da Justiça, afirmando, entre outras coisas, que o presidente havia enviado a Manaus alguém de sua confiança para apurar o caso, e disse estar agindo com cautela diante da situação, mas que não faltaria "ao seu dever constitucional de assegurar por todos os meios o pleno exercício dos poderes estaduais, a forma republicana representativa de governo e a harmonia dos poderes [...]"[998].

Ressalte-se que o caso ganhou destaque de primeira página nos jornais. As notícias, quando não vinham na capa, ocupavam lugares de relevo em outros cadernos, com títulos de topo de página. O *Correio da Manhã* trouxe a manchete "Castelo apura caso do Amazonas", também fazendo referência às providências tomadas pelo Governo Federal acerca do caso. Segundo esse jornal, Milton Campos, ministro da Justiça, informara que o "problema amazonense" teria solução definitiva em 48 horas. Castelo Branco, por sua vez, enviava o general Jurandir Bizarria Mamede, "para em seu nome, apurar a verdade"[999].

O *Correio da Manhã* afirmou ainda que, em telegrama do dia 11 de agosto, recebido por Castelo Branco, da parte de Arthur Reis, este "não somente confirmou a interdição da Assembleia Legislativa, mas até a justificou como sendo um imperativo revolucionário"[1000]. Este era o teor do telegrama, transcrito no referido jornal:

> Vim governar o Amazonas por escolha pessoal de Vossa Excelência, para aqui implantar os princípios da revolução. Disse-me Vossa Excelência que fizesse deste

[996] GOVERNADOR do Amazonas: cerquei a AL para prender um ladrão. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 12 ago. 1964b. Primeiro caderno, p. 7.
[997] GOVERNADOR..., 1964b, p. 7.
[998] GOVERNADOR..., 1964b, p. 7.
[999] CASTELO apura caso do Amazonas. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 12 ago. 1964. Primeiro caderno, p. 1.
[1000] CASTELO..., 1964, p. 1.

> Estado um exemplo e mostra da revolução, pois gozava ele e toda a região do pior conceito nacional, como centro de corrupção [...]. Tentei cumprir a missão [...][1001].

Após fazer uma relação das ações políticas realizadas pelo seu governo, no sentido de atender ao que o presidente havia solicitado, Arthur Reis toca na questão específica do fechamento da Assembleia:

> Em meio à resistência encontrada nesse trabalho de reforma e recuperação moral, vi-me ainda obrigado a recorrer ao Judiciário contra o aumento inconstitucional e imoral votado por deputados dos seus próprios subsídios. [...] Vi-me também no dever, pela situação do erário do Estado, que não tem faculdade emissora, de vetar o aumento da magistratura. Tal aumento era inconstitucional por vincular os vencimentos ao salário mínimo, o que transferia a competência de sua fixação do âmbito estadual para o federal e do Legislativo para o Executivo. Ademais, em Estado, cujo funcionalismo em sua maioria recebe no nível ou abaixo do salário mínimo, somente os vencimentos e subsídios dos membros daqueles poderes é que são vinculados ao que representa um nível de subsistência, o que contraria todo o propósito de justiça social. Hoje, a Assembleia Legislativa recusou o veto, depois de a Justiça recusar a liminar. Diante dessa associação de interesses que o Estado não pode pagar, e na impossibilidade de se conseguir a mudança de conduta pela persuasão e apelando para o cumprimento patriótico do dever, *resolvi praticar atos revolucionários para chamar à razão os que se opõem à concepção dos objetivos revolucionários e à missão que me foi confiada. Interditei a Assembleia Legislativa e detive o ex-governador Plínio Coelho*, a respeito de cuja administração começam a ser apurados atos com atraso. [...] Creio ter levado ao limite extremo de tolerância a preocupação de realizar a limpeza moral indispensável pelos meios sucessórios. Creio, também, ter chegado a hora de proceder com energia, sob pena de se restituir o país ao domínio da mesma corrupção que abria o caminho para a subversão comunista e constituiu caldo de cultura e desfaçatez as resistências do regime e da sociedade. Não sei no resto do Brasil, mas no Amazonas, a revolução se afirma ou é melhor que se enrole a bandeira não atraindo para servi-la, com homens que aceitam o ônus e os riscos consequentes da convicção de que encontram o apoio dos seus dirigentes máximos. Essa a situação na sua configuração real[1002].

O *Correio da Manhã* revelou que, a despeito de alguns desmentidos por parte do governo do Amazonas, que a princípio negou o fechamento da Assembleia, a divulgação do telegrama de Reis não deixava dúvidas quanto às ações arbitrárias das quais se havia valido o governador a serviço da ditadura militar. É relevante também destacar a segurança de Arthur Reis ao tomar essas medidas antidemocráticas, segurança essa que parecia advir do próprio Castelo Branco, que o havia indicado ao cargo. O então governador amazonense gozava da confiança do presidente. Todavia, diante do autoritarismo demonstrado por Reis já no início de seu mandato, os jornais foram dando vazão às críticas no que se referia ao seu governo, como se verá mais adiante.

Por ora, a ênfase fica por conta do desenrolar da crise no governo amazonense. Eis as manchetes que estamparam a capa dos jornais no dia 13 de agosto: "Anunciada renúncia de

[1001] CASTELO..., 1964, p. 1.
[1002] CASTELO..., 1964, p. 1, grifo nosso.

Reis no Amazonas" (*Jornal do Brasil*)[1003]; "Crise no Amazonas: renúncia" (*Correio do Amanhã*)[1004]; "Manaus: governador renunciou, mas situação continua confusa" (*O Jornal*)[1005].

Apesar de os três jornais registrarem que no dia 12 mesmo o presidente Castelo Branco havia recebido relatório de Jurandir Mamede informando que a situação no Amazonas estava sob controle – com a Assembleia funcionando normalmente e Plínio Coelho em liberdade, informação essa validada pela publicação de uma nota oficial no *Jornal do Brasil*[1006] –, afirmavam também terem recebido a notícia de que, na noite do dia 12, Arthur Reis havia renunciado ao cargo, por não concordar com o *habeas corpus* dado ao ex-governador Plínio Coelho. Ainda segundo o *Jornal do Brasil*, o tenente-coronel Morais Rego, assistente militar de Castelo Branco, também enviado a Manaus – "levando a bordo de um avião da FAB uma estação de rádio diretamente ligada com o Palácio do Planalto"[1007] –, concordava com a liberação de Plínio Coelho.

A partir desse momento, os jornais deram espaço a críticas ainda mais contundentes contra Arthur Reis. Na Assembleia Legislativa de Minas Gerais, os deputados protestaram contra as arbitrariedades cometidas por ele. Nesse sentido, em discurso, assim se pronunciou o deputado Cícero Dumont (PR):

> O governador do Amazonas, sr. Arthur Reis, que uns dizem ser professor e outros coronel, não agiu como professor, se o é, e também como coronel não deveria ter agido assim, pois já passou a época do regime revolucionário [...]. Se aquele seu ato se registrasse sem protesto das outras unidades da federação, podemos bem supor que outros Arthur Reis fatalmente apareceriam e cada vez mais violentos[1008].

Os deputados fluminenses também "censuraram [...] na Assembleia, a decisão do Governador do Amazonas". O deputado João Rodrigues de Oliveira afirmou que "o fato embora já superado, coloca o Brasil numa posição inequívoca diante do mundo, porque com a sua atitude fascista, o governador do Amazonas igualou o nosso país a uma dessas muitas republiquetas sul-americanas"[1009].

Ainda segundo *O Jornal*, em Brasília, a Câmara Federal, "onde a crise no Amazonas foi insistentemente mencionada nos debates", também prestou solidariedade à Assembleia

---

[1003] ANUNCIADA renúncia de Reis no Amazonas. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 13 ago. 1964. Primeiro caderno, p. 1.
[1004] CRISE no Amazonas: renúncia. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 13 ago. 1964. Segundo caderno, p. 1.
[1005] MANAUS: governador renunciou, mas situação continua confusa. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 13 ago. 1964 Primeiro caderno, p. 1.
[1006] PRESIDENTE da Assembleia já assumiu o governo do Amazonas. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 13 ago. 1964. Primeiro caderno, p. 3.
[1007] PRESIDENTE, 1964, p. 3.
[1008] PROTESTOS. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 13 ago. 1964. Segundo caderno, p. 1.
[1009] DEPUTADOS fluminenses censuram ação de Reis. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 13 ago. 1964. Primeiro caderno, p. 3.

Legislativa amazonense, “em telegrama firmado pelo seu presidente em exercício, deputado Afonso Celso”[1010].

No dia 14 de agosto, seguindo os acontecimentos em Manaus quanto à crise no governo, *O Jornal* trouxe a seguinte manchete: “Arthur Reis atende ao apelo de Castelo e desiste da renúncia”. Informou o referido jornal que no dia 12 de agosto, irredutivelmente decidido a renunciar, Arthur Reis se dirigiu à Assembleia, onde entregou o documento de renúncia, após o que foi preparar suas malas para retornar ao sul do país. Porém foi interpelado por Jurandir Mamede a desistir da decisão. Mas “isso só foi finalmente conseguido ontem [dia 13 de agosto] através de apelo pessoal do presidente da República”, apelo esse feito por comunicação via telefone[1011]. Tanto *O Jornal* quanto o *Correio da Manhã* [1012] informaram que o general Ernesto Geisel também havia colaborado para a desistência de Reis à renúncia.

Contudo, ao desistir da renúncia, Reis fez algumas exigências ao Governo Federal. A primeira delas era de que se prendesse de imediato o ex-governador, então em liberdade, conforme o direito que lhe assistia o *habeas corpus* expedido pelo Tribunal de Justiça, um dos motivadores para a crise. Exigiu também Arthur Reis a autonomia na nomeação de funcionários federais; estes deveriam ser de sua estrita confiança. Atendendo à primeira exigência do governador, foi novamente decretada a prisão preventiva de Plínio Coelho, que, “tendo ao seu encalço tropas da 8ª Região Militar, mobilizada pelo seu comandante, general Jurandir Bizarria Mamede, [estava] foragido na selva amazônica”[1013].

O Jornal afirmou que a situação na Assembleia estava calma. Mas o *Jornal do Brasil* informou por meio do seu enviado especial a Manaus, José Gonçalves Fontes, que a Assembleia havia se reunido em caráter extraordinário no dia 13 de agosto para votar o impedimento de Arthur Reis, afirmando que a renúncia era irrevogável e deveria apenas ser aceita por Rui Araújo, presidente da Assembleia. Este, no entanto, informou ao enviado especial do *Jornal do Brasil* que, ao receber o pedido de renúncia do governador, verificou que ele não tinha validade, devido à inexistência do reconhecimento em cartório, conforme exigia tal situação. Desse modo, entregou o documento a Jurandir Mamede e este o reteve a fim de solucionar a situação.

[1010] SOLIDARIEDADE. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 13 ago. 1964. Primeiro caderno, p. 1.
[1011] ARTHUR REIS atende ao apelo de Castelo e desiste da renúncia. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 14 ago. 1964. Primeiro caderno, p. 1.
[1012] AMAZONAS: governo recua da renúncia. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 14 ago. 1964a. Segundo caderno, p. 1.
[1013] ARTHUR REIS..., 1964, p. 1.

No entanto, nesse ínterim, chegaram a Manaus o senador Desiré Guarani e os deputados federais João Veiga, Manuel Barbuda e Paulo Coelho, irmão do ex-governador Plínio Coelho. A chegada de políticos da oposição, portanto, reabriu a tensão, dando vazão à convocação da Assembleia, a fim de votar o impedimento de Reis. Assim, uma comissão formada por deputados estaduais se dirigiu à casa de Mamede com o objetivo de reaver o documento de renúncia, e este, por sua vez, informou que havia devolvido o referido documento a Arthur Reis. Os deputados retornaram à Casa Legislativa do Amazonas decididos a votar o impedimento. Entretanto, ouviu-se que, se assim procedessem, o Governo Federal interviria no Estado, pois não iria permitir que Artur Virgílio ou Desiré Guarani ocupassem o posto de governador, conforme desejava parte dos deputados.

O Jornal do Brasil de 15 de agosto informou que os deputados haviam desistido de votar o impedimento de Reis após longa reunião que tiveram com os deputados e o senador chegados de Brasília. Assim, a crise do Amazonas se encerrava com resultados positivos para todos os envolvidos:

> O Governador Arthur Reis porque conseguiu uma indiscutível vitória, mantendo-se no cargo; os deputados estaduais, porque conseguiram a sobrevivência da Assembleia; o general Bizarria Mamede, porque foi bem sucedido em sua mediação; e o ex-governador Plínio Coelho, porque permanece em liberdade, embora foragido[1014].

Ainda segundo o *Jornal do Brasil*, havia notícias de que Plínio Coelho havia conseguido fugir para Brasília com a ajuda do seu irmão, Paulo Coelho. Este, por sua vez, afirmava não saber o paradeiro de Plínio e acusava Arthur Reis de o haver sequestrado.

Após divulgarem que a crise estava, aparentemente, debelada, os jornais passaram à difusão das críticas contra a atitude de Reis. O *Correio da Manhã* afirmou, ainda no dia 15 de agosto, que "a tênue divisa entre o legal e o brutal [continuava] a ser mantida no Amazonas"[1015], destacando que "[...] os amazonenses escolheram um professor, que ao Estado não ia há anos, ali não mantinha interesses políticos e se considerou, desde sua chegada de Genebra, um delegado pessoal do presidente da República[1016]". E disse ainda, referindo-se ao telegrama que Reis havia enviado a Castelo, que o próprio governador amazonense reconhecia "sua condição de sátrapa persa em província imperial". Queria aquela folha chamar a atenção aos precedentes para o que o caso amazonense representava para o resto do país. Portanto, a Assembleia daquele estado deveria agir com cautela, evitando que

---

[1014] FONTES, José Gonçalves. Crise do Amazonas chegou ao fim sem que ninguém perdesse. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 15 ago. 1964. Primeiro caderno, p. 3.
[1015] PRECEDENTE. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 15 ago. 1964. Primeiro caderno, p. 6.
[1016] PRECEDENTE, 1964, p. 6.

fosse acusada de facciosismo e tivesse as suas portas fechadas pelo governo. Nesse sentido, afirmou aquele jornal:

> O perigo maior a evitar-se é um extravasamento declarado do poder militar. Este extravasamento que se espalharia pelo resto do país, afogando o próprio Congresso Nacional, embora já seja visível no Amazonas, ainda não é declarado, e ali faz parte, no presente episódio, seu caso teste. [...] Qualquer brecha na ordem jurídica, em qualquer ponto do território nacional poderá levar de roldão todo o edifício dos direitos brasileiros. Há já indícios de movimentação entre os círculos militares da chamada linha dura, impacientes com os limites que a lei impõe ao exercício de sua vontade e arbítrio. [...] A decisão serena e sadia que desejamos dos deputados amazonenses tem de ser complementada pela ação do presidente Castelo Branco, que deve aplicar inflexivelmente o RDE aos militares insubordinados, que pensam em fazer do fechamento da Assembleia um modelo a ser estendido pelas demais unidades da Federação. O Amazonas não pode abrir o precedente para a liquidação da democracia no Brasil[1017].

Em suas sequências diárias de publicações, o matutino *Correio da Manhã* deu vazão a diversas outras críticas sobre Reis, inclusive àquelas realizadas pelos políticos de oposição. Não irei esmiuçá-las todas aqui, porque o objetivo não é analisar os movimentos políticos de Arthur Reis em questões específicas de seu governo, embora esta seja uma questão importante, com potencial para ser explorada em futuras pesquisas.

Em contraposição às críticas ao nosso autor, dadas a ler no *Correio da Manhã*, *O Jornal* e o *Jornal do Brasil* foram bem mais amenos, e o primeiro foi até bem condescendente, contribuindo para a exaltação do nome do amazonense. Sobre o mesmo episódio, ainda do impasse político no Amazonas, *O Jornal* deu vazão a opiniões que em nada se assemelhavam àquelas publicadas pelo *Correio da Manhã*, como a que se inscreve a seguir:

> Comoveu-se todo o país com a atitude do sr Arthur Reis, revivendo, por medidas enérgicas, o espírito revolucionário no Amazonas, onde a improbidade se acastelara numa Assembléia Legislativa, cujas atividades vem sendo um crime continuado contra o Estado. A reação do governador, aplaudida pelo que o país tem de mais honrado e afirmativo, foi a única comparável com a missão que recebeu diretamente do presidente da República de promover o encontro do Amazonas com a Revolução [...][1018].

Ainda na mesma edição, *O Jornal* publicou mais duas opiniões[1019] exaltando as atitudes de Reis, uma inclusive assinada pelo próprio Assis Chateaubriand: "[...] O sr. Arthur Reis, que é o que há de ilibado e competente para limpar o Amazonas da corja que o espolia, só tem um caminho: obter a intervenção no seu Estado, e o presidente nomeá-lo interventor, com ou sem lei"[1020].

[1017] PRECEDENTE, 1964, p. 6.
[1018] SOBRINHO, Porto. Panorama político. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 15 ago. 1964. Primeiro caderno, p. 6.
[1019] O CUPIM da revolução. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 15 ago. 1964. Primeiro caderno, p. 4.
[1020] CHATEAUBRIAND, Assis. Com ou sem lei. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 15 ago. 1964. Primeiro caderno, p. 3.

E o *Jornal do Brasil*, ainda que não tenha feito elogios explícitos ao governador amazonense, anunciou o fim da crise e o retorno da paz ao Amazonas[1021], ao passo que também reservou amplo espaço para que Arthur Reis justificasse suas ações diante do impasse que houve com o Legislativo e o Judiciário. Uma das justificativas era a limpeza que Reis estava incumbido de realizar no Amazonas. Sobre isso, assim falou o governador ao *Jornal do Brasil*:

> A ordem política que dominou o Estado do Amazonas nesses últimos dez anos que antecederam à Revolução de 31 de março tem as suas peças montadas e as dificuldades para substituí-las, porque viciadas e imprestáveis, são enormes. Há mentalidade política a ser transformada a duras penas, sem o que não se conseguirá alcançar, neste Estado, os objetivos do movimento que teve por princípio e por fim restaurar a vida brasileira, baseada na moralização dos costumes políticos, administrativos e sociais [1022].

Reis teve quase a página inteira do referido jornal para falar das suas intenções e da situação precária na qual encontrou o estado. Enfim, prevaleceu a voz do governista.

Em outubro de 1964, outras medidas autoritárias de Arthur Reis no governo do Amazonas continuaram a ser notícia nos jornais. Ele voltou a fechar os jornais oposicionistas *O Trabalhista* e *A Gazeta*, que, segundo o senador Desiré Guarani, haviam publicado denúncia afirmando que pessoas do secretariado do governo não prestaram contas de recursos públicos recebidos enquanto eram funcionários da SPVEA, no tempo da gestão de Reis naquele órgão. Entretanto, os governistas afirmavam que o fechamento dos jornais ocorreu por determinação do "Inquérito Policial Militar que [apurava] a corrupção e a subversão no Amazonas"[1023]. O *Correio da Manhã* informou que os referidos jornais eram de propriedade de Plínio Coelho, e fechados que estavam há 45 dias, deixaram os seus funcionários em sérias dificuldades financeiras. Estes, então, enviaram memorial ao presidente da República relatando "esse estado de coisas que os [estava] levando à fome"[1024].

Em novembro de 1964, em novo episódio de arbitrariedade, Reis aposentou o juiz Helso do Carmo Ribeiro. Segundo o deputado João Veiga (PTB-AM), o motivo era que o referido magistrado era irmão de Artur Virgílio da Gama Ribeiro, senador da oposição[1025]. Em janeiro do ano seguinte, aposentou outro juiz. Tratava-se, desta feita, de Oswaldo Salignac de Souza, que concedeu *habeas corpus* a um auxiliar do ex-governador Plínio

---

[1021] CRISE acaba e paz volta ao Amazonas. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 15 ago. 1964. Primeiro caderno, p. 1.

[1022] FONTES, José Gonçalves. Reis acusa a Assembleia de hostilizar o governo. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 16 ago. 1964. Primeiro caderno, p. 4.

[1023] GOVERNADOR do Amazonas volta a fechar jornais. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 9 out. 1964d. Primeiro caderno, p. 4.

[1024] IMPRENSA de oposição impedida. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 23 out. 1964. Segundo caderno, p. 1.

[1025] ABSOLUTISMO. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 13 nov. 1964. Primeiro caderno, p. 9.

Coelho. A situação gerou nova crise, visto que o presidente do Tribunal de Justiça do Amazonas cancelou as atividades daquela casa e solicitou intervenção federal em telegrama dirigido ao Supremo Tribunal Federal[1026]. Novamente a crise passara a ocupar as manchetes dos jornais e as críticas a Arthur Reis voltaram à cena:

> O sr. Arthur Cezar Ferreira Reis foi nomeado interventor no Amazonas pelo movimento de 1° de abril. Em pouco tempo conseguiu, pela prepotência e arbítrio, destruir a reputação que construíra em uma vida dedicada a trabalhos intelectuais. Mandou a força armada invadir a Assembléia. Perseguiu políticos, desrespeitou a justiça, amordaçou a imprensa. Sua última façanha foi aposentar um juiz porque concedera habeas corpus a um seu desafeto político. Esta ilegalidade provocou a paralisação da justiça local e a ameaça de um pedido de intervenção no Estado. Mas foi ontem "acertada" com a desfaçatez que caracteriza este governo. A vítima do governador, sofrendo as pressões hoje, infelizmente rotineiras, requereu a aposentadoria. Acabou-se a crise, manteve-se o arbítrio, salvou-se a letra da lei, embora seu espírito caísse na goela de Cobra Norato[1027].

Esta foi a solução, o juiz Salignac "resolveu pedir a sua aposentadoria do cargo. Logo depois, o governador Arthur Reis anulou o decreto que antes aposentava compulsoriamente o magistrado em questão"[1028]. Segundo *O Jornal,* essa foi a única solução a fim de se evitar a intervenção federal no Estado: "é que não havia nenhuma possibilidade de uma revisão por parte do governador", que via como "muito mais natural [a intervenção], do que um recuo seu"[1029].

Sobre o caso, apenas o *Correio da Manhã* deu espaço às falas mais críticas da oposição. O *Jornal do Brasil* o fez, mas por meio do deputado Leopoldo Perez (PSD-AM), que desferiu uma crítica mais contida, reconhecendo as "virtudes morais e intelectuais" de Arthur Reis e afirmando que não discutia suas razões para a aposentadoria compulsória do juiz. Entretanto, de acordo com o jornal, o referido deputado não poderia se conformar com "a flagrante ilegalidade do ato de aposentadoria, porque para ele seria mais fácil abandonar a vida pública do que apoiar e deixar sem protesto uma violência praticada contra a administração da Justiça"[1030]. Assim, Leopoldo Perez sugeria que o governador tornasse o decreto de aposentadoria compulsória sem efeito, ação essa que, longe de representar um recuo de sua parte, o engrandeceria. Como visto, não foi essa a atitude de Reis. O *Correio da Manhã*, além da crítica já transcrita acima, havia publicado outra mais extensa, expressando a indignação com o ato do governador amazonense.

[1026] TRIBUNAL pede a Castelo intervenção no Amazonas. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 3 jan. 1965. Primeiro caderno, p. 1.
[1027] COBRA Norato. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 6 jan. 1965. Primeiro caderno, p. 6.
[1028] CRISE solucionada no Amazonas: juiz está aposentado. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 6 jan. 1965. Primeiro caderno, p. 1.
[1029] PANORAMA político: intervenção. *Jornal*, Rio de Janeiro, 6 jan. 1965. Primeiro caderno, p. 6.
[1030] GOVERNO e STF negam ter recebido o pedido de intervenção no Amazonas. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 5 jan. 1965b. Primeiro caderno, p. 4.

O texto tem início abordando a paralisação do Tribunal de Justiça do Amazonas por ordem do seu presidente, que "resolveu determinar a magistratura local que pusesse a viola no saco [...] porque não é possível judiciar com o governador que o movimento de abril impôs aos amazonenses"[1031]. Em seguida, as críticas se voltam para a imposição dos "coronéis" designando-o como governador, e à reação de Reis à escolha do seu nome para o Executivo amazonense: "Quando ele desceu do Boeing no Aeroporto Internacional do Galeão, a reportagem dos jornais cariocas anotou que sua excia. estava rindo. Não escondeu sua alegria: raras vezes a História convoca um historiador [...]". De "dentes à mostra", Reis revelou sua satisfação em ser içado ao cargo para o qual não seria se fosse concorrer às eleições democráticas. Fernando Mendes, autor da crítica, afirma ter pensado que a indicação de um professor ao governo do Amazonas fosse melhor que a indicação de um coronel:

> Como eu estava enganado, meu Deus. [...] o historiador resolveu fazer história na marra, aos empuxões e pontapés [...]. Tenho para mim que o insigne pesquisador e publicista raciocinou na base de que pode fazer o que bem entender no governo, pois ele mesmo é quem vai, depois, escrever a crônica definitiva do seu consulado de terror e arbítrio. Temos um Nero que zomba dos Cornélios Tácitos, porque é um deles e pode até atear fogo ao rio mais caudaloso do mundo tranquilo quanto ao relato que a posteridade guardará do feito[1032].

Referindo-se ao *habeas corpus* concedido pelo juiz, motivo de sua aposentadoria compulsória, protestou Mendes que o artigo 7° do Ato Institucional "nas mãos de Arthur Reis [foi] uma foice que capinou a torto e a direito, demitindo e aposentando, com vontade, nos três campos do serviço público". Nem mesmo Costa e Silva "e outros ectoplasmas da 'linha dura'" deixaram correr solto os seus anseios "de castigar os *maus* brasileiros [...]. O governador do Amazonas, porém, está acima dos prazos e convenções escritas da própria 'Revolução'"[1033].

Dessa maneira, Arthur Reis, que segundo os jornais já havia se assumido como "linha dura"[1034], garantiu no *Correio da Manhã* um lugar cativo junto aos demais agentes que estavam a serviço da ditadura militar e foram ferrenhamente criticados por aquele matutino. Em 19 de janeiro de 1965, por exemplo, o referido jornal publicou o protesto por parte da Associação Brasileira de Imprensa (ABI) acerca dos atos praticados por diversas autoridades,

---

[1031] MENDES, Fernando Leite. Amazonas, 65. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 5 jan. 1965. Primeiro caderno, p. 6.

[1032] MENDES, 1965, p. 6.

[1033] MENDES, 1965, p. 6.

[1034] "Indagado pelos jornalistas [...] sobre qual sua linha revolucionária, respondeu o governador Arthur Reis que era da 'linha dura'. Um dos repórteres quis saber mais, perguntando-lhe se sua linha era mais dura ainda do que a do presidente Castelo Branco. Rindo o governador amazonense meneou a cabeça afirmativamente". PANORAMA político: dureza. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 30 ago. 1964. Primeiro caderno, p. 6.

entre as quais Arthur Reis, a quem a Comissão de Defesa da Liberdade de Imprensa iria enviar um ofício "protestando contra as arbitrariedades cometidas [...] ao proibir a circulação de jornais naquele Estado, exercendo censura prévia"[1035].

Apesar das críticas ao Governo Reis, quando a questão era a "defesa" da Amazônia quanto à cobiça estrangeira, até o *Correio da Manhã* se colocava ao lado do autor amazonense, como se verá a seguir.

5.4.4 O caso da Fundação de Pesquisas Tropicais

Em maio de 1965, Arthur Reis, ainda na função de governador, voltou a estampar as capas dos jornais. Desta feita, a questão não eram suas práticas políticas arbitrárias, mas especificamente outra prática política, a "defesa" da Amazônia. Assim, à figura do governador se juntava a do intelectual Arthur Reis, aquele que denunciara em livro de 1960 a cobiça pela região amazônica. Cinco anos depois do lançamento do livro, a chama da denúncia se reacende. A capa do *Correio da Manhã* de 12 de maio de 1965 assim relatou o ocorrido:

> O governador do Amazonas, sr. Arthur Cezar Ferreira Reis, abandonou no meio uma reunião no Ministério da Agricultura, presidida pelo Ministro Hugo Leme e com a presença do embaixador Lincoln Gordon, por discordar da criação de uma Fundação de Pesquisas Tropicais, então proposta e aceita, que em sua opinião significaria o ressurgimento do Instituto Internacional da Hileia[1036].

Após abandonar a reunião, Arthur Reis se encontrou com o general Jurandir Mamede e expôs o que havia se passado. Afirmou ainda que iria se encontrar pessoalmente com o presidente Castelo Branco para lhe colocar a par do ocorrido e que era contra a Fundação de Pesquisas Tropicais porque esta seria financiada por recursos americanos e seria também por estes dirigida. Segundo o *Correio da Manhã,* o conselho deliberativo da nova instituição teria sede em Washington e a junta executiva funcionaria em Porto Rico. Sobre isso, afirmou Reis:

> – Não sou xenófobo, disse o governador, mas tenho opinião formada sobre o assunto, exposta em vários livros que publiquei, e não aceito seja entregue a um organismo internacional o estudo das riquezas da Amazônia [...] Aceitar a fundação – disse – seria dar um atestado de nossa incapacidade e desmoralizar os institutos brasileiros que cuidam da Amazônia[1037].

Ainda conforme o *Correio da Manhã*, o ministro da Agricultura e os representantes do CNPq e do governo do Pará votaram a favor da criação da Fundação, enquanto o governador do Amazonas e o representante da SPVEA se colocaram na posição contrária. Sobre o mesmo

---

[1035] PROTESTO. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 19 jan. 1965. Primeiro caderno, p. 2.
[1036] REIS vê ameaça contra a Amazônia. *Correio da Manhã,* Rio de Janeiro, 12 maio 1965m. Primeiro caderno, p. 1.
[1037] REIS..., 1965m, p. 1.

tema e ainda na edição do dia 12 de maio, o referido periódico, em editorial intitulado *Hileia Amazônica*, defende a posição de Arthur Reis: "O [...] governador do Amazonas fez uma denúncia da maior gravidade, que deve merecer um exame cuidadoso por parte não só do governo federal como, também, das forças políticas brasileiras [...][1038]". Ao mesmo tempo em que defendia as ideias de Reis, o *Correio da Manhã* lembrava a discordância que teve com o governador e suas práticas autoritárias no estado do Amazonas. Apesar das discordâncias com o governador amazonense, a defesa da soberania nacional merecia toda a atenção:

> O Sr. Arthur Cezar Ferreira Reis é um dos principais responsáveis pela política nacional de valorização da Amazônia, tendo prestado serviços a vários governos, há mais de 30 anos. É historiador conhecido e, entre os seus livros, se inclui um trabalho alentado sobre *A Amazônia e a Cobiça Internacional*. O título já define o livro, assim como o livro dá bem uma ideia das convicções do autor. Vale a pena frisar por outro lado, que o Sr. Ferreira Reis foi um partidário intransigente do movimento que derrubou o Sr. João Goulart da Presidência da República [...] Já tivemos ocasião de criticar, e duramente, o Sr. Ferreira Reis, por suas atitudes sobre a política interna do Amazonas, sobretudo quando resolveu prolongar, naquele estado, *a ação revolucionária*, em detrimento da Assembleia Legislativa e do Tribunal de Justiça. Mas não podemos ignorar a sua denúncia para a qual chamamos a atenção das autoridades responsáveis, a começar pelo Presidente Castelo Branco. *Afinal, é do próprio seio do governo e do movimento de abril que parte essa crítica, em termos de denúncia e de advertência*[1039].

O editorial afirmava ainda que certas ideias flexíveis relativas à soberania nacional haviam encontrado guarida em vários órgãos do Governo Federal, o que era até certo ponto compreensível, visto que essa flexibilização ocorreu como reação a determinados exageros nacionalistas. "No entanto, é preciso que [...] por conta de noções vagas sobre uma interdependência mal definida [...] não faça o país delegações de uma soberania por natureza indelegável". Vê-se, portanto, que Arthur Reis passou a ser peça-chave no que seria a defesa da soberania nacional, ideia essa "muito cara aos brasileiros", como afirmou aquele editorial. Reis ganhava maior notoriedade ainda, como afirmou o referido matutino, por estar denunciando ações do próprio governo do qual fazia parte.

O *Jornal do Brasil* também noticiou o caso, informando que Arthur Reis havia condenado "a proposta dos Estados Unidos para explorar a Amazônia"[1040], visto que, segundo o governador amazonense, tratava-se da internacionalização da região. Explicou também o referido jornal que o projeto era da National Academy of Sciences, com financiamento da Aliança para o Progresso, cuja intenção seria realizar "estudos relativos ao aproveitamento

---

[1038] HILEIA Amazônica. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 12 maio 1965. Primeiro caderno, p. 6.
[1039] HILEIA..., 1965, p. 6, grifo nosso.
[1040] REIS condena a proposta dos EUA para explorar a Amazônia. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 12 maio 1965a. Primeiro caderno, p. 11.

agrícola e pecuário das regiões tropicais latino-americanas"[1041]. Para tanto, dos três Centros de Pesquisa e Treinamento previstos no projeto, dois seriam instalados no Brasil, um em Belém e outro em Campina Grande, conforme havia sugerido o ministro da Agricultura na reunião ocorrida no dia 10 de maio. Garantiu também o ministro que a localização das novas instituições deveria "obedecer rigorosamente a princípios científicos sem quaisquer implicações políticas"[1042]. Tony J. Cunha, cientista da Universidade da Flórida, por sua vez, afirmou que as pesquisas a serem realizadas atenderiam as solicitações do governo brasileiro, com exceção da vinculação das novas instituições a entidades brasileiras já existentes. Da perspectiva financeira seria interessante que "os Centros se vinculassem a uma fundação a ser criada, pois ela poderia celebrar convênios com entidades brasileiras e internacionais"[1043], concluiu Cunha. Conclusão essa que, segundo o *Jornal do Brasil*, gerou um impasse, diante do qual foi constituída uma comissão mista para estudar o assunto. Sobre essa questão, com o subtítulo "denúncia", aquele periódico expôs a opinião de Arthur Reis:

> O governador do Amazonas, sr. Arthur Reis – eleito após a Revolução de 31 de março – declarou ao JB que "o projeto norte-americano aliena a soberania nacional e coloca em mãos estranhas ao processo de desenvolvimento do país o centro de decisões que deveria concentrar-se nas mãos brasileiras". O sr. Arthur Reis – autor do livro A Amazônia e a cobiça internacional – informou já ter apresentado um longo recurso ao presidente da República contra a proposta da National Academy of Sciences "a qual é tão somente uma reedição do famigerado Instituto da Hileia Amazônica ou da internacionalização da região, repelida bravamente por Artur Bernardes"[1044].

Enquanto o *Correio da Manhã* informou que Reis havia abandonado a reunião do dia 10 de maio, o *Jornal do Brasil*, em tom mais ameno, afirmou que o governador deixou a reunião por ter que atender a outro compromisso, fazendo também referência ao almoço dele com Mamede, no qual trataram da questão. Sobre isso, Reis disse estarem ambos completamente afinados. E reiterou que "não é jacobino nem xenófobo", admitindo, pois, a percepção de capitais estrangeiros, e só não concordando com o fato de que "o poder de decisão, técnico, econômico ou político se concentrasse nos Estados Unidos". Encerrando a notícia, afirmou o *JB*:

> O governador Arthur Reis atribui grande importância à conferência que pronunciará no dia 18, no Instituto Militar de Engenharia, na Praia Vermelha, sob o tema A Amazônia e sua integração na civilização brasileira, quando possivelmente, na

[1041] REIS, 1965a, p. 11.
[1042] REIS, 1965a, p. 11.
[1043] REIS, 1965a, p. 11.
[1044] REIS, 1965a, p. 11, grifo do autor.

> presença do presidente da República, condenará a "internacionalização da Amazônia"[1045].

Vê-se que Arthur Reis confiava em seu poder de persuadir o presidente da República. Além da palestra que pretendia fazer, ele enviou a Castelo branco uma longa carta, transcrita mais adiante.

De forma diversa do *Correio da Manhã* e do *Jornal do Brasil*, que deram amplo espaço à questão, *O Jornal*, no dia 12 de maio, reservou apenas uma nota a ela, na qual resumia o assunto, informando a discordância de Arthur Reis quanto à criação da fundação, por associá-la ao ressurgimento do Instituto da Hileia[1046]. Contudo, acompanhando os demais jornais, no dia seguinte dedicou toda uma coluna para tratar do caso, destacando o apoio dos ministros do Superior Tribunal Militar a Arthur Reis. O brigadeiro Antônio Alves Cabral afirmou desconhecer o projeto de criação das instituições, mas estava certo de que o Brasil teria as condições necessárias para sozinho explorar as riquezas da Amazônia. Reiterou ainda o militar que não havia lido o pronunciamento de Arthur Reis sobre o caso, mas sabia de sua capacidade de "abordar os problemas da Amazônia, pois foi o coordenador do primeiro curso de planejamento de exploração das riquezas regionais à frente da SPVEA"[1047]. Atendendo as perguntas dos jornalistas, os generais Peri Beviláqua e Mourão Filho também "revelaram seu desacordo pelos termos do projeto". Beviláqua afirmou ver com suspeição a proposta e disse que acreditava ser necessário que os jornalistas mobilizassem a opinião pública contra tal intenção: – "Nós, os nacionalistas verde-amarelos, somos contra a reedição desse projeto – finalizou o ministro, lembrando que há 16 anos houve um movimento similar, fulminado pelo então deputado Artur Bernardes". Mourão Filho, por sua vez, declarou que se tratava de "um crime" e que a região amazônica garantia "o próprio equilíbrio ecológico sul-americano e [deveria] ser resguardada como um quarto fechado", além de afirmar que concordava com Arthur Reis no posicionamento de que a proposta não seria aprovada pelo Congresso. De fato, segundo *O Jornal*, Arthur Reis não acreditava que a proposta se concretizaria. Em entrevista do dia 12, ele teria dito "que a sensibilidade dos norte-americanos é muito aguçada quanto aos movimentos de opinião pública e a repercussão que teve a sua atitude de se retirar da reunião [ocorrida no dia 10] [...] talvez tenha sido o bastante para a anulação da proposta"[1048]. Afirmou ainda o governador amazonense que o Inpa e o Instituto Agronômico de Pesquisas

---

[1045] REIS, 1965a, p. 11, grifo do autor.
[1046] FUNDAÇÃO. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 12 maio 1965. Primeiro caderno, p. 6.
[1047] MINISTROS do STM são contra o Instituto de Pesquisas para a Amazônia: Brasil não lucrará. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 13 maio 1965. Primeiro caderno, p. 7.
[1048] GOVERNADOR amazonense diz que Instituto de Pesquisa Tropical não vai à frente. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 13 maio 1965e. Primeiro caderno, p. 7.

do Norte, já instalados na região, se dotados de orçamento adequado e pessoal qualificado, poderiam desenvolver as pesquisas necessárias.

O desejado movimento de opinião pública, segundo o que queria Reis e os militares acima mencionados, foi o que ocorreu, agitando os noticiários daqueles dias. O *Correio da Manhã* dedicou toda a capa da edição de 13 de maio para discutir a questão. "Amazônia: denúncia causa reação", esse foi o título da reportagem daquele dia, que trazia, logo abaixo do título, uma grande fotografia de Arthur Reis com a legenda: "Defesa: governador do amazonas reafirmou sua posição contra a internacionalização do seu Estado[1049] através de uma Fundação de Pesquisas". Nota-se que aquela folha estava assumindo a linguagem de Reis. A tentativa de instalar uma instituição de pesquisa em colaboração com os Estados Unidos passava a ser registrada como uma proposta de internacionalização da Amazônia.

De toda a extensão da capa da referida edição, foi reservada apenas uma coluna às explicações daqueles que concordavam com a criação da fundação. Nesse sentido, falou Antônio Couceiro, presidente do CNPq, afirmando que da parte do Governo Federal não havia qualquer cogitação de partilha da Amazônia e, portanto, a oposição de Arthur Reis se devia "ao seu desconhecimento exato da questão"[1050], visto que não havia recebido a proposta distribuída pela Academia Nacional de Ciências dos Estados Unidos. De acordo com Couceiro, o objetivo da parceria como os EUA era o incentivo contínuo à formação de pesquisadores brasileiros especialistas em questões da região tropical úmida e seca. Com isso, diminuir-se-ia a saída de brasileiros para a realização de estudos no exterior. "Cogita-se [...] de uma complementação de meios para o fortalecimento da pesquisa em ciência e em tecnologia, o que acredito seja o desejo de todos os brasileiros"[1051], afirmou. O *Correio da Manhã* também publicou as opiniões de André Simonpietri, adido científico da embaixada norte-americana, e de Artur Moses, presidente da Academia Brasileira de Ciências, ambos defendendo a criação da fundação.

Enquanto os apoiadores da nova instituição receberam apenas uma coluna na referida matéria, a seus opositores foi dedicado o restante da folha, demonstrativo de qual era a posição inicial daquele jornal quanto a essa questão. As ideias de Arthur Reis ocuparam

---

[1049] Mais uma vez aparece a metonímia às avessas, como afirmei em outra parte desta pesquisa. Toma-se, comumente, a parte (o estado) pelo todo (a região amazônica) ao se referir à Amazônia.

[1050] PESQUISA desmente acusação. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 13 maio 1965. Segundo caderno, p. 1. A matéria estampou na capa da referida edição uma foto de Arthur Reis de tamanho considerável, com a seguinte legenda: "Defesa: o governador do Amazonas reafirmou sua posição contra a internacionalização de seu Estado, através de uma fundação de pesquisa". Vai-se construindo, assim, a associação da figura do político e intelectual amazonense à defesa da Amazônia. Embora mais uma vez o jornal tenha feito referência apenas ao Estado do Amazonas, uma vez mais tomando a parte pelo todo.

[1051] PARTILHA. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 13 maio 1965. Segundo caderno, p. 1.

extenso espaço. Este afirmou que a criação da fundação seria "o primeiro passo para a internacionalização de seu Estado". Disse também que os mesmos técnicos que apresentaram a proposta de criação das novas instituições, na reunião ocorrida no dia 10 de maio, haviam passado dois meses realizando pesquisas na Amazônia sem o conhecimento do governo brasileiro. Sobre essa questão, Reis informou haver relatado o caso ao presidente da República em ofício de 25 de novembro de 1965. Reiterou ainda que, "como professor de História e lembrando os exemplos da História de outros países", a ordem das coisas tem sido realizar um imenso cadastro das potencialidades da região, para depois se proceder à exploração do solo e do subsolo. A intenção norte-americana seria a exploração da Amazônia "depois que se esgotar a capacidade de outras regiões, especialmente no Oriente". Além da criação da fundação, havia ainda, segundo Reis, a presença na região do Hudson Institute, outro órgão norte-americano que também estava realizando pesquisas sem o conhecimento do governo brasileiro. Para Reis, "o trabalho misterioso dos técnicos do Hudson Institute é mais perigoso ainda que a ideia da Fundação de Pesquisas Tropicais".

De acordo com Artur Moses, em afirmação feita na mesma matéria, a criação da fundação já era pauta de reuniões entre o governo brasileiro e americano há muito tempo. Assim, a presença da comissão formada por 17 funcionários de instituições americanas, que estavam no Brasil para a reunião, já era resultado de negociações anteriores. Portanto, ao que parece, o Governo Federal sabia sim da presença dos pesquisadores estrangeiros na região. Talvez quem não soubesse das intenções do convênio entre Brasil e Estados Unidos fosse Arthur Reis e a opinião pública, que ele quis mobilizar, um dos motivos pelos quais os jornais deram tanto espaço ao assunto.

Além de publicar a opinião de Reis na edição do dia 13 de maio, o *Correio da Manhã* deu espaço ao pensamento de diversas figuras públicas que estavam apoiando o governador amazonense. Além dos integrantes do Supremo Tribunal Militar, Olímpio Mourão Filho, Antônio Alves Cabral e Peri Beviláqua, já informados por intermédio de *O Jornal*, havia o Marechal Estevão Leite de Carvalho, líder do movimento promovido pelo Clube Militar, em 1949, contra a proposta de criação do Instituto da Hileia. Sobre essa questão, afirmou:

> Toda a opinião pública brasileira conhece as ideias que defendi com meus companheiros de farda, ao lado do ex-presidente Artur Bernardes, pois considerávamos a entrega da Amazônia à pesquisa de especialistas de todas as nações como um perigo incalculável, com o início de um processo que não sabíamos onde ia terminar[1052].

[1052] AMAZÔNIA: denúncia causa reação. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 13 maio 1965a. Segundo caderno, p. 1.

As opiniões de intelectuais solidários a Arthur Reis também fizeram parte da matéria do *Correio da Manhã*. Sobre isso falaram Herbert Canabarro, presidente da Sociedade Brasileira de Geografia; Alexandre Barbosa Lima Sobrinho; Paulo Fender, ex-senador pelo Pará; e o escritor Cavalcanti Proença. A estes o jornal deu também considerável espaço, visto que era favorável à posição de Reis.

O *Jornal do Brasil*, também no dia 13 de maio, tratou do assunto. No topo da página, uma charge (Figura 5) a sugerir que toda a questão do interesse americano na Amazônia era comercial.

Figura 5: Charge sobre quais seriam as reais intenções dos EUA no caso da Fundação



Fonte: Amazônia: denúncia causa reação [1053]

Logo abaixo, o título em letras grandes, "Peri acha que Brasil perderá com a Amazônia internacional", sob o qual se expunham as opiniões dos ministros do Supremo Tribunal Militar, assim como o fizeram os demais jornais, dando espaço a figuras importantes que se solidarizaram com Reis. Em seguida, o *JB* deu espaço à fala do próprio Reis, basicamente a mesma exposta nos dois outros jornais aqui analisados, incluindo sua defesa das instituições já instaladas na Amazônia há 16 anos, que "embora prejudicados pela falta de verbas, reúnem um grupo de técnicos capazes que vêm desenvolvendo trabalhos especializados da melhor maneira possível" [1054].

[1053] AMAZÔNIA..., 1965a, p. 1.
[1054] REIS diz que os EUA dão o balanço. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 13 maio 1965b. Primeiro caderno, p. 11.

Finalizando, o *Jornal do Brasil* afirmou que os técnicos estavam no Brasil a convite do governo brasileiro para pesquisar meios que viabilizassem o aumento da produção agrícola, assim como o fizeram em outras partes do mundo como a África e alguns países latino-americanos. Embora a notícia tenha se iniciado com o que parecia uma crítica aos interesses americanos na Amazônia, o *Jornal do Brasil* encerrou a reportagem exaltando a National Academy of Sciences, afirmando que esta era uma entidade particular, criada em 1863, por sugestão de Abraham Lincoln, "para trabalhar pelo avanço das ciências"[1055], mantida através de doações particulares. Convidada pelo governo brasileiro a desenvolver pesquisas no Brasil, a *National Academy of Sciences* se sentia honrada e, por isso, não cobraria o trabalho dos pesquisadores. "Eles fazem seus estudos de graça, recebendo seus salários da entidade e aceitando dos governos apenas o pagamento das despesas com viagens e hospedagens"[1056]. Afirmou ainda o *Jornal do Brasil*, em desacordo com os demais jornais, que a entidade havia "aceitado o ponto de vista do governador do Amazonas, Sr. Arthur Reis, que reivindica para órgãos brasileiros já existentes o controle dos novos centros de pesquisas"[1057]. Aí há um desencontro na informação dada por esse periódico, visto que os demais analisados afirmaram que o controle dos novos órgãos pelos institutos brasileiros já existentes era exatamente a solicitação de Arthur Reis, causadora do grande impasse apresentado pela imprensa.

Esse embate discursivo tomou conta das edições dos jornais dos dias que se seguiram à fatídica reunião, com publicações que destacavam os apoiadores e os opositores à criação da fundação. A figura de Arthur Reis ocupou o centro desses debates, visto que ele havia sido o pivô da discussão. Tivesse ele apoiado a instalação das novas instituições, talvez o caso não tivesse provocado tamanho turbilhão na imprensa. Afinal, falava contra as intenções do convênio entre Brasil e Estados Unidos aquele que era considerado especialista em Amazônia. Os jornais passaram a divulgar o passo a passo dos (des)entendimentos entre Arthur Reis e alguns importantes elementos – incluindo o próprio Castelo Branco – do governo do qual ele fazia parte. Sendo assim, apoiar as ideias de Reis, nesse caso, era ir contra o próprio Governo Federal, recém-instalado por meio de um golpe militar, que os jornais, aqui em análise, denominavam de Revolução. Embora fosse uma situação que poderia dar munição para proceder a ataques ao Governo Federal, tratava-se também de um assunto que em muitos momentos parecia transcender tudo isso. Trava-se da Amazônia, uma temática

[1055] BRASIL foi quem pediu técnicos. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 13 maio 1965. Primeiro caderno, p. 11.
[1056] BRASIL, 1965, p. 11.
[1057] BRASIL, 1965, p. 11.

que, de uma maneira ou de outra, sensibilizava a todos. Desse modo, ainda que houvesse motivo suficiente por parte da imprensa para criticar Arthur Reis por suas medidas de censura aos veículos de comunicação como governador, assim como foi feito no início do seu mandato, de outro lado, a denúncia que punha em xeque a soberania nacional acerca da região amazônica colocava esses mesmos outrora críticos, agora, ao lado de Arthur Reis. Entretanto, nem só de aplausos viveu nosso personagem. Ficaram evidentes também os que acreditavam ser um grande exagero sua denúncia de que a instalação de um novo organismo de pesquisa na região se tratasse de uma intenção de internacionalização da região. Vejamos, então, em meio a essa polêmica, ocorrida após o dia 10 de maio, a forma como Arthur Reis foi representado pelos jornais, considerando que as representações de Reis, nesse caso específico, se entrelaçavam às representações da Amazônia e aos interesses que estavam envoltos no recente cenário político que havia colocado os militares no poder.

No dia 14 de maio, enquanto o *Correio da Manhã* colocava em evidência a reação contrária do líder da oposição governista na Câmara, os dois outros jornais preferiram ressaltar a posição do próprio governo se defendendo em relação ao caso.

*"*Amazônia: reação cresce na câmara*"*, afirmava o *Correio da Manhã* em título de topo de página. Estava sozinho, portanto, este jornal, no dia 14 de maio, na tentativa de apresentar o absurdo que seria a instalação do novo órgão de pesquisa. Nesse intuito, reservou extenso espaço à fala do deputado Doutel de Andrade (PTB) na Câmara, ocorrida no dia 13 de maio. Dizia-se perplexo o parlamentar com as declarações proferidas por Arthur Reis aos jornais naqueles dias, de que a Amazônia estaria, mais uma vez, na iminência da internacionalização. Andrade "falou da insuspeição do governador do Amazonas ao denunciar essa 'tentativa de assalto à soberania nacional [...] que vem de ganhar agora lances decisivos nos gabinetes do Ministério da Agricultura'"[1058], onde houvera a reunião que contou também com a presença do "indefectível e sorridente" embaixador Lincoln Gordon. Andrade solicitou explicações do governo sobre o caso por meio de um requerimento – transcrito na íntegra pelo *Correio da Manhã* do dia em questão – enviado através da Mesa Diretora da Câmara. A atitude do deputado foi apoiada pelos seus congêneres Celso Passos, Pedro Braga, Benjamim Farah, Cid Carvalho, Brito Velho, Áureo Melo, João Veiga, Armando Leite e Altino Machado.

Após dar grande destaque à opinião da oposição, o *Correio da Manhã* retomou as ideias de Arthur Reis reafirmando sua denúncia acerca da Amazônia e informando que este

[1058] AMAZÔNIA: reação cresce na Câmara. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 14 maio 1965b. Primeiro caderno, p. 3.

havia dito que de nada adiantaria se tentar àquela altura ocultar a intenção original embutida na criação do novo órgão, isto é, sua submissão à direção de estrangeiros. E numa pequena nota já ao fim da página, esse jornal, sob o título "Governo não apoia Reis na Hileia", afirmou que o governo discordava de Arthur Reis e considerava que havia "exagero" ou "falta de conhecimento do assunto", e que Castelo Branco havia ficado "preocupado com a repercussão da matéria", e por isso estava disposto "a esclarecer pessoalmente, numa entrevista, o problema"[1059].

Enquanto o *Correio da Manhã* deu essa notícia em pé de página, quase a querer escondê-la, o *Jornal do Brasil* a estampou na capa da edição do mesmo dia, optando por palavras bem mais afiadas – "O Presidente Castelo Branco ficou 'profundamente irritado' com o que chamou de 'sórdida exploração'" – acerca da questão em andamento, situação que concorreu para que seus assessores sugerissem ao ministro da Agricultura que divulgasse uma nota esclarecendo o assunto[1060]. Parte dessa nota o *Jornal do Brasil* adiantou, ainda na capa da mesma edição. Dizia ela que no projeto de criação da fundação não havia "qualquer item que possibilitasse a internacionalização da Amazônia"[1061]. A notícia era só uma chamada para a divulgação mais ampla, que vinha em outra página do jornal, onde o título *Governo desmente que projeto internacionalize a Amazônia*, que tomava todo o topo da página, demonstrava a intenção do *Jornal do Brasil* de evidenciar a versão do governo. Aquele periódico informou o conteúdo da nota divulgada em conjunto pelo ministro da Agricultura, Hugo Leme, e pelo presidente do CNPq, Antônio Couceiro, com a intenção de deixar claro que o projeto jamais seria sequer discutido pelo governo se qualquer das suas cláusulas contivesse intenção de internacionalizar a Amazônia. Afirmava também a nota que a direção dos centros de pesquisa a serem criados ficaria a cargo de pesquisadores brasileiros e que a assessoria científica seria desempenhada por igual número de técnicos brasileiros e norte-americanos. Segundo o *Jornal do Brasil*, a nota afirmava ainda que

> A imprensa e a opinião pública "estão mobilizadas em defesa da região amazônica como se estivesse em risco a soberania nacional naquela parte do seu território". – É lamentável, porém – prossegue a nota – que no entendimento havido com pesquisadores da Academia de Ciências dos Estados Unidos, com a finalidade de vitalizar a pesquisa científica pura e aplicada em nosso país, se procurem motivos

[1059] GOVERNO não apoia Reis na Hileia. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 14 maio 1965c. Primeiro caderno, p. 3.
[1060] CENTROS na Amazônia não a dividem. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 14 maio 1965. Primeiro caderno, p. 1.
[1061] CENTROS..., 1965, p. 1.

> para pôr em dúvida o patriotismo de um Ministro de Estado e do Presidente do Conselho Nacional de Pesquisas[1062].

Esclarecia também a nota que o tema em discussão ainda seria levado ao presidente da República, e estava a depender, portanto, de sua aprovação. Em seguida, o *Jornal do Brasil* publicou a versão de Arthur Reis, informando que este havia declarado, ao tomar conhecimento do conteúdo da nota por intermédio do repórter daquele jornal, que na proposta original, a direção da fundação não ficava, absolutamente, nas mãos de pesquisadores brasileiros, "[...] só se eles modificaram a coisa depois que se gritou", reiterou Reis[1063].

Ao ser indagado pelo repórter sobre a fala de Antônio Couceiro imputando a ele falta de informação sobre a questão, Reis respondeu:

> O que me causa pasmo é que o Presidente do [CNPq] não tenha tido coragem de sustentar a tese de que os organismos brasileiros de pesquisa existentes na região é que deveriam ter os instrumentos desse trabalho. [...] Como Presidente do CNPq devia ser este o seu papel. Mas não me admiro mais, porque sei o pouco caso que ele faz por esses organismos[1064].

Ainda segundo o *Jornal do Brasil*, Leandro Tocantins, representante do governador do Amazonas na Guanabara, informou que Arthur Reis havia esclarecido a situação, por escrito, em três laudas, e enviado ao presidente da República. Este, provavelmente, afirmava Tocantins, iria decidir da melhor maneira, "mesmo porque é conhecedor profundo da região amazônica". Quando em visita ao Inpa, por exemplo, durante a gestão de Arthur Reis, "foi o oficial que mais indagou e demonstrou interesse a respeito dos problemas da geopolítica local"[1065].

Se o *Jornal do Brasil* parecia pender, ao menos inicialmente, para o grupo daqueles que apoiavam a ideia da criação da fundação, *O Jornal* não deixava dúvidas quanto a isso. Na capa do dia 14 de maio, projetava em letras grandes o seguinte título: *Suposta internacionalização da Amazônia é simples boato*. Logo abaixo se lia:

> Repelindo o boato de internacionalização da Amazônia e os insultos nele contidos aos seus brios patrióticos, o Ministro da Agricultura divulgou nota em que esclarece os entendimentos havidos com pesquisadores da Academia de Ciência dos Estados Unidos para vitalizar a pesquisa científica pura e aplicada no Brasil [1066].

[1062] GOVERNO desmente que projeto internacionalize a Amazônia. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 14 maio 1965a. Primeiro caderno, p. 7.

[1063] REIS reafirma: EUA querem controlar os dois centros. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 14 maio 1965c. Primeiro caderno, p. 7.

[1064] REIS, 1965c, p. 7.

[1065] REIS, 1965c, p. 7.

[1066] SUPOSTA internacionalização da Amazônia é simples boato. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 14 maio 1965. Primeiro caderno, p. 1.

Só após enfatizar que as denúncias de Reis eram simples boato, *O Jornal* prosseguiu dando o conteúdo da nota divulgada pelo ministro da Agricultura e seu esclarecimento de que jamais se discutiria uma proposta que intencionasse internacionalizar a Amazônia. Em outra página do jornal se repetiu a notícia acerca do conteúdo da nota, com o acréscimo da seguinte afirmação:

> Depois da Constituição de 46, que destinou recursos exclusivos ao desenvolvimento da Amazônia; cumprida plenamente a tarefa de interiorização da Capital brasileira; quando o Território do Acre já se transformou em Estado, demos provas cabais de que podemos – e devemos – promover a real ocupação econômica da Amazônia, povoando-a com o nosso crescimento endógeno explosivo no campo demográfico. Internacionalização da Amazônia seria insulto no princípio do século; hoje é boato risível. Uma notícia dessas lembra a frase de Pirandelo, "questa cosa non é séria"[1067].

No dia 15 de maio, o *Correio da Manhã* trazia a manchete *Governo nega acordo*, na qual informava a opinião de Castelo Branco sobre o caso, dada em entrevista, onde ele afirmou estar a par do assunto desde janeiro de 1965. Assim disse o presidente:

> Preocupando-me, acima de tudo, com a salvaguarda da soberania nacional, determinei ao Presidente do Conselho Nacional de Pesquisas que estabelecesse entendimentos e fixasse responsabilidades financeiras que caberiam ao Brasil e que se adotasse uma forma de convênio com o Instituto de Pesquisa e Experimentos Agronômicos do Norte, evitando-se, assim, a instalação em nosso território de organismos estrangeiros que viessem competir com os congêneres nacionais já existentes[1068].

Essa era uma luta antiga de Arthur Reis, preservar os institutos de pesquisa instalados na região Norte. O *Correio da Manhã* afirmava ainda que nenhum acordo estava selado entre Brasil e Estados Unidos nesse sentido, e estava o governo atento à salvaguarda da soberania nacional e "confiante no patriotismo e competência das autoridades incumbidas da condução dos entendimentos ainda em curso"[1069].

O *Correio da Manhã* trouxe também a fala de Leandro Tocantins, representante do governo do Amazonas na Guanabara, afirmando que Castelo Branco concordava plenamente com Arthur Reis, para quem a instalação da fundação seria o princípio da internacionalização da Amazônia. Tocantins aproveitou para desfazer certos rumores de que o presidente não havia compreendido a posição de Reis: "– Tudo já foi esclarecido, porém, e qualquer notícia que procure indicar a desaprovação do governo à atitude do governador do Amazonas, não passa de especulação – afirmou o sr. Leandro Tocantins"[1070].

[1067] BOATO amazônico. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 14 maio 1965. Primeiro caderno, p. 4. Grifo do autor.
[1068] GOVERNO nega acordo. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 15 maio 1965d. Primeiro caderno, p. 14.
[1069] GOVERNO..., 1965d, p. 14.
[1070] PROCURADOR diz que Presidente apoia Reis. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 15 maio 1965. Primeiro caderno, p. 14.

Ainda no campo de oposição à instalação da fundação, o *Correio da Manhã* divulgou a opinião dos militares e de alguns parlamentares sobre o caso. Sobre os primeiros, aquele matutino afirmava estar ciente, "por uma alta fonte militar", de que as "Forças Armadas, particularmente o Exército [repudiariam] toda e qualquer forma de internacionalização da Amazônia", lembrando, inclusive, que Reis estava convidado a proferir uma conferência no dia 18 daquele mês no Instituto Militar de Engenharia, ocasião em que seria firmada "de modo ostensivo, a posição do Exército contra a internacionalização"[1071]. Os parlamentares, por sua vez, haviam se manifestado novamente "em repúdio à ideia de internacionalização da região amazônica"[1072]. Manifestaram-se os deputados Epílogo de Campos (UDN/PA), Noronha Filho (PTB/RJ), Clóvis Pestana (PSD/RS), Djalma Passos (PTB/AM), Antônio Bresolin (PTB/RS). Esse último enviou, inclusive, requerimento ao Executivo – transcrito pelo jornal daquele dia – solicitando informações sobre as áreas agricultáveis da Amazônia, visto que enquanto "países estrangeiros inescrupulosos [tinham] os olhos voltados para a Hileia Amazônica [...]", no sul do Brasil, uma imensa quantidade de agricultores estava em busca de terra. E ainda o deputado Silson Calmon (PSP/AM), na sessão ocorrida na Câmara no dia 14 de maio, "elogiou o sr. João Veiga (PTB/AM) por ter enviado ao Governador Arthur Reis, de quem é inimigo político, telegrama de apoio à sua denúncia"[1073]. Portanto, mais uma vez esse jornal publicou na capa a questão da fundação, dando destaque aos opositores desta.

Enquanto isso, *O Jornal* dedicou apenas um pequeno aparte para informar a oposição dos militares à criação das novas instituições, sob o título: *Militares repelem uma* ***possível*** *internacionalização da Amazônia, dizendo-a intocável*[1074]. Note-se que essa folha adiciona o termo "possível internacionalização", não querendo, como fez o *Correio da Manhã*, assumir diretamente que o caso da fundação fatalmente internacionalizaria a Amazônia. *Militares repelem internacionalização* foi o título do *Correio da Manhã* para o mesmo assunto, dando, portanto, a internacionalização como algo subjacente caso o convênio de pesquisa com os Estados Unidos fosse firmado.

O *Jornal do Brasil*, por sua vez, não publicou nesse dia nem a opinião dos militares nem a dos parlamentares. Limitou-se apenas a informar que o Grupo de Trabalho, reunido

---

[1071] MILITARES repelem internacionalização. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 15 maio 1965a. Primeiro caderno, p. 14.
[1072] NOVAS reações na área parlamentar. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 15 maio 1965. Primeiro caderno, p. 14.
[1073] NOVAS..., 1965, p. 14.
[1074] MILITARES repelem uma possível internacionalização da Amazônia, dizendo-a intocável. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 15 maio 1965b. Primeiro caderno, p. 14. Grifo nosso.

para analisar o caso, só apresentaria uma decisão no prazo de trinta dias. Afirmou também que uma das questões principais a ser analisada pelo GT era a definição de quem estaria à frente das novas instituições. A questão havia se tornado crucial, pois era o "principal ponto de atrito"[1075] que havia divido a opinião pública após os desentendimentos entre Arthur Reis, de um lado, e Antônio Couceiro e Hugo Leme, de outro.

O *Correio da Manhã* procurou Arthur Reis, e na edição de 16 de maio, reafirmou a posição do governador amazonense. Castelo Branco havia sido traído pelo Ministério da Agricultura e pelo CNPq quando resolvera "a entrega da região amazônica à Fundação de Pesquisas Tropicais"[1076], dizia Reis. E disse mais: "Estarei amanhã ou terça com o Presidente Castelo Branco, cuja opinião e cujas ordens são perfeitamente consoantes com a tese que defendo, exigindo que se prestigiem as entidades de pesquisas já existentes, com estrutura e direção nacionais [...]"[1077]. Reis voltou a falar ainda do Hudson Institute, que também mantinha pesquisadores na região.

Quando indagado sobre a nota expedida por Hugo Leme e Antônio Couceiro no dia 14 de maio, na qual negavam que tinham a intenção de entregar a direção das novas instituições a pesquisadores norte-americanos, Reis voltou a afirmar: "não adianta negar isso agora, pois a agenda distribuída pelo próprio ministro, na reunião a que compareci, propõe claramente que a direção seja da Academia Nacional de Ciências dos Estados Unidos"[1078]. Para que não restassem dúvidas, Reis leu o trecho da agenda referente à questão, contido na alínea a: "[...] No que diz respeito à direção do projeto, a funcionar com característica de Fundação, entende este Ministério que, por ser a Academia Nacional de Ciências entidade promotora do empreendimento, a ela deveria ser atribuída essa chefia"[1079].

> Disse mais o governador Arthur Reis que "o Conselho Nacional de Pesquisas nunca teve nenhuma emoção com respeito à pesquisa na Amazônia, chegando a pensar no fechamento do Instituto de Experimentação do Norte, que ali tem sede. Quando eu estava na SPVEA, fui chamado pelo coronel Aldo Ferreira da Rosa, então presidente do CNPq, que me garantiu que se eu não quisesse assumir a direção daquele Instituto ele seria extinto. O atual presidente, professor Couceiro, também não tem dado apoio. É um homem flutuante e a prova disso é que prefere uma organização estrangeira. Que cooperação científica é essa, que ignora ou permite que cientistas norte-americanos permaneçam durante dois meses na Amazônia, fazendo um inventário da região e encaminhando relatório para a Academia Nacional de

[1075] DECISÃO sobre criação de Centros na Amazônia vai demorar cerca de 30 dias. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 15 maio 1965. Primeiro caderno, p. 7.
[1076] REIS: Castelo é traído na entrega da Amazônia. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, p. 20, 16 maio 1965d.
[1077] REIS..., 1965d, p. 20.
[1078] DIREÇÃO. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, p. 20, 16 maio 1965.
[1079] DIREÇÃO, 1965, p. 20.

> Ciências dos Estados Unidos? – indagou. Comuniquei o fato ao presidente da República e vejo agora que a audácia foi mais longe[1080].

Note-se que a preocupação maior de Arthur Reis era manter vivas as instituições de pesquisas da região Norte. À época, o diretor do Inpa era o seu amigo e ex-aluno, Djalma Batista, um amazônida nascido no estado do Acre. Como aceitar o fechamento ou apagamento das instituições que valorizavam os intelectuais da terra? O tema da internacionalização ou da cobiça internacional pela Amazônia servia-lhe sempre como discurso, todas as vezes que queria defender o que achava ser melhor para a região. Por isso, a intenção de firmar convênio com fins de pesquisa entre Brasil e Estados Unidos era logo transformado no discurso da internacionalização da região amazônica, discurso esse capaz de mobilizar a opinião pública e gerar tamanho debate nacional, como o que ocorreu nesse caso.

No dia 16 de maio, *O Jornal* nada divulgou sobre o assunto. O *Jornal do Brasil*, entretanto, talvez querendo imprimir um tom de imparcialidade na divulgação do caso, apostou em publicar, na mesma página, um posicionamento em apoio e outro contrário às ideias de Reis.

No primeiro, sob o título *O impossível acontece*, texto do colunista Mário de Sousa Martins, todo escrito em tom irônico, afirmava o autor que era preciso se aplicar um autobeliscão para confirmar que o caso da fundação não era apenas um sonho e se tratava de coisa real mesmo.

> O caso se deu mesmo. Nesses dias que andamos vivendo. Ou melhor em que tentamos sobreviver. Como cidadãos e como brasileiros. A coisa se passou no gabinete do Ministro da Agricultura. Reunião oficial, com status internacional. Cerca de trinta pessoas presentes, das quais dezessete eram técnicos de um único país que se diz nosso amigo pra chuchu. Nomes caixa alta, todos eles. Até embaixador havia. Caixa alta também. O motivo da reunião era encantador: organizar a instalação de uma entidade internacional para realizar pesquisas científicas na Amazônia e no Nordeste. O nosso Ministro (...) foi direto ao grão. Explicou que, evidentemente o dinheiro não sairia do bolso do Brasil, assim como a responsabilidade do órgão também a nós não caberia, o que todo mundo já sabia de véspera. [...] Foi aí que o caldo entornou. Estava presente o governador do Amazonas, o Sr. Arthur Reis, Governador feito pela Revolução. Homem experimentado nesses assuntos de estrangeiro tentar botar o pé na Amazônia em nome da Ciência ou outros que tais. Protestou. Só não bateu com a colher no prato porque brasileiro ali não fora provido de colher, já que em panela de branco quem não o for não tem porque mexer. De qualquer forma estrilou. E largou a sessão, sem mais aquela. [...] O Sr. Arthur Reis, aqui e lá fora, não é considerado um qualquer. É homem de estudos e, como se vê, de caráter. Até a hora em que eu escrevia este artigo ainda não fora preso. Mas está aí no papo. Se não estiver, é porque quem está dormindo não sou eu, nem o leitor[1081].

[1080] EMOÇÃO. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, p. 20, 16 maio 1965.

[1081] MARTINS, Mário. O impossível acontece. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 16/17 maio 1965. Primeiro caderno, p. 6.

O segundo era um editorial intitulado *Fora de compasso*. Dirigia-se diretamente a Arthur Reis, num texto todo dedicado a ele, reconhecendo seu valor como intelectual, porém afirmando que sua posição contrária à criação da fundação, ou seja, seu nacionalismo, da forma como o estava expondo acerca do caso, não coadunava com a realidade do momento, era coisa que deveria ficar no passado: "[...] Esse tipo de nacionalismo feito de preconceitos e suspicácias à flor da pele, quase de natureza alérgica, já teve de fato o seu tempo. Cabia numa época em que nos considerávamos bastante indefesos para suportar qualquer forma de penetração estrangeira [...]"[1082], época na qual, prosseguia o texto, qualquer interferência estrangeira, ainda que fosse no campo científico ou cultural, gerava um estado de alerta, suspeitando-se de que redundaria em dominação política e econômica. Tudo devido ao estágio de subdesenvolvimento no qual o país se encontrava, a dar margem para o cultivo de "complexos de inferioridade".

> O governador Arthur Reis, que sabemos homem íntegro, conservou as ideias e preconceitos do tempo da Hileia Amazônica, sem querer levar em conta as transformações do quadro brasileiro nesse interregno histórico. Por isso, a reação nacionalista que o faz colocar-se emocionalmente contra um programa de pesquisas, pelo simples motivo de participar dele uma entidade estrangeira, chega até nós como se fosse uma atitude puramente retrospectiva, destinada a compor capítulos passados da nossa História e nunca acrescentar subsídios para o presente. [...] O nacionalismo de ontem era aquele que pretendia manter a Amazônia inexplorada, deserta e empobrecida, mas de qualquer maneira nossa, intocavelmente nossa. O nacionalismo praticado, todos os dias, pela Revolução, considera fora de propósito a hipótese de que a Amazônia deixe de ser nossa, mas a quer explorada e desenvolvida, incorporada política e economicamente ao resto do país. Se para chegar a esse estágio se faz necessário recorrer à assistência estrangeira, seja em matéria de pesquisa ou de recursos, o governo não tem porque temer fazê-lo. Não é isso que coloniza ou internacionaliza o Brasil, nem que transfere o comando das decisões brasileiras para o exterior[1083].

O editorial acusou Arthur Reis de professar um nacionalismo ultrapassado, que queria a Amazônia como área nacional, sem interferência alguma de estrangeiros, mesmo que para tal se tivesse que conviver com uma região pobre, abandonada. Contudo, como tenho afirmado ao longo de toda esta pesquisa, as obras de Arthur Reis demonstram o contrário: ele queria uma Amazônia desenvolvida, integrada ao Brasil industrializado, com a máquina capitalista funcionando a pleno vapor. Ele mesmo afirmou à imprensa que não era contra o capital estrangeiro, desde que fossem pesquisadores brasileiros a dirigir as novas instituições criadas em convênio com a Academia Nacional de Ciências dos Estados Unidos. Na verdade, o que Arthur Reis temia, nesse caso específico da fundação, era o fechamento das instituições de pesquisa já em funcionamento no norte do país. E o texto crítico a Reis no *Jornal do Brasil*

[1082] FORA de compasso. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 16/17 maio 1965. Primeiro caderno, p. 6.
[1083] FORA..., 1965, p. 6.

tinha a intenção de defender o novo governo, instalado pós-golpe militar, conforme se vê na sua conclusão:

> Eleito no Amazonas com o apoio e a confiança da Revolução, o Sr. Arthur Reis não deve perder de vista que a sua atitude de denúncia, no caso da National Academy of Sciences, só há de servir de pretexto a explorações destinadas a atingir a autoridade do governo e a perturbar-lhe de qualquer modo a obra de recuperação do país. Os inimigos do governo preferirão, por tática, que a Amazônia continue entregue ao abandono da pobreza e da doença e constituindo um peso morto para o esforço nacional de desenvolvimento. Esta, queremos e temos motivos para acreditar, não pode ser a opção do governador Arthur Reis. O seu problema é típico de falta de compasso com a realidade[1084].

No dia seguinte, portanto 18 de maio, o *Jornal do Brasil* divulgou parte da carta que Arthur Reis enviou àquele jornal em resposta ao editorial, afirmando que não estava fora de compasso, visto que o que reivindicava era o respeito às instituições brasileiras, lutando, pois para que elas não fossem "ignoradas, negadas, ultrajadas pela arrogância de cientista e técnicos estrangeiros"[1085]. Reis acusava a proposta de ser "ousada, atrevida, arrogante, visando a diminuir-nos", pois pretendia se realizar desconsiderando as instituições nacionais já em funcionamento.

> Não sou xenófobo [...]. Prevenir, acautelar, em nenhum momento importou em recalque de subdesenvolvido [...]. Não estou fora do compasso, mas dentro dele. Não dessirvo à Revolução. Ao contrário, sirvo-a, como governador e como brasileiro, tenho a certeza disso, alertando-a para que não se perca a consciência livre de nossa Pátria, desservindo-a em compromissos que, felizmente não hão de ser levados adiante, pelo menos nas características por que as haviam planejado [1086].

Pedia Reis na carta que não lhe fosse imputada a pecha de "um homem limitado a vivência do passado". "Esse passado é uma lição permanente, que não pode, nem deve ser ignorado". Sobre isso, havia escrito um livro, *A Amazônia e a cobiça internacional*, reiterava Reis: "Tenho como governante, os olhos voltados para o presente e para o futuro [...]. Trabalho em minha terra sem cessar, para que ela se incorpore, pelo esforço dos que ali vivem enfrentando o meio físico para humanizá-lo, na dinâmica e na civilização brasileira"[1087].

Não bastasse o editorial do *Jornal do Brasil* atingindo diretamente Arthur Reis, no mesmo dia em que esse jornal publicava a defesa dele em resposta ao texto que lhe acusou de estar fora do compasso, *O Jornal* publicou um artigo de Assis Chateaubriand tecendo veementes críticas às ideias de Arthur Reis:

[1084] FORA..., 1965, p. 6.
[1085] ARTHUR REIS afirma que não quer órgãos nacionais ignorados por estrangeiros. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 18 maio 1965e. Primeiro caderno, p. 17.
[1086] ARTHUR REIS..., 1965e, p. 17.
[1087] ARTHUR REIS..., 1965e, p. 17.

> Sejam quais forem as consequências neste caso da Amazônia, cumpre ir até o fim. Não será possível consentir que a sorte da nação fique entregue a um patriotismo tão ruim e tão inferior. Lembro-me sempre do major Barata, interventor da Amazônia, na hora em que este nacionalismo bastardo toma da palavra, para opinar em nome da vontade nacional[1088].

Chateaubriand fez referência ao esforço do interventor do Pará, Joaquim de Magalhães Cardoso Barata, num episódio que visava ao incentivo à Fordlândia. Magalhães Barata entrou no escritório de Chateaubriand, a quem até então este não conhecia, para solicitar que se levasse à Fordlância com urgência o Dr. José Maria Whitaker, "do contrário as obras [lá iniciadas] seriam suspensas e a experiência de plantação de borracha, que Ford levava a cabo no vale amazônico, estaria perdida"[1089]. Naquela ocasião, Barata fez o relato do "rosário de perseguições" pelo qual passaram Ford e Firestone, desde o momento em que, reagindo "contra o acordo de preços, negociados pelos plantadores britânicos e holandeses da hévea, no oriente [decidiram] partir para incrementar o grande seringal, dentro da bacia Atlântica"[1090]. Chegado à Libéria, Firestone foi acolhido pelos "negros" da forma como deveria: "como um salvador da pátria". Ele dispunha de

> know-how e capital ao serviço da manipulação de uma renda no país. Nada faltou a Firestone. Os pretos se convenceram que estavam em presença de um agente propulsionador do desenvolvimento de sua economia. Puseram-se a cooperar com ele, puxando, todos juntos, brancos e pretos[1091].

Ford, por sua vez, ao contrário do ocorrido com Firestone, chegou à Amazônia e "constatou que nosso país não queria saber dele". Teve então que assinar perto de 5 mil termos de responsabilidade, conforme informou Magalhães Barata a Chateaubriand, "para levar por diante uma iniciativa que a ninguém acode na minha terra: fazer uma cidade"[1092]. O resultado de tudo isso foi o fracasso do empreendimento. Em tom irônico, concluía o jornalista a crítica a Arthur Reis:

> A história não se repetirá propriamente hoje. Há pouco menos de meio século. O invasor estrangeiro ainda pisou em terra brasileira. Conspurcou o solo da pátria. Pisou, com a planta de conquistador, quase 50 anos, o chão do Brasil. Agora usaremos de meios preventivos. O pirata não haverá de desembarcar. O patriotismo está alerta. O nacionalismo, vigilante. O seu Instituto de Pesquisas Tropicais, que é desta vez, a arma útil de conquista do imperialismo americano, vai ser desmantelado, antes de viver. [...] Evidentemente, se está em presença de uma tal impostura que nem paga a pena discuti-la. Neste novo "round" a estupidez nacional não tem entranhas. Pretender transformar um estabelecimento científico em motivação de conquista política, raia todos os limites do destempero ideológico. O

[1088] CHATEAUBRIAND, Assis. Os caetés de 1965. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 18 maio 1965. Primeiro caderno, p. 3.
[1089] CHATEAUBRIAND, 1965, p. 3.
[1090] CHATEAUBRIAND, 1965, p. 3.
[1091] CHATEAUBRIAND, 1965, p. 3.
[1092] CHATEAUBRIAND, 1965, p. 3.

> Brasil não mereceria o direito de nação emancipada, se permitisse que um conjunto de fanáticos dispusesse do sombrio destino da Amazônia. Não passarão os caetés de 1965[1093].

Arthur Reis ganhava um adversário de peso, era o próprio titular dos *Diários Associados* se indispondo contra suas ideias. Ideias essas que dividiram opiniões por dias a fio. No mesmo dia 18, por exemplo, o *Correio da Manhã* afirmou num título de topo de página: *CNPq ignora americanos na Amazônia*. Na matéria, Antônio Couceiro se esquivava da responsabilidade acerca da presença de pesquisadores estrangeiros na Amazônia, afirmando ignorar oficialmente a presença destes na região. Disse também que não foi ele quem organizou a reunião do dia 10 de maio e que tampouco defendia que os novos órgãos fossem geridos por estrangeiros. Sobre as acusações de Arthur Reis, assim se defendeu Couceiro: "Estou sendo vítima em todo esse episódio [...] Não posso desculpar que o governador Arthur Reis, de quem sempre fui amigo, venha acusar-me, sem antes conhecer os documentos de que dispõe o Conselho Nacional de Pesquisas".

O *Correio da Manhã* divulgou ainda o apoio de Ademar de Barros, governador de São Paulo, concordando em termos com as ideias de Reis e se manifestando "contra a anunciada internacionalização da Amazônia"[1094]. Informava também que Reis daria uma palestra no encerramento da III Semana de Estudos Administrativos, organizada pelo Diretório Acadêmico da Escola Brasileira de Administração Pública (Ebap), ocasião em que abordaria a "ameaça antiga e atual da internacionalização da Amazônia"[1095]. É importante notar como o *Correio da Manhã* não tratava o caso da fundação como uma suposta ameaça à internacionalização da região, antes, o alçava ao lugar das certezas.

Sobre isso, ainda o mesmo jornal e na mesma data, J.J&J., na seção intitulada *Flagrantes*, afirmou: "Foram mexer no calo de estimação do governador Arthur Reis – a internacionalização da Amazônia – e o homem virou novamente pororoca. Só que desta vez a pororoca deu contra, voltando-se contra o lá de cima"[1096]. O autor provavelmente estava se referindo aos rumores de supostas rusgas entre Reis e Castelo Branco, que rondaram o episódio da fundação, como se verá mais adiante.

Reis vai à Câmara depor. Essa foi a manchete do *Correio da Manhã* na edição de 19 de maio, que, a despeito do título, tinha como veio central a cobertura da palestra de Reis,

---

[1093] CHATEAUBRIAND, 1965, p. 3, grifo do autor.
[1094] ADEMAR. *Correio da Manhã,* Rio de Janeiro, 18 maio 1965. Primeiro caderno, p. 3.
[1095] DIRETÓRIO Estudantil debate Administração. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 18 maio 1965. Primeiro caderno, p. 7.
[1096] J.J&J. Flagrantes: Amazônia misteriosa. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 18 maio 1965. Primeiro caderno, p. 2.

realizada no dia anterior no Instituto Militar de Engenharia, para uma plateia de "cerca de cem oficiais superiores e generais do Exército"[1097]. Na ocasião, Reis afirmou:

> A Nação precisa conhecer o funcionamento dos institutos de pesquisa brasileiros, no momento em que se propõe a internacionalização da Amazônia sob a aparência simples de um programa científico. Urge que se firme uma consciência nacional para defender e ocupar aquela região, pois os espaços abertos que ali existem estão despertando interesses suspeitos[1098].

Até aí nenhuma novidade, pois essa fala Reis já havia sido dita em várias outras ocasiões. O que ele trouxe de novidade para a conferência foi um documento originário da Academia Nacional de Ciências dos Estados Unidos, "cujo teor foi mantido em segredo pelo Ministro da Agricultura"[1099]. O documento, resultado das reuniões do GT da Academia americana, afirmava que para se atingir os resultados esperados, os trabalhos deveriam ser feitos "independentes dos institutos existentes na área"[1100]. Entre outras coisas, o GT propunha ainda que "a Academia Nacional de Ciências dos Estados Unidos e suas entidades de agricultura escolham os membros do colegiado e o diretor [...] e que o colegiado de direção seja localizado em Washington". Asseverou ainda Arthur Reis que Castelo Branco já havia assinado um documento exigindo que o projeto fosse realizado em conjunto com as instituições brasileiras, por estas dirigido e com financiamento nacional. "Estou certo de que essa decisão do presidente será mantida, pondo por terra o outro plano"[1101], concluiu Reis. Sobre o assunto, o general Peri Bevilácqua, um dos presentes na plateia da conferência, afirmou ao *Correio da Manhã*: "a denúncia do governador Arthur Reis e, já agora, a vontade do presidente da República, puseram um obstáculo intransponível diante da cobiça que novamente se voltava para a Amazônia".

Ao final da conferência, Reis informou aos jornalistas que falaria sobre o assunto na Confederação Nacional da Indústria, na quinta-feira seguinte, e à Câmara, na sexta-feira, ocasião na qual também iria "denunciar o plano de exploração regional" realizado pelo Hudson Institute. No sábado, Castelo Branco receberia Arthur Reis, também para tratar da temática que havia tomado os jornais.

O *Correio da Manhã* apresentou ainda o apoio do deputado Wilson Calmon (PSP/AM) e do senador Artur Virgílio a Arthur Reis. Virgílio,

> Frisando estar "politicamente muito distanciado do governador Cezar Reis" [...] exaltou a posição por ele tomada em defesa dos interesses da Amazônia, adiantando

[1097] REIS vai à Câmara depor. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 19 maio 1965e. Primeiro caderno, p. 22.
[1098] REIS..., 1965e, p. 22.
[1099] REIS..., 1965e, p. 22.
[1100] REIS..., 1965e, p. 22.
[1101] REIS..., 1965e, p. 22.

> que com suas denúncias o governador do Amazonas "reencontrou-se com o velho sociólogo que é um dos melhores estudiosos da região, conforme mostra a extensa obra que tem publicado". Antes de abordar o problema, o Sr. Artur Virgílio observou sua condição de adversário do Sr. Arthur Cezar Reis, que teria agido o governo do Amazonas com faccionismos e até mesmo mesquinharia, como quando demitiu um seu irmão do Tribunal de Contas sem que contra ele pudesse alegar qualquer falta. Vinha, entretanto, aplaudir a posição adotada pelo governador em face do projeto governamental de entregar a entidades dos Estados Unidos as pesquisas na Amazônia. Informou que o governador, antes de adotar a posição que assumiu em público " – sem querer saber se agradaria ou não o Planalto" – reuniu-se com todas as forças políticas do seu Estado, inclusive a oposição, relatando-lhes o que se passava e revelando sua disposição de "luta a qualquer preço"[1102].

Assim, com a fala de Arthur Virgílio no Senado, o *Correio da Manhã* encerrou a matéria, que tomou grande parte da capa, apresentando também uma vistosa foto de Arthur Reis do momento em que conferenciava no Instituto de Engenharia Militar, com a seguinte legenda: *Denúncia: o governador do Amazonas denunciou aos militares planos contra seu Estado.*

O *Jornal do Brasil*, no mesmo 19 de maio, trouxe uma foto ainda mais pomposa de Arthur Reis (Figura 6). A imagem ocupava grande destaque na folha, onde acima se lia *À luz dos fatos*, e, logo abaixo: *Através de documento, o Sr. Arthur Reis pretendeu mostrar como os americanos trabalhariam na Amazônia, acrescentando subsídios às suas teses.*

Figura 6: Reis em conferência na Escola Militar de Engenharia



Fonte: À luz dos fatos[1103]

[1102] REIS..., 1965e, p. 22, grifo do autor.
[1103] À LUZ dos fatos. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 19 maio 1965. Primeiro caderno, p. 3.

A foto também era do momento no qual Reis proferia a palestra para os cerca de duzentos militares, segundo o *Jornal do Brasil*, destoando do *Correio da Manhã*, que afirmava haver por volta de cem militares presentes. O *Jornal do Brasil* também transcreveu trechos do documento apresentado por Reis na ocasião, frisando que "o conferencista foi interrompido diversas vezes pelos aplausos"[1104]. Publicou também, tal qual o *Correio da Manhã*, o apoio que Reis havia recebido de Artur Virgílio no Senado, acrescentando ainda o apoio do senador Argemiro Figueiredo (PTB/PB) em seu aparte à fala de Virgílio, no qual afirmou que "o episódio revelava a força do sentimento do povo brasileiro quando está em jogo a dignidade e a soberania nacionais". A fala do senador Aluísio de Carvalho também foi recuperada pelo *Jornal do Brasil*: "a posição assumida pelo governador apenas vinha confirmar, para aqueles que o conhecem, seu valor intelectual e seu devotamento à Amazônia"[1105].

O *Jornal do Brasil* publicou ainda notícia dada pelo seu correspondente em Belém de que Agostinho Monteiro, governador em exercício naquele estado, não era contra a tese de Arthur Reis. Mas afirmou que não acreditava em perdas para o Brasil, caso se firmasse o convênio: "com o trabalho de técnicos e cientistas americanos. O Centro Tropical poderia aprofundar os nossos conhecimentos sobre as reais possibilidades da Amazônia. Não poderemos negar-lhes apoio"[1106], reiterou Agostinho.

Apesar de ter publicado as impressões de Agostinho, que apoiava a instalação das novas instituições, a matéria do *Jornal do Brasil*, especificamente desse dia 19, parecia ter se desviado um pouco do seu intento de prestar apoio ao Governo Federal, visto que a ênfase do dia foi na figura de Arthur Reis e de seus apoiadores.

Se essas são as impressões em relação ao *Jornal do Brasil*, sobre *O Jornal* não se pode dizer o mesmo, visto que reservou apenas uma coluna, espremida entre outras, para tratar da palestra. Trouxe também uma foto de Reis, mas bem menos pomposa. Apresentou de forma resumida o assunto, ainda que tenha tocado nos pontos principais, como o documento apresentado por Reis, as personalidades presentes, os aplausos que ele recebeu em diversos momentos da palestra. Todavia não se ocupou em publicar notícias do Senado ou da Câmara, onde os políticos falaram em apoio às ideias do governador Amazonense. Preferiu encerrar a notícia com a posição de Agostinho Monteiro, governador paraense em exercício, que afirmava não divergir em essência dos pensamentos de Arthur Reis, mas indagava:

[1104] ARTHUR REIS diz que os Estados Unidos controlariam de Washington as pesquisas na Amazônia. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 19 maio 1965f. Primeiro caderno, p. 3.
[1105] ARTHUR REIS..., 1965f, p. 3.
[1106] ARTHUR REIS..., 1965f, p. 3.

> Procedem os temores de cobiça estrangeira sobre a Amazônia, neste meado de século XX, demolidos vários impérios coloniais da África e Ásia? Ainda será possível além da cobiça, a conquista? Não somos na atualidade, uma comunidade americana em que apenas as três Guianas representam um passado em museu de antiguidades na América, mostrando o colonialismo? Esse Centro Tropical vem operar na Amazônia em cooperação com nossos institutos e técnicos, então porque negar apoio a esse oferecimento do governo norte-americano?[1107]

No dia seguinte, portanto 20 de maio, nova leva de notícias acerca do caso. Desta feita, o *Correio da Manhã* publicou na capa uma notícia que mexeu com os brios de Arthur Reis. O título dizia: *Castelo censura posição de Reis*, informando que o presidente expressaria a Reis sua insatisfação pelo modo como ele vinha apresentando o caso da fundação. Essa informação foi colhida, conforme o *Correio da Manhã*, dos assessores diretos da Presidência da República, segundo os quais haveria um encontro de Reis com Castelo no sábado, quando este criticaria o comportamento do governador amazonense.

> Segundo aqueles assessores, o marechal Castelo Branco defende a mesma tese do governador Arthur Reis em relação à defesa do território nacional, mas considera que ele agiu precipitadamente ao desencadear campanha antes mesmo de o presidente da República ter decidido sobre o assunto[1108].

Após a notícia desagradável sobre a posição de Castelo Branco, o *Correio da Manhã*, na página seguinte, divulgou foto de Reis no almoço oferecido pelos diplomados da Escola Superior de Guerra, ocorrido no dia anterior no Clube Naval. Sob a foto, vinha a legenda: *Amazônia em almoço: o governador Arthur Reis explicou a ameaça da internacionalização da Amazônia aos diplomados da ESG.* Na ocasião, Reis falou novamente sobre o tema, afirmando que "o problema da hileia amazônica ameaça diretamente a segurança nacional e acusou os norte-americanos de aspirarem à direção absoluta da anunciada Fundação de Pesquisas Tropicais"[1109].

O Jornal também divulgou a notícia do almoço, para o qual, segundo aquela folha, Reis fora chamado como convidado especial. Informou que a palestra dele havia durado vinte minutos, nos quais falou de diversos assuntos de seu governo no Amazonas, e ao final afirmou que notícias acerca das denúncias que fez poderiam ser encontradas no último número da revista *O Cruzeiro*[1110].

[1107] REIS conferencia no IME sobre Amazonas, voltando a atacar a ideia da Fundação. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 19 maio 1965f. Primeiro caderno, p. 8.

[1108] CASTELO censura posição de Reis. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 20 maio 1965b. Primeiro caderno, p. 1

[1109] REIS diz a oficiais que hileia ameaça a segurança nacional. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, maio 1965g. Primeiro caderno, p. 2.

[1110] ARTHUR REIS falou sobre o seu governo no banquete promovido ontem pelos formandos da E.S.G. *O Jornal,* Rio de Janeiro, 20 maio 1965g. Primeiro caderno, p. 7.

O *Jornal do Brasil* nada noticiou sobre o caso naquele dia. Entretanto, no dia seguinte, divulgou a opinião de Felisberto Camargo, diretor da Fundação Zoobotânica do Distrito Federal, "que tachou de absurdo o nacionalismo"[1111] daqueles que se punham contra a instalação da fundação, "lembrando que a criação de um centro político na Amazônia, mesmo que seja de um país estrangeiro, não significa a internacionalização da região"[1112], visto que os brasileiros iriam compor a equipe de trabalho que seria supervisionada pelo CNPq. Segundo o *Jornal do Brasil*, Camargo, que era "um profundo conhecedor dos problemas da Amazônia"[1113], afirmou que era intento antigo seu criar uma Fundação de Pesquisas do Cerrado por meio da qual seriam obtidos "recursos financeiros para realizar diversas pesquisas agronômicas, a fim de conquistar cientificamente os cerrados do Brasil central"[1114].

> Em vista disso [reiterava Camargo], recebemos com profunda surpresa a recusa do eminente professor Arthur Reis em aceitar a cooperação que tanto almejávamos para a Fundação de Pesquisas do Cerrado. [...] A posição do Governador do Amazonas foi inoportuna, porque criou uma situação que na realidade não existe, pois não há perigo algum de internacionalização da Amazônia, uma vez que não há mais clima no mundo para qualquer tipo de colonialismo[1115].

Esse foi um dia em que as coisas pareciam mesmo estar ruins para Arthur Reis. Até o *Correio da Manhã* divulgou na capa notícia intitulada *Roberto Campos desmente Reis*. O conteúdo informava que Campos, ministro do Planejamento, havia divulgado uma nota afirmando ser um "completo absurdo" a acusação de Arthur Reis que pesava sobre ele, de que teria defendido em palestra em São Paulo "a internacionalização e a partilha da região amazônica".

> Nunca esteve em cogitação – acentuou o titular do Planejamento – qualquer problema territorial relativo à Amazônia; o que se cogita é saber se o Brasil aceita ou não a cooperação técnica internacional e o treinamento do seu pessoal no exterior para o desenvolvimento da tecnologia de zonas tropicais. O que eu disse em São Paulo, [...] foi apenas que não devemos ter medo da ciência e da tecnologia, nem complexo de inferioridade para recorrer à experiência tecnológica de países mais avançados. O nacionalismo ferrenho que se recusa a importar tecnologia é um inimigo do desenvolvimento. [...] Não acredito que o governador Arthur Reis, a quem conheço de longos anos, tenha por um instante sequer acreditado que qualquer ministro de governo tolerasse a partilha da Amazônia, assunto jamais discutido ou cogitado [...] [1116].

O *Correio da Manhã* divulgou também a íntegra de um texto de moção de confiança em favor de Antônio Couceiro, presidente do CNPq, assinado unanimemente pelos 23

[1111] FELIZBERTO é favorável ao convênio para pesquisas científicas na Amazônia. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 21 maio 1965. Primeiro caderno, p. 15.
[1112] FELIZBERTO..., 1965, p. 15.
[1113] FELIZBERTO..., 1965, p. 15.
[1114] FELIZBERTO..., 1965, p. 15.
[1115] FELIZBERTO..., 1965, p. 15.
[1116] ROBERTO Campos desmente Reis. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 21 maio, 1965. Primeiro caderno, p. 1.

conselheiros "que compõem a cúpula deliberativa da entidade, que afirmaram sua repulsa 'às acusações que lhes são feitas, por tê-las como irreais, inconsistentes e aleivosas'"[1117]. Visavam os conselheiros tornar público seu desacordo às ideias de Reis. "Lamente e recuse-se a admitir que assunto de tanta relevância seja discutido em forma emocional e demagógica"[1118], dizia parte do texto de moção, que ao final trazia o nome dos conselheiros que o assinaram.

No mesmo dia e no mesmo jornal, constava a informação de que, a despeito da denúncia de Reis e de sua certeza de que a criação do novo órgão não seria aprovada, chegava a Belém, tendo como destino final Macapá, uma equipe de pesquisadores norte-americanos "que estavam procedendo ao levantamento da região amazônica"[1119]. O cenário parecia nebuloso. E ainda havia os rumores de que Castelo Branco, apesar de favorável às ideias de Reis, não estava contente com o modo sensacionalista com o qual este levou o assunto à imprensa, uma vez mais noticiado pelo *Correio da Manhã*, ainda do dia 21 de maio[1120]. O jornal divulgou também a reação de Arthur Reis às notícias dos jornalistas acerca da insatisfação do presidente:

> O governador Arthur Reis, do Amazonas, disse acreditar que não tenham partido do presidente da República os comentários publicados pela imprensa e atribuídos a assessores presidenciais, acusando-o de ter se precipitado na denúncia da Fundação de Pesquisas Tropicais. "Nem poderiam partir – afirmou – pois não sou menino nem empregado dele". "Não quero comentar essas notícias – acrescentou. Se forem verdadeiras comentarei o assunto diretamente com o presidente Castelo Branco"[1121].

Mantendo o mesmo clima de crítica a Arthur Reis, especificamente no que tange ao assunto da fundação, *O Jornal* também noticiou a nota divulgada por Roberto Campos[1122] mantendo praticamente o mesmo teor da divulgada pelo *Correio da Manhã*. E acrescentou ainda notícias vindas da Câmara Federal, informando que o deputado João Calmon também discordava de Reis: "[...] O Sr. João Calmon disse que a opinião brasileira foi traumatizada há poucos dias com a denúncia quase sensacionalista feita pelo governador do Amazonas em relação a um suposto plano de internacionalização da região amazônica [...][1123]". O deputado afirmou que havia lido o relatório sobre o assunto produzido pela Academia de Ciências de

---

[1117] CONSELHO condena denúncia de Reis. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 21 maio 1965. Primeiro caderno, p. 5.
[1118] CONSELHO..., 1965, p. 5.
[1119] AMAZONAS: anulação. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 21 maio 1965. Terceiro caderno, p. 2.
[1120] REIS com Castelo. *Correio da Manhã,* Rio de Janeiro, 21 maio 1965i. Primeiro caderno, p. 8.
[1121] REIS diz que não precipitou debate sobre a Amazônia. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 21 maio 1965h. Primeiro caderno, p. 5. Grifo do autor.
[1122] NÃO há partilha da Amazônia, diz Roberto Campos. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 21 maio 1965. Primeiro caderno, p. 7.
[1123] NÃO..., 1965, p. 7.

Washington, leitura que não lhe tinha causado a "impressão de que o Ministro da Agricultura fosse cúmplice de crime de lesa-pátria"[1124]. Disse ainda Calmon que o objetivo dos Estados Unidos era incentivar a produção "de gêneros alimentícios e diminuir a carga que [onerava] os contribuintes, americanos que [gastavam] por ano centenas de milhões de dólares com o programa 'Alimentos para a Paz'". Portanto, a intenção do governo norte-americano não era "de forma alguma, a internacionalização da Amazônia"[1125]. Afirmou ainda o deputado lamentar o fato de que "homens da [própria] Revolução" acusassem ministros de serem "cúmplices de objetivos escusos de potências estrangeiras"[1126], tal como havia feito Arthur Reis ao acusar o ministro do Planejamento, Roberto Campos, em pronunciamento que este tinha feito em São Paulo.

> Tal pronunciamento, evidentemente – ressaltou o parlamentar carioca – não pode ser interpretado como atitude de traição ao país, como quer fazer crer o governador da Amazônia, quando põe sob suspeita outro ministro. Ninguém, por mais que discorde dessas altas autoridades, pode pôr em dúvida o seu patriotismo[1127].

O assunto tomou tamanha proporção que até a embaixada dos Estados Unidos no Brasil, que antes havia dito que não iria dar declarações porque o governo brasileiro estava resolvendo a contento a situação, resolveu se manifestar. E apesar das várias críticas a Arthur Reis, este recebeu também apoio de diversas figuras importantes no meio político, intelectual e principalmente no meio militar, inclusive dos ministros do Supremo Tribunal Militar, o que certamente influenciou e muito no desfecho do caso. Por toda a guarida que recebeu de nomes importantes dos variados setores da sociedade, inclusive de setores populares, no dia 22 de maio, a embaixada estadunidense se viu impelida a prestar uma declaração através de nota oficial, esclarecendo que a situação estava em fase de estudos e, portanto, não havia ainda qualquer acordo firmado entre Brasil e Estados Unidos. Possíveis acordos só viriam a ser firmados após as conclusões dos estudos realizados pela comissão formada na reunião do dia 10 de maio, dia no qual teve início o debate da questão e que foi origem de toda a repercussão na imprensa em virtude da denúncia de Arthur Reis.

Os três jornais analisados publicaram na íntegra a nota da embaixada. Segundo a nota, a ideia de criar instituições de pesquisa em países latino-americanos estava no bojo dos intentos da Aliança para o Progresso, que evidenciava "o profundo interesse [dos Estados Unidos] em ajudar a melhorar a produção agrícola, bem como a industrial, na América

---

[1124] NÃO..., 1965, p. 7.
[1125] CALMON pede esclarecimentos ao Ministro da Agricultura sobre o plano de pesquisas na Amazônia. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 21 maio 1965. Primeiro caderno, p. 4.
[1126] CALMON..., 1965, p. 4.
[1127] CALMON..., 1965, p. 4.

Latina"[1128], sendo necessário, para tanto, investir em pesquisas sobre agricultura "nas três sub-regiões dos trópicos americanos: a úmida, a árida e a andina".

Nesse sentido, em maio de 1964, a Agência para o Desenvolvimento Internacional, dos Estados Unidos (USAID), solicitou à Academia Nacional de Ciências, instituição também daquele país, "que escolhesse um grupo de ilustres cientistas agrícolas" para realizar estudos nas áreas de interesse do projeto. "O motivo desse estudo é o interesse que o governo do Brasil e de outros países latino-americanos, que possuem tais regiões, mostram por seus cidadãos que vivem nessas áreas extremamente subdesenvolvidas". Assim, os cientistas reunidos em uma força tarefa, criada pela Academia de Ciências dos Estados Unidos, visitaram diversos países: Venezuela, Colômbia, Panamá, Costa Rica, Equador, Peru e Brasil, após o que produziram um relatório sugerindo "a criação de uma fundação de pesquisas tropicais para incentivar o treinamento e pesquisas superiores em todos os três tipos de regiões tropicais". A instituição destinada aos estudos dos trópicos úmidos deveria ser instalada em Belém; a outra, destinada aos estudos dos trópicos secos, no Nordeste; e os trópicos andinos deveriam ser pesquisados por uma instituição fixada em Cuzco, no Peru.

A despeito da forma como a Embaixada se colocou, sugerindo não haver qualquer outro interesse a não ser ajudar os países da América Latina, o que interessa ressaltar da nota foi a intenção dela de esclarecer que nada estava decidido ainda. Ela visava, portanto, acalmar o alvoroço na opinião pública causado pela denúncia de Arthur Reis, colocando "panos quentes" na situação, afirmando que o que houvera na reunião do dia 11 não fora uma imposição e ainda não se havia "batido o martelo sobre a questão". Após os estudos da comissão, formada na reunião, e a apresentação das suas conclusões aos governos dos dois países envolvidos, estes decidiriam se deveriam ou não "ir avante com o projeto. [...] Até que tais decisões sejam tomadas, nenhum dos dois governos estará de modo algum comprometido"[1129]. Finalizando, afirmava a nota:

> Nenhuma das recomendações contidas no relatório da força-tarefa e nenhuma das discussões com ele relacionadas sugeriram, em qualquer tempo, a internacionalização de qualquer das três regiões tropicais. As recomendações sugerem cooperação internacional num programa a longo prazo de pesquisas científicas, destinado a elevar o padrão de vida, pelo aumento da produção de alimentos, e o nível de nutrição, contribuindo, assim, para o progresso econômico e social da população dessas áreas em desenvolvimento [1130].

[1128] COMUNICADO da Embaixada. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 22 maio 1965. Primeiro caderno, p. 5.
[1129] COMUNICADO..., 1965, p. 5.
[1130] COMUNICADO..., 1965, p. 5.

No mesmo dia da divulgação da nota da embaixada, *O Jornal*[1131] e o *Correio da Manhã* publicaram também uma nota oficial, expedida pelo CNPq, dando sua versão da situação. Informava Antônio Couceiro, presidente daquele órgão, que no dia 7 de dezembro de 1964 se reuniu com o adido científico da Embaixada dos Estados Unidos e com Tony A. Cunha, professor da Universidade da Flórida, ocasião em que este fez saber do interesse da Agência Internacional para o Desenvolvimento (AID) de "reformular a ajuda que vinha prestando aos países latino-americanos [...]"[1132]. Após isso, notificaram-se acerca do assunto os ministros da Agricultura, Relações Exteriores e do Planejamento e Coordenação Econômica. Sobre a direção das novas instituições, dizia a nota:

> Embora o professor Tony Cunha não tivesse feito qualquer referência ou demonstrado qualquer desejo de a direção do Centro ser exercida por norte-americanos, fez vez aos senhores ministros que o CNPq julgava conveniente, caber, citada direção, a pesquisador brasileiro, evitando-se possíveis insatisfações, bem como que a seleção do pessoal docente norte-americano e brasileiro ficasse aos cuidados das Academias de Ciências e dos Conselhos de Pesquisas dos dois países [...][1133].

Informava ainda a nota que o próximo passo foi informar ao presidente Castelo Branco, que no dia 12 de janeiro de 1965 recebeu uma exposição de motivos sobre a questão, ao que respondeu, no dia 15 do mesmo mês, com o seguinte despacho: "Aprovo a entabulação de entendimentos. Devem ser fixadas as responsabilidades financeiras que caberão ao Brasil e adotada a forma de convênio com o IPEAN"[1134]. Desse instante em diante, todos estavam certos de como proceder e todo o andamento da situação seria "levado ao conhecimento do presidente da República e submetido à sua aprovação". Nestes termos foi que o presidente do CNPq se dispôs a receber "os cientistas norte-americanos para troca de ideias com os cientistas brasileiros sobre a mais apropriada e objetiva cooperação entre os dois países[1135]".

Independentemente de todos os interesses envolvidos na tentativa de criação da fundação, que não é o objetivo deste trabalho discutir, é curioso o modo como Arthur Reis decidiu resolver a situação, indo diretamente à mídia denunciar o caso como cobiça pela Amazônia, sem antes se propor a averiguar a situação com o presidente Castelo Branco. Aliás, se for tomada como referência a fala de Arthur Virgílio de que Reis reuniu lideranças políticas no Amazonas para discutir a questão antes mesmo de viajar ao Rio de Janeiro onde participaria da reunião obtendo dessas lideranças – nas quais estavam inclusos até mesmo

---

[1131] EMBAIXADA dos EUA explica as pesquisas na Amazônia negando planos de internacionalização. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 22 maio 1965. Primeiro caderno, p. 4.
[1132] PRESIDENTE do CNPq explica. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 22 maio 1965. Primeiro caderno, p. 4.
[1133] PRESIDENTE..., 1965, p. 5.
[1134] PRESIDENTE..., 1965, p. 5.
[1135] PRESIDENTE..., 1965, p. 5.

opositores do seu governo – o apoio para a postura que de antemão havia tomado, a impressão que se tem é que Reis estava antecipadamente decidido a fazer da questão um assunto de discussão nacional, mexendo, inclusive, com o governo do qual fazia parte, com a intenção de que a própria opinião pública o instasse a olhar para a Amazônia, nesse caso específico, para as instituições de pesquisas da região, que não recebiam verbas suficientes para funcionarem a contento.

Por isso Reis levou a discussão ao palco da grande mídia, impressa e televisiva. No mesmo dia 22, por exemplo, *O Jornal* repercutiu uma entrevista concedida pelo governador amazonense a um programa da TV Brasília, onde afirmou que

> O presidente Castelo Branco é um homem nacionalista, grande brasileiro e bem intencionado, mas que neste caso da Comissão de Estudos da Amazônia está sendo muito mal orientado pelos seus auxiliares de governo [...] Minha luta em favor da Amazônia vem de muito longe. No meu livro A Amazônia e a cobiça internacional, discuti toda a cobiça estrangeira sobre aquela região, desde a francesa, a inglesa e, mais recentemente a norte-americana[1136].

Este era com certeza um assunto polêmico que, certamente, rendia boa audiência e provocava grandes debates, dividindo as opiniões e garantindo ainda mais notoriedade à figura pública de Arthur Reis. Seja em críticas negativas ou em textos de apoio às suas ideias, importa frisar que o intelectual amazonense e seu tema de estudos lograram grande evidência na década de 1960. Aumentou inclusive a procura pelo seu livro nas bancas, como demonstrava *O Jornal*: "Notícias procedentes de Manaus informam que um livro do governador amazonense, contrário à internacionalização do Amazonas, foi rapidamente esgotado nas livrarias, ocorrendo cívicos leilões de alguns exemplares [...]". Mas o periódico fazia ressalvas às suas concepções:

> Ninguém está contra o autor [prossegue a notícia de O Jornal]. Ocorre, apenas, que o problema não existe. Reservamo-lhe, quando muito, interesse histórico. O que se pretende, pura e simplesmente, é aceitar a colaboração internacional no estudo dos problemas econômicos dos vales úmidos e das zonas secas do Brasil. Nada mais, nada menos. A interferência aqui, de qualquer tipo de nacionalismo, ou é propositadamente antipatriótica, ou revela complexo de inferioridade dos que preferem a ignorância autossuficiente ao progresso com ajuda externa [...][1137].

É ainda do mesmo jornal e na mesma data que se lê mais uma crítica a Arthur Reis: "Em Brasília já apelidaram o governador da Amazônia de "Rei Arthur", pelos seus pronunciamentos xenófobos no que tange aos estudos científicos das riquezas da Amazônia. Ele não se indispõe com a fama que lhe atribuem [...]"[1138]. Segue *O Jornal* afirmando que

[1136] ARTHUR REIS reafirma. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 22 maio 1965h. Primeiro caderno, p. 4.
[1137] MEDO à ciência. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 22 maio 1965. Primeiro caderno, p. 4.
[1138] O "REI ARTHUR". *O Jornal*, Rio de Janeiro, 23 maio 196. Primeiro caderno, p. 4.

Reis contava "com prazer" a história de um antigo governador do Amazonas, de nome Angelim, que era extremamente leal à coroa portuguesa. Certa vez chegou à região uma embarcação britânica e Angelim ofereceu ao seu comandante um farto almoço. "No meio do rega-bofe, o emissário disse a que vinha: um convite da Inglaterra para incluir a Amazônia em seus domínios"[1139]. O governador, então, deu duas horas para o comandante inglês deixar a região ou afundaria seu navio. "A história é bicentenária: confunde-se com a pré-história do Amazonas. Mas, as convicções do governador de hoje são as mesmas do delegado português de ontem: afundar o barco"[1140]. Felizmente, prosseguia *O Jornal*, as autoridades que naquele momento governavam o país não procederiam tal qual Angelim.

> O Presidente da República pensa como os nordestinos que aguardam o estudo que ali se fará, com a ajuda de técnicos estrangeiros, dos problemas da região árida. Quem soube expulsar os holandeses, não tem medo de ninguém. E sabe que uma dúzia de cientistas não ocupa um território independente há mais de 140 anos [...][1141]

Se, por um lado, ocorriam ataques a Arthur Reis, e estes chegavam até ele de forma mais veemente em *O Jornal*, por outro, como ocorreu em todo esse processo do caso da fundação, Reis também recebia apoio, geralmente pelas páginas do *Correio da Manhã*:

> Se havia alguma dúvida sobre a oportunidade e justiça da denúncia apresentada pelo governador Arthur Reis contra a tentativa de "intervenção científica" na Amazônia, esta caiu por terra com as declarações do Sr. Felisberto Camargo a favor do arrendamento daquela região a uma fundação político-científica estrangeira. Em matéria de entreguismo amazônico o Sr. Felisberto bate todos os recordes, pois defende há muitos anos a tese da entrega da Amazônia a domicílio. E não faz por menos[1142].

O *Jornal do Brasil*, a despeito de ser um periódico que, a essa época, apoiava o governo militar, acabava por vezes também publicando textos em apoio a Arthur Reis, vindo, é claro, não da direção do jornal, mas da opinião que se queria autônoma, como a que veio na coluna que Barbosa Lima Sobrinho assinava naquela folha. A do dia 23 de maio, toda dedicada a Reis, veio com o título: *O publicista, o governador e a Amazônia:* "Arthur Cezar Ferreira Reis tem posição vitalícia na historiografia"[1143], afirmava Sobrinho, cintando algumas das obras do autor amazonense. "Obra séria, toda ela. Obra de meditação e pesquisa, com demorada permanência nos arquivos e escrupuloso cotejo de provas e documentos"[1144]. Possivelmente, continuava o autor, a familiaridade de Reis com a história da região amazônica, "com o ingente sacrifício dos seus povoadores, tenha gerado no espírito de Arthur

[1139] O "REI ARTHUR"..., 1965, p. 4.
[1140] O "REI ARTHUR"..., 1965, p. 4.
[1141] O "REI ARTHUR"..., 1965, p. 4.
[1142] CONTRAPROVA. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 23 maio 1965. Segundo caderno, p. 3.
[1143] LIMA SOBRINHO, 1965, p. 6.
[1144] LIMA SOBRINHO, 1965, p. 6.

Reis um sentimento mais vivo de zelo e de amor"[1145], provocando paixões típicas dos atritos com o estrangeiro, comuns nas regiões de fronteiras.

> E a história da Amazônia não é senão uma luta porfiada contra a cobiça internacional, como o próprio Arthur Reis nos relatou, no mais característico dos seus livros, aquele que tem por título e tema *A Amazônia e a cobiça internacional*. Iludir-se-ia quem procurasse, nesse último volume, qualquer tonalidade emocional ou qualquer eiva de faccionismo. Na formação espiritual de Arthur Reis o que predomina é o cientista, com a sua objetividade, com a obsessão da comprovação e da verificação. Pesa e repesa as palavras, para evitar extravios que lhe apareceriam como pecados contra a Ciência[1146].

Aí chama a atenção como Sobrinho assumiu o discurso da cobiça pela região proposto por Arthur Reis, discurso esse que não provinha das ligações emocionais do autor com sua terra, antes vinha imbuído da objetividade da ciência, ciência histórica, nesse caso. Essa situação evidencia bem o que abordei na introdução desta pesquisa, a saber, a forma como Reis se construiu e foi construído como autor no âmbito do IHGB, conferindo o tom de autoridade que o seu discurso atingiu. Essa foi a tessitura introdutória da qual Sobrinho lançou mão para apoiar Arthur Reis no caso da fundação e, junto com isso, para reforçar sua representação como defensor da Amazônia:

> Só o que ele [Arthur Reis] não consegue, com esse profundo conhecimento do problema, é considerar um episódio atual como se não houvesse nada para trás, como se não existissem quatro séculos de experiências, de lutas, de perigos e de provocações [...]. Arthur Reis sente que desempenha em face da Nação brasileira, a função de sentinela. Não faz por isso cálculos de sobrevivência política ou de êxito pessoal. Limita-se a cumprir a tarefa de sentinela. Que o acampamento desperte, ou não desperte, reaja ou não reaja, já não é mais com ele. Mas todos ficarão com a certeza de que no momento preciso, Arthur Reis embocou o clarim para o toque de alerta. [...] estamos diante, não de um oportunista, mas de um brasileiro consciente de suas altas responsabilidades sociais[1147].

Assim, com a "bênção" de Barbosa Sobrinho, além de outras importantes personalidades do mundo político e intelectual, conforme já mencionado, o caso da fundação caminhava para um desfecho, mas não sem antes render mais farpas trocadas entre os dois lados da questão. *O Jornal* publicou, ainda no dia 23 de maio, opiniões que colidiam com a de Reis, sob o título *A velha história da internacionalização da Amazônia*: "intriga americanófoba, fruto da ignorância e sem originalidade". Um dos posicionamentos era de Agostinho Monteiro, governador em exercício do Pará, que falando à reportagem dos *Diários Associados*, afirmou:

> Em tese, sou também contra qualquer alienação da mínima parte do nosso território. Mas, nos detalhes divirjo da opinião do Sr. Arthur Reis, pois não acredito que o

[1145] LIMA SOBRINHO, 1965, p. 6.
[1146] LIMA SOBRINHO, 1965, p. 6, grifo do autor.
[1147] LIMA SOBRINHO, 1965, p. 6.

> Brasil possa perder com a vinda de cientistas e técnicos estrangeiros para colaborar no levantamento do nosso potencial econômico. De outra parte, entendo irreversível a situação de soberania e autodeterminação que hoje desfrutamos[1148].

Monteiro teria dito, ainda, que não havia qualquer justificativa para receio quanto ao trabalho dos cientistas estrangeiros, visto que, no passado, tantos outros pesquisadores já haviam contribuído para o conhecimento da região, como Saint-Hilaire, Humboldt, Condreau, e "nenhuma cobiça revelavam, porque ciência não tem pátria". Na sequência, *O Jornal* apresentou também o posicionamento de Bruno de Almeida Magalhães, "um estudioso do problema", segundo o qual "lembrar, a esta altura, a internacionalização da Amazônia, é intriga americanófoba periodicamente agitada, fruto da ignorância ou da má fé, ou das duas simultaneamente"[1149].

No dia anterior, Arthur Reis havia estado em reunião com Castelo Branco para tratar da questão, motivando também notícias que reforçavam o descontentamento do presidente com Arthur Reis, de um lado, e, de outro, tentavam desfazer esses rumores que partiam da assessoria do governo do Amazonas no Rio de Janeiro. Nesse sentido, o *Correio da Manhã* noticiou que, segundo Leandro Tocantins, representante do governo amazonense no Rio de Janeiro, a reunião entre Reis e Castelo havia sido "cordialíssima", reafirmando esse último que não sairia "do espírito do despacho no qual repeliu a entrega daquela entidade à direção norte-americana"[1150]. Sobre a mesma reunião, o *Jornal do Brasil* afirmou: "O último encontro entre o Governador do Amazonas e o Presidente da República teve um começo muito duro"[1151]. O jornal relembrou então a fala que teria sido dita por Reis de que não era menino de recado, em virtude da qual havia sido repreendido por Castelo no dia da reunião da seguinte forma:

> Governador, li nos jornais que o senhor afirmou que não é menino, nem meu empregado. Eu também quero advertir ao senhor que não sou menino, nem empregado de governador de Estado, e mais ainda, que não aceito recados dessa natureza através da imprensa que ataca o governo. Considero uma injúria qualquer alegação que me atribua a responsabilidade por atos lesivos da soberania nacional[1152].

Na referida circunstância, conforme o *Jornal do Brasil*, Arthur Reis "se desmanchou em explicações"[1153], negando que tivesse feito à imprensa tal declaração. No dia seguinte, o

---

[1148] A VELHA história da internacionalização da Amazônia: intriga americanófoba, fruto da ignorância e sem originalidade. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 23 maio 1965. Primeiro caderno, p. 12.
[1149] A VELHA..., 1965, p. 12.
[1150] AMAZÔNIA foi tema de encontro entre Reis e Castelo. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 25 maio 1965e. Primeiro caderno, p. 3.
[1151] PITO. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 1 jun. 1965. Primeiro caderno, p. 10.
[1152] PITO, 1965, p. 10.
[1153] PITO, 1965, p. 10.

mesmo jornal publicou que Leandro Tocantins havia contestado "a versão do diálogo, que ontem publicamos, entre o governador Arthur Reis e o Presidente da República e diz que, ao contrário, a conversa foi 'cordialíssima, com pontos de vistas coincidentes sobre os problemas abordados'"[1154].

De fato, como havia afirmado *O Jornal*, a questão da fundação havia provocado "tumultuados debates"[1155] naqueles dias, debates esses que resultaram em ganho de causa a Arthur Reis. No dia 1º de junho, o *Correio da Manhã* afirmou que, em visita que fez a São Paulo, Reis havia dito que "já [tinha sido] afastada a ameaça que pesava sobre a Amazônia, que corria o perigo de ser internacionalizada. Disse que isso não ocorreria em virtude da posição das autoridades brasileiras e, principalmente, da atitude enérgica do Presidente Castelo Branco[1156].

Algumas notícias ainda anunciavam que pesquisadores americanos continuavam a fazer pesquisas na Amazônia, "apesar da celeuma verificada no país"[1157] após a denúncia de Reis. Entretanto a fundação não foi criada. O assunto ficou em pauta por um tempo, mantendo a mesma linha de divulgação das opiniões contrárias e a favor do convênio entre Brasil e Estados Unidos para a realização de pesquisas na região amazônica. Gilberto Freyre se solidarizou com Reis, através de telegrama, pela sua "posição em favor de uma direção brasileira para o Instituto de Pesquisas Tropicais na Amazônia"[1158], como mostrou o *Jornal do Brasil*. O *Correio da Manhã* transcreveu na íntegra o referido telegrama no qual Freyre se solidariza "(...) com o emintente amigo quanto a direção brasileira para um Instituto de Pesquisas Sociais que venha estabelecer-se na Amazônia, com recursos estrangeiros (...)"[1159]. Ainda nessa mesma ocasião Freyre aproveitou para informar Arthur Reis que o Instituto de Ciência do Homem, da Universidade de Recife, Divisão de Antropologia Tropical e agradecer-lhe por sua "valiosíssima colaboração" para tal feito.

De outro modo, Assis Chateaubriand, comentando o caso, no momento em que recebia uma medalha de ouro "pela promoção da amizade e cooperação com a Republica Tcheca", assim se pronunciou: "Quando vejo surgir na barragem do Rio Negro, uma personagem como o governador Arthur Reis, tenho a sensação que um dinossauro emergiu da

---

[1154] LANCE livre. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 2 jun. 1965. Primeiro caderno, p. 10.
[1155] AMAZÔNIA continua em debate. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 22 maio 1965d. Primeiro caderno, p. 1.
[1156] REIS afirma: ameaça ao Amazonas foi afastada. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 1 jun. 1965j. Primeiro caderno, p. 3.
[1157] REUNIÃO em Macapá. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 13 jun. 1965. Primeiro caderno, p. 30.
[1158] LANCE livre. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 4 jun. 1965. Primeiro caderno, p. 10.
[1159] GILBERTO e Reis. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 2 jun. 1965. Primeiro caderno, p. 8.

genéia amazônica. Ele supõe que pinga fogo e o que verte é a baba do saudário"[1160]. Disse também Chateaubriand, em discurso lido na ocasião, que "abrindo seu peito, lá dentro se encontrará uma alma branca de entreguista".

O tema continuou provocando o debate mesmo após sua finalização. Para Arthur Reis, pessoalmente, houve alguns ganhos, pois, além de ter conseguido evitar a criação da fundação, tornou-se nacionalmente ainda mais conhecido e, a despeito das críticas que recebeu, saiu ainda mais forte da situação. Parece ter prevalecido seu título de "defensor" da Amazônia.

E foi o próprio *O Jornal*, de Assis Chateaubriand, opositor das ideias de Reis no caso em questão, que publicou:

> O governador Arthur Reis depois das atitudes públicas que tomou em defesa da Amazônia, vem recebendo reiterados convites para a exposição de suas teses. Deslocou-se ontem para a capital bandeirante, onde teve ensejo de falar aos integrantes da Assembleia Legislativa de São Paulo. O chefe do executivo do Amazonas depende de obrigações administrativas para atender a outras solicitações que lhe chegaram de universitários do Paraná e do Rio Grande do Sul[1161].

Dias depois no *Jornal do Brasil* saiu a notícia intitulada *Reis falará hoje sobre a Amazônia*, relativa à palestra do autor amazonense a ser proferida na Faculdade Nacional de Direito. A palestra ocorreria a convite da Associação Libertadora Acadêmica, que também divulgou nota oficial prestando "'irrestrita solidariedade ao governador Arthur Reis', e concitou a todos os estudantes democratas que assumam idêntica posição, no interesse da integridade territorial, hoje fustigada pela cobiça internacional e pela pressão dos interesses universais"[1162]. É importante notar que, além da ideia contida na nota ser a mesma do livro *A Amazônia e a cobiça internacional*, o termo "pressão dos interesses universais" foi título de um dos capítulos do referido livro, demonstrativo da repercussão deste.

O *Correio da Manhã* também deu a mesma informação acrescentando que a Associação Liberal Acadêmica, havia distribuído panfleto incitando os estudantes a firmarem uma posição "em defesa do território brasileiro" [1163].

Os resultados políticos e intelectuais colhidos por Reis iam aparecendo à medida da repercussão que o caso ganhava. Foi antes mesmo da questão do debate acerca da Fundação chegar ao fim que, *O Jornal* publicou a notícia de que havia em Manaus uma grande procura pelo livro *A Amazônia e a cobiça internacional*, ocasionando, inclusive, a venda de alguns

---

[1160] CHATEAUBRIAND diz ter alma branca de entreguista. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 6 jun. 1965. Primeiro caderno, p. 2.
[1161] RECEPTIVIDADE. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 27 maio 1965. Primeiro caderno, p. 6.
[1162] REIS falará hoje sobre a Amazônia. Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 3 jun. 1965n. Primeiro caderno, p. 14.
[1163] AMAZONAS. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 3 jun. 1965. Primeiro caderno, p. 7.

exemplares em leilão público. "Em consequência disso novos pedidos foram feitos aos editores no Rio de Janeiro, com toda a urgência, atribuindo-se o fato à repercussão que tiveram no seio do povo as últimas declarações do governador contra o Instituto de Pesquisas Tropicais"[1164].

Toda a repercussão desse tema na mídia ocasionou maior interesse pelo livro de Reis e, consequentemente, a intenção de republicá-lo. Nesse sentido, o *Correio de Manhã* afirmou: "Vários editores têm procurado o governador para acertar a reedição de A Amazônia e a cobiça internacional, livro em que o Sr. Arthur Reis comentava há anos, o problema da internacionalização da Amazônia"[1165].

Em julho, dois meses, portanto, após o grande debate provocado pela denúncia de Reis na mídia, o *Jornal do Brasil* anunciou que estava por se lançar a segunda edição daquele que ia se tornando o livro mais famoso de Arthur Reis: "O governador amazonense vem brevemente ao Rio para assistir ao lançamento de seu livro A Amazônia e a cobiça internacional"[1166]. Este ocorreu no mês seguinte:

> O governador do Amazonas, Sr. Arthur Cezar Reis, comparecerá segunda-feira, às 21 horas, ao Palácio da Cultura, em Copacabana, para autografar a segunda edição do seu livro A Amazônia e a cobiça internacional, numa noite de autógrafos a que deverão comparecer altas personalidades políticas e militares. A nova edição de A Amazônia e a cobiça internacional é atualizada, abrange estudos clássicos feitos pelo Sr. Arthur Cezar Reis e os recentes acontecimentos que envolveram o Centro de Estudos Tropicais, e o empenho de internacionalização da região amazônica[1167].

Assim, a despeito das várias críticas que a posição de Arthur Reis acerca da fundação recebeu, muitos foram também os que o apoiaram e, desse modo, a segunda edição do livro foi uma consequência direta da repercussão que o caso da fundação obteve na mídia.

5.4.5 O caso do Hudson Institute

Em janeiro de 1967, Arthur Reis deixou o governo do Amazonas e retornou ao Rio de Janeiro. Em fins daquele ano foi, novamente, assunto nas páginas dos jornais. Dessa vez, tratava-se das propostas do Hudson Institute para a região amazônica, o que mais uma vez levou o autor amazonense ao tema da cobiça internacional. Segundo Reis, os projetos daquele instituto atentavam contra a soberania brasileira.

[1164] LIVRO de Reis gera "corrida" no Amazonas. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 21 maio 1965c. Primeiro caderno, p. 4.
[1165] LIVRO. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 25 maio 1965a. Primeiro caderno, p. 3.
[1166] FONTOURA, Walter. Lance livre. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 25 jul. 1965. Primeiro caderno, p. 10.
[1167] ARTHUR REIS autografa 2ª feira. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 28 ago. 1965i. Primeiro caderno, p. 14.

Em 27 de agosto do mesmo ano, o *Correio da Manhã* trazia o caso na capa do segundo caderno, sob o título *Estrangeiros estão de olho na Amazônia,* onde afirmava haver quatro instituições norte-americanas realizando pesquisas na região. O Hudson Institute era uma delas e a mais importante; além ter em seus quadros funcionais técnicos brasileiros, absorvia destes os conhecimentos que já tinham sobre a região e os utilizavam em seus planos.

De acordo com aquela folha, a instituição estava realizando estudos na região há cinco anos e, como resultado, havia formulado "um plano para a ocupação econômica da Amazônia"[1168] que tinha como fundamento principal dissolver as fronteiras a fim de facilitar as relações entre os países amazônicos e permitir que estes também pudessem realizar, com menores dificuldades, contatos com a Bacia do Prata. Em síntese, a intenção era "aumentar a navegabilidade dos rios da Amazônia e [realizar] o aproveitamento das suas terras; e a melhoria do sistema de comunicações na Amazônia e da América do Sul [...]"[1169].

Os responsáveis pelos estudos eram os estadunidenses Robert Panero e Herman Kahn, esse último fundador do Hudson Institute e, portanto, principal responsável pela iniciativa em relação à Amazônia. Em suas pesquisas haviam dividido a América Latina em três áreas: A, B e C, conforme prossegue o *Correio da Manhã*:

> As classificadas em A são áreas urbanas, com uma civilização do século XX, embora, subsistindo favelas, com um índice de investimentos mais alto e onde os técnicos disputam a liderança com os políticos. As classificadas em B são áreas rurais, com uma civilização do século XVII, com baixo índice de investimentos e onde dominam os proprietários de imóveis. As classificadas como C, são áreas inexploradas, com uma vida primitiva e pouquíssimos investimentos, representando 4/5 da América Latina e sua maior parte da bacia amazônica é inexplorada, desabitada, economicamente não utilizada[1170].

Desenvolver projetos na região C era uma das metas do instituto, que previa a criação de lagos artificiais na Amazônia a fim de viabilizar a navegação e promover a disponibilização de novas terras, que, depois de drenadas, serviriam à exploração econômica.

O *Correio da Manhã* destacou, entretanto, a oposição de Arthur Reis às pretensões do Hudson Institute. Aliás, reforçou mesmo que autor amazonense foi um dos primeiros a se insurgir contra tais projetos. A matéria, que vinha com o claro objetivo de também se opor aos intentos daquela instituição, finalizava citando a fala de militares que se opunham aos planos de estrangeiros para a região amazônica. Um deles, o tenente-coronel Jorge Teixeira de

---

[1168] CASTRO, Filipe de. Estrangeiros estão de olho na Amazônia. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 27 ago. 1967. Segundo caderno, p. 1.
[1169] CASTRO, 1967, p. 1.
[1170] CASTRO, 1967, p. 1.

Oliveira, que ao assumir o comando do Centro de Instruções de Guerra na Selva, teria afirmado: "pela primeira vez, no Brasil, toma-se uma medida concreta pela salvaguarda de um patrimônio que desde longa data está na mira de estranhos, que vêem como solução para os seus problemas de espaço a possível ocupação desta imensa e ainda desconhecida região brasileira"[1171]. O capitão Gélio Fregapani, na mesma ocasião, ratificou: "sabemos que o mundo se prepara para reclamar a Amazônia, mas aos brasileiros lanço uma mensagem de esperança: nunca o seu Exército hesitará na defesa da Amazônia. Nunca recuaremos e nunca seremos vencidos"[1172]. A fala de ambos os militares coadunavam com as de Arthur Reis.

No dia 23 de novembro de 1967, o *Jornal do Brasil*, *O Jornal* e o *Correio da Manhã* trouxeram em destaque a posição de Arthur Reis sobre o caso. *Ex-governador denuncia ação do Pentágono*, dizia o título da matéria apresentada pelo *Correio da Manhã*, informando, em seguida, que, no dia anterior, Arthur Reis havia "denunciado um projeto norte-americano elaborado pelo Instituto Hudson, de Nova York, a serviço do Pentágono". Nas palavras do próprio Reis,

> Para criar um vasto lago na Amazônia, seguramente do tipo dos lagos do Norte da América, com objetivos que não são definidos honestamente, nem são necessários a qualquer política que decidamos adotar para integrar a Amazônia em nosso processo de desenvolvimento[1173].

Segundo aquele periódico, a denúncia havia sido feita na residência do autor amazonense. Reis havia convocado a imprensa para uma entrevista coletiva na qual afirmou também que três pesquisadores estadunidenses haviam chegado ao Brasil e seguido para a Amazônia, a fim de realizar estudos, sem, contudo, nenhuma autorização do Governo Federal. Ele teria dito ainda, assim como o fez reiteradas vezes no caso da fundação, que a pesquisa sobre temáticas amazônicas deveria ser realizada sob o comando de pesquisadores brasileiros. Logo em seguida, Reis teria relembrado o caso da tentativa de instalação do Instituto da Hileia na década de 1940, para então afirmar:

> O Instituto Hudson, instituição que congrega um grupo de cientistas norte-americanos do mais alto nível, mas está a serviço da organização militar-política que é o Pentágono, programa agora uma nova tentativa de penetrar a Amazônia, para garantir, evidentemente, o que eles chamam de segurança dos Estados Unidos, que entendem dever ter seus fundamentos geográficos na Amazônia. Dirigido por um homem, Herman Kahn, que defende princípios perigosos à própria dignidade da espécie humana, novo Haushofer de nossos dias na sua tese geopolítica perigosa à nossa segurança, o Instituto Hudson valeu-se de projeto brasileiro, tal como sucedeu anteriormente com a proposição de Berredo Carneiro, no particular do Instituto da Hileia, para pretender, sem a nossa audiência, e sem que no assunto romântico,

[1171] CASTRO, 1967, p. 1.
[1172] CASTRO, 1967, p. 1.
[1173] EX-GOVERNADOR denuncia ação do Pentágono. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 23 nov. 1967. Primeiro caderno, p. 3.

> fantástico, megalomaníaco, estejamos interessados pela sua real fatuidade, criar um vasto lago na Amazônia [...][1174].

Arthur Reis prosseguiu afirmando que, se efetivados os intentos do instituto, sua terra natal e todas as cidades do Baixo Amazonas seriam sacrificadas. Em seguida, conforme aponta o *Correio da Manhã,* recorreu "ao passado para ilustrar seu depoimento", comparando a intensa propaganda que ora se fazia acerca das ações norte-americanas na região amazônica com a que se fez no passado, "quando o tenente Maury pretendeu, usando os mesmos métodos de divulgação e de propaganda para emocionar a opinião pública de seu país"[1175], que se abrissem as portas do Brasil para suas atividades comerciais.

Ele se opôs ainda aos projetos de controle de natalidade que os estrangeiros procuravam impor às populações da Amazônia, região onde, nas palavras do próprio Reis, "o problema fundamental é a falta de gente, de população, o que permite considerá-la um dos desertos que ainda existem no mundo"[1176]. Esse tipo de ação, conforme o autor, poderia esconder o propósito de manter a região amazônica despovoada, "visando a utilizá-la para a ocupação por outras gentes que não a nossa"[1177]. Afirmou também que havia em andamento um projeto, apresentado em Genebra, que visava transferir mais de 200 mil árabes para a Amazônia.

As missões religiosas na Amazônia eram outra face do mesmo problema, afirmava Reis. A ação dessas organizações na região eram suspeitas, "a propósito do que em passado recente chamamos de cobiça internacional e o Sr. Ministro do Interior já prefere denominar de agressão em marcha". Assim, de acordo com o autor, as suspeitas recaíam tanto em relação às missões católicas quanto no que se referia às protestantes.

Mais uma vez Reis reforçou que não era xenófobo e que tinha admiração pela civilização norte-americana: "Vai, porém, uma distância muito grande entre admirar o povo americano nessa demonstração palpável de sua admirável conduta civilizacional e aplaudir-lhe a ousadia de tentar [...] estender sobre nós aquele 'manto protetor' [...]"[1178], prosseguia o autor, reiterando ainda:

> Nossa vida deve ser empresa nossa. E o que já realizamos, vencendo a natureza agressiva para formar o continente-Brasil, bastará para dar-nos a certeza de que podemos aspirar a ascensão à condição de potência que os geógrafos, os economistas e os cientistas políticos já admitem ou já proclamam[1179].

[1174] EX-GOVERNADOR..., 1967, p. 3.
[1175] EX-GOVERNADOR..., 1967, p. 3.
[1176] EX-GOVERNADOR..., 1967, p. 3.
[1177] EX-GOVERNADOR..., 1967, p. 3.
[1178] EX-GOVERNADOR..., 1967, p. 3, grifo do autor.
[1179] EX-GOVERNADOR..., 1967, p. 3.

O Jornal, que trouxe a notícia sob o título *Reis denuncia novo plano dos EUA para a Amazônia,* apresentou a maioria das questões postas também pelo *Correio da Manhã*, mas acrescentou que, ao fazer a denúncia, Reis afirmava que para se dissipar com os planos norte-americanos na Amazônia far-se-ia necessário criar uma legislação brasileira e uma proposta de governo para a região: "A Amazônia – disse – é um mundo por revelar integralmente e por ocupar. Exige, pela vastidão de sua problemática, uma operação política de envergadura, de natureza governamental, mas que seja efetiva e sem delongas [...]"[1180]. Completando, disse ainda que só o discurso não era suficiente, era necessária "uma ação enérgica". Era imperativo se fazer um levantamento das questões amazônicas, que deveria, entretanto, ser realizado por pesquisadores e instituições brasileiras. Reis retoma, como se vê, a mesma motivação do seu início de carreira, o desenvolvimento da Amazônia, que foi, ano após ano, livro após livro, por ele requerido. A cada novo evento de suposta ameaça internacional sobre a Amazônia, sua ideia principal era retomada.

O *Jornal do Brasil* deu a mesma notícia, sob o título: *Infiltração na Amazônia é denunciada por Arthur Reis como manobra do Pentágono*[1181]. Esse periódico iniciou a matéria afirmando que Reis havia reunido, no seu apartamento em Humaitá, os repórteres dos jornais cariocas para denunciar a ocupação estrangeira da Amazônia, após o que seguiu com informações que iam no mesmo sentido dos outros jornais já citados.

Ressalte-se o prestígio de Arthur Reis e sua influência na vida pública nacional, possibilitando a ele, facilmente, reunir em torno de suas ideias a reportagem de grandes jornais do Rio de Janeiro, o mesmo que havia feito há dois anos, no caso da Fundação de Pesquisas Tropicais, mobilizando, por meio da imprensa, opiniões do mundo político e intelectual que culminaram com o encerramento da questão, havendo ganho de causa para os que, como ele, pensavam se tratar de uma tentativa de tomada da Amazônia, ou, no seu caso específico, se valendo da situação também como mote para pregar a necessidade premente de desenvolver a região.

A repercussão das intenções do Hudson Institute se assemelha ao que ocorreu no caso da fundação. Em ambos, opiniões contrárias e a favor tomaram as páginas dos jornais. Mas o caso da fundação logrou solução no mesmo ano em que surgiu, ou seja, em 1965. A questão ora em análise esteve na mídia por mais tempo. As primeiras notícias sobre o caso foram fornecidas pelo próprio Reis, que, ainda em 1965, já informara da ação daquele instituto na

---

[1180] REIS denuncia novo plano dos EUA para a Amazônia. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 23 novembro 1967a. Primeiro caderno, p. 6.

[1181] INFILTRAÇÃO na Amazônia é denunciada por Arthur Reis como manobra do Pentágono. *Jornal do Brasil*, 23 nov. 1967. Primeiro caderno, p. 7.

Amazônia, contudo sem enfatizá-la, visto que o problema da vez era a questão da fundação. Assim, mesmo com as questões do Hudson Institute presentes na mídia ao longo desse tempo, foi só em fins de 1967 que Arthur Reis tomou a iniciativa de denunciar, contundentemente, o caso à imprensa, relacionando-o diretamente como mais um caso de cobiça internacional pela Amazônia. Portanto, essa questão do Hudson Institute, na mídia desde 1965, intensificou-se nos anos de 1967 e 1968, quando foi concluída.

Os jornais informavam que Alfonso Augusto Albuquerque Lima, o ministro do Interior, concordava com o autor amazonense. Tanto o *Correio da Manhã*[1182] quanto o *Jornal do Brasil*[1183] do mesmo dia em que a denúncia de Reis saiu na imprensa publicaram falas de Lima nesse sentido. O ministro teria dito em palestra no Círculo de Oficiais na Vila Militar que a ocupação da Amazônia pelos militares deveria ser feita imediatamente. O assunto dividia opiniões, mas os jornais, em acordo com as concepções de Reis, divulgavam massivamente suas ideias, ao passo que minimizavam as opiniões daqueles que pensavam o contrário.

Conforme *O Jornal* do dia 28 de novembro de 1967[1184], Arthur Reis participou de um debate sobre a Amazônia no programa *Gente muito importante,* da TV Tupi, no qual também estiveram presentes Orlando Valverde, do Conselho Nacional de Geografia, e o general Luiz Mendes, assessor para assuntos de territórios do Ministério do Interior. Reis e Valverde se posicionaram contra as ações do Hudson Institute, enquanto Mendes foi a favor. Vê-se que o intento do programa, de colocar dois contra um, não se compatibilizava com a pretensão de equilibrar a balança. O objetivo era mesmo evidenciar o posicionamento de Arthur Reis, assim como o fez *O Jornal*, que comentando o debate ocorrido na TV Tupi, iniciou o artigo dando grande espaço a ele. Em seguida, expôs a opinião de Valverde, que teria afirmado: "cada vez que volto à Amazônia, me sinto como se fora estrangeiro". E completou dizendo que sabia dos planos internacionais acerca da região: "o que não é bom augúrio. Quando vejo entidades especializadas em geopolítica interessadas na Amazônia, fico cada vez mais alarmado"[1185]. Após dedicar todo o artigo às opiniões de Reis e Valverde, *O Jornal* reservou só para o último parágrafo a opinião contrária do general Luiz Mendes:

> O general Luiz Mendes discordou dos "alarmes" do professor Reis, dizendo que o que viu na Amazônia justifica a presença de missões estrangeiras, porque elas

[1182] MINISTRO pede ocupação militar para a Amazônia. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 23 nov. 1967. Primeiro caderno, p. 3.
[1183] ALBUQUERQUE quer Amazônia ocupada já por militares. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 23 nov. 1967. Primeiro caderno, p. 7.
[1184] EM DUAS palavras. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 28 nov. 1967. Segundo caderno, p. 1.
[1185] REIS reafirma. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 1 dez. 1967b. Primeiro caderno, p. 3.

> trabalham pelo bem do país. "Conheço bem a região e nada vi que me assustasse. Por isso não participo do alarme"[1186].

Como no caso da Fundação, portanto, os jornais publicaram a divergência que o tema provocou entre políticos e intelectuais. No entanto, predominou a fala dos que concordavam com Arthur Reis, inclusive a opinião do senador Bernardo Cabral, que discordava politicamente do autor amazonense, mas, no caso específico do Hudson Institute, fez coro com Reis[1187]. Aliás, como afirma Fábio Andrioni, a esquerda esteve contra os planos do instituto.

Felisberto Camargo, diretor do Instituto Agronômico do Norte, foi a voz que apareceu na mídia defendendo os projetos do Hudson Institute e afirmando que a oposição aos planos era coisa dos comunistas, que sabotavam a ideia sem mesmo deixar que ela fosse discutida. Além de acusar os que chamou de comunistas, Camargo também fez duras críticas a Arthur Reis:

> Acusar o Instituto Hudson – afirmou o Sr. Felisberto Camargo – é não saber onde se tem a cabeça. É usar as minhocas no cérebro, em vez de usar o fósforo. O ex-governador Arthur Reis, por exemplo, pensa que os americanos querem invadir a Amazônia, quando na verdade os técnicos querem é colaborar com o nosso progresso. Isso é uma ofensa aos Estados Unidos, país com quem nós temos relações diplomáticas. A fantasia de Reis é um infantilismo com motivos eleitoreiros[1188].

Não irei aqui detalhar o desenvolvimento do caso na mídia, como fiz no caso da fundação, visto que o caso do Hudson Institute, embora diferente, guarda muita semelhança com ele no que tange às opiniões de Arthur Reis, nosso personagem principal, que ratificava na mídia suas ideias acerca da cobiça internacional pela região e a necessidade do governo brasileiro de desenvolvê-la, do mesmo modo como havia feito em relação à tentativa de instalação da fundação. Portanto, evito entrar em minúcias sobre o caso, sob pena de tornar o texto cansativo, mas apresento no Quadro 2 as principais matérias, saídas nos três jornais analisados, em que aparece o nome de Arthur Reis ligado ao assunto do Hudson Institute, o que dá a dimensão da extensão que o caso tomou na imprensa.

[1186] REIS..., 1967b, p. 3.
[1187] DENÚNCIA. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 24 nov. 1967.
[1188] CAMARGO acusa comunistas de sabotar o lago. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 25 jan. 1968. Primeiro caderno, p. 14.

Quadro 2: Arthur Reis, o Hudson Institute e a imprensa

CORREIO DA MANHÃ	
Título	**Data**
Estrangeiros estão de olho na Amazônia	27 de novembro de 1967
Ex-governador denuncia ação do Pentágono	23 de novembro de 1967
Denúncia	24 de novembro de 1967
Americano já tem plano para o lago da Amazônia (matéria de capa)	17 de dezembro de 1967
Marinha nega apoio ao plano Hudson Institute na Amazônia (matéria de capa)	19 de dezembro de 1967
Deputado pede estado de alerta para a Amazônia	23 de dezembro de 1967
Amazônia	30 de dezembro de 1967
Deputado vai investigar plano Hudson	6 de janeiro de 1968
A ocupação da Amazônia e os seringueiros	10 de março de 1968
Engenharia fará debate sobre o lago da Amazônia	11 de abril de 1968
Ciclo do lago amazônico: início amanhã	14 de abril de 1968
General diz que nordestinos podem ocupar a Amazônia (matéria de capa)	16 de abril de 1968
Oposição só vê perda em lago Hudson	26 de abril de 1968
Governo já sabe onde começa ocupar a Amazônia	8 de maio de 1968
Reis fala na CPI dos grandes lagos	21 de junho de 1968
Reis é homenageado pela Comissão de Defesa da Amazônia	27 de agosto de 1968
JORNAL DO BRASIL	
Infiltração na Amazônia é denunciada por Arthur Reis como manobra do Pentágono	23 de novembro de 1967
Bancários mineiros dão seu apoio a Arthur Reis	29 de dezembro de 1967
Camargo acusa comunistas de sabotar o lago	25 de janeiro de 1968
Ministro do Interior agora tem poderes para aprovar projetos sobre a Amazônia	27 de janeiro de 1968
Reis fala da Amazônia a mineiros	31 de janeiro de 1968
Arthur Reis denuncia cobiça pela Amazônia	1º de fevereiro de 1968
Clube de Engenharia fará ciclo de debates sobre aspectos do lago amazônico	11 de abril de 1968
Arthur Reis acha que Brasil deve repudiar interesse de estrangeiros pela Amazônia	28 de junho de 1968
O JORNAL	
Reis denuncia novo plano dos Estados Unidos para a Amazônia	23 de novembro de 1967
Reis reafirma	1º de dezembro de 1967
Em duas palavras	7 de dezembro de 1967
Panero discute com a GE sobre barragem amazônica	13 de dezembro de 1967
Governo é contra mania de grandeza na Amazônia	7 de março de 1968
Engenharia debate lago da Amazônia	16 de abril de 1968
Estudante põe Amazônia em debate	4 de maio de 1968
Reis exalta a consciência nacional sobre a Amazônia	3 de junho de 1968
Homenagens	4 de junho de 1968
Arthur Reis fala sobre Amazônia	27 de agosto de 1968

Fonte: A autora.

Em resumo, mediante a oposição enfrentada, as ideias do Hudson Institute para a Amazônia não vingaram, e o que se seguiu foi a intensificação da presença do Governo Federal na Amazônia, conforme queria Arthur Reis. Esses foram os resultados das medidas tomadas por ele no que se refere ao aspecto público do caso.

Tratando-se dos aspectos particulares, profissionais de Arthur Reis, sua oposição ao caso do instituto rendeu-lhe a organização de um grande evento, o II Fórum da Amazônia, e também a publicação da terceira edição de *A Amazônia e a cobiça internacional,* publicação essa anunciada pelo *Jornal do Brasil* em setembro de 1968[1189]. No mês seguinte, informou o mesmo jornal:

> Intelectuais, professores, colegas e amigos do professor Arthur Cezar Ferreira Reis irão homenageá-lo, segunda-feira, às 20h, com um jantar na Bierklause, no Lido, por motivo do lançamento de seu livro *A Amazônia e a cobiça internacional,* que será servido à sobremesa, em nova edição da Gráfica Record Editora [1190].

Certamente, a publicação da terceira edição do mais famoso livro de Reis foi uma resultante da repercussão das suas opiniões acerca da questão do Hudson Institute que ganharam a mídia em fins de 1967 e ao longo do ano de 1968.

Também foi aproveitando o interesse da imprensa pela temática amazônica gerada pelos debates em torno do Hudson Institute que Arthur Reis organizou o II Fórum da Amazônia. Desta feita, diferente do I Fórum, Reis foi anunciado pela imprensa como diretor do evento.

Em abril de 1968, *O Jornal*[1191] *e o Correio da Manhã*[1192] informaram que o evento, patrocinado pelo Ministério do Interior, iria reinaugurar a Casa do Estudante, que "depois de um longo período de hibernação", voltava a promover importantes atividades culturais.

Em 7 de maio, o *Jornal do Brasil* noticiou a abertura do II Fórum da Amazônia, ocorrido no dia anterior, com a palestra de Albuquerque Lima, então ministro do Interior, aquele que havia se posicionado com opiniões semelhantes às de Reis no caso do Hudson Institute. Na ocasião do evento, Lima proferiu conferência intitulada *A participação do Ministério do Interior no desenvolvimento e na ocupação da Amazônia*, conforme informou o referido jornal[1193].

[1189] LANCE livre. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 24 set. 1968. Primeiro caderno, p. 10.

[1190] HOMENAGEM ao professor Arthur Cezar Ferreira Reis: jantar na Bierklause e lançamento do livro A Amazônia e a cobiça internacional. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 10 out. 1968. Primeiro caderno, p. 12. Grifo do autor.

[1191] CAVALCANTI, Valdemar. Ressurge a Casa do Estudante. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 25 abr. 1968. Segundo caderno, p. 2.

[1192] CASA do Estudante. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 23 abr. 1968. Segundo caderno, p. 6.

[1193] FÓRUM aberto. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 7 maio 1968. Caderno B, p. 2.

Em 10 de maio, *O Jornal,* de igual modo, mencionou a abertura do evento, também informando sobre o palestrante da noite e elogiando a sessão que fora presidida "pela admirável e grande poetisa Anna Amélia". Afirmou, ainda, que ao evento "compareceram inúmeras personalidades que povoaram, literalmente, o amplo auditório"[1194].

Os periódicos seguiram, então, noticiando ao longo do mês de maio e início de junho, meses no qual o evento aconteceu, as atividades então desenvolvidas ou a se desenvolver. Os palestrantes que se seguiriam na composição do evento, por exemplo, foram anunciados, assim como os respectivos dias em que as palestras iriam ocorrer, pelo *Correio da Manhã*.

Em 3 de julho, *O Jornal* informou sobre a última conferência do evento, proferida por Arthur Reis. *Reis exalta a consciência nacional sobre a Amazônia*, esse foi o título da notícia que mereceu destaque do citado periódico, que reproduziu parte da fala do autor amazonense, inclusive a que se referia ao caso da fundação e também ao Hudson Institute: "episódios quase incríveis no atrevimento que representam, contrariando a soberania que, indiscutivelmente, exercemos"[1195].

No dia seguinte, *O Jornal* informou, nestes termos, a participação, no evento, do Coral do Corpo de Cadetes da Aeronáutica: "A mocidade canta, louvando a Amazônia, interpretando com apuro, alegre e vibrante entusiasmo, lindas páginas do rico folclore daquela vasta região brasileira, cujo desenvolvimento é uma das principais metas do nosso governo"[1196]. Na ocasião estiveram presentes diversas personalidades do mundo político, como embaixadores, adidos e representantes do Ministério do Trabalho, além de nomes importantes no campo da música, como o maestro José Vieira Brandão. Registrou ainda o citado periódico que "findo o concerto foi servida uma batida de guaraná, típica do Amazonas e rara para nós". O evento seguia, desse modo, no seu objetivo de divulgar a Amazônia no Rio de Janeiro, considerado o centro cultural do país, conforme sempre desejou seu organizador, Arthur Reis.

No ano seguinte, foi publicado pela Casa do Estudante do Rio de Janeiro o livro *Problemática da Amazônia*, em edição comemorativa aos quarenta anos daquela casa, reunindo as quinze conferências proferidas no evento[1197]. O lançamento do livro ocorreu em 30 de julho de 1969, no salão nobre daquela entidade, contando com a presença de "altas

[1194] II FÓRUM da Amazônia. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 10 maio 1968. Segundo caderno, p. 4.
[1195] REIS..., 1968, p. 6.
[1196] A MOCIDADE canta, louvando a Amazônia. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 4 jun. 1968. Segundo caderno, p. 14.
[1197] AMAZÔNIA é livro de 15 conferências. *Correio da Manhã,* Rio de Janeiro, 12 jul. 1969. Segundo caderno, p. 15.

personalidades civis e militares"[1198], entre elas o ministro do Interior, Albuquerque Lima, responsável pela conferência de abertura do evento e, portanto, primeiro capítulo do referido livro. Por ora, é importante frisar alguns dos pontos por ele abordados. Após elogiar a iniciativa que, pela segunda vez, reunia uma "magnífica plêiade de homens que se debruçam sobre a vasta região amazônica", Lima toca num assunto por diversas vezes presente no discurso de Arthur Reis, a consciência nacional acerca da Amazônia: "[...] renova-se a cada instante, o milagre da tomada de consciência nacional, no sentido de enfrentar, com decisão e realismo, a conquista e a integração da Amazônia [...]"[1199]. Segue o ministro afirmando que dificilmente, naquele momento, algum debate seria mais importante do que o que promovia aquele evento, que incentivava os estudos e a "divulgação da realidade amazônica"[1200].

Vale também destacar as várias menções que Lima fez ao local que abrigava o evento e ao público ao qual foi destinado, os estudantes, os moços, como ele preferia, que àquele momento eram por ele conclamados "para empunhar uma nova bandeira de luta a ser desfraldada [...]"[1201] em favor da Amazônia, este, certamente, um dos objetivos de Arthur Reis ao escolher o local do evento. Aliás, foi com o intuito de divulgar a região para os jovens que Reis promoveu, quando era governador, a viagem de vários estudantes para o Amazonas, conforme já mencionado neste trabalho. Foi ainda Anna Amélia Mendonça, então presidente da Casa do Estudante, quem, no mesmo sentido, afirmou na solapa do referido livro a importância da temática nele proposta e a satisfação daquela casa em contribuir "eficazmente para o estudo e uma melhor compreensão – por parte de todos os brasileiros, principalmente da nossa juventude universitária – dos grandes problemas da Amazônia brasileira"[1202].

Também contribuindo para a divulgação do II Fórum da Amazônia, havia atuado Austregésilo de Athayde, na sua coluna para *O Jornal*, onde, nos dias que antecediam a realização do evento, afirmou:

> A Casa do Estudante do Brasil, movida pelo tenaz idealismo de Anna Amélia, realizará a partir da semana próxima o "II Fórum sobre a Amazônia", orientado por um sabedor da matéria como é o sr. Ferreira Reis. O assunto é não apenas de absoluta atualidade, como ousaria dizer também, de absoluta prioridade nas preocupações dos que se sentem responsáveis pelo futuro desse país. Chegou o momento em que os brasileiros têm que provar a sua capacidade para possuir o Amazonas, não apenas como adorno majestoso de seu território; mas como imensa

[1198] CEB lançou a "Problemática da Amazônia". *O Jornal*, Rio de Janeiro, 31 jul. 1969. Primeiro caderno, p. 7.
[1199] CASA DO ESTUDANTE DO BRASIL (org.). *Problemática da Amazônia*. Rio de Janeiro: Editora da Casa Estudante do Brasil, 1969. p. 12.
[1200] CASA DO ESTUDANTE DO BRASIL, 1969, p. 12.
[1201] CASA DO ESTUDANTE DO BRASIL, 1969, p. 64.
[1202] MENDONÇA, Anna Amélia de Queiróz Carneiro de. II Fórum sobre a Amazônia e a C.E.B. *In*: CASA DO ESTUDANTE DO BRASIL (org.). *Problemática da Amazônia*. Rio de Janeiro: Editora da Casa Estudante do Brasil, 1969. Solapa.

> região a ser explorada em benefício de seu povo e do mundo. É a hora de fazer opção entre contemplar e perecer, e agir afirmando a perenidade do direito da posse. Há que se fazer a escolha entre "O Inferno Verde" e a concepção científica que começa a tomar corpo em estudos objetivos de que o Amazonas possui todas as condições para se tornar um grande centro de economia próspera. Em sete conferências, a problemática da Amazônia será exposta e examinada, com a apresentação de soluções práticas para se fazer da bacia gigantesca novo e maravilhoso campo de civilização. Gostaria que o público dessas conferências se compusesse particularmente de estudantes, pois que o futuro lhes pertence. Somente eles, como se provou faz pouco com a experiência de enviá-los ao Vale Amazônico, terão energia e tempo para realizar a formidável transformação. Os mais velhos podem ter entusiasmo, mas já o tempo lhes faltará. O II Fórum da Amazônia ajunta ao primeiro maiores conhecimentos, além do estímulo crescente para que o Brasil conquiste o respeito e a admiração universais, realizando a obra aparentemente sobre-humana de domar e dominar a natureza amazônica[1203].

E é ainda em conformidade com o que pensava Reis que o ministro, ao encaminhar sua conferência para o final, retomou a questão do Hudson Institute:

> Nesta oportunidade, repilo com veemência as levianas assertivas de que a região amazônica venha a sofrer os riscos de influências de organismos internacionais. Durante minha permanência à frente do Ministério do Interior tenho mantido as portas fechadas aos intrusos e às insinuações malévolas que jamais me atingirão. A minha formação e as minhas convicções habilitam-me a invalidar quaisquer investidas que se armem ou se articulem contra os interesses nacionais e me colocam a salvo de quaisquer influências, defraudadoras dos nossos destinos, que nunca sofri e jamais sofrerei[1204].

Esse texto de Athayde, que foi também reproduzido na solapa do livro *A problemática amazônica,* revela seu completo alinhamento às ideias de Reis, inclusive na questão de falar aos jovens que estes seriam os responsáveis por modificar o futuro da Amazônia, assim como o fez o ministro Albuquerque, que também corroborou o discurso de Reis num evento realizado num local (A Casa do Estudante) e período estratégicos (o momento em que estavam no ápice as discussões acerca do Hudson Institute). Dessa maneira, pode-se afirmar que Arthur Reis promoveu, ao longo do seu percurso político e intelectual, um grande movimento de divulgação da Amazônia, reunindo um bom número de adeptos das suas ideias, que findaram por contribuir para a mudança da face da região perante o país e para a aceleração da inserção do governo militar na imensa área verde, destruindo florestas e construindo estradas. Seu discurso da Amazônia como área cobiçada, como foi possível verificar nos jornais analisados, ecoou pelo país. O próprio livro *Problemática da Amazônia* foi apresentado ao público como o resultado de um evento que tratou da região, o "cobiçado tesouro verde" que se cumpria "patrioticamente conhecer e explorar, em benefício da humanidade e do desenvolvimento de nossa civilização". Frise-se, também, o sucesso do

---

[1203] ATHAYDE, Austregésilo de. A problemática amazônica. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 3 maio 1968. Primeiro caderno, p. 3, grifo do autor.

[1204] CASA DO ESTUDANTE DO BRASIL, 1969, p. 60.

livro, visto que dois anos depois já era reeditado pela Biblioteca do Exército[1205]. Assim, por meio de seu principal discurso, que, como vimos, arrogava para si a autoridade da história, Arthur Reis se construía como uma grande personalidade do mundo político e intelectual enquanto trabalhava para construir a Amazônia que desejava.

Em 13 de agosto de 1967, portanto nove meses antes do II Fórum da Amazônia, Reis falou sobre essas questões para Evaldo Simas Pereira, de *O Jornal.* O assunto principal eram as expectativas quanto à contribuição da Zona Franca de Manaus para o desenvolvimento da Amazônia. Após abordar longamente o tema, ocupando uma página inteira daquele periódico, onde consta uma grande foto de Arthur Reis, Pereira finaliza a matéria com o que, segundo ele, Reis teria dito sobre o que esperava para o futuro da Amazônia:

> - Não poderá ela, insisto sempre, comportar-se como até agora se tem comportado. É preciso dinamizar, numa mobilização homogênea e bem coordenada dos valores espirituais e morais e das energias latentes na terra e no homem. Aquela fase predatória de sua vida, fase em que todos os amazônidas e não amazônidas temos uma parcela pelo que deixamos de efetuar, precisa ser definitivamente ultrapassada. Há que planejar, programar, promover e executar, num estilo novo que permita a participação da Amazônia, com grandeza, do processo de desenvolvimento que dá uma feição diferente ao Brasil do Nordeste e do Sul. [Reis] Termina suas declarações com palavra de crença no futuro do Amazonas, nos homens moços que ali se estão formando, aos quais pede que não sejam tímidos, nem descrentes do futuro. E recorda uma frase das páginas finais do seu livro "Como governei o Amazonas": - Confesso que desejaria ter uma presença mais longa, no tempo, para acompanhar toda essa renovação, que me orgulha de ter principiado[1206].

Essa fala de Reis, dita na maturidade dos seus 61 anos de idade, resume o que foi sua motivação política e intelectual ao longo da vida. Os livros escritos, os cargos ocupados, não correram separados de sua intenção de assistir ao "desenvolvimento" da Amazônia.

5.4.6 "O humano carne-de-pescoço"

Além do caso da Fundação e da questão do Hudson Institute, muitos outros foram os motivos que mantiveram o nome de Arthur Reis constantemente nos periódicos do Rio de Janeiro. Por exemplo, seu ingresso como membro no Conselho Federal de Cultura em 1967 e sua eleição para a presidência do mesmo conselho em 1969. Sobre isso, vale a pena evidenciar o que escreveu Quirino Campofiorito para *O Jornal*:

> Tem novo presidente o Conselho Federal de Cultura. Uma grande personagem do Brasil atual teve a preferência de seus pares para elevado posto. É o professor Arthur Reis, ex-governador do Amazonas, e a quem todos os brasileiros devem a corajosa e

[1205] BIBLIOTECA DO EXÉRCITO (org.). *Problemática da Amazônia*. Rio de Janeiro: Editora Biblioteca do Exército, 1971. (Coleção General Benício, v. 90).

[1206] PEREIRA, Evaldo Simas. Zona Franca de Manaus, uma esperança: o problema é preservar para o Brasil o grande vazio que muitos cobiçam. *O Jornal*. Rio de Janeiro, 13 ago. 1967. Primeiro caderno, p. 15. Grifo do autor.

> patriótica campanha contra as tentativas que vinham sendo feitas para a conquista sorrateira da região amazônica por estrangeiros. O professor Arthur Reis deu o grito oportuno e sem receios de desagradar poderosos interessados na dominação desse imenso e rico território brasileiro. Dessa Amazônia que é bem nossa e jamais será roubada ao Brasil, enquanto houver brasileiros como o professor Arthur Reis prontos a acordar seus compatriotas. Ninguém melhor poderia no momento ocupar o cargo de Presidente do Conselho Nacional de Cultura, que esse bravo amazonense, a quem se pode, com inteira segurança, confiar o muito que se deve fazer pela cultura no Brasil[1207].

Note-se que, apesar de o assunto ser a eleição de Reis para o referido conselho, o que predominou nas suas credenciais para o cargo foi seu ativismo contra o que se pensava ser a cobiça de estrangeiros pela Amazônia. Essa foi a marca mais contundente à qual Arthur Reis ficou associado, como também o demonstra o texto de Edmar Morel para *O Jornal* com o sugestivo título: *Amazonas, terra distante e cobiçada pelos estrangeiros.* O autor deu início ao texto destacando que o Amazonas, um estado de enormes proporções territoriais, não possuía um centro ou casa na Guanabara. A partir daí, Morel passa a citar Arthur Reis:

> É certo que existiu uma "Casa do Amazonas", um dos seus presidentes foi Arthur Cezar Ferreira Reis, a quem tanto o Brasil deve na sua luta contra a entrega daquele rincão aos trustes estrangeiros. Homem de cultura, profundo conhecedor dos problemas de sua terra, com vasta bagagem literária [...][1208].

Além de ter se tornado figura constante na imprensa escrita, também se fez presente em programas televisivos, como deixa ver o *Jornal do Brasil*:

> Na TV Globo, Reinaldo Jardim ia abrindo a entrevista com o Sr. Arthur Reis, governador do Amazonas, a quem outro locutor já se havia referido como General Arthur Reis: - Temos aqui esta noite, senhoras e senhores, o governador Arthur Reis, também conhecido como o Imperador da Amazônia [...] E o governador interrompendo: - Nem general, nem imperador; reservista de terceira categoria e bacharel em Direito [...][1209]

Entre os motivos para a permanência de Reis na mídia, a Amazônia era o principal, sem sombra de dúvidas. Mas também houve outros, entre eles, a escolha de seu nome pela Arena do Amazonas para ser lançado como vice-presidente de Costa e Silva[1210] e os rumores de que teria sido convidado a assumir o Ministério da Educação em substituição a Tarso Dutra[1211]. Analisar todos os motivos, e muitos deles interessantíssimos, que mantiveram Reis

---

[1207] CAMPOFIORITO, Quirino. Conselho Nacional de Cultura. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 22 jan. 1969. Segundo caderno, p. 15.

[1208] MOREL, Edmar. Amazonas, terra distante e cobiçada por estrangeiro. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 19 jul. 1969. Segundo caderno, p. 22, grifo do autor.

[1209] CENA. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 18 fev. 1966. Primeiro caderno, p. 10.

[1210] ARENA: AM. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 8 de abril, 1966. Primeiro caderno, p. 9. Segundo Reis, após indicado para assumir como vice de Costa e Silva, Castelo Branco, "cheio de razões", não permitiu que assim se procedesse. Cf. LACERDA, Maurício Caminha de. O humano carne-de-pescoço, Arthur Reis: estrangeiros não perdem de vista a posse da Amazônia. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 10 set. 1967. Primeiro caderno, p. 6.

[1211] O MINISTÉRIO do dia. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 8 mar. 1968. Primeiro caderno, p. 10.

no gosto da mídia, tanto para criticá-lo positivamente quanto negativamente, principalmente na década de 1960, daria, com segurança, tema para outra pesquisa, uma dissertação de mestrado, por exemplo. Quero dizer que são tantas as notícias acerca do nosso autor no referido período que não caberá na extensão e no tempo estipulado para esta pesquisa a análise de todas elas. Portanto, fica como sugestão para futuras pesquisas prosseguir na abordagem. Mas, para a conclusão do presente estudo, não poderia deixar para depois a análise de dois outros momentos em que Reis se tornou o personagem principal e que, de certa forma, resumem as representações do nosso autor na imprensa escrita carioca da década de 1960.

O primeiro foi uma entrevista concedida a Maurício Caminha de Lacerda, de *O Jornal*, sob o curioso título: *O humano carne-de-pescoço, Arthur Reis*: *estrangeiros não perdem de vista a posse da Amazônia.* Essa entrevista fez parte de uma série intitulada *Testemunhos do nosso tempo*, em que o referido jornalista entrevistou diversas personalidades com expressividade "nas Forças Armadas, no Congresso, nos partidos civis, na Justiça, na Igreja, na Ciência e na Técnica". Segundo Lacerda, o objetivo da série era "tentar promover o renascimento, em nosso jornalismo, dos depoimentos públicos, antes usuais e hoje tão escassos". Ao analisar *a posteriori* as falas dos já 19 entrevistados, Lacerda disse ter a boa impressão de que "o pensamento brasileiro não morreu, nem se estiolou em comadres, em miudezas. Ainda há quem pense grande, quem pense com objetividade nesse país"[1212].

Reis estava, portanto, entre aqueles que, na perspectiva de Lacerda, pensavam. Na entrevista com o autor amazonense, o jornalista contou como o conheceu, já explicando o título escolhido para a publicação da entrevista, que ocupou página inteira no referido jornal, com direito a uma foto de Arthur Reis bem ao centro. Assim narrou Lacerda seu primeiro encontro com Reis:

> Um dia, Marcial Pequeno, Ministro do Trabalho do governo Dutra, o cearense mais alto do Brasil, e de quem eu era uma espécie de assessor-secretário, conversava com Arthur Reis, então diretor de um departamento do MT, quando entrei a não sei que propósito. Gostei daquele homem troncudo e jovial, que eu já conhecia um tanto a distância. Possuía ideias muito claras e firmes sobre sociologia e sobre as graves questões nacionais. Mas, pareceu-me que um sujeito de tão invariável bom-humor jamais conseguiria ao menos sugeri-las nesse país. Não apostei muito nele. Marcial fitou-o sério, e deu-me um conselho: "Não se engane com esse cavalheiro. Ele é um carne-de-pescoço, embora profundamente humano". O tempo mostrou que – era. No governo revolucionário do Amazonas pintou os canecos com uma correção e uma

[1212] TESTEMUNHOS do nosso tempo: dezenove homens olham o Brasil. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 31 dez. 1967. Primeiro caderno, p. 6.

> determinação que poucos suspeitariam nele. Deitou a corda ao pescoço a tudo quanto era ladrão público[1213].

Segue Lacerda exaltando as ações de Reis no Executivo amazonense, inclusive cercando de elogios suas arbitrárias atitudes de fechamento da Assembleia e aposentadorias de juízes. Nesse sentido, segundo o jornalista, Reis "ganhou a guerra a pau"[1214]. O autor amazonense, como frisou Lacerda, afirmava orgulhosamente: "No meu governo não houve sequer uma prisão de operário ou de estudante. Só mandei prender quem mereceu". Sobre esse tema, gostaria, apenas *en passant*, de trazer as memórias de Francisco Calazans Falcon, em entrevista na qual recorda os professores que foram importantes em sua formação de historiador, como Oliveira França e Maria Yeda Linhares:

> Mas também gosto de citar o falecido professor Arthur Cezar Ferreira Reis, que sempre apostou em mim, embora soubesse que nossas ideias não se conjugavam. Mas foi um professor que sempre esteve à disposição para intervir junto aos militares em favor de algumas pessoas, pois era muito respeitado. Eu e o José Luís Werneck costumávamos dizer: "Olha se nós escapamos foi sem dúvida graças ao Ferreira Reis". E foi ele também quem me auxiliou em minha primeira viagem para Lisboa. Eu me lembro que o Ferreira Reis às vezes dava carona para mim e outras pessoas lá da PUC para o Centro, e no início de dezembro de 1968, uns dez dias antes do AI-5, ele disse "Olha vocês tomem cuidado, vocês estão cutucando a onça com vara curta, não sabem o que vem por aí, vocês se protejam porque eu não vou poder salvar todo mundo não". Uns dez dias depois não deu outra coisa: era o I-5. Quando fizeram as cassações de 69 o Ferreira Reis estava presente, e provavelmente graças a ele os nomes de algumas pessoas foram retirados[1215].

Francisco Falcon confirmou a mesma informação em entrevista a Rodrigo Patto Sá Motta. Sobre isso, afirmou Motta,

> [...] o professor Francisco Calazans Falcon, tem razões para acreditar que seu nome saiu da lista de punidos da UFRJ por intervenção de um amigo, o também professor Arthur Cezar Ferreira Reis, figura influente nos círculos governamentais, embora Falcon nada lhe tivesse pedido. Ferreira Reis era membro do CFC e havia sido governador do Amazonas na época de Castello Branco, e auxiliou outros professores perseguidos no Rio de Janeiro[1216].

Em suma, esse é outro aspecto da vida pública de Arthur Reis que não poderá ser abordado na presente pesquisa, por falta de tempo hábil. Mas sua relação com a ditadura instalada pelos militares daria um estudo à parte.

Voltando à entrevista de Reis concedida a Lacerda, do *Jornal do Brasil*, além da atuação como governador no início do regime militar, o jornalista abordou diversos assuntos,

---

[1213] LACERDA, Maurício Caminha de. Testemunhos do nosso tempo: o humano carne-de-pescoço Arthur Reis. O Jornal, Rio de Janeiro, 10 set. 1967. Primeiro caderno, p. 6. Grifo do autor.

[1214] LACERDA, 1967, p. 6.

[1215] FALCON, Francisco. *Entrevista com Francisco Falcon*. Entrevista concedida a Vicente Saul e Tatiana Murillo. [*S. l.*], 24 nov. 2013. Entrevista com Francisco Falcon. Disponível em www.ifcs.ufrj.br/humanas/0010htm. Acesso em: 20 fev. 2014. Grifo do autor.

[1216] MOTTA, Rodrigo Patto Sá Motta. *As universidades e o regime militar*: cultura política brasileira e modernização autoritária. Rio de Janeiro: Zahar, 2014. p. 167.

inclusive retomando o caso da fundação, que só não foi adiante porque "topou [com Arthur Reis] pela frente"[1217]. Na entrevista, afirmou Reis que, no papel de governador do Amazonas, não lhe cabia outra coisa "senão a intransigente atitude [que tomou] em defesa dos interesses brasileiros". Mas foi Castelo Branco quem "pôs a pá de cal" no assunto. Reis prossegue reiterando que aquele projeto colocava em risco a soberania nacional e que não estava de acordo com as novas concepções acerca de se compor um mundo mais universalista onde o conceito clássico de soberania vinha sendo repensando. "Quem o diz, em entrevista exclusiva a este repórter [afirmou Lacerda], não é um esquerdista, é um democrata de velha estirpe, revolucionário, linha dura [...]"[1218]. Reis falou ainda sobre a repercussão nacional e internacional do caso e sobre o apoio que recebeu: "Quinze Assembleias Legislativas votaram moções de aplausos à atitude que assumi. Centenas de associações estudantis, de classe. Câmaras municipais, deram-me solidariedade que muito me confortou, significava que existia uma consciência brasileira, fortíssima e indestrutível"[1219].

Afirmou ainda Arthur Reis que sua posição estava "certa e nitidamente afinada com a do Marechal Castello Branco", e que no encontro que tiveram não houve desaprovação do presidente à sua conduta. "Eu lhe escrevera carta de oito páginas datilografadas, abrindo o coração e expondo, com coragem e franqueza, o que pensava. A carta lhe foi entregue pelo coronel Morais Rego"[1220]. Castelo Branco havia dito na época que leu a carta diversas vezes, a ponto de ser capaz de repetir algumas partes "que lhe haviam falado mais ao coração de brasileiro"[1221]. Segundo Reis, o presidente, então, foi severo como a ocasião solicitava, dando ordens para que as pesquisas na Amazônia fossem realizadas pelos institutos brasileiros e com recursos nacionais. "Foi a pá de cal"[1222], reiterou Reis.

Entretanto, perguntado se ainda havia perigos rondando a Amazônia, se poderia ser, de algum modo, reativada a ameaça de internacionalização da região, Reis respondeu que o interesse de outras nações sobre a Hileia permanecia e era um interesse político, ao qual se deveria dar a devida atenção, visto que representava perigo. "A Amazônia está sendo encarada no exterior como espaço aberto ideal para receber excedentes populacionais, produzir alimentos de que carecem as multidões internacionais, fornecer a matéria prima [...] de que necessitam os parques industriais do mundo"[1223]. Frisou ainda que com os

[1217] LACERDA, 1967, p. 6.
[1218] LACERDA, 1967, p. 6.
[1219] LACERDA, 1967, p. 6.
[1220] LACERDA, 1967, p. 6.
[1221] LACERDA, 1967, p. 6.
[1222] LACERDA, 1967, p. 6.
[1223] LACERDA, 1967, p. 6.

nacionalismos que, então, iam caracterizando a África e o Oriente, "a partilha da Amazônia poderia ser objeto de cogitação para contentar as nações poderosas que mantém nas mãos, ainda hoje, os destinos do mundo"[1224].

Reis sugeria que o Brasil deveria se realizar como "nação amazônica", visto que, até o momento, só tinha "vivido como nação atlântica e, algumas vezes, como nação platina". Lembrou ainda que a região compunha dois terços "da Pátria", se encontrava em "condições precaríssimas", possuía baixa densidade populacional e, portanto, "esse quadro negativo" não era ignorado no exterior.

Arthur Reis reafirmou seu discurso sobre a cobiça internacional pela região amazônica. Mas, de tudo, o que importa ressaltar, para o presente capítulo, é que a despeito das opiniões controversas acerca do autor amazonense que tomaram conta da imprensa, primeiro em razão de seus atos autoritários quando era governador, e depois devido à sua posição relativa ao caso da fundação, promovendo críticas àqueles que o acusavam de exagerar ao associar a criação de instituições de pesquisa ao interesse de internacionalização da região, acabou predominando a representação de Arthur Reis como o grande "defensor da Amazônia". Essa longa entrevista, concedida ao principal jornal dos *Diários Associados*, que no momento das discussões acerca da fundação se posicionou do lado oposto ao de Arthur Reis, tendo inclusive Chateaubriand tecido sérias críticas ao amazonense, mostra que, apesar das críticas sofridas por Reis, não houve, de imediato, um sério abalo à sua reputação política ou intelectual, visto que os jornais que o criticavam também amplo espaço cediam para que sua representação como especialista nas causas amazônicas fosse mantida incólume.

O mesmo sentido tem, por exemplo, o texto de título *O déspota esclarecido*, publicado no *Correio da Manhã*, que compõe o segundo momento que põe Reis em relevo na mídia, objetivo da presente seção desta pesquisa. Trata-se de um artigo assinado por Isaac Akcelrud, cuja intenção principal era questionar os motivos pelos quais o Senado estava se demorando na análise da apreciação do nome de Arthur Reis para integrar, como membro, o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade). O intelectual amazonense havia sido indicado pelo então presidente Costa e Silva, no entanto parece não ter caído bem ao gosto dos parlamentares, o que rendeu também diversas notícias nos jornais. Para não me demorar muito nesse tema, escolhi apenas uma das notícias, mais precisamente, o já referido artigo de Akcelrud, que também demonstra o alto gabarito de Reis diante de boa parte da imprensa carioca.

[1224] LACERDA, 1967, p. 6.

Akcelrud inicia o artigo questionando a intenção do Senado de submeter "aos rigores da hibernação" a nomeação de Reis para o Cade. O texto é carregado de lisonjas ao autor amazonense, tanto por sua atuação no governo do Amazonas quanto pela sua postura diante do caso da fundação. Quanto à primeira questão, afirmou Akcelrud:

> Estamos todos lembrados da violenta atuação do eminente estudioso da Amazônia, o mais notável entre todos, quando, por obra e graça da revolução de 1964, foi feito governador do Amazonas. O homem saindo de seu gabinete de intelectual para o Poder, revelou-se, quase instantaneamente, um dos mais rijos executivos da linha dura. O sábio fechou jornais, prendeu gente, cercou a Assembleia [...][1225].

Prossegue o jornalista comentando um dos atos do Governo Arthur Reis, o desmonte da Cidade Flutuante, "a célebre favela de Manaus [que] era um horror,"[1226], dando aos seus ocupantes novas moradias. Diz o jornalista que Reis deu dois dias para se realizar a ocupação, após isso, resolveu o problema ateando fogo aos casebres construídos sobre as águas. "Assim, tornou impossível a resistência passiva ao seu plano de assistência social. Era para o bem dos favelados. Mas a linha dura não era só com os pequenos. Figurão também tinha que se sujeitar à regra"[1227]. Foi o que ocorreu com um secretário do seu governo que, por não concluir determinada estrada no prazo estabelecido, foi demitido. Akcelrud afirma que Rui Rocha denominou Reis de "déspota esclarecido", um ferrabrás, um autoritário. Todavia não foi por causa desse autoritarismo, prossegue o jornalista, que o nome de Reis encontrou resistências no Senado para integrar o Cade.

> Afinal, isso [o autoritarismo] seria até um mérito, nos dias plácidos que correm. O que está sendo punido não é o voluntarioso governante que, diga-se em alto e bom som, atravessou o maremoto com alta dignidade. Entregou o governo e foi a um banco, pendurar um "papagaio". Saiu mais pobre do que já era, o que mesmo depois da revolução contra a corrupção, é fato que chama a atenção. Um homem reto e inflexível consigo mesmo. Mas o grande pecado do professor Ferreira Reis é outro. Ele não se limitou a escrever livros sobre a Amazônia, mas foi à luta. Agiu e lutou como um brasileiro. O grande defeito do professor é ter enfrentado um poder[1228].

Akcelrud se referia a 1965, quando Reis foi contra os intentos do próprio governo e denunciou aos jornais as negociações vigentes que objetivavam criar a fundação:

> Assim é o estilo didático e direto do professor Ferreira Reis. Quando a sua consciência e civismo lhe indicam uma atitude, o déspota esclarecido não tem meias medidas, nem panos quentes. Vai ao ponto e luta sem vacilações. [...] O brasileiro Ferreira Reis é de opinião que pesquisa nacional, particularmente em território despovoado, rico e alvo de cobiça estrangeira, deve ser dirigida e controlada por nacionais. O impacto da denúncia foi forte.

[1225] AKCELRUD, Isaac. Déspota esclarecido. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 21 out. 1967. Primeiro caderno, p. 6.
[1226] AKCELRUD, 1967, p. 6.
[1227] AKCELRUD, 1967, p. 6.
[1228] AKCELRUD, 1967, p. 6, grifo do autor.

O jornalista exalta o modo como Reis enfrentou publicamente o ministro da Agricultura e o presidente do CNPq: "Quando se trata do Brasil, o déspota esclarecido não tem compadres, nem colegas, nem meios termos". Portanto esse seria o homem certo, na hora certa, para integrar o Cade:

> Ora, estamos ouvindo de ministros de Estado que a "Amazônia é uma região ameaçada". Seria, portanto, a hora de um homem da têmpera de Ferreira Reis. Mas, acontece precisamente o contrário. Ele que fique quietinho no seu canto, deputados e Senadores não o querem no CADE, esse órgão morto, mas que ganharia vida, dinamismos, atividade e utilidade com a presença do autoritário déspota esclarecido. Mas ele representa um perigo para os tíbios e complacentes. E uma ameaça aos testa-de-ferro brasileiros de interesses antinacionais. É um homem que não sabe enriquecer e muito menos em função pública[1229].

Aliás, Akcelrud não foi o primeiro a associar a figura de Reis à honestidade e simplicidade; em outros momentos, ele foi lembrado como alguém que morava em apartamento alugado e que tinha como bens apenas uma impressionante quantidade de livros. Foi ainda o *Correio da Manhã*, colaborando com essa representação de homem comum, a despeito de sua importância política e intelectual, quem informou: "O ex-governador do Amazonas, sr. Arthur Reis, esperava tranquilamente o ônibus, ontem, às nove horas da manhã, em frente à Fundação Getúlio Vargas, onde ele leciona"[1230].

Imprimia-se, assim, uma representação de Arthur Reis como uma figura competente, capaz de enfrentar os grandes, posto que a ambição de enriquecimento não era uma de suas características. Por conseguinte, a pessoa ideal para integrar o Cade. Lacerda continua defendo que se aprovasse o nome do amazonense para a função para a qual fora indicado pelo presidente Costa e Silva:

> [Arthur Reis] Não faz trocadilho com defesa econômica. E, assim sendo, terá diálogo difícil com certa gente. O que se teme não é o autoritarismo contra brasileiros, mas que essa energia a serviço incondicional do Brasil seja empenhada, com a característica firmeza e inflexibilidade, na defesa dessa "Amazônia ameaçada". Este homem que não governou o Amazonas por métodos suasórios e democráticos – é, sim um homem de direita – saiu limpo e prestigiado do poder. Alçou-se a uma posição de merecida liderança. [...]. Nesta hora, e nessas circunstâncias, ninguém melhor para o CADE. Assim parece ter pensado o presidente Costa e Silva. Vamos ver se não mudou de ideia[1231].

"Quem tem medo do professor Arthur Reis"?, questionava ainda o *Correio da Manhã* acerca da recusa do Senado em aceitá-lo como membro do Cade[1232]. Apesar de toda a repercussão do assunto na imprensa, a Comissão de Economia do Senado, composta por nove

---

[1229] AKCELRUD, 1967, p. 6.
[1230] GENTE. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 10 jun. 1967. Primeiro caderno, p. 9.
[1231] AKCELRUD, 1967, p. 6.
[1232] QUEM tem medo? *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 28 out. 1967. Primeiro caderno, p. 9.

senadores, recusou por unanimidade a indicação do nome de Reis para a nova função[1233]. De acordo com o *Jornal do Brasil*, um dos motivos para tal foi a oposição feita pela bancada amazonense no Senado, que acusava Arthur Reis de "prepotência e arbitrariedade quando Governador do Estado"[1234].

Em suma, se, da década de 1940 até meados da década de 1960, Arthur Reis gozava de prestígio intelectual, conforme deixam ver as páginas dos jornais analisados, após seu período no governo do Amazonas, que coincidiu com o caso da fundação, as ações do amazonense passaram a dividir opiniões. E não se encerrou aí nesse assunto do Cade, pois, meses depois, Reis foi novamente aos jornais com nova denúncia, na verdade, não tão nova assim, pois sobre ela também comentou no período em que denunciou o caso da fundação. Tratava-se das intenções do Hudson Institute na Amazônia. Novamente ocorreu um grande debate nos jornais, semelhante ao que houvera em 1965. E, mais uma vez, as intenções de pesquisadores norte-americanos na região não foram adiante. O debate na imprensa acerca do caso ocorreu em fins de 1967 e início de 1968, ano no qual Arthur Reis lançou a terceira edição de *A Amazônia e a cobiça internacional,* o que sugere uma forte ligação entre os debates políticos e o sucesso do livro. Mas o assunto do Hudson Institute ficará como sugestão para futuras pesquisas, devido às limitações do tempo que o processo de doutoramento, naturalmente, impõe.

Ressalte-se, entretanto, que o presente capítulo desta tese contribuiu para o início de uma compreensão do alcance das ideias de Arthur Reis no Brasil. Muito ainda há para ser pesquisado, com o fim de ampliar os entendimentos nesse sentido, mas já é possível afirmar que Arthur Reis não pode ser analisado no rol de autores regionais. Suas ideias movimentaram o centro político do país e tiveram importante alcance entre os militares, fato merecedor de futuras investigações. Os estudos sobre a vida e a obra desse autor, que foram iniciados só bem recentemente, contribuirão para o desnudamento de parte da história e da historiografia do Brasil que ainda necessita de esclarecimento, demonstrando que, apesar de pouco conhecido hoje, tanto no âmbito acadêmico como no do grande público, Arthur Reis gozou, principalmente na década de 1960, de grande notoriedade nacional, influenciando inclusive em tomadas de posição políticas nacionais acerca da Amazônia.

[1233] Entretanto, é bom lembrar que, se a nomeação para o Cade não logrou êxito, no ano seguinte, Reis foi nomeado para compor, como membro, o recém-criado Conselho Federal de Cultura, demonstrativo da sua influência no governo militar, então instalado.

[1234] COMISSÃO do Senado veta Arthur Reis. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 9 nov. 1967. Primeiro caderno, p. 17.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

"Quem trabalha com a história dos intelectuais é ameaçado pelo que se poderia chamar de síndrome do mineiro"[1235], afirma Jean-François Sirinelli ao listar as dificuldades daqueles que se põem ao estudo da história intelectual. O autor se refere à abundância de fontes como um dos obstáculos a serem enfrentados durante o processo de pesquisa. Tão extensa é a "abundância do material a ser tratado", que Sirinelli recorre a Tocqueville, ressaltando a atualidade de uma de suas afirmações: "Eu era como o minerador de ouro sobre cuja cabeça a mina tivesse desabado: estava esmagado sob o peso de minhas notas e não sabia mais como sair dali com meu tesouro"[1236]. Submergir com o ansiado "tesouro" de um mar de fontes, diversas em sua tipologia e extensas em quantidade, se apresenta como um grande desafio. Uma infinidade de cartas, jornais, fotografias, livros [...] Tal é a "amplitude e a diversidade das fontes, que requerem um historiador papívoro"[1237], como reitera Sirinelli.

A metáfora de Tocquevile bem representa o estado em que se desenvolveu a presente pesquisa, que a princípio quis ficar restrita à década de 1960, tentando evitar o problema e/ou a solução da abundância das fontes[1238], mas foi impelida a recuos e avanços no recorte cronológico incialmente definido. A ponta do iceberg, ou o "tesouro", era o livro *A Amazônia e a cobiça internacional,* que já havia se destacado dentre o manancial de fontes desde o meu curso de mestrado, período no qual verifiquei que se tratava do mais famoso livro do autor. Nos caminhos percorridos para compreender os motivos que haviam içado aquele livro do maciço conjunto de obras produzidas por Arthur Reis, impôs-se a necessidade de retornar ao início da década de 1940, onde a ideia de cobiça pela Amazônia já se fazia presente na obra do autor.

Que a Amazônia é uma região de suma importância nos seus variados aspectos, não se discute. Porém, a insistência de autores amazonenses do início do século XX em divulgá-la como região cobiçada, entre os quais se sobressaiu Arthur Reis, tinha um objetivo político,

---

[1235] SIRINELLI, Jean-François. Intelectuais. *In*: RÉMOND, René (org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: FGV, 2003. p. 244.

[1236] TOCQUEVILLE, Alexis de. Letre à Gustave de Beaumont, 28 décembre, 1853. Paris: Gallimard, 1967. p. 177. (O euvres completes). Correspondence d' Alexis de Tocqueville et de Gustave de Beaumont apud SIRINELLI, 2003, p. 244.

[1237] SIRINELLI, 2003, p. 245.

[1238] Além dos muitos jornais impressos que serviram como fontes para esta pesquisa e dos muitos livros escritos por Arthur Reis, a princípio tive que consultar o acervo de 25 mil volumes que compõe a Biblioteca Arthur Reis, localizada em Manaus, inaugurada em novembro de 2001, inauguração em que estive presente como estagiária da Secretaria de Cultura do Estado do Amazonas. A biblioteca que guarda o acervo pessoal de Reis e foi adquirida pelo estado do Amazonas possui, além de livros, folhetos, periódicos, cartas, telegramas e fotografias.

isto é, a intenção de chamar a atenção do estado para a situação de "abandono" pelo Governo Federal na qual a planície verde então se encontrava. Provavelmente, a ideia da cobiça internacional pela região amazônica não é originária de Arthur Reis, esta era uma noção que, certamente, já povoava o imaginário acerca daquela imensa área verde. Mas Reis foi sem sombra de dúvidas o responsável por atrelar a história da região a "uma eterna cobiça", que seguia uma linha de continuidade entre passado e presente.

No momento apresentado no livro *A política de Portugal no Vale Amazônico*, Manaus, terra natal de Arthur Reis, como de resto toda a região amazônica, se esforçava por sair da crise, iniciada na primeira década do século XX. Foram anos de saudosismo do período do fausto, tempos nos quais, segundo Jonatas Pedrosa, governador do Amazonas, "[...] o Amazonas era o centro de attracção dos desilluidos de outras terras; era rico, tinha uma população prospera e feliz e do seio das manifestações populares expandia-se o sopro de um vigor progressivo, nas lides do trabalho e nas lides da política[1239].

Essa mensagem de 1913, do governador do estado, dirigida à Assembleia Legislativa do Amazonas, é uma amostra da percepção da elite manauara da crise da atividade gomífera que se anunciava. Atividade econômica essa que sustentou a região e foi responsável por construções magníficas em Belém e Manaus, evidenciando que a grande transformação que aquelas capitais haviam vivenciado estava com os dias contados.

Esse momento de profundas transformações pode ser sintetizado na frase atribuída a Eduardo Ribeiro, governador do Amazonas no período do auge gomífero, na qual ele afirma que havia transformado em cidade a Manaus aldeia do início do seu governo[1240]. Mas, para além das questões que envolviam a modernização da paisagem urbana da cidade, as mudanças na vida cultural também eram sentidas, visto que os anseios eram de que "a cultura nativa, que era considerada bárbara, seria substituída pela cultura civilizada"[1241]. Segundo Bentes, esse sonho acompanhou gerações, inclusive aquela que viveu posteriormente o período de crise econômica, como é o caso da geração de Arthur Reis.

Como lembra Maria Celina D'Araújo, os olhos do país estiveram voltados para a Amazônia no período áureo da borracha, no século XIX e início do XX. Após a queda dessa atividade produtiva, em razão da concorrência da borracha produzida no sudeste asiático, alterou-se sensivelmente o quadro, e a região passou por um longo período de marasmo

---

[1239] PEDROSA, Jonatas. Mensagem à Assembleia Legislativa do Amazonas, em 1913 apud OLIVEIRA NETO, Thiago; NOGUEIRA, Ricardo José Batista. A cidade de Manaus e a crise da borracha: uma breve análise histórica. *Revista Estação Científica*, Macapá, v. 6, n. 3, p. 18, set./dez. 2016.
[1240] Cf. BENTES, 2008, p. 75.
[1241] BENTES, 2008, p. 75.

econômico e de esquecimento pelo Governo Federal[1242]. Arthur Reis, nascido em 1906, ainda vivenciou o período do auge gomífero na infância, para logo em seguida viver os dias de crise que perdurariam por toda a sua juventude.

Em 1910, começaram a surgir os primeiros indícios da crise, no entanto "a maioria da elite local acreditava que esse período de oscilações iria logo acabar e que o preço da borracha iria subir novamente, devido às experiências anteriores"[1243]. Entretanto, a concorrência asiática tinha vindo para ficar, e a partir de 1915 a crise era notória. Ao menos era o que afirmava Pedrosa, então governador do estado do Amazonas:

> Os effeitos d'essa depressão economica ahi estão, aos olhos de todos, a manifestar-se por toda parte, em todas as actividades, desde as grandes emprezas, organisadas durante o extraordinario periodo anterior e calcadas financeiramente em elementos economicos não mais existentes, até ás grandes e pequenas casas commerciaes d'esta praça, todas ellas atravessando enormissimas difficuldades financeiras, algumas já fallidas e outras na imminencia de não supportarem até a benigna tributação estadual ás industrias e profissões [1244].

"Passava-se, então, a viver os anos com redução de recursos orçamentários para custear os gastos públicos para continuar o embelezamento da cidade que passava a amargar a sua própria falência"[1245]. Manaus, forçosamente, deixava para trás seu período de fausto e começava a "ter ares de abandono"[1246]. Faltava recurso para o básico. O pagamento do funcionalismo público foi prejudicado, e o governador do estado discursou na Assembleia Legislativa sobre a impossibilidade, diante da crise econômica que se configurava, de manter um equilíbrio entre as receitas e as despesas, informando "o corte inexorável das despesas" em virtude das dificuldades "em attender pontualmente aos pagamentos das obrigações da Lei orçamentária"[1247].

Foi nesse contexto que o governo de Getúlio Vargas e seu intento de integrar as regiões mais afastadas ao centro político e econômico do Brasil revelou-se para a Amazônia como uma panaceia. Era a chance de tirar a região do marasmo econômico e cultural em que se encontrava. Como destaca Berta Becker, o Estado Novo marcou o período em que a Amazônia ingressou mais incisivamente nos planos do Governo Federal, período no qual "a

---

[1242] D'ARAÚJO, Maria Celina. Amazônia e desenvolvimento à luz das políticas governamentais: a experiência dos anos 50. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, ano 7, n. 19, 1992.
[1243] BENTES, 2008, p. 49.
[1244] PEDROSA, Jonatas. Mensagem à Assembleia Legislativa do Amazonas, em 1915 apud OLIVEIRA NETO; NOGUEIRA, 2016, p. 19.
[1245] OLIVEIRA NETO; NOGUEIRA, 2016, p. 17.
[1246] OLIVEIRA NETO; NOGUEIRA, 2016, p. 21.
[1247] PEDROSA, Jonatas. Mensagem a Assembleia Legislativa do Amazonas, em 1915 apud OLIVEIRA NETO; NOGUEIRA, 2016, p. 21.

unidade do território nacional se converte no recurso simbólico fundamental para o fortalecimento do Governo Central"[1248].

O *Jornal do Comércio* de Manaus representa bem o pensamento de boa parte da elite da região quanto ao novo momento que se anunciava. Em outubro de 1940, quando Vargas visitou a região e pronunciou o seu famoso *Discurso do Rio Amazonas*, o referido jornal se entusiasmou ao anunciar a chegada àquela capital, no dia seguinte, do chefe da nação:

> A viagem de Sua Excelência – escusado será dizê-lo – no cumprimento de uma promessa leal [...] não é uma simples vilegiatura da ordem daquelas, displicentes ou recreativas, em que se compraziam outrora os governantes do Brasil, para forrar-se momentaneamente, aos aborrecimentos da política partidária ou ao enervante assédio dos pretendentes a posições de relevo. Ao contrário disso, motiva-a um sério inquérito pessoal, meticuloso quanto possível, da maneira porque nosso Estado se vai integrando no espírito do regime novo, a fim de acudir-lhe o governo federal com a necessária assistência, em tudo quanto lhe possa desenvolver as energias, amortecidas e quebrantadas pelo rigor depressivo de contínuas crises[1249].

Seguindo o discurso do próprio governo varguista em relação à Amazônia, propondo um novo tempo em contraposição às políticas realizadas na Primeira República, como visto no primeiro capítulo desta tese, o *Jornal do Comércio* prossegue:

> Vem Sua Excelência auscultar até que ponto carece hematizado o organismo do colosso amazônico para o milagre do seu soerguimento econômico, pondo-o em condições de mostrar ao País as suas imensas possibilidades, concretizadas no potencial das riquezas que para aí jazem esquecidas, abandonadas, à espera do estímulo benéfico do poder central, cuja voluntária cegueira para com as necessidades urgentes do Amazonas, se foi radical na longa fase do segundo império, não se revelou menos absoluta no estéril meio século da liberal democracia [1250].

Encerra-se o editorial e as lisonjas ao presidente com uma dose extremada de boas perspectivas quanto ao momento de esplendor que estava por vir:

> Abrem-se, portanto, para a nossa terra largos horizontes de fé e de esperança com a auspiciosa visita do eminente fundador do Estado Novo. Aliás, nas suas preocupações de Estadista de visão aguda, sempre teve o Amazonas lugar assinalado, com todo o peso dos seus problemas fundamentais. Nem poderia ser excluída das graças do regime, que hora felicita e dignifica nossa Pátria, a maltratada gleba amazonense, a terra-mártir, que também é genuinamente brasileira [...] Está, pois, de parabéns o povo do Amazonas, que vai receber o Presidente da República com a respeitosa simpatia que lhe merece o herculoso construtor do Brasil Novo por seus rasgos de benemerência e de bravura moral, significando-lhe ao mesmo tempo a crença inabalável de que a visita de Sua Excelência resultará fecunda em benefícios para o Amazonas, secularmente tolhido em sua natural expansão pela indiferença sistemática, positivamente cruel, de quem, podendo, jamais quis comiserar-se da sorte do gigante em perpétua agonia[1251].

[1248] BECKER, 2009, p. 216.
[1249] PRESIDENTE Getúlio Vargas. *Jornal do Comércio*, Manaus, p. 1, 9 out. 1940.
[1250] PRESIDENTE..., 1940, p. 1.
[1251] PRESIDENTE..., 1940, p. 1.

Nem seria necessário dizer que as notícias dos dias que se seguiram no *Jornal do Comércio*, que, ressalte-se, naquele momento era de propriedade do pai de Arthur Reis, mantiveram o mesmo tom de elogio ao presidente e de grandes expectativas para a região[1252].

Foi esse o momento da publicação do primeiro livro de Reis, analisado no primeiro capítulo deste trabalho, onde o tema da cobiça pela Amazônia se fazia presente, mas de forma moderada, tendo em vista que mediante tamanhas expectativas para a região, o enfoque na questão da cobiça não se fazia um imperativo urgente.

Entretanto, passados os anos, após alguns investimentos do Governo Federal na Amazônia, a situação não parecia solucionada aos olhos dos que desejavam seu desenvolvimento econômico. Foi o momento da desilusão, de fazer a avaliação do passado recente da região pós-*Discurso do Rio Amazonas*. Nesse balanço, o saldo não parecia suficientemente positivo, dando margem às críticas ao famoso discurso de Vargas.

Em 1948, o *Jornal do Comércio* registrou a insatisfação de Epílogo Gonçalves de Campos, deputado federal pelo Pará, com a ausência de políticas do Governo Federal para a região. O assunto em pauta era a valorização da juta amazônica, fibra produzida na região em prol da qual os *Diários Associados* faziam uma campanha diante da concorrência internacional, que acarretaria perda para a economia regional. Esse foi o tema que motivou as críticas de Campos. O deputado aplaudia a atitude dos *Diários Associados* e reclamava ações do Governo Federal:

> Infelizmente a Amazônia tem sido vítima de uma série de fatalidades, desde a célebre Comissão Federal da Borracha e do lendário "Discurso do Rio Amazonas" – blague das maiores – até a palhaçada inescrupulosa da "Batalha da Borracha". Com todas essas desilusões, o homem da Planície continua a esperar a prometida valorização da gleba, vendo quase cada dia desaparecer um membro de sua família enterrado no barranco[1253].

A crítica de Campos, que em outras palavras afirma que o *Discurso do Rio Amazonas* não havia passado de uma piada, é anterior à criação da SPVEA, que ocorreria somente em 1953. Mas, após a criação do órgão, no início de suas atividades, o *Jornal do Comércio* reproduziu uma crônica de Rubem Braga originalmente publicada no *Correio da Manhã. É preciso salvar o Amazonas: as crônicas do jornalista Thiago de Melo, no "O Globo", retratam fielmente a situação de miséria do grande Estado.* Eis o título da dramática crônica. Nela, Rubem Braga se junta ao poeta amazonense para reclamar políticas do Governo Federal para o Amazonas:

[1252] ESTADIA do Sr. Getúlio Vargas em Manaus. *Jornal do Comércio*, Manaus, p. 1, 11 out. 1940; VERDADEIRA consagração popular ao chefe da nação. *Jornal do Comércio*, Manaus, p. 1, 10 out. 1940.

[1253] CAMPANHA dos "Associados" em defesa da juta brasileira. *Jornal do Comércio*, Manaus, p. 1, 28 jul. 1948. Grifo do autor.

> Thiago de Melo tem mandado para O Globo umas crônicas de Manaus que são de cortar o coração. Acho Manaus tão comovente na sua beleza de fidalga, arruinada, perdida entre as florestas a mil milhas do mar, com a cúpula soberba do seu teatro, a beleza de seu hotel moderno e os seus subúrbios de palafitas, tenho um carinho tão verdadeiro por essa Manaus que apenas vi duas vezes, que desejo unir minha voz ao do colega e amigo para ajudá-lo a chamar a atenção do Brasil às tristezas que ele conta. [...] O falecido Sr. Getúlio Vargas fez um discurso no Amazonas, durante o Estado Novo, era obrigatório comemorar o aniversário do Discurso do Rio Amazonas. Além dos discursos e das comemorações não se fez mais nada. Talvez o papel seja reeditar o discurso e distribuir-lhe as cópias pelas populações famintas [...] [1254].

O texto de Braga é revelador de que o conteúdo do livro *Amazônia e a cobiça internacional,* e a importante denúncia nele contida, estava a atender não apenas aos desejos individuais de Arthur Reis quanto ao desenvolvimento da região, mas vinha ao encontro dos anseios de um grupo, tendo sido forjado nesse contexto pós-desilusão relativa às promessas antes feitas por Vargas e não cumpridas em sua totalidade. E não foi sem motivos que se tornou o livro mais importante do autor. A ideia da cobiça internacional pela região amazônica, amparada na autoridade da história, servia aos propósitos políticos de grupos que defendiam a urgência na atenção do Governo Federal para com a região. Isso num momento em que a denúncia ganhou espaço na vida pública nacional, trazendo dividendos à vida política e intelectual de Arthur Reis.

[1254] BRAGA, Rubem. É preciso salvar o Amazonas: as crônicas do jornalista Thiago de Melo, no "O Globo", retratam fielmente a situação de miséria do grande Estado. *Jornal do Comércio*, Manaus, p. 4, 8 dez. 1954.

REFERÊNCIAS

ABREU, Capistrano de. *Capítulos da história colonial*. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisa Social, 2009. https://doi.org/10.7476/9788579820717

AMARAL, Vinícius Alves do. Vicissitudes de um Heródoto caboclo: Arthur Reis e a ditadura civil militar em Manaus (1964-1966). *Temporalidades*: Revista Discente do Programa de Pós-Graduação em História da UFMG, Belo Horizonte, v. 5, n. 3, p. 125-146, set./dez. 2013.

ANDRADE, Romulo de Paula. Conquistar a terra, dominar a água, sujeitar a floresta: Getúlio Vargas e a revista "Cultura Política" redescobrem a Amazônia (1940-1941). *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi*, Belém, v. 5, n. 2, p. 453-468, maio/ago. 2010. https://doi.org/10.1590/S1981-81222010000200015

ANHEZINI, Karina. *Um metódico à brasileira*. A história da historiografia de Afonso de Taunay. São Paulo: Editora Unesp, 2012.

ANKERSMIT, Franklin Rudolf. Representação e referência. *In*: ANKERSMIT, Franklin Rudolf. *A escrita da história* [livro eletrônico]: a natureza da representação histórica. Londrina: Eduel, 2016. cap. 5, p. 243-288.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. O Barão de Rothschil e a questão do Acre. *Revista Brasileira de Política Internacional*, Rio de Janeiro, v. 43, p. 150-169, 2000. https://doi.org/10.1590/S0034-73292000000200007

BAUER, Carolina; NICOLAZZI, Fernando. O historiador e falsário: usos públicos do passado e alguns marcos da cultura histórica contemporânea. *Varia História*, Belo Horizonte, v. 32, n. 60, p. 807-835, set./dez. 2016. https://doi.org/10.1590/0104-87752016000300009

BARBOSA, Marialva. *Os donos do Rio*: imprensa, poder e público. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 2000.

BASTOS, Pedro Paulo Zahluth. A construção do nacional-desenvolvimentismo de Getúlio Vargas e a dinâmica de interação entre Estado e Mercado nos setores de base. *Revista EconomiA, Selecta*, Brasília, DF, v. 7, n. 4, p. 239-275, 2006.

BRASIL. Lei nº 1.806, de 6 de janeiro de 1953. Dispõe sobre o Plano de Valorização Econômica da Amazônia, cria a superintendência da sua execução e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Rio de Janeiro, 7 jan. 1953.

BECKER, Jean-Jacques. A opinião pública. *In*: RÉMOND, René (org). *Por uma história política*. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003. p. 185-212.

BECKER, Bertha K. Por que a participação tardia da Amazônia na formação econômica do Brasil. *In*: ARAÚJO, Tarcísio Patrício de; VIANNA, Salvador Teixeira Werneck; MACAMBIRA, Júnior (org.). *50 anos de Formação Econômica do Brasil*: ensaios sobre a obra clássica de Celso Furtado. Rio de Janeiro: Ipea, 2009. p. 221-228.

BENTES, Dorinethe dos Santos. *Outras faces da história*: Manaus de 1919-1940. 2008. 208 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2008.

BEZERRA, Cleber Lima. *A imprensa amazonense*: dos preparativos do golpe à instituição do AI-5 (1961-1968). 2010. 181 p. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2010.

BIBLIOTECA DO EXÉRCITO (org.). *Problemática da Amazônia*. Rio de Janeiro: Editora Biblioteca do Exército, 1971. (Coleção General Benício, v. 90).

BÔAS, Orlando Vilas; BÔAS, Claudio Vilas. *A Marcha para o Oeste*: a epopeia da Expedição Roncador-Xingu. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

CAMPOS, Glaucia de Almeida. *Além da crítica*: os intelectuais do Grupo de Estudos Cinematográficos do Amazonas e suas relações com o poder (anos 60). 2015. 128 p. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2015.

CARDOSO, Fernando Henrique; MULLER, Geraldo. *Amazônia*: expansão do capitalismo. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008. https://doi.org/10.7476/9788599662731

CARDOZO, Alírio. Sacras intrigas: conflitos entre ordens religiosas no Maranhão e Grão Pará (século XVII). *Revista Estudos Amazônicos*, [*s. l.*], v. 3, n. 1, p. 11-38, 2008.

CARNEIRO, Eduardo de Araújo. *A fundação do Acre*: um estudo sobre comemorações cívicas e abusos da história. 2014. 456 p. Tese (Doutorado em História) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

CASA DO ESTUDANTE DO BRASIL (org.). *Problemática da Amazônia*. Rio de Janeiro: Editora da Casa Estudante do Brasil, 1969.

CASCUDO, Luís da Câmara. Lobo D'Almada, cidadão da Amazônia. *Jornal do Commércio,* Rio de Janeiro, p. 4, 27 abr. 1941.

CERTEAU, Michel de. *A escrita da História*. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2011.

CERTEAU, Michel de. *História e psicanálise*: entre ciência e ficção. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2012.

CHARTIER, Roger. *A história cultural entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 1988.

CHARTIER, Roger. *A história cultural entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: Difel, 2002.

CHARTIER, Roger. O mundo como representação. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 5, n. 11, p. 173-191, 1991. https://doi.org/10.1590/S0103-40141991000100010

COELHO, Wanderson de Oliveira. *A modernização no ideário de Arthur Cezar Ferreira Reis (1964-1967)*. 2015. Monografia (Graduação em História) – Universidade Federal de Roraima, Boa Vista, 2015.

CORRÊA FILHO, Virgílio. Na Amazônia colonial. *Jornal do Commércio*, Rio de Janeiro, p. 4, 6 jul. 1941.

DANTAS, Hélio. *Arthur Cézar Ferreira Reis*: trajetória intelectual e escrita da história. Jundiaí: Paço Editorial, 2014.

D'ARAÚJO, Maria Celina. Amazônia e desenvolvimento à luz das políticas governamentais: a experiência dos anos 50. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, ano 7, n. 19, p. 40-55, 1992.

DIAS, Ednea Mascarenhas. *Ilusão do fausto*: Manaus, 1890-1920. Manaus, Editora Valer, 1999.

DURANGO, Duarte Martins. *Imprensa amazonense*: chantagem, politicagem e lama. Manaus: DDC Comunicações Ltda., 2015.

FALCON, Francisco. *Entrevista com Francisco Falcon*. Entrevista concedida a Vicente Saul e Tatiana Murillo. [*S. l.*], 24 nov. 2013. Entrevista com Francisco Falcon. Disponível em www.ifcs.ufrj.br/humanas/0010htm. Acesso em: 20 fev. 2014.
https://doi.org/10.17771/PUCRio.TradRev.23660

FATHEUR, Tomas. Amazônia: região paradigmática situada entre destruição, valorização e resistência. *In*: Dawid Danilo Bartelt (Org.). *Um campeão visto de perto*. Uma análise do modelo de desenvolvimento brasileiro. Rio de Janeiro: Heinrich-Böll-Stiftung, 2012. p. 79-92.

FERREIRA, Maria Liege Freitas. Estado Novo e ocupação da Amazônia: uma abordagem geopolítica. *Raízes*, Campina Grande, ano 18, n. 20, nov. 1999.
https://doi.org/10.37370/raizes.1999.v.164

FONSECA, Pedro Cezar Dutra. O projeto desenvolvimentista no Brasil: histórico e desafios da atualidade. *Cadernos do Desenvolvimento*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 19, p. 117-128, jul./dez. 2016.

FOUCALT, Michel. *A ordem do discurso*: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. 23. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2013.

FOUCAULT, Michel. *O que é um autor*. 8. ed. Lisboa: Nova Vega, 2012.

GALVÃO, Francisco. O sentido social da Amazônia. Cultura Política. *Revista de Estudos Brasileiros*, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 149-158, 1941.

GERALDO Eulálio do Nascimento e Silva. *In:* INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO. Rio de Janeiro: IGHB, 2015. Disponível em: https://ihgb.org.br/perfil/userprofile/gensilva.html. Acesso em: 15 ago. 2018.

GRANGER, Stéphane. O contestado franco-brasileiro: desafios e consequências de um conflito esquecido entre a França e Brasil na Amazônia. *Revista Cantareira*, ed. 17, p. 25, jul./dez. 2012.

GREGÓRIO, Vitor Marcos. *Uma face de Jano*: a navegação do rio Amazonas e a formação do Estado brasileiro. 2008. 338 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

GUILLEN, Isabel Cristina Martins. A Batalha da Borracha: propaganda política e migração nordestina para a Amazônia durante o Estado Novo. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, n. 9, p. 95-102, 1997.

GUIMARÃES, Lucia Maria Pachoal. *Da Escola Palatina ao Silogeu*: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1889-1938). Rio de Janeiro: Museu da República, 2007.

GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal. "Primeiro Congresso de História Nacional": breve balanço da atividade historiográfica no alvorecer do século XX. *Tempo*, Rio de Janeiro, n. 18, p. 147-170, 2005. https://doi.org/10.1590/S1413-77042005000100007

GUIMARÃES, Newton Sabbá. Lembranças de Arthur Reis. *In*: ACADEMIA AMAZONENSE DE LETRAS. *Arthur Cézar Ferreira Reis*: opinião de contemporâneos. Manaus: Academia Amazonense de Letras, 1996. p. 12.

HECK, Egon; LOEBENS, Francisco; CARVALHO, Priscila D. Amazônia indígena: conquistas e desafios. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 19, n. 53, p. 237-255, jan./abr. 2019. https://doi.org/10.1590/S0103-40142005000100015

IANNI, Octávio. *Ditadura e agricultura*: o desenvolvimento do capitalismo na Amazônia. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1979.

INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS DA AMAZÔNICA (INPA). *Relatório geral sobre as atividades do INPA durante o período de 4 de junho de 1954 a 20 de outubro de 1955, apresentado à Presidência do Conselho Nacional de Pesquisas pelo Prof. Dr. Olympio Oliveira Ribeiro da Fonseca, então diretor daquela instituição*. Rio de Janeiro: INPA, 1958.

KALLÁS, Ana Lima. Usos públicos da história: origens do debate e desdobramentos no ensino de história. *História Hoje*, São Paulo, v. 6, n. 12, p. 130-157, 2017. https://doi.org/10.20949/rhhj.v6i12.351

KUCINSKI, Bernardo. *Jornalistas e revolucionários*. 2. ed. São Paulo: Edusp, 2001.

LACOMBE, Américo Jacobina. *Brasil*. Período Nacional. México: IPGH, 1956.

LACOMBE, Américo Jacobina. *Um passeio pela história do Brasil*. Rio de Janeiro: Simões, 1943.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas: Editora da Unicamp, 1990.

LIMA, Nísia Trindade; HOCHMAN, Gilberto. Pouca saúde e muita saúva: sanitarismo, interpretações do país e ciências sociais. *In*: HOCHMAN, Gilberto; ARMUS, Diego (org.). *Cuidar, controlar,curar*: ensaios históricos sobre saúde e doença na América Latina e Caribe. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2004. p. 493-532.

LEVI, Giovanni. Le passé lointain: sur l'usage politique de l'histoire. *In*: HARTOG, François; REVEL Jacques. *Les usages politiques du passé*. Paris: École des Hautes Études en Sciences Sociales, 2001. p. 25-38.

LOBATO, Sidney da Silva. Estado, nação e região na obra de Arthur Cézar Ferreira Reis. *Diálogos*, Maringá, v. 13, n. 3, p. 625-642, 2009. https://doi.org/10.4025/dialogos.v13i3.435

LOBATO, Sidney. O futuro da Amazônia: horizonte de expectativa de Arthur Reis (década de 1950). *Confins*: Revista Franco Brasileira de Geografia, [*s. l.*], n. 28, p. 1-14, 2016. https://doi.org/10.4000/confins.11094

LUCA, Tania Regina de. Brício de Abreu e o Jornal literário Dom Casmurro. *Varia História*, Belo Horizonte, v. 29, n. 49, p. 277-301, jan./abr. 2013. https://doi.org/10.1590/S0104-87752013000100013

LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. *In*: PINSKY, Carla Bassanezi. *Fontes históricas*. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2011. p. 111-154.

MAHAR, Dennis J. *Desenvolvimento econômico da Amazônia*. Rio de Janeiro: Ipea, 1978.

MAIA, Tatyana de Amaral. *Os cardeais da cultura nacional*: o Conselho Federal de Cultura na ditadura civil-militar (1967-1975). São Paulo: Itaú Cultural: Iluminuras, 2012.

MAIO, Marcos Chor. A Unesco e o projeto de criação de um laboratório científico internacional na Amazônia. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 19, n. 53, p. 115-130, 2005. https://doi.org/10.1590/S0103-40142005000100008

MARQUES, Gilberto S. SPVEA: o Estado na crise do desenvolvimento regional amazônico (1953-1966). *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política*, São Paulo, n. 34, p. 163-198, fev. 2013.

MEDEIROS, Rodrigo Augusto Lima de. *Decodificando a internacionalização da Amazônia em narrativas e práticas institucionais*: governos da natureza no Brasil e nos Estados Unidos. 2012. 319 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade de Brasília, Brasília, 2012.

MENDONÇA, Anna Amélia de Queiróz Carneiro de. II Fórum sobre a Amazônia e a C.E.B. *In*: CASA DO ESTUDANTE DO BRASIL (org.). *Problemática da Amazônia*. Rio de Janeiro: Editora da Casa Estudante do Brasil, 1969. Solapa.

MENEZES, Geraldo de. Um amazônida universal. *In*: INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO. *Homenagem a Arthur Cézar Ferreira Reis*. Rio de Janeiro: IGHB, 1993. p. 7-13.

A MOCIDADE canta, louvando a Amazônia. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 4 jun. 1968. Segundo caderno, p. 14.

MONTEIRO, Eloína. A longa interventoria de Álvaro Maia. *Fronteiras do Tempo*: revista de estudos amazônicos, Manaus, n. 4, p. 45-63, 2013.

MORAES, Ana Carolina Albuquerque de. Mais borracha para a vitória: sobre o primeiro cartaz de Jean-Pierre Chabloz para a "Campanha da Borracha". *Revista de História da Arte e Arqueologia*, Campinas, n. 20, p. 139-165, jul./dez. 2013.

MOTTA, Rodrigo Pato Sá. A ditadura nas representações verbais e visuais da grande imprensa: 1964-1969. *Topoi*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 26, p. 62-85, jan./jul. 2013. https://doi.org/10.1590/2237-101x014026005

MOTTA, Rodrigo Patto Sá Motta. *As universidades e o regime militar*: cultura política brasileira e modernização autoritária. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

MOURÃO, Antônio Hamilton Martins. A nossa Amazônia: a velha ambição disfarçada de filantropia de fachada não prevalecerá. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 28 ago. 2019. Disponível em: https://opiniao.estadao.com.br/noticias/espaco-aberto,a-nossa-amazonia,70002985255. Acesso em: 29 fev. 2019.

OLIVEIRA NETO, Thiago; NOGUEIRA, Ricardo José Batista. A cidade de Manaus e a crise da borracha: uma breve análise histórica. *Revista Estação Científica*, Macapá, v. 6, n. 3, p. 9-27, set./dez. 2016. https://doi.org/10.18468/estcien.2016v6n3.p09-27

PACHECO, Alexandre. Apontamentos sobre o estilo historiográfico de Arthur Cézar Ferreira Reis na obra A Amazônia e a cobiça internacional (edição de 1982). *Revista de História Regional*, Ponta Grossa, v. 19, n. 1, p. 59-82, 2014. https://doi.org/10.5212/Rev.Hist.Reg.v.19i1.0003

PACHECO, Alexandre. Arthur Cézar Reis e as representações sobre homens e natureza na história da cobiça estrangeira sobre a Amazônia (década de 1960). *In*: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA CULTURAL, 5., 2010, Brasília. *Brasília 50 anos*: Ler e ver: paisagens subjetivas e paisagens sociais. Brasília: UnB, 2010. p. 1-12.

PACHECO, Alexandre. Como governei o Amazonas: a ética do literato e historiador Arthur Cezar Reis diante do poder (1964-1967). *In:* SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 25., 2009, Fortaleza. *Anais* [...]. São Paulo: ANPUH, 2009. p. 1-11.

PACHECO, Alexandre. A narrativa heroico-nacionalista de Arthur Reis na representação da defesa da Amazônia pelos portugueses e luso-brasileiros em A Amazônia e a cobiça internacional: anos de 1960. *Revista História da Historiografia*, Ouro Preto, n. 10, p. 94-110, 2012. https://doi.org/10.15848/hh.v0i10.354

PACHECO, Alexandre. As representações históricas e o poder na Amazônia de Arthur Cezar Reis (década de 1960). *In*: FREIRE RAMOS, Alcides; CAPEL, Heloisa Selma Fernandes; PATRIOTA, Rosangela. (org.). *Criações artísticas, representações da história*: diálogos entre arte e sociedade. 1. ed. São Paulo: Hucitec, 2010. p. 90-116.

PACHECO, Alexandre; ASSIS, Magno. A construção da imagem na imprensa do historiador e ex-governador do Amazonas Arthur Cezar Reis (década de 1960). *In*: SEMINÁRIO NACIONAL DE HISTÓRIA DA HISTORIOGRAFIA, 3., 2009, Mariana. *Aprender com a história?* Mariana: UFOP, 2009. p. 1-10.

PACHECO, Alexandre; SILVA, Laureano M. da. A influência do regionalismo de Gilberto Freyre me Leandro Tocantins e Arthur Reis. *Labirinto*, Porto Velho, ano 11, n. 15, p. 44-53, dez. 2011.

PANZU, Angela. *O Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia*: INPA: trajetória institucional por meio de suas práticas científicas, 1954-1975. 2015. 217 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2015.

PAZ, Adalberto. Muitos sujeitos, outros governos, nenhuma pátria: fugitivos, autoridades e disputas territoriais na Amazônia entre os séculos XIX e XX. *In*: SEMANA DE HISTÓRIA DA UNIFAP, 9., 2014, Macapá. *O ensino e a pesquisa em história no Amapá.* Macapá: UNIFAP, 2014. p. 1-16.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História e história cultural*. Belo Horizonte: Autêntica, 2014.

PINTO, Almir Pazzianotto. Internacionalização da Amazônia. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 27 set. 2019. Disponível em: https://opiniao.estadao.com.br/noticias/espaco-aberto,internacionalizacao-da-amazonia,70003026923. Acesso em: 29 fev. 2019.

QUINTANA, Mário. *Caderno H* [recurso eletrônico]. Rio de Janeiro: Objetiva, 2013.

REIS, José Carlos. Anos 1850: Varnhagen: o elogio da colonização portuguesa. *In*: REIS, José Carlos. *As identidades do Brasil*: de Varnhagem a FHC. Rio de Janeiro: FGV, 2007. p. 23-52.

RENHA, Carlos Eugênio Aguiar Pereira de Carvalho. *A Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia, a política de desenvolvimento regional e o Amazonas (1953-1966)*. 2017. 149 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2017.

RIBEIRO, Priscila Daniele Tavares. *Do burgo podre ao leão do norte*: O Jornal do Comércio e a modernidade em Manaus. 2014. p. 94. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2014.

RODRIGUES, Alexandre Manuel Esteves. História e literatura em Nelson Weneck Sodré. *Intellèctus*, Rio de Janeiro, ano 9, n. 2, p. 4, 2010.

RODRIGUES, William A.; SILVA, Marlene Freitas da; SILVA, Algenir Ferraz Suano da; RIBEIRO, Maria de Nazaré Góes. Criação e evolução histórica do INPA (1954-1981). *Acta Amazônica*, Manaus, v. 11, n. 1, supl. 1, p. 7-23, mar. 1981. https://doi.org/10.1590/1809-43921981111s007

ROMANI, Carlo. A questão de limites entre o Brasil e a Guiana Britânica. *In*: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 27., 2013, Natal. *Anais*... Natal: [*s. n.*], 2013. p. 1-10.

ROSA, Cássia Sandos da. *Ilusão e paraíso*: história e arqueologia na Amazônia. 2008. 106 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2008.

RUFER, Mario. El archivo: de la metáfora extractiva a la ruptura poscolonial. *In*: GORBACH, Frida; RUFER, Mario (org). *(In)Disciplinar la investigación: archivo, trabajo de campo y escritura*. Buenos Aires: Siglo Vinteuno Editores, 2016. p. 160-186.

RÜSEN, Jorn. *Razão histórica*. Teoria da história: os fundamentos da ciência histórica. Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília, 2010.

SECRETO, Maria Verônica. A ocupação dos "espaços vazios" no governo Vargas: do "Discurso do rio Amazonas" à saga dos soldados da borracha. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 40, p. 118-135, jul/dez. 2007.

SILVA, Adriana Conceição dos Santos da Silva. *A inserção do autor Arthur Reis e sua obra A Amazônia e a cobiça internacional na imprensa carioca*. 2017. 101 f. Dissertação (Mestrado em História e Estudos Culturais) – Universidade Federal de Rondônia, Porto Velho, 2017.

SIRINELLI, Jean-François. Intelectuais. *In*: RÉMOND, René (org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: FGV, 2003. p. 231-270.

SODRÉ, Nelson Werneck. *Em defesa da cultura*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988a.

SODRÉ, Nelson Werneck. *O que se deve ler para conhecer o Brasil*. Rio de Janeiro: Compahia Editora Leitura, 1945.

SODRÉ, Nelson Werneck. *O que se deve ler para conhecer o Brasil*. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1967.

SODRÉ, Nelson Werneck. *O que se deve ler para conhecer o Brasil*. 6. ed. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1988b.

SOUSA, Lademe Correia de. A *História do Amazonas*: um início em grande estilo. 2009. 146 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2009.

STEPAN, Nancy Leys. Eugenia no Brasil, 1917-1940. *In*: HOCHMAN, Gilberto; ARMUS, Diego (org.). *Cuidar, controlar, curar*: ensaios históricos sobre saúde e doença na América Latina e Caribe. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2004. p. 330-391. (História e Saúde collection).

SUDAM. *Operação Amazônia-Discurso*. Discurso de Rondônia. Belém: Serviço de documentação e divulgação, 1968.

TAPAJÓS, Vicente. O historiador Arthur Cezar Ferreira Reis. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, v. 148, n. 354, p. 37-40, 1987.

TRAVERSO, Enzo. *O passado, modos de usar: história, memória e política*. [*S. l.*]: Unipop, 2012.

TURIN, Rodrigo. Uma nobre, difícil e útil empresa: o ethos do historiador oitocentista. *História da Historiografia*, Mariana, v. 2, n. 2, p. 12-28, mar. 2009. https://doi.org/10.15848/hh.v0i2.4

VARGAS, Getúlio. Discurso pronunciado de improviso, na Bolsa de Mercadorias de São Paulo, em 23 de julho de 1938. *In*: VARGAS, Getúlio. *A nova política do Brasil*: o Estado Novo, 10 de novembro de 1937 a 25 de julho de 1938. Rio de Janeiro: José Olympio, 1939a. p. 305-306.

VARGAS, Getúlio. Problemas e realizações do Estado Novo: entrevistas à imprensa do país, feitas em Petrópolis, em 19 de fevereiro, e em São Lourenço, em 22 de abril de 1938. *In*: VARGAS, Getúlio. *A nova política do Brasil*: o Estado Novo, 10 de novembro de 1937 a 25 de julho de 1938. Rio de Janeiro: José Olympio, 1939b. p. 163-194.

VARGAS, Getulio. Saudação aos brasileiros, pronunciada no Palácio Guanabara e irradiada para todo o país, à meia noite de 31 de dezembro de 1937. *In*: VARGAS, Getulio. *A Nova Política do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1941. v. 5, p. 115-128.

VARGAS, Getúlio Dorneles. Discurso do rio Amazonas. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, ano 4, p. 3-6, abr./jun. 1942.

FONTES

II FÓRUM da Amazônia. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 10 maio 1968. Segundo caderno, p. 4.

VII CONGRESSO Nacional de Educação. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, p. 2, 23 jun. 1935.

VII CONGRESSO Nacional de Educação. Na sessão de encerramento. *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, p. 4, 17 jul. 1935.

17 HORAS na ACA a conferencia de Gilberto Freyre (sociólogo). *Jornal do Comércio*, Manaus, p. 4, 22 jul. 1958.

OS 84 ANOS de história do JC. *Jornal do Comércio*, Manaus, p. 13, 16 jan. 1988.

ABSOLUTISMO. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 13 nov. 1964. Primeiro caderno, p. 9.

ACADEMIA Brasileira. *Jornal do Commércio*, Rio de Janeiro, p. 8, 17 ago. 1941a.

ACADEMIA Brasileira. *A Manhã*. Rio de Janeiro, p. 2, 17 ago. 1941b.

ADEMAR. *Correio da Manhã,* Rio de Janeiro, 18 maio 1965. Primeiro caderno, p. 3.

ADVOGADOS de 1927 celebram missa e visitam o mestre. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, n. 22808, p. 11, 12 ago. 1967.

AFONSO d. E. Taunay. *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, p. 3, 5 maio 1935.

AKCELRUD, Isaac. Déspota esclarecido. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 21 out. 1967. Primeiro caderno, p. 6.

ALBUQUERQUE quer Amazônia ocupada já por militares. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 23 nov. 1967. Primeiro caderno, p. 7.

ALMEIDA, Edson. Na vertigem da poesia. *Jornal do Comércio*, Manaus, 20 nov. 1977. Caderno 3, p. 5.

AMAZONAS: anulação. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 21 maio 1965. Terceiro caderno, p. 2.

AMAZONAS: governo recua da denúncia. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 14 ago. 1964a. Segundo caderno, p. 1.

AMAZONAS: intervenção federal apontada como única solução. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 12 ago. 1964b. Primeiro caderno, p. 1.

AMAZÔNIA. *Jornal do Comércio*, Manaus, p. 2, 18 dez. 1976.

AMAZÔNIA: denúncia causa reação. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 13 maio 1965a. Segundo caderno, p. 1.

AMAZÔNIA: reação cresce na Câmara. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 14 maio 1965b. Primeiro caderno, p. 3.

AMAZÔNIA: surpresa será "desagradável". *Última Hora*, Rio de Janeiro, p. 3, 9 mar. 1965c.

AMAZÔNIA continua em debate. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 22 maio 1965d. Primeiro caderno, p. 1.

A AMAZÔNIA e a cobiça internacional. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 23 out. 1968. Segundo caderno, p. 2.

AMAZÔNIA é livro de 15 conferências. *Correio da Manhã,* Rio de Janeiro, 12 jul. 1969. Segundo caderno, p. 15.

AMAZÔNIA foi tema de encontro entre Reis e Castelo. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 25 maio 1965e. Primeiro caderno, p. 3.

A AMAZÔNIA misteriosa. *A Noite*, Rio de Janeiro, p. 3, 5 fev. 1953.

A AMAZÔNIA não deve continuar a ser apenas natureza. *Jornal do Comércio*, Manaus, p. 5, 24 ago. 1966.

AMPLA entrevista de Arthur Reis à imprensa. *Jornal do Comércio*, Manaus, p. 5, 23 jun. 1964.

ANUNCIADA renúncia de Reis no Amazonas. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 13 ago. 1964. Primeiro caderno, p. 1.

APOIO A Arthur Reis: Assembleia também reage contra a internacionalização da Amazônia. *Jornal do Comércio*, Manaus, p. 8, 13 maio 1965.

APÓS tomar posse, Arthur Reis nomeou os primeiros auxiliares do governo. *Jornal do Comércio*, Manaus, p. 4, 28 jun. 1964.

APROVEITAMENTO das riquezas da Amazônia em tempo record. *O Jornal*, Rio de Janeiro, p. 1, 23 jul. 1953.

ARONE, Carmine. Do meu canto: a integração da Amazônia. *Jornal do Comércio*, Manaus, p. 2, 6 set. 1966a.

ARONE, Carmine. Do meu canto: à margem de um discurso. *Jornal do Comércio*, Manaus, p. 2, 31 ago. 1966b.

ARONE, Carmine. Do meu canto: a Reunião dos Embaixadores. *Jornal do Comércio*, Manaus, p. 2, 17 jan. 1967.

ATHAYDE, Austregésilo de. A problemática amazônica. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 3 maio 1968. Primeiro caderno, p. 3.

ARENA: AM. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 8 abr. 1966. Primeiro caderno, p. 9.

ARTHUR historiou luta contra a internacionalização da Amazônia. *Jornal do Comércio*, Manaus, p. 1, 6 jun. 1965a.

ARTHUR: recebo o governo das mãos de um homem íntegro. *Jornal do Comércio*, Manaus, p. 1, 5 jun. 1965b.

ARTHUR REIS: Amazônia será prova da maturidade do Brasil. *Jornal do Comércio*, Manaus, p. 5,12 jan. 1967a.

ARTHUR REIS: lutarei até o fim em defesa da nossa soberania. *Jornal do Comércio*, Manaus, p. 1, 15 maio 1965a.

ARTHUR REIS: o Seminário fará críticas e sugestões. *Jornal do Comércio*, Manaus, p. 4, 11 dez. 1973a.

ARTHUR REIS atende ao apelo de Castelo e desiste da renúncia. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 14 ago. 1964. Primeiro caderno, p. 1.

ARTHUR REIS chega amanhã. *Jornal do Comércio*, Manaus, p. 2, 6 dez. 1973b.

ARTHUR REIS chegará amanhã para Seminário. *Jornal do Comércio*, Manaus, p. 3, 6 dez. 1973c.

ARTHUR REIS desfralda bandeira contra discriminação do Amazonas. *Jornal do Comércio*, Manaus, p. 1, 14 jan. 1966.

ARTHUR REIS em Manaus. *Jornal do Comércio*, Manaus, p. 2, 10 mar. 1979.

ARTHUR REIS esteve em visita as obras da Cem: ex-superintendente do SPVEA, presentemente em nossa capital, teve ótima impressão dos trabalhos realizados no plano inclinado. *Jornal do Comércio*, Manaus, p. 1, 21 dez. 1961.

ARTHUR REIS exalta a juventude amazonense. *Jornal do Comércio*, Manaus, p. 5, 12 jul. 1972a.

ARTHUR REIS fará amanhã conferência na ESPEA, à noite. *Jornal do Comércio*, Manaus, p. 5, 19 dez. 1976a.

ARTHUR REIS, inesperadamente, deixou a direção do Instituto de Pesquisas. *Jornal do Comércio*, Manaus, p. 1, 27 jul. 1958.

ARTHUR REIS morre no Rio vítima de pneumonia. *Jornal do Comércio*, Manaus, ano 89, n. 35.989, p. 4, 3 fev. 1993.

ARTHUR REIS no CFC. *Jornal do Comércio*, Manaus, p. 1, 24 jan. 1969a.

ARTHUR REIS no Conselho de Cultura. *Jornal do Comércio*, Manaus, p. 1, 25 fev. 1967b.

ARTHUR REIS preside o Conselho de Cultura. *Jornal do Comércio*, Manaus, p. 7, 20 out. 1968.

ARTHUR REIS recebe medalha de "Personalidade benemérita da educação" hoje de manhã. *Jornal do Comércio*, Manaus, p. 2, 21 dez. 1976b.

ARTHUR REIS toma posse no Conselho Federal de Cultura e diz que fará plano nacional. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 7 jan. 1969b. Primeiro caderno, p. 12.

ARTHUR REIS: 23 em vez de 21. *Jornal do Comércio*, Manaus, p. 8, 27 fev. 1969c.

ARTHUR REIS vem a Manaus. *Jornal do Comércio*, Manaus, p. 8, 29 ago. 1969d.

ARTHUR REIS vem a Manaus dia 09. *Jornal do Comércio*, Manaus, p. 2, 6 jun. 1972b.

ARTHUR REIS viaja ao Rio para tratar de interesse do estado. *Jornal do Comércio*, Manaus, p. 1, 8 maio 1965b.

ARTHUR REIS virá a Manaus assistir à posse de Plínio. *Jornal do Comércio*, Manaus, p. 6, 29 jan. 1955.

ARTHUR REIS pedirá mais dez dias de licença. *Jornal do Comércio*, Manaus, p. 8, 19 maio 1965c.

ARTHUR REIS autografa segunda-feira. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 28 ago. 1965d. Primeiro caderno, p. 14.

ARTHUR REIS afirma que não quer órgãos nacionais ignorados por estrangeiros. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 18 maio 1965e. Primeiro caderno, p. 17.

ARTHUR REIS diz que os Estados Unidos controlariam de Washington as pesquisas na Amazônia. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 19 maio 1965f. Primeiro caderno, p. 3.

ARTHUR REIS falou sobre o seu governo no banquete promovido ontem pelos formandos da E.S.G. *O Jornal,* Rio de Janeiro, 20 maio 1965g. Primeiro caderno, p. 7.

ARTHUR REIS reafirma. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 22 maio 1965h. Primeiro caderno, p. 4.

ARTHUR REIS autografa 2ª feira. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 28 ago. 1965i. Primeiro caderno, p. 14.

ARTIGOS de Arthur Reis. *Jornal do Comércio*, Manaus, p. 2, 8 mar. 1959.

ASSOCIAÇÕES. *Jornal do Commércio*. Rio de Janeiro, p. 13, 19 set. 1948.

ASSUMIU ontem a direção do INPA, o dr. Arthur Cezar Ferreira Reis. *Jornal do Comércio*, Manaus, p. 1, 26 jun. 1956.

ATAS. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, v. 201, p. 192-216, out./dez. 1948.

ATAS das Sessões. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, v. 241, p. 264, out./dez. 1958.

ATAS das Sessões de 1934. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, v. 169, p. 224-231, 1934.

ATAS de 1946 (9 atas). *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, v. 193, p. 165-179, out./dez. 1946.

AULA hoje na PUC. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 1 mar. 1963. Primeiro caderno, p. 10.

A AUTONOMIA do Amazonas. *Jornal do Comércio*, Manaus, p. 1, 17 set. 1965.

O AUTOR e o livro: Leandro Tocantins. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 25 ago. 1968. Terceiro caderno, p. 2.

AUXILIARES do Secretário de Educação. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, p. 18, 6 dez. 1960.

BATISTA, Djalma da Cunha. [*Correspondência*]. Destinatário: Arthur Cezar Ferreira Reis. Manaus, 13 de dezembro de 1967. Disponível no acervo de correspondências da Biblioteca Arthur Reis.

BOATO amazônico. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 14 maio 1965. Primeiro caderno, p. 4.

BOM DIA Sr. Arthur Reis. *Gazeta de Notícias*. Rio de Janeiro, p. 2, 25 jul. 1953.

BRAGA, Rubem. É preciso salvar o Amazonas: as crônicas do jornalista Thiago de Melo, no "O Globo", retratam fielmente a situação de miséria do grande Estado. *Jornal do Comércio*, Manaus, p. 4, 8 dez. 1954.

BRANDÃO, Darwin. A notícia dia a dia. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro5 set. 1961. Primeiro caderno, p. 2.

BRASIL foi quem pediu técnicos. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 13 maio 1965. Primeiro caderno, p. 11.

O BRASIL deve ocupar a Amazônia antes que a fome no mundo o faça. *O Globo*, Rio de Janeiro, ago. 1958.

O BRASIL pelo telégrafo. Pará. *O Imparcial*, Maranhão, p. 5, 2 ago. 1939.

BRUM, Lincoln. Amazônia é cobiça de todos. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 7 jul. 1968. Primeiro caderno, p. 18.

CALMON e Arthur Reis vem inaugurar "offset" do JC. *Jornal do Comércio*, Manaus, p. 1, 25 jun. 1970a.

CALMON pede esclarecimentos ao Ministro da Agricultura sobre o plano de pesquisas na Amazônia. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 21 maio 1965. Primeiro caderno, p. 4.

CALMON prega união de todos em defesa da causa amazônica. *Jornal do Comércio*, Manaus, 30 jun. 1970b. 2° Caderno, p. 1.

CAMARGO acusa comunistas de sabotar o lago. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 25 jan. 1968. Primeiro caderno, p. 14.

CAMPANHA dos "Associados" em defesa da juta brasileira. *Jornal do Comércio*, Manaus, p. 1, 28 jul. 1948.

CAMPOFIORITO, Quirino. Conselho Nacional de Cultura. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 22 jan. 1969. Segundo caderno, p. 15.

CAPÍTULOS inéditos da História do Brasil: o valor das histórias locais, a cultura histórica. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, p. 5, 18 ago. 1935.

CARDOSO, Evaristo S. Instalado em Belém o primeiro curso de formação de técnicos em desenvolvimento da Amazônia. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 26 mar. 1963. Primeiro caderno, p. 10.

CARLOS, Lasinha Luís. Televisão: palavras de fé nos destinos da Amazônia. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 6 dez. 1963. Segundo caderno, p. 3.

CASA do Estudante. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 23 abr. 1968. Segundo caderno, p. 6.

CASA do Estudante do Brasil. *In*: FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. [*Verbete temático*]. Rio de Janeiro: FGV/CPDOC, 2009. Disponível em http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/casa-do-estudante-do-brasil. Acessado em: 22 nov. 2019.

CASA do Estudante do Brasil instala amanhã Fórum sobre a Amazônia. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 24 nov. 1963. Primeiro caderno, p. 21.

LAS CASAS, Álvaro de. O Muirakitan. *O Jornal*, Rio de Janeiro, p. 3, 2 out. 1938.

CASTELO: presença da união nos Estados é positiva. *Jornal do Comércio*, Manaus, p. 5, 17 jul. 1965a.

CASTELO apura caso do Amazonas. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 12 ago. 1964. Primeiro caderno, p. 1.

CASTELO censura Reis. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 20 maio 1965b. Primeiro caderno, p. 1

CASTELO completamente afinado com as ideias de Arthur Reis. *Jornal do Comércio*, Manaus, p. 1, 15 jun. 1965c.

CASTELO BRANCO envia emissário ao Amazonas para testar denúncia. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 12 ago. 1964. Primeiro caderno, p. 3.

CASTELO BRANCO promete dinamizar atividades dos órgãos federais na Amazônia. *Jornal do Comércio*, Manaus, p. 8, 15 jun. 1965.

CASTRO, Filipe de. Estrangeiros estão de olho na Amazônia. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 27 ago. 1967. Segundo caderno, p. 1.

CAVALCANTI, Valdemar. 46 coedições. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 28 ago. 1971. Segundo caderno, p. 2.

CAVALCANTI, Valdemar. Lançado o 1° volume da "História Geral da Civilização Brasileira". *O Jornal*, Rio de Janeiro, 4 maio 1960a. Jornal literário, p. 2.

CAVALCANTI, Valdemar. Letras. *O Jornal*, Rio de Janeiro, p. 6, 11 ago. 1972.

CAVALCANTI, Valdemar. Nomes, fatos, notícias. *O Jornal*, Rio de Janeiro, p. 2, 13 set. 1960b.

CAVALCANTI, Valdemar. Nova brasiliana para estudiosos. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 17 jun. 1960c. Jornal literário, p. 2.

CAVALCANTI, Valdemar. Ressurge a Casa do Estudante. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 25 abr. 1968. Segundo caderno, p. 2.

CEB lançou a "Problemática da Amazônia". *O Jornal*, Rio de Janeiro, 31 jul. 1969. Primeiro caderno, p. 7.

CENA. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 18 fev. 1966. Primeiro caderno, p. 10.

O CENTENÁRIO de Joaquim Nabuco. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, p. 6, 17 ago. 1949.

CENTROS na Amazônia não a dividem. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 14 maio 1965. Primeiro caderno, p. 1.

CHAMMAS, Eduardo Zayat. *A ditadura militar e a grande imprensa: os editoriais do Jornal do Brasil e do Correio da Manhã*. 2012. 112 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

CHATEAUBRIAND, Assis. Os caetés de 1965. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 18 maio 1965. Primeiro caderno, p. 3.

CHATEAUBRIAND, Assis. Com ou sem lei. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 15 ago. 1964. Primeiro caderno, p. 3.

CHATEAUBRIAND diz ter alma branca de entreguista. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 6 jun. 1965. Primeiro caderno, p. 2.

AS COISAS do Amazonas. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, p. 5, 11 jul. 1935.

COBRA Norato. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 6 jan. 1965. Primeiro caderno, p. 6.

COELHO, Inocêncio Machado. [*Correspondência*]. Destinatário: Arthur Cezar Ferreira Reis. Belém, 23 nov. 1960. Disponível no acervo de correspondências da Biblioteca Arthur Reis.

COLONIZAÇÃO lusitana na Amazônia. *Diário de Notícias*, p. 5, Rio de Janeiro, 25 fev. 1940.

COLUNA Manaus Social. *Jornal do Comércio*, Manaus, p. 2, 8 jan. 1913.

COLUNA Manaus Social. *Jornal do Comércio*, Manaus, p. 1, 8 jan. 1919.

COLUNA Manaus Social. *Jornal do Comércio*, Manaus, p. 1, 8 jan. 1920.

COLUNA Manaus Social. *Jornal do Comércio*, Manaus, p. 1, 8 jan. 1923.

COLUNA Manaus Social. *Jornal do Comércio*, Manaus, p. 1, 8 jan. 1926.

COLUNA Manaus Social. *Jornal do Comércio*, Manaus, p. 1, 8 jan. 1927.

COM uma festa cheia de simplicidade, comemorou a Divisão da SPVEA o seu primeiro ano de atividades. *Jornal do Comércio*, Manaus, p. 6, 21 jan. 1955.

COMEMORANDO o centenário de nascimento de Joaquim Nabuco. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, p. 3, 18 ago. 1949.

COMENTANDO. *Jornal do Comércio*, Manaus, p. 8, 14 set. 1965.

COMENTANDO um livro: "Amazônia em novas dimensões", de Cosme Ferreira Filho. *Jornal do Comércio*, Manaus, 17 jun. 1962. Suplemento, p. 1.

COMENTANDO um livro: "Amazônia em novas dimensões", de Cosme Ferreira Filho: terceira parte: o livro e seus críticos. *Jornal do Comércio*, Manaus, 24 jun. 1962. Suplemento, p. 1.

COMUNICADO da Embaixada. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 22 maio 1965. Primeiro caderno, p. 5.

COMISSÃO do Senado veta Arthur Reis. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 9 nov. 1967. Primeiro caderno, p. 17.

CONDÉ, José. Escritores e livros. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 22 mar. 1960. Segundo Caderno, p. 2.

CONFERÊNCIA de Arthur Reis. *Jornal do Comércio*, Manaus, p. 3, 18 out. 1970.

CONGRATULAÇÕES à velha guarda. *Jornal do Comércio*, Manaus, p. 6, 19 jun. 1964.

CONGRESSO Nacional de Educação: como decorreu a sessão solene de encerramento. Conclusões relativas aos Departamentos e Conselhos Estaduais. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, p. 8, 10 jul. 1935.

CONSELHO condena denúncia de Reis. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 21 maio 1965. Primeiro caderno, p. 5.

CONSELHO Federal de Cultura tem Arthur Reis na presidência. Jornal do Comércio, Manaus, p. 1, 7 dez. 1968.

CONTRA o jugo, Vinicius apoia Arthur Reis. *Jornal do Comércio*, Manaus, p. 8, 14 maio 1965.

CONTRAPROVA. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 23 maio 1965. Segundo caderno, p. 3.

CRISE acaba e paz volta ao Amazonas. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 15 ago. 1964. Primeiro caderno, p. 1.

CRISE no Amazonas: renúncia. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 13 ago. 1964. Segundo caderno, p. 1.

CRISE solucionada no Amazonas: juiz está aposentado. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 6 jan. 1965. Primeiro caderno, p. 1.

O CUPIM da revolução. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 15 ago. 1964. Primeiro caderno, p. 4.

CURSO de História da cidade do Rio de Janeiro. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 17 set. 1960. Primeiro caderno, p. 12.

DE FRENTE, de perfil: comentando. *Jornal do Comércio*, Manaus, p. 8, 5 abr. 1966a.

DE FRENTE e de perfil. *Jornal do Comércio*, Manaus, p. 8, 18 mar. 1966b.

DECISÃO sobre criação de Centros na Amazônia vai demorar cerca de 30 dias. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 15 maio 1965. Primeiro caderno, p. 7.

DENÚNCIA. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, p. 12, 24 nov. 1967. Primeiro caderno, p. 12.

DEPUTADOS fluminenses censuram ação de Reis. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 13 ago. 1964. Primeiro caderno, p. 3.

DESACAMPAR. *O Jornal*. Rio de Janeiro, p. 4, 31 jul. 1953.

DESORDENS no Amazonas. *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, p. 4, 4 ago. 1931.

DIREÇÃO. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, p. 20, 16 maio 1965.

DIRETÓRIO Estudantil debate Administração. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 18 maio 1965. Primeiro caderno, p. 7.

DISCURSO do Dr. Castello Branco nas emposses dos professores Arthur C. Ferreira dos Reis e Paula Achilles: respostas dos recipiendários. *Revista da Sociedade Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, p. 90, 1958. Tomo V. Complementos de 1947-1948, ano de 1949.

DIVULGAÇÃO cultural. *Jornal do Comércio*, Manaus, p. 2, 9 mar. 1966.

DIVULGAÇÃO da cultura. *Jornal do Comércio*, Manaus, p. 2, 30 jan. 1975.

DR. ARTHUR Reis. *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, 19 nov. 1947. Segunda Seção, p. 3.

[A ELEIÇÃO de Arthur Reis para o Conselho Federal de Cultura: uma honra para o Amazonas]. *Jornal do Comércio*, Manaus, p. 2, 19 jan. 1969.

EM DEFESA do interventor amazonense. *Diário Carioca*, Rio de Janeiro, p. 3, 7 ago. 1931.

EM DUAS palavras. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 28 nov. 1967. Segundo caderno, p. 1.

EM MANAUS, desde ontem, o dr. Arthur Cezar Reis. *Jornal do Comércio*, Manaus, p. 5, 17 jan. 1958.

EMBAIXADA dos EUA explica as pesquisas na Amazônia negando planos de internacionalização. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 22 maio 1965. Primeiro caderno, p. 4.

EMBAIXADORES reunidos na Amazônia. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 12 jan. 1967. Primeiro caderno, p. 12.

EMOÇÃO. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, p. 20, 16 maio 1965.

ENCERRA-SE o Fórum da Amazônia. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 1 dez. 1963. Primeiro caderno, p. 2.

ESCRITOR acha que o Fórum da Amazônia provará que jacarés já não são tantos. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 5 nov. 1963. Primeiro caderno, p. 10.

ESTADIA do Sr. Getúlio Vargas em Manaus. *Jornal do Comércio*, Manaus, p. 1, 11 out. 1940.

ESTATUTOS. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, v. 175, p. 731-755, 1940.

ESTUDANTES brasileiros "descobrem" o Amazonas. *Correio Brasiliense*, Brasília, DF, p. 7, 16 ago. 1966.

UM ESTUDIOSO dos problemas amazônicos para superintender o plano de valorização da Amazônia, *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, p. 6, 22 jul. 1953.

ESTUDOS africanos. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 19 jul. 1963. Primeiro caderno, p. 12.

EX-GOVERNADOR Arthur Reis em Manaus para conferência na Adesg. *Jornal do Comércio*, Manaus, p. 1, 17 ago. 1977.

EX-GOVERNADOR Arthur Reis hoje: fará uma conferência no Rangel. *Jornal do Comércio*, Manaus, p. 2, 16 dez. 1976

EX-GOVERNADOR denuncia ação do Pentágono. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 23 nov. 1967. Primeiro caderno, p. 3.

ÊXODO Rural no Brasil. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 25 jun. 1960. Primeiro caderno, p. 9.

FALECEU All Rigth: tinha 49 anos de Correio da Manhã. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 6 set. 1967. Primeiro caderno, p. 2.

FALECEU no Rio de Janeiro o Dr. Frederico Barata, Diretor Superintendente dos Associados na área amazônica. *Jornal do Comércio*, Manaus, p. 1, 8 maio 1962.

FECHADA a Assembleia do Amazonas. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 11 ago. 1964. Primeiro caderno, p. 1.

FELIZBERTO é favorável ao convênio para pesquisas científicas na Amazônia. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 21 maio 1965. Primeiro caderno, p. 15.

FONTES, José Gonçalves. Crise do Amazonas chegou ao fim sem que ninguém perdesse. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 15 ago. 1964. Primeiro caderno, p. 3.

FONTES, José Gonçalves. Reis acusa a Assembleia de hostilizar o governo. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 16 ago. 1964. Primeiro caderno, p. 4.

FONTOURA, Walter. Lance livre. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 25 jul. 1965. Primeiro caderno, p. 10.

FORA de compasso. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 16/17 maio 1965. Primeiro caderno, p. 6.

FÓRUM. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 7 nov. 1963a. Segundo caderno, p. 2.

FÓRUM aberto. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 7 maio 1968. Caderno B, p. 2.

FÓRUM atingiu seus objetivos. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 3 dez. 1963b. Primeiro caderno, p. 15.

FÓRUM da Amazônia com apoio do BNDE. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 17 nov. 1963c. Primeiro Caderno, p. 1.

FÓRUM estudará a região amazônica. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 5 nov. 1963d. Primeiro caderno, p. 9.

FOTO do primeiro despacho coletivo da Junta Governativa do Amazonas, os dias da Revolução em Manaus. *Revista da Semana*, Rio de Janeiro, p. 14, 6 dez. 1930.

FREYRE, Gilberto. Ainda sobre os estudos do professor Arthur Reis. *Jornal do Comércio*, Manaus, p. 1, 31 set. 1961a.

FREYRE, Gilberto. Latifúndio e escravidão. *Correio da Manhã,* Rio de Janeiro, p. 4, 16 jan. 1941.

FREYRE, Gilberto. Outros aspectos da história do Amazonas. *Diário Carioca*, Rio de Janeiro, p. 4, 15 dez. 1946.

FREYRE, Gilberto. A propósito da Amazônia. *Jornal do Comércio*, Manaus, p. 1, 30 set. 1961b.

FUNDAÇÃO. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 12 maio 1965. Primeiro caderno, p. 6.

GILBERTO e Reis. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 2 jun. 1965. Primeiro caderno, p. 8.

GENERAL Mamede: a Revolução abrirá novas perspectivas para a Amazônia. *Jornal do Comércio*, Manaus, p. 1, 11 jun. 1964.

GENTE. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 10 jun. 1967. Primeiro caderno, p. 9.

GONÇALVELÂNDIA nasce cercada de otimismo. *Jornal do Comércio*, Manaus, p. 3, 11 jul. 1972.

GOVERNADOR Arthur Reis reage contra a internacionalização da Amazônia. *Jornal do Comércio*, Manaus, p. 1, 12 maio 1965a.

GOVERNADOR Arthur Reis visitou-nos ontem. *Jornal do Comércio*, Manaus, p. 1, 23 jul. 1964a.

GOVERNADOR Rui Araújo aguarda recebimento do memorial de Arthur Reis. *Jornal do Comércio*, Manaus, p. 1, 14 maio 1965b.

GOVERNADOR continua a receber solidariedade. *Jornal do Comércio*, Manaus, p. 8,16 maio 1965c.

GOVERNADOR do Amazonas: cerquei a AL para prender um ladrão. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 12 ago. 1964b. Primeiro caderno, p. 7.

GOVERNADOR do Amazonas vai a Castelo para saber como é que foi eleito. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 18 jun. 1964c. Primeiro caderno, p. 4.

GOVERNADOR do Amazonas volta a fechar jornais. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 9 out. 1964d. Primeiro caderno, p. 4.

GOVERNADOR do Amazonas recebe solidariedade de todo o país. *Jornal do Comércio*, Manaus, p. 1, 15 maio 1965d.

GOVERNADOR amazonense diz que Instituto de Pesquisa Tropical não vai à frente. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 13 maio 1965e. Primeiro caderno, p. 7.

GOVERNO de austeridade. *Jornal do Comércio*, Manaus, p. 1, 1 jul. 1964a.

GOVERNO desmente que projeto internacionalize a Amazônia. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 14 maio 1965a. Primeiro caderno, p. 7.

GOVERNO e STF negam ter recebido o pedido de intervenção no Amazonas. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 5 jan. 1965b. Primeiro caderno, p. 4.

GOVERNO lança Operação Amazônia. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 27 out. 1966. Primeiro caderno, p. 14.

GOVERNO não apoia Reis na Hileia. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 14 maio 1965c. Primeiro caderno, p. 3.

GOVERNO nega acordo. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 15 maio 1965d. Primeiro caderno, p. 14.

GOVERNO quer promover exposição bibliográfica e galeria de arte em Manaus: recomendações à SEC. *Jornal do Comércio*, Manaus, p. 2, 20 out. 1964b.

GRANDE procura. *Jornal do Comércio*, Manaus, p. 8, 15 maio 1965.

HILEIA: desafio será enfrentado. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 13 jan. 1967. Primeiro caderno, p. 12.

HILEIA Amazônica. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 12 maio 1965. Primeiro caderno, p. 6.

HISTORIADOR e administrador. *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, 16 ago. 1953. Suplemento literário, p. 3.

HOJE em Manaus o Prof. Arthur Reis. *Jornal do Comércio*, Manaus, p. 3, 9 jun. 1972.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. Amazônia. *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, 5 jan. 1941. Terceira Seção, p. 13.

HOMENAGEADO em Belém o autor de Casa Grande e Senzala virá ao norte realizar conferências. O *Imparcial*, Maranhão, p. 3, 28 dez. 1944.

HOMENAGEM ao professor Arthur Cezar Ferreira Reis: jantar na Bierklause e lançamento do livro A Amazônia e a cobiça internacional. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 10 out. 1968. Primeiro caderno, p. 12.

HOMENAGENS. *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, p. 6, 23 jul. 1953a.

HOMENAGENS. *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, p. 6, 25 jul. 1953b.

HORA-HORA. *Tribuna da Imprensa*, Rio de Janeiro, p. 11, 2 fev. 1972. https://doi.org/10.1016/0031-9422(72)80127-4

IMPRENSA de oposição impedida. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 23 out. 1964. Segundo caderno, p. 1.

INAUGURA hoje o novo JC. *Jornal do Comércio*, Manaus, p. 1, 27 jun. 1970.

INFILTRAÇÃO na Amazônia é denunciada por Arthur Reis como manobra do Pentágono. *Jornal do Brasil*, 23 nov. 1967. Primeiro caderno, p. 7.

INFORMAÇÃO. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 3 ago. 1963. Segundo caderno, p. 3.

INSTITUTO Histórico e Geográfico Brasileiro: a conferência do professor Arthur Reis sobre Joaquim Nabuco, proferida ontem. *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, 18 ago. 1949a. Segunda Seção, p. 2.

INSTITUTO Histórico e Geográfico Brasileiro: Curso Joaquim Nabuco. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, p. 8, 30 jun. 1949b.

INSTITUTO Histórico e Geográfico Brasileiro: Curso Joaquim Nabuco: a conferência do professor Arthur Reis sobre "As atividades políticas de Joaquim Nabuco". *Jornal do Commércio*, Rio de Janeiro, p. 8, 18 ago. 1949c.

UM INQUÉRITO sobre a decadência da literatura. *Diário de Pernambuco*, Rio de Janeiro, p. 2, 5 jul. 1936.

INSTALA-SE a Reunião dos Embaixadores. *Jornal do Comércio*, Manaus, p. 1, 3 jan. 1967.

INSTALAÇÃO solene do "Curso Joaquim Nabuco". *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, v. 204, p. 107-109, jul./set. 1949.

INSTITUTO Histórico. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 1 jun. 1963. Primeiro caderno, p. 10.

INTEGRA-SE aos poucos e efetivamente a Amazônia ao Brasil. *Jornal do Comércio*, Manaus, p. 6, 29 jul. 1954.

INTEGRA-SE o Amazonas na ordem institucional. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, p. 7, 22 fev. 1935

J.J&J. Flagrantes: Amazônia misteriosa. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 18 maio 1965. Primeiro caderno, p. 2.

JORNAL do Comércio: 80 anos de luta. *Jornal do Comércio*, Manaus, p. 17, 1 jan. 1984.

LACERDA, Maurício Caminha de. O humano carne-de-pescoço, Arthur Reis: estrangeiros não perdem de vista a posse da Amazônia. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 10 set. 1967. Primeiro caderno, p. 6.

LACERDA, Maurício Caminha de. Por trás da notícia: Reis sem coroa. *Correio da Manhã*, 5 nov. 1961. Primeiro caderno, p. 4.

LACERDA, Maurício Caminha de. Testemunhos do nosso tempo: o humano carne-de-pescoço Arthur Reis. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 10 set. 1967. Primeiro caderno, p. 6.

LANCE livre. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 2 jun. 1965. Primeiro caderno, p. 10.

LANCE livre. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 4 jun. 1965. Primeiro caderno, p. 10.

LANCE livre. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 24 set. 1968. Primeiro caderno, p. 10.

LEITURA. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 29 abr. 1967. Primeiro caderno, p. 9.

UMA LEMBRANÇA, um estímulo. *Jornal do Comércio*, Manaus, 15/16 nov. 1969. 2° Caderno, p. 9.

LIMA, Benjamim. Fatos e nomes. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, p. 5, 5 jul. 1947.

LIMA, Carlos de Araújo. Arthur Reis. *Jornal Tribuna da Imprensa*, Rio de Janeiro, ano 44, n. 13.120, p. 4, 15 fev. 1993a.

LIMA, Carlos de Araújo. Arthur Cezar Ferreira Reis e a grande defesa da Amazônia. *Jornal Tribuna da Imprensa*, Rio de Janeiro, ano 49, n. 13.328, p. 4, 18 out. 1993b.

LIMA, Raul. A Amazônia e a cobiça internacional. *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, 16 out. 1960. Suplemento literário, p. 3.

LIMA SOBRINHO, Barbosa. O publicista, o governador e a Amazônia. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 23 maio 1965. Primeiro caderno, p. 6.

LIVRO. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 25 maio 1965a. Primeiro caderno, p. 3.

LIVRO foi a leilão. *Jornal do Comércio*, Manaus, p. 8, 27 maio 1965b.

LIVRO de Reis gera “corrida” no Amazonas. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 21 maio 1965c. Primeiro caderno, p. 4.

LIVROS novos: “Limites e demarcações na Amazônia brasileira”, por Arthur C. F. Reis. *A Noite*, Rio de Janeiro, p. 4, 13 de mar. 1947.

À LUZ dos fatos. Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 19 maio 1965. Primeiro caderno, p. 3.

MANAUS: governador renunciou, mas situação continua confusa. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 13 ago. 1964. Primeiro caderno, p. 1.

MANIFESTO ao povo amazonense. *Jornal do Comércio*, Manaus, p. 1, 22 jun. 1965.

A MARCHA triunfal da Revolução. *O Combate*, Maranhão, p. 1, 29 out. 1930.

O MARECHAL Costa e Silva e o Amazonas. *Jornal do Comércio*, Manaus, p. 2, 24 ago. 1966.

MARIO, José. Flagrantes econômicos. *A Noite*, Rio de Janeiro, p. 5, 6 jan. 1951.

MARTINS, Mário. O impossível acontece. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 16/17 maio 1965. Primeiro caderno, p. 6.

MH EMPENHA-SE pela criação do Ministério da Amazônia. Jornal do Comércio, Manaus, p. 5, 25 mar. 1966.

MEDEIROS, Océlio de. Belém do Pará sob o domínio português. *Dom Casmurro*, Rio de Janeiro, p. 6, 28 mar. 1942.

MEDO à ciência. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 22 maio 1965. Primeiro caderno, p. 4.

MEIRA, Mauritônio. Segundo volume. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 17 jul. 1960. Primeiro caderno, p. 6.

MENDES, Fernando Leite. Amazonas, 65. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 5 jan. 1965. Primeiro caderno, p. 6.

AS MESAS redondas do Círculo de Estudos de "A Noite". *A Noite*, Rio de Janeiro, p. 2, 4 fev. 1953.

MICELI, Sérgio. *Intelectuais à brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

MILITARES repelem internacionalização. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 15 maio 1965a. Primeiro caderno, p. 14.

MILITARES repelem uma possível internacionalização da Amazônia, dizendo-a intocável. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 15 maio 1965b. Primeiro caderno, p. 14.

O MINISTÉRIO do dia. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 8 mar. 1968. Primeiro caderno, p. 10.

MINISTRO pede ocupação militar para a Amazônia. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 23 nov. 1967. Primeiro caderno, p. 3.

MINISTROS do STM são contra o Instituto de Pesquisas para a Amazônia: Brasil não lucrará. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 13 maio 1965. Primeiro caderno, p. 7.

MONTEIRO, Mario Ypiranga. Editora Estado do Amazonas. *Jornal do Comércio*, Manaus, p. 2, 17 ago. 1965.

MONTEIRO, Mario Ypiranga. O movimento literário no Amazonas. *O Malho*, Rio de Janeiro, p. 8, 15 out. 1932.

MONTORIL, Alexandre. A revolução. *Jornal do Comércio*, Manaus, p. 7, 20 jun. 1964.

MOREL, Edmar. Amazonas, terra distante e cobiçada por estrangeiro. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 19 jul. 1969. Segundo caderno, p. 22.

MULTIDÃO foi à rua para receber Arthur. *Jornal do Comércio*, Manaus, p. 1, 5 jun. 1965.

MUNDO político. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 12 ago. 1964. Primeiro caderno, p. 9.

NÃO há partilha da Amazônia, diz Roberto Campos. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 21 maio 1965. Primeiro caderno, p. 7.

N. C. Vida cultural: formação histórica do Acre. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 16 ago. 1961. Segundo caderno, p. 2.

NO CATETE a Comissão de Desenvolvimento Econômico da Região Amazônica. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, p. 7, 11 out. 1951.

NOMEAÇÕES assinadas pelo Presidente. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 25 jan. 1962. Primeiro caderno, p. 6.

NOMEAÇÕES pela Junta Governativa do Amazonas. *A Reforma*, Acre, p. 1, 2 nov. 1930.

NOMEADO o superintendente da Valorização Econômica da Amazônia. *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, 22 jul. 1953. Segunda Seção, p. 1.

NOVAS reações na área parlamentar. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 15 maio 1965. Primeiro caderno, p. 14.

NORTE, Jaci do. A paisagem da cultura a cinco graus do Equador. *Dom Casmurro*. Rio de Janeiro, p. 4, 14 mar. 1942.

NOTICIÁRIO. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, v. 191, p. 372-374, abr./jun. 1946.

NOTÍCIAS do Amazonas. *O Radical*, Rio de Janeiro, p. 6, 19 jul. 1935.

[NOME ILEGÍVEL] [*Correspondência*]. Destinatário: Arthur Cezar Ferreira Reis. Manaus, 19 out. 1969. Disponível no acervo de correspondências da Biblioteca Arthur Reis.

NOVO governador do Amazonas. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 18 jun. 1964a. Primeiro caderno, p. 6.

NOVO governador do Amazonas: foi surpresa eleição. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 18 jun. 1964b. Primeiro caderno, p. 2.

NOVO plano de reerguimento da Amazônia. *A Noite*, Rio de Janeiro, p. 13, 26 set. 1951.

NUNES, Osório. *O órgão da Amazônia*. Diário de Notícias, 6 set. 1953a. Primeira Seção, p. 4.

NUNES, Osório. Os poderes da Superintendência da Amazônia. *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, 30 ago. 1953b. Primeira Seção, p. 4.

OBRIGADO, mestre Arthur Reis. *Jornal do Comércio*, Manaus, 11 jun. 1972. 2° Caderno, p. 5.

A ONDA. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 19 nov. 1961. Primeiro caderno, p. 6.

OPERAÇÃO Amazônia. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 3 dez. 1963. Primeiro caderno, p. 2.

OPERAÇÃO Amazônia teria sido baseada em fórum de estudantes há três anos. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 27 nov. 1966. Primeiro caderno, p. 13.

PADRE NONATO fará uma antologia de poesia. *Jornal do Comércio*, Manaus, p. 6, 9 jan. 1965.

UMA PÁGINA de reminiscência de Arthur Reis: Brasil tomou conhecimento da problemática amazônica. *Jornal do Comércio*, Manaus, ano 66, n. 20.432, 5 jul. 1970. Segundo caderno, p. 1.

PANORAMA político: dureza. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 30 ago. 1964. Primeiro caderno, p. 6.

PANORAMA político: intervenção. *Jornal*, Rio de Janeiro, 6 jan. 1965. Primeiro caderno, p. 6.

PARTILHA. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 13 maio 1965. Segundo caderno, p. 1.

PÉCAUT, Daniel. *Os intelectuais e a política no Brasil*: entre o povo e a nação. São Paulo: Editora Ática, 1990.

PEREIRA, Evaldo Simas. Zona Franca de Manaus, uma esperança: o problema é preservar para o Brasil o grande vazio que muitos cobiçam. *O Jornal*. Rio de Janeiro, 13 ago. 1967. Primeiro caderno, p. 15.

PESQUISA desmente acusação. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 13 maio 1965. Segundo caderno, p. 1.

PINHEIRO, Idelfonso. A internacionalização da Amazônia. *Jornal do Comércio*, Manaus, p. 2, 13 jun. 1965.

PITO. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 1 jun. 1965. Primeiro caderno, p. 10.

O PLANO amazônico. *O Jornal*, Rio de Janeiro, p. 4, 24 jul. 1953.

PLANO de valorização da Amazônia: nomeado para o cargo de superintendente o Sr. Arthur Cezar Ferreira Reis. *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, p. 5, 22 jul. 1953.

PRESIDENTE do CNPq explica. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 22 maio 1965. Primeiro caderno, p. 4.

PRIMEIRA sessão ordinária, em 14 de abril de 1936. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, v. 171, p. 251, 1936.

PRECEDENTE. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 15 ago. 1964. Primeiro caderno, p. 6.

PRÊMIO aos nossos escritores. *Jornal do Comércio*, Manaus, p. 1, 24 dez. 1964.

PRESIDENTE da Assembleia já assumiu o governo do Amazonas. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 13 ago. 1964. Primeiro caderno, p. 3.

O PRESIDENTE e o Governador. *Jornal do Comércio*, Manaus, p. 1, 18 jul. 1965.

PRESIDENTE Getúlio Vargas. *Jornal do Comércio*, Manaus, p. 1, 9 out. 1940.

POSSE do novo diretor geral de Administração do Ministério do Trabalho. *A Noite*, Rio de Janeiro, p. 2, 13 jul. 1953.

PRESSÃO demográfica do mundo coloca em perigo a Amazônia: populações em crescimento voltam os olhos para os espaços vazios: advertência do professor Arthur Reis ao deixar a direção do INPA. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 23 ago. 1958. Primeiro caderno, p. 2.

PROCURADOR diz que Presidente apoia Reis. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 15 maio 1965. Primeiro caderno, p. 14.

PROF. ARTHUR REIS é esperado hoje em nossa capital. *Jornal do Comércio*, Manaus, p. 1, 14 nov. 1969.

PROFESSOR analisa o problema amazônico. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, p. 16, 19 set. 1965.

O PROFESSOR e escritor Arthur Cezar Ferreira Reis autografa hoje, na Livraria São José, o seu novo livro "A Amazônia e a cobiça internacional". Rio de Janeiro. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 13 dez. 1960. Primeiro caderno, p. 14.

PRONTA reação de Arthur Reis poderá ter repercussão profunda na área militar e provocar nova campanha. *Jornal do Comércio*, Manaus, p. 1, 13 maio 1965.

A PROSPERIDADE do Amazonas. *Jornal do Comércio*, Manaus, p. 1, 18 abr. 1906.

PROTESTO. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 19 jan. 1965. Primeiro caderno, p. 2.

PROTESTOS. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 13 ago. 1964. Segundo caderno, p. 1.

RAMOS, Oscar. Ressurgimento da Amazônia: a comissão técnica para efetivar os respectivos estudos, em funcionamento. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, p. 11, 29 nov. 1951.

REUNIÃO em Macapá. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 13 jun. 1965. Primeiro caderno, p. 30.

ROBERTO Campos desmente Reis. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 21 maio, 1965. Primeiro caderno, p. 1.

QUARTA sessão ordinária, em 10 de julho de 1936 (1.619ª), em homenagem à data centenária do natalício de Carlos Gomes. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, v. 171, p. 323, 1936.

QUEM tem medo? *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 28 out. 1967. Primeiro caderno, p. 9.

RABELO, Genival. A Amazônia e a cobiça internacional. *Tribuna da Imprensa*, Rio de Janeiro, p. 4, 27 ago. 1968.

RADIOGRAFIA do imperialismo. *O Jornal*, Rio de Janeiro, p. 6, 15 out. 1960.

REAL Gabinete Português de Leitura: um centro de atividades culturais. *O Jornal*, Rio de Janeiro, p. 7, 15 out. 1960.

RECEPTIVIDADE. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 27 maio 1965. Primeiro caderno, p. 6.

RECONDUZIDO a presidência do CFC Arthur Reis reafirma luta pelo patrimônio cultural. *Jornal do Comércio*, Manaus, 23 jan. 1971. Caderno 3, p. 3.

REGRA três. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 1 fev. 1972. Primeiro caderno, p. 5.

REIS condena a proposta dos EUA para explorar a Amazônia. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 12 maio 1965a. Primeiro caderno, p. 11.

REIS denuncia novo plano dos EUA para a Amazônia. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 23 nov. 1967a. Primeiro caderno, p. 6.

REIS diz que os EUA dão o balanço. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 13 maio 1965b. Primeiro caderno, p. 11.

REIS exalta a consciência nacional sobre a Amazônia. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 3 jul. 1968. Suplemento de poupança e investimento, primeiro caderno, p. 6.

REIS reafirma. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 1 dez. 1967b. Primeiro caderno, p. 3.

REIS reafirma: EUA querem controlar os dois centros. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 14 maio 1965c. Primeiro caderno, p. 7.

REIS: Castelo é traído na entrega da Amazônia. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, p. 20, 16 maio 1965d.

REIS vai à Câmara depor. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 19 maio 1965e. Primeiro caderno, p. 22.

REIS conferencia no IME sobre Amazonas, voltando a atacar a ideia da Fundação. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 19 maio 1965f. Primeiro caderno, p. 8.

REIS diz a oficiais que hileia ameaça a segurança nacional. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 20 maio 1965g. Primeiro caderno, p. 2.

REIS diz que não precipitou debate sobre a Amazônia. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 21 maio 1965h. Primeiro caderno, p. 5.

REIS com Castelo. *Correio da Manhã,* Rio de Janeiro, 21 maio 1965i. Primeiro caderno, p. 8.

REIS afirma: ameaça ao Amazonas foi afastada. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 1 jun. 1965j. Primeiro caderno, p. 3.

REIS vê ameaça contra a Amazônia. *Correio da Manhã,* Rio de Janeiro, 12 maio 1965m. Primeiro caderno, p. 1.

REIS falará hoje sobre a Amazônia. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 3 jun. 1965n. Primeiro caderno, p. 14.

O "REI ARTHUR". *O Jornal*, Rio de Janeiro, 22 maio 1965. Primeiro caderno, p. 4.

REIS, Arthur Cezar Ferreira. *Aspectos da experiência portuguesa na Amazônia*. Manaus: Edições do Governo do Estado do Amazonas, 1966a.

REIS, Arthur Cézar Ferreira. *Aspectos da formação brasileira*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1982. p. 9. (Coleção Documentos Brasileiros, v. 191).

REIS, Arthur Cezar Ferreira. *A Amazônia e a cobiça internacional*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1960.

REIS, Arthur Cezar Ferreira. *A Amazônia e a cobiça internacional*. 2. ed. Rio de Janeiro: Edinova Limitada, 1965o.

REIS, Arthur Cezar Ferreira. *Amazônia e a cobiça internacional*. 3. ed. Rio de Janeiro: Gráfica Record Editora, 1968a.

REIS, Arthur Cezar Ferreira Reis. *A Amazônia e a cobiça internacional*. 4. ed. Rio de Janeiro: Companhia Editora Americana, 1972a.

REIS, Arthur Cezar. *A Amazônia e a cobiça internacional*. 5. ed. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1982.

REIS, Arthur Cezar Ferreira. *Como governei o Amazonas*. Manaus: Secretaria de Imprensa e Divulgação, 1967.

REIS, Arthur Cezar Ferreira. [*Correspondência*]. Destinatário: Arthur Cezar Ferreira Reis. Manaus, 5 set. 1968b. Disponível no acervo de correspondências da Biblioteca Arthur Reis.

REIS, Arthur Cezar Ferreira. [*Correspondência*]. Destinatário: Humberto de Alencar Castelo Branco. Rio de Janeiro, 17 maio 1965k. Disponível no acervo de correspondências da Biblioteca Arthur Reis.

REIS, Arthur Cezar Ferreira. [*Correspondência*]. Destinatário: [Nome indecifrável]. [*S. l.*], 25 maio 1965l. Disponível no acervo de correspondências da Biblioteca Arthur Reis.

REIS, Arthur Cezar Ferreira. [*Correspondência*]. Destinatário: Humberto de Alencar Castelo Branco. Rio de Janeiro, 16 fevereiro 1966c. Disponível no acervo de correspondências da Biblioteca Arthur Reis.

REIS, Arthur Cezar Ferreira. [*Correspondência*]. Destinatário: John W. Movinckel. Manaus, 1968c. Disponível no acervo de correspondências da Biblioteca Arthur Reis.

REIS, Arthur Cezar Ferreira. [*Correspondência*]. Destinatário: João Walter. Rio de Janeiro, 2 set. 1968d. Disponível no acervo de correspondências da Biblioteca Arthur Reis.

REIS, Arthur Cezar Ferreira. [*Correspondência*]. Destinatário: David Alves Mello. Rio de Janeiro, 18 de agosto de 1968e. Disponível no acervo de correspondências da Biblioteca Arthur Reis.

REIS, Arthur Cezar Ferreira. *Currículo*. Manaus, [1970]. Conjunto de currículos e dados biográficos de Arthur Reis. Disponível no acervo de correspondência da Biblioteca Arthur Reis.

REIS, Arthur Cezar Ferreira. *Discurso de Paraninfo*. Humanistas de 1936 do Colégio Dom Bosco, de Manaus. Manaus: [*s. n.*], 1936.

REIS, Arthur Cezar Ferreira. *O impacto amazônico na civilização brasileira*: a Transamazônica e o desafio dos trópicos. Rio de Janeiro: Editora Paralelo: MEC, 1972b.

REIS, Arthur Cezar Ferreira. Plácido de Castro e a gesta heroica da incorporação do Acre. *In*: REIS, Arthur Cezar Ferreira. *A Amazônia e a integridade do Brasil*. Manaus: Editora Governo do Estado, 1966b. p. 135-144.

REIS, Arthur Cezar Ferreira. *A política de Portugal no Vale Amazônico*. Lisboa: Oficinas Gráficas da Revista Novidade, 1940a.

REIS, Arthur Cezar Ferreira. *Por Deus e pela Pátria (Discurso de Paraninfo)*. Manaus: Tipografia Fênix, 1935.

REIS, Arthur Cezar Ferreira. *Súmulas de história do Amazonas*. 3. ed. Manaus: Valer, 2001.

REIS, Arthur Cezar Ferreira. História de Óbidos. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, v. 185, p. 3-113, 1944a.

REIS, Arthur Cezar Ferreira. *História do Amazonas*. 2. ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 1989.

REIS, Arthur Cezar Ferreira. Max Fleiuss historiador. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, v. 281, p. 53-62, out. 1968/dez. 1969.

REIS, Arthur Cezar Ferreira. Palavras de agradecimento. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, v. 148, n. 354-357, p. 49-50, 1987. Homenagem a Arthur Cezar Ferreira Reis.

REIS, Arthur Cezar Ferreira. Paulistas na Amazônia e outros ensaios. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, v. 175, p. 216-233, 1940b.

REIS, Arthur Cezar Ferreira. Retratos de Belém. *A Manhã*, Rio de Janeiro, p. 4, 29 jul. 1944b.

REIS, Arthur Cezar Ferreira. Temas venezuelanos. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, v. 192, p. 246-247, jul./set. 1946.

RELATÓRIO do Primeiro Secretário Dr. Virgílio Corrêa Filho. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, v. 205, p. 437-447, out./dez. 1949.

RIBEIRO, João. Registro literário. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, p. 10, 20 jan. 1932.

RIGTH, All. Estados recuperados. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 23 jun. 1964. Primeiro caderno, p. 2.

SALAS e salões: aniversariantes. *Jornal do Comércio*, Manaus, p. 1, 8 jan. 1909.

SALAS e salões: aniversariantes. *Jornal do Comércio.* Manaus, p. 2, 8 jan. 1910.

SANT'ANNA, Nuto. Livros novos. *Correio Paulistano*, São Paulo, p. 6, 30 out. 1941.

SAUDAÇÕES: ao digníssimo governador, professor Arthur Reis. *Jornal do Comércio*, Manaus, p. 2, 24 jun. 1965.

SEMANA de Rio Branco de 10 a 17. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 7 fev. 1962. Primeiro caderno, p. 4.

SEMINÁRIO de avaliação da Amazônia. *Jornal do Comércio*, Manaus, p. 4, 17 ago. 1973.

SERAFIM Corrêa homenageia professor David Alves de Mello. *Amazonas Notícias*, Manaus, 22 out. 2015. Disponível em: https://www.amazonasnoticias.com.br/serafim-correa-homenageia-professor-david-alves-de-mello/ . Acesso em: 24 abr. 2018.

SERVIÇO de documentação da SPVEA na Guanabara será extinto. *Jornal do Comércio*, Manaus, p. 1, 14 maio 1961.

SESSÃO especial em homenagem à memória do Conde de Affonso Celso, em 11 de agosto. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, v. 173, p. 746-780, 1938.

SILVA, Geraldo Elálio do Nascimento. Arthur Cézar Ferreira Reis, ecologista. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, n. 154, p. 1, jul./set. 1993.

SILVA, Mário Rocha da. Calidoscópio. *Jornal do Comércio*, Manaus, p. 2, 16 jun. 1965.

SOBRE uma prestação de contas. *A Crítica*, Manaus, 30 set. 1958.

SOBRINHO, Porto. Panorama político. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 15 ago. 1964. Primeiro caderno, p. 6.

SODRÉ, Nelson Werneck. Livros novos: mundo português. *Correio Paulistano*, São Paulo, p. 6, 16 jan. 1941.

SOLIDARIEDADE. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 13 ago. 1964. Primeiro caderno, p. 1.

SÚMULA de história do Amazonas. *Jornal do Comércio*, Manaus, p. 1, 16 set. 1965.

A SUPERINTENDÊNCIA da valorização da Amazônia. *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, p. 4, 30 jun. 1953.

SUPOSTA internacionalização da Amazônia é simples boato. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 14 maio 1965. Primeiro caderno, p. 1.

TAUNAY, Afonso. O café na Amazônia colonial. *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, p. 3, 21 abr. 1935.

UM TÉCNICO em assuntos amazônicos para dirigir a valorização do norte do país. *A Noite*, Rio de Janeiro, p. 11, 22 jul. 1953.

TEMAS Brasileiros, hoje na livraria São José. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, p. xx-xx, 11 jun. 1960. Primeiro caderno, p. 5.

TESTEMUNHOS do nosso tempo: dezenove homens olham o Brasil. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 31 dez. 1967. Primeiro caderno, p. 6.

THOMAS, Joaquim. Registro literário. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, p. 6, 14 jul. 1948.

TOMOU posse o governador constitucional do Amazonas. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, p. 3, 22 fev. 1935.

TOMOU posse o novo diretor geral do Departamento de Administração do Ministério do Trabalho. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, p. 9, 7 jul. 1953a.

TOMOU posse o superintendente do plano de valorização econômica da Amazônia. Diário da Noite, Rio de Janeiro, p. 3, 31 jul. 1953b.

TRIBUNAL pede a Castelo intervenção no Amazonas. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 3 jan. 1965. Primeiro caderno, p. 1.

VALORIZAÇÃO econômica da Amazônia: escolhido o Dr. Arthur Cezar Ferreira Reis superintendente do plano criado por lei. *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, 17 jul 1953. Primeira Seção, p. 2.

VERDADEIRA consagração popular ao chefe da nação. *Jornal do Comércio*, Manaus, p. 1, 10 out. 1940.

A VELHA história da internacionalização da Amazônia: intriga americanófoba, fruto da ignorância e sem originalidade. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 23 maio 1965. Primeiro caderno, p. 12.

VIDA Cultural. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, p. 12, 13 ago. 1949.

APÊNDICE A – RELAÇÃO DOS LIVROS PUBLICADOS POR ARTHUR REIS

Título	Ano	Local
História do Amazonas	1931	Manaus
Manaus e outras vilas	1934	Manaus
A política de Portugal no Vale Amazônico	1939	Manaus
Lobo d'Almada, um estadista colonial	1940	Manaus
Paulistas na Amazônia e outros ensaios	1941	Rio de Janeiro
D. Romualdo de Souza Coelho	1941	Belém
Síntese da história do Pará	1942	Belém
A conquista espiritual da Amazônia	1942	São Paulo
O processo histórico da economia amazonense	1944	Rio de Janeiro
História de Óbidos	1945	Rio de Janeiro
Limites e demarcações na Amazônia brasileira (4 volumes)	1947	Rio de Janeiro
Estadistas portugueses na Amazônia	1948	Rio de Janeiro
Território do Amapá, perfil histórico	1948	Rio de Janeiro
História da imigração e colonização do continente americano	1948	Rio de Janeiro
Monte Alegre, aspectos de sua formação	1950	Belém
O seringal e o seringueiro	1953	Rio de Janeiro
A Amazônia que os portugueses revelaram ao mundo	1957	Rio de Janeiro
Guia histórico dos municípios do Pará	1958	Rio de Janeiro
A Amazônia e a cobiça internacional – 1ª edição	1960	Rio de Janeiro
A Amazônia e a cobiça internacional – 2ª edição	1965	Rio de Janeiro
Rotina e dinâmica na vida brasileira	1965	Manaus
Tempo e vida na Amazônia	1965	Manaus
A autonomia do Amazonas	1965	Manaus
Súmula de história do Amazonas	1965	Manaus
A Amazônia e a integridade do Brasil	1966	Manaus
Aspectos da experiência portuguesa na Amazônia	1966	Manaus
Épocas e visões regionais do Brasil	1967	Manaus
Como governei o Amazonas	1967	Manaus
Amazônia e o mundo atual	1967	Manaus
A Amazônia e a cobiça internacional – 3ª edição	1968	Rio de Janeiro
A Amazônia e a cobiça internacional – 4ª edição	1972	Rio de Janeiro
O impacto amazônico na civilização brasileira	1972	Rio de Janeiro
Santarém: seu desenvolvimento histórico	1979	Rio de Janeiro
História de Óbidos	1979	Rio de Janeiro
Aspectos da formação brasileira	1979	Rio de Janeiro
A Amazônia e a cobiça internacional – 5ª edição	1982	Rio de Janeiro
Temas amazônicos	1983	Manaus
Um mundo em mudanças	1986	Brasília
História do Amazonas – 2ª edição	1989	Manaus

Fonte: Elaborado pela autora.

APÊNDICE B – RELAÇÃO DAS DISSERTAÇÕES ORIENTADAS POR ARTHUR REIS NO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE

Autor(a)	Título	Defesa	Banca
Berenice de Abreu Castro Neves	*O movimento católico leigo no Brasil (As relações entre a Igreja e o Estado – 1930-1937)*	1975	Nícia Vilela Luz Raimundo Faoro
Maria Nazareh Capiberibe Azêdo	*Imprensa republicana antes do 15 de novembro (Introdução ao estudo de suas formas e conteúdo ideológico)*	1976	Alexandre José Barbosa Lima Sobrinho Marcello de Ipanema
Almir Chaiban El-Kareh	*Atividades capitalistas em sociedade escravista, estudo de um caso. A Companhia da Estrada de Ferro D. Pedro II (de 1855 a 1865)*	1976	José Honório Rodrigues Ruy de Carvalho Bergsthom Lourenço Filho
Maria Célia Freire de Carvalho	*Clube 3 de Outubro*	1976	Afonso Arinos de Mello Franco Raimundo Faoro
Marinete dos Santos Silva	*A educação brasileira no Estado Novo (1937-1945)*	1976	Victor Vincent Valla Magali Gouveia Engel
Abner Simões Baptista Júnior	*O guano e o salitre (O surgimento do civismo no Peru)*	1978	Roy Arthur Glasgow Francis William Orde Morton
Almir da Silva Oliveira	*O civismo equatoriano no período de 1860-1875: o garcianismo*	1978	Roy Arthur Glasgow Ronny Leroy Seckinger
Geraldo Mártires Coelho	*Ação e reação na Província do Pará: o conflito político social de 1823*	1978	Ismênia de Lima Martins Victor Vincent Valla
Dulce Portilho Maciel	*Congresso do Panamá de 1826*	1979	Steven Curtis Topik Victor Vincent Valla
Zenaide Leite Cardoso	*Política econômica de Juan M. Rosas*	1979	Francis William Orde Morton Cayo Garcia
Valdir de Oliveira Calixto	*O clero secular em Minas Gerais (1745-1792): sua participação na conjuração de 1789*	1979	José Calasans Brandão da Silva Ismênia de Lima Martins
Ubiratan Rocha	*A ALALC e a integração econômica da América Latina*	1979	Ismênia de Lima Martins Robert Wayne Andrew Slenes
Sérgio El-Jaick	*O pensamento político de Simón Bolivar*	1979	José Honório Rodrigues Robert Wayne Andrew Slenes

Luiz Carlos Jorge Peçanha	*A abertura do Paraguai: raiz de uma guerra*	1979	Steven Curtis Topik Nilo Bernardes
Ulianov Pedrosa	*O problema indígena na Argentina na segunda metade do século XIX*	1979	Carlos de Araújo Moreira Neto Pedro Freire Ribeiro
Daniel Vieira Sadler	*O pensamento de Sarmiento*	1979	Steven Curtis Topik José Calasans Brandão da Silva
Louis Andrew Bladgett	*Expedições científicas norte-americanas na América Ibérica Meridional nos meados do século XIX*	1980	Pedro Freire Ribeiro Steven Curtis Topik
Galba Ribeiro Di Mambro	*Girolamo Benzoni e sua história del mondo nuovo (1565)*	1980	Eulália Maria Lahmeyer Lobo Steven Curtis Topik
Rômulo Garcia de Andrade	*Burocracia e economia na primeira metade do século XIX: a Junta de Comércio e as atividade artesanais e manufatureiras na cidade do Rio de Janeiro (1808 - 1850).*	1980	Eulália Maria Lahmeyer Lobo Richard Graham
Ayr Angelo de Souza	*Relações raciais em Cuba e a guerrilha de cor (1898-1912).*	1981	Victor Vincent Valla José dos Santos Rodrigues
Enice Mariano Coelho	*O Acre e o Ciclo da Borracha (1903-1954)*	1982	Robert Wayne Andrew Slenes Ruy de Carvalho Bergsthom Lourenço Filho
Maria do Carmo Ribeiro Araújo	*O processo político da Província do Ceará (1869-1889): relações do poder central com o poder local*	1982	Eulália Maria Lahmeyer Lobo Robert Wayne Andrew Slenes
Therezinha de Jesus Marília Almeida Tavares	*A Revolta dos Balaios no Maranhão (1838-1841)*	1982	Robert Wayne Andrew Slenes Ismênia de Lima Martins
Maria Esterlina Mello Pereira	*O processo da independência no Maranhão (1822-1828)*	1982	Maria Yedda Leite Linhares Sônia Bayão Rodrigues Viana
Diana Zaidman	*Imigração ao Brasil no Império: o caso particular da hospedaria de imigrantes da Ilha das Flores*	1982	José dos Santos Rodrigues Sônia Bayão Rodrigues Viana
Leda Maria de Oliveira	*O movimento de 1842: o protesto armado da elite liberal mineira*	1982	Maria Yedda Leite Linhares Afonso Carlos Marques dos Santos

Fonte: Elaborado pela autora a partir de dados do Banco de Teses e Dissertações da Universidade Federal Fluminense